



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1774

Quarta-feira - 01 de Julho de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	2	Guaramirim.....	232	Pinheiro Preto.....	344
Anchieta.....	3	Guarujá do Sul.....	239	Pomerode.....	345
Antônio Carlos.....	5	Herval d'Oeste.....	240	Ponte Serrada.....	346
Arroio Trinta.....	7	Ibiam.....	241	Porto Belo.....	355
Bela Vista do Toldo.....	8	Ilhota.....	248	Porto União.....	356
Benedito Novo.....	58	Imbituba.....	250	Pouso Redondo.....	380
Biguaçu.....	59	Indaial.....	252	Presidente Castello Branco.....	384
Blumenau.....	69	Iomerê.....	263	Presidente Nereu.....	385
Bom Jesus do Oeste.....	78	Irineópolis.....	264	Rio do Sul.....	386
Bom Retiro.....	82	Itá.....	265	Salto Veloso.....	580
Botuvera.....	84	Itaiópolis.....	266	Santa Terezinha do Progresso.....	582
Braço do Trombudo.....	85	Itapiranga.....	267	Santiago do Sul.....	584
Brusque.....	86	Itapoá.....	269	São Bento do Sul.....	588
Caçador.....	88	Ituporanga.....	270	São Domingos.....	597
Camboriú.....	97	Joaçaba.....	271	São João do Sul.....	602
Campo Alegre.....	101	José Boiteux.....	280	São Joaquim.....	603
Campo Erê.....	118	Lages.....	281	São José.....	607
Campos Novos.....	119	Laguna.....	283	São José do Cedro.....	612
Canelinha.....	130	Lauro Muller.....	288	São Lourenço do Oeste.....	613
Canoinhas.....	131	Leoberto Leal.....	289	São Miguel da Boa Vista.....	614
Capinzal.....	137	Lindóia do Sul.....	290	São Miguel do Oeste.....	615
Caxambu do Sul.....	142	Luzerna.....	291	São Pedro de Alcântara.....	617
Celso Ramos.....	145	Mafra.....	292	Schroeder.....	620
Chapadão do Lageado.....	146	Maracajá.....	293	Serra Alta.....	649
Cocal do Sul.....	151	Maravilha.....	294	Siderópolis.....	650
Concórdia.....	159	Marema.....	295	Sombrio.....	656
Cordilheira Alta.....	164	Massaranduba.....	296	Sul Brasil.....	689
Coronel Martins.....	165	Meleiro.....	297	Tigrinhos.....	690
Correia Pinto.....	166	Modelo.....	302	Timbé do Sul.....	691
Corupá.....	168	Morro da Fumaça.....	304	Timbó.....	694
Curitibanos.....	170	Navegantes.....	305	Três Barras.....	697
Dionísio Cerqueira.....	171	Nova Trento.....	308	Treze Tílias.....	698
Ermo.....	174	Novo Horizonte.....	316	Trombudo Central.....	700
Faxinal dos Guedes.....	175	Orleans.....	318	Tunápolis.....	701
Forquilha.....	180	Ouro.....	319	Urussanga.....	702
Fraiburgo.....	181	Palhoça.....	320	Vargeão.....	703
Frei Rogério.....	197	Palmitos.....	325	Videira.....	704
Garopaba.....	200	Papanduva.....	326	Vitor Meireles.....	713
Garuva.....	225	Passo de Torres.....	332	Xanxerê.....	714
Gaspar.....	227	Passos Maia.....	334	Xavantina.....	715
Governador Celso Ramos.....	228	Paulo Lopes.....	335	Xaxim.....	716
Grão Pará.....	229	Penha.....	337		
Guaraciaba.....	231	Peritiba.....	343		

Associações

AMAUC.....	719	AMESC.....	720
------------	-----	------------	-----

Consórcios

ARIS.....	721	CIS Nordeste.....	729
CIMCATARINA.....	722	CPIMMOC.....	730

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 033/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 033/2015

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 023/2015

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando a aquisição de ensiladeiras/colhedeiras de forragens e carreta agrícola, referente ao Contrato de Repasse nº 1.010.845-07/2014/MDA/CAIXA, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 08h50, do dia 16 de julho de 2015, em sessão pública, com início previsto para as 9h da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 30 de junho de 2015.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 034/2015

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 024/2015

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o Registro de Preços para possível aquisição de adubo orgânico de aviário, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 13h50, do dia 16 de julho de 2015, em sessão pública, com início previsto para as 14h da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 30 de junho de 2015.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

Anchieta

PREFEITURA

Decreto 047/2015

DECRETO Nº 047/2015, de 04 de março de 2015.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL (COMDEC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 1.916/2012;
Considerando a necessidade de estruturar a Coordenadoria Municipal da Defesa Civil no Município de Anchieta – SC;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a Coordenadoria Municipal da Defesa Civil (COMDEC) pelo mandato de dois anos, considerando o período de 04 de março de 2015 a 04 de março de 2017, subordinada à Secretaria de Desenvolvimento Local, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade conforme descrito abaixo:

I - Representantes dos Órgãos do Poder Executivo Municipal, a saber:

- a) Secretaria de Administração e Gestão (SAG): Andréia Marafão (Titular) e Leonardo Parpinelli (Suplente);
- b) Secretaria de Saúde Pública (SES): Guilherme Flach (Titular) e Rosângela Teixeira (Suplente);
- c) Secretaria de Educação, Cultura, Esportes (SED): Leonita de Souza (Titular) e Lúcia Foresti Cocco (Suplente);
- d) Secretaria de Infraestrutura (SIE): Vilson Luiz Rossato (Titular) e Carlinhos Cali (Suplente);
- e) Secretaria de Agricultura (SAG): Mário Signor (Titular) e Ricardo Perin (Suplente);
- f) Secretaria de Assistência Social (SAS): Rosane Provin (Titular) e Ana Paula Sikorski (Suplente);
- g) Secretaria de Desenvolvimento Local (SDL): Nelson C. Duarte (Titular) e Mateus Poloniato (Suplente);

II – Servidor efetivo do cargo de Agente da Defesa Civil:

- a) Angelin Pereira

III – Representantes da Sociedade Civil:

- a) Associação Comercial, Industrial e Serviços de Anchieta (ACISA): Renato Rossato (Titular) e Débora Dalmoro (Suplente);
- b) Associação Desenvolvimento Esporte e Cultura (ADEC): Jair Somavilla (Titular) e Idenes M. F. Schena (Suplente);
- c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar – SIN-TRAF: Valdeci Luis Cella (Titular) e Ventura Wolff (Suplente);
- d) Bombeiros Comunitários: Peterson Paglioza (Titular) e Renato rossato (Suplente);
- e) Polícia Civil: Dirce Ivone Klagenberg (Titular) e Luciano Basso (Suplente);
- f) Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI): Luiz Henrique Coelho (Titular) e Ivan José Canci (Suplente);
- g) Corpo de Bombeiros Militar: Jair José Rodrigues da Veiga (Titular) e Marcos Kraemer (Suplente);
- h) Polícia Militar: Gilmar José Vitori (Titular) e Josemar Daltoé (Suplente).
- i) Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC): Não indicou nenhum membro.

Art. 3º O presidente da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil é o membro indicado no inciso I, alínea e, o senhor Mário Signor;

Art. 4º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se na íntegra o Decreto nº 010/2013, de 08 de janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, 04 de março de 2015.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
Em 04 de março de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Decreto 092/2015

DECRETO Nº. 92/2015, de 23 de junho de 2015.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
15.452.0575. 2.040 – Conservação e Manutenção de Vias Públicas
(94) 3.3.90.00.00.00.00.2708 -Aplicações Diretas
..... R\$ 8.500,00

TotalR\$ 8.500,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato fica utilizado o produto do provável Excesso de Arrecadação no exercício financeiro de 2015, no valor de até R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, concernente a nova fonte receitaria sob código 4.1.9.19.15 – Multas Previstas na Legislação de Transito, Recurso sob nº. 2708 (00.01.2708), Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 12.794-9, em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei Municipal nº Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC), 23 de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 23/06/2015
Andreia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Lei 2.177/2015

LEI Nº. 2.177/2015.

AUTORIZA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ATRAVÉS DO PROJETO "LAR LEGAL", DAS OCUPAÇÕES INCIDENTES EM TERRAS DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regularizar, mediante doação aos beneficiários, a área de terra abaixo especificada, através de regularização fundiária no âmbito do Programa Estadual de Regularização Fundiária - Projeto "Lar Legal", de conformidade com as orientações da Resolução CM nº 8, de 9 de junho de 2014, do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina:

Parágrafo único. O Imóvel: PARTE DA CHÁCARA Nº 125 (cento e vinte e cinco) com as áreas respectivas de 3.000m² e 5.960m², num total em conjunto de 8.960m² (oito mil e novecentos e sessenta metros quadrados), sem benfeitorias, situadas no perímetro urbano de Anchieta-SC, confrontando-se em conjunto: ao NOROESTE, em 53,50 metros, com os lotes urbanos nº 80 e 81; ao NO-ROESTE, com parte da mesma chácara nº 125, pela estrada estadual SC-471; ao SUL em 111,00 metros, com a chácara nº 390, por travessão; ao OESTE, em 87,80 metros, com a chácara nº 126m. Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis de Anchieta-SC, sob o nº 2.515, de propriedade do Município de Anchieta-SC, CNPJ nº 83.024.687/0001-22

Art. 2º Fica, ainda, autorizado a conceder isenção do imposto sobre a transmissão "inter-vivos" de bens imóveis - ITBI, que tenha como fato gerador as operações de registro ou averbamento de imóveis provenientes de sentença judicial no âmbito do Projeto "Lar Legal", para os imóveis dos beneficiários que possuírem um imóvel e que se enquadrem nesse programa.

Art. 3º O Cartório de Registro de Imóveis localizados neste município, será informado da publicação desta Lei.

Art. 4º Ficam as áreas descritas no art. 1º, desafetadas na forma da Lei.

Art. 5º Fica autorizado ao Município, proceder os registros de baixas no setor patrimonial e contábil.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, no que couber, serão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 7º Revoga-se na íntegra a Lei Municipal n.º 963, de 16 de dezembro de 1994.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 26 de junho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
Em 26 de junho de 2015.

Andréia Marafão
Secretária de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 360/2015

PORTARIA Nº 360/2015.

Concede Licença Premio a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, a servidora JUDITE KOCH SCHMITT, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM EDUCAÇÃO, a partir de 01 de julho de 2015, referente ao período aquisitivo de junho/2003 a junho/2008.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 30 de junho de 2015.

PORTARIA N 361/2015

PORTARIA Nº 361/2015.

Concede Ferias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidora ANDREIA CRISTINA ELIAS PINHEIRO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 20H, a partir de 01 de agosto de 2015, referente ao período aquisitivo de 26/01/2014 a 25/01/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 30 de junho de 2015.

PORTARIA N 362/2015

PORTARIA Nº 362/2015.

Concede Ferias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, ao servidor GIOVANNI SCHMITT, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

E CONSERVAÇÃO, a partir de 01 de agosto de 2015, referente ao período aquisitivo de 10/07/2013 a 09/07/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 30 de junho de 2015.

PORTARIA N 363/2015

PORTARIA Nº 363/2015.

Concede Adicional a servidores efetivos.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL P/TEMPO DE SERVIÇO, a servidores ocupante de cargos efetivos, a partir de 01 de julho de 2015, conforme relacionado abaixo:

NOME	MATRIC.	NIVEL	ADICIONAL
ALFREDO PITZ	799	04	18%
CARLICE BENICE SCHMITZ	143	-X-	60%
ELIANE NUNES DE O. FOLGANES	789	04	18%
ELOISA SCHMITT	788	04	18%
FERNANDO PRIM HOFFMANN	795	04	18%
GIOVANI SCHMITT	797	04	18%
ILTON NICOLAU PAULI	792	04	18%
KARINA SILVA SCHAFER	798	04	18%
MARESTER BAUMGARTEN PAULI	200	10	54%
MARIA CAROLINA MANNES	959	03	12%
NELI DE OLIVEIRA FARIAS	146	-X-	60%
PAULO OLEGARIO SCHMITZ	144	-X-	60%

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 30 de junho de 2015.

PORTARIA N 364/2015

PORTARIA Nº 364/2015.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora ANA PAULA WEBER KINDERMANN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIA TECNICO DE INFORMATICA – 40H, referente ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de julho de 2015.

PORTARIA N 365/2015

PORTARIA Nº 365/2015.

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, MAYARA MAFRA BONDAVALLE, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 20H, a partir de 01 de julho de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para atuar no CEIM Coração de Jesus, em substituição a Vânia Regina Ferreira Guesser Elias, de Licença sem Vencimento.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de julho de 2015.

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015 - LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS

Estado de Santa Catarina

Município de Antônio Carlos

Edital de Processo Seletivo Nº 002/2015

LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, homologa e torna pública a Lista de Candidatos aprovados, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Nº 002/2015.

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

NOME	NOTA
José Eduardo Rodrigues	9,5
Terezinha Weber	7,5
Fernanda Aparecida Pepler Simones	7,5
Nilo Vanderlei Mauberger	6,5
Valdeci José Guesser	6,5
Niliane Dias	5,5
Alencar Steffens	5,5
João Maria Chaves Neto	3,5
João de Deus da Rocha	3,5
Antônio Altamiro Miranda	1,5
Sebastião Pontes	Não compareceu
Vilson Besen	Não compareceu

Antônio Carlos, 01 de julho de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0018/2015 - PR

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: LOCAÇÃO E MONTAGEM DE STANDS E LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA OS STANDS DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPOTRINTA QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 31/07 E 01 E 02/08/2015, PRÓXIMO AO ESPAÇO CULTURAL GUSTAVO FALCHETTI, PRAÇA DOS MOTORISTAS NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, CONFORME CONVÊNIO TR 861, PROCESSO 1479/2015 FIRMADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – VIDEIRA.

Origem dos Recursos:

* Recurso Estadual TR 861, Processo 1479/2015 valor R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

* O valor de R\$ 6.666,67 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) é referente a Contrapartida, recursos Municipais.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 16/07/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30 min. do dia 16/07/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 30 de junho de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

CONTRATOS E ADITIVOS Nº 006/2015

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 011.2015 - PREF – Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 032.2013.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Betha Sistemas Ltda., CNPJ 00.456.865/0001-67, Rua João Pessoa, 134, centro, Criciúma, SC.

Objeto do aditivo: Alteração do objeto do contrato acrescentando a implantação do Sistema Custos.

Data da assinatura: 01.06.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 051/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Audatex Brasil Serviços Ltda., CNPJ 02.144.891/0001-85, Rua Gomes de Carvalho, 1510, 3º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP.

Objeto: Aquisição de software de orçamento eletrônico, com registro de preço de peças genuínas ou originais destinadas à reparação automotiva, de automóveis nacionais e importados, bem como caminhões e motocicletas para frota municipal.

Valor: R\$ 6.097,22 (seis mil e noventa e sete reais e vinte e dois centavos).

Data da assinatura: 10.06.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 052/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Luiz Antonio Holot – Me, CNPJ 12.295.450/0001-38, ROD Ovídio Damaso da Silveira, SN, Interior, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: contratação de Mão de Obra para instalação de 19 (dezenove) condicionares de ar 24.000 BTUs para Secretaria de Educação.

Valor: R\$ 7.600,00 (Sete mil e seiscentos reais).

Data da assinatura: 10.06.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 053/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Kerber & Cia. Ltda., CNPJ 78.408.960/0001-82, Estrada Velha de Palmas, s/nº, Porto União, SC.

Objeto: Aquisição parcelada de pedra brita tipo bica corrida.

Valor: R\$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais).

Data da assinatura: 10.06.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 054/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição parcelada de lubrificantes e aditivos.

Valor: R\$ 893,50 (Oitocentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).

Data da assinatura: 10.06.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 055/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Maria Ecilda Gallotti De Borba Coelho Me, CNPJ 11.576.185/0001-01, Travessa Bentivi, 297, São Cristovão, Três Barras, SC.

Objeto: a contratação, sob o regime de empreitada por preço global, de empresa especializada para execução das obras de engenharia com vistas à EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À MEIO-FIO, SINALIZAÇÃO E PASSEIOS DA RUA ESTANISLAU SCHUMANN - COHAB, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Valor: R\$ 15.002,10 (Quinze mil e dois reais e dez centavos).

Data da assinatura: 16.06.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 027/2015-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bela Vista do Toldo, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Infoplan Ltda Me, CNPJ 04.622.715/0001-37, Rua Alfredo Zipperer, 175, Centro, São Bento do Sul, SC.

Objeto: Aquisição de computadores.

Valor: R\$ 8.760,00 (Oito mil, setecentos e sessenta reais).

Data da assinatura: 30.06.2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 002.2015 - FMAS – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 008.2013.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Betha Sistemas Ltda., CNPJ 00.456.865/0001-67, Rua João Pessoa, 134, centro, Criciúma, SC.

Objeto do aditivo: Alteração do objeto do contrato acrescentando mais usuários ao sistema de Contabilidade Pública.

Data da assinatura: 01.06.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

DECRETO 01

DECRETO LEGISLATIVO N.01 DE 15 DE MAIO DE 2015.
APROVAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2013 DO PREFEITO DE BELA VISTA DO TOLDO SR. GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

OSNI CRISTIANO NIEDZIELSKI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Bela Vista do Toldo-SC, faz saber a todos que o Poder Legislativo que aprovou as contas do ano de 2013, e eu promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º- Ficam aprovadas as contas do Prefeito Sr. Gilberto Damaso da Silveira, do Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, referente ao exercício do ano de 2013, nos termos da decisão n.º 77/2014, do processo n.º 14/00215908, proferidos pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Art.2º- Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo –SC, em 15 de maio de 2015.

OSNI CRISTIANO NIEDZIELSKI
Presidente

Este Decreto Legislativo foi publicado e registrado na Secretaria da Câmara de Vereadores na data supra.

SIOMARA IZABEL STELZNER DAMASO DA SILVEIRA
1º secretária

DECRETO 02

DECRETO LEGISLATIVO N.º 02 DE 17 de JUNHO DE 2015.
APROVAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2012 DO EX-PREFEITO DE BELA VISTA DO TOLDO SR. ADELMO ALBERTI

OSNI CRISTIANO NIEDZIELSKI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Bela Vista do Toldo-SC, faz saber a todos que o Poder Legislativo que aprovou as contas do ano de 2012, e eu promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º- Ficam aprovadas as contas do ex-Prefeito Sr. Adelmo Alberti, do Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, referente ao exercício do ano de 2012, nos termos da decisão n.º 1519/2014, do processo n.º 13/00325736, proferidos pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Art.2º- Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo –SC, em 17 de maio de 2015.

OSNI CRISTIANO NIEDZIELSKI
Presidente

Este Decreto Legislativo foi publicado e registrado na Secretaria da Câmara de Vereadores na data supra.

SIOMARA IZABEL STELZNER DAMASO DA SILVEIRA
1º secretária

LEI 1.089

LEI Nº 1.089/2015, DE 06 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 197.872,18 (cento e noventa e sete mil oitocentos e setenta e dois reais e dezoito centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	14.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	R\$
Unidade Orçamentária	14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
135-13.392.0005-2.016	2.017	Manutenção das Atividades Turísticas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	197.872,18
TOTAL GERAL	197.872,18		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 197.872,18 (cento e noventa e sete mil oitocentos e setenta e dois reais e dezoito centavos), referente a Abertura de Crédito Especial por conta de excesso de arrecadação referente convênio Nº 785696/Ministério do Turismo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 06 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.090

LEI Nº 1.090/2015, DE 06 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.881.214,15 (dois milhões oitocentos e oitenta e um mil duzentos e quatorze reais e quinze

centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
118-15.452.0006-2.025	2.025	Ações em Saneamento Básico	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	2.881.214,15
TOTAL GERAL	2.881.214,15		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 2.881.214,15 (dois milhões, oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e catorze reais e quinze centavos), referente a Abertura de Crédito Adicional por conta de excesso de arrecadação referente convênio com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 06 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.091

LEI Nº 1.091/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.114,00 (vinte mil cento e quatorze reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
133-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria de Admin e Fazenda	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0739	Aplicações Diretas	20.114,00
TOTAL GERAL	20.114,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata

o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor R\$ 20.114,00 (vinte mil cento e quatorze reais), por conta de saldo financeiro da conta do leilão 221.756-2 apurado em 07/04/2015.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.092

LEI Nº 1.092/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 324.981,30 (trezentos e vinte e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
133-15.452.0006-2.025	2.025	Ações em Saneamento Básico	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	324.981,30
TOTAL GERAL	324.981,30		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 324.981,30 (trezentos e vinte e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
83-15.452.0006-1.007	1.007	Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	324.981,30
TOTAL GERAL	324.981,30		

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.093

LEI Nº 1.093/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX, DO ARTIGO 37, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - CRFB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Municipal, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

- I - assistência a situações de calamidade pública ou emergência;
 - II - assistência a emergências em saúde pública;
 - III - admissão de professor substituto e professor visitante;
 - IV - admissão de profissionais da educação;
 - V - admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições municipais;
 - VI - execução de serviço por profissional especializado ou de experiência comprovada, que exija criação de cargo, até que seja ele criado e provido através de concurso público;
 - VII - de atividades de vigilância e inspeção, relacionadas a defesa agropecuária, no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura, e Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal, ou de eminente risco a saúde animal, vegetal ou humanas;
 - VIII - para substituição de servidores falecidos, exonerados e aposentados;
 - IX - contratação de professores para execução de projetos pedagógicos experimentais e especiais na Educação Infantil e no Ensino Fundamental;
 - X - em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público;
 - XI - para atender a programas específicos de desporto educacional, as quais serão preenchidas de acordo com as necessidades e com a habilitação e/ou experiência na área;
 - XII - a execução de Convênios que venham a atender a satisfação do interesse público;
 - XIII - realização de serviço considerado essencial, cuja inexecução, quando ameaçado de paralização, possa comprometer a saúde ou a segurança de pessoas ou bens;
 - XIV - atendimento a outros serviços de urgência, cuja inexecução possa comprometer as atividades dos órgãos e entidades da administração e a regular prestação de serviços públicos aos usuários.
- § 1º. A contratação em caráter temporário poderá ocorrer para

suprir a falta de servidores efetivos em razão de:

- I - vacância do cargo;
- II - afastamento ou licença, na forma do regulamento;
- III - nomeação para ocupar cargos de direção ou confiança; ou
- IV - posse em cargos eletivos.

§ 2º. Ato do Poder Executivo disporá, para efeitos desta Lei, sobre a declaração de emergências em saúde pública.

§ 3º. A contratação dos professores substitutos fica limitada ao regime de trabalho de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será realizado mediante processo seletivo simplificado sujeito à ampla divulgação, em editais afixados no local de costume, inclusive através do Diário Oficial Municipal - DOM, prescindindo de concurso público.

Art. 4º. As contratações serão feitas por tempo determinado e improrrogável, observados os seguintes prazos máximos.

I - 06 (seis) meses, nos casos dos incisos I, II, VI e VIII do art. 2º desta Lei;

II - 01 (um) ano, nos casos dos incisos III, IV, V, VII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV, do art. 2º desta Lei;

Art. 5º. Fica demonstrada a necessidade temporária de excepcional interesse público quando:

I - configurada a situação excepcional temporal, como calamidade pública, emergência, etc.;

II - inexistir candidatos inscritos em concurso ou aprovados para o cargo;

III - atraso do ano letivo superior a 2 (duas) semanas;

IV - descontinuidade da prestação de serviços primordiais;

V - possibilidade de contágio de doenças.

Art. 6º. É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

Parágrafo Único: Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as cumulações amparadas pela Constituição Federal, condicionada à formal comprovação da compatibilidade de horários.

Art. 7º. A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada, em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de retribuição ou dos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante.

Parágrafo Único: Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 8º. A pessoa contratada não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que em título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Parágrafo Único: A inobservância do disposto neste artigo implica a rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 9º. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado

nos termos desta Lei, serão apuradas mediante sindicância, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 10. O pessoal contratado nos termos desta Lei se submete às normas e relações de trabalho e previdenciárias previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, nos termos do que for especificado no contrato.

Art. 11. O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - retorno do servidor efetivo ao cargo ou posse de novo servidor efetivo na vaga;
- III - por iniciativa do contratado.

§ 1º. A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

§ 2º. A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

Art. 12. O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 08 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.094

LEI Nº 1.094/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI DE CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA REGULAMENTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º. O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social.

Art. 2º. Caberá a Secretaria Municipal de Assistência Social, enquanto órgão responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, gerir o FMAS, sob orientação e acompanhamento do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 3º. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de

Assistência Social.

Parágrafo Único: O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Art. 4º. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações Governamentais e não-Governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios no setor;

VI - produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII - doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

IX - outras receitas que venham ser legalmente instituídas;

§ 1º. Os recursos previstos no inciso I serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS.

§ 2º. Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

CAPÍTULO III

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 5º. Os recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS destinam-se ao:

I - cofinanciamento dos serviços de caráter continuado e de programas e projetos de assistência social, destinado ao custeio de ações e ao investimento em equipamentos públicos da rede socioassistencial do município;

II - cofinanciamento da estruturação da rede socioassistencial do Município, incluindo ampliação e construção de equipamentos públicos, para aprimorar a capacidade instalada e fortalecer o Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

III - atendimento, em conjunto com o Município, às ações assistenciais de caráter de emergência;

IV - aprimoramento da gestão de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do "Índice de Gestão Descentralizada - IGD SUAS", para a utilização no âmbito do Município, conforme legislação específica;

V - apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa Bolsa Família pelo Município, por meio do "Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD Bolsa Família", conforme legislação específica;

VI - atendimento das despesas de operacionalização que visem implementar ações de assistência social;

VII - custeio das despesas dos Conselheiros Municipais de Assistência Social em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social;

§ 1º. Os recursos de que tratam os incisos I, IV e V serão transferidos, de forma regular e automática, diretamente do FNAS para o Fundo Municipal de Assistência Social do Município, independente de celebração de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento

congênere, observados os critérios aprovados pelo CNAS, à vista de avaliações técnicas periódicas, realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;

§ 2º. Os recursos de que trata o inciso I também poderão ser utilizados pelos entes federados:

a) para pagamento de profissionais que integrarem equipes de referência, nos termos do art. 6º-E da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

b) para capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de estudos e pesquisas essenciais à execução de serviços, programas e projetos de assistência social;

§ 3º. Os recursos de que trata o inciso IV e V devem ser utilizados conforme cadernos de orientação do Índice de Gestão Descentralizada do IGD-Programa Bolsa Família, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGD SUAS;

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS

Art. 6º. São condições para transferência de recursos do FNAS aos Municípios:

I - a instituição e o funcionamento de Conselho Municipal de Assistência Social;

II - a instituição e o funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social, devidamente constituído como unidade orçamentária;

III - a elaboração de Plano Municipal de Assistência Social;

IV - a comprovação orçamentária de recursos próprios destinados à assistência social, alocados em seus respectivos fundos de assistência social;

Parágrafo Único: O planejamento das atividades a serem desenvolvidas com recursos do FNAS integrará o Plano Municipal de Assistência Social, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e aprovado pelo CMAS.

Art. 7º. Os recursos transferidos do FNAS ao Município serão aplicados segundo prioridades estabelecidas em Planos de Assistência Social, aprovados por seus respectivos conselhos, observada, no caso de transferência a fundos municipais, a compatibilização com o plano estadual e o respeito ao princípio da equidade.

Art. 8º. O cofinanciamento federal de serviços, programas e projetos de assistência social e de sua gestão, no âmbito do SUAS, poderá ser realizado por meio de blocos de financiamento.

Parágrafo Único: Consideram-se blocos de financiamento o conjunto de serviços, programas e projetos, devidamente tipificados e agrupados, e sua gestão, na forma definida em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

CAPÍTULO V

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 9º. A prestação de contas da utilização de recursos federais de que tratam os incisos I, IV e V do art. 4º, repassados para o Fundo de Assistência Social do Município, será realizada por meio de declaração anual dos entes recebedores ao ente transferidor, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo conselho de assistência social, que comprovará a execução das ações.

§ 1º. Para fins de prestação de contas dos recursos federais de que trata inciso I do art. 4º, considera-se relatório de gestão as informações relativas à execução física e financeira dos recursos transferidos, declaradas pelos entes federados em instrumento informatizado específico, disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

§ 2º. A prestação de contas, na forma do caput, será submetida à aprovação do FMAS e posteriormente encaminhada ao FNAS.

Art. 10. A utilização e prestação de contas de recursos federais

recebidos pelo fundo de assistência social do Município, de que tratam os incisos IV e V do art. 4º, observará o disposto em legislação específica.

Art. 11. Os recursos de que trata o inciso I do art. 4º poderão ser repassados pelos Fundos Municipais para entidades e organizações que compõem a rede socioassistencial, observados os critérios estabelecidos pelos respectivos conselhos, o disposto no art. 9º da Lei nº 8.742, de 1993, e a legislação aplicável.

Art. 12. Os demonstrativos da execução orçamentária e financeira do FMAS serão submetidos à apreciação do CMAS trimestralmente, de forma sintética, e anualmente, de forma analítica.

CAPÍTULO VI

DO CONTROLE SOCIAL

Art. 13. No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos, aos critérios de partilha, ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - certificar se a Secretaria Municipal de Assistência Social divulga amplamente para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, e projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o Plano Municipal de Assistência Social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e/ou de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais estão alocados no Fundo Municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política.

V - decidir sobre a regularidade do Plano de Ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FNAS, ou não regular, não autorizando referido repasse;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FNAS; ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

a) análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o plano municipal de assistência social;

c) execução e aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) qualidade dos serviços prestados;

f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), se o Plano de Ação está em conformidade com o "Plano Municipal de Assistência Social", aprovado pelo

próprio Conselho;

VIII - analisar o Plano de Ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços cofinanciados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-financeira do SUAS;

X - certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regimento Interno;

XII - aprovar o Regimento Interno do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos em resolução.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as Leis em contrário em especial as Leis Municipais nºs 033/1997, de 28 de julho de 1997 e Lei Municipal nº 772/2011 de 27 de abril de 2011.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.095

LEI Nº 1.095/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI DE CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Bela Vista do Toldo, órgão colegiado e deliberativo, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 16, parágrafo único, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único: O Conselho Municipal de Assistência Social é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e arcando com despesas referentes a passagens, traslados, alimentação, hospedagens de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil,

quando estiverem no exercício das suas atribuições.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§ 1º. As ações deliberativas e reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

§ 2º. As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas à execução dos serviços prestados pela Política Municipal de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§ 3º. O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Municipal de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários desta Política.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA E DO EXERCÍCIO

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I – elaborar, aprovar e modificar seu Regimento Interno, que é o conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento em consonância com a Lei de Criação do Conselho;

II - aprovar a Política Municipal, elaborada em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III - convocar, num processo articulado com a Conferência Nacional e Estadual, a Conferência Municipal de Assistência Social, bem como aprovar as normas de funcionamento da mesma e constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

IV - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política Municipal de Assistência Social;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com o órgão gestor, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de Assistência Social, de acordo com a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS) e a de Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS);

VIII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito municipal e efetiva participação dos segmentos de representação do Conselho;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de Assistência Social, em âmbito municipal, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo fundo municipal de assistência social;

X - aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XII – inscrever, normatizar e fiscalizar as entidades e organizações de Assistência Social do município;

XIII - informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de Assistência Social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XIV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual e municipal, efetivado na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB, estabelecido na NOB/SUAS;

XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVI - acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XVII - publicar no Diário Oficial Municipal todas as suas deliberações.

Art. 4º. Para o exercício de suas competências, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) o Plano Municipal de Assistência Social;

b) o Plano de Ação;

c) a proposta orçamentária da Secretaria de Assistência Social para apreciação e aprovação;

d) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF);

e) o plano de aplicação do Fundo Municipal, balancete trimestral e prestação de contas ao final do exercício;

f) as informações relativas ao montante de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;

g) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;

h) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

i) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

j) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético da execução física e financeira.

II - das Entidades e Organizações de Assistência Social:

a) o estatuto social;

b) o plano de trabalho;

c) o relatório anual de execução do plano de trabalho;

d) os documentos contábeis.

III - do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas;

b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS).

V - da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Único: Além dos documentos elencados nos incisos I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas competências.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Seção I

Da Composição

Art. 5º. O Conselho de Assistência Social será composto por 50% (cinquenta por cento) de representantes do Poder Público Municipal

e 50% (cinquenta por cento) de representantes da sociedade civil e entidades não governamentais, em igual número de suplentes, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período, com o/a presidente eleito/a, entre os seus membros, em reunião plenária com pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) membro.

§ 1º. Quando houver vacância no cargo de presidente poderá o/a vice-presidente, assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho.

§ 2º. Os pedidos de renúncia de conselheiros deverão ser encaminhados por escrito para o Presidente do Conselho.

§ 3º. Em se tratando de renúncia do Presidente do Conselho, esta deverá ser formalizada por escrito e encaminhada ao seu substituto legal no prazo de três dias, para que possibilite a convocação de Reunião Extraordinária na forma regimental, e realize nova eleição para o preenchimento do cargo e termino do mandato em curso, observando, da mesma forma, o âmbito da representatividade (Governamental ou Não Governamental), que preside o CMAS naquele biênio.

§ 4º. Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno.

Art. 6º. Comporão o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, representantes dos órgãos governamentais, titulares e respectivos suplentes, dos setores que desenvolvem ações ligadas as políticas sociais e econômicas, como:

I – 01 Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – 01 Representante da Secretaria Municipal de Educação;

III – 01 Representante da Secretaria Municipal da Saúde;

IV – 01 Representante da Secretaria Municipal de Agricultura;

V – 01 Representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Parágrafo Único. Os representantes governamentais serão indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, dentre os que detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública.

Art. 7º. Os órgãos não-governamentais serão representados pelos seguintes:

I – 03 Representantes dos usuários da Assistência Social;

II – 01 Representante de Entidades e Organizações de Assistência Social;

III – 01 Representante de Entidades de Trabalhadores.

Art. 8º. A nomeação dos membros da sociedade civil se dará por indicação dos usuários e das entidades e organizações do município. Deve-se, ainda, observar:

I - caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações;

II - após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto;

III - o processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade.

Parágrafo Único: Os Conselheiros serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e empossados pelo titular da pasta da política de Assistência Social em prazo adequado e suficiente para não existir descontinuidade em sua representação.

Art. 9º. Os/as conselheiros/as não receberão qualquer remuneração por sua participação no Colegiado e seus serviços prestados

serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social, sendo seu exercício prioritário, devendo quaisquer ausências serem justificadas.

Art. 10. Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

Art. 11. Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§ 1º. As entidades e organizações de Assistência Social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e da Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do CMAS;

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do CMAS;

§ 2º. As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742/93, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos;

§ 3º. Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

Art. 12. Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Art. 13. A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Seção II

Do Funcionamento

Art. 14. O Plenário reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 15. Os Conselhos têm autonomia de se auto convocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas.

Art. 16. Os Conselhos de Assistência Social deverão ter uma Secretaria Executiva com assessoria técnica, devendo ser habilitada em serviço social e inscrita no conselho profissional.

§ 1º. A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho de Assistência Social, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, devendo contar com pessoal técnico-administrativo;

§ 2º. A Secretaria Executiva poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para prestar apoio técnico-logístico.

Art. 17. As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores, os representantes de outras entidades, outros representantes dos usuários ou de organizações de usuários, ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

I - de Normas, Regulamentos e Inscrições;

II - de Financiamento e Orçamento;

III - de Políticas;

IV - de Divulgação e Comunicação.

Art. 18. Recomenda-se que, no início de cada nova gestão, seja realizado o Planejamento Estratégico do Conselho, com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos os conselheiros, titulares e suplentes, e os técnicos do Conselho.

Art. 19. Devem ser programadas ações de capacitação dos conselheiros por meio de palestras, fóruns ou cursos, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação e, para tanto, deve-se prever recursos financeiros nos orçamentos, utilizando-se para este fim os recursos repassados pelo Governo Federal.

Art. 20. O Conselho deve estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a sobreposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - racionalização dos eventos do Conselho, de maneira a garantir a participação dos conselheiros, principalmente daqueles que fazem parte de outros Conselhos;

V - garantia da construção de uma política pública efetiva.

Seção III

Do Desempenho

Art. 21. Para o bom desempenho do Conselho, é fundamental que os conselheiros:

I - sejam assíduos às reuniões;

II - participem ativamente das atividades do Conselho;

III - colaborem no aprofundamento das discussões para auxiliar nas decisões do Colegiado;
IV - divulguem as discussões e as decisões do Conselho nas instituições que representam e em outros espaços;
V - contribuam com experiências de seus respectivos segmentos, com vistas ao fortalecimento da Assistência Social;
VI - mantenham-se atualizados em assuntos referentes à área de assistência social, indicadores socioeconômicos do País, políticas públicas, orçamento, financiamento, demandas da sociedade, considerando as especificidades de cada região do País;
VII - colaborem com o Conselho no exercício do controle social;
VIII - atuem, articuladamente, com o seu suplente e em sintonia com a sua entidade;
IX - desenvolvam habilidades de negociação e prática de gestão intergovernamental;
X - estudem e conheçam a legislação da Política de Assistência Social;
XI - aprofundem o conhecimento e o acesso a informações referentes à conjuntura nacional e internacional relativa à política social;
XII - mantenham-se atualizados a respeito do custo real dos serviços e programas de Assistência Social e dos indicadores socioeconômicos da população, que demandam esses serviços, para então argumentar, adequadamente, as questões de orçamento e cofinanciamento;
XIII - busquem aprimorar o conhecimento in loco da rede pública e privada prestadora de serviços sócio assistenciais;
XIV - mantenham-se atualizados sobre o fenômeno da exclusão social, sua origem estrutural e nacional, para poderem contribuir com a construção da cidadania e no combate à pobreza e à desigualdade social;
XV - acompanhem, permanentemente, as atividades desenvolvidas pelas entidades e organizações de assistência social, para assegurar a qualidade dos serviços oferecidos aos beneficiários das ações de assistência social.

Seção IV Da Organização

Art. 22. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

- I – da Assembleia Geral;
- II – da Mesa Diretora;
- III – das Comissões;
- IV – da Secretaria Executiva.

§ 1º. A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 2º. A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de no mínimo dois anos, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Secretário.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. Será emitida declaração a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

Art. 24. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários quando da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 25. As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 26. O Regimento Interno do CMAS complementarà a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei, devendo ser submetido à Assembleia Geral, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo Único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as Leis em contrário em especial a Lei Municipal nº 0152/1999, de 23 de dezembro de 1999.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.096

LEI Nº 1.096/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“ALTERA O CAPUT DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 899/2012 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica alterado o “caput” do artigo 1º da Lei Municipal nº 899/2012 de 19 de dezembro de 2012, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. Fica denominada a Unidade Básica de Saúde da Localidade de Imbuia como: Hilário Schiessl.

Art. 2º. Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 899 de 19 de dezembro de 2012 permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.097

LEI Nº 1.097/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
06-28.843.0003-0.002	0.002	Amortização e Encargos da Dívida Fundada	
Dotação	4.6.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	150.000,00
TOTAL GERAL	150.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
77-12.365.0005-2.014	2.014	Construção, Ampliação e Reformas de CEIs	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0740	Aplicações Diretas	150.000,00
TOTAL GERAL	150.000,00		

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.098

LEI Nº 1.098/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECONHECER E PARCELAR DÍVIDA JUNTO A RECEITA FEDERAL DO BRASIL - INSS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e a proceder o pagamento de parcelamento da dívida do Fundo Municipal de Saúde, cadastrado no CNPJ sob nº 10.324.957/0001-47, com a Receita Federal do Brasil, competências do débito compreendida entre 13/2010 a 13/2012, perfazendo o montante total de R\$ 76.590,21 (setenta e seis mil, quinhentos e noventa reais e vinte e um centavos).

§ 1º. O valor descrito no caput do artigo anterior será atualizado monetariamente, à época de sua quitação.

§ 2º. O município poderá ser beneficiado com a redução de multas se optar pelo pagamento à vista ou parcelado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação.

Art. 2º. O parcelamento de que trata o artigo 1º desta Lei referem-se às divergências de valores de GFIP apurados pela Receita Federal do Brasil sob inscrição nº 48.029.027-0, referente aos meses 13/2010 a 13/2012.

Art. 3º. Os valores apurados descritos no caput do artigo 2º poderão ser objeto de Processo Administrativo Disciplinar, e se, for o caso de Ação Judicial de Regresso contra quem tiver dado causa, tudo a ser apurado pela Procuradoria do Município, observada a garantia do contraditório e da ampla defesa.

Art. 4º. O valor das contribuições devidas segundo o relatório de divergências apurado pela Receita Federal, descritos no caput do artigo 2º poderão ser objeto de questionamento junto à Receita Federal do Brasil, em regular processo administrativo, ou judicial.

Art. 5º. O Poder Executivo, durante o prazo do Acordo de Parcelamento, consignara nos orçamentos anuais e dotações suficientes ao atendimento das prestações mensais oriundas do ajuste.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.099

LEI Nº 1.099/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOVA REDAÇÃO DO ARTIGO 69 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 004/97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. O artigo 69 e seu parágrafo único passam a vigorar com a seguinte redação:

Do Adicional Por Tempo de Serviço

Art. 69. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 5%

(cinco por cento) a cada cinco anos de serviço público efetivo, ininterruptos, em cargo de provimento efetivo na Administração Direta, Indireta, Fundacional e Autárquica do Município de Bela Vista do Toldo, incidente sobre o vencimento base do servidor.

Parágrafo Único: O servidor fará jus ao adicional a partir do mês que completar o quinquênio, em cargo efetivo, mediante requerimento por escrito endereçado ao Chefe do Poder Executivo Municipal ou Presidente da Câmara de Vereadores e despacho deste ao Setor de Recursos Humanos.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.100

LEI Nº 1.100/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 574.981,30 (quinhentos e setenta e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
83-15.452.0006-1.007	1.007	Pavimentação e Recuperação de ruas e estradas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	574.981,30
TOTAL GERAL	574.981,30		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 574.981,30 (quinhentos e setenta e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	R\$
Unidade Orçamentária	04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	

27-20.606.0004-1.005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Máquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	439.465,25
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
106-15.452.0006-2.023	2.023	Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Pontes, etc.	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0723	Aplicações Diretas	135.516,05
TOTAL GERAL	574.981,30		

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.101

LEI Nº 1.101/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS AGENTES POLÍTICOS, PÚBLICOS E SERVIDORES PÚBLICOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INDIRETA, FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Os agentes políticos, públicos e servidores públicos municipais da Administração Direta, Indireta e Fundacional que se deslocarem temporariamente do Município, dentro ou fora do Estado, farão jus à percepção de diárias e, quando for o caso, à respectiva passagem.

Parágrafo Único. O deslocamento a que se refere o caput será considerado quando do estrito desempenho de suas atribuições e/ou para participar de seminários, congressos, cursos de aperfeiçoamento e outros eventos de interesse da municipalidade.

Art. 2º. Os colaboradores eventuais, partícipes de termo de cooperação ou instrumento equivalente, e os conselheiros, formalmente nomeados e não pertencentes aos quadros de pessoal das carreiras do Município, receberão diárias correspondentes ao valor estabelecido no Anexo I da presente Lei.

Parágrafo Único: É vedado o pagamento de diárias, pelos órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Poder Executivo Municipal, aos funcionários ou representantes de empresas prestadoras de serviços terceirizados.

Art. 3º. Os contratados em caráter temporário e os servidores cedidos por órgãos e entidades da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, receberão diárias estabelecidas no Anexo I, correspondente ao do cargo dos servidores que estiverem substituindo ou nomeado.

Art. 4º. Observados os princípios da moralidade e o interesse do serviço público, o pagamento de diárias e/ou a requisição de passagens só poderão ser concedidos mediante prévia autorização da autoridade competente, prefeito, vice prefeito, secretários municipais, presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 5º. As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do trabalho, destinando-se a indenizar os agentes políticos, públicos, e os servidores públicos municipais das despesas com alimentação e hospedagem, ou proporcionais a partir de 08h00min (oito horas de afastamento).

§ 1º. As diárias serão calculadas integrais por período de 24h00min (vinte e quatro horas) contados a partir do momento da partida, até o efetivo retorno, fato gerador do direito.

§ 2º. Quando o afastamento ocorrer por um período de 15h00min (quinze horas) a 23h00min (vinte e três horas) será computado como 2/3 (dois terços) de diária.

§ 3º. Quando o afastamento ocorrer por um período de 12h00min (doze horas) a 15h00min (quinze horas) será computado como 1/2 (meia) diária.

§ 4º. Quando o afastamento ocorrer por um período de 8h00min (oito horas) a 12h00min (doze horas) será computado como 1/3 (um terço) de diária.

Art. 6º. O pagamento de diárias será efetuado através de cheques ou ordem bancária, obedecendo-se à tabela de diárias que constitui o Anexo I desta Lei.

Art. 7º. O ato de concessão de diárias constará da ordem de serviço e especificará claramente o objetivo da viagem, sendo executado em 02 (duas) vias, com a seguinte destinação:

I - a primeira via ficará anexo ao processo de pagamento;

II - a segunda via será entregue ao agente político e/ou servidor público municipal.

Art. 8º. Os agentes políticos e os servidores que receberem diárias ficarão obrigados a fazer a Prestação de Contas da Viagem no prazo de 03 (três) dias do seu retorno à sede, na qual deverá constar:

I – relatório de viagem, aprovado pelo superior imediato do servidor beneficiário;

II – comprovante do embarque aéreo ou terrestre, quando se tratar de meio de transporte comercial, terrestre ou aéreo;

III – cópia de certificado, diploma ou atestado no caso de participação em cursos, congressos, seminários, treinamentos e outros eventos similares.

Parágrafo Único: Se o meio de transporte utilizado for de propriedade do Município ou locado, no Relatório de Viagem deverá constar o número da placa e a quilometragem inicial e final.

Art. 9º. Os agentes políticos ou servidores públicos municipais que não prestarem contas no prazo estabelecido nesta Lei terão descontados em folha de pagamento o valor das diárias recebidas.

Parágrafo Único. O Setor de Tesouraria encaminhará ao Setor de Recursos Humanos as pendências relativas à não prestação de contas das diárias para serem debitadas na folha de pagamento do beneficiário.

Art. 10. O ato de concessão de diárias constará da ordem de serviço e especificará claramente o objetivo da viagem, sendo executado em 02 (duas) vias, com a seguinte destinação:

I – a primeira via ficará anexo ao processo de pagamento;

II – a segunda via será entregue ao agente político e/ou servidor público municipal.

Art. 11. Para atendimento de pagamento de diárias deverão ser emitidos empenhos ordinários, permitindo-se, porém em caráter excepcional, a emissão de empenhos estimativos destinados às diárias que não puderem se sujeitar ao processo normal de pagamento.

§ 1º. Em casos excepcionais, para atender demandas emergenciais, com as devidas justificativas e havendo concordância do agente político

e do servidor, a formalização do processo de empenho e pagamento da diária poderá ser efetuada durante ou após a viagem e terá natureza de reembolso.

§ 2º. O empenho que ocorrer imediatamente após retorno da viagem.

Art. 12. Na hipótese de ser autorizada a prorrogação do prazo de afastamento, os agentes políticos e/ou servidores farão jus às diárias correspondentes ao período em excesso, sendo formalizado novo processo para concessão e pagamento de diárias, ao qual será juntada uma cópia do relatório de viagem.

Art. 13. O processo de despesa referente à concessão e pagamento das diárias deverá conter:

I – ordem de serviço;

II – nota de empenho ordinário ou estimativo quando for o caso;

III – liquidações de empenho;

IV – ordem de pagamento;

V – comprovante de depósito bancário;

VI – prestação de contas da viagem, composta dos documentos relacionados na presente Lei.

Art. 14. O agente político e o servidor que receber diárias e, por qualquer motivo, não se afastar de sua sede ou retornar antes da data prevista, deverá restituir juntamente com a Prestação de Contas da Viagem, o valor correspondente às diárias não utilizadas, revertendo o respectivo crédito à dotação orçamentária.

§ 1º. A devolução será considerada como Receita do Município quando se efetivar após o encerramento do exercício financeiro em que se realizou o pagamento.

§ 2º. O ordenador de despesas, em face da não prestação de contas ou não devolução do valor das diárias não utilizadas na forma e prazo estabelecido, determinará o desconto na folha de pagamento.

Art. 15. É vedado conceder diárias com o objetivo de remunerar outros encargos ou serviços.

Art. 16. É vedado conceder gratificação pela prestação de serviço extraordinário ao servidor e/ou agente político que perceber diária.

Art. 17. A autoridade e o ordenador da despesa que conceder ou arbitrar diárias em desacordo com esta Lei, responderá solidariamente com o servidor pela reposição imediata da importância indevidamente paga, que será descontada na folha de pagamento.

Art. 18. Ao agente político e/ou servidor que não prestar contas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis do seu retorno fica vedado à concessão de nova diária e/ou passagem.

Art. 19. O servidor que for exonerado ou demitido, com pendência de prestação de contas de diárias, terá o valor das respectivas diárias descontado na última folha de pagamento ou no processo de pagamento de verbas rescisórias.

Parágrafo Único. Para cumprimento do disposto no caput o setor de Recursos Humanos deverá solicitar declaração do setor financeiro quanto à existência de pendência na prestação de contas, no qual deverá ser informado o valor do débito e este informará ao setor de recursos humanos para que proceda ao desconto, na folha de pagamento do servidor beneficiário, do valor correspondente às diárias não utilizadas ou sem a respectiva prestação de contas no prazo disposto nesta Lei.

Art. 20. A Prestação de Contas será submetida aos setores financeiros (tesouraria e contabilidade) competentes onde ficará à disposição dos órgãos de controle interno e externos.

Art. 21. Quando se tratar de viagem ao exterior, aplicar-se-á aos agentes políticos, públicos e servidores públicos municipais da Administração Direta, Indireta e Fundacional, o regime de adiantamento previsto na Lei Municipal nº 933/2013, mediante empenho prévio das despesas.

§ 1º. Quando aplicado o regime de adiantamento para viagens ao exterior, poderão se incluir neste, todos os gastos relativos efetivados no território nacional e no(s) país(es) destino da viagem e não observar-se-á limite de valores.

§ 2º. A prestação de contas se dará nas formas da Lei Municipal nº 933/2013, e serão admitidos todos os gastos relativos, sem limite de valor, ou classificação como de pequeno valor ou de pronto pagamento.

Art. 22. Os valores constantes da Tabela do Anexo I poderão ser corrigidos via Decreto Municipal, anualmente, segundo os índices inflacionários oficiais aplicando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial as Leis Municipais nºs. 006/1997 de 06 de janeiro de 1997, 375/2004 de 17 de novembro de 2004, 618/2008 de 17 de novembro de 2008 e 814/2011 de 25 de novembro de 2011.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

ANEXO I
CLASSIFICAÇÃO DOS VALORES DE DIÁRIAS

QUANTIDADE	1	1/2	1/3	2/3
Prefeito, Presidente da Câmara de Vereadores	R\$ 598,27	R\$ 299,13	R\$ 199,42	R\$ 398,85
Vice Prefeito, Secretários, Assessores, Contador, Advogado, Vereadores	R\$ 398,84	R\$ 199,42	R\$ 132,94	R\$ 265,89
Demais Comissionados	R\$ 227,67	R\$ 113,83	R\$ 75,89	R\$ 151,78
Demais Servidores Efetivos, Conselheiros Tutelares e Conselheiros	R\$ 210,00	R\$ 105,00	R\$ 70,00	R\$ 140,00

LEI 1.102

LEI Nº 1.102/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

"INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NA CONFORMIDADE DO ARTIGO Nº 144, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, ESTADO DE SANTA CATARINA. "

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. A presente Lei Municipal estabelece o Plano Municipal de Educação, com duração de 10 anos (dez anos).

Art. 2º. O Plano Municipal de Educação foi elaborado com participação da sociedade, organizado pela Comissão para Elaboração do Plano Municipal de Educação, de acordo com o Decreto nº 233/2014 e Decreto 235/2015, sob a Coordenação da Secretaria Municipal de Educação em conformidade com os Planos Nacional e Estadual de Educação.

Art. 3º. O Plano Municipal de Educação, apresentado em conformidade do que dispõe o artigo nº 166 da Constituição Estadual, bem como o artigo nº 144 da Lei Orgânica do Município de Bela Vista do Toldo, reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza a Constituição da República e a Constituição do Estado de Santa Catarina, como também a Lei Orgânica do município.

Art. 4º. O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do município, com suas respectivas metas e estratégias, conforme documento anexo.

Art. 5º. Compete ao Conselho Municipal de Educação e/ou Comissão organizada pela Secretaria Municipal de Educação realizar o acompanhamento e a avaliação da execução do Plano.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias e de outros recursos captados no decorrer da execução do Plano.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

BELA VISTA DO TOLDO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MAIO

2015

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou construção.

Paulo Freire.

COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Ivani Gonçalves de Lima Kuchler

Suplente: Ivanilda Liller

II - REPRESENTANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:

Titular: Adriana Maria de Souza

Suplente: Rosana Cavaleiro

III - REPRESENTANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:

Titular: Marilda de Souza Krull

Suplente: Jucélia Aparecida Wolff

IV - REPRESENTANTES DO ENSINO MÉDIO ESTADUAL:

Titular: Marlon José Karvat

Suplente: Sandro Mielke

V - REPRESENTANTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

Titular: Cleison Schiessl

Suplente: Marta Sabrina da Silva

VI - REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Ana Maria Lopes Vieira

Suplente: Elenita Karvat Sabatke

VII - REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:

Titular: Neuza Fátima Viott Braga

Suplente: Sônia dos Anjos Ferreira

VIII - REPRESENTANTES DA CÂMARA DE VEREADORES:

Titular: Siomara Isabel Stelzner Damaso da Silveira

Suplente: Elcio Vieira Magalhães

IX - REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Titular: Roberta Tischler Mielke

Suplente: Janete Munhoz Stelzner

X - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titular: Alessandro Décio Damaso

XI - REPRESENTANTES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Titular: Silvana Dambroski

Suplente: Simone Aparecida Lessak Magalhães

XII - REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

Titular: Rosane Marko G. do Rosário

Suplente: Kelly Alves David

XIII - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO:

Titular: Santilha Carvalho de Lima

Suplente: Raquel Tischler

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO	08
2.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	08
2.1.1 Aspectos Geográficos	10
2.1.2 Aspectos Demográficos	10
2.1.3 Aspectos Sócio-econômicos	12
2.1.4 Tipo de Habitação	13
2.1.5 Estrutura Sanitária	14
2.1.6 Rede de Água	15
2.1.7 Tratamento de Água	16
2.1.8 Rede de Esgoto e Destino do Lixo	16
2.1.9 Sistema de Saúde	17
2.1.9.1 Taxa de natalidade	18
2.1.10 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	19
2.1.11 Estrutura Educacional	20
3 RELEVÂNCIA DO PLANO DE EDUCAÇÃO	28
4 NÍVEIS DE ENSINO	30

4.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	30
4.2 ENSINO FUNDAMENTAL	34
4.3 ENSINO MÉDIO	37
4.4 ENSINO SUPERIOR	42
5 MODALIDADES DE ENSINO	42
5.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA	42
5.2 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	44
5.3 EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	49
5.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL	51
5.5 EDUCAÇÃO NO CAMPO (Educação Ambiental)	54
6 FORMAÇÃO DE PROFESSORES	56
6.1 VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	60
7 FINANCIAMENTO	61
7.1 DO FUNDEF ao FUNDEB	61
7.2 PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR...	63
7.3 PDDE – PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	64
7.4 PNATE – PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR	64
8 AUTONOMIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA	65
9 ATUAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAL	66
9.1 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	67
9.2 CONSELHO DO FUNDEB	68
9.3 CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE	69
10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	71

LISTA DE TABELA

Tabela 01: População por faixa etária	11
Tabela 02: Produção agrícola	12
Tabela 03: Pecuária	13
Tabela 04: Tipo de Habitação/Casa	14
Tabela 05: Abastecimento de Água	15
Tabela 06: Tratamento da água	16
Tabela 07: Destino do Esgoto	16
Tabela 08: Destino do Lixo	17
Tabela 09: Taxa de Natalidade por sexo e ano	18
Tabela 10: Índice de Desenvolvimento Humano	19
Tabela 11 – Funcionários da Secretaria da Educação por categoria	20
Tabela 12: Unidades Escolares	21
Tabela 13: População por faixa etária e níveis de ensino	21
Tabela 14: Quantitativo de alunos da rede municipal	23
Tabela 15: Educação Infantil – Creche Raios de Sol	23
Tabela 16: Educação Infantil – Creche Delfino Correa da Maia	23
Tabela 17: Alunos matriculados por faixa etária	24
Tabela 18: Alunos matriculados rede estadual por faixa etária	25
Tabela 19: Alunos matriculados por série	25
Tabela 20: Distorção série/idade por escola – Educação Infantil e Ensino Fundamental	25
Tabela 21: Número de população e matrículas por idade	26
Tabela 22: Alunos da Educação Infantil	33
Tabela 23 – Avaliação e metas projetadas do IDEB – Séries Iniciais	36
Tabela 24 – Avaliação e metas projetadas do IDEB – Séries Finais	36
Tabela 25 - Avaliação e metas projetadas do IDEB – Séries Iniciais/Estado	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Principais produtos agrícolas	12
Gráfico 2 – Abastecimento de Água	15
Gráfico 3 – Destino do Lixo	17
Gráfico 4: Taxa de natalidade por sexo e ano	19
Gráfico 5 – Demonstrativos de profissionais e formação dos professores...	59

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea, principalmente em fins do século XX e início do século XXI passou por inúmeras e relevantes transformações no sistema educacional, visando melhorar o sistema de ensino e proporcionar aos alunos um processo de aprendizagem eficaz, eficiente e de qualidade.

As transformações não se restringem somente aos alunos, pelo contrário, visa também melhorar as condições de trabalho dos professores, sua valorização como profissional e proporcionar à sociedade civil participação nas atividades escolares de maneira democrática.

Para garantir todas essas transformações em prol da qualidade do ensino, alunos, docentes e comunidade escolar foi criada a Lei o Plano Nacional de Educação pela lei nº 10.721 em 09 de janeiro de 2001, que estipula objetivos e metas a serem cumpridas em 10 anos, a partir de sua vigência.

Em 2014, pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 foi estipulada que no prazo de um (01) ano os municípios devem elaborar e aprovar em todas as instâncias o Plano Municipal de Educação, o qual regerá o sistema de ensino municipal pelos próximos 10 anos.

Partindo dessa ótica, o plano decenal de educação é um instrumento de planejamento que deve conter os pressupostos filosóficos, a linha pedagógica, as metas e as estratégias básicas a serem desenvolvidas pelo Sistema Municipal de Educação.

Sendo assim, o Plano Municipal de Educação a seguir está subdividido por títulos e subtítulos e abordam a situação social, geográfica, histórica, cultural e econômica do município. Em seguida são abordados os níveis e modalidade de ensino; formação e valorização dos professores; financiamento na educação e a relevância da gestão democrática. Para finalizar aborda a necessidade de se manter uma equipe que acompanhe e avalie o desenvolvimento do Plano Municipal de Educação.

2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

2.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Localizada no Planalto Norte de Santa Catarina, sul do Brasil, o município de Bela Vista do Toldo, teve sua gênese em fins de 1880 e 1890 e seus primeiros moradores foram o Sr. Manuel Bueno, seu genro Camilo dos Santos Corrêa e o Sr. Estanislau Schumann.

As terras pertencentes à Bela Vista do Toldo foram habitada por índios Caingangues e servia de passagem e de descanso para os tropeiros que levavam gado do Rio Grande do Sul para São Paulo.

A denominação Bela Vista do Toldo originou de uma antiga expressão dos primeiros moradores dessa região. Antigamente a pequena comunidade era denominada de Toldo dos Índios, pois nela estava agrupada uma tribo indígena que vivia em completo isolamento e quando os primeiros moradores chegaram e do alto de um morro avistaram todas as cabanas indígenas, um deles admirado exclamou:

- Que bela vista dos toldos!

- A partir dessa exclamação, a pequena aldeia ficou conhecida como Bela Vista do Toldo.

Inicialmente a região era praticamente desabitada e pouco explorada, mas à medida que o tempo passava, novos posseiros iam chegando e tomando posse das terras que encontravam.

Após a Guerra do Contestado (1912-1916) os primeiros imigrantes poloneses chegaram à região e tiveram os primeiros contatos com os indígenas. Posteriormente, os alemães, italianos e ucranianos foram chegando à região, tornando-a mais populosa. Os imigrantes europeus vieram para essa região com o intuito de fugir dos conflitos e problemas que assolavam a Europa e também para encontrar melhores condições de vida.

No início, esses imigrantes andavam por pequenos carreiros, que aos poucos foram se transformando em estradas abertas. As primeiras casas foram construídas de madeira lascada e de pau-a-pique, sendo que as primeiras instalações, onde também se incluía uma pequena igreja e uma escola, eram na propriedade do Sr. Manuel da Silva. A primeira professora que lecionou na escola foi a Srª Euvira Ricardo da Silva e logo em seguida a Pioneira Gertrudes Müller.

A primeira casa de comércio foi o armazém do Senhor Paulo Guinter, uma marcenaria. Uma serraria também iniciou suas atividades na pequena comunidade. A principal atividade econômica da época era a agropecuária. Criava-se gado, suínos, aves e ovinos, fazia-se a extração da erva mate e o cultivo de alguns cereais para comercialização e subsistência.

O acentuado desenvolvimento do povoado foi se destacando mediante a instalação de novas casas de comércio como açougue, padaria e sapataria. Na época também existia uma Delegacia de Polícia com um quadro de funcionário pequeno, composto somente por dois soldados e um inspetor de quartelão.

As atividades socioculturais eram desenvolvidas na escola e na igreja. Mais tarde ocorreu a implantação de um clube recreativo, tendo como data de fundação 10 de novembro de 1940, sendo o primeiro Presidente o Senhor Nei Pacheco de Miranda Lima, que tinha como finalidade promover jogos esportivos, principalmente o futebol.

Em 12 de janeiro de 1959, através da Lei n.º 385 da Assembléia Legislativa do Estado, foi criado o Distrito de Bela Vista do Toldo, e publicado em Diário Oficial do Estado em 19 de janeiro de 1959. Na época o Distrito abrangia as localidades de Arroio Fundo, Colônia Ouro Verde, Gralha, Imbuia, Lagoa do Sul, Ribeirão Raso, Rio Bonito, Rio d'Areia de Cima, São Sebastião dos Ferreiras, Serra do Lucindo, Tira Fogo e o centro.

Vários avanços surgiram com o passar dos anos, e observando o crescimento social, político, cultural e econômico deste distrito, sentiu-se a necessidade de elevar o distrito à categoria de município. Depois de várias discussões e acordos políticos, Bela Vista do Toldo foi emancipada em 16 de abril de 1994, pela Lei Estadual n.º 9.536/94.

As rodovias de acesso ao município, a partir da SC – 280, são as rodovias SC – 423, SC – 303 e SC - 477. O município de Bela Vista está classificado pela EMBRATUR como Município com Potencial Turístico – MPT. O município de Bela Vista do Toldo está a 304 km de distância da capital.

Possui 01 Banco do Estado de Santa Catarina – BESC/Banco do Brasil, 01 Posto de Atendimento da Caixa Econômica Federal – Caixa Aqui e uma lotérica da Caixa Econômica Federal.

O município não dispõe de estrutura hoteleira, utilizando-se do serviço da cidade vizinha de Canoinhas. O município de Bela Vista do Toldo é condecorado com muitas riquezas naturais, porém não dispõe de nenhum produto formatado para a atividade turística. Somente há a prática de rallies (moto), por iniciativas particulares.

Os meios de comunicação mais utilizados pela população belavistense é a internet, as emissoras de rádio AM e FM, as emissoras de televisão (Globo, Record, Bandeirantes, SBT entre outras) e 01 jornal, denominado Jornal, O Povo.

O número de veículos no município, segundo dados do IBGE, no ano de 2010 é de 2.632. Isso significa que para cada 2.28 pessoas há um (01) carro.

2.1.1 Aspectos Geográficos

O município possui uma área de 534,62 km²; com uma altitude de 752 metros, latitude de 26º16'20" e longitude de 50º27'50".

O relevo é constituído por um planalto de superfícies montanhosas e planas, fortemente dissecadas, com formação predominante sedimentar.

O clima, segundo Koppen classifica-se como mesotérmico úmido com estações secas e com verões frescos. A temperatura média é de 17,1 graus Celsius, com inverno bastante rigoroso. As precipitações são distribuídas regularmente o ano todo, apresentando na sua totalidade deficiências hídricas nulas e bons índices de excedentes hídricos.

O bioma do município é a mata Atlântica. Privilegiado por cobertura vegetal formada de florestas nativas com a presença de araucária e imbuia, por isso denominada ambrófila mista. Tem solo rico em argila e areia nas margens do Rio Paciência, e com tratamento adequado é altamente produtivo. Dos 534.62 km²; 262 km² são de floresta, sendo metade mata nativa e a outra metade reflorestamento, contendo áreas verdes e cachoeiras.

A hidrografia do município é composta pela Bacia do Rio Iguaçu e tem como principais afluentes os Rios Paciência, Tamanduá, Timbozinho e Timbó.

2.1.2 Aspectos Demográficos - População Atual

Conforme dados do DATASUS (2012), o município possui 6.047 habitantes, sendo que a maioria reside nas localidades interioranas (zona rural). Bela Vista do Toldo têm uma densidade demográfica de 11,23 habitantes por km².

De acordo com a tabela a seguir, é possível perceber que do o número de pessoas por sexo e idade.

Tabela 1: População por faixa etária

POPULAÇÃO RESIDENTE POR FAIXA ETÁRIA			
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
Menor 1 ano	32	42	74
1 ano	37	42	79
2 anos	42	43	85
3 anos	46	45	91
4 anos	49	47	96
5 anos	52	49	101
6 anos	54	51	105
7 anos	55	53	108
8 anos	57	55	112
9 anos	57	57	114
10 anos	58	59	117
11 anos	58	61	119
12 anos	58	62	120
13 anos	58	63	121
14 anos	58	62	120
15 anos	58	61	119
16 anos	57	61	118
17 anos	57	59	116
18 anos	55	56	111
19 anos	54	52	106
20 a 24 anos	252	226	478
25 a 29 anos	244	253	497
30 a 34 anos	254	231	485
35 a 39 anos	261	202	463
40 a 44 anos	240	200	440
45 a 49 anos	200	193	393
50 a 54 anos	189	153	342
55 a 59 anos	136	110	246
60 a 64 anos	99	89	188
65 a 69 anos	66	67	133
70 a 74 anos	58	48	106
75 a 79 anos	34	34	68
80 anos e mais	33	43	76
Total	3.118	2.929	6047

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br>, 2015.

Se comparar com o ano de 2002, quando o município tinha 5.772 habitantes com o ano de 2012, com 6047 habitantes, percebe-se um crescimento populacional de apenas 5,7% em 10 anos. Acredita-se que esse baixo crescimento se deve à baixa geração de empregos e, conseqüentemente a saída de jovens e adolescentes em busca de emprego no mercado de trabalho (setor secundário).

2.1.3 Aspectos socioeconômicos

A principal atividade econômica do município de Bela Vista do Toldo é a agricultura, o que acaba gerando empregos informais em períodos de safra, que geralmente se estende de dezembro a março. A produção agrícola é determinada de acordo com a área cultivada (hectare) e quantidade (tonelada), conforme a tabela abaixo. Os dados do IBGE disponíveis para consulta se referem ao ano de 2010.

Tabela 2: Produção agrícola

PRODUÇÃO AGRÍCOLA – 2010			
Produto	Unidade	Área Cultivada - Há	Quantidade Produzida - Ton.
Milho	sc 60kg	3.300	29.700
Soja	sc 60kg	4.500	14.400
Fumo	arroba	2.720	5.440
Trigo	sc 60kg	420	1.298
Feijão	sc 60kg	480	658
Erva-Mate	arroba	240	520
Maça	Kg	16	400
Cebola	sc 20kg	10	280
Batata	sc 50kg	30	240

<http://www.ibge.gov.br/cidades>

Gráfico 1: Principais produtos agrícolas

Fonte: SMS

A pecuária, principalmente com a criação de gado, suíno e ave (galinha) é outra atividade econômica de destaque no município. A criação de suínos teve incentivo a partir de 2011, sendo possível perceber o crescimento da quantidade de granja construída no município. A partir de 2011, com os fomentos da empresa Tyson, atualmente fez fusão com a JBS, foi possível perceber um acréscimo considerável na criação de aves (galinhas). É um ramo da pecuária que tende a crescer no município, como mostra a tabela.

Tabela 03: Pecuária

CRIAÇÃO DE ANIMAIS EFETIVOS			
REBANHO	2006	2011	CRESCIMENTO
Bovinos	7.980	11.691	46,5%
Suínos	7.065	9.550	35,1%
Aves (Galinhas)	24.200	78.000	222,3%

<http://www.ibge.sc.gov.br/arquivos>, 2013.

Como mostra a tabela acima, é possível perceber uma evolução considerável na pecuária do município. O setor pecuário do município teve um crescimento de 101,3% em 5 anos. Isso mostra que junto ao crescimento pecuário, teve-se também o crescimento da arrecadação do município.

Outra característica no município é que a renda familiar, em especial na zona rural, é sazonal, ocorrendo principalmente a partir do mês de janeiro e segue até junho, prazo de término da safra fumo (venda final às empresas). A renda adquirida nos meses de venda do fumo é dividida entre os outros meses. Nesses meses, o agricultor se mantém com o capital de atividades secundárias relacionadas à pecuária e/ou venda de outros produtos secundários (verduras). Nos últimos anos a criação de abelha, produção de vinho, bolachas e agricultura familiar vem se destacando no município.

Na época de colheita do fumo, cebola, maça, milho entre outros produtos, o trabalho temporário aumenta. No entanto, a oferta desse tipo de trabalho varia de acordo com a qualidade e quantidade da produtividade.

2.1.4 Tipo de Habitação

As casas são construídas de acordo com as condições econômicas de cada família. No interior, predomina a construção de casas de madeira devido à facilidade de os agricultores terem à disposição madeira de pinus e eucalipto, que são cortadas após liberação do órgão competente.

Tabela 04: Tipo de Habitação/Casa

TIPO DE HABITAÇÕES			
Casas	2002	2012	Diferença
Alvenaria	409	824	415 (101,4%)
Madeira	1.123	980	143 (-12%)
Material Aproveitável	21	5	16 (-76,1%)
Taipa	3	0	-

<http://tabnet.datasus.gov.br>

Pode-se perceber que a maioria dos moradores ainda possui casa de madeira, mas já está ficando equilibrada a quantidade de casas de madeira e de alvenaria construída no município. Isso mostra que as condições de moradia da população estão melhorando a cada dia que passa.

Se se levar em consideração os 10 anos analisados é possível perceber que houve progresso no quesito construção/moradia, podendo concluir que:

- Atualmente não existem famílias morando em casas de taipa;
- Casas feitas de material reaproveitado diminuíram 76,1%;
- Reduziu o número de casas de madeira;
- Dobrou o número de casas de alvenaria;

Cabe ressaltar nesse momento que nesses 10 anos foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, o que facilitou o

financiamento para construção de casas de alvenaria.

2.1.5 Estrutura Sanitária

A estrutura sanitária do município de Bela Vista do Toldo é deficitária, pois o abastecimento de água tratada acontece somente no centro e na localidade de Rio dos Poços. Não existe sistema de esgoto e a coleta de lixo é realizada somente no centro e na localidade do Tira Fogo (entrada do município).

2.1.6 Rede de Água

O abastecimento de água no centro e na localidade de Rio dos Poços é realizado pela CASAN (Companhia de Águas e Saneamento). A água acumulada em poço artesiano recebe tratamento adequado e posteriormente é distribuída à população.

Na área rural, todas as residências são abastecidas com água proveniente de poço caseiro. Algumas casas possuem água de fontes naturais e arroios. Em algumas residências há a utilização de bombas elétricas, as quais puxam a água do poço e as enviam para uma caixa de água por meio de canos de PVC. Quando falta energia elétrica em alguma localidade, as famílias também têm problemas com o abastecimento de água.

Tabela 05: Abastecimento de Água

(i) Abastecimento de Água nos domicílios			
Tipo	2002	2012	Diferença
Rede Pública	120	246	105% (126)
Poço	1.472	1.570	6,6% (98)
Outros (Fontes Naturais, etc)	14	01	-92%

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, 2012.

Gráfico 2 – Abastecimento de Água

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, 2012.

Comparando os dados sobre abastecimento de águas nos últimos 10 anos é possível constatar que a rede pública (CASAN) teve uma ampliação de 105% e que a quantidade de poços cresceu 6,6%. Sendo assim, o consumo de água de outras fontes diminuiu 92%. Isso indica que a maioria da população ou tem poço ou recebe abastecimento da CASAN.

2.1.7 Tratamento da Água

Tabela 06: Tratamento da água

(ii) Tratamento da Água			
Tipo	2002	2012	Diferença
Água Fervida	05	28	460%
Água Filtrada	04	43	975%
Água Clorada	1.077	202	- 81,2%
Água sem Tratamento	451	1.544	- 242%

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, 2012.

Na tabela acima é possível perceber que em 10 anos houve aumento considerável do uso de água fervida e filtrada. Em contrapartida, o uso de água clorada (hipoclorito de sódio) diminuiu 81,2%. Outro aspecto preocupante é que em 10 anos o uso de água sem tratamento passou de 451 para 1544, um acréscimo de 242%.

O aumento da água sem tratamento vem ocasionar doenças, infecções e, conseqüentemente, o aumento pela procura de assistência médica nas unidades e postos de saúde.

2.1.8 Rede de Esgoto e Destino do Lixo

No município não existe rede de esgoto instalada. A maioria da população usa a fossa negra como principal forma de depósito de dejetos. Algumas famílias fazem uso da fossa séptica com sumidouro.

Na área rural ainda é bastante presente o uso das tradicionais casinhas, vulgarmente denominadas patentes, o que acaba contaminando o solo e a água.

Tabela 07: Destino do Esgoto

(iii) Destino do Esgoto			
Tipo	2002	2012	Diferença
Sistema de Esgoto	-	4	400%
Fossa	1.500	1.805	20.3%
Céu Aberto	37	08	- 78%

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, 2012.

Tabela 08: Destino do Lixo

(iv) Destino do Lixo			
Tipo	2002	2012	Diferença
Lixo Coletado	206	374	81,5%
Lixo Queimado/Enterrado	1.313	1.438	9,5%
Lixo a Céu Aberto	18	05	-72%

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, 2012.

Gráfico 3 – Destino do Lixo

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, 2012.

A coleta do lixo é realizada periodicamente nos sábados, somente no centro da cidade. No interior (área rural) cada família é responsável pelo destino final do lixo, por isso justifica-se o número elevado de domicílios/famílias que usam queimar ou enterrar o lixo produzido em casa.

As instituições escolares promovem campanhas para incentivar e conscientizar a população sobre a coleta seletiva. Os materiais recicláveis arrecadados pelas instituições escolares são vendidos às empresas de reciclagem e o lucro obtido com a venda é revertido para as próprias escolas.

2.1.9 Sistema de Saúde

O sistema de saúde municipal presta atendimento básico de saúde à população e conta com aproximadamente 65 funcionários. Não possui Pronto Atendimento nem Hospital, no entanto, quando a população precisa de atendimento de urgência/emergência é encaminhada para o PA e hospital da cidade referência/Canoinhas. Possui infra-estrutura própria, uma UBS central, onde funciona a Atenção Básica e uma equipe de ESF, e 07 postos no interior. Para auxiliar nas atividades da ESF existe o Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF. Em 2011 foi contemplada com a Academia ao Ar Livre, a fim de incentivar a população à prática de atividade física.

A UBS oferece atendimentos em saúde de Clínica Médica Geral, Pediatra, fisioterapia, odontologia, fonoaudiologia, psicóloga, nutricionista, assistência social. Para realização de exames de média e alta complexidade foi contratado consórcio municipal – CISAMURC.

Os atendimentos de Tratamento Fora do Domicílio - TFD são encaminhados para cidades referências: Joinville, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Porto União, Blumenau e Canoinhas.

Junto à Secretaria de Saúde está vinculada a Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica. Em 2013 o município aderiu ao Programa de Melhoria de Atendimento e Qualidade da Atenção Básica – PMAQ.

Desenvolve junto à Secretaria de Educação o Programa de Saúde na Escola – PSE, o qual tem por intuito conscientizar os alunos sobre a importância da promoção e prevenção da saúde para melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com dados do SIAB (2012) a partir dos dados relacionados à taxa de mortalidade, percebe-se que a população do sexo masculino vai mais a óbito que a população feminina, ou seja, a porcentagem de óbitos entre os homens é de 57%, enquanto entre as mulheres é de 43%.

As causas capítulos, conforme estipulada no CID-10, que mais levam à morte estão relacionados às doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório, neoplasias (tumores) e doenças mal definidas. Tais doenças afetam mais a saúde dos idosos, pois os mesmos estão mais debilitados fisicamente e com imunidade mais baixa.

2.1.9.1 Taxa de natalidade

Tabela 09: Taxa de Natalidade por sexo e ano

Nascidos Vivos por Sexo e Ano do Nascimento						
Sexo	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Masculino	34	38	29	40	35	176
Feminino	49	27	32	45	31	184
Total	83	65	61	85	66	360

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC.

Gráfico 4: Taxa de natalidade por sexo e ano

Fonte: SMS

A partir dos dados referentes aos nascidos vivos por sexo e por ano é possível constatar que existe uma oscilação de nascimentos de ano para ano, sendo que em 2011 o índice de natalidade teve um crescimento de 22,3% se comparado com a população de 2012. O número de nascidos vivos por sexo também oscila e nesse período de tempo (05 anos) nasceram 05 meninas a mais do que meninos.

2.1.10 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH baseia-se no em três dimensões: nível de escolaridade, expectativa de vida e renda per capita, dados analisados acima. Sendo assim, o IDH do município de Bela Vista do Toldo – SC é de 0,67. Na tabela a seguir observa-se a posição do município segundo ranking estadual e federal.

Tabela 10: Índice de Desenvolvimento Humano

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	2003	2013
Renda Per capita	265,58	438,67
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	0,70	0,67
Ranking por UF	258	289
Ranking Brasileiro	2.959	2545

Fonte: www.pnud.org.br

O IDH do município de Bela Vista do Toldo sendo 0,67; é um nível considerado médio. Partindo dessa ótica, o índice está relativamente bom, mas ainda precisa ser melhorado, pois quanto mais se chega perto de 1, melhor é o IDH do município.

Entre os 295 municípios do estado de Santa Catarina, Bela Vista do Toldo está na 289 posição. Em relação ao ranking mundial, dos 5.570, o município está na 2.545 posição. Pode-se concluir que em relação ao ranking por UF, o município ainda precisa melhorar em vários aspectos, como economia, saúde, educação, renda per capita, geração de emprego, desenvolvimento econômico, crescimento do setor industrial etc.

2.1.11 Estrutura Educacional

O Sistema Municipal de Ensino de Bela Vista do Toldo foi instituído pela Lei Complementar nº 685 de 10 de março de 2010 e, posteriormente, sofreu alteração pela Lei Complementar nº 314 de 03 de julho de 2003 que discorre sobre toda a organização do sistema (níveis de modalidades de ensino), conforme a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

O Decreto nº 1.060 de 23 de outubro de 2012 dispõe sobre o Regimento Unificado Escolar do Sistema Municipal de Ensino de Bela Vista do Toldo.

O quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Bela Vista do Toldo, exposto abaixo, é composto por 168 funcionários efetivos e 03 comissionados.

Tabela 11 – Funcionários da Secretaria de Educação por categoria

Funcionários por categoria	Quantitativo
Secretária de Educação (comissionada)	01
Diretores	02
Professores	73
Pedagogos	07
Assistente Pedagógico	03
Orientador Educacional	01
Administrador Escolar	03
Assistente Administrativo Escolar	08
Auxiliar Administrativo	01
Monitor Educação Especial	03
Monitor de Creche	10
Fisioterapeuta	01
Nutricionista	01
Psicóloga	01
Motorista	14
Merendeira	17
Serviços Gerais	21
TOTAL	168

Fonte: SMS

O município possui 07 unidades escolares, todas elas situadas na zona rural do município, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 12: Unidades Escolares

(v) UNIDADES ESCOLARES- EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – (vi) Séries Iniciais		
Nome da Escola	Endereço Localidades	N.º de Alunos
Núcleo Municipal Juliana Tomporoski Krull	Serra do Lucindo	193
Núcleo Municipal João Pedro Alberti	Rio d'Areia de Cima	216
Núcleo Municipal João Batista Pontarolo	Rio dos Poços	164
Núcleo Municipal José Schimborski	Tira Fogo	113
Escola Municipal Paulo Schiessl	Rio Bonito	59
Escola Municipal Alois Schiessl Filho	Imbuia	26
Escola Municipal Terezinha Corrêa Agostinho	Arroio Fundo	334
(b) TOTAL	1.105	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, 2015.

O Sistema de Educação Municipal, mais precisamente a Educação Básica oferece à população de Bela Vista do Toldo, Educação Infantil que compreende crianças de 0-5 anos; Ensino Fundamental de 9 a 14 anos; Ensino Médio entre 15 e 18 anos de idade e a Educação de Jovens

e Adultos para as pessoas que não conseguiram concluir seus estudos em período adequado.

Tabela 13: População por faixa etária e níveis de ensino

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total	
Menor 1 ano	32	42	74	526 8.6%
1 ano	37	42	79	
2 anos	42	43	85	
3 anos	46	45	91	
4 anos	49	47	96	
5 anos	52	49	101	
6 anos	54	51	105	556 9.1%
7 anos	55	53	108	
8 anos	57	55	112	
9 anos	57	57	114	
10 anos	58	59	117	
11 anos	58	61	119	480 7.9%
12 anos	58	62	120	
13 anos	58	63	121	
14 anos	58	62	120	
15 anos	58	61	119	353 5.8%
16 anos	57	61	118	
17 anos	57	59	116	
TOTAL DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.915 31.6%			
18 anos	55	56	111	
19 anos	54	52	106	
20 a 24 anos	252	226	478	
25 a 29 anos	244	253	497	
30 a 34 anos	254	231	485	
35 a 39 anos	261	202	463	
40 a 44 anos	240	200	440	
45 a 49 anos	200	193	393	
50 a 54 anos	189	153	342	
55 a 59 anos	136	110	246	
60 a 64 anos	99	89	188	
65 a 69 anos	66	67	133	
70 a 74 anos	58	48	106	
75 a 79 anos	34	34	68	
80 anos e mais	33	43	76	
TOTAL	3.118	2.929	6.047	

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br>, 2014.

Se se observar a população por faixa etária em idade escolar, pertencente à Educação Básica – Educação Infantil e Ensino Fundamental e de responsabilidade municipal têm-se um total de 1.211 crianças. Se contabilizar educação Infantil (243 alunos), Ensino Fundamental (968 alunos) e Ensino Médio (212 alunos), os três níveis da Educação básica, 1.423 crianças e adolescentes fazem parte do sistema de ensino municipal. Enfim, 23,53% da população belavistense frequenta o sistema municipal de ensino – Educação Básica. A Educação de Jovens e Adultos – EJA possui 5 alunos.

Tabela14: Quantitativo de alunos da rede municipal

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS POR SÉRIE - REDE MUNICIPAL	QUANT. MATRÍCULAS
ENSINO FUNDAMENTAL	
Berçário	11 alunos
Maternal I	32 alunos
Maternal II	25 alunos
Jardim	12 alunos
Pré I	94 alunos
Pré II	69 alunos
1º ano	84 alunos
2º ano	97 alunos
3º ano	95 alunos

4º ano	97 alunos
5º ano	116 alunos
6º ano	134 alunos
7º ano	124 alunos
8º ano	111 alunos
9º ano	110 alunos
TOTAL	1.211 ALUNOS

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, 2013.

A Educação Infantil, constituída por crianças entre os seis meses e 5 anos tem o total de 243 crianças matriculadas. Esse total de alunos compreende o Berçário, Maternal I, Jardim I, Jardim II e Pré. Essas modalidades da Educação Infantil estão disponíveis na creche Raios de Sol e Delfino Correa da Maia.

Tabela15: Educação Infantil – Creche Raios de Sol

CRECHE RAIOS DE SOL		
MODALIDADES	IDADE	MATRICULAS
Berçário	0 a 1 ano	4 alunos
Maternal I	1 ano	9 alunos
Maternal II	2 anos	15 alunos
Jardim	3 anos	12 alunos
Pré I	4 anos	17 alunos
TOTAL	57 alunos	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, 2015.

Tabela 16: Educação Infantil – Creche Delfino Correa da Maia

CRECHE RAIOS DE SOL		
MODALIDADES	IDADE	MATRICULAS
Berçário	0 a 1 ano	7 alunos
Maternal I A	1 ano	13 alunos
Maternal I B	2 anos	10 alunos
Maternal II	3 anos	10 alunos
Pré I	4 anos	9 alunos
TOTAL	49 alunos	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, 2015.

A tabela a seguir vem mostrar o número de matrículas por faixa etária e níveis de ensino

Tabela 17: Alunos matriculados por faixa etária

(i) N.º DE ALUNOS MATRICULADOS			
(ii) POR FAIXA ETÁRIA EM 2015 – REDE MUNICIPAL			
Faixa etária	Educação Infantil	Ensino Fundamental 1º ao 5º ano	Ensino Fundamental 6º ao 9º ano
6 meses a 1 ano	11 alunos	-	-
01 ano	22 alunos	-	-
02 anos	25	-	-
03 anos	22	-	-
04 anos	95	-	-
05 anos	68 alunos	-	-
06 anos	-	86 alunos	-
07 anos	-	96 alunos	-
08 anos	-	93 alunos	-
09 anos	-	88 alunos	-
10 anos	-	112 alunos	-
11 anos	-	-	123 alunos
12 anos	-	-	115 alunos
13 anos	-	-	106 alunos
14 anos	-	-	95 alunos
15 anos	-	-	42 alunos
16 anos	-	-	8 alunos
17 anos	-	-	4 alunos
TOTAL	243	475	493
TOTAL			1.211

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, 2013.

É possível constatar que o número de alunos matriculados na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) em 2015 é de 1.423 alunos.

Por as escolas estarem localizadas no interior (zona rural) o número total de matrículas na rede municipal é representativo. Ressalta-se que por enfrentarem problemas de transporte e problemas com as condições das estradas vicinais, a frequência dos alunos fica comprometida, principalmente em épocas chuvosas.

A maioria (aproximadamente 85,2%) dos alunos mora no interior e necessita de transporte escolar público, o qual é cedido gratuitamente pela Prefeitura Municipal.

Nas tabelas abaixo serão apresentados o número de alunos matriculados na rede estadual de ensino conforme faixa etária e série.

Tabela 18: Alunos matriculados rede estadual por faixa etária

Nº DE ALUNOS MATRICULADOS POR FAIXA ETÁRIA EM 2013 –REDE ESTADUAL			
Faixa Etária	Faixa Etária	a) Ensino Médio	Reprovação
15 anos	15 anos	01	-
16 anos	16 anos	90	-
17 anos	17 anos	81	02
-	18 anos	31	03
-	19 anos	07	02
-	20 anos	01	01
	22 anos	01	-
TOTAL		212	08

Fonte: Escola de Educação Básica "Estanislau Schumann" 2015.

O município ainda conta com o Colégio Estadual "Estanislau Schumann" que oferece à população Ensino Médio - 2ª e 3ª série. O total de alunos que frequenta o Ensino Médio é de 212 alunos numa faixa etária que compreende entre 15 e 22 anos de idade.

O Ensino Médio é oferecido somente na rede estadual de ensino, por isso, os alunos que moram nas localidades interioranas e que terminam o Ensino Fundamental, obrigatoriamente passam a frequentar a Escola Estadual "Estanislau Schumann", que fica localizada no centro da cidade. Segue abaixo tabela demonstrativa de matrículas por série no Ensino Médio.

Tabela 19: Alunos matriculados por série

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS POR SÉRIE - REDE ESTADUAL		
ENSINO MÉDIO	QUANT. MATRÍCULAS	REPROVAÇÃO
1ª série	-	-
2ª série	117	02
3ª série	95	06
TOTAL	212	08

Fonte: Escola de Educação Básica "Estanislau Schumann" 2015.

É possível perceber que na rede estadual de ensino estudam alunos entre os 15 e 22 anos de idade e não possui turmas de Ensino Fundamental, devido ao processo de municipalização ocorrido em 2011.

Em 2014 houve apenas 08 casos de reprovação, o que significa 3,77% de reprovação no Ensino Médio.

2.1.11.1 Análise populacional X matrícula

Tabela 20: Distorção série/idade por escola – Educação Infantil e Ensino Fundamental

INSTITUIÇÃO	ALUNOS	DIST. TOTAL	DIST./ REPROV.	DIST. < IDADE	%
N.E.M. Juliana Tomporoski Krull	193	34	30	4	17,6%
N.E.M. João Pedro Alberti	216	28	21	7	12,9%
N.E.M. João Batista Pontarolo	164	31	23	8	18,9%
N.E.M. Terezinha Correa Agostinho	334	75	60	15	22,4%
E.M. Paulo Schiessl	59	2	1	1	3,38%
E.M. Alois Schiessl Filho	26	2	2	-	7,6%
E.M. José Schimborski	113	18	12	6	15,9%
TOTAL GERAL	1.105	190	149	41	17,19%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Analisando as tabelas anteriores, que mostram o quantitativo populacional e o quantitativo de matrículas realizadas pode-se concluir que há alunos entre 6 e 18 anos, idade obrigatória para as crianças permanecerem na escola, que estão dentro da faixa etária escolar mas não estão matriculados nas escolas.

Essas características perduram na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e o Ensino Médio, os três níveis de ensino.

Na tabela a seguir serão apresentados dados por nível de ensino, idade, número de matrículas por idade e quantitativo da população por

idade. Dessa maneira poder-se-á analisar quantas crianças que deveriam estar matriculadas, estão fora do sistema de ensino municipal.

Tabela 21: Número de população e matrículas por idade

IDADE	Nº MATRÍCULAS	Total matr. p/faixa	POPULAÇÃO	Total pop. p/faixa	±mat. p/idade	#total p/idade/ matr./pop
0	11	80	74	329	63	249
1	22		79		75	
2	25		85		60	
3	22		91		69	
4	95	163	96	197	01	34
5	68		101		33	
6	86	475	105	556	19	81
7	96		108		12	
8	93		112		19	
9	88		114		26	
10	112		117		05	
11	123	439	119	480	-4	41
12	115		120		05	
13	106		121		15	
14	95		120		25	
15	42	54	119		77	
16	8		118		110	
17	4		116		112	
TOTAL	1.211		1.915			156

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

O número total de matrículas no ensino fundamental (0 a 17 anos) é do ano de 2015. O quantitativo da população é do ano de 2012, segundo fonte de dados do DATASUS, que fornece número populacional e taxa de natalidade. Segundo dados do DATASUS pode-se estimar que anualmente nasçam 72 crianças. Mesmo a população aumentando em 216 (estimado) pessoas ainda há 488 crianças fora do sistema de ensino.

Segundo dados estatísticos relacionados à matrícula de alunos e população pode-se perceber que há alunos em idade escolar que não estão frequentando a escola. Ou se, na Educação Infantil na idade obrigatória que é nos 4 e anos há 163 matrículas e 197 crianças. Isso significa que há 34 crianças nessa faixa etária que está fora da escola.

Em os 6 e 10 anos, faixa etária eu compreende os Anos Iniciais do Ensino Fundamental percebe-se 475 matrículas e 556 crianças. Nessa faixa, 81 crianças estão fora do contexto escolar.

Entre os 11 e 14 anos, referente aos Anos Finais do Ensino Fundamental 41 crianças estão fora do contexto escolar. Se se observar os dados, na idade obrigatória para frequentar o contexto escolar do Ensino Fundamental (4 aos 14 anos) há 156 crianças fora desse contexto. No Ensino Fundamental – Séries Iniciais e Finais, o quantitativo de alunos matriculados é de 1.211, no entanto, dados do DATASUS mostram que a população de Bela Vista do Toldo que envolve a faixa etária dos 6 aos 14 anos (faixa que compreende esses níveis de ensino) é de 1.298. Sendo assim, 250 alunos, o que equivale a 17% da população de alunos em idade escolar estão fora do sistema de ensino.

No Ensino Médio há 212 matrículas em 2015, mas nessa faixa etária tem-se uma população de 353 adolescentes. Considerando que há 54 alunos nessa faixa etária matriculadas no Ensino Fundamental, ainda existem 87 adolescentes fora do ensino.

Contabilizando, na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio ainda há 243 crianças e adolescentes fora do sistema de ensino, o que requer uma tomada de decisões do sistema municipal de educação em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Analisando os dados do DATASUS ainda foi possível constatar que no ano de 2010 em Bela Vista do Toldo a taxa de analfabetismo foi de 5,7%, sendo 5,4% (125 pessoas) do sexo masculino e 6.1% (129 pessoas) do sexo feminino.

No município, em 2010, 254 pessoas não são alfabetizadas, e isso equivale a 4,2% da população analfabeta. É uma porcentagem relativamente baixa, mas se se considerar que uma das metas do Plano Nacional de Educação é eliminar o analfabetismo, ainda é preciso avançar no sistema de educação e propor políticas públicas que visem minimizar o índice do analfabetismo.

3 RELEVÂNCIA DO PLANO DE EDUCAÇÃO

De acordo com Moacir Gadotti (2001), qualidade na educação é uma temática bastante abordada pelos estudiosos da área, já que envolve a vida das pessoas e o processo de desenvolvimento/crescimento da sociedade. Remonta desde o Período Imperial e pouco avanço obteve nesse cenário do século XIX.

Evoluiu a partir de fins do século XX e início do século XXI. Atualmente, com todo avanço tecnológico e a introdução de novos paradigmas sócio-culturais, o conceito de qualidade na educação tem por intuito renovar e dar sentido ao sistema de ensino de maneira ampla.

O tema torna-se um tanto complexo se se considerar a qualidade na educação em partes como algo fragmentado, ou seja, para haver qualidade na educação é necessário que professor, aluno e comunidade escolar também tenham qualidade. Enfim, obtêm-se educação de qualidade ou qualidade na educação se se conseguir trabalhar com um conjunto de fatores que contribuem para esse bem comum.

A qualidade se transformou em um conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta constantes transformações sociais e econômicas [...]. Apesar das diferenças de contexto, existem muitos elementos comuns na busca de uma educação de qualidade, que deveria capacitar a todos, para que todos possam participar plenamente da vida comunitária e para serem cidadãos do mundo. (UNESCO, 2001).

Segundo o Documento de Referência Nacional de Educação (MEC, 2009), não há qualidade na educação sem a participação da sociedade na escola a partir de espaços democráticos onde se promove discussões e deliberações coletivas.

A Conferência Nacional de Educação mencionou a necessidade de construção de parâmetros de qualidade que envolva dimensões intra e extra-escolares, no entanto, criou-se uma polêmica quanto à construção de um padrão único de qualidade diante da diversidade regional existente.

Entre as dimensões intra-escolares destaca-se a necessidades de um sistema nacional articulado, a garantia da gestão democrática, uma avaliação formativa e uma qualificação docente.

A educação integral, outro tema bastante antigo, tende a buscar uma educação pública de qualidade e não pode ser confundida com horário, tempo ou jornada integral, pelo contrário, a educação integral, além de envolver a construção de conhecimentos empíricos; inclui transporte, saúde, alimentação, vestuário, cultura, esporte, lazer e visa a construção de um ser social como um todo.

O que se quer com a qualidade em educação é a formação de sujeitos de direitos, inclusão cultural e social e qualidade de vida. Um sujeito que contribua para o respeito, à diversidade, ao avanço da sustentabilidade, à cidadania e à democracia.

Na sociedade contemporânea, de múltiplas oportunidades, sociedade aprendente e global torna-se fundamental aprender a pensar de maneira autônoma. Saber comunicar-se, pesquisar, saber fazer, ter raciocínio lógico, ter disciplina, estar aberto a novas aprendizagens, conhecer as fontes de informação, articular conhecimentos com a práxis e com outros saberes.

Sendo assim, pode-se dizer que o professor se tornou um permanente aprendiz, construtor de sentidos, cooperador e, sobretudo, organizador da aprendizagem. Nesse contexto, o aluno se tornou um ser co-participativo e protagonista do sistema de ensino.

Outros pontos importantes que influenciam na qualidade da educação se referem aos investimentos na formação continuada do professor e na sua formação sistêmica, ou seja, a qualidade da educação deve ser desde a creche (Educação Infantil) até o pós-doutorado.

Retornando às dimensões extra e intra-escolar comuns à qualidade da educação, podem-se citar como extra-escolares aspectos socioeconômicos e culturais dos entes, dimensão dos direitos, das obrigações e das garantias no nível do Estado. No plano intra-escolar citam-se as condições de oferta do ensino, gestão e organização do trabalho escolar, profissionalização do professor, acesso, permanência e desempenho escolar.

De maneira global, o termo qualidade na educação tem sido bastante utilizado para referenciar eficiência, eficácia, efetividade e relevância do setor educacional, setor esse, responsável pela formação de milhares de cidadãos, daí a relevância da constante discussão sobre essa temática.

4 NÍVEIS DE ENSINO - EDUCAÇÃO BÁSICA

4.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Foi no início de 1970, com a inserção da mulher no campo de trabalho e a demanda por vagas em escolas para crianças de 0 a 6 anos que começou a ocorrer as primeiras mudanças nas estruturas da educação destinada às crianças.

Em 1975, o Ministério da Educação começou a assumir responsabilidades ao criar a Coordenação de Educação Pré-Escolar para atender as crianças de 4 a 6 anos.

Em 1977, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), cujo objetivo era de coordenar o serviço de diversas instituições independentes responsáveis pelo atendimento de crianças de 0 a 6 anos.

Essas instituições eram de caráter comunitário, associações e agremiações de bairros; mantidas por instituições religiosas e filantrópicas. A LBA foi extinta em 1995, mas o Governo Federal continuou a repassar recursos para as creches por meio da Assistência Social.

Nesse período havia a separação por creche, destinada à criança de 0 a 3 anos das camadas populares e pré-escola, de 4 a 6 anos, voltada para a classe média e alta e encarada como porta de entrada das crianças na Educação.

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente nos artigos 53, 54 e 71 preveem o direito da criança à Educação, cultura e lazer, no entanto, foi somente em 1994 que nasceu o primeiro documento de Política Nacional de Educação Infantil, com o intuito de expandir a oferta de vagas às crianças de 0 a 6 anos.

Posteriormente, criou-se a Lei e Diretrizes de Base - LDB nº 9.394/96, a qual estabelece que a educação é dever da família e do Estado e que será efetivado mediante a garantia de atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 5 anos.

Inicialmente a LDB garantia a Educação Infantil até os 6 anos, mas em 2006, a Lei nº 11.274 dispôs sobre a duração de 9 anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade.

A LDB, no que se refere à Educação Infantil demonstra um estreitamento na relação entre cuidar e educar, na medida em que percebe a criança como ser integral e específico, que merece atenção em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Em 1998, foi organizado o Ministério da Educação e Cultura (MEC) que contava com a contribuição de especialistas e representantes dos conselhos de educação de todos os estados e elaborado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), que propõe a integração entre cuidar e educar como função da educação infantil.

A LDB adotou a divisão por faixa etária: a educação infantil começou a ser oferecida em creches para crianças de 0 a 3 anos de idade, e em pré-escola, para crianças de 4 a 5 anos.

Enfim, no Brasil ressaltam-se três marcos legais e decisivos na conquista dos direitos às crianças. São eles: Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/93) e a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96).

De acordo com Brasil (1994) a criança é um sujeito histórico social que está inserido em uma sociedade que possui uma cultura específica, e que paralelamente recebe influências de outras culturas. Nessa mesma ótica, a criança recebe influências desse meio social em que se desenvolve, mas também contribui com ele. Dessa forma, a criança não é uma abstração, mas um ser que faz parte da história e da cultura de uma sociedade.

Áries (1981) menciona que muitas vezes a criança vista como um ser que ainda não é adulto, outras vezes, vista como um adulto em miniatura é um ser único, completo e ao mesmo tempo, que está crescendo e se desenvolvendo. É um ser completo porque tem características necessárias que a considera como tal, ou seja, é considerada completa devido a sua constituição física, suas formas de agir, pensar e sentir, pelo crescimento corporal, pelas constantes transformações que vão acontecendo que maneira quantitativa e qualitativa a partir da interação social.

De acordo com Vygotski (1986) a interação a que se referem os vários estudiosos da educação trata-se da interação social, que é um processo que se dá a partir do convívio com pessoas diferentes que possuem maneiras específicas de pensar, sentir e agir, tornando-se inviável dissociar as dimensões cognitivas, afetivas, psíquicas e fisiológicas do desenvolvimento decorrente. Nessa ótica, a interação social torna-se o espaço de constituição e desenvolvimento da consciência do ser humano desde o seu nascimento.

Enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como objeto fundamental o ensinar nas diferentes áreas através da aula; a creche e a pré-escola tem como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 até 6 anos de idade. (ROCHA, 1999, p.78)

É relevante destacar que as relações educativas nas instituições de Educação Infantil, mencionadas por Rocha (1999) são perpassadas pela função indissociável do cuidar/educar, levando em consideração os direitos e todas as necessidades individuais das crianças no seu dia a dia, principalmente no que se refere ao acesso ao conhecimento sistematizado.

Ao estudar a infância sob uma perspectiva social, Charlot (1986) mostra que a imagem que a criança assume no ambiente pedagógico e as associações que ela faz mediante o convívio com o seu grupo social, foi aquela que ela recebeu dos adultos de maneira mais formal.

De certa maneira, Narodowski (1998) define a infância como a justificação da pedagogia enquanto disciplina humana, de outro, a infância constitui "o campo do real que pertence ao discurso pedagógico e no qual o pedagógico deve atuar" (id ibid, p. 173) no sentido da educação, da disciplina, da instrução e do desenvolvimento da criança por completo.

Nesse sentido a infância gera um campo de conhecimentos construídos pela pedagogia, bem como constrói o agir específico da educação pedagógica. Isso torna necessária a construção de múltiplos olhares sobre a infância a partir das diferentes áreas do conhecimento. Com este olhar multidisciplinar, busca-se construir uma pedagogia apropriada à educação infantil que informe a prática por meio de processos educativos baseados em relações de equidade e respeito entre adultos e crianças.

Em Bela Vista do Toldo há 02 (duas) Creches, uma localizada no centro (Delfino Correa da Maia) e outra na localidade de Rio dos Poços (Creche Raios de Sol). As creches oferecem atendimento em berçário, maternal, pré I e pré II.

Em seis escolas há turmas de pré I (4 anos) e pré II (5 anos). Sendo assim, é possível contabilizar na Educação Infantil um total de 169 alunos entre 6 meses e 5 anos de idade. Para melhor qualidade da educação Infantil e conforme legislação vigente, os professores que atuam nessa área são habilitados na área de Pedagogia.

Tabela 22: Alunos da Educação Infantil

CRECHE - EDUCAÇÃO INFANTIL		
MODALIDADES	RAIOS DE SOL	DELFINO CORREA DA MAIA
	QUANT. MATRÍCULAS	QUANT. MATRICULAS
Berçário	03 alunos	05 alunos
Maternal I	18 alunos	20 alunos
Maternal II	-	10 alunos
Pré I	17 alunos	10 alunos
TOTAL	38 alunos	45 alunos

Fonte: SMS.

Segundo a meta do Plano Nacional de Educação segue abaixo os objetivos estipulados no Plano Municipal de Educação, a serem cumpridos pelo sistema de educacional no próximo decênio.

4.2 ENSINO FUNDAMENTAL

A história da educação escolar no Brasil teve início em 1549 no Período Colonial, com a chegada da Companhia de Jesus, tendo os jesuítas como os principais educadores. Os jesuítas, que dominaram a Educação por mais de 2 séculos e que não se descuidavam do ensino da catequese, direcionavam a educação para a formação das elites e para os homens da classe dominante.

Depois que os jesuítas foram expulsos do Brasil, o sistema jesuítico foi substituído pelas aulas régias (aulas avulsas), com professores mal remunerados.

No Período Colonial e nos primeiros anos do Brasil Império, a educação não teve muito avanço. Somente em 1824, com a Primeira Constituição é que se estabeleceu o princípio de que a "educação é gratuita a todos os cidadãos".

Em 1827 foram criadas as primeiras escolas de letras em todas as cidades, no entanto, a tentativa foi um fracasso.

O ponto de partida para a educação pública foi o Ato Adicional de 1834, o qual reservou o direito de promover a educação superior em todo o império, mas ainda não ficavam claras as intenções para o ensino fundamental.

Na Primeira República (1889-1930) não houve alterações significativas para a instituição pública brasileira e o ensino continuou precário. Várias reformas educacionais foram tentadas no país, mas todas elas não conseguiram proporcionar alguma mudança para a educação brasileira.

A Revolução de 1930 (1930-1945) proporcionou importante transformação no campo educacional. De início, o governo criou o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Em 1934 foi promulgada uma nova Constituição Federal no país, e muitas idéias defendidas pelos educadores da Associação Brasileira de Educação – ABE, que mais tarde foram traduzidas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, tornaram-se preceitos constitucionais a partir da Carta de 1934. A referida Constituição Federal, estabelece que a Educação, Ensino Primário, é direito de todos, gratuito e obrigatório.

Em 1942, o Ministério da Educação determina, de maneira parcial, a reforma de todos os ramos do ensino primário e secundário. Entre 1942 e 1946, oito decretos foram postos em execução visando a reforma, os quais foram chamados de Leis Orgânicas do Ensino.

Com a lei Orgânica do Ensino Primário, o governo central cuidou de traçar diretrizes para o ensino primário, válidas para todo o país. A partir desse momento, o nível de ensino ficou estruturado da seguinte maneira.

- Ensino Fundamental, destinado às crianças de 7 a 12 anos;
- Primário elementar (4 anos) e complementar (1 ano);
- Ensino Supletivo, 2 anos, para adolescentes e adultos.

O regime militar de 1964 veio alterar a estrutura do ensino até então em vigor no país, no entanto, o governo controlava os conteúdos a serem ensinados nas instituições escolares, principalmente os que poderiam incitar a população contra o sistema de governo vigente da época. Mediante a Lei nº 5.692/71, o governo militar reformou o ensino primário e secundário. Criou o ensino de 1º grau, com duração de 8 anos,

mediante a junção do antigo curso primário e do ciclo ginásial do Ensino Médio.

Em 1985, com o fim do regime militar e início do processo de elaboração da Nova Constituição Federal de 1988, foi reconhecido vários direitos sociais, sendo o Art. 208, referente ao direito ao nível do Ensino Fundamental.

Os preceitos educacionais contidos na CF/88 foram detalhados de maneira sistemática na LDB, nº 9.394/96. Após as alterações na LDB, com as leis nº 11.114/05 e nº 11.274/06, a mesma definiu o Ensino Fundamental como obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na escola pública, iniciando aos 6 anos.

Enfim, a Constituição Federal/88, nos artigos 205 a 208 e a LDB estabelece a Educação como direito de todos e dever do Estado, declarando como princípio do ensino a igualdade de condições de acesso, a obrigação da oferta em uma escola com um padrão de qualidade que possibilite a todos os brasileiros, sem distinção, cursar uma escola com condições adequadas de funcionamento, competência educacional e qualidade pedagógica.

A obrigatoriedade do Ensino Fundamental fez com que os pais matriculassem seus filhos nas escolas, assim como exigiu que o Poder Público garantisse o direito de todos frequentar a escola.

O Plano Nacional de Educação menciona a implantação progressiva do Ensino Fundamental dos 9 anos, pela inclusão das crianças de 6 anos de idade, e tem a intenção de oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período escolar obrigatório, bem como assegurar que as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade.

A implantação progressiva do Ensino Fundamental de 9 anos deve ser em consonância com a universalização do atendimento na faixa etária de 7 a 14 anos de idade. Isso requer planejamento e diretrizes norteadoras para o atendimento integral a criança.

A opção pela faixa etária dos 6 aos 14 anos tende a inserir progressivamente as crianças de 6 anos na rede escolar, no entanto, esse ingresso não pode constituir-se em medida meramente administrativa. O cuidado na sequência do processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças de 6 anos de idade implica o conhecimento e a atenção às suas características etárias, sociais e psicológicas. As orientações pedagógicas estarão atentas a essas características para que as crianças sejam respeitadas como sujeitos do aprendizado.

A implantação do Ensino Fundamental de 9 anos leva os educadores a repensar sua prática e reconduzi-la à direção de uma escola de qualidade. Nessa faixa etária a criança consegue simbolizar e compreender o mundo, estruturando seu pensamento e fazendo uso de múltiplas linguagens. Conseguem participar de jogos que envolvem regras, se apropriam de conhecimento, valores e práticas sociais construídas de acordo com sua cultura.

No município de Bela Vista do Toldo há 07 instituições escolares, sendo 04 Núcleos Escolares e 03 Escolas Municipais, que oferecem o Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. O total de alunos do Ensino Fundamental nas 07 escolas é de 958 alunos.

Para avaliar o desenvolvimento do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) é utilizado o IDEB, que é Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, as séries iniciais do Ensino Fundamental (4ª série e 5º ano) do município de Bela Vista do Toldo apresentaram nos anos de 2009 a 2013 a avaliação das escolas e as metas projetadas para os mesmos anos.

Tabela 23 – Avaliação e metas projetadas do IDEB – Séries Iniciais

Escolas	IDEB Observado	Metas Projetadas						
	2009	2011	2013	2011	2013	2015	2017	2019
E.M. Terezinha Correa Agostinho	-	5.1	5.1	-	5.4	5.7	5.9	6.4
N.E.M. José Schmborski	4.7	4.7	-	5.0	5.3	5.5	5.8	6.3
N.E.M. João Pedro Alberti	4.7	-	5.8	5.0	5.3	5.5	5.8	6.3
N.E.M. Juliana Tomporoski Krull	3.4	4.1	-	3.7	4.0	4.3	4.6	5.2

Fonte: IDEB, Inep, 2015.

O IDEB dos anos finais (8ª série 9º ano) do Ensino Fundamental apresentam os seguintes resultados e metas projetadas.

Tabela 24 – Avaliação e metas projetadas do IDEB – Séries Finais

Escolas	IDEB Observado	Metas Projetadas						
	2009	2011	2013	2011	2013	2015	2017	2019
E.M. Terezinha Correa Agostinho	-	-	4.1	-	-	4.3	4.6	4.8
N.E.M. João Pedro Alberti	3.8	4.1	3.9	4.0	4.3	4.6	4.9	5.1
N.E.M. Juliana Tomporoski Krull	-	-	3.4	-	-	3.6	3.9	4.2

Fonte: IDEB, Inep, 2015.

Na rede estadual de ensino o IDEB ficou assim estabelecido.

Tabela 25 - Avaliação e metas projetadas do IDEB – Séries Iniciais

Escolas	IDEB Observado	Metas Projetadas						
	2009	2011	2013	2011	2013	2015	2017	2019
E.E.B. Estanislau Schumann	4.4	5.2	***	5.2	5.5	5.7	6.0	6.2

Fonte: IDEB, Inep, 2015.

O resultado da avaliação na rede estadual de ensino é apresentado somente até o ano de 2011, pois a partir desse ano o Ensino Fundamental foi municipalizado.

Em seguida apresenta-se a Meta do Plano Nacional de Educação e os objetivos a serem alcançados pelo sistema de educação municipal.

4.3 ENSINO MÉDIO

De acordo com o Art. 35 da Lei de Diretrizes e Base, o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos

tem por finalidade.

- consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o progresso de estudos;
- preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.
- aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- compreensão dos fundamentos científico-tecnológico dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Franco (1999) relata que após sucessivas reformas a que tem sido sistematicamente submetida o Ensino Médio no Brasil, busca-se romper a clássica dicotomia propedêutica/profissionalizante, um duplo impasse deve ser enfrentado: sua inclusão no âmbito da educação básica e obrigatória para os estudantes brasileiros e a proposta de reorganização de sua estrutura curricular.

A reorganização ocorreu com a Lei nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em uma perspectiva de universalização e de democratização de acesso a um maior número de anos de escolaridade, a LDB define a obrigatoriedade progressiva do Ensino Médio.

Ao explicitar que o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, no artigo 36º da CF/88, a LDB, o agrega à Educação Básica na qualidade de um de seus componentes. A condição representa um avanço em relação às leis anteriores, ainda que exista uma distância muito grande entre o que está prescrito por lei e a realidade. Resta, pois, saber que condições concretas possibilitarão ou dificultarão a expansão da escolaridade obrigatória.

No que diz respeito às propostas de regulamentação curricular e de reorganização do Ensino Médio, a nova LDB determina a construção do currículo a partir de uma base nacional comum, a ser ajustada e implementada com razoável grau de flexibilidade, contemplando-se, nesses casos, propostas e projetos para o desenvolvimento de uma parte diversificada, cujo objetivo é atender às demandas seguidas pelas características regionais e locais da sociedade.

Se é necessário pensar em reformas curriculares, levando em conta as mudanças estruturais que alteram a produção e a própria organização da sociedade é importante conhecer e analisar condições em que se desenvolve o sistema educacional do país.

No Brasil, a partir da década de 1980, o Ensino Médio foi o que mais se expandiu. O padrão de crescimento das matrículas no Ensino Médio no Brasil têm características que permite destacar as suas relações com as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade.

Sendo assim, definiu-se que na formulação de uma nova concepção de Ensino Médio, seria fundamental a participação de professores e técnicos de diferentes níveis de ensino.

A LDB veio a conferir uma nova identidade ao Ensino Médio, determinando-o como componente da Educação Básica. A alteração provocada pela Emenda Constitucional nº 14/96, que modificou a redação do inciso II do Art. 208, sem alterar a essência da redação original, inscrevendo no texto constitucional "a progressiva universalização do ensino médio gratuito".

A alteração provocada pela Emenda Constitucional merece destaque. O Ensino Médio deixa de ser obrigatório para as pessoas, mas a sua oferta é dever do Estado, numa perspectiva de acesso para todos aqueles que o desejarem. Por sua vez, a LDB reitera a obrigatoriedade progressiva do Ensino Médio, sendo esta, uma diretriz legal, ainda que não mais constitucional.

Isso significa que o Ensino Médio passa a integrar a etapa do processo educacional que a Nação considera básica para o exercício da cidadania, base para o acesso às atividades produtivas para o prosseguimento nos níveis mais elevados e complexos de educação e para o desenvolvimento pessoal, referido à sua interação com a finalidade e sua plena inserção nela, ou seja, que tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

O Ensino Médio, outro nível da Atenção Básica é ofertado na Rede Estadual de Ensino e possui 212 alunos matriculados. Do total de alunos, 117 estão matriculados no 2º ano e 95 no 3º ano. No 1º ano não há alunos matriculados devido ao 9º ano do Ensino Fundamental na rede municipal.

4.4 ENSINO SUPERIOR

As primeiras escolas de Ensino Superior foram fundadas no Brasil em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil e teve pouco progresso até 1889, data da Proclamação da República.

Seguindo o modelo de formação de profissionais liberais, visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados no mercado de trabalho.

A expansão do número de instituições iniciou a partir de 1850, com a consolidação de alguns centros científicos. Limitava-se às profissões liberais em poucas instituições públicas, era contida pela capacidade de investimentos do governo central e dependia de sua vontade política. Em fins do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de Ensino Superior e cerca de 10.000 estudantes. A partir desse momento a iniciativa privada (elite local e instituições católicas) criou seus próprios estabelecimentos de ensino superior.

Nas primeiras décadas do século XX, o sistema educacional teve uma expansão considerável, passando de 24 instituições para 133, sendo que 86 foram criadas na década de 1920. A criação de universidades não se restringia a questões políticas, mas ao conceito de universidade e suas funções na sociedade.

Em 1931, com a reforma educacional, conhecida como Reforma Francisco Campos, foi autorizado e regulamentado o funcionamento das universidades, inclusive a cobrança, uma vez que o ensino público não era gratuito. A universidade deveria se organizar em torno de um núcleo constituído por uma escola de Filosofia, Ciências e Letras.

O período de 1931 a 1945 ficou marcado pela imensa disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação.

Entre 1945 a 1968 houve o movimento estudantil em defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública. Se almejava a reforma de todo o sistema de ensino, em especial da universidade.

O debate sobre a organização departamental, dependente de decisões democráticas permeou a discussão da lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada pelo Congresso em 1961. Em 1964, o regime militar, desmantelou o movimento estudantil e da intelectualidade nas décadas anteriores. Foi instituído o departamento como unidade mínima de ensino; criado os institutos básicos, organizados currículos em ciclo básico e profissionalizante; alteração no vestibular; aboliu-se a cátedra, tornou as decisões mais democráticas; institucionalizou as pesquisas e centralizou decisões em órgãos federais. Nessa época, havia a preocupação de estimular a pós-graduação e a capacitação do docente.

O crescimento do Ensino Superior, após o período militar foi evidente, passando de 62,3% em 1970, para 69% em 1994. No entanto, a

opção de aliar ensino à pesquisa elevou os custos do ensino público, abrindo espaço para o setor privado atender as demandas não absorvidas pelo Estado.

A partir de 1980 houve redução na demanda para o Ensino Superior devido à retenção e evasão de alunos do 2º grau, tendo assim, nesses anos a procura pelo Ensino Superior estagnou. Isso deve-se também à ampliação do número de cursos e a fragmentação de carreira pelo setor privado. A principal transformação do ensino superior no século XX refere-se ao atendimento da massa e não exclusivamente da elite. A década de 1980, abalada com a crise econômica e a transição política foi à época em que houve a expansão dos cursos noturnos, concentrado no setor privado e revela oportunidade mais fácil de ingresso no mercado de trabalho. Em contrapartida, aumentou a competitividade entre as instituições privadas e somente conseguiu se manter as universidades maiores. Ocorre a fusão e incorporação de estabelecimento de ensino, no intuito de fugir do controle do Conselho Federal – CFE.

Em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, de 20 de dezembro de 1996 e as inovações no sistema de ensino, se definiu por universidade a instituição que articulasse ensino e pesquisa. A lei obrigou o credenciamento das instituições, além de estabelecer a necessidade de renovação periódica para o reconhecimento dos cursos superiores. Isso representa uma ameaça de status e autonomia para o setor privado.

Nessa mesma época foi criado o conjunto de leis regulando mecanismos de avaliação, ENEM, ampliação do poder docente na gestão universitária, reconfiguração do Conselho Nacional de Educação, sistema de avaliação do Ensino Superior para a organização acadêmica das Instituições do Ensino Superior.

Em 2003, na edição do Decreto de 20 de outubro de 2003, foi instituído o Grupo de Trabalho Intersetorial – GTI (o que originou muitas críticas), encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

Os debates de 2003 faziam aflorar as discussões acerca da Reforma Universitária, colocando em foco o debate sobre a gestão, autonomia acadêmica e financeira, avaliação e regulação, estrutura e organização, democratização e acesso.

Nesse cenário interessa-nos as políticas públicas destinadas à ampliação do acesso. Sendo assim, em 2001 o Plano Nacional de Educação estabeleceu como meta a necessidade de ampliação das matrículas no Ensino Superior de jovens entre 18 e 24 anos e de 12% para 30%. O município de Bela Vista do Toldo não oferece Ensino Superior por não haver nenhuma instituição de ensino. Os alunos que frequentam essa modalidade de ensino se deslocam para as cidades vizinhas (Canoinhas, Porto União e Mafra) que dispõem de instituições de Ensino Superior.

5 MODALIDADES DE ENSINO

5.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Historicamente, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, principalmente a partir de 1940, era conhecida como extensão da escola formal, no entanto, o índice de analfabetismo aumentou consideravelmente, obrigando o governo a criar um fundo destinado à alfabetização da população adulta.

A alta da EJA foi na década de 1940, década em que surgiu a Lei Orgânica do Ensino Primário que previa o ensino supletivo. Em seguida, foi criado o Serviço de Educação de Adultos – SEA, que tinha por intuito reorientar e coordenar os trabalhos dos planos anuais de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos.

Esse movimento que durou até fins de 1950 foi denominado de Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, porém não se preocupava com o contexto em que os alunos estavam inseridos. A pressão da ONU e UNESCO foi intensa pelo fato de que se almejava erradicar o analfabetismo, desenvolver as nações atrasadas e validar a democratização.

Em fins da década de 1950 e início da de 60, foi marcado por uma grande mobilização social em torno da educação de adultos, podendo destacar o Movimento de Educação de Base. Como o analfabetismo preocupava o governo e o sistema em 1950, Paulo Freire, criador da Educação Libertadora, propôs uma nova pedagogia de alfabetização de adultos.

Em 1964, o governo militar rompeu com o método de Alfabetização de Adultos, criando o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, que procurava restabelecer a ideia de que as pessoas que não eram alfabetizadas eram responsáveis por sua situação de analfabetismo e pela situação de subdesenvolvimento do Brasil.

O MOBRAL foi extinto em 1985 e substituído pela Fundação Educar, a qual deveria fomentar programas destinados àqueles que não tinham acesso à escola.

O direito à educação foi formalizado pela Constituição Federal de 1988 e reafirmada pela LDB nº 9.394/96, embora nessa época não se tenha implantado nenhuma política para a EJA. Em 2000, o parecer 11/2000 foi o divisor de águas nas políticas do EJA.

Em 2003 o MEC anunciou que a alfabetização na EJA seria prioridade no novo governo federal. Para cumprir essa meta foi anunciada a criação do Programa Brasil Alfabetizado, direcionado para a formação de docentes e a alfabetização de jovens e adultos.

Observando o amparo legal, além das orientações nos textos da VI Conferência Internacional para EJA, ou Marco de Belém, especialmente acerca das políticas públicas necessárias para a EJA na atualidade, reflete-se sobre quais conceitos embasaram sua gestão até os dias de hoje.

Enfim, a Educação de Jovens e Adultos caracteriza-se como proposta pedagógica flexível que considera as diferenças individuais e conhecimentos internos dos alunos, a partir de suas vivências socioculturais. O adulto para EJA são geralmente homens e mulheres desempregados, trabalhadores em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

De acordo com Gadotti (2003), o conceito de educação de jovens e adultos se move em direção ao de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e a competência científica dos educadores. Uma dessas exigências tem a ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo no cotidiano do meio popular.

A função reparadora da EJA não está acentuada no circuito dos direitos civis para restauração de direitos negado, mas também o reconhecimento daquela igualdade antológica garantida a qualquer ser humano.

A constituição de 1988 previa que todas as pessoas tivessem acesso à educação, sendo reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

De acordo com a LDB, foi determinado que o Plano Nacional de Educação fosse elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos, e com base na LDB, onde foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. O município de Bela Vista do Toldo oferece uma (01) turma de EJA a alunos que não conseguiram finalizar seus estudos na idade escolar

correta. A turma de EJA é oferecida no período noturno, no centro, uma vez por semana. Possui 00 alunos, sendo 00 do sexo feminino e 00 do sexo masculino.

Segue abaixo a meta do Plano Nacional de Educação e os objetivos a serem cumpridos pelo sistema municipal de ensino.

5.2 EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – EAD

Para Rodrigues et al (2007) os conceitos inovadores das ciências do século XX geraram mudanças, onde o conhecimento deixa de ser visto de modo estático e para a ser compreendido como processo inacabado, flexível, provisório, passível de transformação, onde todos os conceitos e teorias estão interconectados: o conhecimento em rede.

O novo paradigma que emerge no século XX, trouxe importantes contribuições para a valorização do ser humano, da natureza e da sociedade, como princípio da totalidade na diversidade, assim como proporcionou profundas mudanças no sistema educacional.

As tendências pedagógicas tradicionais, muitas vezes mascaradas por inovações tecnológicas, estão ainda vigentes no Sistema Educacional Brasileiro, e reforçam a fragmentação da prática pedagógica, seja da educação na modalidade presencial e/ou na modalidade à distância. Belloni (1999) menciona a existência de três gerações de modelos de Educação à Distância, sob uma perspectiva do uso de inovações tecnológicas de comunicação.

A primeira geração de EAD, iniciada em fins do século XIX, privilegiava o ensino por correspondência, onde a interação entre professor e aluno ocorria nos períodos em que os estudantes se submetiam aos exames previstos, como a separação quase absoluta entre professor e aluno, caracterizando a ausência de autonomia nas questões de prazo e a falta de escolha nos currículos dos cursos.

A segunda geração da EAD ocorreu nos anos de 1960 e 70, e começou a utilizar textos impressos e meios de comunicação audiovisuais direcionados ao público de massa. Inicia-se o período das universidades abertas que integram as inovações tecnológicas de comunicação e informação, e é, ainda hoje, o principal modelo de grande maioria das experiências de EAD.

A terceira geração da EAD, utilizando ainda meios tecnológicos surgidos na segunda geração, privilegia a interação entre os envolvidos no processo educativo professor, aluno-tutor, serviços de apoio ao estudante e encontros presenciais-virtuais.

A utilização das novas ferramentas de informática capacita o estudante a participar de uma nova proposta educativa, permitindo o acesso, recuperação, verificação, preparação e manipulação das informações, de maneira interativa e cooperativa, em diferentes formas de textos, permitindo que as informações sejam incorporadas em forma de competências, por meio da comunicação interativa e dialógica, além dos limites da sala de aula.

Segundo o Relatório para a UNESCO, por Delors (1999) a mediação entre as tecnologias e os processos de aprendizagem continuada deve ocorrer por meio de “aprender a conhecer ou aprender a aprender; aprender a fazer ao longo da vida, que alterna o ensino e o trabalho no contexto local da realidade social; aprender a viver juntos, desenvolvimento da percepção das interdependências no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz; aprender a ser, com autonomia, discernimento, responsabilidade pessoal e aptidão para se comunicar.

As tecnologias da comunicação e da informação utilizadas pela EAD deverão estar intimamente articuladas aos padrões éticos, que irão configurar as estruturas sociais e culturais do presente e do futuro. Esses padrões éticos subsidiam a formação do professor e do aluno de acordo com os preceitos da liberdade, solidariedade, inclusão e justiça social.

A EAD é o processo de desenvolvimento pessoal e profissional na qual educadores e educandos interagem virtual, presencialmente ou em ambas as formas metodológicas, por meio da utilização didática das tecnologias da informação e da comunicação, bem como de sistemas educativos que comportam a gestão, o processo pedagógico e a avaliação que lhe são próprios.

Os ambientes de aprendizagem da EAD, com foco no desenvolvimento individual e grupal, permitem a interconexão entre as instrumentalizações pedagógicas. Essa modalidade de educação sem fronteiras derruba as paredes da escola tradicional, em um aprendizado sem fronteiras, independente no que diz respeito às distâncias, limites de idade, com abertura para toda a comunidade. Uma escola interativa e expandida, continuada e permanente, onde a informação e o conhecimento se apresentam como escolhas e decisões pessoais, e onde ocorre de maneira-autônoma.

A questão é complexa, pois se é verdade que qualquer ação educacional deve conhecer e considerar as características, condições de estudos e necessidades dos estudantes, é relevante lembrar que é também preciso assumir uma perspectiva educacional inovadora, que oriente as escolhas e definições relativas às finalidades da educação e a seus conteúdos, superando o enfoque tecnicista, centrado apenas no “como” dos meios técnicos e suas metodologias.

A Educação à Distância é uma possibilidade concreta na promoção da democratização do saber, desde que seja assegurado a todos os princípios éticos da educação.

Falar de EAD é falar da possibilidade de se educar superando a questão espaço/tempo. É viver o dinamismo de um processo que se adequa ao cliente, de uma estrutura que se preocupa centralmente com o sujeito, para o qual se mobiliza competências tecnológicas e humanas de várias áreas do saber; o aluno é alvo e objeto de todo o processo.

De acordo com Rodrigues (2007) e conforme definição do MEC (artigo 80, LDB 9.394/96), a EAD consiste em uma forma de ensino que possibilita a auto- aprendizagem a partir da mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informações, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação

Em uma análise sobre a EAD no Brasil, considerados dados da pesquisa oficial, apresenta-se um crescimento significativo de instituições autorizadas e cursos credenciados oficialmente nos últimos anos, o que demonstra uma aceitação das metodologias inovadoras.

Vale ressaltar que a profusão de projetos de EAD, na sua maioria dedicado à formação de docentes, é devido aos milhares de professores no Brasil sem a formação educacional necessária e a qualidade exigida pelo Sistema Oficial de Ensino – MEC.

Formar profissionais é uma ação política urgente para o Brasil, já que com a EAD é possível educar em vários pontos ao mesmo tempo, sem o deslocamento do aluno até a escola, com acesso aos pontos educacionais distribuídos em Tele salas ou Polos Educacionais.

O contexto pedagógico legal, institucional e político no Brasil apresenta um mapa que reflete perfeitamente a geografia social brasileira, já que a maior parte das cerca de 2.300 instituições de ensino superior encontradas pelo último censo educacional estão centradas nas regiões sul, sudeste e leste. Pelo interior do país que é o quinto maior do mundo em extensão territorial, há uma enormidade de cidadãos que não têm acesso a este nível de ensino, na modalidade presencial, por estarem distantes das escolas ou por ausência de docentes.

O Plano Nacional de Educação, de 2001, estabeleceu como meta realizar atendimento à população brasileira, na graduação superior, a 30% dos jovens de 18 a 24 anos. No entanto, para cumprir esse plano, o MEC tem estabelecido políticas para o acesso ao ensino superior, a partir de cursos ministrados de forma sistemática, por meio de educação à distância, o que já existe no Brasil desde 1939.

Atualmente, a política pública nacional, por meio da Secretaria Especial de Educação à Distância – SEED/MEC, criada em 1999, vem

priorizando essa modalidade de educação, por meio do incentivo de recursos financeiros.

A atual legislação federal referente à EAD abre o caminho para que sejam implantados novos projetos que atendam aos requisitos de qualidade, considerada a cooperação entre os diversos sistemas de ensino, em instituições particulares ou públicas.

Já que a EAD é extraterritorial, permite a expansão da oferta de cursos de graduação, pós-graduação lato-sensu e stricto-sensu (mestrado e doutorado) à distância, aproximando estudantes de todo o país em direção à democratização do conhecimento.

De acordo com Balmart (2006), vale ressaltar a existência de Instituições de apoio à EAD, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED), a Associação Brasileira de Educação Corporativa (ABEC), organizações que dão suporte ao meio acadêmico para avançar e usufruir dos benefícios pedagógicos e políticos dessa modalidade de ensino.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação a citar a Educação à Distância foi promulgada em 1961, mas foi somente em 1996, no Art. 80 da LDB 9.394, que essa modalidade educativa foi oficializada no Brasil. A sua normatização foi feita por meio do Decreto 5.662, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o Art. 80 da LDB 9.394.

Complementa a legislação brasileira sobre a EAD, o Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequências no sistema federal de ensino.

A Portaria Normativa nº 2 – MEC, de 10 de janeiro de 2007, publicada na DOU de 11/01/2007 – dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade à distância.

A Resolução CNE/MEC nº 1 de 3 de abril de 2001 dispõe sobre a Pós-Graduação (Stricto Sensu e Lato Sensu) no Brasil.

A Legislação brasileira contemporânea sobre Educação à Distância defende essa modalidade como mecanismo de democratização das oportunidades para toda a população do país. O processo de EAD que consolidou o presente curso de pós-graduação lato sensu a distância privilegia abordagens teórico-práticas, dialógicas e interativas, onde os atores do ensino/aprendizagem são interlocutores e sujeitos dos propósitos educativos da construção do conhecimento, do compartilhar avanços, do compromisso da educação, explicitando nas normas legais brasileira.

É relevante que se tenha pontos de apoio nessa caminhada, que não é linear, mas exige interação entre as pessoas dessa rede educativa: professores, tutores/monitores e alunos, companheiros de jornada presencial e a distância. Estabelecer trocas mais profundas e autênticas estimulados pelo diálogo e interatividade, nos conduzirá a avanços significativos de democratização do conhecimento, com a construção de uma sociedade mais justa, solidária, produtiva, inclusiva e ecológica.

5.3 EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1993), a Educação Tecnológica teve sua gênese a partir de 1946, com o acordo assinado entre Brasil e Estados Unidos, o qual tinha por intuito aproximar os dois países, por meio do intercâmbio de educadores, ideias e métodos de ensino.

Em 1962 a UNESCO que recomendava uma educação para a vida em uma era tecnológica, menciona que ciência e técnica são os fundamentos do desenvolvimento econômico e social, estabelecendo que os planos de ensino técnico e profissional deveriam elevar o patamar de escolarização, ampliando a formação técnica e profissional.

Iniciada na década de 1940, se desenvolveu nos anos 1970/80 e amadureceu na década de 1990, promovendo a reforma do ensino profissional de nível médio. Assim sendo, com o parecer nº 60/63 do Conselho Federal de Educação e Parecer nº 25/65, e outros documentos do MEC a Educação Tecnológica seria mais abrangente que a formação técnico-profissional e, portanto, associada a um nível de conhecimentos envolvendo questões relacionadas ao desenvolvimento de novas tecnologias e de acordo com as necessidades do mercado de trabalho.

No âmbito do MEC, as políticas educacionais estavam sendo balizadas pelo acordo MEC-USAID, contando com a cooperação da Fundação Ford e financiadas pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e Banco Internacional de Desenvolvimento – BID. Em 1969, o decreto nº 547 e outros acordos do MEC autorizavam a organização e funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração, mais escolas técnicas para atender a diversificada tecnologia industrial de que tanto o Brasil necessitava.

A partir de 1978 foram criados os CEFETs, como modelo de formação de profissionais tecnólogos e engenheiros industriais, diferenciado do segmento de educação que leva às universidades.

Em 1980, na tentativa de consolidar o modelo CEFET, o governo brasileiro criou o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico – PROTEC.

A partir de 1990, a concepção sobre formação profissional tecnológica já estava amadurecida, e recebia a denominação de educação tecnológica, tendo por intuito atender o setor primário, secundário e terciário da economia, posteriormente reforçado pela Lei nº 8.711/93.

Em seguida, para atender as demandas impostas à nova educação, o MEC inicia uma reforma administrativa com a criação da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica – SENET para gerir a educação tecnológica em todos os níveis, posteriormente denominada de Secretaria Nacional de Educação Média e Tecnológica.

Nesse ano, com a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica foi transformado, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Com a sanção da Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/96, a Educação Profissional se separa da Educação Básica, a fim de superar o assistencialismo, fazendo uma intervenção social, crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Define que o sistema de certificação profissional permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar.

O Decreto 2.208/97 regulamenta a educação profissional e cria o programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP.

De 1909 a 2002 foram construídas 140 unidades para melhor configurar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica Brasileira.

O Decreto 5.154/2004 permite a integração do ensino técnico de nível médio.

Em 2005, com a Lei nº 11.195, ocorre o lançamento de Educação Profissional e Tecnológica com a construção de 64 novas unidades de ensino.

Em 2006, o Decreto 5.773/06 dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de Educação Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Em 2006, Decreto 5.840 foi instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, com o ensino fundamental, médio e educação indígena. Ainda nesse ano, foi lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para disciplinar as denominações de cursos oferecidos por instituição de ensino público e privados.

Em fins de 2006, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, marco importante para a educação

brasileira.

Em 2007 houve o lançamento da 2ª Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 unidades, perfazendo até o final de 2010, um total de 354 unidades em todo o Brasil.

Parte integrante de um projeto de desenvolvimento nacional, que busca consolidar-se como soberano, sustentável e inclusivo, a Educação profissional e Tecnológica está sendo convocada não só para atender às novas configurações do mundo do trabalho, mas para contribuir para a elevação da escolaridade dos trabalhadores. Nesse contexto, a atual conjuntura é favorável à transformação da Educação Profissional e Tecnológica em importante ato de produção científica e tecnológica nacional, principalmente porque o espaço social das práticas de ensino, pesquisa e inovação possui características diferenciadas desenvolvidas no espaço do mundo acadêmico.

5.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL

Segundo Vargas (2004) o atendimento escolar aos deficientes teve início em meados do século XX, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, ambos situados na cidade do Rio de Janeiro.

Pode-se ressaltar que durante todo o império, esses atendimentos tinham função muito mais de asilos do que de espaços educacionais para as pessoas consideradas deficientes. Somente após a Proclamação da República, a Educação Especial começou a se expandir, embora de forma muito lenta.

Na primeira metade do século XX, havia no Brasil um total de quarenta estabelecimentos de ensino regular que prestava algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais, e outros quatorze estabelecimentos que atendiam também a alunos com outras deficiências. Foi por volta da década de 1950, que surgiram associações que criaram seus próprios estabelecimentos de ensino para os deficientes, buscando com isso, suprir a falta desse tipo de serviço, minimizando a ineficácia do Estado em oferecer oportunidades educacionais para essas pessoas. Dentre as principais associações, surgiu a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, que, entre suas ações, criou uma Escola Especial para atender as pessoas com deficiência mental e/ou outras deficiências agregadas.

As Escolas Especiais no Brasil acabaram por trazer uma marca profunda na organização dessa área, instaurando, assim, uma conveniência paralela de duas redes de ensino: a especial e a regular.

Conforme Bueno (1993), além da ampliação de oportunidades educacionais às pessoas com deficiência, a Educação Especial espelhou muito mais o seu caráter de avalizadora da escola regular que, por trás da igualdade de direitos, ocultava a função fundamental que tem exercido nas sociedades capitalistas modernas: o instrumento de legitimação da seletividade social.

É relevante ressaltar que desde 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos documenta com clareza a objetividade, que é necessário assegurar a todos os sujeitos o direito à educação, direito reafirmado na Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, que garante os direitos fundamentais de cada educando atendido, independentemente de suas particularidades.

Para Vargas (2004), além dessas mudanças que aconteceram em nível mundial, têm-se as alterações significativas a partir da Constituição de 1988, a qual assegura a garantia contra qualquer tratamento discriminatório e o atendimento educacional especializado ao deficiente, preferencialmente na rede regular de ensino.

A lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, cap. V, art. 58 apresenta a Educação Especial como uma modalidade da educação escolar que deve se situar preferencialmente na rede regular de ensino, e determina também a exigência, quando necessário, de serviços de apoio especializado quando não for possível a integração de alunos com algum tipo de deficiência em classes comuns.

A definição que é apresentada na LDB, para a Educação Especial, além de determinar que essa modalidade de educação escolar seja oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, considera um conjunto de recursos e estratégias de apoio que devem estar à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento e perpassando transversalmente todos os níveis de ensino.

Vargas (2004) relata que em Santa Catarina, assim como no restante do Brasil, a Educação Especial começou a ser atendida em escola especial, classes especiais e outros serviços. Em 1988, instituiu-se no Estado a Política de Integração dos alunos dessa modalidade de ensino em escolas regulares. Isso se deu por meio da Secretaria Estadual de Educação, com o plano de trabalho denominado “Matrícula Compulsória”, que buscou assegurar a escolarização básica a todas as crianças na faixa etária de sete a quatorze anos.

A partir dessa medida, nenhuma escola poderia negar matrícula sob qualquer alegação, e o Estado objetivava ampliar a socialização e o acesso às novas oportunidades educacionais desses educandos, considerados até então clientela de Educação Especial.

Embora tenha sido assegurado o acesso desses alunos ao ensino regular, poucos puderam usufruir dessa oportunidade em razão de vários fatores como o preconceito, os processos de seletividade, a falta de formação e de conhecimento dos educadores, bem como a realidade da escola pública, na qual os educadores não têm a garantia de permanência no trabalho que os incentive a investir em sua auto-formação, sem mencionar a falta de infraestrutura das instituições escolares.

Todas essas dificuldades acabaram afastando a possibilidade de permanência de alunos considerados deficientes nas escolas regulares, pois, se a escola atende parcamente aos alunos considerados “normais” nas suas necessidades, parece certo que não está preparada para receber e incluir alunos com necessidades maiores.

Em 1996, por meio da Resolução nº. 01/96 do Conselho Estadual de Educação foram determinadas as normas para a Educação Especial no sistema de ensino de Santa Catarina, seguindo os preceitos constitucionais e as políticas encaminhadas até então. A partir dessa resolução, as pessoas com necessidades educacionais especiais devem, preferencialmente, ser atendidas na rede regular de ensino, beneficiando-se, no entanto, do diferentes serviços de atendimentos especializados.

Neste sentido, a Educação Especial se encaminha significativamente por meio de legislações e/ou políticas nesta área. Tem-se na Constituição Federal, em seus artigos 7º; 23; 24; 37; 203; 208 e 227, a garantia contra qualquer tratamento discriminatório, a proteção integral através de programas de assistência específicos ao portador de deficiência. Este, também deverá receber atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

O Art. 227 refere-se a:

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e a serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, P.55).

A partir deste marco legal, teve outras mudanças que vem orientando as políticas de atuação nesta área: a criação da Coordenadoria

Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência/CORDE (1989). A mesma temática foi objeto de discussão na "Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais", realizada em Salamanca (Espanha) em 1994, que acabou reafirmado o compromisso como educação para todos.

Em 1996, teve no Estado de Santa Catarina, a Resolução n.º 01/96 do Conselho Estadual de Educação, que fixou as normas para a Educação Especial no Sistema de Ensino de Santa Catarina, seguindo os preceitos constitucionais e as políticas encaminhadas até então.

No município de Bela Vista do Toldo há uma APAE com 31 alunos matriculados. No Núcleo Escolar Municipal Juliana Tomporoski Krull, Núcleo Escolar Municipal João Pedro Alberti e no Núcleo Escolar Municipal João Batista Pontarolo há 01 sala multifuncional destinada a alunos com necessidades especiais. No total, o município atende somente 07 alunos (que possuem laudo do Neurologista) nas salas multifuncionais.

5.5 EDUCAÇÃO NO CAMPO

Conforme Martins (2002) a história do Brasil tem sido marcada pelo extrativismo e pela exploração dos recursos naturais desde o século XVI, sendo essa exploração realizada de maneira desordenada. De lá para cá, algumas atitudes foram tomadas no sentido de coibir a devastação das florestas, dos recursos naturais e, posteriormente do uso irracional de agrotóxicos nas grandes plantações.

A partir da década de 70, a Educação Ambiental começou a despontar nos debates nacionais e internacionais como um investimento na preservação do meio ambiente, bem como se deu início é uma série de Conferências em vários países, como é o caso da Conferência de Estocolmo (1972), Belgrado (1975), Tbilisi (1977), do Relatório da Comissão Brundtland (1987), da Rio 92 e da Agenda 21 (1992), da Cúpula das Américas (1994), da Conferência de Tessalônica (1997), da Cúpula Mundial de Johannesburg (2002) e da Conferência de Frankfurt (2010). Depois da Rio 92, muitas conferências, encontros e seminários aconteceram para discutir a questão do meio ambiente e a Educação Ambiental. No campo oficial, a Educação Ambiental passou a ser incorporada em vários documentos, tanto do setor educacional como fora dele, além de serem estabelecidos programas para a implementação de ações na área ambiental.

Martins (2002) relata que o MEC, aprovou através do Parecer 226/87 a inclusão da Educação Ambiental como conteúdo a ser explorado nos currículos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, apontando as bases conceituais da Educação Ambiental no Brasil. Neste documento aparece um consenso em relação à importância da educação formal de Ensino Fundamental e Médio para a formação ou reforço da consciência ecológica. "Oliveira (1989, p.11), a inclusão de programas de Educação Ambiental tem sido baseado na crença comum de que a Educação Ambiental é um elemento de socialização que contribui para o desenvolvimento social do educando".

No entanto, Dias (1994) coloca em discussão de como fazer para que essa educação geral se desenvolvesse numa abrangência maior. Entendeu-se dessa maneira, que o maior problema incidia na organização e na dinâmica de cada escola em fazer valer o seu caráter educativo, bem como na formação dos professores e da consciência de seu papel de educadores, dentro dos seus limites de ação. Ressalta-se ainda os aspectos culturais de um país que, por ser tão jovem, ainda não tinha despertado para os problemas advindos da exploração ambiental ou não os havia assimilado dada a velocidade de seu processo de desenvolvimento.

Conforme Martins (2002), situando ainda a Educação Ambiental em outros documentos nacionais, é relevante citar o Programa Nacional de Educação Ambiental, PRONEA, de 1994, no qual a Educação Ambiental é inserida como tema, de forma interdisciplinar nos currículos escolares, e a Lei de Diretrizes de Base (LDB), 9.394/96 que embora não trate especificamente da Educação Ambiental, registra no seu artigo 26, parágrafo primeiro, que o conhecimento físico e natural da realidade social e política, especificamente do Brasil, deve fazer parte dos currículos escolares do Ensino Fundamental e Médio.

Ainda no artigo 32, enfatiza a formação básica do cidadão, citando, entre outros elementos, a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que fundamenta a sociedade, onde também estão presentes os objetivos da Educação Ambiental.

... formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e os sentido de participação e engajamento que lhes permitem trabalhar individual e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam" (UNESCO, apud, PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA, 1998, p.51).

Em outras palavras, a Educação Ambiental é um tema multidimensional que deve ser obrigatoriamente abordado nas escolas. É uma temática que pode ser inserida em todas as disciplinas, já que o aprendizado está fundamentado na interdisciplinaridade

A Educação Ambiental deve manter o compromisso permanente com a qualidade do meio ambiente, da vida no planeta e da biodiversidade, sendo indispensável na evolução educacional um maior comprometimento com a preservação dos recursos naturais e com o desenvolvimento sustentável.

A parti dessa perspectiva, a Educação Ambiental que deve acontecer na escola será um processo contínuo quanto à sua temporalidade e quanto ao fato de estar na continuidade das ações que os pequenos conglomerados humano praticam em sua inter-relação com o meio ambiente, tanto naquilo que mereça ser valorizado, quanto nas atitudes e visões que se pretende problematizar em relação às consequências danosas para o ambiente.

6 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para os sistemas educacionais, a formação dos professores constitui uma das preocupações fundamentais, conforme observa Nóvoa (1995, p.09) "não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica sem uma adequada formação de professores", e termina afirmando que não se pode descuidar desse aspecto, principalmente, no momento em que os professores têm sido alvo de constantes críticas.

De acordo com Souza (2002) é possível constatar que está ocorrendo um conjunto de mudanças na formação do professor e que a formação inicial deve ser repensada em função da evolução das condições de trabalho, das tecnologias ou do estado dos saberes. A renovação da formação inicial integra as transformações da profissão.

Os desafios atuais da sociedade da informação e do conhecimento, da sociedade do desemprego e das novas configurações de trabalho, da autonomia e da exigência de saberes que ultrapassem a redução da docência à técnica impõe um novo repensar sobre os cursos de licenciatura, Pedagogia e Normal Superior.

Para Romanowski (2003) a formação de professores em relação à expansão da Educação Básica apresenta defasagens, pois, além do déficit histórico de professores devidamente formados existe o acentuado aumento desse nível de ensino, que exige uma maior ampliação dos

cursos de licenciatura.

O número de matrículas nos cursos de licenciatura apresenta índices ligeiramente superiores nas instituições públicas. A oferta de cursos na área de formação de professores pelas instituições particulares é menor, principalmente na área de Ciências Exatas. A necessidade de infra-estrutura como laboratórios, aliada à elevada desistência de alunos, podem desestimular as instituições privadas a ofertarem cursos nessas áreas.

Também a histórica desvalorização do magistério, que ocasiona pouca demanda pelos cursos de licenciatura, provavelmente não estimula o investimento das instituições nesses cursos. Essas situações exigem que a formação de professores seja expandida em universidades públicas, priorizando a criação de novas instituições de acordo com o levantamento de áreas e locais, onde o número de professores formados seja menor.

De acordo com Freitas (1999) o ensino está passando por profundas transformações e reformas, tanto em função das políticas advindas da reforma de ensino proposta na Lei 9.394/96, como em função das novas tendências dos processos de formação e do movimento dos educadores.

A preocupação com a formação de professores, em função das políticas governamentais é recorrente, pois é o professor quem atua na prática escolar, possibilitando mudanças ou inovações, por meio da educação. Esse fato gera intensa discussão sobre a formação do professor da Educação Básica, envolvendo associações de docentes e de pesquisadores, associações de classe, faculdades de educação, comissões de especialistas, as Secretarias do Ministério de Educação e do Conselho Nacional de Educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, aprovada em 2 de dezembro de 1994, determina no art. 62 que a formação de docentes para atuar na educação básica seja realizada em nível superior, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação.

Romanowski (2003) relata que no Brasil, há, aproximadamente, um milhão de professores em atividades que não tem essa titulação. Por isso foi estabelecido um prazo para que todos os professores passassem a ter formação superior, o que gerou um desafio e uma dificuldade para a situação educacional e o conjunto dos professores. O curso normal em nível médio pode constituir-se como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O curso de Pedagogia, respeitada a base comum nacional, que designa a docência como eixo articular da formação, tem por finalidade a formação dos profissionais de educação para atuarem nas especificidades da administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional. O art. 69 da Legislação prevê, também, que a formação para atuar nessas especificidades além do curso de pedagogia, pode ser realizada em cursos de pós-graduação.

A prática de ensino está incluída nos cursos de formação de professores, conforme determina o art. 65 da LDB. A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional nas demais atividades educacionais, ou seja, para exercer as funções de direção, orientação, supervisão é necessário experiência como professor, conforme determina art. 67.

Além da regulamentação contida na LDB, Romanowski (2003) diz que os cursos de formação de professores são regidos pelas seguintes normas e regulamentos:

- Parecer 009/2001 do Conselho Nacional que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- Parecer n. 115/1999, que dispõe sobre diretrizes gerais para os Institutos Superiores de Educação;
- Parecer n. 1/99 que regulamenta as Diretrizes Curriculares para a formação de professores na modalidade normal em nível médio;
- Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, curso de Licenciatura e de graduação plena;
- Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

Sendo assim, seguem abaixo gráficos demonstrativos do quantitativo de profissionais que trabalham diretamente com alunos e outros que fornecem assistência aos professores e outro referente à formação dos professores.

Entre professores (76), assistentes pedagógicos (03), pedagogos (06) e orientador educacional (01), o que totalizam 86 profissionais com graduação, 81 com pós-graduação e 05 estão cursando pós-graduação.

Gráfico 5 – Formação dos professores

Fonte: SMS, 2015

O conjunto de transformações que podem ser distinguíveis em relação ao conhecimento do professor na formação inicial inclui conhecimento científico e conteúdos escolares, metodologias, o conhecimento sobre aprendizagem dos alunos, currículo, organização e gestão da escola, processos avaliativos, comunicação docente, uso de recursos e tecnologias educacionais, uso do tempo, entre outros.

As novas concepções de formação valorizam a prática docente, enfocando a análise e reflexão do professor e a formação continuada. Os conteúdos acerca do cotidiano da sala de aula e os problemas reais dos professores apontam para uma didática da prática fundada na investigação, participação e reflexão da ação.

De acordo com Oliveira (2000) a atual proposta de formação inicial de professores no Brasil inclui a prática pedagógica como conteúdo de formação desde o início do curso. Outro aspecto importante é o aluno do curso de formação inicial que passa a perceber que ele é um professor em formação. Isto implica que o professor formado precisa estar atento à sua própria prática, pois o aluno aprende também pela prática e pela experiência de seus professores.

6.1 Valorização Profissional

O Art. 206, da Constituição Federal de 1988 determina vários princípios, entre eles a valorização dos profissionais do ensino, plano de carreira para o magistério público, piso salarial e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

As políticas de valorização do profissional se encontram na lei 9.394/96, mais especificamente no Art. 67.

Outro mecanismo de valorização profissional se encontra na lei 9.424/96, que regulamente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF, garantindo pelo menos 60% desse recurso para remuneração dos profissionais do Magistério.

Em 1997, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CEB/CNE, nº 03 de 08 de outubro de 1997 fixa as diretrizes para os novos planos de carreira. No Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172 de janeiro de 2001, a valorização dos profissionais

também constitui uma das prioridades, dando ênfase à formação inicial e continuada.

Dez anos após a criação do FUNDEF, foi regulamentado, pela Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, o Fundo Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação.

Entre as políticas educacionais de Valorização dos Profissionais do Magistério, pode-se destacar o Plano de Desenvolvimento da Escola, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, Lei do Piso Salarial, Plano Nacional de Formação de Professores – PARFOR, dentre outras políticas implementadas nos anos 2000 que configuram a atual política docente.

O município de Bela Vista do Toldo, na Lei nº 097 de 17 de dezembro de 1998, Art. 35 menciona e na Lei nº 831 de 24 de fevereiro de 2012, Art. 5º dispõem sobre a valorização dos profissionais da educação conforme o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério.

A Lei nº 831 de 24 de fevereiro de 2012 institui e dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério do Sistema Municipal de Ensino de Bela Vista do Toldo, como de valorização do profissional.

7 FINANCIAMENTO

O financiamento da educação no Brasil provém de recursos públicos, de empresas privadas e da contribuição dos cidadãos, por meio da cobrança de impostos. É definido por parâmetros legais, conforme estabelecido na Constituição Federal e legislação correlata, o que garante a alocação para a educação pública.

De forma limitada, pode-se dizer que a partir da Constituição Federal de 1988, passou-se a vivenciar um período de democratização do Ensino Fundamental. Essas transformações possibilitaram a alteração na forma de seu financiamento com a instituição das políticas de fundos vinculados à educação.

Sendo assim, nas laudas a seguir destacam-se algumas fontes de investimento relevantes para a educação, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF; Fundo Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

7.1 DO FUNDEF AO FUNDEB

É notório o momento conturbado em que vive o ensino brasileiro, no entanto, ainda não se tem uma clara visão de seus resultados quanto à questão do financiamento. Diante disso, o Governo Federal criou o FUNDEF, que se apresenta como um significativo investimento da política enquanto promotora de equidade e justiça social.

Mas até o surgimento do FUNDEF foi um longo caminho percorrido, que teve como primeiro passo a promulgação da Constituição Cidadã. Surgiu como uma nova proposta de financiamento da educação e define no art. nº 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que o poder público deveria destinar pelo menos 50% de seus gastos constitucionais, de receita de impostos para a eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental nos 10 anos após sua promulgação.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 233/95, que resultou na Emenda Constitucional nº 14 de 12 de setembro de 1996 criou também o FUNDEF, regulamentado pela Lei 9.424 de 24 de dezembro de 1996.

O FUNDEF foi uma medida de natureza contábil que sofreu modificações ao passo que alocou recursos para o desenvolvimento de ações educacionais. Articula os três níveis de governo, incentiva a participação da sociedade por meio de conselhos, garante o mínimo de recursos para alcançar a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental, investe na valorização profissional e tende a diminuir as desigualdades existentes no país.

O FUNDEF criou alguns problemas, principalmente no atendimento das etapas de ensino que compõem a Educação Básica, pois não existe uma política que contribua para a universalização do atendimento, sustentada por mecanismo que assegurem a melhora qualitativa do ensino oferecido e a valorização dos profissionais do magistério.

Com a intenção de preencher as lacunas do FUNDEF, que tinha prazo de validade definido em 10 anos após promulgação da lei, cria-se o FUNDEB com características mais amplas, pois segundo a lei, busca-se a equalização na distribuição de recursos da educação, universaliza-se o atendimento da Educação Básica (Educação Infantil, Educação Básica e Ensino Médio) e não apenas o Ensino Fundamental como a priori. O FUNDEB é mais abrangente, e garante investimentos que assegurem a qualidade do ensino. Valoriza os profissionais, assegurando-lhes o piso salarial para o Magistério.

A vigência do fundo é de 14 anos (2007-2020) e sua formação, no âmbito de cada Estado, resulta da aplicação de percentuais que se elevarão, gradativamente, de forma a atingir o percentual de 20% no ano de 2009, sobre as seguintes receitas:

- Fundo de Participação dos Estados – FPE;
- Fundo de Participação dos Municípios – FPM;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS;
- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações - IPIexp;
- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;
- Imposto Territorial Rural (Quota-Parte dos Municípios) - ITRm;
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD;
- Ressarcimento pela desoneração de Exportações de que trata a LC nº 87/96;
- Receitas da Dívida Ativa incidentes sobre estes impostos.

Além dessas 09 fontes de recursos, há uma parcela de recursos federais que são asseguradas sob a forma de complementação da União.

7.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE originou em 1940, mas foi promulgado pela Constituição Federal em 1988. O programa contribui para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

O programa tende a atender alunos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, matriculados em escolas públicas, filantrópicas e entidades comunitárias, por meio de transferência de recursos.

- Creche – R\$ 1,00
- Pré-escola – R\$ 0,50
- Escola Indígena e quilombolas – R\$ 0,60

- Ensino Fundamental, Médio e EJA – R\$ 0,30
- Ensino Integral – R\$ 1,00
- Programa Mais Educação – R\$ 0,90
- Atendimento Educacional Especializado Contra-turno – R\$ 0,50

O repasse é feito diretamente ao município com base no Censo Escolar realizado no ano anterior o atendimento. O repasse do recurso do PNAE pode ser acompanhado pelo CAE, FNDE, TCU e CGU.

Os recursos financeiros da União são transferidos em 10 parcelas mensais, para a cobertura de 20 dias letivos, às entidades executoras (nesse caso o município) em contas correntes específicas abertas pelo FNDE, no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal. Não há necessidade de celebração de convênio, acordo ou outro instrumento.

Para participar do Programa o município tem que cumprir algumas exigências e não pode gastar o recurso com qualquer gênero alimentício, ou seja, os alimentos devem estar definidos nos cardápios do Programa de Alimentação Escolar, elaborados por nutricionistas e Conselho de Alimentação Escolar - CAE e respeitando os hábitos alimentares locais. A prestação de contas deve ser realizada pelo município até o dia 15 de janeiro do exercício seguinte, com parecer do CAE.

7.3 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE

Criado em 1995 esse programa era denominado Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE).

O PDDE, criado a partir da Medida Provisória nº 1.784 de 14 de dezembro de 1998, substituiu o PMDE e tem por finalidade prestar assistência financeira, às escolas públicas da Educação Básica das redes estadual, municipal e federal e às escolas privadas mantidas por entidades sem fins lucrativos.

O programa engloba ações e melhorias na infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da auto-gestão escolar, nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da Educação Básica.

O recurso é transferido de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior do repasse.

Até 2008, o programa contemplava apenas escolas públicas do Ensino Fundamental. A partir de 2009, com a Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro de 2009, transformada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, foi ampliado para a Educação Básica, passando a abranger as escolas do Ensino Médio e Educação Infantil.

7.4 PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR – PNATE

Instituído pela Lei nº 1.880 de 9 de junho de 2004, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, tem por objetivo garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público, residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e municípios.

Com a Medida Provisória nº 455/2009, transformada em Lei nº 11 de 1.947 de 16 de junho de 2009, o programa foi ampliado para toda a Educação Básica, beneficiando também os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Médio residente em áreas rurais.

O PNATE consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidades de convênio ou outro instrumento para custear despesas burocráticas, de manutenção e reforma do transporte de alunos da Educação Básica pública residentes em área rural.

O repasse do recurso é realizado em nove parcelas anuais e o cálculo do montante de recursos tem como base o quantitativo de alunos da zona rural, transportados e informados no censo escolar do ano anterior.

8 AUTONOMIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Gestão Democrática faz parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto da educação pública de qualidade social e democrática. As lutas em prol da democratização da educação pública e de qualidade se intensificaram a partir de 1980, principalmente após a Constituição Federal, em seu art. 206. Estabeleceu alguns princípios como obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática.

Analisar a gestão da educação implica em refletir sobre as políticas de educação, isso porque há ligação forte entre elas, pois a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações.

No âmbito educacional, a gestão democrática tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando a garantir processos coletivos de participação e decisão.

A gestão democrática implica também na luta pela garantia da autonomia da unidade escolar, participação efetiva nos processos de decisões, implementação de processos colegiados nas escolas, financiamento entre outros.

É entendida como participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios da escola, de melhoria na qualidade pedagógica, construção de currículos na realidade local e integração entre agentes.

Nesse sentido, está exposto no Plano Nacional de Educação que a gestão está inserida no processo de relação da instituição educacional com a sociedade, a fim de que seus agentes possam utilizar de mecanismos para construção e conquista da qualidade na educação.

Quando se fala em autonomia, pensa-se na idéia de independência, de liberdade e na possibilidade de se fazer aquilo que se quer e entende por correto.

No que se refere à Autonomia Escolar, refere-se a aspectos como liberdade que a comunidade escolar tem para elaborar seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Essa autonomia deve ser entendida como poder compartilhado e colaboração nas tomadas de decisões na escola.

O objetivo da autonomia é a busca pela qualidade com equidade e o fortalecimento da escola por meio de práticas anti-autoritárias e centralizadoras. Sendo assim, a autonomia é baseada em 4 dimensões:

- Administrativa – tomada de decisões para construção de planos, programas e projetos por pessoas que conhecem a realidade da escola;
- Financeira – escola adequa os recursos financeiros para a efetivação de seus planos e projetos construídos a partir de sua realidade.
- Jurídica – a própria escola pode elaborar suas normas escolares baseadas na legislação educacional. (Exemplo: transferência de alunos);
- Pedagógica – define sobre desenvolvimento e avaliação do PPP, tendo como condição necessária o ensino e a pesquisa. É por meio dessa dimensão de autonomia que a escola define as atividades pedagógicas e curriculares.

9 ATUAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAL

Os conselhos municipais, em qualquer repartição pública municipal, são canais efetivos de participação popular que permite estabelecer uma sociedade onde a cidadania passa a ser realidade. Os conselhos se tornam relevantes para fortalecer as políticas públicas setoriais. Nesse contexto, apresenta-se a seguir as concepções do Conselho Municipal de Educação, Conselho do FUNDEB e Conselho de Alimentação Escolar – CAE.

9.1 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação está regulamentado pela Lei nº 9.394/96 e é um órgão que compõe o sistema municipal de ensino, trazendo na sua natureza o princípio da participação e da representatividade da comunidade na gestão da educação. Os objetivos do Conselho Municipal de Educação são;

- assegurar a participação da sociedade, como mecanismo de gestão colegiada e democrática;
- consolidar uma estrutura educacional que assegure a aprendizagem escolar, participação coletiva no planejamento, monitoramento e avaliação das ações educativas nas dimensões administrativa e pedagógica do sistema público municipal;
- ampliar a capacidade de compreender e interpretar a legislação educacional;
- participar da formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas municipais.

O CME é composto por representantes de diversos segmentos da sociedade e tem por função fazer a mediação entre governo e sociedade. Integrar a estrutura do poder executivo municipal e fazer parte do sistema municipal de ensino, no sentido de definir prioridades para a construção de políticas públicas voltadas para a educação municipal.

O CME é órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador das políticas públicas municipais para a educação. O mandato dos conselheiros é de, no mínimo 2 anos, e no máximo de 4 anos.

O Conselho Municipal de Educação no Município de Bela Vista do Toldo, foi criado pela Lei nº 308 de 05 de maio de 2003, e tem caráter consultivo, normativo, fiscalizador e de assessoramento ao Executivo Municipal em termos de sua competência e conforme a LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

O Conselho Municipal é composto por 10 membros, ficando assim discriminados: 01 especialista em Educação do Sistema Municipal de Ensino; 01 representante dos professores municipais; 03 representantes da Secretaria Municipal de Educação; 01 representante do Conselho Tutelar; 02 representantes de pais; 01 representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças 01 representante do Setor de Pessoal da Prefeitura de Bela Vista do Toldo.

Além do Conselho de Educação foram criados a partir da Lei nº 1.072 de 24 de dezembro de 2014 e da Lei Complementar nº 1.080 de 26 de março de 2015 os Conselhos Escolares nas Unidades Escolares com mais de 100 alunos. Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados de caráter consultivo e deliberativo, que atuará em assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da Unidade Escolar conforme disposto na Lei nº 792 de 13 de setembro de 2011.

9.2 CONSELHO DO FUNDEB

O conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB é um colegiado fundamentado no art. 24 da lei nº 11.949/2007, e tem por objetivo realizar o acompanhamento e controle social sobre a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do fundo.

O conselho é uma unidade administrativa de governo e sua ação deve ser independente e harmônica com órgãos da administração pública. O conselho do FUNDEB é uma nova instância do controle social que não deve ser confundida com o controle interno, executado pelo Tribunal de Contas na qualidade de órgão auxiliar do Poder Legislativo, a quem compete a apreciação das contas do Poder Executivo.

O conselho faz o controle direto da sociedade e aponta às demais instâncias, falhas ou irregularidades cometidas, a fim de que as autoridades adotem providências cabíveis.

A função do conselho é acompanhar e controlar a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB; elaborar proposta orçamentária anual; instruir, com parecer, as prestações de contas a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas; acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE e Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para atendimento à Educação de Jovens e Adultos.

Conforme a Lei nº 11.494/2007 os membros do Conselho do FUNDEB não serão remunerados, sua atividade é de interesse social e é assegurada isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades. O Conselho do FUNDEB de Bela Vista do Toldo foi criado pela Lei nº 532 em 16 de maio de 2007, que dispõe sobre a "criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. A Lei está de acordo com a disposição do Art. 76 da Lei Orgânica Municipal.

A Lei nº 683 de 10 de fevereiro de 2010 altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 532/2007, passando a vigorar a seguinte redação: dois representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais, pelo menos 1 da secretaria municipal de Educação.

9.3 CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

O Conselho de Alimentação Escolar – CAE existe desde 2000 para fiscalizar os recursos federais destinados à merenda escolar e garantir boas práticas sanitárias e de higiene dos alimentos nas instituições de ensino.

Instituído por Medida Provisória e previsto pela Lei nº 11.947/2009, sua criação está relacionada à descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Ministério da Educação e Cultura que passaram a ser feitos diretamente aos municípios e estados sem a necessidade de realizar convênios e acordos.

Composto por representantes da sociedade civil, trabalhadores da Educação, pais e alunos, cabe ao conselho analisar ações e emitir parecer sobre o uso dos recursos pela rede de ensino.

10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Municipal determina os momentos estratégicos para realizar uma avaliação das ações e das atividades que estão sendo desenvolvidas e analisar os resultados que estão sendo alcançados com o objetivo de poder redirecionar as estratégias de execução.

Sendo assim, é importante elaborar instrumentos que sirvam para acompanhar as ações, avaliar os resultados alcançados e realimentar a dinâmica do processo executivo do Plano.

Após a tramitação e aprovação da Lei do PME torna-se necessário formar um fórum permanente para acompanhamento e avaliação. Em municípios onde o Conselho Municipal de Educação é atuante e representativo, esse mesmo conselho pode ser esse fórum.

Para as metas abaixo, do Plano Nacional de Educação, não foi possível estipular objetivos, pois no município não há Educação Tecnológica, Ensino Superior nem cursos de Pós-graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do Plano Municipal de Educação – PME deve ser construído a partir do princípio da Gestão Democrática, a fim de que vários interessados possam opinar, dar sugestões e contribuir para a construção de um Plano com qualidade e de acordo com a realidade social, cultural e econômica do município.

Partindo desse pressuposto, o Plano Municipal de Educação do município de Bela Vista do Toldo foi construído em 2015, possui uma Comissão para Elaboração do Plano conforme Decreto nº233/2014 de 16 de dezembro de 2014 e Decreto de Alteração nº 235/2015.

O Plano Municipal de Educação destaca aspectos históricos, geográficos, sociais, econômicos e, principalmente, dados e informações educacionais que possibilitaram a construção das metas e estratégias a serem cumpridas nos próximos 10 anos (2015 – 2025).

As metas municipais têm como base as metas nacionais, já as estratégias foram construídas de acordo com a realidade do município e em conjunto com a Comissão.

Enfim, o Plano Municipal de Educação é um instrumento a ser usado nos próximos 10 anos que visa melhorar toda a estrutura do sistema educacional, bem como proporcionar educação de qualidade a todas as crianças que frequentam o sistema de ensino municipal.

REFERÊNCIAS

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis, 2001.

ÁRIES, Phillipe. História social da criança e da família.2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL, MEC, COEDI. Política Nacional de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEf/DPEF/COEDI, 1994.

BUENO, José Geraldo S. Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educa, 1993.

CHARLOT, B.A. Mistificação Pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPUBLICA DEFERATIVA DO BRASIL. 1998.

FREITAS, Luís Carlos. Formação de educadores uma abordagem histórica. Educadores para o século XXI: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNES, 1999.

NARADOWSKI, Adeus à infância (e a escola que a educava). IN: SILVA, L.H. da (org.) A escola cidadã no contexto da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ROCHA, Eloisa AciresCandal. A pesquisa em educação infantil: trajetória recente de consolidação de uma pedagogia da educação infantil. Florianópolis: UFSC, 1999.

VARGAS, Sidnei. Educação Especial. Florianópolis: UDESC/FAED/CEAD, 2004.

VYGOTSKY, Leontiev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARTINS, Leila Andrésia Severo. Educação e Meio Ambiente. Florianópolis: UDESC/FAED/CEAD, 2002.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

NÓVOA, Antônio. Aprofissão professor. Porto: Porto Editora, 1995.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação de Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. Formação e profissionalização docente. Curitiba: IBPEX, 2003.

SOUZA, D. T. R.A formação contínua de professores como estratégia fundamental para a melhoria da qualidade de ensino: uma reflexão crítica. São Paulo: Editora Moderna, 2002.

<http://tabnet.datasus.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br/cidades>

<http://tabnete.datasus.gov.br>

www.pnud.org.br

11 METAS E ESTRATÉGIAS PARA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias

- 1.1 - Ampliar oferta de vagas em espaços adequados às crianças na faixa-etária de 0-5 anos, gradativamente até o final da vigência deste plano de forma a atender o estabelecido nesta meta, considerando as peculiaridades locais;
- 1.2 - Garantir contratação de profissionais capacitados/qualificados na área específica para atender as crianças de 0-5 anos;
- 1.3 - Viabilizar roteiros de transporte escolar de qualidade na área rural e urbana com veículos adaptados e bem conservados, oportunizando que as crianças sejam mantidas dentro do seu raio escolar, de acordo com a localização das escolas e disponibilidade de vagas;
- 1.5 - Proporcionar, gradativamente, espaço físico arborizado, material didático-pedagógico e espaço de ludoteca e brinquedoteca, condizente/adequado com a idade e desenvolvimento cognitivo do educando;
- 1.6 - Renovar e ampliar os parquinhos das escolas, quadra coberta até o final da vigência deste plano em regime de colaboração com Estado e União;
- 1.7 - Construir parques infantis e quadras cobertas em escolas onde não há essa estrutura, em regime de colaboração com União e Estado;
- 1.8 - Assegurar quadro de professores habilitados na área, promovendo formação continuada para garantir qualidade no processo de ensino aprendizagem;
- 1.9 - Incentivar a prática de atividades lúdicas no sistema de ensino que estimulem a criatividade, imaginação, socialização, comunicação e expressão, higiene, segurança alimentar, levando em consideração sua identidade;
- 1.10 - Garantir aos alunos alimentação escolar de qualidade;
- 1.11 - Assegurar recursos financeiros à Educação Infantil conforme Art. 212 da Constituição Federal, além dos recursos do FUNDEB, a fim de promover o desenvolvimento integral dos alunos;
- 1.12 - Garantir a participação da comunidade escolar na gestão administrativa por meio da APP e Conselho deliberativo, a fim de promover a participação democrática;
- 1.13 - Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;
- 1.14 - Viabilizar processo/sistema de acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- 1.15 - Viabilizar monitores, com formação adequada para atuar na Educação Infantil em creches de 0-3 anos, a fim de melhorar o atendimento pedagógico, individual e coletivo dos alunos;
- 1.16 - Assegurar propostas pedagógicas articuladas com cada etapa de ensino das crianças, preservando as especificidades da Educação Infantil e com a realidade sócio-econômica e cultural dos alunos que frequentam a instituição de ensino da Educação Infantil;
- 1.17 - Assegurar à Educação Infantil aulas de Educação Física e Artes em espaços adequados, com o intuito de estimular a prática esportiva, psicomotora e artística desde a infância;
- 1.18 - Incentivar o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- 1.19 - Cumprir o disposto na Lei Complementar nº 170/1998, e o Regimento Unificado Escolar do Sistema Municipal de Ensino, em especial no Art. 3º, Decreto nº 1.060 de 23 de outubro de 2012.

Meta 2: universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Estratégias

- 2.1 - Garantir o acesso das crianças de 6 a 14 anos no Ensino Fundamental;
- 2.2 - Assegurar às escolas, espaços físicos adequados ao bom desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, em regime de colaboração com Estado e União;
- 2.3 - Garantir um Projeto Político Pedagógico e Currículo Escolar adequado à instituição de Ensino e às especificidades da clientela (alunos), tendo como base os direitos e objetivos de aprendizagem, determinados por uma base nacional comum, pactuada entre Estado, Município e União;
- 2.4 - Garantir ensino público gratuito, com equidade e qualidade a todos os alunos;
- 2.5 - Assegurar transporte público, conforme lei e programas federais aos alunos da zona rural e urbana, em regime de colaboração com União, Estado e Município;
- 2.6 - Garantir espaço para biblioteca escolar com bom acervo de livros a fim de incentivar a formação de leitores;
- 2.7 - Implantar laboratórios de informática e ciências em todos os Núcleos Escolares, em regime de colaboração com a União;
- 2.8 - Assegurar novas oportunidades de aprendizagem no contra-turno, aos alunos do Ensino Fundamental que apresentarem dificuldades durante o processo pedagógico;
- 2.9 - Utilizar os indicadores nacionais de avaliação para analisar, avaliar e reformular o currículo escolar e a prática pedagógica;
- 2.10 - Garantir proposta de ensino que proporcione a progressão na avaliação do IDEB;
- 2.11 - Proporcionar aos alunos exames periódicos de acuidade visual e auditiva com profissionais especializados e acompanhamento dos casos problemas;
- 2.12 - Estabelecer parcerias com outras secretarias (Assistência Social e Secretaria de Saúde) a fim de que o aluno do Ensino Fundamental tenha conhecimento e acesso a outros serviços que lhe proporcione melhor qualidade de vida;

- 2.13 - Garantir o acesso ao ensino fundamental à população rural e urbana em locais mais próximos ao seu raio escolar, reorganizado a estrutura física das escolas existentes ou com a construção de novos prédios, de acordo com a demanda local, em regime de colaboração com Estado e União;
- 2.14 - Desenvolver atividades de cultura, esporte e lazer em todas as unidades escolares;
- 2.15 - Incrementar a Merenda Escolar com alimentos saudáveis de hortas escolares e incentivar o hábito de uma alimentação saudável e rica em nutrientes;
- 2.16 - Implantar suporte técnico para o desenvolvimento de projetos de hortas escolares;
- 2.17 - Minimizar a defasagem e distorção série/idade até a data final do Plano Municipal de Educação, utilizando práticas eficientes e eficazes;
- 2.18 - Apoiar e incentivar a criação de organizações estudantis nas instituições escolares com Ensino Fundamental – Anos Finais, como espaço de promoção da cidadania e democracia;
- 2.19 - Desenvolver projetos ambientais e/ou projetos relacionados ao setor agrícola, a fim de estimular os alunos do Ensino Fundamental a investir no trabalho e no setor agrícola;
- 2.20 - Incentivar o desenvolvimento de projetos e atividades relacionadas aos temas transversais;
- 2.21 - Cumprir o disposto na Lei Complementar no 170/1998, no Regimento Unificado Escolar do Sistema Municipal de Ensino, em especial no Art. 3º, Decreto nº 1.060 de 23 de outubro de 2012;
- 2.22 - Garantir biblioteca escolar em cada instituição com acervo bibliográfico que contemplem as diferentes etnias responsáveis pela formação da sociedade brasileira, como também bibliografia que contemple a história de Santa Catarina e de Bela Vista do Toldo;
- 2.23 - Assegurar o cumprimento da Lei 9.394/96 e Resolução, no nº 002/2013 do Conselho Municipal de Educação que estabelece a data corte das matrículas nos estabelecimentos de Ensino Fundamental – data limite 31 de março, para as escolas vinculadas ao sistema municipal de ensino.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezoito) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 90% (noventa por cento).

Estratégias

- 3.1 - Garantir o acesso e permanência dos alunos de 15 a 17 anos no Ensino Médio;
- 3.2 - Assegurar transporte público gratuito aos alunos;
- 3.3 - Minimizar repetência, evasão escolar e distorção série-idade;
- 3.4 - Garantir quadro de professores qualificados na área de atuação bem como capacitação profissional, de melhorar o processo de ensino aprendizagem;
- 3.5 - Promover atividades em parcerias (Estado e Município), a fim de estimular a participação dos pais no contexto escolar;
- 3.6 - Buscar parcerias com entidades públicas e particulares para realização de palestras, aulas de campo, etc.;
- 3.7 - Apoiar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;
- 3.8 – Apoiar que União, Estado e Municípios, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/ mantenham a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;
- 3.9 - Estimular a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar;
- 3.10 - Colaborar com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;
- 3.11 - Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas público da educação especial;
- 3.12 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial;
- 3.13 - Estimular a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;
- 3.14 - Estimular a criação de programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;
- 3.15 - Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes;
- 3.16 - Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;
- 3.17 - Apoiar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão;
- 3.18 - Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;
- 3.19 - Acompanhar os convênios estabelecidos entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho;
- 3.20 - Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar no 170/1998, que trata do número de

estudantes por turma.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias

- 4.1 - Garantir o acesso das crianças com necessidades especiais na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- 4.2 - Assegurar a acessibilidade nas instituições escolares na estrutura física, pedagógica e curricular;
- 4.3 - Garantir e implantar o atendimento e a inclusão de crianças com necessidades especiais nas salas regulares e multifuncionais, com professores especializados;
- 4.4 - Garantir materiais pedagógicos específicos para trabalhar com alunos da Educação Especial;
- 4.5 - Desenvolver trabalho em conjunto com a Assistência Social, Educação e Saúde, em prol do desenvolvimento integral do aluno;
- 4.6 - Avaliar e readaptar o Projeto Político Pedagógico, currículo escolar e práticas pedagógicas conforme a realidade da instituição escolar;
- 4.7 - Assegurar segundo professor ao aluno que apresentar alguma deficiência, declarada por diagnóstico pedagógico, psicológico e neurológico;
- 4.8 - Apoiar na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007;
- 4.9 - Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da Educação Básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;
- 4.10 - Estimular a criação de programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistida, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação;
- 4.11 - Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22, do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdocegos;
- 4.12 - Garantir a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do Art. 207, da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção por hiperatividade/impulsividade e altas habilidades/superdotação.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias

- 5.1 - Promover o processo de alfabetização dos alunos até o 3º ano de escolaridade, articuladas com estratégias desenvolvidas na pré-escola;
- 5.2 - Qualificar a formação inicial dos professores, com conhecimento de novas tecnologias e práticas pedagógicas inovadoras;
- 5.3 - Assegurar práticas, métodos e metodologias pedagógicas eficientes e eficazes para a alfabetização de crianças até o 3º ano;
- 5.4 - Assegurar novas oportunidades de aprendizagem em contra-turno, aos alunos que apresentam dificuldades no processo de alfabetização;
- 5.5 - Estabelecer diretrizes operacionais para alfabetização de crianças com deficiência, considerando suas especificidades;
- 5.6 - Instituir procedimentos de avaliação e monitoramento, periódicos para aferir o processo de alfabetização das crianças.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.

Estratégias

- 6.1 - Implantar, gradativamente, a educação em tempo integral até término da vigência do Plano Municipal de Educação, em regime de colaboração com a União;
- 6.2 - Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;
- 6.3 - Viabilizar, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;
- 6.4 - Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;
- 6.5 - Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como

centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico;

6.6 - Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.7 - Atender às escolas do campo e de comunidades tradicionais, com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais;

6.8 - Apoiar e estimular a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados;

6.9 - Criar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional;

6.10 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.

Estratégias

7.1 - Garantir professores habilitados na área em todas as instituições escolares;

7.2 - Assegurar cursos de formação continuada nas áreas específicas a todos os professores;

7.3 - Garantir práticas pedagógicas diferenciadas e eficazes no Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais, a fim de atingir as metas projetadas pelo IDEB;

7.4 - Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local;

7.5 - Estimular para que: a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável; b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.6 - Apoiar a instituição, em colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, de um conjunto estadual de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infra-estrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.7 - Incentivar processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.8 - Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.9 - Colaborar para o desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

7.10 - Incentivar o desenvolvimento, selecionar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem;

7.11 - Proporcionar transporte gratuito, por meio de convênio entre as Secretarias Municipais de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.12 - Incentivar o desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais;

7.13 - Incentivar o uso de equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.14 - Apoiar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.15 - Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada e acessibilidade, bem como, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências;

7.16 - Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.17 - Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União, o Estado e os Municípios, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.18 - Apoiar políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

- 7.19 - Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008;
- 7.20 - Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades utilizando e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência;
- 7.21 - Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- 7.22 - Apoiar a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.23 - Estimular, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;
- 7.24 - Apoiar a criação de ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 7.25 - Estimular, com ênfase e em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores para atuar como mediadores da leitura;
- 7.26 - Estimular a criação de políticas educacionais, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média estadual, até o último ano de vigência deste Plano;
- 7.27 - Incentivar a criação de programas e desenvolvimento de metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado;
- 7.28 - Incentivar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores;
- 7.29 - Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos político pedagógico, na organização e gestão dos currículos;
- 7.30 - Incentivar, no Ensino Médio, práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estratégias

- 8.1 - Assegurar escolaridade – Ensino Fundamental e Ensino Médio às pessoas de 18 a 29 anos de idade, principalmente à população do campo, em regime de colaboração com o Estado;
- 8.2 - Apoiar a implementação de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;
- 8.3 - Divulgar a participação em exames de certificação e conclusão do ensino fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames;
- 8.4- Estimular políticas públicas de expansão de educação profissional para o segmento aqui considerado, em parceria com o Estado e União.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias

- 9.1 - Ampliar o índice de alfabetização até o final da vigência do Plano Municipal de Educação;
- 9.2 - Minimizar o analfabetismo absoluto e funcional;
- 9.3 - Assegurar a formação de turmas para alfabetização de adultos; em regime de colaboração com o Estado;
- 9.4 - Assegurar espaços físicos e materiais pedagógicos específicos para a alfabetização de adultos;
- 9.5 - Assegurar professores habilitados e qualificados na alfabetização de adultos;
- 9.6 - Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
- 9.7 - Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;
- 9.8 - Apoiar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 9.9 - Apoiar projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes;
- 9.10 - Apoiar a implementação de programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal;
- 9.11 - Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social;
- 9.18 Estimular levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para incentivar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 10% (10 por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, desde que tenha o mínimo de 30 alunos interessados.

Estratégias

- 10.1 - Assegurar oferta de EJA à população que não conseguiu concluir seus estudos no tempo/idade correta, a fim de lhes proporcionar

conhecimentos e inseri-los no mercado de trabalho;

10.2 - Assegurar espaços para EJA e professores qualificados;

10.3 - Incentivar a integração e articulação de políticas públicas setoriais que venham a proporcionar a formação profissional e a geração de emprego e renda;

10.4 - Reestruturar, aperfeiçoar e flexibilizar os mecanismos de avaliação da EJA;

10.5 - Organizar e flexibilizar o currículo escolar de acordo com a idade, necessidades, interesses, experiências e conhecimento informal dos alunos da EJA;

10.6 - Minimizar o analfabetismo de jovens e adultos até o final da vigência do Plano Municipal de Educação;

10.7 - Garantir transporte escolar aos alunos da EJA;

10.8 - Adequar o horário da EJA conforme o horário de trabalho dos jovens e adultos que trabalham na área pública, privada ou meio rural;

10.9 - Assegurar uma política de EJA diferenciada com práticas pedagógicas adequadas;

10.10 - Divulgar os trabalhos da EJA;

10.11 - Avaliar, reestruturar e reorganizar a EJA de acordo com os resultados (aprovação) obtidos;

10.12 - Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.13 - Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.14 - Apoiar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.15 - Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes;

10.16 - Apoiar o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola;

10.17 - Proporcionar alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional;

10.18 - Apoiar e implementar programas e mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio;

10.19 - Colaborar na expansão das matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

Meta 11: Incentivar matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias

11.1 - Buscar parcerias com instituições de ensino que ofereçam cursos profissionalizantes de nível médio;

11.2 - Incentivar, por meio de benefícios, a matrícula e permanência dos alunos nos cursos profissionalizantes;

11.3 - Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.4 - Apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União;

11.5 - Apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade;

11.6 - Apoiar a expansão do atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.7 - Apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial;

11.8 - Apoiar o desenvolvimento de programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.9 - Colaborar para a adoção de políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio;

11.10 - Colaborar para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado.

Meta 12: Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

Estratégia

12.1- Incentivar o transporte gratuito para alunos de formação superior, conforme as condições do município.

Meta 13: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégia

13.1- Assegurar a contratação, por meio de concurso público, de profissionais habilitados nas áreas da Educação;

13.2- Fazer levantamento das áreas onde há maior carência de professores habilitados.

Meta 14: Incentivar a formação, em nível de pós-graduação, 80% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias

- 14.1 - Garantir cursos de formação continuada a todos os profissionais da área da Educação, promovidos pela Secretaria de Educação;
- 14.2 - Assegurar programas de formação específica para professores que atuam com alunos portadores de necessidades especiais;
- 14.3 - Apoiar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e Municípios;
- 14.4 – Divulgar consolidação da política estadual de formação, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica, suas diretrizes estaduais, áreas prioritárias e instituições formadoras;
- 14.5 – Difundir políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado aos professores que lecionam nas escolas do campo, indígenas e quilombolas;
- 14.6 – Apoiar Programa Estadual de Formação de Professores e profissionais da educação básica e suas modalidades a oferta de cursos de pós-graduação – lato sensu e stricto sensu – vagas, acesso e condições de permanência nas instituições de ensino superior públicas;
- 14.7 - Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos;
- 14.8 – Estimular a participação e inclusão de professores em cursos de graduação e pós-graduação, em cursos oferecidos pelo Estado e Governo Federal.

Meta 15: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, através da reestruturação do Plano de Carreira, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Estratégias

- 15.1 - Assegurar avaliação da qualidade da atuação dos profissionais da educação, como subsídio para definir cursos de formação continuada;
- 15.2 - Instituir programas de prevenção às doenças funcionais e preparação para a aposentadoria;
- 15.3 - Fortalecer o sindicato dos Servidores Públicos Municipais para buscar parcerias e/ou convênios com instituições que ofereçam benefícios à saúde, cultura e lazer;
- 15.4 - Assegurar cumprimento de medidas administrativas que visam garantir direitos e a permanência de profissionais habilitados e com bom desempenho no quadro de funcionários da área da educação;
- 15.5 - Realizar, no prazo de dois anos, a implantação ou a atualização dos planos de carreira para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal;
- 15.6 - Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação;
- 15.7 – Apoiar a criação de ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 15.8 Viabilizar nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;
- 15.9 - Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação;
- 15.10 - Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Estadual e dos Estatutos Municipais do Magistério da rede pública de ensino.

Meta 16: Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito do Estado e dos Municípios, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Estadual de Ensino, no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste Plano.

- 16.1 - Incentivar criação de programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;
- 16.2 – Incentivar a criação do Fórum Permanente de Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, bem como incentivar e oferecer suporte técnico aos Municípios para constituir-lo, com o intuito de: a) coordenar a conferência estadual, regional, intermunicipal e municipal, bem como acompanhar e avaliar o processo de implementação de suas deliberações; b) efetuar o acompanhamento da execução do Plano e dos planos municipais de educação; c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema estadual; d) promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação, do Fórum Estadual de Educação e dos Fóruns de Educação dos Municípios; e) acompanhar, junto a Assembleia Legislativa, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Estadual de Educação;
- 16.3 - Estimular, em todas as redes de educação básica, a aprovação de leis municipais de criação de conselhos escolares;
- 16.4 - Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;
- 16.5 - Apoiar a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos,

currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação;

16.6 - Estimular a gestão democrática da educação, por meio da participação da comunidade escolar e local, no âmbito das instituições de ensino superior e escolas de educação básica, prevendo recursos e apoio técnico da União;

16.7 – Criar os conselhos escolares de educação, conforme Lei nº 1.072 de 24 de dezembro de 2014 e Lei Complementar nº 1.080 de 26 de março de 2015.

16.8 – Apoiar a criação de comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas;

16.9 - Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando aos o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às escolares.

Meta 17: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

17.1 - Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

17.2 - Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal;

17.3 - Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e o Ministério Público;

17.4 - Acompanhar a regulamentação do § 4, do Art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre o Estado e os Municípios, em material educacional, e a articulação do sistema estadual de educação em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções;

17.5 - Buscar convênios de cooperação entre União, Estado e Município para a manutenção da Educação Básica, alimentação escolar e transporte, bem como livro didático, material pedagógico e esportivo;

17.6 – Reestruturar e ampliar as escolas municipais da zona rural com recursos federal, estadual e municipal para garantir a permanência dos alunos no contexto escolar.

LEI 1.103

LEI Nº 1.103/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º. A adesão ao Programa BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Pavimentação Asfáltica.

Art. 3º. Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES, até o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo Único: Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do financiamento

Art. 4º. Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º. Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco e meio por cento) ao ano, mais taxa SELIC.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 12 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.104

LEI Nº 1.104/2015, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
09-28.846.0003-0.004	0.004	Sentenças Judiciais e Trabalhistas	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL GERAL	100.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
14-04.122.0003-1.002	1.002	Aquisição de Veículos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	69.000,00
24-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria Mun. de Admin e Fazenda	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	31.000,00
TOTAL GERAL	100.000,00		

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 26 de junho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

PROCESSO LICITATÓRIO 021/2015

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 021/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço. O objeto é a contratação de emissoras de radiodifusão em amplitude modulada (AM) para prestação de serviços relativos à divulgação de atos, solenidades e eventos oficiais da administração pública municipal.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 09h00min do dia 10/07/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 10/07/2015 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 01 de Julho de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO 49/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DA HABILITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2015.

MODALIDADE: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 49/2015.

DATA: 30/06/2015 - HORA DE INÍCIO: 09:00 horas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA RUA CRUZ E SOUZA, BAIRRO RIBEIRÃO TIGRE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E SEUS ANEXOS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA.

Na data e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas de preços, e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação em razão do certame licitatório na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 49/2015, com a presença dos membros da Comissão de Licitações nomeados pela Portaria nº portaria 156/2015. Aberta a sessão, verificou-se que conforme protocolo de recebimento foram convidadas ou retiraram o edital no Site da Prefeitura às seguintes empresas:

Participante	Representante
LC EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME	JEAN CARLOS DA SILVA
CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME	DAYRON SCHLOGL

Compareceram ao certame, protocolando os envelopes no setor de compras até o horário estipulado (09 horas) as empresas: LC EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME e CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – ME. Em seguida proferiu-se a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação exigidos no edital. Os documentos foram analisados e rubricados por todos os presentes, onde se verificou que todas as licitantes encontram-se em regularidade com o exigido, restando às mesmas HABILITADAS e os documentos integrados aos autos da licitação. A licitante LC EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderá gozar dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Colocada a palavra a disposição dos representantes dos licitantes presentes, os mesmos não se manifestaram, portanto, a comissão de licitação passa para a próxima fase da licitação com a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços. Nada mais havendo lavrou-se a presente ata que segue assinada pela Comissão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA Presidente	JOAO ULLER Membro	MAURICIO STEFFEN Membro
---	----------------------	----------------------------

Biguaçu

PREFEITURA

ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

A Prefeitura Municipal de Biguaçu por meio da Secretaria de Administração representada por seu Secretário Senhor Willian Lofy, no uso de suas atribuições que são conferidas por delegação de competência (Decreto nº85, de 21/06/2013 e Portaria nº 156, de 02/02/2015), abre Processo Administrativo registrado em livro sob número 05/AD/2015, para apuração e julgamento dos fatos ocorridos referente ao contrato 81/2015 do processo de licitação pregão presencial 295/2014

Willian Lofy
Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (ARCO EM C MÓVEL, AUTOCLAVE HORIZONTAL, CARDIOTOCÓGRAFO) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 06/07/2015, às 9h29min do dia 17/07/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 9h30min do dia 17/07/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (17/07/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (17/07/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes

do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 06/07/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 30 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 096/2015

DECRETO Nº 096 /2015 DE: 22 DE JUNHO DE 2015.

“Institui Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal de Saúde”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, nomeia os membros para a composição da Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Saúde.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal de Saúde, composta pelos seguintes membros:

Presidente – Ana Flavia de Almeida e Silva
Coordenadora Geral – Mariana Ester Borges Costa
Coordenador Adjunto – Patricia Moreira Hoffmann Martins
Secretária Executiva – Francielly Marcia Souza de Andrade
Coordenador de divulgação e comunicação – Carolina Rech
Relatores – Aline Piaceski Arceno

Parágrafo Único – A participação na comissão instituída no caput deste artigo, não sujeita a pagamento de qualquer benefício pecuniário ou gratificação.

Art. 2º. – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 097/2015

DECRETO Nº 097 /2015 DE: 22 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- Fica convocada a V Conferência Municipal de Saúde, tendo como tema central: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

Art.2º- A Conferência será realizada nos dias 09 e 10 de julho de 2015, nas dependências do Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, com início às 13h00min e término às 18h00min.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 22 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 100/2015

DECRETO Nº 100/2015 DE: 23 DE JUNHO DE 2015.

Convoca a IV Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política Nacional do Idoso no município;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a IV Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 03 de julho de 2015, Centro de Convivência dos Idosos anexo ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais situado a Rua Libório Francisco Goedert – Loteamento Avelino Muller, no município de Biguaçu/SC, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação tendo como tema central: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as idades".

Art. 2º A Conferência Municipal tem como objetivo proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões em torno das estratégias que apontam diretrizes para as várias políticas interseoriais que atendem a pessoa idosa, além de garantir a implantação no município e na região da Política da Pessoa Idosa.

Art. 3º A Comissão organizadora da Conferência Municipal, será composta por:

Titulares:

- a) Elisiane Aparecida Ferreira
- b) Dircilene Carmelita Maria da Luz
- c) Ana Paula Medeiros e Silva Vicente

Suplentes:

- a) Kreize Fernanda de Souza Machado
- b) Eliane Rocha de Carvalho
- c) Altamiro Miguel Barros

Parágrafo Único – A participação na comissão instituída no caput deste artigo, não sujeita a pagamento de qualquer benefício pecuniário ou gratificação.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu 23 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 101/2015

DECRETO Nº 101/2015 DE: 25 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 37.034,57 (Trinta e sete mil trinta e quatro reais e cinquenta e sete centavos) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2014, apurado em fontes de recursos:

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	37.034,57
3.1.90.00/0.6.29.000053	Pessoal e Encargos Sociais	37.034,57

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 25 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 106/2015

DECRETO Nº 106/2015 DE: 30 DE JUNHO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

02. GABINETE DO PREFEITO

0201.04.122.0001.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	2.353,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	2.353,00

	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	2.353,00

Reg.publ.n/data
Marivalde Inêz Kons
Escriturária

04. SECRETARIA DA FAZENDA

0401.04.123.0002.2014	Manutenção da Secretaria de Fazenda	2.441,15
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	2.441,15
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	2.441,15

DECRETO Nº 107/2015

DECRETO Nº 107/2015 DE: 30 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

10. SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

	Manutenção da Integração Regional	4.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	2.000,00
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	4.000,00

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 106.819,69 (Cento e seis mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta e nove centavos) por conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0.1.21.000000. A dotação abaixo relacionada:

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	106.819,69
4.4.90.00/0.1.21.000000	Investimentos	106.819,69

18. FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

1801.10.301.0004.2023	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	444.150,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	444.150,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	444.150,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Biguaçu, 30 de junho de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

ERRATA Nº. 01 DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 23/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 23/2015

Em atenção à necessidade de adequação dos itens 40, 41, 42 e 43 do presente edital, considera-se:

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 23/2015 – FMS)

(...) Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 24/06/2015, às 10h59min do dia 06/07/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 11h00min do dia 06/07/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (06/07/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (06/07/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 24/06/2015. (...)

LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 23/2015 – FMS)

(...) Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 02/07/2015, às 10h59min do dia 23/07/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 11h00min do dia 23/07/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (23/07/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (23/07/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 02/07/2015. (...)

Onde se lê no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 23/2015 – FMS)

PREÂMBULO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2015 – FMS

DATA DA REALIZAÇÃO: 06/07/2015

HORÁRIO: 11 HORAS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 14h00min. do dia 24/06/2015 às 10h59min do dia 06/07/2015.

(...)

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço, Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, na Diretoria de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu - SC, iniciando-se no dia 06/07/2015, às 11h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro(a) com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

LEIA-SE no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 23/2015 – FMS)

PREÂMBULO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2015 – FMS

DATA DA REALIZAÇÃO: 23/07/2015

HORÁRIO: 11 HORAS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 14h00min. do dia 02/07/2015 às 10h59min do dia 23/07/2015.

(...)

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço, Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, na Diretoria de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu - SC, iniciando-se no dia 23/07/2015, às 11h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro(a) com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Onde se lê no Anexo II de Licitação (Pregão Presencial nº. 23/2015 – FMS)

ANEXO II- ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

(...)

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
40	150,00	PCT	52,467	SACO DE LIXO DOMÉSTICO, DE POLIETILENO, CAPACIDADE 50 LITROS, MEDINDO 63CM X 80CM, COM NO MÍNIMO 0,08MM DE ESPESSURA, DE QUALQUER COR, EXCETO BRANCO; EMBALADOS EM PACOTES COM 10 UNIDADES E ACONDICIONADOS EM FARDO RESISTENTE COM 50 PACOTES. O MATERIAL NÃO PODE EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO OS ENSAIOS TÉCNICOS, ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA, PREVISTOS NA NBR 9191:2008.
41	150,00	PCT	71,53	SACO DE LIXO DOMÉSTICO, DE POLIETILENO, CAPACIDADE 100 LITROS, MEDINDO 75CM X 105CM, (VARIAÇÃO DE MAIS OU MENOS 1CM), COM NO MÍNIMO 0,10MM DE ESPESSURA, DE QUALQUER COR, EXCETO BRANCO; EMBALADOS EM PACOTES COM 10 UNIDADES E ACONDICIONADOS EM FARDO RESISTENTE COM 50 PACOTES, O MATERIAL NÃO PODE EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO OS ENSAIOS TÉCNICOS, ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA, PREVISTOS NA NBR 9191:2008.
42	150,00	PCT	70,85	SACO DE POLIETILENO, PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO COR BRANCO LEITOSO, CAPACIDADE PARA 100 LITROS DEVENDO ESTAR ESTAMPADO NUMA DAS FACES O SIMBOLO DE RISCO DA SUBSTÂNCIA INFECTANTE, CUJAS DIMENSÕES, CORES E INSCRIÇÕES DEVERÃO SEGUIR OS PADRÕES DEFINIDOS PELA NBR 9195, 9191 E NBR/ABNT/7.500. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO DO PRODUTO. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO O RESPECTIVO REGISTRO NA ANVISA, BEM COMO LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO, ATRAVÉS DA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA.

43	150,00	PCT	43,277	SACO DE POLIETILENO, PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO COR BRANCO LEITOSO, CAPACIDADE PARA 50 LITROS DEVENDO ESTAR ESTAMPADO NUMA DAS FACES O SIMBOLO DE RISCO DA SUBSTÂNCIA INFECTANTE, CUJAS DIMENSÕES, CORES E INSCRIÇÕES DEVERÃO SEGUIR OS PADRÕES DEFINIDOS PELA NBR 9195, 9191 E NBR/ABNT/7.500. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO DO PRODUTO. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO O RESPECTIVO REGISTRO NA ANVISA, BEM COMO LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO, ATRAVÉS DA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA.
----	--------	-----	--------	--

LEIA-SE no Anexo II de Licitação (Pregão Presencial nº. 23/2015 – FMS)

ANEXO II- ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
(...)

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
40	150,00	FARDO	52,467	SACO DE LIXO DOMÉSTICO, DE POLIETILENO, CAPACIDADE 50 LITROS, MEDINDO 63CM X 80CM, COM NO MÍNIMO 0,08MM DE ESPESSURA, DE QUALQUER COR, EXCETO BRANCO; EMBALADOS EM PACOTES COM 10 UNIDADES E ACONDICIONADOS EM FARDO RESISTENTE COM 50 PACOTES. O MATERIAL NÃO PODE EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO OS ENSAIOS TÉCNICOS, ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA, PREVISTOS NA NBR 9191:2008.
41	150,00	FARDO	71,53	SACO DE LIXO DOMÉSTICO, DE POLIETILENO, CAPACIDADE 100 LITROS, MEDINDO 75CM X 105CM, (VARIAÇÃO DE MAIS OU MENOS 1CM), COM NO MÍNIMO 0,10MM DE ESPESSURA, DE QUALQUER COR, EXCETO BRANCO; EMBALADOS EM PACOTES COM 10 UNIDADES E ACONDICIONADOS EM FARDO RESISTENTE COM 50 PACOTES, O MATERIAL NÃO PODE EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO OS ENSAIOS TÉCNICOS, ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA, PREVISTOS NA NBR 9191:2008.
42	150,00	PCT	70,85	SACO DE POLIETILENO, PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO COR BRANCO LEITOSO, CAPACIDADE PARA 100 LITROS DEVENDO ESTAR ESTAMPADO NUMA DAS FACES O SIMBOLO DE RISCO DA SUBSTÂNCIA INFECTANTE, CUJAS DIMENSÕES, CORES E INSCRIÇÕES DEVERÃO SEGUIR OS PADRÕES DEFINIDOS PELA NBR 9195, 9191 E NBR/ABNT/7.500. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO DO PRODUTO. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO O RESPECTIVO REGISTRO NA ANVISA, BEM COMO LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO, ATRAVÉS DA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA. PACOTE COM 50 UNIDADES.
43	150,00	PCT	43,277	SACO DE POLIETILENO, PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO COR BRANCO LEITOSO, CAPACIDADE PARA 50 LITROS DEVENDO ESTAR ESTAMPADO NUMA DAS FACES O SIMBOLO DE RISCO DA SUBSTÂNCIA INFECTANTE, CUJAS DIMENSÕES, CORES E INSCRIÇÕES DEVERÃO SEGUIR OS PADRÕES DEFINIDOS PELA NBR 9195, 9191 E NBR/ABNT/7.500. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO DO PRODUTO. DEVERÁ AINDA SER APRESENTADO O RESPECTIVO REGISTRO NA ANVISA, BEM COMO LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO, ATRAVÉS DA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA. PACOTE COM 50 UNIDADES.

As demais informações constantes no Aviso e Edital de Licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 30 de junho de 2015.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.131/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 60/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Segundo Aditivo ao Contrato nº 10.131/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 60/2014 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: BMI PROSPER EIRELLI ME

Valor: R\$ 8.087,46 (oito mil e oitenta sete reais e quarenta e seis centavos).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.148/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 45/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Segundo Aditivo ao Contrato nº 10.148/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 45/2014 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A POLICLÍNICA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, CLÍNICA DE FISIOTERAPIA, PROGRAMAS DST E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BIGUAÇU. OS MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERÃO CUSTEADOS PELA PROPOSTA MINISTRAL Nº 08999257000/1140-01 VIABILIZADA ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR. ENQUANTO OS MATERIAS PERMANETES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL SERÃO CUSTEADOS COM O RECURSO DO PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO E SAÚDE.

Fornecedor: JET-MED COMÉRCIO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS LTDA. – EPP

Vigência: 01/07/2015 a 24/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.029/2014 - PROCESSO: CONVITE - CV Nº 17/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 10.029/2014
Processo: Convite - CV Nº 17/2014 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E PROJETO VISA DE READEQUAÇÃO 50/2002 DA ANVISA DA UPA 24 HORAS.

Fornecedor: MADRIGANO CONSULTORIA E ARQUITETURA PARA HOSPITAIS E CLÍNICAS LTDA.

Vigência: 02/07/2015 a 29/09/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.113/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 64/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 10.113/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 64/2014 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRO-ELETRÔNICO PARA ATENDER AS SALAS DE VACINAÇÃO E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME

Vigência: 01/07/2015 a 24/12/2015

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

GASTOS COM EDUCAÇÃO

RREO – Anexo 8 (LDB, art. 72)

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO - MDEB.

REFERÊNCIA ATÉ MAIO DE 2015

1. Receita produto de Impostos.	38.838.051,35	
1.1. Receita de Impostos	9.644.565,69	
1.1. Receita de IPTU	3.608.322,11	
1.2. Receita de ITBI	1.043.855,25	
1.3. Receita de ISS	4.373.783,83	
1.4. Receita de IRRF	800.058,70	
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	78.650,81	
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos	152.587,18	
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos	338.860,55	
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita	-751.552,74	
1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais	29.193.485,66	
2.1. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea "b".	10.916.382,38	
2.2. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea "d".	0,00	
2.3. Cota-Parte do ITR	22.733,13	
2.4. Cota-Parte do ICMS	15.867.122,62	
2.5. ICMS – Desoneração – LC nº 87/1996	64.599,39	
2.6. Cota-Parte do IPI Exportação	246.815,02	
2.7. Cota-Parte do IPVA	2.075.833,12	
2.8. Cota-Parte IOF - Ouro	0,00	
2. Origem dos Recursos Vinculados à MDEB		
CÓDIGO D.R.	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB (27,0% do item 1, conforme LOA)	10.486.273,86
0.1.06.000000	Transferências do Salário Educação	833.214,70
0.1.06.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	22.620,00
0.3.06.000000	Superávit Financeiro das Transferências do salário Educação	92.698,73
0.1.07.000000	Programa Dinheiro Direto nas Escolas – PDDE	0,00
0.3.07.000000	Superávit Financeiro do PDDE	1.223,28
0.1.09.000000	Programa Nacional de Transportes Escolar – PNATE	12.596,40
0.3.09.000000	Superávit Financeiro do PNATE	238,52
0.1.11.000000	Brasil Carinhoso	0,00
0.3.11.000000	Superávit Financeiro Brasil Carinhoso	10.731,12
0.1.12.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 91,75%	5.973.104,61
0.1.13.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 8,25%	211.187,44
0.3.13.000000	Superávit Financeiro de Transferências de Recursos do FUNDEB	126,19
0.1.70.000201	Cobertura de Quadra em Escola	98.320,73
0.1.71.000012	Convênio SDR – Transporte Escolar	202.253,82
0.3.71.000012	Superávit Financeiro Convênio SDR – Transporte Escolar	4.656,87
0.1.81.000001	Remuneração de Depósito Bancário – FUNDEB	35.391,95
0.3.81.000001	Superávit Financeiro RDB – FUNDEB	12.482,35
0.1.81.000002	RDB – Salário Educação	14.933,08
0.3.81.000002	Superávit Financeiro RDB – Salário Educação	4.771,25
0.1.81.000006	RDB – PNATE	127,36
0.3.81.000006	Superávit Financeiros RDB – PNATE	63,26
0.1.81.000011	RDB – Convênio SDR – Transporte Escolar.	904,34
0.3.81.000011	Superávit Financeiro RDB Convênio SDR – Transporte Escolar	3,72
0.3.85.000099	Superávit Financeiro Alienação de Bens da Educação	24.576,38
	TOTAL	18.042.499,96

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MDEB					
CÓDIGO DA F.R.	CÓDIGO SUB- FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA EXIGÊNCIA LEGAL	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA
3.1. Receita de Impostos	10.486.273,86	10.020.469,36	-465.804,50		
0.1.01.000000	361	Ensino Fundamental	2.567.258,05	2.101.453,55	-465.804,50
0.1.01.000000	365	Educação Infantil	1.997.245,28	1.997.245,28	0,00
0.1.01.000000	366	Educação Jovens e Adultos	84.321,28	84.321,28	0,00

0.1.01.000000	843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00			
0.1.01.000000		Retenção FUNDEB	5.837.449,25	5.837.449,25	0,00			
0.3.01.000000	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00			
0.3.01.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00			
(+) Cancelamento de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
(-) RP não Processado e Inscrito sem Cobertura Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
(+) Pagamento de RP Inscrito sem Cobertura Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
3.2. Receita do Fundeb e de RDB	6.219.684,00	6.594.772,15	375.088,15					
0.1.12.000000	361	Ensino Fundamental	2.046.756,48	2.484.085,15	437.328,67			
0.1.12.000000	365	Educação Infantil	3.926.348,13	3.926.348,13	0,00			
0.1.13.000000	361	Ensino Fundamental	211.187,44	184.338,87	-26.848,57			
0.1.13.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00			
0.1.81.000001	361	Ensino Fundamental	35.391,95	0,00	-35.391,95			
3.3. Recursos do SF do FUNDEB a ser Aplicado até março 2013	12.608,54	12.608,54	0,00					
0.3.13.000000	361	Ensino Fundamental	126,19	126,19	0,00			
0.3.81.000001	361	Ensino Fundamental	12.482,35	12.482,35	0,00			
3.4. Receita de Outras Fontes	1.323.933,56	1.165.400,92	-158.532,64					
0.1.06.000000	361	Ensino Fundamental	633.513,89	479.349,80	-154.164,09			
0.1.06.000000	365	Educação Infantil	199.700,81	199.700,81	0,00			
0.1.06.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	22.620,00	0,00	-22.620,00				
0.3.06.000000	361	Ensino Fundamental	92.698,73	52.749,18	-39.949,55			
0.1.07.000000	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00			
0.3.07.000000	361	Ensino Fundamental	1.223,28	0,00	-1.223,28			
0.1.09.000000	361	Ensino Fundamental	12.596,40	31.955,02	19.358,62			
0.3.09.000000	361	Ensino Fundamental	238,52	0,00	-238,52			
0.1.11.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00			
0.3.11.000000	365	Educação Infantil	10.731,12	0,00	-10.731,12			
0.1.70.000201	361	Ensino Fundamental	98.320,73	125.706,15	27.385,42			
0.1.71.000012	361	Ensino Fundamental	202.253,82	275.609,96	73.356,14			
0.3.71.000012	361	Ensino Fundamental	4.656,87	0,00	-4.656,87			
0.1.81.000002	361	Ensino Fundamental	14.933,08	0,00	-14.933,08			
0.3.81.000002	361	Ensino Fundamental	4.771,25	0,00	-4.771,25			
0.1.81.000006	361	Ensino Fundamental	127,36	330,00	202,64			
0.3.81.000006	361	Ensino Fundamental	63,26	0,00	-63,26			
0.1.81.000011	361	Ensino Fundamental	904,34	0,00	-904,34			
0.3.81.000011	361	Ensino Fundamental	3,72	0,00	-3,72			
0.3.85.000099	361	Ensino Fundamental	24.576,38	0,00	-24.576,38			
TOTAL	18.042.499,96	17.793.250,97	-249.248,99					
4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA					
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25% do item 1	25,80%	0,80%					
4.2. Remuneração dos Profissionais do Magistério	60% do Fundeb	103,01%	43,01%					
4.3. Aplicação dos recursos do FUNDEB no Exercício	95%	106,03%	11,03%					

5. MEMÓRIA DE CALCULO DOS % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS

4.1 = $10.020.469,36 \times 100 / 38.838.051,35 = 25,80\%$ 4.2 = $2.484.085,15 + 1.997.245,28 \times 100 / 6.219.684,00 = 103,01\%$ 4.3 = $6.594.772,15 \times 100 / 6.219.684,00 = 106,03\%$

Biguaçu, 23 de junho de 2015.

RAMON WOLINGER	MARCIA RODRIGUES DE AZEVEDO
Prefeito Municipal	Secretária Municipal da Educação
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO	JOHN KENNEDY LARA DA COSTA
Contadora – CRC/SC 028726/O-6	Secretário Municipal da Fazenda

GASTOS COM SAÚDE**DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Resultado Financeiro de 2014	-2.050.558,00
Receita Arrecadada até o mês de maio de 2015	13.641.137,00
Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro	8.354.313,00
Despesa Empenhada até o mês de maio de 2015	-19.394.758,00
Resultado Financeiro até o mês de maio de 2015 pela Despesa Empenhada	550.134,00
Resultado Financeiro de 2014	-2.050.558,00
Receita Arrecadada até o mês de maio de 2015	13.641.137,00
Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro	8.354.313,00
Despesa Liquidada até o mês de maio de 2015	-15.889.468,00
Resultado Financeiro até o mês de maio de 2015 pela Despesa Liquidada	4.055.424,00
Recurso de Convênio MS	-2.686.555,00
Recurso de Convênio SDR	-833.333,00
Recurso de Convênio SES	-2.269.839,00
Resultado Financeiro até o mês de maio de 2015 pela Despesa Liquidada	-1.734.303,00
Saldo de Dotações	16.454.923,00
Projeção das Despesas Liquidadas	-22.245.255,00
Resultado Orçamentário	-5.790.332,00

LEI COMPLEMENTAR Nº 081/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 081/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS NA CASA LAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Ficam autorizados os servidores lotados na Casa Lar, realizarem sua jornada de trabalho, conforme escala abaixo descrita, desde que concorde expressamente com o Termo de Alteração da Jornada de Trabalho:

I - em escala contínua de 12 (doze) horas trabalhadas, com intervalos de 36 (trinta e seis) horas de folga, sendo que deverá ter cada funcionário 1 (uma) hora para almoço e 30 (trinta) minutos para lanche”.

§ 1º - O servidor que laborar nesta escala deverá a cada sete semanas ter assegurado que o dia de seu repouso semanal remunerado recairá obrigatoriamente no domingo.

§ 2º - Para efeito de registro e/ou desconto de faltas injustificadas do servidor que adote o regime de escalas de 12 (doze) horas, cada dia de falta corresponderá a 02 (dois) dias de desconto.

§ 3º - O servidor não fará jus ao adicional noturno, horas extras, ou banco de horas.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de junho de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 081/2015, de 29/06/2015.

Sancionada em 29/06/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

TP 152/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 152/2015 PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a revitalização do Mercado público, localizado na Rua João Born, nº 14, Bairro centro, Biguaçu, de acordo com projeto, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária, parte integrante deste edital.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 20/07/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 20/07/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 29 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.651/2015

DECRETO Nº 10.651, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE ESTÍMULO FISCAL A "CORREA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA."

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "o" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, atendendo o que consta do Processo CMDES nº 002/2015 e de conformidade com o art. 2º, I, "a" da Lei Complementar nº 179, de 20 de agosto de 1998, e Memorando CMDES nº 005/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido a "CORREA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta cidade, na Rua Dois de Setembro, 3.383, Itoupava Norte, inscrita no CNPJ sob o nº 02.559.947/0001-62 e Cadastro Municipal de Contribuinte nº 62.322, estímulo fiscal consistente na isenção de 100% (cem por cento) do Imposto Predial - IP, referente ao cadastro imobiliário municipal nº 13.785, excluídas as taxas adjetas.

Parágrafo único – O incentivo de que trata este Decreto é concedido para os exercícios de 2015 a 2019, ficando condicionado à reavaliação anual a ser feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, do cumprimento das metas constantes da carta-consulta subscrita para obtenção do benefício.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.652/2015

DECRETO Nº 10.652, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

INSTITUI O COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO - COGEPE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, incisos II e VII, e na forma art. 75, inciso I, alínea "f", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Gerenciamento dos Projetos Estratégicos de Governo - COGEPE, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG.

Art. 2º Compete aos membros do Comitê de Gerenciamento dos Projetos Estratégicos de Governo planejar, coordenar e monitorar os projetos de sua competência em busca dos resultados pactuados junto à Chefia de Gabinete do Prefeito Municipal, e, especialmente:

I - atualizar permanentemente as informações dos projetos cadastrados junto ao sistema de gerenciamento de projetos – GEOR;

II – participar efetiva e comprometidamente nas Avaliações

Gerenciais Mensais (AGM's), conforme calendário prévio a ser expedido pela Diretoria de Escritório de Projetos da SEGG;

III – Zelar pela qualidade, efetividade e confiabilidade das informações fornecidas na atualização do GEOR.

Art. 3º O COGEPE será integrado pelos seguintes servidores públicos:

I – GABRIEL OZORIO SCHMITT, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escritório de Projetos, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Governamental – SEGG (Matrícula nº. 920340);

II - ANDRÉ VECHI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Programas e Projetos de Governo, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Governamental – SEGG (Matrícula nº);

III – THOMAS JEFFERSON HAAG, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento de Governo, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Governamental – SEGG (Matrícula nº. 920268);

IV – RODRIGO KEWITZ DEMARCHI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Monitoramento, Avaliação e Processos, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Governamental – SEGG (Matrícula nº. 920307);

V – ANDRÉ GUILHERME MATTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Governamental – SEGG (Matrícula nº. 212008);

VI – ALINE SOARES, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de redação, lotada na Secretaria Municipal da Comunicação Social - SECOM (Matrícula nº. 920532);

VII – LUIZ CLÁUDIO KOERICH, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, lotado na Fundação Cultural de Blumenau - FCB (Matrícula nº. 2283);

VIII – JOÃO CEZAR SENDESKI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, lotado na Fundação Municipal de Desportos - FMD (Matrícula nº. 2770);

IX – ROGERIO LUIZ MULLER, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Recursos Naturais, lotado na Fundação do Meio Ambiente - FAEMA (Matrícula nº. 1118);

X – ARTUR ULIANO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Técnico, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau - SAMAE (Matrícula nº. 9890);

XI – ANDERSON ROSA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Administração – SEDEAD (Matrícula nº. 920457);

XII – CESAR LUIZ DALRI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Sistema de Alerta - AlertaBlu, lotado na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão – SEDECI (Matrícula nº. 920228);

XIII – EDSON KESTERING, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Desenvolvimento Econômico, lotado na

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEDEC (Matrícula nº. 33952);

XIV – MARCELO ALTHOFF, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES (Matrícula nº. 920444);

XV – LEILA SCHIPPMANN MAFFEZZOLLI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora Geral, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEMED (Matrícula nº. 920225);

XVI – CESAR DOMENICO POLTRONIERI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Receita, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ (Matrícula nº. 213551);

XVII – SAIONARA TOSE TABORDA ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora Administrativo-Financeira, lotado na Secretaria Municipal da Obras – SEMOB (Matrícula nº. 920218);

XVIII – JULIAN PLAUTZ ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEPLAN (Matrícula nº. 216666);

XIX – LEANDRO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS (Matrícula nº.);

XX – GLAUCO GEVARD ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SESUR (Matrícula nº. 229744);

XXI – GABRIELA KIELING DA SILVA ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente Administrativo-Financeira, lotado na Secretaria Municipal de Turismo – SECTUR (Matrícula nº. 229744);

XXII – SUSANA MARA PASSOLD ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora Administrativo-Financeira, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transporte de Blumenau – SETERB (Matrícula nº. 737).

Parágrafo Único. A coordenação dos trabalhos do Comitê ficará sob responsabilidade do servidor designado no inciso I deste artigo.

Art. 4º O COGEPE se reunirá quando convocado por seu coordenador.

Parágrafo Único. A coordenação da Comissão deverá enviar, mensalmente, relatório de presenças dos integrantes do COGEPE nas AGM's.

Art. 5º Para o cumprimento de suas atribuições o COGEPE poderá solicitar documentos aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 6º Os membros do COGEPE não serão remunerados, consideradas as suas funções de relevante interesse público.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.656/2015

DECRETO Nº10.656, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

DECLARA DE INTERESSE SOCIAL, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, UMA ÁREA DE TERRAS PERTENCENTE A EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS TRENTTO LTDA. LOCALIZADA NA RUA SILVANO CÂNDIDO DA SILVA SÊNIOR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e com fundamento nos no art. 2º, inciso IV da Lei nº4.132, de 10 de setembro de 1962,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de interesse social para fins de desapropriação a área de terras integrante do terreno matriculado sob nº30.970 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau, pertencente a Empreendimentos Imobiliários Trentto Ltda., localizada nos fundos do lado ímpar da Rua Silvano Cândido da Silva, contendo 12.758,02m², fazendo frente em 31,50m com terras remanescentes de Empreendimentos Imobiliários Trentto Ltda., fundos em 33,70m com terras de Waldemar Annuseck, extremado pelo lado esquerdo em 391,11m com terras de Empreendimentos Imobiliários Trentto Ltda. e pelo lado direito em 391,73m com terras de Walter Gieland, Loreta Gieland, Joana Gieland e Heinrich Gieland (livro 3X – fls. 178 – nº30.149 – 1º Ofício).

Art. 2º O imóvel descrito no artigo primeiro é destinado à execução de programas de regularização fundiária.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.872/2015

PORTARIA Nº 18.872, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,
com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 196/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 18 de junho de 2015:

PAOLO ADRIANO FERACIN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

IARA DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

THIAGO DE OLIVEIRA SOARES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional

Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

IZABEL CRISTINA GREUEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

DAIANA KIENEN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

TATIANA MONTEIRO CAVALCANTE DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

NATASHA LURE BUENO DE CAMARGO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

DANIELA DOS SANTOS BORGES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

ALEXANDRO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista CNH – Categoria B, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional – GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

EMERSON GEORGE DE AMORIM, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista CNH – Categoria B, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional – GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

ADEMIR ALBINO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista CNH – Categoria B, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional – GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

SIDNEI HEINZEN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista CNH – Categoria B, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional – GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

TATIANA BUCHABQUI HOEFELMANN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

ISALETE MEDIANEIRA DE ALMEIDA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

ADRIANA SALLES RIBEIRO, para ocupar o cargo de provimento

efetivo de Turismólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.873/2015

PORTARIA Nº 18.873, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,
com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 196/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 18 de junho de 2015:

MARILEIA BONA MIURA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

JULIA ESTELA MENEGAZZO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

MARGARET MULLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

RAFAELA DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;
IRENE SCHRODER PROBST, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Feminino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

MARIA TERESA BUERGER COIMBRA DE SOUSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Feminino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

SANDRA CRISTINA GOMES AUADA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Feminino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

FLAVIA CAROLINA BANDEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Feminino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

PATRICIA MACIEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Feminino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

EDUARDO WANZUIT FERREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Masculino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A;

MARCIO DIOVANE DA SILVA ARAMBURU, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.874/2015

PORTARIA Nº 18.874, DE 22 DE JUNHO DE 2015.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,
com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 196/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, a contar de 18 de junho de 2015:

MARIA TERESINHA MONTIBELLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

MARILEA SESTREN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

BIANCA GONÇALVES SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

JOSÉ ROBERTO ALVES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Cirurgião Geral, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento “II”, Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

REGINA TEIXEIRA MARTINS VIDAL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico – GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

JOCILEA ALMEIDA PEREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico – GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

FATIMA MARIA MOREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico – GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

MARISA DE FÁTIMA QUEIROZ SALMERON, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico – GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2011;

IVONETE MARIA DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico – GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2011;

RAMIRO LEAL PINHEIRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico – GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento “I”, Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 002/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.882/2015

PORTARIA Nº 18.882, DE 24 DE JUNHO DE 2015.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOREM, JUNTAMENTE COM OS DEMAIS, O COMITÊ TÉCNICO DO MUNICÍPIO ENCARREGADO DE ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL JUNTO AO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “g”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

DESIGNAR, os seguintes membros para comporem, juntamente com os demais, o Comitê Técnico do Município, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução do Trabalho Técnico Social (TTS) junto ao Programa Minha Casa, Minha Vida:

FERNANDA TESSAROLO ESPINDOLA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

MARIA ZENEDE SANTOS SALAZAR, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, em substituição a NAIRA ALMEIDA MARTINS, designada pela Portaria nº 17.460, de 20 de dezembro de 2013;

FLAVIA MABEL DA ROSA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, em substituição a CHEILA NERIS CARDOSO, designada pela Portaria nº 17.460, de 20 de dezembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.883/2015

PORTARIA Nº 18.883, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com os artigos 195 e 196 da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007 e Memorando SEFAZ nº 01/2015, resolve:

NOMEAR,
para comporem o Conselho Municipal de Contribuintes, disciplinado pela Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, com as atribuições nela previstas, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 16 de junho de 2015:

VALDIR STEINBACH e JAIR FRANCISCO NUSS, representantes titular e suplente, respectivamente, indicados pela Associação Empresarial de Blumenau - ACIB, em substituição a ADÉLCIO SALVALÁGIO e ROBERTO BAHR, reconduzido e nomeado, respectivamente pelas Portarias nº 17.852 de 28/05/2015 e nº 17.170 de 25/07/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.884/2015

PORTARIA Nº 18.884, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

DISPENSA GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JAKES PROBST, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

DISPENSAR
gratificação de condução calculada sobre o valor do padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento "I",
da categoria 7, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, do servidor público municipal:

JAKES PROBST, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, GC de 10% (dez por cento), a contar de 22 de junho de 2015, conforme Memorando SEDEAD nº 553/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.885/2015

PORTARIA Nº 18.885, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

DISPENSA JOÃO JORGE MACIEIRA DOS SANTOS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR

o servidor público municipal JOÃO JORGE MACIEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, da função gratificada de confiança de Assessor de Controle de Ponto, FGC-30%, concedida pela Portaria nº 18.301, de 11/12/2014, no dia 31 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.886/2015

PORTARIA Nº 18.886, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, para o exercício das seguintes Funções Gratificadas de Confiança, constantes do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 02/12/2014:

JOÃO JORGE MACIEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, para a função de Chefe do Setor de Folha de Pagamento, FGC-100%, no dia 01 de abril de 2015;

ADILVO ANDREAZZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, para a função de Coordenador Técnico do Serviço de Medicina do Trabalho, FGC-70%, no dia 01 de julho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.887/2015

PORTARIA Nº 18.887, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

RECLASSIFICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEUSA BENNER, PARA O QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e com fundamento nos arts. 112, 116, II e 117, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007,

RESOLVE

reclassificar a servidora pública municipal abaixo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, integrante do Quadro Especial de Pessoal para o Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público Municipal:

Proc. nº	Servidora	Nomenclatura	GOC	C/H	Faixa Venc.	Padrão Venc.	a partir
4034/15	NEUSA BENNER	PROFESSOR	GE	40	I	F	03/06/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.888/2015

PORTARIA Nº 18.888 DE 29 DE JUNHO DE 2015.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA INTEGRAREM JUNTA MÉDICA OFICIAL ESPECIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e fundado no artigo 292, § 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e de acordo com o Memorando Nº 53/15, de 24/06/2015, da Diretoria de Pessoal, resolve:

Art.1º. DESIGNAR os servidores públicos abaixo, para integrarem Junta Médica Oficial Especial a fim de realizar exame clínico na servidora pública Neusa Marlene dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2011, a ser realizada na data de 10/07/2015, às 10:00horas, no Serviço de Saúde Ocupacional – SESOSP, localizado no prédio da Prefeitura Municipal de Blumenau, sala 10:

I- Dr. ADILVO ANDREAZZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Administração – SESOSP;

II- Dr. THOMAS PEREIRA SPERB, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Perito, junto ao Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU;

III- Dr. RODRIGO FERRACIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Ortopedista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – Policlínica.

Art. 2º. A Junta Médica designada por esta Portaria, deverá avaliar a capacidade laborativa da referida servidora a fim de determinar se a doença ou lesão incapacitante é preexistente ao efetivo exercício.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.889/2015

PORTARIA Nº 18.889, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no Memorando nº 202/2015, de 23/06/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, resolve:

NOMEAR, a contar de 26 de junho de 2015:

CLÉLIA LOPES PEREIRA NEUBURGER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2011;

LEONARDO GOMES DA COSTA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Engenheiro de Segurança do Trabalho, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2011;

REALDIR ISIDORO LOTTIN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2011;

FERNANDA LOPES DE OLIVEIRA REZENDE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2011;

ANDERSON VIEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2011;

EDGAR SAES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor – Anos Iniciais, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 002/2011;

EDIRA FATIMA FERNANDES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

DIRK REITER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2014;

MIRIAN MARIA PEYERL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas

semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

LETICIA CONSERVA CASSAROTTI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

DEISE JANAINA BORBA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

MARIA EDUARDA FURLANETTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

LAIS FALASTER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

BRUNA DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

MAICON JOSE RIFFEL LEAL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO CONVÊNIO 2

EXTRATO – CONVÊNIO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A ASSOCIAÇÃO JUNIOR ACHIEVEMENT SC

OBJETO: Desenvolvimento de Programas Educacionais, nas unidades escolares, da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, possibilitando aos alunos o conhecimento e a vivência de situações relacionadas à carreira profissional e a livre iniciativa, passando pelo tema da sustentabilidade e da ética nas relações, com a missão de despertar o espírito empreendedor nos jovens, ainda na escola, e proporcionar uma visão clara do mundo dos negócios.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

PRAZO: De 15 de junho de 2015 até 14 de junho de 2016.

DATA: 14 de junho de 2015.

PORTARIA NORMATIVA PROCON Nº 002/2015

PORTARIA NORMATIVA PROCON Nº 002, DE 01 DE JUNHO DE 2015

Institui o Sistema de intimação e notificação da parte reclamante por e-mail e telefone no âmbito do Procon de Blumenau.

O PROCON DE BLUMENAU, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da Lei Complementar nº 721, de 21 de agosto de 2009, e considerando:

O artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional n. 45/2004, que dispõe "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade da sua tramitação";

os princípios da simplicidade, informalidade, economia e celeridade dos atos processuais praticados no âmbito do Procon;

a necessidade de oferecer formas mais ágeis, válidas, igualmente seguras e com baixo custo para a realização de intimações e notificações da parte reclamante nas reclamações registradas no órgão;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o sistema de intimação da parte reclamante por e-mail e telefone nas reclamações registradas no âmbito do Procon de Blumenau.

Art. 2º A intimação por telefone se dirige exclusivamente a parte reclamante proponente da reclamação no órgão.

Art. 3º Os servidores lotados no âmbito do Procon, por ocasião do registro da reclamação, atendimentos diversos ou em audiência, devem fazer constar no cadastro da parte reclamante o seu e-mail, o seu número de telefone residencial, celular e/ou do trabalho.

Art. 4º Cabe a parte reclamante informar ao Procon eventuais modificações do endereço do seu e-mail, e do número do telefone no curso do processo.

Art. 5º No ato do registro da reclamação no órgão, a parte reclamante deverá assinar o Termo de Responsabilidade e Ciência em anexo, onde a mesma declara veracidade sobre todas as informações contidas na reclamação, bem como de que está ciente de que as intimações e notificações necessárias serão feitas no e-mail fornecido no ato da reclamação ou por telefone através dos números fornecidos pela mesma.

Art. 6º A ausência injustificada sobre qualquer requerimento feito pelo órgão através de intimação por e-mail ou por telefone poderá implicar no arquivamento do processo por presunção de solução.

PROCON DE BLUMENAU, em 01 de junho de 2015.

Alexandre Pereira Caminha
Coordenador do Procon de Blumenau

HOMOLOGAÇÃO PP Nº 06-2225/14; TERMO REVOGAÇÃO PARCIAL PP Nº 06-2225/14; TERMO HOMOLOGAÇÃO PP Nº 06-2214/15; TERMO HOMOLOGAÇÃO PP Nº 06-2223/15 - SAMAE**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2225/2014 – Aquisição de materiais hidráulicos para substituição das Adutoras RA1 e RA4 - PAC II.

CONTRATADA(S):

Sul Ar e Água Equipamentos Ltda. Valor Total R\$ 45.700,00
Saint Gobain Canalizações Ltda. Valor Total R\$ 722.929,98
Bugatti Indústria Nacional de Saneamento Ltda. Valor Total R\$ 38.400,00

Inasa Indústria Nacional de Saneamento Ltda. Valor Total R\$ 31.598,96

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade pregão, Decretos Municipal 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 22 de Junho de 2015

Valdair José Matias - Diretor Presidente SAMAE

TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL

Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2225/2014 – Aquisição de materiais hidráulicos para substituição das Adutoras RA1 e RA4 - PAC II.

Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta, revogam-se os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08 da licitação acima epigrafada.

Blumenau, 22 de Junho de 2015

Valdair José Matias - Diretor Presidente SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2214/2015 - Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção em transformador 750 KVA, 112 KVA da ETA II e substituição dos pára-raios da subestação da ETA III.

CONTRATADA: Sobretensão Eletricidade do Brasil Ltda. EPP. Valor Global: R\$ 14.450,00

BASE LEGAL De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade pregão, Decreto Municipal 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 25 de Junho de 2015

Valdair José Matias - Diretor Presidente SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2223/2015 - Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos para uso na Manutenção e Expansão de Redes de Água e Novas Ligações, pelo período de 01 (Um) Ano - SAMAE.

CONTRATADA(S):

Sul Ar E Água Equipamentos Ltda. Valor Global: R\$ 70.340,00
Hidroluna Mat. Saneamento Ltda Epp. Valor Global: R\$ 11.356,80
Saint-Gobain Canalização Ltda. Valor Global: R\$ 20.964,80
Phanter Ind. Com. Prod. Saneamento Ltda. Valor Global: R\$ 9.097,00

Michele G. da S. dos Santos – Comercial Hidráulica – ME. Valor Global: R\$ 16.933,00

Luiz Antonio Lopes De Castro Ltda. - ME. Valor Global: R\$ 23.109,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade pregão, Decretos Municipais 7.702/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 26 de Junho de 2015

Valdair José Matias

Diretor Presidente SAMAE

TERMO HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 09-2211/15; 09-2209/15; 09-2210/15; 09-2212/15; 09-2213/15; DISPENSA Nº 08-2203/15; 08-2204/15; 08-2205/15; 08-2206/15 - SAMAE**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Processo de INEXIGIBILIDADE Nº. 09-2211/2015 – Contratação de empresa para prestação do curso "Seminário Nacional: Como Fiscalizar Contrato de Compras e Serviços na Administração Pública".

Empresa: ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A. (86.781.069/0001-15)

Valor Total: R\$ 3.182,50

BASE LEGAL: Artigo 25, II § 1º E 13, VI da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de INEXIGIBILIDADE Nº 09-2209/2015 – Contratação de empresa para manutenção em inversor de frequência.

Empresa: ELEKTRA LTDA EPP (11.051.258/0001-33)

Valor Total: R\$ 28.955,11

BASE LEGAL: Artigo 25, I, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de INEXIGIBILIDADE Nº 09-2210/2015 – Contratação de empresa para manutenção em bombas.

Empresa: SULZER PUMPS WASTEWATER BRASIL LTDA (77.153.260/0001-21)

Valor Total: R\$ 32.175,88

BASE LEGAL: Artigo 25, I, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de INEXIGIBILIDADE Nº 09-2212/2015 – Contratação de empresa para prestação de treinamento de calibração de manômetro.

Empresa: CENTRO DE EDUCAÇÃO CONSULT. E TREINAMENTO EM METROLOGIA, SIST. DA QUAL. E DESENV. DE PESSOAL LTDA (06.709.421/0001-72)

Valor Total: R\$ 2.700,00

BASE LEGAL: Artigo 25, II, § 1º E 13 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de INEXIGIBILIDADE Nº 09-2213/2015 – Contratação de empresa para prestação de treinamento de atualização em análise e identificação de cianobactérias e fitoplâncton.

Empresa: FREITAG LABORATORIO LTDA EPP (10.743.183/0001-99)

Valor Total: R\$ 1.200,00

BASE LEGAL: Artigo 25, II, § 1º E 13 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de DISPENSA Nº 08-2203/2015 – Locação de sala comercial no Norte Shopping pelo período de 12 meses.

Empresa: CONSORCIO BLUMENAU NORTE SHOPPING (14.064.928/0001-44)

Valor Total: R\$ 30.000,00

BASE LEGAL: Artigo 24, X da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de DISPENSA Nº 08-2204/2015 – Locação de terreno para implantação de reservatório de água na Rua Dr Pedro Zimmermann.

Empresa: INGO TRIBESS (351.097.939-72)

Valor Total: R\$ 2.073,00

BASE LEGAL: Artigo 24, X da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de DISPENSA Nº 08-2205/2015 – Contratação de empresa para manutenção em macro medidores de vazão.

Empresa: NIVETEC INSTRUMENTAÇÃO E CONTROLE LTDA (66.747.627/0001-19)

Valor Total: R\$ 31.825,00

BASE LEGAL: Artigo 24, X da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de DISPENSA Nº 08-2206/2015 – Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos para proteção acústica em elevatória de pressão Pedro Krauss.

Empresa: ELETRO DB ENGENHARIA ELETRICA INDUSTRIAL LTDA (08.206.994/0001-99)

Valor Total: R\$ 23.273,43

BASE LEGAL: Artigo 24, X da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

EXTRATO CONTRATO Nº 163/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 163/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI - EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de assistência social continuada em regime de acolhimento institucional para 01(uma) pessoa adulta (18 a 59 anos de idade), com agravantes de saúde, com grau de dependência, em situação de vulnerabilidade social, com ou sem suporte familiar, conforme mandado judicial autos nº 008.13.028964-4, e de acordo com o Processo de Inexigibilidade nº 09-53/15 – SEMUDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-53/2015.

PREÇO: Pelos serviços prestados será pago à CONTRATADA o valor total de R\$ 43.501,56 (quarenta e três mil, quinhentos e um reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 12 meses, contados a partir de sua assinatura.

DATA: 12 de junho de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO Nº 09/2015

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO Nº 09/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial TIPO: Menor Preço ofertado por lote

OBJETO: Registro de preços para aquisição de água mineral, gêneros alimentícios, produtos de limpeza e copos plásticos, conforme anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 09/06/2015 HORÁRIO: 10h

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.30 – Material de Consumo.

O Edital retificado e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima, no horário das 13 horas às 19 horas, de 2ª a 6ª feira, através do telefone (47) 3231-1500 ou no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 26 de maio de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 003/2015

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 003/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS PROFESSORES E AMIGOS CASA FAMILIAR RURAL.

Objeto: Transferência de recursos financeiros visando a manutenção e desenvolvimento de suas atividades de atendimento a alunos.

Valor: R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

Vigência: 30 de junho de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 30 de junho de 2015.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4726/2015

DECRETO Nº 4726/15 DE 30 DE JUNHO DE 2015.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 942/14 de 15.10.2014 (LDO), 943/14 de 15.10.2014 (LOA) e Lei Municipal nº 974/15 de 30 de junho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos da Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social, no valor de R\$ 143.400,00 (Cento e quarenta e três mil e quatrocentos reais).

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.061 – Manutenção das Atividades do Programa CRAS.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (963).

Valor R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545200302.031 – Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Urbanos.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1137).

Valor R\$ 10.400,00 (Dez mil e quatrocentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento da Pré-Escola.

Proj/Ativ.: 1236500132.014 – Manutenção das Atividades da Pré-Escola.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (271).

Valor R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 – Receita de Impostos e Transferências.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100142.021 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (344).

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (351).

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 – Receita de Impostos e Transferências.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 – Manutenção do Ensino Básico do Município.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (392).

Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 – Receita de Impostos e Transferências.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100451.004 – Ampliação, Reforma e Equipamentos para Escola Municipal.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (467).

Valor R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 – Receita de Impostos e Transferências.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social, no valor de R\$ 143.400,00 (Cento e quarenta e três mil e quatrocentos reais).

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 2884300052.010 – Encargos da Dívida.

Elemento: 4690 – Aplicações Diretas (179).

Valor R\$ 103.400,00 (Cento e três mil e quatrocentos reais).

Fonte de Recursos: 01.02 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento da Pré-Escola.

Proj/Ativ.: 1236500212.063 – Manutenção da Creche Municipal.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (306).

Valor R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 – Receita de Impostos e Transferências.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm por conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 30 de junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 973/2015

LEI MUNICIPAL N.º 973/15, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS PARA A REALIZAÇÃO DO PROERD - PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, no uso de suas atribuições legais que a Lei confere FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, autorizado a efetuar gastos, no montante de até R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) objetivando a realização do PROERD - PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA junto ao do Ensino Fundamental do Município em parceria com a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, através do 11º BPM.

Parágrafo Único - As despesas referem-se a aquisição do Kit-PROERD que será entregue aos alunos beneficiados pelo PROERD no MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE e premiação a ser concedida a participantes do Programa.

Art. 2º. As despesas provenientes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária nº 12.361.0016.2017 - Manutenção do Ensino Básico do Município, elementos - 3.3.90.30.99 - Outros Materiais de Consumo, 3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros Pessoas Jurídica, 3.3.90.32.99 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita e 3.3.90.31.99 - Outras Premiações - Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),
aos 30 de junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 974/2015

LEI MUNICIPAL N.º 974/15 DE 30 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica, Leis nºs 942/14 de 15 de outubro de 2014 (LDO) e 943/14 de 15 de outubro de 2014 (LOA), FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos da Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social, no valor de R\$ 155.000,00 (Cento e cinquenta e

cinco mil reais).

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.061 - Manutenção das Atividades do Programa CRAS.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (963).

Valor R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545200302.031 - Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Urbanos.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (1137).

Valor R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento da Pré-Escola.

Proj/Ativ.: 1236500132.014 - Manutenção das Atividades da Pré-Escola.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (271).

Valor R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 - Receita de Impostos e Transferências.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100142.021 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (344).

Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (351).

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 - Receita de Impostos e Transferências.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 - Manutenção do Ensino Básico do Município.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (392).

Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 - Receita de Impostos e Transferências.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100451.004 - Ampliação, Reforma e Equipamentos para Escola Municipal.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (467).

Valor R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 - Receita de Impostos e Transferências.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro da presente Lei, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte e Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social, no valor de R\$ 155.000,00 (Cento e cinquenta e cinco mil reais).

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.

Proj/Ativ.: 2884300052.010 - Encargos da Dívida.

Elemento: 4690 - Aplicações Diretas (179).

Valor R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.02 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento da Pré-Escola.
Proj/Ativ.: 1236500212.063 – Manutenção da Creche Municipal.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (306).
Valor R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).
Fonte de Recursos: 01.01 – Receita de Impostos e Transferências.

Art. 3º - As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correm por conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 30 de junho de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 975/2015

LEI MUNICIPAL Nº. 975/2015 DE 30 DE JUNHO DE 2015
DENOMINA CENTRO DE EVENTOS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos que à Câmara de Vereadores, votou aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado de "CENTRO DE EVENTOS CULTURAL E DE LAZER 21 DE SETEMBRO" o prédio municipal do centro de eventos situado na Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 740, neste município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013, com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste (SC), 30 de junho de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 976/2015

LEI MUNICIPAL Nº. 976/2015, DE 30 DE JUNHO DE 2015
DENOMINA QUADRA ESPORTIVA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos que à Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado de "QUADRA ESPORTIVA DEMÉTRIO SAVEGNAGO" o prédio municipal da quadra de esportes situada na Avenida Planalto esquina com a Rua Irmão Ambrósio, neste município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013, com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste (SC), 30 de junho de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 977/2015

LEI MUNICIPAL Nº 977, DE 30 DE JUNHO DE 2015
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 032/2014, CELEBRADO COM ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial à Lei Orgânica, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o chefe do Poder Executivo Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, a celebrar aditivo ao convênio nº 032/2014 firmado com o Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina, para fins de implementação de recursos financeiros.

Art. 2º. – O aditivo que trata o artigo anterior consiste no repasse da importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao Corpo de Bombeiros, em quatro parcelas mensais e iguais.

Parágrafo Primeiro – O valor aditivado aplica-se exclusivamente ao exercício de 2015.

Parágrafo Segundo – Os recursos financeiros objeto do convenio devem ser aplicados exclusivamente na reforma do caminhão de bombeiros.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia com a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC), aos 30 de junho de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 104/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015. PUBLICADA NOVAMENTE POR ERRO NO TEXTO

PORTARIA Nº 104/2015, DE 29 DE JUNHO DE 2015.
DESIGNAR SERVIDOR PARA DESENVOLVER ATIVIDADE PEDAGÓGICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a Servidora Municipal Sra. MARILEI SALETE OLIVEIRA HORN, inscrita nas matrículas nº 183-0, ocupante do cargo de Professora, para desenvolver Atividade Pedagógica de Contação de Histórias junto a Biblioteca Pública Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 29 de junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 108/2015 DE 30 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 108/2015, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a pedido o Servidor Municipal SR. ADENIR MACHADO DE SOUZA, matrícula nº 365-4, portador do CPF sob. nº 042.918.029-27, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, ocupante do cargo de Fiscal Tributário, com carga horária de 40 horas semanais, em caráter efetivo, nomeado em 01/03/2006, sendo sua exoneração a partir de 01 de julho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 30 de junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

44.15 - DEC. DESAPROPRIAÇÃO PROLONGAMENTO1

DECRETO N.º 44/2015 de 29.06.15

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, PARTE DE UM IMÓVEL URBANO, DESTINADO À PROLONGAMENTO DA RUA BELIZÁRIO VEDES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM RETIRO - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos da lei Orgânica Municipal, na forma do Artigo 1º e 6º do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2786 de 21 de maio de 1956,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel a seguir discriminado: a área de 1.407,27mts² parte de um todo maior com área de 137.046,00 mts² (cento e trinta e sete mil e quarenta e seis metros quadrados), do imóvel urbano situado nesta cidade de Bom Retiro - SC, no local denominado Arroio da Barreira, com as seguintes confrontações: ao norte com a Rodovia BR 282 (faixa de domínio) e com terras de Pedro Guizoni; ao Sul com terras do Loteamento bairro Rincão e terras de Generoso José de Oliveira; a leste com terras do loteamento Prefeitura Municipal Bairro Rincão, estrada que vai para o Paraíso da Serra, terras dos filhos de Zaul Andrade Vieira; e, ao oeste com terras de Pedro Ghizoni e de Nicolau V. Capistrano, registrado no cartório de Registro de Imóveis de Bom Retiro matrícula nº 4.489, livro 2AF, fl. 001, nesta comarca de Bom Retiro.

Art. 2º - A área declarada de utilidade pública destina-se ao prolongamento da Rua Belizário Vedes que dará acesso à nova escola do bairro São José.

Art. 3º - Fica reconhecida a desapropriação em favor do Município de Bom Retiro - SC, para o fim indicado, ficando-lhe assegurado o direito de acesso à área compreendida no artigo 1º, deste decreto.

Art. 4º - Fica autorizado o Município de Bom Retiro - SC, a promover todos os atos judiciais ou extrajudiciais necessários para a efetivação da desapropriação.

Art. 5º - O Município de Bom Retiro - SC, poderá invocar em juízo, quando necessária, a urgência a que se refere o artigo 15, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1.941 e suas alterações.

Art. 6º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro em 29 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

625.06.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE MARIA C. PERON

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 625/15 de 29.07.15

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 20 de julho de 2015, Conselheira Tutelar Maria Celeste Peron.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

626.06.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. OLAVIO ROVARIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 626/15 de 29.06.15

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 29 de junho de 2015, ao funcionário Olávio Rovaris, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 - Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

627.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VANIO OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 627/15 de 29.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 29 de junho com término no dia 03 de julho de 2015, ao funcionário Vânio de Oliveira, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Três Pontas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

628.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA L. OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 628/15 de 29.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 26 de junho de 2015, a funcionária Maria Lunalva Hemkmaier de Oliveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

ERRATA PORTARIA 624.15

Errata

PREFETURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

Errata nº 01 da Portaria N.º 624/15 de 26.06.2015

O Município de Bom Retiro vem a público retificar a Portaria nº 624/15 de 26.06.2015, cuja ementa é: Designa Comissão de Sindicância, com a finalidade de apurar responsabilidade dos fatos que ocasionaram o acidente no dia 24.06.2015 envolvendo o veículo Transit placa MJY-5008 de propriedade do Município com o veículo Scania/R 124GA4 X 2NZ, placa DBC 3497, e dá outras providências.

Onde se lê: Portaria N.º 624/14 de 26.06.2015.

Leia-se: Portaria N.º 624/15 de 26.06.2015.

Bom Retiro, 29 de junho de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Administração e Fazenda

MINUTA EDITAL PP 12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº12/2015

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 12/2015, para Aquisição de Material Elétrico destinado à manutenção da rede de Iluminação Pública do Município de Bom Retiro. A abertura dos envelopes será dia 13/07/15 às 14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 01 de julho de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

Botuvera

PREFEITURA

PL26-DISPENSA Nº04/2015-REMOÇÃO E RELOCAÇÃO DE POSTES

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015
Dispensa nº. 04/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público o Processo de Dispensa nº 04/2015, para serviços de remoção e relocação de postes na Rodovia SC486, trecho em obras de pavimentação asfáltica. Data do processo 25/05/2015. Informações Setor de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC, Fone/Fax (47) 3359-1170/3359-3200, e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br, vilimar@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br .

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PL30-PP12/2015-SRP-LÂMINAS PARA MÁQUINAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 30/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2015-SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 30/2015 na Modalidade Pregão Presencial Sistema Registro de Preço Nº12/2015, para aquisição de Lâminas para Pá Carregadeiras, Motoniveladoras e Trator Esteira. Recebimento da documentação e propostas: Até as 10:00 Horas do dia 14/07/2015. Abertura da sessão: dia 14/07/2015 às 10:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuvera/SC. Edital e informações no setor de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47)3359-1170/3359-3200, e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br, vilimar@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br

BOTUVERÁ-SC, 01 de Julho de 2015.
JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PL31-DISPENSA Nº05/2015-PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
Processo nº31/2015 – Dispensa nº 05/2015
Chamada Pública nº01/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC torna público o Processo de Dispensa nº 05/2015, para aquisição de produtos da agricultura familiar, em decorrência da Chamada Pública nº 01/2015, para atendimento da merenda escolar disponibilizada aos alunos da rede municipal de ensino. Data de entrega dos envelopes: até as 15:30hrs do dia 17/07/2015. O processo completo está disponível no setor de licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Informações: Fone/Fax (47) 3359-1170/3359-3200 e e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br , site www.botuvera.sc.gov.br .

Botuverá, 30 de junho de 2015.
JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 081/2015

DECRETO 081/2015

Altera Membro da Comissão de Processo Seletivo 001/2015

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e demais Legislações Vigentes:

DECRETA:

Art.1º Fica alterada a Comissão de Processo Seletivo nº 001/2015, ficando assim constituídos pelos Sr(a)s Marina Solange Georg Herbs, Jean Carlos Correa da Costa Scharf, Priscila Gonçalves dos Santos Coelho, e Elisabeth Hoelgbaum para, sob a Presidência da primeira, supervisionar a execução do Processo Seletivo nº 001/2015 destinado ao preenchimento de vagas de cargos existentes no quadro da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 3º Fica revogado o Decreto de nº 066/2015 de 01.06.2015.

Braço do Trombudo em 29 de junho de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 0105/2015

PORTARIA Nº 0105/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, Art. 63 e Lei Complementar 118/2013 de 05.06.2013...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para repouso a gestante, a servidora Mara Eliza Schaade ocupante do cargo de Assessor do Meio Ambiente, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 22.06.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 22.06.2015.

Braço do Trombudo, em 30 de junho de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.143/2015

PORTARIA Nº 10.143, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Substitui membros representantes de entidades governamentais no Conselho Municipal de Juventude – COMJUV.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros suplentes do Conselho Municipal de Juventude – COMJUV, conforme segue:

I - 9 (nove) membros efetivos e 9 (nove) suplentes do Poder Executivo, sendo um de cada um dos seguintes órgãos, indicados pelo seu respectivo titular:

(...)

b) um representante da Secretaria de Educação;

(...)

Suplente: Fernando Allein

(...)

d) um representante da Fundação Municipal de Esporte;

(...)

Suplente: Amandos Otávio Júnior

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7612/2015 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRUSQUE

DECRETO Nº. 7.612, DE 16 DE JUNHO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23 da lei nº 3.831 de 17.12.2014, a Lei nº 3.772 de 24.10.2014, inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Saúde em vigência, no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)

3.3.90.00 Outras despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.1.60.01 Serviço de Saúde – Vigilância Sanitária

VALOR R\$ 40.000,00

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras despesas correntes

0.1.38.20 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental

VALOR R\$ 40.000,00

010.0305.0105.2281 Manutenção do Programa DST/AIDS (BLVGS)

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras despesas correntes

0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde

VALOR R\$ 10.000,00

010.0122.0220.2276 Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGES)

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outra despesas correntes

0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde

VALOR R\$70.000,00

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, Esf, Acs (BLATB)

3.1.90.00 Aplicação Direta – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.13 NASF

VALOR R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)

4.4.90.00 Investimento – Aplicações Diretas

0.1.60.01 Serviço de Saúde – Vigilância Sanitária

VALOR R\$ 40.000,00

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.20 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental

VALOR R\$ 40.000,00

010.0305.0105.2281 Manutenção do Programa DST/AIDS (BLVGS)

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde

VALOR R\$ 10.000,00

010.0122.0220.2276 Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGES)

3.1.90.00 Aplicações Diretas – Outra despesas correntes

0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde

VALOR R\$70.000,00

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, Esf, Acs (BLATB)

3.3.90.00 Aplicação Direta – Outras Despesas Correntes

0.1.38.13 NASF

VALOR R\$ 100.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 16 de junho de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador Geral do Município

IVONIR ZANATTA WEBSTER
Secretária Municipal de Saúde

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe Gabinete do Prefeito

ERRATA Nº 001/2015 - EDITAL CMDCA Nº 001/2015
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA BRUSQUE- ERRATA Nº 001/2015 DO EDITAL CMDCA Nº 001/2015.

Errata nº 001/2015 do Edital CMDCA nº 001/2015

Na pagina 10 do edital CMDCA nº 001/2015 item 5 – Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos onde se lê:

5.1 O resultado da eleição será publicado no dia 12/06/2015, em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

Lê-se:

5.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015 em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

Brusque, 29 de junho de 2015.
Charlinton Braz da Silva Araújo
Presidente do CMDCA de Brusque

EXTRATO CONTRATO 078/2015 - SAMAE
EXTRATO DO CONTRATO 078/2015

ESPÉCIE: Fornecimento de sacolões mensais para os servidores do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 022/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.02.17.512.301.2293.33903099.00000.20000; VIGÊNCIA: até a data limite de 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 29//06/2015; VALOR: R\$ 77.754,60. CONTRATADA: Licisul Comercial Ltda ME. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 29 de junho de 2015.
PUBLIQUE-SE
Roberto Bolognini

EXTRATO CONTRATO 079/2015 - SAMAE
EXTRATO DO CONTRATO 079/2015

ESPÉCIE: serviço de manutenção de rede de distribuição particular de energia elétrica e serviços de limpeza e poda de arvores em área próxima a rede de distribuição de energia elétrica. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 023/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.02.17.512.301.2293.33903099.00000.60000; VIGÊNCIA: 60 DIAS. DATA DA ASSINATURA: 30/06/2015; VALOR: R\$ 7.229,73. CONTRATADA: Eletro técnica centro Sul Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 30 de junho de 2015.
PUBLIQUE-SE
Roberto Bolognini

PORTARIA Nº 10.142/2015

PORTARIA Nº 10.142, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia membros representantes de entidade não governamental no Conselho Municipal de Juventude - COMJUV.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei n.º 3.492/2012 e Lei n.º 3.832/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para integrar o Conselho Municipal de Juventude, nos termos da Lei nº 3.492/2012, alterada pela Lei nº 3.832/2014, os membros titular e suplente, escolhidos pelo órgão que o compõe, conforme segue:

Art. 6º (...)

II - 9 (nove) jovens integrantes efetivos e 9 (nove) suplentes, representantes da sociedade civil organizada, quais sejam:

(...)

b) dois representantes do Movimento Estudantil Universitário;

(...)

Titular: Grazielle Beiler (UNIASSELVI/ASSEVIM)

Suplente: Priscila Pereira (UNIASSELVI/ASSEVIM)

(...)

g) um representante de entidades filantrópicas de Juventude.

Titular: Ronaldo da Silva (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Brusque)

Suplente: Leonardo Celso Francisco Amâncio (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Brusque)

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de junho de 2015
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2015

PREGÃO nº 055/2015

Processo Licitatório nº 092/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação urbana e de prédios públicos.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 28/07/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 25/06/2015

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.444

DECRETO Nº 6.444, de 23 de junho 2015.

Declara inservíveis os bens móveis que especifica, de propriedade do Município de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.226/2015,

DECRETA :

Art. 1º Ficam considerados inservíveis para uso pela administração, os bens móveis a seguir descritos, de propriedade do patrimônio da Prefeitura Municipal de Caçador/SC:

I - um britador móvel 50x30 marca série 048 CCM. Conjunto completo. Com rodado duplo na traseira e simples na frente. Ano 2011. Com 545 horas de trabalho. Estado de conservação bom. Código 31.326. No estado em que se encontra, avaliado em R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - uma máquina motoniveladora HWB Scânia, modelo 165s ano 1979. Estado de conservação regular. Código 19880. No estado em que encontra, avaliada em R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais);

III - um rolo de pneu MULLER. 7 pneus. Modelo Serial 1600059 AP21. Ano 1978. Máquina nº 65. Estado de conservação regular. Código. 27.460. No estado em que se encontra, avaliado em R\$ 12.000,00 (doze mil reais);

IV - um veículo Fiat Uno Mille Fire Flex 2008/2008. Placas MET-0466, com 160.000 km rodados. Renavan 983605718. Estado de conservação regular. Código. 29005. No estado em que se encontra, avaliado em 4.000,00 (quatro mil reais);

V - uma moto Honda CG 125 Cargo. Ano 2002/2003. Placas MCT-4309, com 75.000 km rodados. Renavan 793961971. Estado de conservação regular. Código nº 28.051. No estado em que se encontra, avaliada em R\$ 600,00 (seiscentos reais);

VI - uma moto Honda CG 125 Cargo. Ano 2002/2003. Placas MCT-4219, com 78.000 km rodados. Renavan 793959900. Estado de conservação regular. Código nº 28.052. No estado em que se encontra, avaliada em R\$ 600,00 (seiscentos reais);

VII - um veículo Fiat Fiorino IE 2 portas. Placas MCR-4143. Ano 2006/2006, com 79.000 km rodados. Renavan 884224210. Estado de conservação regular. Código nº 27.457. No estado em que se encontra, avaliado em R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais);

VIII - um veículo Ford Escort GL 16V F 115 CV, importado, 04 portas, ano 1998, Placas CYE-1430. Renavan 717544419. Estado de conservação regular. Código nº 32.082. No estado em que se encontra, avaliado em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

IX - um caldeirão a gás, Marca Incodex, capacidade de 60 kg, 200 litros, cor alumínio, ano de fabricação 1996. Estado de conservação bom. Código nº 17.439. No estado em que se encontra, avaliado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

X - um caldeirão a gás, Marca Incodex, capacidade de 60 kg, 200 litros, cor alumínio, ano de fabricação 1996. Estado de conservação bom. Código nº 17.440. No estado em que se encontra, avaliado

em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 2º Fica o setor de Patrimônio autorizado a proceder à baixa patrimonial dos bens descritos no artigo 1º, após eventual alienação dos mesmos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de junho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.455

DECRETO Nº 6.455, de 30 de junho de 2015.

Retifica dispositivos do Anexo I do Decreto nº 6.418/2015, que dispõe sobre as atribuições de cargos pertencentes a Estrutura de Cargos da Administração Pública Direta do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam retificadas as atribuições dos cargos de Educador Social, Monitor e Professor Monitor, constantes do Anexo I do Decreto nº 6.418, de 27 de maio de 2015, nos termos do Anexo que fica fazendo parte integrante do presente Decreto, permanecendo inalteradas as atribuições dos demais cargos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de junho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Jovani Scremin
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

ANEXO I

DECRETO Nº 6.418, de 27 de maio de 2015
Cargos Pertencentes à Administração Pública Direta

EDUCADOR SOCIAL

- Atender aos usuários, identificando-os e encaminhando-os ao Assistente Social;
- Fazer visitas domiciliares, a escolas e instituições levantando dados necessários ao posterior atendimento social;
- Auxiliar em levantamentos e estudos na área social;
- Desenvolver atividades de grupo com idosos, mulheres e pessoas com deficiências;
- Apurar a frequência diária e mensal dos usuários dos programas;
- Organizar cadastros e solicitações de materiais;
- Realizar trabalhos de ordem administrativa;
- Participar administrativamente de reuniões sócio-educativas,

sistematizar acompanhamentos e auxiliar na realização de eventos municipais;

- Trabalhar com oficinas nos programas sociais;
- Atender crianças de 0 a 12 anos nos serviços de acolhimento institucional;
- Trabalhar como educador de rua, realizando abordagens com a população com trajetória de rua;
- Participar de oficinas sócio-educativas com crianças em situação de rua bem como encaminha-las para os programas;
- Participar com famílias, mulheres, idosos, pessoas com deficiências, crianças, adolescentes e indígenas, desenvolvendo oficinas de dança, teatro e cidadania;
- Prestar orientação em oficinas profissionalizantes;
- Trabalhar em oficinas de informática, música, artesanato, reciclagem de papel, crochê, tricô, bordado, pinturas, culinária, costura, manicura, pedicura, cabeleireiro, entre outras, e executar outras tarefas afins.
- Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos.

MONITOR

- Atender aos usuários, identificando-os e encaminhando-os ao Assistente Social;
- Fazer visitas domiciliares, a escolas e instituições levantando dados necessários ao posterior atendimento social;
- Desenvolver atividades de grupo com idosos, mulheres e pessoas com deficiências;
- Proceder, orientar e auxiliar as crianças no que se refere à higiene pessoal;
- Apurar a frequência diária e mensal dos usuários dos programas;
- Organizar cadastros e solicitações de materiais;
- Participar administrativamente de reuniões sócio-educativas, sistematizar acompanhamentos e auxiliar na realização de eventos municipais;
- Trabalhar com oficinas nos programas sociais;
- Participar de oficinas sócio-educativas com crianças em situação de rua bem como encaminha-las para os programas;
- Participar com famílias, mulheres, idosos, pessoas com deficiências, crianças, adolescentes e indígenas, desenvolvendo oficinas de dança, teatro e cidadania;
- Prestar orientação em oficinas profissionalizantes;
- Trabalhar em oficinas de informática, música, artesanato, reciclagem de papel, crochê, tricô, bordado, pinturas, culinária, costura, manicura, pedicura, cabeleireiro, entre outras, e executar outras tarefas afins.
- Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos.

PROFESSOR MONITOR

- Atender aos usuários, identificando-os e encaminhando-os ao Assistente Social;
- Fazer visitas domiciliares, a escolas e instituições levantando dados necessários ao posterior atendimento social;
- Desenvolver atividades de grupo com idosos, mulheres e pessoas com deficiências s;
- Proceder, orientar e auxiliar as crianças no que se refere à higiene pessoal;
- Apurar a frequência diária e mensal dos usuários dos programas;
- Organizar cadastros e solicitações de materiais;
- Participar administrativamente de reuniões sócio-educativas, sistematizar acompanhamentos e auxiliar na realização de eventos municipais;
- Trabalhar com oficinas nos programas sociais;
- Participar com famílias, mulheres, idosos, pessoas com deficiências, crianças, adolescentes e indígenas, desenvolvendo oficinas de dança, teatro e cidadania;
- Prestar orientação em oficinas profissionalizantes;
- Trabalhar em oficinas de informática, música, artesanato, reciclagem de papel, crochê, tricô, bordado, pinturas, culinária, costura,

manicura, pedicura, cabeleireiro, entre outras, e executar outras tarefas afins.

- Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos.

EDITAL MINHA CASA MINHA VIDA 01-2015

EDITAL Nº 01/2015

A Secretaria da Fazenda do Município de Caçador, por intermédio do setor de Tributação e Fiscalização faz saber a todos os interessados que,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 2.705, de 27 de abril de 2010 instituiu isenção de impostos e taxas de competência do município incidentes sobre as obras residenciais integrantes do programa "Minha Casa, Minha Vida"; do governo federal;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Assistência Social informou que os imóveis abaixo relacionados integram o programa "Minha Casa, Minha Vida";

CONSIDERANDO que a mencionada secretaria analisou cada um dos pedidos de isenção que lhe foram submetidos, especificamente analisando o cumprimento do disposto no art. 2º da Lei Municipal nº 2.705, de 27 de abril de 2010, conforme declarações e estudos anexos aos requerimentos abaixo mencionados;

CONSIDERANDO que a mencionada lei dispõe competir à Secretaria da Fazenda elaborar cadastro de todos os benefícios concedidos nos seus termos, bem como também publicar parecer conclusivo sobre os pedidos de isenção desta natureza; e

CONSIDERANDO que esta secretaria recebeu o pedido a seguir mencionado:

PROTOCOLO	CONTRATO	NOME DO BENEFICIÁRIO	PROJETO	IDENTIFICAÇÃO
8.762/2015	171001523373	IVANILDA MATOSO DE LIMA	RESIDENCIAL "MEU LAR"	BLOCO A AP.204-A

RESOLVE

Emitir, por meio do presente edital, parecer conclusivo nos pedidos de isenção acima relacionados, com fundamento na Lei Municipal nº 2.705, de 27 de abril de 2010, contemplando as taxas e tributos especificados no art. 2º da mencionada lei, para os integrantes do Programa "Minha Casa Minha Vida".

Determina, outrossim, a publicação deste edital com o respectivo parecer, no Diário Oficial dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único do citado diploma legal.

Caçador, 30 de junho de 2015.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA
Sec.Adj.Ass.Fazenda

TERMO DE PARCELAMENTO**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00446/2015)****DEVEDOR**

Ente Federativo/UF: Caçador/SC
Endereço: Avenida Santa Catarina
Bairro: Centro
Telefone: (049) 3563-0322
E-mail: prefeito@cacador.sc.gov.br
Representante legal: Gilberto Amaro Comazzetto
CPF: 550.201.009-00
Cargo: Prefeito
E-mail: prefeitobeto@cacador.sc.gov.br

CNPJ: 83.074.302/0001-31

CEP: 89500-000

Fax: (049) 3563-0322

Complemento: Prefeito eleito em

Data início da gestão: 01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora: IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos
Endereço: Travessa General Osório,52
Bairro: Centro
Telefone: (049) 3563-0216
E-mail: ipascontabil@cacador.sc.gov.br
Representante legal: Alcedir Ferlin
CPF: 476.609.539-15
Cargo: Diretor
E-mail: ipascontabil@cacador.sc.gov.br

CNPJ: 04.272.905/0001-71

CEP: 89500-000

Fax: (049) 3563-0216

Complemento: Presidente

Data início da gestão: 02/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei nº 3.227, de 11 de junho de 2015 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Caçador da quantia de R\$ 1.976.260,63 (hum milhão e novecentos e setenta e seis mil e duzentos e sessenta reais e sessenta e três centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 12/2014 a 04/2015, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Caçador confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 1.976.260,63 (hum milhão e novecentos e setenta e seis mil e duzentos e sessenta reais e sessenta e três centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 32.937,68 (trinta e dois mil e novecentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 32.937,68 (trinta e dois mil e novecentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos), vencerá em 10/07/2015 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 1,00% (um por cento), conforme Lei nº Lei nº 3.227, de 11 de junho de 2015.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00446/2015)**

desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IGP-M acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Caçador - SC / 26/06/2015

Prefeitura Municipal de Caçador
Gilberto Amaro Comazzetto

IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador
Alcedir Ferlin

Testemunhas:

Karen Fernanda Ribeiro
Contadora
CPF: 031.763.409-74
RG: 4288094

Andreia Rodrigues
Assessor Financeiro
CPF: 041.198.409-80
RG: 4839332

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00446/2015)**

DECLARAÇÃO

Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00446/2015, firmado entre o/a Caçador e o IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador em 26/06/2015, foi publicado em ____/____/____ no

() mural

() jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Caçador, ____/____/____

Gilberto Amaro Comazzetto
Prefeito

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00446/2015	Data	19/06/2015
Valor consolidado	1.976.260,63	Valor da prestação inicial	32.937,68
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	10/07/2015

DEVEDOR

Ente Federativo	Caçador/SC	CNPJ	83.074.302/0001-31
Representante Legal	Gilberto Amaro Comazzetto	CPF	550.201.009-00
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	0375-1
		Conta nº	3896-2

CREDOR

Unidade Gestora	IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador	CNPJ	04.272.905/0001-71
Representante Legal	Alcedir Ferlin	CPF	476.609.539-15
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0572
		Conta nº	61-2

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

1.1 – das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;

1.2 – das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 – Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 – Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 – Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

2.4 – O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.


Caçador/SC - 26/06/2015

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

TERMO DE PARCELAMENTO



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO	
CNPJ: 83.074.302/0001-31	Número do acordo: 00446/2015
Ente: Prefeitura Municipal de Caçador / SC	Data de consolidação do Termo: 19/06/2015
Título: Parcelamento contribuições previdenciárias suplementares patronais	Data de assinatura do Termo: 26/06/2015
Lei autorizativa do parcelamento: Lei nº 3.227, de 11 de junho de 2015	Data de vencimento da 1ª: 10/07/2015
2. RESULTADO DA RUBRICA	
Rubrica: Contribuição Patronal	
Competência: Inicial: 12/2014 Final: 04/2015	Quantidade de Parcelas: 60
Diferença apurada: 1.880.566,42	Diferença apurada atualizada: 1.976.260,63
Valor da parcela na data de consolidação: 32.937,68	
Critérios de atualização para consolidação do débito:	
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am
Tipo de juros: Simples	Multa: 1,00 %
Critérios de atualização das parcelas vincendas:	
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am
Tipo de juros: Simples	
Critérios de atualização das parcelas vencidas:	
Índice: GP-M	Taxa de juros: 1,00 am
Tipo de juros: Simples	Multa: 2,00 %



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
12/2014	141.427,83	0,78	5,34	7.552,25	2,50	3.724,50	1.414,28	154.118,86
13/2014	158.499,09	0,78	5,34	8.463,85	2,50	4.174,07	1.584,99	172.722,00
01/2015	388.377,28	1,24	4,05	15.729,28	2,00	8.082,13	3.883,77	416.072,46
02/2015	331.040,82	1,22	2,79	9.236,04	1,50	5.104,15	3.310,41	348.691,42
03/2015	334.004,86	1,32	1,46	4.876,47	1,00	3.388,81	3.340,05	345.610,19
04/2015	527.216,54	0,71	0,74	3.901,40	0,50	2.655,59	5.272,17	539.045,70
TOTAL:	1.880.566,42			49.759,29		27.129,25	18.805,67	1.976.260,63

30/06/15 17:55 v1.1

Página 2 de 3

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP****4. ASSINATURAS****ENTE:** Prefeitura Municipal de Caçador / SC - 83.074.302/0001-31**Representante Legal:** 550.201.009-00 - Gilberto Amaro Comazzetto**Data:** __/__/____ **Assinatura:** _____**UNIDADE GESTORA:** IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - 04.272.905/0001-71**Representante Legal:** 476.609.539-15 - Alcedir Ferlin**Data:** __/__/____ **Assinatura:** _____**TESTEMUNHAS:****Nome:** Karen Fernanda Ribeiro**Cargo:** Contadora**CPF:** 031.763.409-74**Nome:** Andreia Rodrigues**Cargo:** Assessor Financeiro**CPF:** 041.198.409-80

30/06/15 17:55 v1.1

Página 3 de 3

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 044/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 037/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 30/06/2016

1ª Publicação.

ECM 005/2015

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 005/2015

A Prefeita Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA JOSÉ GERVASI, no Bairro Lídia Duarte, totalizando 408,37m2 (Quatrocentos e Oito e Trinta e Sete Quarenta Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA JOSÉ GERVASI, que foram valorizados com a execução da obra.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da

obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de OUT/2014, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 48.848,78 (Quarenta e Oito Mil Oitocentos e Quarenta e Oito Reais e Setenta e Oito Centavos).

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros

de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 30 de Junho de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

IL 004/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 004/2015 – FMS
Data: 30/06/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONserto DE OXIMETRO DE PULSO, OTOSCÓPIO, OFTALMOSCÓPIOS, APARELHO DE PRESSA SISTEMA DE OXIGENAÇÃO E ASPIRAÇÃO QUE SE ENCONTRAM DANIFICADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$ 1.350,44 (Um Mil Trezentos e Cinquenta Reais e Quarenta e Quatro Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde.

Contratada: CASTROBLU MAT. HOSP. LTDA ME

Embasamento legal: Artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993, e demais alterações posteriores.

Camboriú, 30 de Junho de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 012/2015 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2015-FME

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MARCADORES PARA QUADRO BRANCO, CARTUCHO DE RECARGA, APAGADOR E REFIL PARA APAGADOR, PARA SEREM UTILIZADOS PELAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Julho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 30 de Junho de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 053/2015-PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MALHA REFORÇADA PARA SER USADA NA PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO EM MORROS, DEIXANDO ASSIM O SERVIÇO COM UMA DURABILIDADE MAIOR E GERANDO ECONOMIA PARA O MUNICÍPIO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 20 (Vinte) de Julho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 30 de junho de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 15/15 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2015-FMAS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PRODUTOS DE PADARIA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS PROGRAMAS SOCIAIS, COORDENADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 15 (Quinze) de Julho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 30 de Junho de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 52/15 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 052/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE ARGILA (BARRO) COM COMPACTAÇÃO PARA AS OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 21 (Vinte e Um) de Julho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 30 de Junho de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PREGÃO 023/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2015-FMS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LEITES E COMPLEMENTOS ALIMENTARES PARA SEREM DISTRIBUÍDOS AS CRIANÇAS COM ORIENTAÇÃO MÉDICA, DEVIDAMENTE CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 16 (Dezesseis) de Julho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 30 de junho de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

COTIZAÇÃO ECM 005/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA
MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO I

RUA - JOSÉ GERVÁSI																
QUANTITATIVO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA																
LOTE	INSCRIÇÃO CADASTRAL PMC	PROPRIETÁRIO	RUAS	TESTADA DO LOTE (m)	ÁREA RUA EM m²	FATOR DE CONTRIBUIÇÃO	A	ESCAVAÇÃO DRENAGEM M³	REATERRO DRENAGEM M³	DRENAGEM				PAVIMENTAÇÃO		
										BSTC Ø30 UNIDADE	BSTC Ø40 UNIDADE	CL UNIDADE	BL UNIDADE	PREPARO CANCHA M²	MEIO FIO SARETA M	
						1	FATOR	171,00	136,80	16	86	4	8	408,37	198,00	408,37
1	01.07.005.0505.001	ARMÍ GERVÁSIO	JOSÉ GERVÁSI	4,00	8,40	0,02109	1,00	3,61	2,88	0,34	1,81	0,08	0,17	8,61	4,18	8,61
2	01.07.005.0505.002	ARMÍ GERVÁSIO	JOSÉ GERVÁSI	4,00	8,40	0,02109	1,00	3,61	2,88	0,34	1,81	0,08	0,17	8,61	4,18	8,61
3	01.07.005.0528.001	NERI DOMINGOS GERVÁSIO	JOSÉ GERVÁSI	12,00	25,20	0,06326	1,00	10,82	8,65	1,01	5,44	0,25	0,51	25,83	12,53	25,83
4	01.07.005.0401.001	BENTO CARDOSO	JOSÉ GERVÁSI	11,00	23,10	0,05799	1,00	9,92	7,93	0,93	4,99	0,23	0,46	23,68	11,48	23,68
5	01.07.005.0401.002	BENTO CARDOSO	JOSÉ GERVÁSI	11,00	23,10	0,05799	1,00	9,92	7,93	0,93	4,99	0,23	0,46	23,68	11,48	23,68
6	01.07.005.0517.001	REGINA DA SILVA REIS	JOSÉ GERVÁSI	6,00	12,60	0,03163	1,00	5,41	4,33	0,51	2,72	0,13	0,25	12,92	6,26	12,92
7	01.07.005.0517.002	REGINA DA SILVA REIS	JOSÉ GERVÁSI	6,00	12,60	0,03163	1,00	5,41	4,33	0,51	2,72	0,13	0,25	12,92	6,26	12,92
8	01.07.005.0424.001	PAULO JOSÉ LORENZETTI	JOSÉ GERVÁSI	8,20	17,22	0,04323	1,00	7,39	5,91	0,69	3,72	0,17	0,35	17,65	8,56	17,65
9	01.07.005.0425.001	MAURO CÉLIO INÁCIO	JOSÉ GERVÁSI	4,00	8,40	0,02109	1,00	3,61	2,88	0,34	1,81	0,08	0,17	8,61	4,18	8,61
10	01.07.005.0425.002	MAURO CÉLIO INÁCIO	JOSÉ GERVÁSI	4,00	8,40	0,02109	1,00	3,61	2,88	0,34	1,81	0,08	0,17	8,61	4,18	8,61
11	01.07.005.0485.001	BENTO SAID	JOSÉ GERVÁSI	6,00	12,60	0,03163	1,00	5,41	4,33	0,51	2,72	0,13	0,25	12,92	6,26	12,92
12	01.07.005.0485.002	BENTO SAID	JOSÉ GERVÁSI	6,00	12,60	0,03163	1,00	5,41	4,33	0,51	2,72	0,13	0,25	12,92	6,26	12,92
13	01.07.005.0497.001	ANTONIO MANARIK	JOSÉ GERVÁSI	24,00	50,40	0,12652	1,00	21,63	17,31	2,02	10,88	0,51	1,01	51,67	25,05	51,67
14	01.07.005.0473.001	FLORENTINO JOSÉ DA SILVA	JOSÉ GERVÁSI	12,00	25,20	0,06326	1,00	10,82	8,65	1,01	5,44	0,25	0,51	25,83	12,53	25,83
15	01.07.005.0449.001	JOSÉ GERVÁSIO	JOSÉ GERVÁSI	12,00	25,20	0,06326	1,00	10,82	8,65	1,01	5,44	0,25	0,51	25,83	12,53	25,83
16	01.07.005.0449.002	JOSÉ GERVÁSIO	JOSÉ GERVÁSI	12,00	25,20	0,06326	1,00	10,82	8,65	1,01	5,44	0,25	0,51	25,83	12,53	25,83
17	01.07.005.0379.001	PEDRO BENTO PINTO	JOSÉ GERVÁSI	23,00	48,30	0,12124	1,00	20,73	16,59	1,94	10,43	0,48	0,97	49,51	24,01	49,51
18	01.07.005.0565.001	NATALIA SERAFIM AMORIM	JOSÉ GERVÁSI	24,50	51,45	0,12915	1,00	22,08	17,67	2,07	11,11	0,52	1,03	52,74	25,57	52,74
		ÁREA COMUM ESQUINAS	TODAS		10,00											
	TOTAL			189,70	408,37	1,00		171,00	136,80	16,00	86,00	4,00	8,00	408,37	198,00	408,37
	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO (R\$)						9,72	15,88	69,00	354,36		542,51	1,07	25,90	65,95
	VALOR SUBTOTAL	VALOR SUB-TOTAL (R\$)						1.662,12	2.172,38	825,60	5.934,00		4.340,08	436,96	5.128,20	26.932,00
	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL (R\$)														48.848,78

Campo Alegre

PREFEITURA

1ª ALTERAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 43/2015

1ª ALTERAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Considerando a impossibilidade de fornecimento do item 06 do processo licitatório supracitado pelas empresas previamente classificadas;

Considerando a viabilidade e aceitação de fornecimento do item pela empresa Modelo Pneus Ltda;

INCLUI-SE o item 06 na Ata de Registro de Preços 43/2015:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
06	32	Unidade	Pneu novo, 1000x20, 16 lonas, radial, BORRACHUDO. Com no mínimo 12mm de profundidade escultural.	R\$ 1.120,00	R\$ 35.840,00
VALOR TOTAL				R\$ 35.840,00	

Todas demais exigências permanecem inalteradas.

Campo Alegre, 30 de junho de 2015
MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

MODELO PNEUS LTDA
Representante legal

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 58/2015

RESUMO DA ATA
(Pregão Eletrônico nº 58/2015)

Às 10h do dia 30/06/2015, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de material esportivo para os alunos da Rede municipal de Ensino do município de Campo Alegre - SC.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 039/2015

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 039/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: LEONICE IOHANSON, Agente Comunitário de Saúde, Bairro Santo Antônio e Cascatas, portadora do CPF/MF nº 074.929.999-17, residente e domiciliada na Rua Eugenio Duarte,

nº 69, Bairro Santo Antônio, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso, IV e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 01 de Julho de 2015;
Término: 18 de Dezembro de 2015.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.077,37 (hum mil e setenta e sete reais, e trinta e sete centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 01 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	LEONICE IOHANSON Contratada
--	--------------------------------

Testemunhas:

- _____
- _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 040/2015

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 040/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ, Agente Comunitário de Saúde, (Conjunto Habitacional Bela Vista) portadora do CPF/MF nº 970.190.549-00, residente domiciliada na Rua das Flores, nº 183, Bairro Cascatas, (Conjunto Habitacional Bela Vista), Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso, IV e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 01 de Julho de 2015;
Término: 18 de Dezembro de 2015

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.077,37 (Hum mil setenta e sete reais, trinta e sete centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 01 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ Contratada
--	--

Testemunhas:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 0412015

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 041/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: ROSALINA LINZMEYER RONSKA, Agente Operacional I – Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 548.149.449-34, residente domiciliada na Rua dos Lírios, snº, Localidade de Lageado, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso, IV e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 01 de Julho de 2015;
Término: 04 de Setembro de 2015.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 755,33 (setecentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 01 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ROSALINA LINZMEYER RONSKA Contratada
--	---

Testemunhas:

1. _____
2. _____

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 042/2015

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 042/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: RAQUEL DE OLIVEIRA PEREIRA, Agente Comunitário de Saúde, Distrito de Fragosos, portadora do CPF/MF nº 035.889.999-06, residente domiciliada na Rua Generoso Frago, nº 307, Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso, IV e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 01 de Julho de 2015;
Término: 18 de Dezembro de 2015.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.077,37 (Hum mil setenta e sete reais, trinta e sete centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 01 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	RAQUEL DE OLIVEIRA PEREIRA Contratada
--	--

Testemunhas:

1. _____
2. _____

CONVOCAÇÃO Nº 088/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014

CONVOCAÇÃO Nº 088/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. VANIA SEMKOWICZ BORGES, inscrita no CPF/MF sob nº 021.237.489-35, aprovada em 51º lugar no Processo Seletivo nº 007/2014-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 03 de Julho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 30 de Junho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação.

CONVOCAÇÃO Nº 089/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

CONVOCAÇÃO Nº 089/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. FERNANDA BALBINOT, inscrito no CPF/MF sob nº 063.387.229-69, aprovada em 32º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Função de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 03 de Julho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 30 de Junho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

PETERSON ALUIZIO KOHLER
Secretário Municipal de Saneamento Ambiental

DECRETO Nº 9.079 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.079 DE 01 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 300, Incisos IV e VII e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. LEONICE IOHANSON, para exercer o Cargo Público e exercer a Função de Agente Comunitário de Saúde, no Bairro Santo Antônio, Registro no Sistema sob nº 955471, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto

no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 2, Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 1.077,37 (um mil, setenta e sete reais, trinta e sete centavos) mensais, pelo período de 01 de Julho de 2015 a 18 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 001/2015, em 2º lugar, Homologado pelo Decreto nº 9.058 de 16 de Junho de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.080 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.080 DE 01 DE JULHO DE 2015
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Incisos IV e VII; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. EULÁLIA GORNIACK CUSTODIO, para exercer o cargo de Atendente de Sala, Registro no Sistema sob o nº 955472, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 4, Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 1.198,72 (um mil, cento e noventa e oito reais, setenta e dois centavos) mensais, pelo período de 01 de Julho de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, para suprir necessidade de prestação de serviços no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil Profª. Maria da Glória Pereira Kroll.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 001/2015, em 1º lugar, Homologado pelo Decreto nº 9.058 de 16 de Junho de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.081 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.081 DE 01 DE JULHO DE 2015
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 300, Incisos IV e VII e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ, para exercer o Cargo Público e exercer a Função de Agente Comunitário de Saúde, no Bairro Cascatas (Conjunto Habitacional Bela Vista), Registro no Sistema sob nº 955474, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 2, Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 1.077,37 (um mil, setenta e sete reais, trinta e sete centavos) mensais, pelo período de 01 de Julho de 2015 a 18 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 001/2015, em 1º lugar, Homologado pelo Decreto nº 9.058 de 16 de Junho de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.082 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.082 DE 01 DE JULHO DE 2015
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 29, Parágrafo 1º, Incisos I ao IV; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. KATIA IRIS MILCHEVSKY MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000806, Registro no Sistema sob nº 955475, ao Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com

provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 755,33 (setecentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. KATIA IRIS MILCHEVSKY MUNHOZ, aprovada em 3º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.083 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.083 DE 01 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 29, Parágrafo 1º, Incisos I ao IV; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. MARCIA ZUMBACH, Matrícula Funcional nº 000807, Registro no Sistema sob nº 955476, ao Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 755,33 (setecentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. MARCIA ZUMBACH, aprovada em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.084 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.084 DE 01 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 29, Parágrafo 1º, Incisos I ao IV; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. ESTELA KOHLBECK, Matrícula Funcional nº 000808, Registro no Sistema sob nº 955477, ao Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 755,33 (setecentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. ESTELA KOHLBECK, aprovada em 9º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.085 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.085 DE 01 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, Artigo 300 em seus Incisos IV e VII e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. ROSALINA LINZMEYER RONSKA, para exercer o Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Registro no Sistema sob nº 955479 Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 755,33 (setecentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos) mensais, pelo período de 01 de Julho de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, em substituição a Servidora Pública Municipal Titular DEBORA MIRIAN BAGHNCK, Matrícula Funcional nº 000655, Registro no Sistema sob nº 955082.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 001/2015, em 2º lugar, Homologado pelo Decreto nº 9.058 de 16 de Junho de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.086 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.086 DE 01 DE JULHO DE 2015
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 29, Parágrafo 1º, Incisos I ao IV; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. IARA NEIDE DE OLIVEIRA DE JESUS, Matrícula Funcional nº 000813, Registro no Sistema sob nº 955480, ao Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 755,33 (setecentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. IARA NEIDE DE OLIVEIRA DE JESUS, aprovada em 13º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.087 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.087 DE 01 DE JULHO DE 2015
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 29, Parágrafo 1º, Incisos I ao IV; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. ELENICE MICKUS, Matrícula Funcional nº 000811, Registro no Sistema sob nº 955481, ao Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada no Gabinete do Prefeito, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 755,33 (setecentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. ELENICE MICKUS, aprovada em 14º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.088 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.088 DE 01 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 29, Parágrafo 1º, Incisos I ao IV; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. CRISTIANE PEREIRA, Matrícula Funcional nº 000814, Registro no Sistema sob nº 955482, ao Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 755,33 (setecentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. CRISTIANE PEREIRA, aprovada em 8º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.089 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.089 DE 01 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 29, Parágrafo 1º, Incisos I ao IV; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. DJENIFFER FAGUNDES, Matrícula Funcional nº 000815, Registro no Sistema sob nº 955483, ao Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no

valor de R\$ 755,33 (setecentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. DJENIFFER FAGUNDES, aprovada em 15º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.090 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.090 DE 01 DE JULHO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.315 de 01 de Julho de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial, Cria Elemento de Despesa e suplementa-o no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação				
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação				
12.361.0013.2.108 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental.				
300000.00.140 -	Despesas Correntes				
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.140 -	Aplicações Diretas				
339047.00.140 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 3.000,00			

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação				
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação				
12.361.0013.2.108 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental.				
400000.00.140 -	Despesas de Capital				
440000.00.140 -	Investimentos				
449000.00.140 -	Aplicações Diretas				
449000.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00			

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.090 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.090 DE 01 DE JULHO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.315 de 01 de Julho de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial, Cria Elemento de Despesa e suplementa-o no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação				
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação				
12.361.0013.2.108 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental.				
300000.00.140 -	Despesas Correntes				
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.140 -	Aplicações Diretas				
339047.00.140 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 3.000,00			

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação				
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação				
12.361.0013.2.108 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental.				
400000.00.140 -	Despesas de Capital				
440000.00.140 -	Investimentos				
449000.00.140 -	Aplicações Diretas				
449000.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00				

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.091 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.091 DE 01 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 29, Parágrafo 1º, Incisos I ao IV; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. BRUNA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000816, Registro no Sistema sob nº 955484, ao Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 755,33 (setecentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. BRUNA SCHWARZ, aprovada em 16º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.092 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.092 DE 01 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 29, Parágrafo 1º, Incisos I ao IV; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. LUCILAINE APARECIDA REMPALSKI CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000817, Registro no Sistema sob nº 955485, ao Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições

e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 755,33 (setecentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr^a. LUCILAINE APARECIDA REMPALSKI CARVALHO, aprovada em 7º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.093 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.093 DE 01 DE JULHO DE 2015
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 300, Incisos IV e VII e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Sr^a. RAQUEL DE OLIVEIRA PEREIRA, para exercer o Cargo Público e exercer a Função de Agente Comunitário de Saúde, no Distrito de Fragosos, Registro no Sistema sob nº 955486, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 2, Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 1.077,37 (um mil, setenta e sete reais, trinta e sete centavos) mensais, pelo período de 01 de Julho de 2015 a 18 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 001/2015, em 1º lugar, Homologado pelo Decreto nº 9.058 de 16 de Junho de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.094 DE 01 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 9.094 DE 01 DE JULHO DE 2015
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADADO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.316 de 01 de Julho de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 317.576,09 (trezentos e dezessete mil, quinhentos e setenta e seis reais, nove centavos), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319004.00.139 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 183.212,90
319011.00.139 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 134.363,99
	TOTAL	R\$ 317.576,09

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.095 DE 01 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 9.095 DE 01 DE JULHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.317 de 01 de Julho de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.				
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras				
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras.				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00			
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota				
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 20.000,00			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 30.000,00			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos				
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias				
400000.00.896 -	Despesas de Capital				
440000.00.896 -	Investimentos				
449000.00.896 -	Aplicações Diretas				
449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 30.000,00			
	TOTAL	R\$ 83.000,00			

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças				
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário				
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339014.00.896 -	Diárias – Civil	R\$ 3.000,00			
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 8.500,00			
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social				
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social				
08.243.0093.2.066 -	Acolhimento de Menores				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00			
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico				
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente				
18.541.0036.1.033 -	Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos				
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 100,00			
337100.00.896 -	Transferências a Consórcio Público				
337139.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 100,00			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 100,00			
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 100,00			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 469,19			
20.606.0028.1.039 -	Distribuição de Calcário				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				

339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 2,40			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 38.000,00			
20.606.0028.1.046 -	Distribuição de Mudanças de Árvores Frutíferas				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 5.352,50			
20.608.0028.1.047 -	Distribuição de Pequenos Animais				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 5.352,50			
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico				
23.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339014.00.896 -	Diárias – Civil	R\$ 4.000,00			
07.03 -	Serviço de Comércio e Indústria				
23.691.0080.2.131 -	Promoção do Empreendedorismo				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.070,50			
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 267,63			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.352,50			
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras				
08.01 -	Serviços de Planejamento e Obras				
15.452.0044.1.016 -	Atualização do Plano Diretor				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 535,25			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 697,53			
	TOTAL	R\$ 83.000,00			

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.096 DE 01 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 9.096 DE 01 DE JULHO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.318 de 01 de Julho de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial, Cria Elemento de Despesa e suplementa-o no valor de R\$ 39.296,53 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e seis reais, cinquenta e três centavos), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.								
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental								
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental.								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 39.296,53							

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.								
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras								
15.452.0044.1.016 -	Atualização do Plano Diretor								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 372,97							
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.								
11.01 -	Coordenadoria de Cultura								
13.392.0082.2.016 -	Patrimônio Histórico Municipal								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 2.827,81							
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 107,05							
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00							
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 1.500,00							
13.392.0082.2.707 -	Biblioteca Municipal								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.070,50							
400000.00.896 -	Despesa de Capital								
440000.00.896 -	Investimentos								
449000.00.896 -	Aplicações Diretas								
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.817,25							
20.606.0083.1.010 -	Festa Estadual da Ovelha								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos								
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 5.946,05							
23.695.0083.1.052 -	Fortalecimento do " Campo Alegre em Feira"								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.285,65							
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 535,25							
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.017,50							
400000.00.896 -	Despesa de Capital								
440000.00.896 -	Investimentos								
449000.00.896 -	Aplicações Diretas								
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.141,00							
23.695.0083.2.110 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Turismo								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 2.400,00							
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer								
27.813.0084.2.134 -	Apoio a Entidades e Talentos Esportivos								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								

330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos								
335043.00.896 -	Subvenções Sociais	R\$ 3.211,50							
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339048.00.896 -	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 535,25							
16.482.0081.2.132 -	Apoio a Regularização de Zonas Especiais de Interesse social								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 500,00							
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 535,25							
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 535,25							
14.00 -	Fundo Municipal de Cultura								
14.01 -	Coordenadoria do Fundo Municipal de Cultura								
13.392.0089.2.135 -	Manutenção e Coordenação de Projetos Culturais								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.070,50							
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 535,25							
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 352,50							
	TOTAL R\$ 83.000,00	R\$ 39.296,53							

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.097 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.097 DE 01 DE JULHO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES, SEM REMUNERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 173, Parágrafo 5º; Decreta:

Art.1º) Conceder Licença para tratar de assuntos particulares pelo período de 01 de Julho de 2015 a 31 de Outubro de 2017, sem remuneração, ao Servidor Público Municipal, RICARDO RAFAEL KOCH, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Odontólogo I, Matrícula Funcional nº 000615, Registro no Sistema sob nº 954954, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social,

Parágrafo único - A Licença de que trata o Art. 1º deste Decreto é concedida em atenção ao Requerimento devidamente assinado pelo Servidor em data de 02 de Junho de 2015, anexado o Atestado de Matrícula em especialização Lato Sensu em Implantodontia no Hermann Blumenau Complexo Educacional.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 26/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2015 FMS

Objeto: Execução de serviços de Coleta, Transporte e Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde, descrito na Cláusula Segunda, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Tomada de Preços, nº 18/2015 FMS.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.01 – Manutenção das Atividades Administrativas; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 301 – Atenção Básica; Programa: 52 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Saúde; Projeto: 2.114 – Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde; Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros; Recurso: 0.124 – PAB Fixo. (Código 22).

Valor: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)

Vigência: 29/06/2015 a 31/12/2015.

Contratada: TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONTRATADO: LEONICE IOHANSON

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de Julho de 2015 até 18 de Dezembro de 2015

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 1.077,37 (hum mil setenta e sete reais, trinta e sete centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 01 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de Julho de 2015 até 18 de Dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 1.077,37 (Hum mil setenta e sete reais, trinta e sete centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 01 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: ROSALINA LINZMEYER RONSKA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de Julho de 2015 até 04 de Setembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 755,33 (Setecentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 01 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI.

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONTRATADO: RAQUEL DE OLIVEIRA PEREIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de Julho de 2015 até 18 de Dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 1.077,37 (Hum mil setenta e sete reais, trinta e sete centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 01 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.315 DE 01 DE JULHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.315 DE 01 DE JULHO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial, Cria Elemento de Despesa e suplementa-o no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação				
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação				
12.361.0013.2.108 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental.				
300000.00.140 -	Despesas Correntes				
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.140 -	Aplicações Diretas				

339047.00.140 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 3.000,00					
-----------------	--	--------------	--	--	--	--	--

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação						
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação						
12.361.0013.2.108 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental.						
400000.00.140 -	Despesas de Capital						
440000.00.140 -	Investimentos						
449000.00.140 -	Aplicações Diretas						
449000.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00						

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.316 DE 01 DE JULHO DE 2015

LEI Nº 4.316 DE 01 DE JULHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 317.576,09 (trezentos e dezessete mil, quinhentos e setenta e seis reais, nove centavos), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação						
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental						
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino						
300000.00.139 -	Despesas Correntes						
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais						
319000.00.139 -	Aplicações Diretas						
319004.00.139 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 183.212,90					
319011.00.139 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 134.363,99					
	TOTAL	R\$ 317.576,09					

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.317 DE 01 DE JULHO DE 2015

LEI Nº 4.317 DE 01 DE JULHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementar no valor de R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.						
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras						
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras.						
300000.00.896 -	Despesas Correntes						
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes						
339000.00.896 -	Aplicações Diretas						
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00					
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota						
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal						
300000.00.896 -	Despesas Correntes						
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes						
339000.00.896 -	Aplicações Diretas						
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 20.000,00					
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 30.000,00					
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos						
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias						
400000.00.896 -	Despesas de Capital						
440000.00.896 -	Investimentos						
449000.00.896 -	Aplicações Diretas						
449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 30.000,00					
	TOTAL	R\$ 83.000,00					

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças						
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário						

04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339014.00.896 -	Diárias – Civil	R\$ 3.000,00			
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 8.500,00			
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social				
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social				
08.243.0093.2.066 -	Acolhimento de Menores				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00			
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico				
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente				
18.541.0036.1.033 -	Manutenção das Áreas de Preservação Ambiental				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos				
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 100,00			
337100.00.896 -	Transferências a Consórcio Público				
337139.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 100,00			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 100,00			
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 100,00			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 469,19			
20.606.0028.1.039 -	Distribuição de Calcário				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 2,40			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 38.000,00			
20.606.0028.1.046 -	Distribuição de Mudanças de Árvores Frutíferas				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 5.352,50			
20.608.0028.1.047 -	Distribuição de Pequenos Animais				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 5.352,50			
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico				
23.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339014.00.896 -	Diárias – Civil	R\$ 4.000,00			

07.03 -	Serviço de Comércio e Indústria				
23.691.0080.2.131 -	Promoção do Empreendedorismo				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.070,50			
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 267,63			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.352,50			
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras				
08.01 -	Serviços de Planejamento e Obras				
15.452.0044.1.016 -	Atualização do Plano Diretor				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 535,25			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 697,53			
	TOTAL	R\$ 83.000,00	R\$ 83.000,00		

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.318 DE 01 DE JULHO DE 2015

LEI Nº 4.318 DE 01 DE JULHO DE 2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial, Criar Elemento de Despesa e suplementa-lo no valor de R\$ 39.296,53 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e seis reais, cinquenta e três centavos), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.				
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental				
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental.				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				

339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 39.296,53							
-----------------	--	---------------	--	--	--	--	--	--	--

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0044.1.016 -	Atualização do Plano Diretor	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 372,97
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.016 -	Patrimônio Histórico Municipal	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 2.827,81
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 107,05
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 1.500,00
13.392.0082.2.707 -	Biblioteca Municipal	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.070,50
400000.00.896 -	Despesa de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.817,25
20.606.0083.1.010 -	Festa Estadual da Ovelha	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 5.946,05
23.695.0083.1.052 -	Fortalecimento do " Campo Alegre em Feira"	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.285,65
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 535,25
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.017,50
400000.00.896 -	Despesa de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.141,00

23.695.0083.2.110 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Turismo	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 2.400,00
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.813.0084.2.134 -	Apoio a Entidades e Talentos Esportivos	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	
335043.00.896 -	Subvenções Sociais	R\$ 3.211,50
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339048.00.896 -	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 535,25
16.482.0081.2.132 -	Apoio a Regularização de Zonas Especiais de Interesse social	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 535,25
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 535,25
14.00 -	Fundo Municipal de Cultura	
14.01 -	Coordenadoria do Fundo Municipal de Cultura	
13.392.0089.2.135 -	Manutenção e Coordenação de Projetos Culturais	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.070,50
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 535,25
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 352,50
	TOTAL	R\$ 83.000,00
		R\$ 39.296,53

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/07/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 052/2015.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADO: PAULO ROBERTO WOLFE - MEI, CNPJ Nº 22.081.308/0001-41. OBJETO: Construção de 07 fossas sépticas. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 1145. DISPENSA 1117/2015. VALOR: R\$ 15.400,00. DOTAÇÃO: Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento Rubrica Orçamentária despesa 1990 – Fonte 100 – Outros serviços de terceiros P. Jurídica. VIGÊNCIA: 90 dias após a assinatura, Campo Erê/SC, em 26/06/2015. SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pela Contratante e Paulo Roberto Wolfe pela Contratada.

PREGÃO PRESENCIAL 19/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1196/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até às 08 horas do dia 14 de Julho de 2015, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº/2015 na modalidade de Pregão Presencial Nº 019/2015 – Registro de Preços para Aquisição de materiais de construção para reforma e melhorias em unidades habitacionais programa habitacional do Município, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Ere- SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs às 11:30hs e das 13hs às 17hs, ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br

Campo Ere - SC, 30 de Junho de 2015

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal.

RATIFICAÇÃO DISP. JUSTIFICATIVA Nº 1117/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1145/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1117/2015

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/07/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 1117/2015

b) Objeto: Prestação de serviços para a construção de 07 (sete) sistema de esgoto sanitário com fossas séptica, filtro anaeróbico e sumidouro, para residências com 02 quartos, sendo 03 (três) sistemas paralelo à Rua Alberto Teske - Bairro COHAB, e, 04 (quatro) sistemas paralelo à Rua Ernesto Ferreira da Rosa - Bairro Vila Feliz.

c) PAULO ROBERTO WOLFE – MEI

d) Valor: R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais)

Publique-se.

Campo Ere - SC, 24 de Junho de 2015.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.316/2015 DE 25/06/2015 APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.316/2015 DE 25/06/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia, nos autos do Processo Administrativo nº 1.231/15;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766, Lei Estadual nº 6.063, c/c artigos 55, §2º, 57, inciso III, e §4º da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 – Plano Diretor;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII – XVIII da Lei Orgânica do município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do terreno urbano de propriedade de Fermino Francisco de Matos, inscrito no CPF sob nº 631.287.489-34,; Ieda Graciela Torri, inscrita no CPF 033.077.299-69 sob nº; Orly de Jesus Matos, inscrito no CPF sob nº 770.907.489-87; e Elizabeth Aparecida Mattos, inscrita no CPF sob nº 016.723.189-80; com área total de 803,05 m² (oitocentos e três metros e cinco centímetros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos sob nº 19.599.

Art. 2º. O imóvel mencionado no artigo primeiro possui as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua Benjamin Colla em 24,30 metros;
Sul: com Olimar Rathize Kervaldo e Eric Sabino de Oliveira em 19,30 metros;
Leste: com Zulmira P. dos Santos em 14,00 metros + 6,60 metros + 22,30 metros;
Oeste: com a Rua Cel. Fagundes em 44,00 metros.

Art. 3º. O desmembramento autorizado por este decreto dá origem a 2 (duas) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes características e confrontações:

Lote 01 com a área superficial de 360,00 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua Benjamin Colla em 24,30 metros;
Sul: com o lote 02 em 17,85 metros + com Zulmira P. dos Santos em 6,60 metros;
Leste: com Zulmira P. dos Santos em 14,00 metros;
Oeste: com a Rua Cel. Fagundes em 16,33 metros.

Lote 02 com a área superficial de 443,05 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com o lote 01 em 17,85 metros;
Sul: com Olimar Rathize Kervaldo e Eric Sabino de Oliveira em 19,30 metros;
Leste: com Zulmira P. dos Santos em 22,30 metros;
Oeste: com a Rua Cel. Fagundes em 27,67 metros.

Art. 4º. Ficam aprovadas as plantas e memoriais descritivos das unidades imobiliárias descritas no artigo 3º deste decreto.

Art. 5º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos, a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência de domínio e registro dos imóveis objeto deste decreto.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 25 de junho de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.317/2015 DE 25/06/2015 APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.317/2015 DE 25/06/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia, nos autos do Processo Administrativo nº 449.671;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766, Lei Estadual nº 6.063, c/c artigos 55, §2º, 57, inciso III, e §4º da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 – Plano Diretor;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII – XVIII da Lei Orgânica do município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do terreno urbano de propriedade de André Fernando Braga, inscrito no CPF sob nº 026.460.709-00, com área total de 1.000,00 m² (mil metros quadrados quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos sob nº 21.335.

Art. 2º. O imóvel mencionado no artigo primeiro possui as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua Beatriz A. dos Santos em 32,13 metros;
Sul: com Beneficiamento Nossa Senhora de Fátima Ltda em 32,13 metros;
Leste: com a Rua Nilton Rodrigues Arruda em 33,61 metros;
Oeste: com a José Valdenir Pereira em 33,61 metros.

Art. 3º. O desmembramento autorizado por este decreto dá origem a 2 (duas) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes características e confrontações:

Lote 01 com a área superficial de 500,00 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua Beatriz Alves dos Santos em 16,065 metros;
Sul: com Beneficiamento Nossa Senhora de Fátima Ltda em 16,065

metros;
Leste: com o lote 02 em 33,61 metros;
Oeste: com José Valdenir Pereira em 33,61 metros.

Lote 02 com a área superficial de 500,00 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua Beatriz Alves dos Santos em 16,065 metros;
Sul: com Beneficiamento Nossa Senhora de Fátima Ltda em 16,065 metros
Leste: com a Rua Nilton Rodrigues Arruda em 33,61 metros;
Oeste: com o lote 01 em 33,61 metros.

Art. 4º. Ficam aprovadas as plantas e memoriais descritivos das unidades imobiliárias descritas no artigo 3º deste decreto.

Art. 5º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos, a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência de domínio e registro dos imóveis objeto deste decreto.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 25 de junho de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.318/15 DE 27/06/2015 REGULAMENTA LEI Nº. 4.191/15

DECRETO Nº 7318/15 DE 27/06/15

REGULAMENTA LEI Nº 4.191/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 317.500,00 (Trezentos e dezessete mil e quinhentos reais) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.191/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 27 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.319/15 DE 25/06/2015 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.319/15 DE 25/06/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementados no orçamento do Município o valor de R\$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 02 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORD GERAL
UNIDADE: 02 – DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.001 – Manutenção do Dpto de Planejamento, Org. e Coordenação Geral

Elementos de despesa: 07- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 Aplicações Diretas R\$ 5.800,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 02 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORD GERAL
UNIDADE: 02 – DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.001 – Manutenção do Dpto de Planejamento, Org. e Coordenação Geral

Elementos de despesa: 06- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000 Aplicações Diretas R\$ 5.800,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 25 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.189/2015 DE 25/06/2015 ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº. 2.758/03 DE 07/03/2003 QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS - COMAD - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS .

LEI Nº 4189/2015 DE 25/06/2015

ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº 2.758/03 DE 07/03/03 QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS – COMAD - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. O artigo 4º da Lei nº 2.758/03 de 07/03/03, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do § 2º a seguir transcrito:

“Art.4º. O Conselho Municipal Antidrogas, será composto por um representante de cada uma das entidades a seguir relacionadas:

I- Entidades Governamentais:

a) Secretaria Municipal da Saúde;

b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c) Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos;

d) Secretaria de Desenvolvimento Regional de Campos Novos – 8ª SDR;

e) Centro de Atenção Psicossocial – CAPS;

f) 3ª Companhia de Polícia Militar de Campos Novos;

g) Secretaria Municipal de Assistência Social;

h) Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

i) Poder Executivo;

j) Conselho Municipal de Direitos do Idoso;

k) Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD;

II- Entidades Não Governamentais:

- a) UNOESC- Campus de Campos Novos;
- b) Loja Maçônica Acácia dos Campos;
- c) Loja Maçônica Silêncio e Fraternidade;
- d) Lions Clube Campos Novos Aliança;
- e) Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Campos Novos;
- f) CNBB - Pastoral da Criança;
- g) Associação Beneficente Lar Joao Didomenico;
- h) Clube dos Dirigentes Lojistas de Campos Novos – CDL;
- i) Associação dos Alcoólicos Anônimos de Campos Novos – AA;
- j) Grupo de Apoio a Adoção Semeando Amor;
- k) Comunidade Terapêutica São Francisco;

§1º (...)

§2º. Além das entidades mencionadas nos incisos I e II do art. 4º, o COMAD contará ainda, com entidades denominadas de “Amigos do COMAD”, aprovadas e alteradas a critério do Plenário, as quais não farão parte da coordenação do Conselho, sem direito a voto, mas que auxiliarão nos trabalhos e projetos desenvolvidos pelo mesmo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 25 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.190/15 DE 25/06/2015 AUTORIZA CEDER EM COMODATO EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO

LEI Nº 4190/2015 DE 25/06/2015

AUTORIZA CEDER EM COMODATO EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder em forma de comodato, os equipamentos agrícolas relacionados no Anexo I da presente lei para a Associação de Desenvolvimento Sustentável Terra, Água e Vida.

Parágrafo único. O convênio terá vigência por 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º. As máquinas agrícolas mencionados no Art. 1º foram adquiridas pelo município com recursos originários do contrato de repasse firmado com a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Caixa Econômica Federal, através do programa PRONAT.

Art. 3º. Os equipamentos agrícolas adquiridos com os recursos financeiros liberados pelo Convênio nº 101.9116-30/2014 com o MDA, que tem por objetivo Executar Ações e Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.

Art. 4º. As obrigações do Município/Comodante e do Comodatário estão previstas na minuta em anexo (Anexo II), que integra esta lei, independente de transcrição.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 25 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

EQUIPAMENTOS

ASSOCIAÇÃO	QTDE
Trator agrícola de pneus novos, motor a diesel, 04 cilindros, com no mínimo 78CV de potência, transmissão sincronizada com no mínimo 09 marchas à frente e 03 a ré, tração 4x4, diferencial traseiro com sistema de bloqueio, tomada de potência com acionamento mecânico independente, rotação de 540 RPM, direção hidrostática com bomba exclusiva, freios a discos, auto ajustáveis e auto equalizáveis, faróis dianteiros e traseiros, painel de instrumento com horímetro, de combustível, de temperatura, tacômetro, luzes de advertência de pressão do óleo e do alternador, capota de proteção com toldo, pneus dianteiros 12.4/24rl e traseiros 18.4/30rl, com pesos dianteiros.	01
Trator novo, 2014, 0 quilômetros, tração 4x4, motor 4 cilindros, turbo, com no mínimo 110CV de potência, transmissão de 12 velocidades à frente e 4 velocidades de ré, rodado traseiro duplo, 13.6/38rl e dianteiros 12.4/24rl, com pesos traseiros e dianteiros, tomada de força com acionamento hidráulico, cabina original com ar condicionado quente e frio, direção hidrostática, sistema hidráulico nos 3 pontos com capacidade mínima de 3.800K, freio a disco, bloqueio do diferencial traseiro, com chave de rodas, caixa de ferramentas, faróis auxiliares.	01
Distribuidor de calcário, sementes e outros, com capacidade para 7.850.000 quilos e/ou 2.5m³, com largura de distribuição de 6 a 25 metros com rotação de distribuição de 540 RPM, com dimensões em 4.600mm x 1.720x 1840mm, peso aproximado de 1.040 quilos.	01
Semeadora/adubadora hidráulica para grãos grossos e finos, com 11 linhas, com espaçamento de 17cm entre linhas, com capacidade de distribuição de no mínimo 180 sementes, com caixa para colocação de sementes de pastagens, acoplada ao trator, com peso de 810K.	01

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO COMODATO

O Município de Campos Novos, CNPJ 82.939.232/0001-74, com sede administrativa à Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 – Centro, neste ato representado pelo Prefeito abaixo identificado e assinado e a Associação de Desenvolvimento Sustentável Terra, Água e Vida, CNPJ 07.457.759/0001-47 resolvem celebrar este Contrato de Comodato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA O município é proprietário das máquinas agrícolas com as seguintes características:

I – Trator agrícola de pneus novos, motor a diesel, 04 cilindros, com no mínimo 78CV de potência, transmissão sincronizada com no mínimo 09 marchas à frente e 03 a ré, tração 4x4, diferencial traseiro com sistema de bloqueio, tomada de potência com acionamento mecânico independente, rotação de 540 RPM, direção hidrostática com bomba exclusiva, freios a discos, auto ajustáveis e auto equalizáveis, faróis dianteiros e traseiros, painel de instrumento com horímetro, de combustível, de temperatura, tacômetro, luzes de advertência de pressão do óleo e do alternador, capota de proteção com toldo, pneus dianteiros 12.4/24rl e traseiros 18.4/30rl, com pesos dianteiros.

II – Trator novo, 2014, 0 quilômetros, tração 4x4, motor 4 cilindros, turbo, com no mínimo 110CV de potência, transmissão de 12 velocidades à frente e 4 velocidades de ré, rodado traseiro duplo, 13.6/38rl e dianteiros 12.4/24rl, com pesos traseiros e dianteiros, tomada de força com acionamento hidráulico, cabina original com ar condicionado quente e frio, direção hidrostática, sistema hidráulico nos 3 pontos com capacidade mínima de 3.800K, freio a disco, bloqueio do diferencial traseiro, com chave de rodas, caixa de ferramentas, faróis auxiliares.

III – Distribuidor de calcário, sementes e outros, com capacidade para 7.850.000 quilos e/ou 2.5m³, com largura de distribuição de 6 a 25 metros com rotação de distribuição de 540 RPM, com dimensões em 4.600mm x 1.720x 1840mm, peso aproximado de 1.040 quilos.

IV – Semeadora/adubadora hidráulica para grãos grossos e finos, com 11 linhas, com espaçamento de 17cm entre linhas, com capacidade de distribuição de no mínimo 180 sementes, com caixa para colocação de sementes de pastagens, acoplada ao trator, com peso de 810K.

Os equipamentos foram adquiridos pelo município com recursos originários do contrato de repasse firmado com a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – Convenio nº 101.9116-30/2014, representado pela Caixa Econômica Federal.

SEGUNDA Por este Contrato o município cede em Comodato à Associação de Desenvolvimento Sustentável Terra, Água e Vida as máquinas agrícolas descritas na Cláusula PRIMEIRA, com a única e exclusiva finalidade para atender as ações que visem fortalecer a agricultura/pecuária familiar do município de Campos Novos.

TERCEIRA O Contrato de Comodato tem vigência por 10 (dez) anos, podendo ser aditivado, por sucessivos períodos se for do interesse do município.

QUARTA São de responsabilidade da Associação beneficiada:

- Atender indistintamente os agricultores integrantes da Associação;
- Zelar e fazer a manutenção e conservação dos equipamentos agrícolas recebidos em Comodato.
- Suportar os custos e gastos com reparos e reforma dos equipamentos;
- Devolver os equipamentos ao término do contrato em condições de uso e funcionamento;
- Permitir a vistoria em qualquer tempo de controle interno e externo da Administração Pública Municipal e Federal.

QUINTA O município celebra este Comodato com amparo na Lei nº, que passa a integrá-lo, independente de transcrição.

SEXTA São motivos de rescisão deste Contrato, qualquer transgressão às Cláusulas estabelecidas.

SETIMA A Associação deve encaminhar ao Executivo Municipal relatório anual das atividades exercidas com as máquinas e equipamentos constando: Produtor solicitante, serviços executados, data do atendimento, quantidade de horas com as devidas assinaturas.

OITAVA As partes elegem o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir eventuais questões decorrentes deste instrumento

E por estarem certos, firmam este Contrato em duas vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas que também assinam.

Campos Novos, de de 2015.
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
TERRA, ÁGUA E VIDA

Presidente: Mario Padilha – CPF: 582.923.499-87

Testemunhas:

1) _____

2) _____

LEI Nº. 4.191/15 DE 25/06/2015 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

LEI Nº 4191/2015 DE 25/06/2015

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 317.500,00 (trezentos e dezessete mil e quinhentos reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 – Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento de despesa: 28 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000 - aplicações diretas R\$ 317.500,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes rubricas orçamentárias do orçamento do município:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE: 0.002 – Amortização da Dívida Fundada Interna – Prefeitura
Elemento de despesa: 24 – 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000 - aplicações diretas R\$ 140.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE: 0.004 – Manutenção dos Serviços da Dívida Fundada Interna – Prefeitura
Elemento de despesa: 26 – 3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000 - aplicações diretas R\$ 177.500,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 25 de junho de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.192/2015 DE 25/06/2015 DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM GASOLINA INFORMAREM SEUS CLIENTES SE A GASOLINA COMERCIALIZADA É FORMULADA OU REFINADA

LEI 4192/15 DE 25/06/2015

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM GASOLINA INFORMAREM SEUS CLIENTES SE A GASOLINA COMERCIALIZADA É FORMULADA OU REFINADA.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam os estabelecimentos que comercializam gasolina no Município de Campos Novos SC, obrigados a afixar placas, em local visível, afixado nas bombas de combustíveis ou próximos á elas, informando ao consumidor se a gasolina comercializada é formulada ou refinada.

§ 1º Para efeitos desta lei, considera-se gasolina refinada aquela completamente isenta de substâncias nocivas contidas no petróleo cru, eliminadas pelo processo de refinação.

§ 2º Para efeitos desta lei, considera-se gasolina formulada aquela que composta de resíduos de destilação petroquímicos adicionados de solventes, com qualidade inferior á gasolina refinada.

Art. 2º A informação de que trata o art. 1º desta lei deverá ser veiculada em placas, cartazes, banners ou outro meio, em local visível a todos os consumidores que adentrarem ao posto, com fonte e tamanho que possibilitem sua identificação.

Art. 3º Os preços de venda deverão ser discriminados separadamente para cada tipo de gasolina.

Art. 4º O descumprimento do artigo 1º acarretará ao infrator, multa no valor de 5 salários mínimos.

§ 1º Na reincidência, será aplicada a multa em dobro.

§ 2º Havendo ainda outra reincidência, será cassada a licença Municipal de funcionamento do estabelecimento.

Art. 5º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.187/15

PORTARIA Nº 1.187/15 DE 30/06/15

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA RISONI DIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a RISONI DIAS pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 07 de junho de 2015.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.189/15

PORTARIA Nº 1.189/15 DE 30/06/15

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARISTELA CASSIANO DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a MARISTELA CASSIANO DA SILVA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 26 de junho de 2015.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.190/15

PORTARIA Nº 1.190/15 DE 30/06/15

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ANDREA ALMEIDA IGNACIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a ANDREA ALMEIDA IGNACIO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 18 de junho de 2015.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.191/15

PORTARIA Nº 1.191/15 DE 30/06/15

DISPENSA FGR-I DO SERVIDOR CLAUDINO ROQUE DE LIMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar FGR-I do servidor CLAUDINO ROQUE DE LIMA, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2015.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.192/15

PORTARIA Nº 1.192/15 DE 30/06/15
DISPENSA FGR-II DO SERVIDOR JEAN CARLO PETRI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar FGR-II do servidor JEAN CARLO PETRI, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2015.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.193/15

PORTARIA Nº 1.193/15 DE 30/06/15
CONCEDE REASSUNÇÃO AO SERVIDOR MARCOS PINHEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Reassunção ao servidor MARCOS PINHEIRO, na função de Motorista, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2015.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.194/15

PORTARIA Nº 1.194/15 DE 30/06/15
CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA LINDAMIR SCHEREIBER FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença para tratar de assuntos particulares a servidora LINDAMIR SCHEREIBER FERREIRA, cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 16/06/2015 pelo período de até dois (02) anos.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.195/15

PORTARIA Nº 1.195/15 DE 30/06/15
CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS AO SERVIDOR ELIAS MANOEL DE ANDRADE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença para tratar de assuntos particulares ao servidor ELIAS MANOEL DE ANDRADE, cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, a partir de 08/06/2015 pelo período de até dois (02) anos.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.196/15

PORTARIA Nº 1.196/15 de 30/06/15
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora DANIELA GUZATTI MARTENDAL, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutica, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato sensu": SAÚDE PÚBLICA COM ÊNFASE EM SAÚDE DA FAMÍLIA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2015.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.197/15

PORTARIA Nº 1.197/15 DE 30/06/15
CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA ANA PAULA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora ANA PAULA DOS SANTOS, referente a Cargo de GERENTE EXECUTIVO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 14/04/2014 a 13/04/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.198/15

PORTARIA Nº 1.198/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) QUERLI CALGARO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) QUERLI CALGARO referente ao período aquisitivo de 27/03/14 a 26/03/15 a serem gozadas no período de 08/06/15 a 07/07/15.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.199/15

PORTARIA Nº 1.199/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VANESSA APARECIDA TORRES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VANESSA APARECIDA TORRES referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 08/06/15 a 07/07/15.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.200/15

PORTARIA Nº 1.200/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PAULO DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PAULO DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 10/06/15 a 09/07/15.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.201/15

PORTARIA Nº 1.201/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LUCIMAR TESKE FRANÇA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LUCIMAR TESKE FRANÇA referente ao período aquisitivo de 17/01/14 a 16/01/15 a serem gozadas no período de 01/07/15 a 30/07/15.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.202/15

PORTARIA Nº 1.202/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) BRUNA MARCON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) BRUNA MARCON referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 20/07/15 a 18/08/2015.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.203/15

PORTARIA Nº 1.203/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MOACIR DORNELLES CORREIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) BRUNA MARCON referente ao período aquisitivo de 11/03/10 a 10/03/11 a serem gozadas no período de 11/06/15 a 10/07/2015.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.204/15

PORTARIA Nº 1.204/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SANDRA APARECIDA DE ANDRADE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SANDRA APARECIDA DE ANDRADE referente ao período aquisitivo de 22/03/14 a 21/03/15 a serem gozadas no período de 22/06/15 a 21/07/2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.205/15

PORTARIA Nº 1.205/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA CATARINA DE LIMA RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA CATARINA DE LIMA RIBEIRO referente ao período aquisitivo de 26/09/12 a 25/06/13 a serem gozadas no período de 29/06/15 a 28/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.206/15

PORTARIA Nº 1.206/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLAUDETE SALETE ROSA DE CHAGAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLAUDETE SALETE ROSA DE CHAGAS referente ao período aquisitivo de 13/03/13 a 12/03/14 a serem gozadas no período de 13/07/15 a 11/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.207/15

PORTARIA Nº 1.207/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALZIMAR DALL'OGGIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALZIMAR DALL'OGGIO referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 29/02/12 a serem gozadas no período de 06/07/15 a 04/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.208/15

PORTARIA Nº 1.208/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA JUDITE BALESTRIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA JUDITE BALESTRIN referente ao período aquisitivo de 02/05/14 a 01/05/15 a serem gozadas no período de 01/07/15 a 30/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.210/15

PORTARIA Nº 1.210/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOCIL DE JESUS CARVALHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOCIL DE JESUS CARVALHO referente ao período aquisitivo de 17/01/12 a 16/01/13 a serem gozadas no período de 02/06/15 a 01/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.211/15

PORTARIA Nº 1.211/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOAO PEDRO KEMER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOAO PEDRO KEMER referente ao período aquisitivo de 01/06/14 a 31/05/15 a serem gozadas no período de 01/07/15 a 30/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.212/15

PORTARIA Nº 1.212/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CESAR DE JESUS CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CESAR DE JESUS CORDEIRO referente ao período aquisitivo de 02/02/13 a 01/02/14 a serem gozadas no período de 01/06/15 a 30/06/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.213/15

PORTARIA Nº 1.213/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) AMARILDO MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) AMARILDO MACHADO referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 26/05/15 a 25/06/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.214/15

PORTARIA Nº 1.214/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MELISSA THAÍS GEHRKE GOMES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MELISSA THAÍS GEHRKE GOMES referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 01/07/15 a 30/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.215/15

PORTARIA Nº 1.215/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GLEICE APARECIDA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GLEICE APARECIDA DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 02/05/14 a 01/05/15 a serem gozadas no período de 01/07/15 a 30/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.216/15

PORTARIA Nº 1.216/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIO MENA BARRETO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIO MENA BARRETO referente ao período aquisitivo de 11/03/07 a 10/03/08 a serem gozadas no período de 01/06/15 a 30/06/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.217/15

PORTARIA Nº 1.217/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NILVA SARMENTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NILVA SARMENTO referente ao período aquisitivo de 16/02/12 a 15/02/13 a serem gozadas no período de 15/06/15 a 14/07/15.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.218/15

PORTARIA Nº 1.218/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FERNANDA GERMANO DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FERNANDA GERMANO DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 30/05/14 a 29/05/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.219/15

PORTARIA Nº 1.219/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PATRICK REDANTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PATRICK REDANTE referente ao período aquisitivo de 21/05/14 a 20/05/15 a serem gozadas no período de 01/01/15 a 31/01/15.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.220/15

PORTARIA Nº 1.220/15 de 30/06/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CRISTIANO RODRIGUES PEIXOTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CRISTIANO RODRIGUES PEIXOTO referente ao período aquisitivo de 10/01/13 a 09/01/14 a serem gozadas no período de 01/07/15 a 30/07/15.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL 01/2015
FUNDECAMPOS CONT. ORIG. 01/2015**

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO ORIGINAL Nº 01/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE CAMPOS NOVOS, CNPJ nº 82.939.232/0001-74, neste ato representado pelo Prefeito Nelson Cruz, denominado LOCATÁRIO e ADEMIR PARODI GOMES, inscrito no CPF nº 548.513.789-04, estabelecido na Rua São João Batista de Almeida, nº 630 em Campos Novos/SC, doravante denominado LOCADOR, em conformidade com o Processo Licitatório nº 01/2015 Dispensa nº 01/2015, resolvem pactuar este Termo de Rescisão de Contrato, mediante a seguinte cláusula:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A rescisão do presente contrato deu-se porque a locação da sala comercial não foi efetivada.

E por estarem certos, firmam o presente em duas vias do mesmo teor na presença de testemunhas.

Campos Novos, 17 de janeiro de 2015.

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

ADEMIR PARODI GOMES

CPF nº 548.513.789-04

Testemunhas:

1. _____

2. _____

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT. CT. 20/2015**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

Termo do segundo aditivo ao contrato cno nº. 23/2013
CONTRATO CNO – 20/2015

DATA DE ASSINATURA: 26 de Junho de 2015.

OBJETO: Administração no fornecimento de tickets alimentação através da utilização de cartões eletrônicos.

CONTRATADA: Personal Net Tecnologia de Informação Ltda.

VALOR: Concessão de abatimento da taxa de administração em 0,80% (Zero vírgula oito por cento).

PRAZO: 01.07.2015 à 30.06.2016.

Campos Novos – SC, 26 de Junho de 2015.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

EXT. CT. 21/2015

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 21/2015

PROCESSO INEXIGIBILIDADE - 02/2014

DATA DE ASSINATURA: 29 de Junho de 2015.

OBJETO: Prestação de serviços na arrecadação de faturas de água/esgoto

CONTRATADA: Banco Bradesco S.A.

VALOR: R\$ 1,08 (Hum real e oito centavos) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através dos caixas nas agências bancárias, e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com outros bancos (lotéricos e outros).

PRAZO: 01.07.2015 à 30.06.2016.

Campos Novos – SC, 29 de Junho de 2015.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

EXT. CT. 22/2015

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 22/2015

PROCESSO INEXIGIBILIDADE - 02/2014

DATA DE ASSINATURA: 29 de Junho de 2015.

OBJETO: Prestação de serviços na arrecadação de faturas de água/esgoto

CONTRATADA: Caixa Econômica Federal

VALOR: R\$ 1,08 (Hum real e oito centavos) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através dos caixas nas agências bancárias, e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com outros bancos (lotéricos e outros).

PRAZO: 01.07.2015 à 30.06.2016.

Campos Novos – SC, 29 de Junho de 2015.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

EXT. CT. 23/2015

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 22/2015

PROCESSO INEXIGIBILIDADE - 02/2014

DATA DE ASSINATURA: 29 de Junho de 2015.

OBJETO: Prestação de serviços na arrecadação de faturas de água/esgoto.

CONTRATADA: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Campos Novos – SICOOB Credicampos.

VALOR: R\$ 1,08 (Hum real e oito centavos) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através dos caixas nas agências bancárias, e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com outros bancos (lotéricos e outros).

PRAZO: 01.07.2015 à 30.06.2016.

Campos Novos – SC, 29 de Junho de 2015.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

EXT. CT. 24/2015

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 22/2015

PROCESSO INEXIGIBILIDADE - 02/2014

DATA DE ASSINATURA: 29 de Junho de 2015.

OBJETO: Prestação de serviços na arrecadação de faturas de água/esgoto.

CONTRATADA: Banco do Brasil S.A.

VALOR: R\$ 1,08 (Hum real e oito centavos) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através dos caixas nas agências bancárias, e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com outros bancos (lotéricos e outros).

PRAZO: 01.07.2015 à 30.06.2016.

Campos Novos – SC, 29 de Junho de 2015.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

EXT. CT. 25/2015

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 22/2015

PROCESSO INEXIGIBILIDADE - 02/2014

DATA DE ASSINATURA: 29 de Junho de 2015.

OBJETO: Prestação de serviços na arrecadação de faturas de água/esgoto.

CONTRATADA: Banco Cooperativo Sicredi S.A.

VALOR: R\$ 1,08 (Hum real e oito centavos) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através dos caixas nas agências bancárias, e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com outros bancos (lotéricos e outros).

PRAZO: 01.07.2015 à 30.06.2016.

Campos Novos – SC, 29 de Junho de 2015.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 08/2015 - PP 09/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 09/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição de 01 (um) veículo (ambulância), 0KM, para equipar o Fundo Municipal de Saúde de Canelinha, conforme especificações descritas no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 10 de julho de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 30 de junho de 2015.

ANTÔNIO DA SAILVA

Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

ANULAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º FMAS 02/2015 (PRESENCIAL)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMAS 02/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 02/2015
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, Presidente do Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 02/2015, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE ROUPAS E CALÇADOS ADULTO E INFANTIL PARA SEREM UTILIZADOS PELOS URUÁRIOS DA CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA. Motivo: LICITAÇÃO DESERTA. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Presidente do Fundo

ANULAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º FME 02/2015 (PRESENCIAL)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FME 02/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º FME 02/2015
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Sr. Ricardo Pereira Martin, Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO PRESENCIAL N.º FME 02/2015, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS DE TROFÉUS, MEDALHAS, BOLAS E DIVERSOS MATERIAIS ESPORTIVOS, DESTINADOS A DIVERSOS EVENTOS ESPORTIVOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Motivo: LICITAÇÃO NÃO PUBLICADA. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Presidente da Fundação

ANULAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 06/2015 (PRESENCIAL)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 14/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 06/2015
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas/SC, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 06/2015, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE AUTOMAÇÃO ANALISADOR EM BIOQUÍMICA, PARA REALIZAR EXAMES LABORATORIAIS ESSENCIAIS NO LABORATÓRIO MUNICIPAL, DESTINADOS AOS PACIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Motivo: LICITAÇÃO FRACASSADA. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Presidente do Fundo

ANULAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 28/2015 (PRESENCIAL)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 46/2015
PREGÃO N.º PMC 28/2015 (PRESENCIAL)
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação da PREGÃO N.º PMC 28/2015 (PRESENCIAL), que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETROS RODADOS DE GUINCHO PARA O TRANSPORTE/SOCORRO DE VEÍCULOS, CAMINHONETES E VANS E AMBULÂNCIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, AVARIADOS E SEM CONDIÇÕES DE LOCOMOÇÃO. Motivo: LICITAÇÃO DESERTA. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PORTARIA Nº 588/2015

PORTARIA Nº. 588/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990, da Lei Municipal nº 3.511/2002 e da Lei Municipal nº 5.441/2014, RESOLVE:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Eletricista, para atuar junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, o profissional DOUGLAS DE LARA LOPES SANTIAGO, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 40.003, e convocado conforme Edital nº 039 de 02 de junho de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/07/2015, conforme comunicação interna nº 243/SMAFO/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA PREGÃO N.º FMS 07/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/15

HOMOLOGAÇÃO: 30/06/15

CONTRATADO: ADAGIL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EM REALIZAR INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E CORTINAS DE AR PARA AS SALAS, CONSULTÓRIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, SALAS DE VACINA, FARMÁCIA BÁSICA E SERVIÇO SOCIAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. VALOR DA DESPESA: R\$ 15.280,00 (quinze mil duzentos e oitenta reais)

DATA: 30/06/15

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 08/2015 (PRESENCIAL)

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 09/2015

EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 08/2015 (PRESENCIAL)

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14/07/2015, às 10h30min, licitação para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, TAIS COMO, TELEVISOR, KIT ANTENA E RECEPTOR DIGITAL, SUPORTE PARA TV E RECEPTOR, APARELHO DE SOM, CAMERA FOTOGRAFICA, E OUTROS, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA. Recebimento de propostas até as 10h25min do dia 14/07/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 71/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 118/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 71/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/07/2015, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 500 CAIXAS DE LUVAS PARA PROCEDIMENTOS, EM LÁTEX, TAMANHO M. PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (BERÇÁRIOS) DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 16/07/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-05/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-05/2015

ALTERAÇÃO DE PRAZO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-05/2015, referente ao contrato n.º PMC 05/2015. Data do Aditivo: 25/06/2015. Objeto Contratado: PINTURA DA ESCOLA AROLD CARNEIRO DE CARVALHO. Contratada: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA, CNPJ: 14.565.115/0001-38. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente Contrato que era até 30/06/2015, passará a ser até 28/08/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 174/2014. PREGÃO N.º PMC 118/2014 (PRESENCIAL).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-148/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-148/2014

ALTERAÇÃO DE PRAZO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-148/2014, referente ao contrato n.º PMC 148/2014. Data do Aditivo: 25/06/2015. Objeto Contratado: CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA COM ÁREA DE 772,40M², NA ESCOLA MUNICIPAL ALBERTO WARDENSKI – DISTRITO DO SALTO D'ÁGUA VERDE. Contratada: WALTER TOMAZ MANTAU – EPP, CNPJ: 02.091.041/0001-66. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Parágrafo Terceiro – A vigência do presente Contrato que era até 30/06/2015, passará a ser até 28/09/2015.. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 121/2014. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 13/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-149/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-149/2014

ALTERAÇÃO DE PRAZO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-149/2014, referente ao contrato n.º PMC 149/2014. Data do Aditivo: 25/06/2015. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BASICA MENINO JESUS, LOCALIZADO NA LOCALIDADE DA FARTURA, NESTA CIDADE DE CANOINHAS. Contratada: IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA ME, CNPJ: 86.721.008/0001-62. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Parágrafo Terceiro – A vigência do presente Contrato que era até 30/06/2015, passará a ser até 28/08/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 178/2014. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 22/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-32/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-32/2015
SUPRESSÃO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-32/2015, referente ao contrato n.º PMC 32/2015. Data do Aditivo: 25/06/2015. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. Contratada: JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME, CNPJ: 09.374.051/0001-58. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica, através do presente termo aditivo, SUPRIMIDO ao contrato o valor de R\$ 5.220,00 (cinco mil duzentos e vinte reais) referente as impressoras constantes. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 67.185,00 (sessenta e sete mil cento e oitenta e cinco reais), passará a ser de R\$ 61.965,00 (sessenta e um mil novecentos e sessenta e cinco reais), em virtude da supressão supracitada. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 15/2015. PREGÃO N.º PMC 06/2015 (PRESENCIAL).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 13-155/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 13-155/2011
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 13-155/2011, referente ao contrato n.º PMC 155/2011. Data do Aditivo: 22/06/2015. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À AMPLIAÇÃO DA E.B.M. AROLDO CARNEIRO DE CARVALHO, COM ÁREA TOTAL DE 1.558,66 M². Contratada: ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 03.637.604/0001-31. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA-O presente contrato que tinha sua vigência até 26/06/2015, passará a ter a vigência até 28/08/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 175/2011. CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 14/2011.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-30/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-30/2014
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-30/2014, referente ao contrato n.º PMC 30/2014. Data do Aditivo: 25/06/2015. Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇOS DE metro quadrado DE SERVIÇO PARA SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS, SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURA/TELHADO COM REVISÃO DO MADEIRAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS E RUFOS, CONSTRUÇÃO DE CALÇADA EM CONCRETO E DE CAIXAS COLETO-RAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, ASSENTAMENTO DE PEDRA PORTUGUE-SA, PARALELEPIPEDO, LAJOTA E PAVER e registro de preço de metro linear de MEIO FIO. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO, CNPJ: 11.576.185/0001-01. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do Contrato que era até 30/06/2015, passará a ser até 31/12/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 28/2013. PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 18/2013.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-32/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-32/2015
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-32/2015, referente ao contrato n.º PMC 32/2015. Data do Aditivo: 25/06/2015. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE TONER COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (PAGAMENTO POR CÓPIA) DESTINADO AS IMPRESSORAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. Contratada: JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME, CNPJ: 09.374.051/0001-58. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica, através do presente termo aditivo, ACRESCIDO ao contrato o valor de R\$ 10.440,00 (Dez mil quatrocentos e quarenta reais) referente as impressoras constantes. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 61.965,00 (sessenta e um mil novecentos e sessenta e cinco reais), passará a ser de R\$ 72.405,00 (Setenta e dois mil quatrocentos e cinco reais), em virtude do acrescimo supracitado. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 15/2015. PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-89/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-89/2014
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-89/2014, referente ao contrato n.º PMC 89/2014. Data do Aditivo: 25/06/2015. Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: COLOCAÇÃO DE MEIO FIO E PAVER. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO, CNPJ: 11.576.185/0001-01. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do Contrato que era até 30/06/2015, passará a ser até 28/08/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 82/2014. PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 58/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-16/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-16/2014
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-16/2014, referente ao contrato n.º PMC 16/2014. Data do Aditivo: 25/06/2015. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONSTRUÇÃO DA COZINHA COMUNITÁRIA SITUADA NA AVENIDA EXPEDICIONÁRIOS, BAIRRO CAMPO D'ÁGUA VERDE NESTA CIDADE DE CANOINHAS. Contratada: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA, CNPJ: 09.080.541/0001-41. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do Contrato que era até 30/06/2015, passará a ser até 28/09/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 03/2014. TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 01/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 5-77/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 5-77/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 5-77/2013, referente ao contrato n.º PMC 77/2013. Data do Aditivo: 22/06/2015. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DETÉM AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAR O SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP. Contratada: CLARO S.A., CNPJ: 40.432.544/0001-47. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO-Fica, através do presente termo aditivo, ACRESCIDO ao contrato, o valor de R\$ 1.302,48 (um mil trezentos e dois reais e quarenta e oito centavos), referente ao acréscimo de serviços, solicitado através do Of. N.º 03/1ª/9ºBBM/2015. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 116.251,44 (cento e dezesseis mil duzentos e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos) passará a ser de R\$ 117.553,92 (cento e dezessete mil quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos). CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS DE INÍCIO, DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO, DE ENTREGA, DE OBSERVAÇÃO E DE RECEBIMENTOS-Parágrafo primeiro - A vigência do presente ADITIVO que será de 1º/07/2015 passará a ser até 31/12/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 71/2013. PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 41/2013.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º FMS 07/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 15.280,00

Processo / Ano: 15/2015

Licitação.....: 7/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EM REALIZAR INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E CORTINAS DE AR, PARA AS SALAS, CONSULTÓRIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, SALAS DE VACINA, FARMÁCIA BÁSICA E SERVIÇO SOCIAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 28603	- AR CONDICIONADO SPLIT 9000 BTU'S - Unidade: UN						
16443	ADAGIL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	ADAGIL	39,000	0,0000	300,0000	11.700,00	Venceu	1 ****
Item.....: 2	- 6603	- AR CONDICIONADO SPLIT 12000BTU - Unidade: UN						
16443	ADAGIL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	ADAGIL	2,000	0,0000	300,0000	600,00	Venceu	1 ****
Item.....: 3	- 6538	- AR CONDICIONADO SPLIT 18000 BTU - Unidade: UN						
16443	ADAGIL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	ADAGIL	2,000	0,0000	300,0000	600,00	Venceu	1 ****

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	15/2015	Processo Administrativo:	15.280,00
Licitação.....:	7/2015 - PR		
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADAPARA EM REALIZAR INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E CORTINAS DE AR PARA AS SALAS, CONSULTÓRIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, SALAS DE VACINA, FARMÁCIA BÁSICA E SERVIÇO SOCIAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 4	- 311044057 - CORTINA AR - Unidade: UN							
16443	ADAGIL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	ADAGIL	5,000	0,0000	476.0000	2.380,00	Venceu	1 *****

	Canoinhas, Em/...../.....
	PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
	MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
	ROBERTA JOSIANE SCHAFSCHECK -	EQUIPE DE APOIO
	CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
	DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
	JOSE CARLOS HERBST -	CRC/SC 031639/O-0

Capinzal

PREFEITURA

FMAS CONTRATO 0210/2015 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0210/2015 M		
Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada...: CAPINZAL COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME		
Valor : 3.638,00 (três mil seiscentos e trinta e oito reais)		
Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 30/06/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 000118 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, troca e montagem de pneus para a frota da Municipalidade		
Capinzal, 30 de Junho de 2015		

Contrato Nº.: 0211/2015 M		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada....: DORNELES JOSE CESA & CIA LTDA		
Valor : 41.860,00 (quarenta e um mil oitocentos e sessenta reais)		
Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 30/06/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 000118 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, troca e montagem de pneus para a frota da Municipalidade		
Capinzal, 30 de Junho de 2015		

FMS CONTRATO 0210/2015 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0210/2015 M		
Contratante..: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: CAPINZAL COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME		
Valor : 23.840,00 (vinte e três mil oitocentos e quarenta reais)		
Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 30/06/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 000118 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, troca e montagem de pneus para a frota da Municipalidade		
Capinzal, 30 de Junho de 2015		

FMS TERMO ADITIVO 002/2015 C107

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº : TA 002/2015 C107 - Contrato Nº: 0107/2014		
Contratante..: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada....: CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS L		
Valor : 0,00 (zero)		
Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 30/10/2015		
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014 Processo_Licitatório....: 00041 / 2014		
Recursos : Dotação:		
Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 30/10/2015, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico.		
Capinzal, 30 de Junho de 2015		

FMS CONTRATO 0211/2015 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

FMS TERMO ADITIVO 002/2015 C108

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº : TA 002/2015 C108 - Contrato Nº: 0108/2014		
Contratante..: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada....: CONSTRUÇOES HERVAL LTDA - EPP		
Valor : 0,00 (zero)		
Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 30/06/2015		
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014 Processo_Licitatório....: 00041 / 2014		
Recursos : Dotação:		
Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 30/10/2015, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico.		
Capinzal, 30 de Junho de 2015		

PMC CONTRATO 0209/2015 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0209/2015 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: ANTONIO R. BORGES ROGER		
Valor : 150.610,00 (cento e cinquenta mil seiscientos e dez reais)		
Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 30/06/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015 Processo_Licitatório....: 000118 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, troca e montagem de pneus para a frota da Municipalidade		
Capinzal, 30 de Junho de 2015		

PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C63

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº : TA 001/2015 C63 - Contrato Nº: 0063/2015 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME		
Valor : 310,07 (trezentos e dez reais e sete centavos)		
Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 10/03/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2015 Processo_Licitatório....: 00041 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 310,07 (trezentos e dez reais e sete centavos). Conforme memorando com justificativa e parecer jurídico.		
Capinzal, 30 de Junho de 2015		

PMC CONTRATO 0210/2015 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0210/2015 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: CAPINZAL COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME		
Valor : 22.411,00 (vinte e dois mil quatrocentos e onze reais)		
Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 30/06/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015 Processo_Licitatório....: 000118 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, troca e montagem de pneus para a frota da Municipalidade		
Capinzal, 30 de Junho de 2015		

PORTARIA 532/2015

PORTARIA Nº 532, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 988/2015, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de formação educacional à servidora Francielle Cristina Albuquerque Thomé, matrícula nº 328804/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PMC CONTRATO 0211/2015 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0211/2015 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: DORNELES JOSE CESA & CIA LTDA		
Valor : 66.655,00 (sessenta e seis mil seiscientos e cinquenta e cinco reais)		
Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 30/06/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 71/2015 Processo_Licitatório....: 000118 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, troca e montagem de pneus para a frota da Municipalidade		
Capinzal, 30 de Junho de 2015		

PORTARIA 533/2015

PORTARIA Nº 532, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 requerimento protocolado sob o nº 992/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Roselange Lancini Garcia, matrícula nº 333000/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 534/2015

PORTARIA Nº 534, DE 01 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 991/2015, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de formação educacional à servidora Luciane Dorigon, matrícula nº 313742/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 535/2015

PORTARIA Nº 535, DE 01 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 998/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Ana Paula Mellegari, matrícula nº 326488/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 536/2015

PORTARIA Nº 536, DE 01 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 983/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Analine Basei, matrícula nº 326569/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 537/2015

PORTARIA Nº 537, DE 01 DE ABRIL DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 999/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Wilzieline Franco Sobral da Costa, matrícula nº 334383/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 538/2015

PORTARIA Nº 538, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 987/2015, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de formação educacional à servidora Jucimara da Luz, matrícula nº 330183/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 539/2015

PORTARIA Nº 539, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 980/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Evani Marichen Lamb Riffel, matrícula nº 322709/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 540/2015

PORTARIA Nº 540, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 994/2015, RESOLVE:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Gecy Terezinha Debastiani Dambrós, matrícula nº 322849/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 541/2015

PORTARIA Nº 541, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 993/2015, RESOLVE:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Giseli Aparecida Borsati Colombo, matrícula nº 322938/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 542/2015

PORTARIA Nº 542, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 997/2015, RESOLVE:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Nadia Maria Suzin, matrícula nº 332127/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 543/2015

PORTARIA Nº 543, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 996/2015, RESOLVE:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Fatima Spielmann da Silva, matrícula nº 328588/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 544/2015

PORTARIA Nº 544, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 995/2015, RESOLVE:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Juciane Fatima Modena Lopes, matrícula nº 330132/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar

o nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 545/2015

PORTARIA Nº 545, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 934/2015, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de formação educacional à servidora Marília Hack, matrícula nº 331716/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em março de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/29/2015

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/29/2015

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: BUSCHLE & LEPPER S.A.

CNPJ DO CONTRATADO: 84.684.471/0003-18

OBJETO: Fornecimento de produtos químicos para atendimento das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), durante o exercício de 2015.

VALORES:

R\$ 2,37 (Kg) de Peróxido de Hidrogênio Líquido - Concentração 50%;

R\$ 4,45 (Un) de Cloro à base de Ácido Tricloro-S- Triazinatriona (Ácido Tricloroisocianúrico) (Cloro Ativo 90%).

R\$ 4,19 (Kg) de Antiespumante sem silicone.

DATA DA ASSINATURA: 25/06/2015

VIGÊNCIA: 25/06/2015 A 22/12/2015

Caxambu do Sul

PREFEITURA

LEI 1.356

LEI Nº 1.356/2015

"DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, RECOLHIMENTO, GUARDA, DEPÓSITO E VENDA DE VEÍCULOS APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO POR INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, POR MEIO DE CONTRATO DE CONCESSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º Fica o Município de Caxambu do Sul, na forma do art. 1º, da Lei Federal nº 6.575, de 30 de setembro de 1978, responsável pela guarda, depósito e venda de veículos apreendidos e retirados de circulação, por infração à Legislação do Código de Trânsito Brasileiro, nas vias públicas abertas a livre circulação no Município.

Art. 2º. O serviço de remoção guarda depósito e venda de veículos apreendidos e retirados de circulação, poderá ser transferido a terceiros, mediante concessão precedida de processo licitatório.

Art. 3º No processo licitatório para transferência desse serviço público a terceiros, poderão participar as pessoas jurídicas de direito privado instaladas ou que venham a se instalar no município de Caxambu do Sul ou em municípios vizinhos, sediadas a uma distância não superior a 35 quilômetros da Cidade de Caxambu do Sul, que preencham as condições fixadas no edital, outorgando-se a concessão pelo prazo de 5 (cinco) anos, renováveis por iguais e sucessivos períodos, àquela que ofertar maior percentual da receita bruta mensal resultante do serviço concedido.

Art. 4º. Os veículos deverão ser recolhidos para local (pátio) com instalações previamente aprovadas pelo Município, de propriedade da concessionária ou por ela locado por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, ficando sob sua responsabilidade até que sejam liberados ou leiloados.

Art. 5º. Para fins desta Lei será considerado:

I – REMOÇÃO: o transporte de veículo, executado pela concessionária mediante determinação da autoridade competente, do local em que se encontrar no momento da determinação até o local destinado para sua guarda;

II – RECOLHIMENTO: o depósito de veículo em área (pátio) de propriedade da concessionária ou locada para esse fim, destinado à guarda do veículo removido;

III – ESTADIA: o tempo de permanência do veículo no pátio ou local destinado para esse fim, decorrido entre o recolhimento do veículo e sua efetiva liberação através de determinação da autoridade competente ou leilão;

IV – PÁTIO: o local destinado ou utilizado para a guarda ou depósito de veículos.

Art. 6º. A concessionária e os veículos utilizados para remoções deverão atender aos seguintes requisitos:

I - Os caminhões-guincho deverão possuir Certificado Técnico

expedido pelo INMETRO, ou outro órgão fiscalizador competente, que ateste a capacidade operacional dos equipamentos;

II - A concessionária deverá apresentar:

a) Anualmente, certidão de comprovação de capacidade técnica;

b) Apólice de seguro vigente, constando seguro do caminhão-guincho, seguro contra danos e prejuízos causados a terceiros e seguro de mercadorias acondicionadas em veículos objeto de transporte;

c) Mensalmente, certidões negativas fazendárias, federal, estadual e municipal, e da seguridade social (INSS e do FGTS).

Art. 7º. A idade dos veículos envolvidos na atividade de remoção não poderá ser superior a 15 (quinze) anos, tanto para aqueles que removem automóveis de passeio, pequenos utilitários, peruas, motocicletas, motonetas, triciclos, charretes, carroças e bicicletas, quanto para aqueles que removam caminhões, reboques, ônibus, microônibus, tratores, caminhonetes e cavalos mecânicos.

Art. 8º. O pátio de veículos deverá possuir capacidade para atender a demanda, de modo que os veículos apreendidos sejam depositados em vagas demarcadas, considerando, no mínimo:

I - 100 (cem) vagas para veículos leves (passeio, pequenos utilitários e peruas);

II – 500 (quinhentas) vagas para motocicletas, motonetas, triciclos, charretes, carroças e bicicletas;

III - 8 (oito) vagas para veículos pesados (caminhões, reboques, ônibus, microônibus, tratores, caminhonetes e cavalos mecânicos).

Art. 9º. As vagas de estocagem de veículos deverão ser demarcadas, numeradas e possuir as seguintes dimensões:

I - para veículos leves (passeio, pequenos utilitários e peruas): 2,10m x 4,00m;

II - para veículos pesados (caminhões, reboques, ônibus, microônibus, tratores, caminhonetes e cavalos mecânicos): 3,20m x 8,00m;

III - para motocicletas, motonetas, triciclos, charretes, carroças e bicicletas: 1,10m x 2,00m.

Art. 10º. Os corredores entre as áreas de estocagem de veículos deverão possuir largura mínima suficiente para o trânsito e manobras dos veículos.

Parágrafo Único - Tanto as áreas de estocagem de veículos quanto os corredores deverão ser pavimentados ou, no mínimo, em pedra britada e possuir um sistema de captação de águas pluviais.

Art. 11º. São procedimentos obrigatórios de operação do pátio:

I - Para Remoção:

a) qualquer remoção somente poderá ser feita pela concessionária com a presença de um agente da autoridade que constate a legalidade dos fatos e autue o infrator, lavrando ainda o competente auto de constatação, discriminando todas as características

do veículo e eventuais objetos presentes no seu interior, de forma detalhada, em duas vias, sendo uma via entregue obrigatoriamente ao responsável pela remoção;

b) os serviços de remoção e recolhimento ao pátio deverão ser mantidos 24 (vinte e quatro) horas por dia, ininterruptamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

II - Para Recolhimento:

a) o pátio deverá possuir sistema de vídeo monitoramento, com sistema de gravação em DVR (Digital Video Record), de modo a cobrir 100% da área de estocagem e produzir imagens em tempo real para monitoramento, que deverão ser mantidas em backup pelo prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, ou, alternativamente, manter vigias em período integral.

b) o pátio deverá possuir sistema informatizado de informações, contendo:

1 - quantidade de vagas livres e ocupadas;

2 - quantidade de veículos presos e liberados, conforme tipo, cor, modelo, motivo da apreensão (discriminando inclusive o número da ocorrência), marca, indicação de datas de remoção, recolhimento e estadia, com dia, mês e ano e as unidades e autoridades apreensoras e liberadoras.

c) o pátio deverá manter cadastro dos veículos removidos, recolhidos e em estadia, informando:

1 - em relação ao veículo: cor, tipo, modelo, marca, ano de fabricação, tipo de combustível, número do chassi e placas;

2 - em relação à unidade apreensora: nome da autoridade, nome da unidade, motivo de apreensão e número do documento de apreensão;

3 - em relação ao proprietário e ao possuidor do veículo: nome, endereço, CPF, RG e número da CNH.

III - Para Liberação:

a) a concessionária somente poderá restituir o veículo recolhido ao seu proprietário ou seu representante legal, após a apresentação do ato liberatório, expedido pela autoridade competente, e do pagamento das despesas com remoção e estadia, conforme o disposto no inciso I deste artigo.

b) O horário para liberação de veículos recolhidos será das 8h00 às 17h00.

Art. 12. Os valores máximos a serem cobrados para a remoção e estadia dos veículos recolhidos, são os seguintes:

I - Para Remoção:

a) VEÍCULOS GRANDES (Caminhões, reboques, ônibus, microônibus, tratores, caminhonetes e cavalos mecânicos):

· R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), por solicitação, para os veículos que pesarem até 4 (quatro) toneladas;

· R\$ 1.000,00 (mil reais), por solicitação, para os veículos com peso superior a 4 toneladas;

b) VEÍCULOS PEQUENOS (automóveis de passeio, pequenos utilitários e peruas): R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais), por solicitação;

c) de motocicletas, motonetas, triciclos, charretes, carroças e bicicletas: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por solicitação;

d) no caso da necessidade de utilização de equipamentos não convencionais e destombamentos, os valores sofrerão um acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor da solicitação;

e) os valores correspondentes às remoções noturnas sofrerão acréscimo de 20% (vinte por cento) no valor da solicitação.

Parágrafo Único - Para fins desta lei, considera-se horário noturno o período correspondente entre às 20h00minh de um dia e às 06h00minh do dia seguinte.

II - Para Estadia:

a) de caminhões, reboques, ônibus, microônibus, tratores, caminhonetes e cavalos mecânicos de até 4 toneladas R\$ 26,00 (vinte e seis reais) por dia, acima de 4 toneladas R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por dia.

b) de automóveis de passeio, pequenos utilitários e peruas: R\$ 26,00 (vinte e seis reais) por dia;

c) de motocicletas, motonetas, triciclos, charretes, carroças e bicicletas: R\$ 16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos) por dia.

Art. 13. Os valores estabelecidos no artigo anterior serão atualizados anualmente, sempre no mês de maio, pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo – IPCA, dos 12 meses imediatamente anteriores, os quais serão fixados por ato do poder executivo.

Parágrafo Único - No caso da extinção do IPCA, será aplicada ao contrato de concessão de que trata esta Lei o índice que o substituir ou outro equivalente, mantendo-se a periodicidade de reajustes.

Art. 14. O ônus decorrente da remoção e apreensão do veículo e sua estadia no pátio são de responsabilidade do seu proprietário e de seu possuidor, solidariamente.

Parágrafo Único - Quando o veículo recolhido ao pátio for objeto de recuperação em razão de roubo, furto ou abandono, não haverá cobrança de taxas referentes à estadia no pátio.

Art. 15. Os veículos recolhidos ao pátio ficarão sob guarda e responsabilidade da concessionária, que deverá indenizá-los aos respectivos proprietários em caso de sinistro ou desaparecimento, independentemente da motivação.

Art. 16. Caberá à Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Caxambu do Sul, a fiscalização dos serviços prestados pela concessionária, bem como, a regulamentação dos leilões dos veículos recolhidos.

Art. 17. A inobservância das normas desta Lei poderá ensejar a rescisão do contrato de concessão, sem qualquer ônus para o Município de Caxambu do Sul, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 18. Para os casos não previstos nesta Lei deverá, aplica-se, no que couber, as disposições das Leis Federais nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e 8.987/1995 (Concessões e Permissões), ou por outras leis que forem editadas em substituição a estas.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 20. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 25 de Junho de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

LEI 1.357/2015

LEI Nº 1.357/2015.

"REGULAMENTA O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, INSTITUI AS RESPECTIVAS TARIFAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal votou e aprovou, e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O serviço de abastecimento de água nas comunidades rurais do município de Caxambu do Sul será regulado pelas disposições da presente lei.

Art. 2º. O controle de abastecimento de água poderá ser executado pela Prefeitura Municipal ou através de Associação de Moradores criadas para esse fim, e será feito pelo sistema de hidrômetro.

Art. 3º. Nos sistemas administrados pela Prefeitura Municipal, as leituras de hidrômetro serão feitas mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao do consumo, por um servidor público, que anotará o consumo em litros, em impressos próprios.

§ 1º Recebidas as leituras, dentro de 5 (cinco) dias será elaborada a planilha demonstrativa do consumo e o cálculo da tarifa de cada consumidor, seguindo-se com a emissão dos respectivos boletos para pagamento nas agências bancárias autorizadas pelo município, com vencimento para o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da leitura, ou o dia útil imediatamente seguinte.

§ 2º No caso de atraso de pagamento da tarifa de até 30 (trinta) será aplicada a multa prevista no Código Tributário Municipal, e após esse prazo, ensejará o corte da ligação.

§ 3º A religação implica no pagamento de uma taxa no valor correspondente a 5 (cinco) vezes o preço da menor faixa da tabela de preços constante do art. 7º, caput, da presente Lei, além do pagamento de todas as faturas atrasadas, acrescidas de multa e correção monetária previstas do Código Tributário Municipal.

Art. 4º. Sem prejuízo das penalidades previstas em cada caso especial, poderá ainda a Prefeitura Municipal proceder ao corte da ligação quando for constatada uma das seguintes ocorrências:

- I – oposição à entrada de servidores encarregados da leitura do hidrômetro, bem como a fiscalização e conservação do mesmo.
- II – prática de qualquer fraude visando reduzir artificialmente o consumo;
- III – não cumprimento de qualquer intimação que o encarregado de serviço do hidrômetro faça ao interesse coletivo;
- IV – prática de outras ações que prejudiquem ou dificultem a administração do sistema e/ou, os demais usuários.

Art. 5º. Fica instituída a tarifa de fornecimento de água potável nas comunidades rurais do município de Caxambu do Sul, em Sistemas administrados e mantidos pela Prefeitura Municipal, no limite da tubulação hidráulica para distribuição domiciliar.

Art. 6º. O contribuinte da tarifa é o proprietário titular do domínio útil, ou possuidor dos imóveis atendidos pelo serviço.

Art. 7º. A tarifa será cobrada mensalmente e de acordo com a quantidade de água consumida, cujos valores serão calculados tomando-se por base a seguinte tabela de preços:

CONSUMO EM LITROS	VALOR MENSAL EM R\$
Até 5,000 litros	Taxa mínima de R\$ 10,00

De 5.001 a 10.000 litros	R\$ 10,00, mais R\$ 2,00 a cada mil litros que exceder a faixa anterior
De 10.001 a 15.000 litros	R\$ 10,00, mais R\$ 5,00 a cada mil litros que exceder a faixa anterior
De 15.001 a 20.000 litros	R\$ 10,00, mais R\$ 8,00 a cada mil litros que exceder a faixa anterior
De 20.001 a 25.000 litros	R\$ 10,00, mais R\$ 15,00 a cada mil litros que exceder a faixa anterior
Acima de 25.000 litros	R\$ 10,00, mais R\$ 20,00 a cada mil litros que exceder a faixa anterior

§ 1º. As ligações em áreas de lazer, já existentes ou que venham a ser instaladas, serão tarifadas de forma diferenciada de acordo com a seguinte tabela de preços:

CONSUMO EM LITROS	VALOR MENSAL EM R\$
Até 5,000 litros	Taxa mínima de R\$ 30,00
De 5.001 a 10.000 litros	R\$ 30,00, mais R\$ 5,00 a cada mil litros
Acima de 10.000 litros	R\$ 30,00, mais R\$ 20,00 a cada mil litros

§ 2º. Os usuários do serviço pagarão a tarifa mínima para qualquer consumo abaixo de 5.000 litros, independentemente da quantidade consumida.

Art. 8º. A tarifa será reajustada anualmente de acordo com a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

Art. 9º. As ligações serão gratuitas e serão efetuadas mediante requerimento do interessado, dirigido ao Prefeito Municipal.

Art. 10. Os Sistemas de Abastecimento de Água administrados e mantidos por Associações e Grupos de Agricultores poderão, mediante requerimento, repassar a administração ao município, mediante sujeição a esta Lei.

Art. 11. Os recursos arrecadados na aplicação desta lei, serão depositados em conta especial em nome do município de Caxambu do Sul.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 25 de Junho de 2015.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

NOTA ANULA 05/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nº 05/2015.
Processo Adm. Nº.: 31/2015
Edital: Pregão Presencial Nº.: 20/2015
Tipo: Menor Preço/ Por item.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES.
MOTIVO: NÃO HOUVE INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO CERTAME.
CAXAMBU DO SUL, 30 DE JUNHO DE 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 61/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL 41/2015

PROCESSO: 61/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 41/2015, tipo MENOR PREÇO, objetivando AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E SIMILARES PARA OS NUCLEOS RAFAELA PIZZETTI SUPPI E SANTO ANTONIO.

CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTE EDITAL.

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.

Entrega da documentação e proposta até as 14 H do dia 13/07/2015, na SALA DE LICITAÇÕES

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 01 de julho de 2015.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

PREFEITA MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

288.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 288/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, ROSICLEIDE SIPRIANI PEREIRA, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 01 de julho de 2015, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2013/2014, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 061, DE 26.06.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº 061, DE 26.06.2015

"Dispõe sobre a contenção de despesas com pessoal nos órgãos da administração direta, do Poder Executivo Municipal e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, V, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 34, da Lei nº 0624, de 16 de dezembro de 2014; e,

CONSIDERANDO que o Município deve estar atento aos limites com despesas de pessoal estabelecidos pelo art. 20, III, alínea "b" c/c o parágrafo primeiro do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

CONSIDERANDO os elevados percentuais atingidos nos últimos meses, com despesa de pessoal e encargos sociais em relação às receitas correntes líquidas;

CONSIDERANDO que as metas fiscais referente ao 1º quadrimestre de 2015, avaliadas em audiência pública em 29 de maio de 2015, apontam despesas com pessoal acima do limite prudencial previsto na alínea "b" do inciso III, do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000;

CONSIDERANDO a oscilação da receita, a necessidade de controle da despesa, o equilíbrio das contas públicas, a estabilização do fluxo de caixa, e o cumprimento dos dispositivos previstos na Lei Complementar nº 101/2000;

CONSIDERANDO que é dever do gestor público dar obediência à legislação pertinente de modo a evitar a violação dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO, o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000;

CONSIDERANDO que a não tomada de providências pode acarretar sanções contidas na Lei n. 8.429/1992;

DECRETA:

Art. 1º Ficam vedadas:

I – a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II – a criação de cargo, emprego ou função;

III – a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V – a contratação de hora extra, salvo situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VI – a faculdade prevista no §3º do art. 78 da Lei Complementar nº 008/1999, que trata da conversão de 1/3 (um terço) de férias em pecúnia.

Art. 2º Ficam cancelados todos os atos que autorizam a realização/efetivação das condutas vedadas enumeradas no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º A Diretoria de Recursos Humanos fica impedida de efetivar qualquer ato administrativo e/ou incluir na folha de pagamento quaisquer das condutas vedadas enumeradas no art. 1º deste Decreto.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo DRH responderão na forma da Lei Complementar nº 008/1999 (Estatuto dos Servidores) pelos atos praticados em desobediência às disposições deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 1º de junho de 2015.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 26 de junho de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA EDITAL 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
PROCESSO SELETIVO – Edital 01/2015

NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA**CONTADOR**

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE
1	24	LUIZ GUILHERME VALVERDE DA SILVA	3536137	5,20	0,90	0,60	0,60	7,30
2	16	LIONETE APARECIDA PRATES DIAS	7.478.203	4,00	0,90	1,20	0,80	6,90
3	42	MAYARA MACIEL	45753920	4,00	0,60	1,50	0,80	6,90
4	18	CRISTIANO RENGEL	4390173	2,40	0,60	0,60	1,00	4,60
.	4	MARCOS AURELIO LEAO	38762323	Ausente
.	6	DEIVITE GERALDO ALVES	6708868	Ausente
.	7	ERIE TE CRISTINA BRUCKNER	106851000	Ausente
.	9	DOUGLAS FRANCO	4431123	Ausente
.	10	CAMILA GRACIELI SOUZA	52790622	Ausente
.	12	PAULO JORGE DE MATOS SARAIVA	107673431	Ausente
.	14	MIRIAM DO NASCIMENTO GOMES	5963017	Ausente
.	22	TATIANA LEANDRA DE OLIVEIRA CORREA	4265217	Ausente
.	28	RAFAEL DA SILVA BONA	5020763	Ausente
.	38	DAIANA KLAUMANN SCHAFER	3.512.941	Ausente
.	40	EUNICE DANIELE DA SILVA SANTOS	7464525	Ausente
.	43	MARIO AUGUSTO FELDHAUS	2471289	Ausente
.	44	THAIS ESPANHOL DE LIMA	85912402	Ausente

FARMACÊUTICO

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE
1	36	CASSIO MORAES DE OLIVEIRA	8106938536	4,00	0,90	1,20	0,80	6,90
2	31	VANDERLEIA PARECIDA SEBOLD FERMINO	2.259.007	4,40	0,60	1,20	0,40	6,60
.	1	DANIEL KLAUBERG	44954174	Ausente
.	5	ALANA CHIAPETTI KALINKE	77229914	Ausente
.	21	JULIANA MACHADO SEBOLD	4.011.661	Ausente
.	26	KATIA REGINA KOERICH	1576586	Ausente
.	30	DANIELA PEGORARO DAL BOSCO	1.165.722	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
PROCESSO SELETIVO – Edital 01/2015

FONOAUDIÓLOGO

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE
1	41	RAQUEL ANDRESSA DOS SANTOS BARRAZA	8083387327	4,00	0,90	0,90	0,20	6,00
.	15	BRUNA ROSSATO	7102428823	Ausente

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	27	HUGO FILIPE KLAUMANN	3512795	2,80	0,00	1,20	1,00	5,00	6,00	5,30

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	11	GERSON LUIS PARANHOS PRADO	3835919	2,80	0,60	1,20	0,80	5,40	0,20	3,84
2	17	ALINE POLINI	3547424	2,80	0,90	0,90	0,40	5,00	1,00	3,80
3	13	SAMARA CABRAL	51425610	2,40	0,30	1,20	0,40	4,30	0,20	3,07
4	19	CAMILA KAMER	54560764	2,00	0,30	0,90	0,20	3,40	1,00	2,68
5	39	ESLEY RONAN RAMOS	6257325	2,00	0,30	1,20	0,20	3,70	0,20	2,65

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA NO EDITAL

Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE
34	DENISE PEREIRA	50096885	1,20	0,00	0,90	0,00	2,10

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
2	MILENE RAMOS	4052393
8	FERNANDO RENGEL	53540646
20	JONAS RENATO TORQUATO	3833145
23	TATIANI BECKER	52795020
25	RENATA PORTES DOS SANTOS	51424282

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
PROCESSO SELETIVO – Edital 01/2015

Insc	Nome do Candidato	RG
29	BRUNA RAMOD	1090190907
32	ELIANE TEREZINHA BRANDT DEMARCHI	2250870
33	ANA CLEIDE BACK	5456751
35	GESSICA SCHWAMBACH	6050844
37	RODRIGO PARANHOS	3458582

***Class=** Classificação Provisória;

***Insc** = Número de Inscrição;

***ESP** = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

***LP** = Nota correspondente às questões de Língua Portuguesa;

***CG** = Nota correspondente às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

***MAT** = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;

***PE** = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;

***PT** = Nota da Prova de Títulos;

***NF** = Nota Final;

***Rep.** = Reprovado.

Chapadão do Lageado, 1º de julho de 2015.

GABARITO DEFINITIVO PROCESSO SELETIVO 01/2015**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO– SC****PROCESSO SELETIVO N° 01/2015**
PUBLICAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS
DA PROVA ESCRITA**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA**

01. D	02. C	03. C	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. C	10. B
11. D	12. A	13. C	14. A	15. B	16. A	17. C	18. C	19. C	20. D
21. A	22. B	23. C	24. A	25. B	26. B	27. D	28. C	29. D	30. B

FONOAUDIÓLOGO

01. D	02. C	03. C	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. C	10. B
11. D	12. A	13. C	14. A	15. B	16. D	17. A	18. B	19. C	20. D
21. A	22. A	23. B	24. C	25. B	26. A	27. D	28. D	29. B	30. A

CONTADOR

01. D	02. C	03. C	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. C	10. B
11. D	12. A	13. C	14. A	15. B	16. B	17. C	18. C	19. A	20. C
21. B	22. D	23. D	24. B	25. A	26. A	27. C	28. A	29. C	30. C

FARMACÊUTICO

01. D	02. C	03. C	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. C	10. B
11. D	12. A	13. C	14. A	15. B	16. B	17. B	18. A	19. D	20. C
21. A	22. B	23. A	24. C	25. C	26. C	27. D	28. D	29. A	30. C

Chapadão do Lageado, 01 de Julho de 2015.

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/PMCS/2015 (REGISTRO DE PREÇOS) - DESERTA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/PMCS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/PMCS/2015

Objeto: Registro de preços de materiais e equipamentos para laboratório de ciências, para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item.

Informações complementares: A licitação foi declarada deserta pelo não comparecimento de interessados em participar do certame. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 30 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 315.15

DECRETO SAF/Nº. 315/15, de 15 de junho de 2015.
REVERTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, O IMÓVEL QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 6º, da Lei n. 913, de 17 de novembro de 2008 resolve,

REVOGAR:

Art. 1º. Fica revogada a Lei n. 913, de 17 de novembro de 2008, que trata da concessão de direito real de uso dos lotes 01 da quadra A, com área de terra de 20.920,00m², matrícula n. 23.587, e do lote 02 da quadra A, com área de terra de 15.500,00m², matrícula n. 23.588, ambos localizados na área industrial II – Zeferino Zanatta, concedidos ao SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, inscrito no CNPJ sob o n. 95.778.502/0001-54, REVERTENDO o imóvel ao Patrimônio Público Municipal, sem qualquer ônus para o Município.

§ 1º. A revogação é motivada por inconveniência técnica, conforme disposto no Ofício COC n. 24/2015 – SAMAE, em anexo, e parecer prévio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

§ 2º. As benfeitorias realizadas e não removíveis seguirão a sorte do principal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 316/15

DECRETO SAF/Nº. 316/15, de 15 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

DESIGNAR:

ALINE GONÇALVES DE SOUZA, portadora do CPF nº. 071.722.039-76, Secretário(a) Especial, nomeada pelo Decreto SAF/N. 375/14, de 30 de setembro de 2014, para atuar na Vigilância Sanitária do Município, retroativo a 01 de outubro de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 318.15

DECRETO SAF/Nº. 318/15, de 17 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

DESIGNAR:

LUIZ CARLOS CUSTÓDIO FONTANA, portador do CPF nº. 075.568.629-25, RG n. 4922082/SC, Médico, CRM 20679, DIRETOR TÉCNICO, responsável pela área médica das unidades de saúde de Cocal do Sul, conforme Resoluções do Conselho Federal de Medicina n. 1.342/1991; 2.056/2013 e Decreto CFM n. 20.931/1992, a partir de 17 de junho de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 317.15**DECRETO SAF/N. 317/15, de 16 de junho de 2015.****INSTITUI CARIMBO OFICIAL DE INSPEÇÃO
SANITÁRIA E INDUSTRIAL DOS PRODUTOS DE
ORIGEM ANIMAL DO MUNICÍPIO DE COCAL DO
SUL.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 39., do Decreto SAF/N. 281/15, de 18 de maio de 2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º O número de registro do estabelecimento, as iniciais "S.I.M." e a palavra "INSPECIONADO" ou "REINSPECIONADO", tendo na parte superior a palavra "COCAL DO SUL", representam os elementos básicos do carimbo oficial da Inspeção Municipal, cujos formatos, dimensões e emprego são fixados neste Decreto.

§ 1º - As iniciais "S.I.M." traduzem "Serviço de Inspeção Municipal".

§ 2º - O carimbo de Inspeção Municipal representa a marca oficial usada unicamente em estabelecimento sujeitos à fiscalização do S.I.M., e constitui o sinal de garantia de que o produto foi inspecionado pela autoridade competente.

Art. 2º Os carimbos de Inspeção Municipal devem obedecer exatamente à descrição e aos modelos, respeitadas as dimensões, forma, dizeres, tipo e corpo de letra; devem ser colocados em destaque nas testas das caixas e outros continentes, nos rótulos ou produtos, numa cor única preferentemente preto, quando impressos, gravados ou litografados.

Art. 3º Os diferentes modelos de carimbos de Inspeção Municipal, a serem usados nos estabelecimentos fiscalizados pelo S.I.M., obedecerão às seguintes especificações:

A) Modelo 1:

- 1 - dimensões: 5cm x 3cm (cinco por três centímetros);
- 2 - forma: elíptica;
- 3 - dizeres: a palavra "INSPECIONADO", colocada horizontalmente e centralizada, seguindo logo abaixo o número de registro do estabelecimento junto com a letra de sua classificação em maiúscula e

em negrito; a palavra "COCAL DO SUL" que acompanha a curva superior da elipse; logo abaixo do número as iniciais "S.I.M.", acompanhando a curva inferior;

4 - uso: para carcaças de aves e coelhos em condições de consumo em natureza, aplicado em cada lado da carcaça; sobre cortes ou rótulos de carnes frescas ou frigoríficas de qualquer espécie de açougue;

B) Modelo 2:

1 - dimensões: 4cm (quatro centímetros) de diâmetro;

2 - forma: circular;

3- dizeres: a palavra "INSPECIONADO", colocada horizontalmente e centralizada, seguindo logo abaixo o número de registro do estabelecimento junto com a letra de sua classificação, em maiúscula e em negrito; a palavra "COCAL DO SUL" que acompanha a curva superior; logo abaixo do número as iniciais "S.I.M.", acompanhando a curva inferior;

4 - uso: aplicado em recipiente ou produto de peso igual ou superior a um quilograma; como também de volume igual ou superior a um litro, para rótulos de produtos utilizados na alimentação humana, sendo obrigatória sua reprodução no corpo do rótulo;

C) Modelo 3:

1 - dimensões: 2cm (dois centímetros) de diâmetro;

2 - forma: circular;

3- dizeres: a palavra "INSPECIONADO", colocada horizontalmente e centralizada, seguindo logo abaixo o número de registro do estabelecimento junto com a letra de sua classificação, em maiúscula e em negrito; a palavra "COCAL DO SUL" que acompanha a curva superior; logo abaixo do número as iniciais "S.I.M.", acompanhando a curva inferior;

4 - uso: aplicado em recipiente ou produto de peso igual ou inferior a um quilograma; como também de volume igual ou superior a um litro, para rótulos de produtos utilizados na alimentação humana, sendo obrigatória sua reprodução no corpo do rótulo;

Art. 4º Os carimbos oficiais devem reproduzir fielmente os modelos determinados no presente decreto e em normas complementares.

Parágrafo único. Quando constatadas irregularidades na confecção dos carimbos, estes devem ser imediatamente inutilizados pela Inspeção Municipal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de junho de 2015.

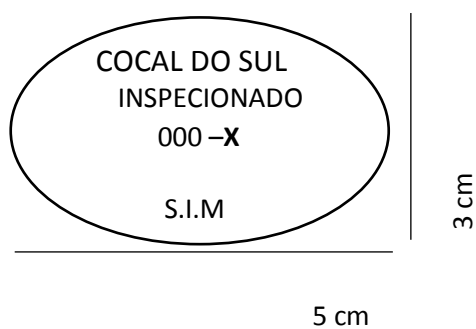
ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

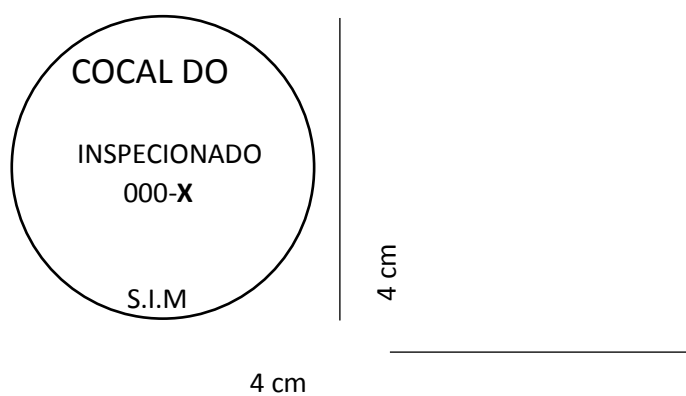
CLEDIO FACHIN

**Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas**

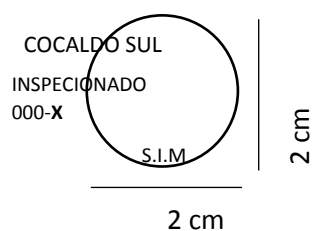
Modelo 1



Modelo 2



Modelo 3



DECRETO SAF/N. 319.15

DECRETO SAF/Nº. 319/15, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

INCLUI BANDEIRAS TARIFÁRIAS AO ANEXO ÚNICO DO DECRETO SAF/N. 434/14, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014, REFERENTES À CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 5º, da Lei nº. 653, de 27 de dezembro de 2004, e o art. 2º, da Lei nº. 1.119, de 19 de dezembro de 2012, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Ficam inclusas bandeiras tarifárias constantes no Anexo Único, do Decreto SAF/N. 434/14, de 24 de novembro de 2014, referente a contribuição para custeio da iluminação pública, que passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA ÚNICA - COSIP			
LEI 1.119 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012			
CLASSES	BANDEIRA TARIFARIA		
	VERDE	AMARELA	VERMELHA
	R\$/MÊS	R\$/MÊS	R\$/MÊS
EM VIGOR A PARTIR DE --->	fevereiro-15	julho-15	julho-15
RESIDENCIAL - KWH /MÊS			
000 ATE 350	5,06	5,95	7,02
351 ATE 600	7,88	9,26	10,92
ACIMA DE 600	12,38	14,56	17,17
RURAL - KWH/MES			
000 ATE 350	5,06	5,95	7,02
351 ATE 600	7,88	9,26	10,92
ACIMA DE 600	12,38	14,56	17,17
COMERCIAL - KWH/MÊS			
000 ATE 100	5,06	5,95	7,02
101 ATE 300	10,13	11,91	14,05
301 ate 500	12,38	14,56	17,17
501 ate 800	14,63	17,20	20,29
acima de 800	23,63	27,79	32,77
INDUSTRIAL - KWH/MÊS			
000 ATE 100	5,06	5,95	7,02
101 ATE 300	10,13	11,91	14,05
301 ATE 500	12,38	14,56	17,17
501 ATE 800	14,63	17,20	20,29
801 ATE 5.000	23,63	27,79	32,77
5.001 ATE 100.000	57,40	67,49	79,59
ACIMA DE 100.000	91,16	107,18	126,41
PODER PÚBLICO - KWH/MÊS	46,14	54,25	63,99
SERVIÇO PUBLICO	46,14	54,25	63,99
CONSUMO PROPRIO	46,14	54,25	63,99
RESIDENCIAL BAIXA RENDA	ISENTO	ISENTO	ISENTO

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 1º de julho de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 320.15

DECRETO SAF/ Nº. 320/15, de 22 de junho de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.241, de 17 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

1.004 – Construção do CRAS

4.4.90.00.00.00.00.0145 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
TOTAL	R\$ 10.000,00

Parágrafo único. A suplementação acima ocorre por conta do excesso ou provável excesso de arrecadação, através do Contrato de Repasse Caixa n. 794697/2013/FNAS, conforme art. 43 da Lei 4.320/1964.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/FMS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 59/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/FMS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2015

Objeto: Registro de Preços de Materiais e Equipamentos de Enfermagem, no atendimento ao Município de Cocal do Sul - SC.

Assinatura: 17/06/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 48.228,90 (quarenta e oito mil duzentos e vinte e oito reais e noventa centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/FMS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 59/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/FMS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2015

Objeto: Registro de Preços de Materiais e Equipamentos de Enfermagem, no atendimento ao Município de Cocal do Sul - SC.

Assinatura: 17/06/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 35.696,32 (trinta e cinco mil seiscentos e noventa e seis reais e trinta e dois centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/FMS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 80/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: CD MICROS LTDA ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de Equipamentos Eletrônicos, elétricos e de informática, para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 24/06/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 14.054,00 (quatorze mil e cinquenta e quatro reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.**LEI N. 1.261**

LEI N. 1.261, de 29 de junho de 2015.

CRIA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica criado, no Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo do Município, disposto na Lei 784, de 30 de março de 2007, o seguinte cargo, de provimento em efetivo, a ser incluído no quadro constante do inciso II do art. 3º da lei 784/2007:

Nº CARGO (vagas)	NOMENCLATURA	AMPLT. DE REFERENCIA	HABILITAÇÃO	HORAS SEMANAIS
01	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	4 a 11	Formação em nível médio.	40h

Art. 2º. Serão atribuições dos cargos de Auxiliar Administrativo, a ser incluída no anexo II da Lei 784, de 30 de março de 2007:

CARGO	ATRIBUIÇÕES
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	EXECUTAR ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS EM GERAL NAS DIVERSAS ÁREAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, ENVOLVENDO: SUPORTE ADMINISTRATIVO E PARLAMENTAR AOS VEREADORES INCLUINDO REDAÇÃO DE MOÇÕES, REQUERIMENTOS, INDICAÇÕES, PROJETOS, PARECERES E OUTROS DOCUMENTOS RELACIONADOS AO EXERCÍCIO DA VEREANÇA; TRABALHOS DE DIGITAÇÃO E FOTOCÓPIA; DEVE OPERAR APARELHOS DE EQUIPAMENTOS COMO PROJETO-RES MULTIMÍDIA, FAX, MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS, ENTRE OUTRAS; ATENDIMENTO DE CHAMADAS TELEFÔNICAS, RESPONDER E-MAILS, ANOTAR E ENVIAR RECADOS; CONTROLAR O MATERIAL DE EXPEDIENTE E INSTRUMENTOS UTILIZADOS EM CADA ÁREA, REGISTRANDO QUANTIDADE, QUALIDADE E CONSUMO DOS MESMOS, PREPARANDO REQUISIÇÕES, CONFERINDO E ENTREGANDO QUANDO SOLICITADO, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ÁREA E DO ANDAMENTO DOS TRABALHOS; AUXILIAR A IMPRENSA NAS PÚBLICAÇÕES LEGAIS DE INTERESSE DO PODER LEGISLATIVO. RESPONSÁVEL PELO SISTEMA DE ALARMES DA CÂMARA, DEVENDO EM CASO DE ACIONAMENTO, ACOMPANHAR A EMPRESA RESPONSÁVEL PELA SEGURANÇA; RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO DE SESSÕES SOLENES E ESPECIAIS, MONTAR O CERIMONIAL, DECORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO DO LOCAL, CONVITES E COQUETEL. EXECUTAR OUTRAS TAREFAS COMPATÍVEIS COM AS PREVISTAS NO CARGO E/OU COM AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL.

Art. 4º. As despesas inerentes a presente lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinsk, 29 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO AO EDITAL DE ELEIÇÃO FIA- 2015 (1)

ADENDO Nº01

AO EDITAL DE ELEIÇÃO PÚBLICA Nº 1/2015

10.6 - Da Apuração

10.6.1 - A apuração dar-se-á no local de funcionamento da eleição, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

10.6.2 – Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

10.6.3 – Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da Votação.

10.6.4 – Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

10.6.5 – Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

10.6.5.1 – Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

10.6.6 – No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que obteve a maior nota na prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente.

10.6.6.1 – Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

Art. 12º: No item 12.1.1:

Onde se lê: Ajuda de custo mensal, no valor de R\$ 1.437,83 (um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos) correspondente ao cargo de provimento em comissão – nível 7, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

Leia-se: Ajuda de custo mensal, no valor de R\$ 1.558,00, (um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais) correspondente ao cargo de provimento em comissão – nível 7, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

Concórdia – SC, 29 de junho de 2015.

ARMINDO DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2015 – PMC

Objeto: Aquisição de alfafa, feno e silagem de milho para alimentação dos animais expostos na EXPO AGRO 2015, no período de 22 a 26 de julho de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 10/07/2015.

Abertura: dia 10/07/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 30 de Junho de 2015.

RUI MAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural E Meio Ambiente

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2015

Na publicação do Extrato de Aviso do Pregão Presencial nº 75/2015 PMC, veiculado no dia 19 de junho de 2015, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, pág. 256, Edição nº 1766, onde lê-se: "...MENOR PREÇO GLOBAL"; leia-se: "...MENOR PREÇO POR ITEM".

Concórdia, SC, 29 de junho de 2015.

CLÉLIO IVO DAL PIAZ

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

RESOLUÇÃO Nº 108/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015-CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 108/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015

Disciplina sobre a eleição dos Conselheiros Tutelares.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pelo do artigo 139 da Lei nº 8.069/90 e Artigo 29 da Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações e de acordo com plenária realizada no dia 03 de junho de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - O presente ato estabelece procedimentos que nortearão a eleição do Conselho Tutelar do Município de Concórdia, que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015, das 9h às 17h, nas dependências da Escola de Educação Básica Deodoro, conforme Edital de Eleição Pública nº 1/2015 e alterações.

Art. 2º - Serão instaladas dez Mesas Receptoras no local de eleição, nas dependências da Escola de Educação Básica Deodoro, para viabilizar o pleito.

Parágrafo Único – Para cada Mesa Receptora haverá uma cabina para ser resguardado o sigilo do voto, na forma de Lei.

Art. 3º - A Mesa Receptora será constituída por:

I – Presidente;

II – Mesário;

III – Secretário.

§ 1º - As atribuições dos integrantes relacionados nos itens II e III, serão designados pelo Presidente da Mesa Receptora de votos.

§ 2º - Em caso de necessidade o Presidente poderá requisitar, entre os eleitores de comprovada idoneidade moral, auxílio para a realização dos trabalhos.

§ 3º - Os mesários serão nomeados pelo Presidente da Comissão de Eleição, entre os eleitores do Município de Concórdia, de preferência com formação universitária.

Art. 4º - As cédulas oficiais serão confeccionadas pelo CMDCA, em modelo único, conforme Anexo II deste Ato, as quais deverão ser rubricadas pelos membros da Mesa Receptora.

Art. 5º - O votante deverá identificar-se através do Título de Eleitor e documento de identidade com fotografia.

Art. 6º - Às 17h, o Presidente da Mesa Receptora, ordenará que sejam distribuídas senhas aos presentes, habilitando-os a votar e impedindo aqueles que se apresentem após o horário.

Art. 7º - Encerrada a votação o Secretário lavrará a ata, detalhada, das ocorrências durante os trabalhos.

Art. 8º - No local de funcionamento da eleição, após o encerramento dos trabalhos e a lavratura da ata, os membros da Mesa Receptora e demais pessoas requisitadas, procederão o escrutínio, registrando ao final, em mapa próprio o resultado apurado.

§ 1º - Todos os documentos, consignados no artigo 10, serão encaminhados à Comissão de Eleição, que, no prazo legal, divulgará o resultado final e proclamará os eleitos, na forma prevista na Legislação própria.

§ 2º - Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

§ 3º - Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

§ 4º - Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

§ 5º - No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que obteve a maior nota na prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente.

§ 6º - Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

§ 7º - Os recursos do resultado final da eleição deverão ser impetrados perante a Comissão de Eleição, no prazo de dois dias e não terá efeito suspensivo, conforme o Edital de Eleição Pública nº 01/2015 e alterações.

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Eleição, obedecendo os princípios da moralidade e informalidade, fazendo-se os registros necessários.

Art. 10 – São adotados os formulários a seguir relacionados, conforme modelos constantes dos Anexos I a VII, partes integrantes do presente Ato, os quais serão destinados à Eleição dos Conselheiros Tutelares, objeto do Edital de Eleição Pública nº 01/2015 e alterações:

I – Relação de Votantes;

II – Cédula de Votação;

III – Ata de Votação;

IV – Ata de Escrutinação;

V – Designação e Credenciamento dos Membros da Mesa Escrutinadoras;

VI – Credencial de Fiscal;

VII – Mapa de Apuração.

ANEXO I
RELAÇÃO DE VOTANTES[illegible]

CÉDULA DE VOTAÇÃO

ANEXO III

ATA DE VOTAÇÃO

Mesa nº _____

Aos quatro dias do mês de outubro de 2015, reuniram-se na sala _____ da Escola de Educação Básica Deodoro, componentes da Mesa Receptora de Votos, a cima referida.

Integraram a mesa os seguintes membros:

Houve substituições? Quais as nomeações feitas?

Número (numeral e por extenso) dos votantes por urna, de cada Mesa, que compareceram e votaram.

Ocorrências

Escreva aqui o inteiro teor da decisão proferida em caso de dúvidas, problemas ou acontecimentos ocorridos durante a votação. Nas folhas de votação há rasuras, emendas ou entrelinhas? Esta Ata tem rasuras, emendas ou entrelinhas?

Assinatura dos mesários e fiscais

OBS.: na falta de espaço, utilizar o verso, não esquecendo de colocar as assinaturas dos mesários.

ANEXO IV

ATA DE ESCRUTINAÇÃO

Mesa nº _____

Aos quatro dias do mês de outubro de 2015, às ____ horas, reuniu-se a Mesa de Escrutinação para contagem de votos da Mesa de Votação nº _____. Integram a Mesa os seguintes membros:

- I. _____
II. _____
III. _____

Procedida a escrutinação, foram registrados os seguintes resultados:

	CANDIDATO	VOTOS
	VOTOS VÁLIDOS	
	VOTOS BRANCOS	
	VOTOS NULOS	
	Nº DE VOTANTES	

Assinatura dos Escrutinadores Assinatura dos Escrutinadores

ANEXO V

DESIGNAÇÃO E CREDENCIAMENTO DOS MEMBROS DAS MESAS ESCRUTINADORAS

O Presidente da Comissão Eleitoral no uso de suas atribuições, por este instrumento, designa e credencia:

NOME

A Mesa Escrutinadora nº _____.

Concórdia – SC ____/____/____.

Presidente da Comissão Eleitoral

ANEXO VI

CREDENCIAL DE FISCAL

Mesa nº _____

Nome do Fiscal	Nome do Candidato

Data: ____/____/____.

Comissão Eleitoral

ANEXO VII

MAPA DE APURAÇÃO

CANDIDATO	URNA 1	URNA 2	URNA 3	URNA 4	URNA 5	URNA 6	URNA 7	URNA 8	URNA 9	URNA 10	TOTAIS
VOTOS VÁLIDOS											
VOTOS BRANCOS											
VOTOS NULOS											
Nº DE VOTANTES											

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 318/2015

DECRETO N. 318/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. CARMEN APARECIDA TRESSOLDI WARKEN, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 29 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 033/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 033/2015 DE 29 DE JUNHO DE 2015.

MÊS/ANO: JUNHO /2015 NÚMERO CONTRATO: PMCM 033/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29.06.2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviços de Segurança, mediante a disponibilização de 08 (oito) profissionais treinados, para atuarem no evento denominado 10ª Copa do Agricultor do Município de Coronel Martins-SC, no dia 25 de julho de 2015, com início as 13:00hrs e término as 20:00hrs, promovida pela administração municipal, de acordo com o local especificado pela administração pública, de acordo com as especificações constantes na Cláusula terceira do presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO

O prazo de vigência é contado desta data e término no dia 10 de agosto de 2015, podendo ser prorrogado em caso de necessidade e interesse público.

CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 11.842.550/0001-74

CONTRATADO: EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 040/2015 DE CONTRATO DE 01 DE JULHO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 040/2015 DE CONTRATO DE 01 DE JULHO DE 2015.

MÊS/ANO: AGOSTO/2014. NÚMERO CONTRATO: 051/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/08/2014

Celebram o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 051/2014, firmado em 08 de agosto de 2014, oriundo do Edital Pregão FMAS nº. 032/2014, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo, fica prorrogado para até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA-

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 15.151.882/0001-63

CONTRATADA: TIAGO DE MACEDO MEI 05436556957

Correia Pinto**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 03/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 03/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE DE CORREIA PINTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

INFINITY ASSESSORIA PEDAGOGICA LTDA - ME

CNPJ: 18.634.342/0001-29

Instrumento: Contrato nº 0316/2015

Item	Quant.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	1	Contratação de empresa especializada para ministrar cursos de capacitação para profissionais na área da saúde de Correia Pinto.	13.000,00	13.000,00

Vigência: 02/06/2015 à 31/12/2015

Correia Pinto/SC 01 de julho de 2015

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 28/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 28/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0326/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA, REFERENTE À IMPLANTAÇÃO DE TREVO DE ACESSO NA RODOVIA BR 116, KM 237, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP

CNPJ: 06.099.082/0001-50

Valor total da obra: 311.102,20 (Trezentos e onze mil cento e dois reais e vinte centavos)

Vigência: 120 dias

Correia Pinto/SC 01 de julho de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 30/2015 PMCP, FMEC, FMS, FHMCP, FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL

DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 30/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0318/2015 PMCP, 0319/2015 FHMCP, 0320/2015 FMEC, 0321/2015 FMAS, 0322/2015 FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO/ EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRECISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

RAMALUZ LTDA - ME

CNPJ: 08.962.222/0001-05

ITEM	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
1	1.000	Chamado de serviços de eletricitista para atender a diversos setores, secretarias, fundos e fundações do município de Correia Pinto	39,5333	39.533,25
2	2.500	Hora adicional de serviços de eletricitista para atender a diversos setores, secretarias, fundos e fundações do município de Correia Pinto	32,9867	82.466,75

Correia Pinto/SC 01 de junho de 2015

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 33/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 33/2015

Objeto: Locação do imóvel matrícula 7.099 do 3º Ofício de Lages, destinado à exploração de cascalho situado na localidade Água Branca, Correia Pinto/SC.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Senhora:

MARIA BRANCO LIPOSKI

CPF Nº 480.414.679-20

Instrumento: Contrato nº 0327/2015 PMCP

Valor total: 1.576,00 mensais

Vigência: 16/06/2015 à 31/12/2015

Correia Pinto/SC 01 de julho de 2015

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 003/2015 - AGUAS DE CORUPA

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

ÁGUAS DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO

Modalidade Pregão Presencial nº 003/15

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO 0KM, para o uso da autarquia Águas de Corupá do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08 horas do dia 01/07/2015 às 14 horas do dia 13/07/2015.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 13/07/2015.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 01 de Julho de 2015

CELSO GARCIA

PRESIDENTE ÁGUAS DE CORUPÁ

PREGÃO PRESENCIAL 022/2015

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

ÁGUAS DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO

Modalidade Pregão Presencial nº 022/15

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 VEÍCULO 0KM, para o uso da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08 horas do dia 01/07/2015 às 09 horas do dia 13/07/2015.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 13/07/2015.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 01 de Julho de 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇOS 02/2015

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO

Modalidade Tomada de Preço nº 002/15

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para viabilizar a empreitada por preço global, na Reconstrução de 01 ponte em concreto armado sobre o Rio Novo de acesso a localidade da Tifa dos Milhões (COMPRIMENTO = 24,00m X LARGURA = 5,40m), com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários, no Município de Corupá-SC, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo, conforme especificações e memoriais anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 01/07/2015 às 09 horas do dia 16/07/2015.

INICIO DA SESSÃO: 09h30min do dia 16/07/2015.

TIPO: Menor Preço global.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Fica estipulada a data máxima do dia 13/07/2015 para que as empresas interessadas realizem o Cadastramento Prévio junto a Prefeitura Municipal e retirem o Edital com todos os seus anexos. As empresas que já se encontram cadastradas devem atualizar o Certificado de Regularidade Cadastral também até a data já mencionada.

Corupá, 01 de Julho de 2015
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 006/2015

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 006/15
Processo Licitatório nº 008/15
Pregão Presencial nº 001/15

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.539.684/0001-21, com sede na rua Padre Vicente Schmitz, 45 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67 e inscrição Estadual nº 253.086.027 estabelecida na RUA João Pessoa, nº 134, município de Criciúma (SC)

Objeto: locação de sistemas de gestão pública nas seguintes áreas: contabilidade pública, compras, patrimônio, folha de pagamento e portal da transparência, bem como conversão de dados, implantação, treinamento de usuários, suporte técnico operacional após implantação, já inclusas alterações legais e manutenções corretivas, se houverem, destinados a Câmara de Vereadores de Corupá.

VALOR: R\$ 25.225,88 (vinte e cinco mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos)

Data da Assinatura: 29/maio/2015

Data da Vigência: 28/maio/2015 – 12 meses

EDDY EDGAR EIPPER
PRESIDENTE

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2015

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS PARA USO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 14/07/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 14/07/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 26 de Junho de 2015.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

4437/2015 FIXAÇÃO PÚBLICA DA RELAÇÃO DOS MEDICAMENTOS COM DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NOS POSTOS DE SAÚDE

LEI Nº 4.437/2015.

DETERMINA FIXAÇÃO PÚBLICA EM LOCAL VISÍVEL DA RELAÇÃO DOS MEDICAMENTOS COM DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NOS POSTOS DE SAÚDE, HOSPITAL MUNICIPAL E CLÍNICAS MÉDICAS EM TODO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA DE ACORDO COM LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS E DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica determinado a obrigatoriedade de Fixação Pública e Publicação da Relação dos Medicamentos com Distribuição Gratuita de responsabilidade do município com fixação visível, legível em todos os Postos de Saúde, Hospital e Clínicas Médicas em funcionamento no município de Dionísio Cerqueira

Art.2º As despesas decorrentes serão custeadas pela dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde e do município de Dionísio Cerqueiras/SC.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 30 DE JUNHO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 30/06/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretario Municipal

4438/2015 ATRIBUI DENOMINAÇÃO A VIAS PÚBLICAS NO BAIRRO UNIÃO

LEI Nº 4.438/2015.

ATRIBUI DENOMINAÇÃO A VIAS PÚBLICAS NO BAIRRO UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica atribuído a seguinte denominação a via pública existente no Bairro União no Município de Dionísio Cerqueira SC:

I – a Rua nº1-A passa denominar-se: “Rua Hélio Filin Vieira”;

II – a Rua nº2-B passa a denominar-se: “Rua Nadir C. Sangalli”;

III- a Rua nº3-C passa a denominar-se: “Rua Pedro Antonio Barbosa”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação;

Art.3º. As despesas decorrentes para cumprimento da referida lei se dará por dotação orçamentária da Administração Municipal.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 30 DE JUNHO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 30/06/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretario Municipal

4439/2015 APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME

LEI Nº 4.439/2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, no Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação da presente Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Conselho Municipal de Educação – CME;

III - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2o Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3o A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de Lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4o O investimento público em educação a que se refere à meta 20, do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5o Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do Art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6o O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1o O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2o As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7o O Municípios em sintonia com a União e o Estado atuará em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1o Caberá aos gestores dos Entes a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município, União e o Estado incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O Município deverá com intuito de fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as

diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, com a plena coordenação da União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 30 DE JUNHO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 30/06/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretario Municipal

5419/2015 DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 04 DA QUADRA Nº 80

DECRETO Nº 5419/2015.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 04 DA QUADRA Nº 80, COM ÁREA DE 1.804,00M2 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art.1º Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I – Lote Urbano nº 04 da Quadra nº. 80, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 15.632, de propriedade de Elson Luiz Kollenberg e Neusa Krewer Kollenberg.

Art.2º O desmembramento do Lote Urbano nº. 04 da Quadra nº. 80, nesta cidade, com área de 1.804,00m2 (um mil oitocentos e quatro metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 80, com área de 926,40m2 (novecentos e vinte e seis metros e quarenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 04 - A, medindo 16,00 metros e 34,00 metros;

SUL: Com o Lote Urbano nº 05, medindo 22,50 metros e com o Lote Urbano nº 05-A, medindo 15,50 metros e 12,00 metros;

LESTE: Com o Lote Urbano nº 04 - A, medindo 1,40 metros e com o Lote Urbano nº 06, medindo 20,00 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 05 - A, medindo 8,00 metros e com a Avenida Prefeito Adelino Mangini, medindo 13,40 metros.

b) Lote Urbano nº. 04 - A (quatro - A) da Quadra nº. 80, com área de 877,60m2 (oitocentos e setenta e sete metros com sessenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 02, medindo 50,00 metros;

SUL: Com o Lote Urbano nº 05, medindo 22,50 metros e com o Lote Urbano nº 05-A, medindo 15,50 metros e 12,00 metros;

LESTE: Com o Lote Urbano nº 11, medindo 07,00 metros e com o Lote Urbano nº 06, medindo 11,00 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 04, medindo 1,40 metros e com a Avenida Prefeito Adelino Mangini, medindo 16,60 metros.

Art.3º As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às

transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art.4º As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art.5º Fica pertencendo ao Lote Urbano nº. 04 uma edificação em alvenaria medindo 564,92m², conforme registro de averbação AV-01/15.632.

Art.6º Fica pertencendo ao Lote Urbano nº. 04 – A uma edificação em alvenaria medindo 146,73 m².

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE JUNHO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 30/06/2015

JEFERSON JONAS AVILA

Secretário Municipal

CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA

DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 004/2015.

Contratante: Fundo Municipal da Infância e Adolescência.- FIA

Contratado: : Ivone S.C. Paz Cantarelli -ME

Objeto Contratação de empresa para realização de oficinas de circuito de crossfit,e oficina de capoeira, para as crianças e os adolescentes do projeto resgatando vidas., Valor R\$ 12.000,00 Origem: Processo 005/2014 Modalidade: Pregão nº 004/2014. Vigência: 01/07/2015 à 31/01/2016.

Dionísio Cerqueira 30/06/2015

Marilene Limberger

Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA

DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 005/2015.

Contratante: Fundo Municipal da Infância e Adolescência.- FIA

Contratado: : Ponto Sul Serviços Ltda.

Objeto Contratação de empresa para realização de oficinas de culinária para as crianças e os adolescentes do projeto resgatando vidas.. Valor R\$ 14.610,00, Origem: Processo 005/2014 Modalidade: Pregão nº 004/2014. Vigência: 01/07/2015 à 31/09/2015.

Dionísio Cerqueira 30/06/2015

Marilene Limberger

Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA

DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 006/2015.

Contratante: Fundo Municipal da Infância e Adolescência. - FIA

Contratado: : Ivan de Marco - MEI

Objeto Contratação de empresa para realização de oficinas de Reciclagem e oficina de artes para as crianças e os adolescentes do projeto resgatando vidas.. Valor R\$ 4.497,00, Origem: Processo 005/2014 Modalidade: Pregão nº 004/2014. Vigência: 01/07/2015 à 31/09/2015.

Dionísio Cerqueira 30/06/2015

Marilene Limberger

Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 012/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Onde se LÊ Contratado:: Inovadora Serviços Tecnologia da Informação Ltda. O Correto É Neylor Francisco Santin -ME

Objeto Contratação de laboratório protético para confecção de próteses dentárias totais (superior e inferior) e próteses dentária parcial removível (superior e inferior), destinada aos pacientes do município de Dionísio Cerqueira.. Valor R\$ 36.000,00 Origem: Processo 024/2015 Modalidade: Pregão nº 024/2015. Vigência: 15/04/2015 à 31/12/2015.

Dionísio Cerqueira 15/04/2015

João Stahl

Gestor do FMS

RESULTADOS LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 077/2015. Modalidade Pregão nº 077/2015, Objeto: Aquisição de livros para serem utilizados como materiais pedagógicos nas escolas municipais da rede Municipal de ensino..Vencedor: CBCom de Livros e Brinq, Boff Ltda. Valor R\$ 6.384,50 Dionísio Cerqueira 29/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 078/2015. Modalidade Pregão nº 078/2015, Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para a Secretaria de Educação do Município. Vencedor: Alberi Pauletti -EI.- Valor R\$ 61.050,00 Dionísio Cerqueira 29/06/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 037/2015. Modalidade DL nº 037/2015, Objeto: Aplicação de medicamentos nos olhos do senhor Ildo Rauber em cumprimento a ordem judicial conforme os autos nº 0300767-8.2014.8.24.0017,. Vencedor: Clinica de Olhos. Dr. Alexandre Takahaschi S/S - Valor R\$ 9.000,00.

Dionísio Cerqueira 29/06/2015

João Stahl – Prefeito Municipal.

Ermo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N° 24/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 24/2015 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando a contratação de empresa para implantação de passeios públicos no condomínio Novo Lar na localidade de Morro do Soares no município de Ermo/SC. com 895,26 m², conforme projetos e planilha estimativa de quantitativos e custos anexos, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:00 hs do dia 13/07/2015 e abertura às 08:15 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:30 hs às 11:30 hs e das 13:00 hs às 17:00 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

ADITIVO Nº 001 - ACADEMICOS XXE

1º TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO - Nº 003/2015

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, através da Gabinete do Prefeito, com sede à Av. Rio Grande do Sul, nº 57, centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.910/0001-62 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDEGAR GIORDANI, brasileiro, casado, com RG nº 562.861-SESP/SC, e do CPF nº 195.715.699-68, doravante denominado de CONVENIENTE, e de outro lado:

ASSOCIAÇÃO FAXINALENSE DOS ACADÊMICOS DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.723.361/0001-54, localizada na Av. São João, centro da cidade de Faxinal dos Guedes, SC, neste ato representado pela sua Presidente, Sra. JUSARA APARECIDA BRAVO DAGA, doravante denominado de CONVENIADO.

As partes de comum acordo, considerando o interesse público e a cláusula décima do convênio originário, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio, mediante o termo aditivo terá vigência de 01 de Julho a 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas permanecem inalteradas, estando o presente termo vinculado ao Convênio 003/2015.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente em 02 (duas) vias, na presença de testemunhas.

Faxinal dos Guedes, SC, 30 de Junho de 2015.

EDEGAR GIORDANI Município Conveniente	ASSOCIAÇÃO FAXINALENSE DOS ACADÊMICOS DE XANXERÊ
--	---

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

ADITIVO Nº 001 - AGRO

1º TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO - Nº 007/2015

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, através da Gabinete do Prefeito, com sede à Av. Rio Grande do Sul, nº 458, centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.910/0001-62 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDEGAR GIORDANI, brasileiro, casado, com RG nº 562.861-SESP/SC, e do CPF nº 195.715.699-68, doravante denominado de CONVENIENTE, e de outro lado:

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO AGRO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 18.111.502/0001-55, localizada na Rodovia BR 282, s/n, na cidade de Faxinal dos Guedes, SC, neste ato representado pela sua Presidente, Sra. PATRÍCIA REGINA DOS SANTOS, portadora do RG nº 2.875.133-7 e CPF nº 746.203.479-49, doravante denominado de CONVENIADO.

As partes de comum acordo, considerando o interesse público e a cláusula décima do convênio originário, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio, mediante o termo aditivo terá vigência de 01 de Julho a 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas permanecem inalteradas, estando o presente termo vinculado ao Convênio 007/2015.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente em 02 (duas) vias, na presença de testemunhas.

Faxinal dos Guedes, SC, 30 de Junho de 2015.

EDEGAR GIORDANI Município Conveniente	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO AGRO
--	---------------------------------------

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

ADITIVO Nº 001 - APAE

1º TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO - Nº 002/2015

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, através da Gabinete do Prefeito, com sede à Av. Rio Grande do Sul, nº 458, centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.910/0001-62 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDEGAR GIORDANI, brasileiro, casado, com RG nº 562.861-SESP/SC, e do CPF nº 195.715.699-68, doravante denominado de CONVENIENTE, e de outro lado:

CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PAULO DENIS - APAE pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 78.501.228/0001-52, com endereço a Rua João Fachinello s/n, neste ato representado pela sua Presidente Sra. Silda Mara Mazocco Bertol, portadora do RG nº 1.782.953 e CPF nº 639.464.329-72, doravante denominado de CONVENIADO.

As partes de comum acordo, considerando o interesse público e a cláusula décima do convênio originário, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio, mediante o termo aditivo terá vigência de 01 de Julho a 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas permanecem inalteradas, estando o presente termo vinculado ao Convênio 002/2015.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente em 02 (duas) vias, na presença de testemunhas.

Faxinal dos Guedes, SC, 30 de Junho de 2015.

EDEGAR GIORDANI Município Conveniente	APAE
--	------

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

ADITIVO Nº 001 - CELER

1º TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO - Nº 004/2015

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, através da Gabinete do Prefeito, com sede à Av. Rio Grande do Sul, nº 50, centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.910/0001-62 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDEGAR GIORDANI, brasileiro, casado, com RG nº 562.861-SESP/SC, e do CPF nº 195.715.699-68, doravante denominado de CONVENIENTE, e de outro lado:

AAFACE – Associação dos Acadêmicos Faxinalenses da Celer, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.469.012/0001-71, localizada na Av. São João, 302, centro da cidade de Faxinal dos Guedes, SC, neste ato representado pelo seu Vice Presidente, Sr. JULIO CEZAR DE OLIVEIRA, portador do RG nº 1081192294/RS e CPF nº 014.273.560-41, doravante denominado de CONVENIADO.

As partes de comum acordo, considerando o interesse público e a cláusula décima do convênio originário, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio, mediante o termo aditivo terá vigência de 01 de Julho a 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas permanecem inalteradas, estando o presente termo vinculado ao Convênio 004/2015.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente em 02 (duas) vias, na presença de testemunhas.

Faxinal dos Guedes, SC, 30 de Junho de 2015.

EDEGAR GIORDANI Município Conveniente	AAFACE
--	--------

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

ADITIVO Nº 001 - FAXINALENSE 1

1º TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO - Nº 008/2015

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, através da Gabinete do Prefeito, com sede à Av. Rio Grande do Sul, nº 458, centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.910/0001-62 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDEGAR GIORDANI, brasileiro, casado, com RG nº 562.861-SESP/SC, e do CPF nº 195.715.699-68, doravante denominado de CONVENIENTE, e de outro lado:

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA FAXINALENSE pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.440.203/0001-24, localizada na Avenida rio Grande do Sul, 60, centro da cidade de Faxinal dos Guedes, SC, neste ato representado por sua Presidente, Sra. NOELI LUISA ZANFERARI DE ALMEIDA, portadora do RG nº 3.288.8401 e CPF nº 893.252.149-20 doravante denominado de CONVENIADO.

As partes de comum acordo, considerando o interesse público e a cláusula décima do convênio originário, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio, mediante o termo aditivo terá vigência de 01 de Julho a 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas permanecem inalteradas, estando o presente termo vinculado ao Convênio 008/2015.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente em 02 (duas) vias, na presença de testemunhas.

Faxinal dos Guedes, SC, 30 de Junho de 2015.

EDEGAR GIORDANI Município Conveniente	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA FAXINALENSE
--	---

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

ADITIVO Nº 001 - KARATE

1º TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO - Nº 006/2015

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, através da Gabinete do Prefeito, com sede à Av. Rio Grande do Sul, nº 458, centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.910/0001-62 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDEGAR GIORDANI, brasileiro, casado, com RG nº 562.861-SESP/SC, e do CPF nº 195.715.699-68, doravante denominado de CONVENIENTE, e de outro lado:

ASSOCIAÇÃO FAXINALENSE DE KARATÊ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 18.472.236/0001-96, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Ademir Cristiano Brunetto, portador do RG nº 320.8529 e CPF nº 894.543.679, doravante denominado de CONVENIADO.

As partes de comum acordo, considerando o interesse público e a cláusula décima do convênio originário, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio, mediante o termo aditivo terá vigência de 01 de Julho a 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas permanecem inalteradas, estando o presente termo vinculado ao Convênio 006/2015.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente em 02 (duas) vias, na presença de testemunhas.

Faxinal dos Guedes, SC, 30 de Junho de 2015.

EDEGAR GIORDANI Município Conveniente	ASSOCIAÇÃO FAXINALENSE DE KARATÊ
--	----------------------------------

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

ADITIVO Nº 001 - UCCELLI

1º TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO - Nº 005/2015

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, através da Gabinete do Prefeito, com sede à Av. Rio Grande do Sul, nº 458, centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.910/0001-62 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDEGAR GIORDANI, brasileiro, casado, com RG nº 562.861-SESP/SC, e do CPF nº 195.715.699-68, doravante denominado de CONVENIENTE, e de outro lado:

ASSOCIAÇÃO CULTURAL ITALIANA DE FAXINAL DOS GUEDES (ACIFA-UCCELLI DEL BOSCO), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.335.516/0001-03, localizada na Av. Rio Grande do Sul, centro da cidade de Faxinal dos Guedes, SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. CLEONICE JOSÉ DAL BÓ,

portador do RG nº 29.224-7 e CPF nº 056.396.709-91, doravante denominado de CONVENIADO.

As partes de comum acordo, considerando o interesse público e a cláusula décima do convênio originário, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio, mediante o termo aditivo terá vigência de 01 de Julho a 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas permanecem inalteradas, estando o presente termo vinculado ao Convênio 005/2015.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente em 02 (duas) vias, na presença de testemunhas.

Faxinal dos Guedes, SC, 30 de Junho de 2015.

EDEGAR GIORDANI Município Conveniente	ASSOCIAÇÃO CULTURAL ITALIANA DE FAXINAL DOS GUEDES (ACIFA -UCCELLI DEL BOSCO)
--	---

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

EXTRATO CONTRATO_00502015 - FISIOTERAPIA SOL DA TERRA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0050/2015

Contratante: Fundo municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratada: Clínica de Fisioterapia Sol da Terra Ltda Me.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de exames em diversas áreas.

Valor 128.640,00.

Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0033/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0013/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de junho de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPLA DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 00132015 - FISIOTERAPIA SOL DA TERRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 0013/2015

Processo Licitatório nº: 0033/2015

Contratada: Clínica de Fisioterapia Sol da Terra Ltda Me.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de exames em diversas áreas.

Valor 128.640,00.

Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0033/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0013/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 25 de junho de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPLA DE SAÚDE PÚBLICA

LO - 2.363 - RUA JOSÉ FONZA

LEI nº 2.363/2015

SUBSTITUI E DEFINE NOME DE RUAS NO DISTRITO DA BARRA GRANDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica substituído o nome da RUA JOSÉ FRONZA para RICARDO ROSSI, localizada no Distrito da Barra Grande, município de Faxinal dos Guedes, SC.

Art. 2º - Fica definido como RUA JOSÉ FRONZA a rua principal da Vila Abrasa, município de Faxinal dos Guedes, SC.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal providenciará a colocação de placas indicativas e demais comunicações aos órgãos interessados.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Faxinal dos Guedes, SC, 11 de junho de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

LO - 2.364 - PME

LEI nº 2.364/2015

DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Ordinária: Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, de Faxinal dos Guedes, SC, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas

realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social;

III - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta 19 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 3 (três) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Conselho Municipal de Educação.

§ 1º O Conselho Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes

de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro trimestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 16 de Junho de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

LO - 2.365 - BADESC

LEI 2.365/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento voltado a obras do sistema viário.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES, até o montante de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), sem contrapartida do município.

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesco Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º

desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 30 de junho de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 108/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 108/PMF/2015.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC, no segundo semestre de 2015.

DATA DE ABERTURA: Dia 20 de julho 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 30 de junho de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

AT15FMS18**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS18

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: TRANSVICENTE SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA.

Valor : 91.000,00 (noventa e um mil reais)

Vigência : Início: 23/06/2015 Término: 31/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS ENCAMINHADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO MÉDICO E REALIZAÇÃO DE EXAMES DIVERSOS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO, DURANTE O PERÍODO DE JUNHO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 30 de Junho de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

AT15FMS19**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS19

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: VIAÇÃO SANTA CECÍLIA LTDA

Valor : 119.700,00 (cento e dezenove mil setecentos reais).

Vigência : Início: 23/06/2015 Término: 31/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS ENCAMINHADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO MÉDICO E REALIZAÇÃO DE EXAMES DIVERSOS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO, DURANTE O PERÍODO DE JUNHO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 30 de Junho de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

AT15FMS20**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS20

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: RESTAURANTE ZENERE LTDA

Valor : 38.165,00 (trinta e oito mil cento e sessenta e cinco reais).

Vigência : Início: 25/06/2015 Término: 31/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2015

Objeto : CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO DE SUCOS E REFEIÇÕES PREPARADAS E ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM TIPO MARMITEX, PARA ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES QUE TRABALHAM NO E PRONTO ATENDIMENTO AMBULATORIAL E NO SAMU.

Fraiburgo, 30 de Junho de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

AT15SF17**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15SF17

Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada...: KEMHYDRA COMÉRCIO DE PROD. QUÍMICOS PETROQUÍMICOS LTDA.

Valor : 4.972,80 (quatro mil novecentos e setenta e dois reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 25/06/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE PRODUTOS QUÍMICO PARA USO NO TRATAMENTO DOS RESÍDUOS ARMAZENADOS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES – ETE, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA, NESTA CIDADE.

Fraiburgo, 30 de Junho de 2015

ELOI REGALIN

Presidente

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL 0019_2015 - RP 0019_2015-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0019/2015 – SF

Registro de Preços nº 0019/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de hipoclorito de sódio para uso na ETA (Estação de Tratamento de Água) durante o período de julho de 2015 a dezembro de 2015. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 14.07.2015. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 –Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 30 de Junho de 2015.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

CT15FMS09**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15FMS09

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: JOANNEI ARTES GRÁFICAS LTDA

Valor : 1.870,00 (um mil oitocentos e setenta reais)

Vigência : Início: 18/06/2015 Término: 31/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015

Objeto : CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE MATERIAIS PARA A 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fraiburgo, 30 de Junho de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

CT15FMS10**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15FMS10

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÃO DE INFORMÁTICOS LTDA.

Valor : 334,00 (trezentos e trinta e quatro reais)

Vigência : Início: 18/06/2015 Término: 31/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015

Objeto : CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE MATERIAIS PARA A 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fraiburgo, 30 de Junho de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

CT15FMS11**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15FMS11

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: DE MARCO LTDA

Valor : 8.835,00 (oito mil oitocentos e trinta e cinco reais).

Vigência : Início: 24/06/2015 Término: 31/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA RECUPERAÇÃO DO MOTOR DO VEÍCULO RENAULT LOGAN EXPRESSION 1.6 8V ANO/MODELO 2013/2013, PLACAS MLA-0443, Nº 277, DE USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM SUBSTITUIÇÃO MÍNIMA DAS PEÇAS.

Fraiburgo, 30 de Junho de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

EDITAIS INTIMAÇÕES

EDITAL DE INTIMAÇÃO – A.I. RELATOR LUCAS DALAGNOLI

Processos Administrativos nº 3345/2014, 3327/2014, 3318/2014, 3164/2014, 3151/2014, 3144/2014, 3114/2014, 3113/2014, 3110/2014, 3047/2014, 3044/2014, 3036/2014, 2985/2014, 2991/2014, 3004/2014, 2992/2014, 3019/2014, 3008/2014, 3397/2014 e 3377/2014.

Recorrentes: SERGIO LUIZ VICENTE ME, JOMIN DECORAÇÕES LTDA, VALMIR ANTONIO ZANINI ME, FREITAS FRETES E MUDANÇAS LTDA ME, FLAVIO MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS EPP, FABIANO MARTINELLO & CIA LTDA ME, PAULO CAMPAGNARO ME, BOGO & SOLIGO ADVOGADOS ASSOCIADOS, ASSOCIAÇÃO VITAL FRAIBURGO DE KARATE, CARLOS ALBERTO MARQUES & CIA LTDA ME FILIAL, CALIXTO MAINARDES SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI ME, BLV EMPREENDIMENTOS LTDA, ADILSON RIBEIRO & CIA LTDA ME, AGROPECUÁRIA COMINETTI LTDA, AMILTON PEREIRA DE MATOS, AGUA DOCE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, ARGEMIRO SOUZA & CIA LTDA, ANDRE FULLMANN ME, MECANICA ESJ LTDA ME e LOTÉRICA MEDEIROS LTDA.

Relator: LUCAS DALAGNOLI

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima as empresas SERGIO LUIZ VICENTE ME, JOMIN DECORAÇÕES LTDA, VALMIR ANTONIO ZANINI ME, FREITAS FRETES E MUDANÇAS LTDA ME, FLAVIO MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS EPP, FABIANO MARTINELLO & CIA LTDA ME, PAULO CAMPAGNARO ME, BOGO & SOLIGO ADVOGADOS ASSOCIADOS, ASSOCIAÇÃO VITAL FRAIBURGO DE KARATE, CARLOS ALBERTO MARQUES & CIA LTDA ME FILIAL,

CALIXTO MAINARDES SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI ME, BLV EMPREENDIMENTOS LTDA, ADILSON RIBEIRO & CIA LTDA ME, AGROPECUÁRIA COMINETTI LTDA, AMILTON PEREIRA DE MATOS, AGUA DOCE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, ARGEMIRO SOUZA & CIA LTDA, ANDRE FULLMANN ME, MECANICA ESJ LTDA ME e LOTÉRICA MEDEIROS LTDA, bem como a contabilidade ASSECON de que os recursos interpostos das decisões de primeira instância inseridas nos Processos Administrativos nº 3345/2014, 3327/2014, 3318/2014, 3164/2014, 3151/2014, 3144/2014, 3114/2014, 3113/2014, 3110/2014, 3047/2014, 3044/2014, 3036/2014, 2985/2014, 2991/2014, 3004/2014, 2992/2014, 3019/2014, 3008/2014, 3397/2014 e 3377/2014, serão julgados no dia 29/06/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO – A.I. RELATOR ALISSON LUIZ SOLIGO

Processos Administrativos nº 3203/2014, 3021/2014, 3025/2014, 3038/2014, 3119/2014, 3137/2014, 3149/2014, 3153/2014, 3154/2014, 3156/2014, 3158/2014, 3317/2014, 3199/2014, 3217/2014, 3322/2014, 3290/2014, 3022/2014, 3026/2014, 3172/2014, 3430/2014 e 3434/2014.

Recorrentes: PRESTADORA DE SERVIÇOS JAV LTDA, ARTEFRAY ARTESANATO LTDA. ME, AUTO ELÉTRICA ANEUTO LTDA, BORRACHARIA MARCONDES LTDA, PAULO CORDEIRO COMERCIO ME, ELPIDIO MOTTA ME, FERRELLES – PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME, SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEICULOS GAJÃO LTDA ME, SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEICULOS PORTAL LTDA, SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS TELI ME, SERVIÇOS ELETRICOS VALDIR LTDA ME, VALERIO CHEROBIN ME, PRE-MOLDADOS FRAIBURGUENSE LTDA ME, EDEMILSON FATTORI ME, VOLPATO COBRANÇAS LTDA, VICTORIA TRANSPORTES ME, ATENAS COMERCIO ATACADISTA DE BOMBAS E COMPRESSORES LTDA ME, AUTO ELETRICA THOMAZONI LTDA, SIMONE POSANSKE SARTOREL ME, SARTOREL SOM AUTOMOTIVO LTDA ME e SMART INFORMATICA LTDA.

Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima as empresas PRESTADORA DE SERVIÇOS JAV LTDA, ARTEFRAY ARTESANATO LTDA. ME, AUTO ELÉTRICA ANEUTO LTDA, BORRACHARIA MARCONDES LTDA, PAULO CORDEIRO COMERCIO ME, ELPIDIO MOTTA ME, FERRELLES – PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME, SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEICULOS GAJÃO LTDA ME, SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEICULOS PORTAL LTDA, SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS TELI ME, SERVIÇOS ELETRICOS VALDIR LTDA ME, VALERIO CHEROBIN ME, PRE-MOLDADOS FRAIBURGUENSE LTDA ME, EDEMILSON FATTORI ME, VOLPATO COBRANÇAS LTDA, VICTORIA TRANSPORTES ME, ATENAS COMERCIO ATACADISTA DE BOMBAS E COMPRESSORES LTDA ME, AUTO ELETRICA THOMAZONI LTDA, SIMONE POSANSKE SARTOREL ME, SARTOREL SOM AUTOMOTIVO LTDA ME e SMART INFORMATICA LTDA., bem como as contabilidades ACB CONTABILIDADE e SIMONE POSANSKE SARTOREL de que os recursos interpostos das decisões de primeira instância inseridas nos Processos Administrativos nº 3203/2014, 3021/2014, 3025/2014, 3038/2014, 3119/2014, 3137/2014, 3149/2014, 3153/2014, 3154/2014, 3156/2014, 3158/2014, 3317/2014, 3199/2014, 3217/2014, 3322/2014, 3290/2014, 3022/2014, 3026/2014, 3172/2014, 3430/2014 e 3434/2014, serão julgados no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO – A.I._RELATORA CLADI ANA FROZZA VESCOVI

Processos Administrativos nº 3339/2014, 3330/2014, 3301/2014, 3297/2014, 3294/2014, 3276/2014, 3251/2014, 3247/2014, 3243/2014, 3213/2014, 3186/2014, 3184/2014, 3183/2014, 3177/2014, 3160/2014, 3127/2014, 3126/2014, 3111/2014, 3106/2014, 3104/2014.

Recorrentes: JR MACHADO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME, WEBER COMERCIO DE MOTORES ELETRICOS LTDA ME, VIVIANE APARECIDA VICENTE E CIA LTDA ME, VIP-CAR ELETRONICOS EIRELI ME, JJC SERVIÇOS LTDA ME, IVANI CANDIDO DA SILVA ME, TRANS NZ TRANSPORTES EIRELI ME, T.A.G.A TRANSPORTES LTDA, TERRASOLO TERRAPLANAGEM TRANSPORTES E COMERCIO LTDA, ECOVERDE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS LTDA EPP, POLENTA AUTO CENTER EIRELI ME, PLIN LAVAÇÃO AUTOMOTIVA LTDA ME, DELLATORRE, TARASEL & CIA LTDA ME, PERSON ELETRONICA LTDA ME, SERVIÇOS MEDICOS KURITA EIRELI ME, RESIFLOR BIOMASSA LTDA ME, RENOVA VEICULOS CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA, ASTECA – ASSESSORIA TECNICA E AGRICOLA LORENZZONI LTDA, CRG TRANSPORTES LTDA ME, CRC CASTELO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

Relator: CALDI ANA FROZZA VESCOVI

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima as empresas JR MACHADO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME, WEBER COMERCIO DE MOTORES ELETRICOS LTDA ME, VIVIANE APARECIDA VICENTE E CIA LTDA ME, VIP-CAR ELETRONICOS EIRELI ME, JJC SERVIÇOS LTDA ME, IVANI CANDIDO DA SILVA ME, TRANS NZ TRANSPORTES EIRELI ME, T.A.G.A TRANSPORTES LTDA, TERRASOLO TERRAPLANAGEM TRANSPORTES E COMERCIO LTDA, ECOVERDE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS LTDA EPP, POLENTA AUTO CENTER EIRELI ME, PLIN LAVAÇÃO AUTOMOTIVA LTDA ME, DELLATORRE, TARASEL & CIA LTDA ME, PERSON ELETRONICA LTDA ME, SERVIÇOS MEDICOS KURITA EIRELI ME, RESIFLOR BIOMASSA LTDA ME, RENOVA VEICULOS CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA, ASTECA – ASSESSORIA TECNICA E AGRICOLA LORENZZONI LTDA, CRG TRANSPORTES LTDA ME, CRC CASTELO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, bem como as contabilidades ACB CONTABILIDADE e SIMONE POSANSKE SARTOREL de que os recursos interpostos das decisões de primeira instância inseridas nos Processos Administrativos nº 3339/2014, 3330/2014, 3301/2014, 3297/2014, 3294/2014, 3276/2014, 3251/2014, 3247/2014, 3243/2014, 3213/2014, 3186/2014, 3184/2014, 3183/2014, 3177/2014, 3160/2014, 3127/2014, 3126/2014, 3111/2014, 3106/2014, 3104/2014, serão julgados no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO – A.I._RELATOR MOISES AMADEU PATRÍCIO

Processos Administrativos nº 3319/2014, 3344/2014, 3350/2014, 3422/2014, 3216/2014, 3225/2014, 3230/2014, 3255/2014, 3256/2014, 3265/2014, 3296/2014, 3305/2014, 3310/2014, 2984/2014, 3005/2014, 3050/2014, 3072/2014, 3182/2014, 3207/2014 e 3192/2014.

Recorrentes: VALMOR FURTADO ME, SEBASTIÃO GONÇALVES ME, VANDERLEI ELIAS FURTADO ME, WILMA DOS ANJOS SCALABRIN ME, RAIMUNDO ADÃO SAVIAN ME, SIRLEI OLIVEIRA ME, SOARMED ENGENHARIA E SAUDE OCUPACIONAL LTDA – S/S, GLAUCO

R. R. MOTA E CIA LTDA, GOMES & GOLIN ADVOGADOS ASSOCIADOS, IDALINO ME, VILSO CONTE ME, TYNO FOTOGRAFIAS LTDA – ME, VALDEMAR FURTADO, ADILSON DE SOUZA SERVIÇOS EIRELI, ANA CARLA CIPRIANI ME, CASA NOVA CORRETORA E IMÓVEIS LTDA – ME, COMAQ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, PLANTARE AGROCONSULTORIA LTDA ME, PROJEAGREEN TREINAMENTOS LTDA ME e DN FADANI COM. DE COSMETICOS E SALÃO DE BELEZA LTDA ME.

Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima as empresas VALMOR FURTADO ME, SEBASTIÃO GONÇALVES ME, VANDERLEI ELIAS FURTADO ME, WILMA DOS ANJOS SCALABRIN ME, RAIMUNDO ADÃO SAVIAN ME, SIRLEI OLIVEIRA ME, SOARMED ENGENHARIA E SAUDE OCUPACIONAL LTDA – S/S, GLAUCO R. R. MOTA E CIA LTDA, GOMES & GOLIN ADVOGADOS ASSOCIADOS, IDALINO ME, VILSO CONTE ME, TYNO FOTOGRAFIAS LTDA – ME, VALDEMAR FURTADO, ADILSON DE SOUZA SERVIÇOS EIRELI, ANA CARLA CIPRIANI ME, CASA NOVA CORRETORA E IMÓVEIS LTDA – ME, COMAQ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, PLANTARE AGROCONSULTORIA LTDA ME, PROJEAGREEN TREINAMENTOS LTDA ME e DN FADANI COM. DE COSMETICOS E SALÃO DE BELEZA LTDA ME, bem como as contabilidades RAIMUNDO ANTÔNIO SAVIAN e BROLLO CONTABILIDADE de que os recursos interpostos das decisões de primeira instância inseridas nos Processos Administrativos nº 3319/2014, 3344/2014, 3350/2014, 3422/2014, 3216/2014, 3225/2014, 3230/2014, 3255/2014, 3256/2014, 3265/2014, 3296/2014, 3305/2014, 3310/2014, 2984/2014, 3005/2014, 3050/2014, 3072/2014, 3182/2014, 3207/2014 e 3192/2014, serão julgados no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 01

Processo Administrativo nº 2984/2014

Recorrente: ADILSON DE SOUZA SERVIÇOS EIRELI

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ADILSON DE SOUZA SERVIÇOS EIRELI de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 2984/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 02

Processo Administrativo nº 2992/2014

Recorrente: AGUA DOCE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa AGUA DOCE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 2992/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José,

na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 03
Processo Administrativo nº 3005/2014
Recorrente: ANA CARLA CIPRIANI ME
Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ANA CARLA CIPRIANI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3005/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 04
Processo Administrativo nº 3008/2014
Recorrente: ANDRE FULLMANN ME
Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ANDRE FULLMANN ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3008/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 05
Processo Administrativo nº 3019/2014
Recorrente: ARGEMIRO SOUZA & CIA LTDA ME
Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ARGEMIRO SOUZA & CIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3019/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 06
Processo Administrativo nº 3021/2014
Recorrente: ARTEFRAY ARTESANATO LTDA ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ARTEFRAY ARTESANATO LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº

3021/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 07
Processo Administrativo nº 3110/2014
Recorrente: ASSOCIAÇÃO VITAL FRAIBURGO DE KARATE
Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ASSOCIAÇÃO VITAL FRAIBURGO DE KARATE de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3110/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 08
Processo Administrativo nº 3111/2014
Recorrente: ASTECA ASSESSORIA TECNICA E AGRICOLA LORENZZONI LTDA
Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ASTECA ASSESSORIA TECNICA E AGRICOLA LORENZZONI LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3111/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 09
Processo Administrativo nº 3022/2014
Recorrente: ATENAS COMERCIO ATACADISTA DE BOMBAS E COMPRESSORES
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ATENAS COMERCIO ATACADISTA DE BOMBAS E COMPRESSORES de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3022/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 10
Processo Administrativo nº 3025/2014
Recorrente: AUTO ELETRICA ANEAUTO LTDA
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa AUTO ELETRICA ANE AUTO LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3025/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 11

Processo Administrativo nº 3026/2014

Recorrente: AUTO ELETRICA THOMAZONI LTDA

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa AUTO ELETRICA THOMAZONI LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3026/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 12

Processo Administrativo nº 3036/2014

Recorrente: BLV EMPREENDIMETOS LTDA

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa BLV EMPREENDIMETOS LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3036/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 13

Processo Administrativo nº 3113/2014

Recorrente: BOGO & SOLIGO ADVOGADOS ASSOCIADOS

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa BOGO & SOLIGO ADVOGADOS ASSOCIADOS de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3113/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 14

Processo Administrativo nº 3038/2014

Recorrente: BORRACHARIA MARCONDES LTDA ME

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa BORRACHARIA MARCONDES LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3038/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 15

Processo Administrativo nº 3044/2014

Recorrente: CALIXTO MAINARDES SERVIÇOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CALIXTO MAINARDES SERVIÇOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3044/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 16

Processo Administrativo nº 3047/2014

Recorrente: CARLOS ALBERTO MARQUES & CIA LTDA ME FILIAL

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CARLOS ALBERTO MARQUES & CIA LTDA ME FILIAL de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3047/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 17

Processo Administrativo nº 3050/2014

Recorrente: CASA NOVA CORRETORA DE IMOVEIS LTDA - ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CASA NOVA CORRETORA DE IMOVEIS LTDA - ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3050/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 18

Processo Administrativo nº 3072/2014

Recorrente: COMAQ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa COMAQ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3072/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 19

Processo Administrativo nº 3104/2014

Recorrente: CRG TRANSPORTES LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CRC CASTELO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3104/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 20

Processo Administrativo nº 3106/2014

Recorrente: CRG TRANSPORTES LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CRG TRANSPORTES LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3106/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 21

Processo Administrativo nº 3183/2014

Recorrente: DELLATORRE, TARESEL & CIA LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa DELLATORRE, TARESEL & CIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3183/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal

de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 22

Processo Administrativo nº 3192/2014

Recorrente: DN FADANI COMERCIO DE COSMETICOS E SALÃO DE BELEZA LTDA ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa DN FADANI COMERCIO DE COSMETICOS E SALÃO DE BELEZA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3192/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 23

Processo Administrativo nº 3213/2014

Recorrente: ECOVERDE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS LTDA EPP

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ECOVERDE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS LTDA EPP de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3213/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 24

Processo Administrativo nº 3217/2014

Recorrente: EDEMILSON FATTORI ME

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa EDEMILSON FATTORI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserida no Processo Administrativo nº 3217/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 25

Processo Administrativo nº 3137/2014

Recorrente: ELPIDIO MOTTA ME

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ELPIDIO

MOTTA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3137/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 26

Processo Administrativo nº 3144/2014

Recorrente: FABIANO MARTINELLO & CIA LTDA ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa FABIANO MARTINELLO & CIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3144/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 27

Processo Administrativo nº 3149/2014

Recorrente: FERRELLES - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa FERRELLES - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3149/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 28

Processo Administrativo nº 3164/2014

Recorrente: FREITAS FRETES E MUDANÇAS LTDA ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa FREITAS FRETES E MUDANÇAS LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3164/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 29

Processo Administrativo nº 3256/2014

Recorrente: GOMES & GOLIN ADVOGADOS ASSOCIADOS

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do

Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa GOMES & GOLIN ADVOGADOS ASSOCIADOS de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3256/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 30

Processo Administrativo nº 3265/2014

Recorrente: IDALINO ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa IDALINO ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3265/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 31

Processo Administrativo nº 3276/2014

Recorrente: IVANI CANDIDO DA SILVA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa IVANI CANDIDO DA SILVA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3276/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 32

Processo Administrativo nº 3294/2014

Recorrente: JJC SERVIÇOS LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa JJC SERVIÇOS LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3294/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 33

Processo Administrativo nº 3327/2014

Recorrente: JOMIN DECORAÇÕES LTDA

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa JOMIN DECORAÇÕES LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3327/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 34

Processo Administrativo nº 3339/2014

Recorrente: JR MACHADO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa JR MACHADO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3339/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 35

Processo Administrativo nº 3377/2014

Recorrente: LOTERICA MEDEIROS LTDA

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa LOTERICA MEDEIROS LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3377/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 36

Processo Administrativo nº 3397/2014

Recorrente: MECANICA ESJ LTDA ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa MECANICA ESJ LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3397/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 37

Processo Administrativo nº 3114/2014

Recorrente: PAULO CAMPAGNARO ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa PAULO CAMPAGNARO ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3114/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 38

Processo Administrativo nº 3119/2014

Recorrente: PAULO CORDEIRO COMERCIO ME

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa PAULO CORDEIRO COMERCIO ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3119/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 39

Processo Administrativo nº 3177/2014

Recorrente: PERSOM ELETRONICA LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa PERSOM ELETRONICA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3177/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 40

Processo Administrativo nº 3182/2014

Recorrente: PLANTARE AGROCONSULTORIA LTDA ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa PLANTARE AGROCONSULTORIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3182/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 41

Processo Administrativo nº 3184/2014

Recorrente: PLIN LAVAÇÃO AUTOMOTIVA LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa PLIN LAVAÇÃO AUTOMOTIVA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3184/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 42

Processo Administrativo nº 3186/2014

Recorrente: POLENTA AUTO CENTER EIRELI ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa POLENTA AUTO CENTER EIRELI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3186/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 43

Processo Administrativo nº 3199/2014

Recorrente: PRE-MOLDADOS FRAIBURGUENSE LTDA ME

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa PRE-MOLDADOS FRAIBURGUENSE LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3199/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 44

Processo Administrativo nº 3203/2014

Recorrente: PRESTADORA SERVIÇOS JAV LTDA

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa PRESTADORA SERVIÇOS JAV LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3203/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal

de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 45

Processo Administrativo nº 3207/2014

Recorrente: PROJEAGREEN TREINAMENTOS LTDA ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa PROJEAGREEN TREINAMENTOS LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3207/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 46

Processo Administrativo nº 3216/2014

Recorrente: RAIMUNDO ADAO SAVIAN ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa RAIMUNDO ADAO SAVIAN ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3216/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 47

Processo Administrativo nº 3126/2014

Recorrente: RENOVAVEÍCULOS CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa RENOVAVEÍCULOS CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3126/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 48

Processo Administrativo nº 3127/2014

Recorrente: RESIFLOR BIOMASSA LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa RESIFLOR BIOMASSA LTDA ME de que o recurso interposto da

decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3127/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 49
Processo Administrativo nº 3430/2014
Recorrente: SARTOREL SOM AUTOMOTIVO LTDA ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SARTOREL SOM AUTOMOTIVO LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3430/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 50
Processo Administrativo nº 3344/2014
Recorrente: SEBASTIÃO GONÇALVES ME
Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SEBASTIÃO GONÇALVES ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3344/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 51
Processo Administrativo nº 3345/2014
Recorrente: SERGIO LUIZ VIVENTE ME
Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SERGIO LUIZ VIVENTE ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3345/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 52
Processo Administrativo nº 3153/2014
Recorrente: SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEICULOS GAJÃO LTDA ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEICULOS GAJÃO LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3153/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 53
Processo Administrativo nº 3154/2014
Recorrente: SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEICULOS PORTAL LTDA
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEICULOS PORTAL LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3154/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 54
Processo Administrativo nº 3156/2014
Recorrente: SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS TELI LTDA ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS TELI LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3156/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 55
Processo Administrativo nº 3158/2014
Recorrente: SERVIÇOS ELETRICOS VALDIR LTDA ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SERVIÇOS ELETRICOS VALDIR LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3158/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 56

Processo Administrativo nº 3160/2014

Recorrente: SERVIÇOS MEDICOS KURITA EIRELI ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SERVIÇOS MEDICOS KURITA EIRELI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3160/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA**PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO****EDITAL DE INTIMAÇÃO 57**

Processo Administrativo nº 3172/2014

Recorrente: SIMONE POSANSKE SARTOREL ME

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SIMONE POSANSKE SARTOREL ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3172/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA**PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO****EDITAL DE INTIMAÇÃO 58**

Processo Administrativo nº 3434/2014

Recorrente: SMART INFORMÁTICA LTDA

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SMART INFORMÁTICA LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3434/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA**PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO****EDITAL DE INTIMAÇÃO 59**

Processo Administrativo nº 3230/2014

Recorrente: SOARMED ENGENHARIA E SAUDE OCUPACIONAL LTDA - S/S

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SOARMED ENGENHARIA E SAUDE OCUPACIONAL LTDA - S/S de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3230/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA**PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO****EDITAL DE INTIMAÇÃO 60**

Processo Administrativo nº 3247/2014

Recorrente: T.A.G.A TRANSPORTES LTDA

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa T.A.G.A TRANSPORTES LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3247/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA**PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO****EDITAL DE INTIMAÇÃO 61**

Processo Administrativo nº 3243/2014

Recorrente: TERRASOLO TERRAPLANAGEM TRANSPORTES E COMERCIO LTDA

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa TERRASOLO TERRAPLANAGEM TRANSPORTES E COMERCIO LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3243/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA**PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO****EDITAL DE INTIMAÇÃO 62**

Processo Administrativo nº 3251/2014

Recorrente: TRANS NZ TRANSPORTES EIRELI ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa TRANS NZ TRANSPORTES EIRELI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3251/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA**PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO****EDITAL DE INTIMAÇÃO 63**

Processo Administrativo nº 3305/2014

Recorrente: TYNO FOTOGRAFIAS LTDA ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa TYNO FOTOGRAFIAS LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3305/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A

sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 64
Processo Administrativo nº 3310/2014
Recorrente: VALDEMAR FURTADO ME
Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa VALDEMAR FURTADO ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3310/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 65
Processo Administrativo nº 3317/2014
Recorrente: VALERIO CHEROBIN ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa VALERIO CHEROBIN ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3317/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 66
Processo Administrativo nº 3318/2014
Recorrente: VALMIR ANTONIO ZANINI ME
Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa VALMIR ANTONIO ZANINI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3318/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 67
Processo Administrativo nº 3319/2014
Recorrente: VALMOR FURTADO ME
Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa VALMOR

FURTADO ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3319/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 68
Processo Administrativo nº 3350/2014
Recorrente: VANDERLEI ELIAS FURTADO ME
Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa VANDERLEI ELIAS FURTADO ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3350/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 69
Processo Administrativo nº 3290/2014
Recorrente: VICTORIA TRANSPORTES ME
Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa VICTORIA TRANSPORTES ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3290/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 70
Processo Administrativo nº 3296/2014
Recorrente: VILSON CONTE ME
Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa VILSON CONTE ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3296/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 71
Processo Administrativo nº 3297/2014
Recorrente: VIP-CAR ELETRONICOS EIRELI ME
Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa VIP-CAR ELETRONICOS EIRELI ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3297/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 72

Processo Administrativo nº 3330/2014

Recorrente: WEBER COMERCIO DE MOTORES ELETRICOS LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa WEBER COMERCIO DE MOTORES ELETRICOS LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3330/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 73

Processo Administrativo nº 3322/2014

Recorrente: VOLPATO COBRANÇAS LTDA

Relator: Alisson Luiz Soligo

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa VOLPATO COBRANÇAS LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3322/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 74

Processo Administrativo nº 3330/2014

Recorrente: WEBER COMERCIO DE MOTORES ELETRICOS LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa WEBER COMERCIO DE MOTORES ELETRICOS LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3330/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 75

Processo Administrativo nº 3422/2014

Recorrente: WILMA DOS ANJOS SCALABRIN ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa WILMA DOS ANJOS SCALABRIN ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3422/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 76

Processo Administrativo nº 2985/2014

Recorrente: ADILSON RIBEIRO & CIA LTDA ME

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa ADILSON RIBEIRO & CIA LTDA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 2985/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 77

Processo Administrativo nº 2991/2014

Recorrente: AGROPECUÁRIA COMINETTI LTDA

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa AGROPECUÁRIA COMINETTI LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 2991/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 78

Processo Administrativo nº 3004/2014

Recorrente: AMILTON PEREIRA DE MATOS

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa AMILTON PEREIRA DE MATOS de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3004/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 79

Processo Administrativo nº 3151/2014

Recorrente: FLAVIO MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS EPP

Relator: Lucas Dalagnoli

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa FLAVIO MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS EPP de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3151/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 80

Processo Administrativo nº 3255/2014

Recorrente: GLAUCO R. R. MOTA & CIA LTDA

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa GLAUCO R. R. MOTA & CIA LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3255/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 81

Processo Administrativo nº 3225/2014

Recorrente: SIRLEI OLIVEIRA ME

Relator: Moisés Amadeu Patrício

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa SIRLEI OLIVEIRA ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3225/2014, será julgado no dia 20/07/2015 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE
FRAIBURGO

PORTARIA Nº 1376/2015

PORTARIA Nº 1376, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 050/2015, da

Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ADIR PONCIANO RIBEIRO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 655.902.449-00, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1377/2015

PORTARIA Nº 1377, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 051/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLÓVIS BATISTA DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 744.220.229-20, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1378/2015

PORTARIA Nº 1378, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de março de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0086/2015, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARILDE MARCIA DOS SANTOS TONIAL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 484.217.319-04, na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de julho de 2015 até 11 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1379/2015

PORTARIA Nº 1379, DE 30 DE JUNHO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002 de 08 de maio de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 040/2015, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário THATIANY DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 072.713.469-88, na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI; com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de julho de 2015 até 31 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1380/2015

PORTARIA Nº 1380, DE 30 DE JUNHO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 060/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ORLÍ NOTTAR, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 300.259.749-04, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1381/2015

PORTARIA Nº 1381, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0808/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARCIA ADRIANA ROSALEN MALL-MANN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 022.821.539-01, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07 de julho de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1382/2015

PORTARIA Nº 1382, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0809/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora EDIANE MOLIM BITENCOURT, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 074.214.099-71, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 01 de julho de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1383/2015

PORTARIA Nº 1383, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 13 de abril de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ARNALDO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 081.376.569-28, contratado em caráter temporário na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS CULTURAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1384/2015

PORTARIA N.º 1384, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0045 de 05 de novembro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ESTÉFANI GOETEN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 068.704.029-90, contratada em caráter temporário na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0011_2015-PMF DOM

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0011/2015 – PMF

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de Construção de muro de contenção, em concreto armado, com área de 598,19 m², localizado na rua D, quadra 596, Lote 1 do Bairro São Miguel, com fornecimento do material e mão de obra, de acordo com os memoriais e projetos (ANEXOS AO PAL), houve a participação das empresas CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA enquadrada como microempresa, FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA enquadrada como empresa de pequeno porte e CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA, as quais, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão quando da abertura de seus Envelopes de Habilitação. Desta forma, estão habilitadas para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase das PROPOSTAS DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo (SC), 30 de junho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0011_2015-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0011/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de Construção de muro de contenção, em concreto armado, com área de 598,19 m², localizado na rua D, quadra 596, Lote 1 do Bairro São Miguel, com fornecimento do material e mão de obra, de acordo com os memoriais e projetos (ANEXOS AO PAL), quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora com o menor preço global CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA no valor de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) ficando abaixo do valor máximo estipulado pelo Município no item 2.4 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 30 de junho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

TA15FMS08

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15FMS08 - Contrato Nº: CT15FMS05

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Contratada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA. Valor : 60,00 (sessenta reais).

Vigência : Início: 19/06/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2014

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NAS QUANTIDADES DO ITEM 12.

Fraiburgo, 30 de Junho de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

Frei Rogério

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO EMERGENCIAL 003/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMERGENCIAL 003/2015

Osny Batista Alberton, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público, que estão abertas as inscrições ao Chamamento Público N.º 003/2015, destinado ao preenchimento de vaga emergencial de Admissão em Caráter Temporário do Município de Frei Rogério até a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

1. DO CARGO

CARGO	HABILITAÇÃO MÍNIMA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGA	SALÁRIO R\$
Professor do EJA	Habilitado: Curso Nível Superior, no mínimo em uma dessas matérias: Português, Matemática, Ciências, Inglês, Geografia, História.	10h	01	Habilitado: 526,76

2. DA VAGA

2.1. São requisitos básicos para investidura no cargo público a que se refere o presente Chamamento Público:

- A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- O gozo dos direitos políticos.
- A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.
- Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo e ou estabelecidos em Lei.

3. DA DIVULGAÇÃO

3.1 A divulgação oficial do Chamamento Público N.º 003/2015 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

3.1.1 O Edital na íntegra: no Mural de publicações da Prefeitura Municipal de Frei Rogério, sito à Rua Adolfo Soletti, 750, Centro, Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina.

3.1.2 Página oficial da Prefeitura Municipal na Internet.

3.1.3 Diário Oficial dos Municípios.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1 As inscrições serão efetuadas na Prefeitura Municipal de Frei Rogério, sito à Rua Adolfo Soletti, 750, Centro, Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no horário das 08h às 11h30min e das 13h às 17h, no período de 01 a 03 de julho de 2015.

4.2 Procedimento para realizar a inscrição.

4.2.1 Para inscrever-se o candidato deverá apresentar:

- Original e cópia legível dos seguintes documentos: CPF, documento de identidade oficial. Os documentos deverão estar em perfeitas condições de forma a permitir com clareza a identificação do candidato.
- Comprovante de escolaridade.
- Comprovante de Experiência na área;
- Cursos de Aperfeiçoamento na área;

Não será permitido, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, ou juntada de documentos a posterior, devendo todos os documentos ser apresentados por ocasião do preenchimento da Ficha de Inscrição.

4.2.2. Das condições para inscrição:

- Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no Edital. O candidato, ao assinar a Ficha de Inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para o Chamamento Público N.º 003/2015 e sua plena concordância com as mesmas. O candidato é responsável pelas informações prestadas na Ficha de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros e / ou de não preenchimento de qualquer campo.
- A adulteração de qualquer elemento da cópia da Cédula de Identidade em relação ao original da mesma ou a não veracidade de declaração apresentada na Ficha de Inscrição em decorrência deste Edital, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Chamamento Público N.º 003/2015.
- Não serão aceitas inscrições em caráter condicional, por via postal, fac-símile (fax), correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outro modo que não o especificado neste Edital.

5. DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - O Regime Jurídico aplicado aos profissionais admitidos em Caráter Temporário do Município de Frei Rogério será o Estatutário.

6. DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 Os critérios de classificação serão os seguintes:

- 1º. – Formação na área;
- 2º. – Nível de formação;
- 3º. – Tempo de experiência na área específica
- 4º. – Cursos de Aperfeiçoamento na área específica; (dos últimos 5 anos)

6.1

6.2 Após o encerramento das inscrições a Comissão Municipal Coordenadora do Chamamento Público, se reunirá para fazer a apuração da classificação dos candidatos conforme critérios estabelecidos neste Edital.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Caso ocorra empate na classificação serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

- a) Maior idade.
- b) Maior número de filhos

8. DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

8.1. O resultado será publicado no Mural Público Municipal a partir das 13h00min do dia 06 de julho de 2015 e também na página oficial da Prefeitura Municipal na Internet.

9. DA ADMISSÃO

9.1 A admissão dos candidatos obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, de acordo com este Edital.

9.2 A admissão dar-se-á através de ato oficial e a posse será imediata devido ao caráter emergencial, devendo ser apresentados os documentos e habilitações exigidas e a realização do exame de saúde precedido pelo médico do trabalho, que concluirá pela aptidão ou não para o exercício do cargo público.

9.3 Caso o candidato classificado para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Frei Rogério convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

9.4 Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

9.5 A contratação se dará em caráter emergencial, visando o preenchimento temporário de vaga até a realização de um Processo Seletivo ou Concurso Público.

10. DA VALIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 003/2015

Parágrafo Único - O prazo de validade do Chamamento Público N.º 003/2015 será até a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Será eliminado do Chamamento Público N.º 003/2015 o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

11.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Coordenadora do Chamamento Público de acordo com a legislação vigente.

11.3 É parte integrante deste Edital o seguinte anexo:

- a) Anexo I - Ficha de Inscrição ao Chamamento Público.

Frei Rogério / SC, 30 de junho de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO AO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO					
FICHA DE INSCRIÇÃO AO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 003/2015					
Nome do Candidato:					
Cargo Pretendido:	N.º de Inscrição:				
DADOS CADASTRAIS					
Pai:					
Mãe:					
Data do Nascimento:					
Naturalidade:		Estado:			
N.º filhos:		Sexo:		Estado Civil:	
Endereço Residencial:		N.º:			
Cidade:		Estado:			

CPF:		Fone:			
Carteira de Identidade:		Órgão Expedidor:			
Portador de Necessidade Especial: Sim () Não ()	Tipo:				
E-mail:					

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta Ficha de Inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Chamamento Público N.º 003/2015 e todas as disposições nele contidas.

Frei Rogério / SC, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do (a) Candidato (a)	Assinatura do (a) recebedor/responsável
---------------------------------	---

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 117/2015

DECRETO N.º 117, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 18, DE 26 DE JUNHO DE 2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 18, de 26 de junho de 2015, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da 4ª Conferência Municipal de Saúde de Garopaba", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/07/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 18 de 26 de junho de 2015.

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da 4ª Conferência Municipal de Saúde de Garopaba.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião extraordinária do dia 26 de junho de 2015, no uso de suas atribuições:

RESOLVE aprovar o Regimento Interno da 4ª Conferência Municipal de Saúde de Garopaba.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 26 de junho de 2015.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

REGIMENTO INTERNO

4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A 4ª Conferência Municipal de Saúde, convocada pelo Decreto nº 107, de 17 de junho de 2015, do Prefeito Municipal, tem por objetivos:

I - reafirmar, impulsionar e efetivar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, para garantir a saúde como direito humano, a sua universalidade, integralidade e equidade do SUS, com base em políticas que reduzam as desigualdades sociais e territoriais, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, e nas Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

II - mobilizar e estabelecer diálogos com a sociedade municipal acerca do direito à saúde e em defesa do SUS;

III - fortalecer a participação e o controle social no SUS, com ampla representação da sociedade;

IV - avaliar a situação de saúde, elaborar propostas a partir das necessidades de saúde e participar da construção das diretrizes do Plano Plurianual – PPA, e do Plano Municipal de Saúde, no contexto dos 25 anos do SUS; e

V - aprofundar o debate sobre as reformas necessárias à democratização do Estado, em especial as que incidem sobre o setor saúde municipal.

CAPÍTULO II DO TEMA

Art. 2º - Nos termos deste regimento, a 4ª Conferência Municipal de Saúde terá como tema central:

"Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

§ 1º - Os eixos temáticos da 4ª. Conferência Municipal de Saúde são:

I - Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade;

II - Participação Social;

III - Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde;

IV - Financiamento do SUS e Relação Público-Privado;

V - Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;

VI - Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS;

VII - Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS; e

VIII - Reformas Democráticas e Populares do Estado focalizando o ente Município.

§ 2º - O eixo será discutido em painel central e mesa redonda, com coordenação, secretaria e a participação de expositores, indicados pela Comissão Organizadora, assegurando o debate com os delegados e convidados.

§ 3º - Serão elaboradas ementas que orientarão as apresentações dos expositores no painel central e na mesa redonda.

CAPÍTULO III ETAPAS Seção I DA ETAPA MUNICIPAL

Art. 3º - A 4ª Conferência Municipal de Saúde será realizadas no dia 01 de julho de 2015, em período integral, com início às 08h30 cumprindo a Etapa Municipal da 15ª Conferência Nacional de Saúde.

Art. 4º - A Etapa Municipal da 15ª. Conferência Nacional de Saúde, com base em Documento Orientador e sem prejuízo de outros debates, tem o objetivo de analisar as prioridades locais de saúde, formular propostas no âmbito dos Municípios, dos Estados e da União, e elaborar Relatório Final, nos prazos previstos por este

Regimento.

§ 1º - A divulgação da Etapa Municipal será ampla e a participação aberta a todos, com direito a voz e voto, em todos os seus espaços.

§ 2º - As propostas e diretrizes que incidirão sobre as políticas de saúde nas esferas Estadual e Nacional serão destacadas no Relatório Final da Etapa Municipal.

§ 3º - O Relatório Final da Etapa Municipal será de responsabilidade da Comissão Organizadora e deverá ser enviado à Comissão Organizadora da Etapa Estadual até o dia 31 de julho de 2015.

§ 4º - O registro dos dados sobre a Conferência no Portal da 15ª Conferência Nacional de Saúde será feito pela Comissão Organizadora e o Conselho Municipal de Saúde, até o dia 31 de julho de 2015.

Art. 5º - Na Conferência Municipal serão eleitas os Delegados que participarão da Conferência Estadual, de forma paritária, conforme a Resolução nº 453/2012.

§ 1º - O resultado da eleição dos Delegados da Etapa Municipal será enviado pelo Conselho Municipal de Saúde à Comissão Organizadora da Etapa Estadual até o dia 31 de julho de 2015.

CAPÍTULO IV DAS INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Art. 6º - Serão consideradas como instâncias deliberativas da 4ª Conferência Municipal de Saúde:

I – Grupos de Trabalho;

II – Plenária Final.

§ 1º - Os Grupos de Trabalho serão compostos paritariamente, com participação dos convidados, estes proporcionalmente divididos em relação ao seu número total de participantes.

§ 2º - Os Grupos de Trabalho serão realizados simultaneamente, para discutir, propor e votar os conteúdos que irão compor o Relatório Consolidado.

I - O Relatório Consolidado composto pelas propostas aglutinadas por similaridade e condensadas por eixo temático será lido e votado por grupos de trabalho;

II - Cada grupo de trabalho terá a responsabilidade de ler e votar as propostas iniciado por um eixo temático previamente definido pela Comissão Organizadora;

III - As propostas elencadas nas diretrizes que obtiverem 70% (setenta por cento) ou mais dos votos, em cada grupo de trabalho, nos quais foram apreciadas farão parte do Relatório Final da 4ª Conferência Municipal de Saúde;

IV – Para apreciação na Plenária Final, as propostas elencadas nas diretrizes constantes do Relatório Consolidado, destacadas nos grupos de trabalho, deverão ter a aprovação de, no mínimo, 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos votos nos demais grupos de trabalho para compor o Relatório Final;

V - Os grupos de trabalho terão mesas paritárias, com coordenação e secretaria, que serão indicados pela Comissão Organizadora.

§ 3º - A Plenária Final tem por objetivo debater, aprovar ou rejeitar propostas provenientes do Relatório Consolidado dos Grupos de Trabalho, bem como as moções.

CAPÍTULO V DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 7º - A Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Saúde terá a seguinte estrutura:

I - Coordenador (a) Geral

II - Secretário (a) Geral

III - Relator (a) Geral

IV - Coordenador (a) de Secretaria

§ 1º - A Comissão Organizadora poderá indicar pessoas e representantes de entidades com contribuição significativa na área, para integrarem a estrutura de coordenação como apoiadores.

Art. 8º - A Comissão Organizadora será designada por meio de portaria específica do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 9º - A Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Saúde tem as seguintes atribuições:

I - Encaminhar a realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde, atendendo às deliberações do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde;

II - Propor ao Conselho Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Saúde:

O temário e os eixos temáticos da 4ª Conferência Municipal de Saúde;

O método de realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde e da consolidação do relatório;

Os nomes dos expositores da mesa redonda e do painel central;

A elaboração do roteiro de orientação para os expositores da mesa redonda;

III - Acompanhar a disponibilidade e organização da infraestrutura, inclusive, do orçamento para a etapa municipal;

IV - Elaborar o regulamento, e apresentá-lo ao Conselho Municipal de Saúde em reunião ordinária;

V - Encaminhar o Relatório Final da 4ª Conferência Municipal de Saúde ao Conselho Municipal de Saúde;

VI - Realizar o julgamento dos recursos relativos aos credenciamentos de delegados;

VII - Discutir e deliberar sobre todas as questões julgadas pertinentes acerca da 4ª Conferência Municipal de Saúde e não previstas nos itens anteriores, submetendo-as ao Conselho Municipal de Saúde.

Art. 10 – Ao Coordenador (a) Geral e Coordenador (a) Geral Adjunto cabe:

I - Convocar as reuniões da Comissão Organizadora;

II - Coordenar as reuniões e as atividades da Comissão Organizadora;

III - Supervisionar todo o processo de organização da 4ª Conferência Municipal de Saúde.

Art. 11 – Ao Secretário (a) Geral cabe:

I - Propor condições de infraestrutura necessárias à realização 4ª Conferência Municipal de Saúde, referentes ao local, equipamentos e instalações, audiovisuais, reprografia, comunicações, hospedagem, transporte, alimentação e outras;

II - Avaliar, juntamente com a Comissão Organizadora, a prestação de contas de todos os recursos destinados à realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde;

III - Propor os meios de acessibilidade, com vistas a incluir pessoas com deficiência e outras necessidades especiais, asseguradas condições para sua efetiva participação, nos termos do Manual de Acessibilidade da CISP/D/CNS;

IV - Organizar a pauta das reuniões da Comissão Organizadora;

V - Participar das reuniões do Comitê Executivo;

VI - Organizar e manter arquivo dos documentos recebidos e cópias dos documentos encaminhados em função da realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde;

VII - Encaminhar os documentos produzidos pela Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Saúde para providências;

VIII - Acompanhar a elaboração do regulamento da 4ª Conferência Municipal de Saúde pela Comissão Organizadora.

Art. 12 – Ao Relator (a) Geral cabe:

I - Coordenar a Relatoria da etapa municipal;
II - Acompanhar a elaboração do Regulamento da 4ª. Conferência Municipal de Saúde e suas alterações;
III - Estimular o encaminhamento, em tempo hábil, dos relatórios da Conferência Municipal de Saúde à Comissão Organizadora da 7ª Conferência Estadual de Saúde;
IV - Coordenar o processo de trabalho dos relatores;
V - Coordenar a elaboração dos consolidados dos grupos de trabalho;
VI - Coordenar a elaboração e a organização das moções, aprovadas na Plenária Final, no Relatório Final da 4ª Conferência Municipal de Saúde;
VII - Coordenar a elaboração do Relatório Final da 4ª Conferência Municipal de Saúde a ser apresentado ao Conselho Estadual de Saúde e à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 13 – Ao Coordenador (a) de Secretaria cabe:

I - Orientar quanto ao processo de inscrição dos delegados à Etapa Estadual;
II - Organizar e manter arquivo dos documentos RECEBIDOS relativos à inscrição de delegados;
III - Supervisionar o processo de credenciamento dos inscritos na 4ª Conferência Municipal de Saúde;
IV - Solucionar os problemas que surgirem no ato do credenciamento;
V - Distribuir e organizar os Grupos de Trabalho;
VI - Emitir certificados aos participantes da 4ª Conferência Municipal de Saúde.

CAPÍTULO VII DOS PARTICIPANTES

Art. 14 - A 4ª Conferência Municipal de Saúde nos termos do § 4º, do art. 1º, da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e nos termos da Resolução nº 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde - CNS, a representação de delegados dos usuários na 4ª Conferência Municipal de Saúde será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, prestadores de serviços e profissionais de saúde, sendo assim configurada a participação:

I - 50% dos participantes serão representantes dos usuários;
II - 25% dos participantes serão representantes dos profissionais de saúde; e
III - 25% serão representantes de gestores e prestadores de serviços de saúde.

Art. 15 - Serão delegados na 7ª Conferência Estadual de Saúde os delegados eleitos na etapa municipal cujo quantitativo tem por base a população estimada em 2014 pelo IBGE, e que corresponde a 8 delegados.

Art. 16 - Os delegados que participarão da 7ª Conferência Estadual de Saúde serão eleitos dentre os participantes da etapa municipal.

Art. 17 - Os Conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba são delegados natos para participarem das etapas da 4ª Conferência Municipal de Saúde.

Art. 18 - Serão convidados para a 4ª Conferência Municipal de Saúde:

I - Representantes de órgãos, entidades, instituições municipais;
II - Personalidades municipais, com atuação de relevância na área de saúde e setores afins;
III - Movimentos Sociais.

Art. 19 - Os participantes com deficiências e/ou patologias deverão fazer o registro na ficha de inscrição da 4ª Conferência Municipal

de Saúde, para que sejam providenciadas as condições necessárias à sua participação.

CAPÍTULO XIII DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 20 - As despesas com a realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde serão custeadas pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da 4ª. Conferência Municipal de Saúde.

Aprovado por unanimidade em reunião do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba no dia 26 de junho de 2015.

Elsita Throstemberg de Andrade
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DECRETO Nº 118/2015

DECRETO N.º 118 DE 30 DE JUNHO DE 2015.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos dos empenhos a pagar da PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, abaixo relacionado:

GABINETE DO PREFEITO			
CODIGO	ANO EMP	CREDOR	VALOR R\$
00365114	2014	MMOBILE EIRELI	160,00
00365214	2014	JM COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA - EPP	200,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
CODIGO	ANO EMP	CREDOR	VALOR R\$
00019014	2014	PERICIAL SUL - PER.M.M.E S.T.A.C. E AUDITORIA LTDA	210,00
00255114	2014	AQUAGAS COMERCIO DE GAS LTDA-ME	159,96
00322014	2014	IMPrensa NACIONAL	174,82
00329314	2014	PERUIBE COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO ELETRONICOS LT	297,58
00404414	2014	ALEX SANDRO SOUZA INFORMATICA - ME (HELP INF.)	10,00
00434414	2014	E-PRINTER SERVIÇOS E EQUIP. DE INF. LTDA - ME	60,00
SECRETARIA DA FAZENDA			
CODIGO	ANO EMP	CREDOR	VALOR R\$
00013314	2014	ASTEROIDE PEREIRA - ME	88,46
00016814	2014	SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA	239,50
00404514	2014	MARCELO GALVAN SEBASTIAO - ME (MASTERFRIO)	1.330,00
00406414	2014	CJ LEAL - EPP (LEAL INSTALADORA)	104,95
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
CODIGO	ANO EMP	CREDOR	VALOR R\$
00015214	2014	COOPERATIVA DE ELETRECIDADE DE PAULO LOPES	735,64
00017014	2014	SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA	630,61
00017914	2014	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	794,68
00026214	2014	MULTIBAN LOC. DE BENS MOVEIS LTDA (PIPI MOVEI)	600,00
00302114	2014	COMERCIAL CASCAES LTDA	132,56
00354214	2014	ISRAEL GONÇALVES MEI	0,01
00408014	2014	M & L EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA	0,05
00408914	2014	LAVACAO EDENESER LTDA ME	438,01
00409414	2014	ASTEROIDE PEREIRA - ME	754,18
00429114	2014	ANTONIO MANOEL DA SILVA	3.000,00
00429714	2014	CELESC DISTRIBUICAO S/A	98,05
00431114	2014	SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA	0,01
00431214	2014	SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA	0,01
00431314	2014	M & L EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA	0,03
00447414	2014	MEGAA DIESEL - MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO L	25,00
00447514	2014	MEGAA DIESEL - MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO L	25,00
00466814	2014	ANTONIO SERGIO FERNANDES EPP	34,15
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
CODIGO	ANO EMP	CREDOR	VALOR R\$
00001914	2014	CELESC DISTRIBUICAO S/A	390,31
00011314	2014	BETO COMERCIO DE PNEUS LTDA ME	83,27
00011414	2014	BETO COMERCIO DE PNEUS LTDA ME	127,89
00013714	2014	ASTEROIDE PEREIRA - ME	81,42
00017214	2014	SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA	44,75
00021614	2014	MARIA APARECIDA DA SILVA PLACAS - ME (AUTO PLACAS)	120,00
00141814	2014	L1 Serviços de Org. de Feiras, Cong, Eventos Ltda	164,96
00174414	2014	OI S/A (BRASIL TELECOM)	300,00
00174814	2014	SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA	44,75
00176214	2014	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	17,88
00176314	2014	CELESC DISTRIBUICAO S/A	189,42
00176514	2014	TELEFONICA BRASIL SA	315,65

00228914	2014	ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	57,92
00229214	2014	ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	86,88
00254014	2014	ELMO PAPELARIA LTDA	129,45
00265314	2014	SERRANA SISTEMAS DE ENERGIAS LTDA	184,00
00291314	2014	ORLEANS INFORMATICA LTDA EPP	217,30
00335314	2014	Lotinu Uniformes Profissionais Eireli	811,90
00335414	2014	Lotinu Uniformes Profissionais Eireli	423,60
00353214	2014	BETO COMERCIO DE PNEUS LTDA ME	421,85
00353314	2014	BETO COMERCIO DE PNEUS LTDA ME	403,60
00366914	2014	COMPANHIA C. DE AGUAS E SANEAMENTO (CASAN)	35,88
00399914	2014	AQUAGAS COMERCIO DE GAS LTDA-ME	400,00

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTUA

CODIGO	ANO EMP	CREDOR	VALOR R\$
00121913	2013	J L CONSTRUÇÕES LTDA ME	261,36
00043014	2014	E-PRINTER SERVIÇOS E EQUIP. DE INF. LTDA - ME	160,00
00067514	2014	ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	246,60
00107714	2014	CARIM DAS NEVES	1.448,00
00107814	2014	GISELE BITTENCOURT THOME	1.448,00
00107914	2014	JAHER FREDSON FERNANDES	1.448,00
00108014	2014	DJALMA LUIZ RODRIGUES	434,40
00108114	2014	DJALMA LUIZ RODRIGUES	434,40
00108214	2014	DJALMA LUIZ RODRIGUES	579,20
00207814	2014	ANTONIO CESAR DOS SANTOS & CIA LTDA ME (TONINHO)	0,70
00213814	2014	BETO COMERCIO DE PNEUS LTDA ME	43,39
00216414	2014	BETO COMERCIO DE PNEUS LTDA ME	51,05
00216514	2014	BETO COMERCIO DE PNEUS LTDA ME	42,51
00262314	2014	TRATOR PEÇAS COMERCIO DE PECAS PARA TRATOR LTDA	185,00
00283114	2014	NESTOR COM. E TRANSPORTE DE COMBUSTIVEIS LTDA	700,01
00285514	2014	VANDA ELIZABET ZANELLA	7.200,00
00305214	2014	COMERCIAL CASCAES LTDA	163,02
00321714	2014	MARIA HELENA RODRIGUES DE AGUIAR - ME (PATYMAR)	128,00
00321814	2014	TITA EVENTOS EIRELI EPP	26,46
00325814	2014	VIP CAR VEICULOS LTDA	20,05
00328114	2014	MEGAA DIESEL - MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO L	104,25
00353114	2014	LAVACAO EDENESER LTDA ME	417,33
00355814	2014	COMERCIAL CASCAES LTDA	6,73
00355914	2014	COMERCIAL CASCAES LTDA	65,38
00357414	2014	MEGAA DIESEL - MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO L	925,00
00357514	2014	MEGAA DIESEL - MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO L	953,41
00362414	2014	SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA. EPP	0,01
00388714	2014	LAVACAO EDENESER LTDA ME	247,62
00388814	2014	LAVACAO EDENESER LTDA ME	5,54
00447014	2014	BETO COMERCIO DE PNEUS LTDA ME	50,91

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

CODIGO	ANO EMP	CREDOR	VALOR R\$
00133314	2014	MARIA APARECIDA DA SILVA PLACAS - ME (AUTO PLACAS)	125,00
00203514	2014	ASTEROIDE PEREIRA - ME	5,92
00216814	2014	BETO COMERCIO DE PNEUS LTDA ME	0,27
00216914	2014	BETO COMERCIO DE PNEUS LTDA ME	17,86
00259814	2014	MARIA GORETE PISONI DA SILVA ME	18,30
00264114	2014	FERTIL COMERCIO E REP. DE PROD. VETERINARIOS LTDA	2.358,00
00295014	2014	NITROSEMEN - PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	585,00
00295114	2014	NITROSEMEN - PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	589,57
00297714	2014	MEGAA DIESEL - MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO L	119,05
00297814	2014	MEGAA DIESEL - MECANICA E ACESSORIOS AUTO ARROIO L	25,00
00299014	2014	SANTOMAQ SERVICOS PECAS E IMP. AGRICOLAS LTDA - ME	1.026,73
00389014	2014	LAVACAO EDENESER LTDA ME	181,03

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

CODIGO	ANO EMP	CREDOR	VALOR R\$
00212314	2014	AQUAGAS COMERCIO DE GAS LTDA-ME	45,00

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE			
CODIGO	ANO EMP	CREDOR	VALOR R\$
00231712	2012	ESSE CONSTRUÇÕES LTDA	293,40

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de junho de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/07/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

ERRATA DA LEI Nº 1.895, DE 18 DE JUNHO DE 2015

ERRATA DA LEI Nº 1.895, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Considerando o envio errôneo do arquivo da Lei nº 1.895, de 18 de junho de 2015, que aprovou a Concessão de Subvenção ao Núcleo de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra - Nata de Garopaba, do Município de Garopaba/SC, que foi publicada em 25 de junho de 2015, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, edição de nº 1770, pagina nº 415 com menção equivocadas das datas de 18 de junho de 2015, no título da Lei e de 18 de junho de 2015 ao final do texto da lei, apresenta a seguinte Correção: na data de publicação da Lei, onde se lê: Garopaba 18 de junho de 2015, leia-se: Garopaba 19 de junho de 2015 e ao final do texto da lei, onde se lê: Garopaba 18 de junho de 2015, leia-se: Garopaba 19 de junho de 2015.

Desta forma, para fins de correção da data de publicação a Lei nº 1.895, de 18 de junho de 2015 sancionada em 25 de junho de 2015, apresenta a seguinte redação originária:

Publicada a presente Errata no DOM/SC em 01/ 07/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

LEI Nº 1.895, DE 19 JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO AO NÚCLEO DE APOIO AO TOXICÔMANO E ALCOÓLATRA - NATA DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma subvenção no limite de R\$ 8.904,00 (oito mil e novecentos e quatro reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra - NATA de Garopaba, CNPJ n.º 01.179.112/0001-14.

Art. 2º. A concessão de subvenção de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com o Núcleo de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra - NATA de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 25/ 06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

ERRATA DA LEI Nº 1.896, DE 18 DE JUNHO DE 2015

ERRATA DA LEI Nº 1.896, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Considerando o envio errôneo do arquivo da Lei nº 1.896, de 18 de junho de 2015, que aprovou extingue escola municipal, do Município de Garopaba/SC, que foi publicada em 25 de junho de 2015, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, edição de nº 1770, pagina nº 415 com menção equivocadas das datas de 18 de junho de 2015, no título da Lei e de 18 de junho de 2015 ao final do texto da lei, apresenta a seguinte Correção: na data de publicação da Lei, onde se lê: Garopaba 18 de junho de 2015, leia-se: Garopaba 19 de junho de 2015 e ao final do texto da lei, onde se lê: Garopaba 18 de junho de 2015, leia-se: Garopaba 19 de junho de 2015.

Desta forma, para fins de correção da data de publicação a Lei nº 1.896, de 18 de junho de 2015 sancionada em 25 de junho de 2015, apresenta a seguinte redação originária:

Publicada a presente Errata no DOM/SC em 01/ 07/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

LEI Nº 1.896, DE 19 JUNHO DE 2015.

EXTINGUE ESCOLA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica extinta a Escola Isolada de Cova Triste, situada na localidade de Cova Triste, reconhecida pela Lei Municipal nº 626 de 20 de outubro de 1998.

Parágrafo único – Os bens públicos (casa e terreno) ficam a cargo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para Projetos Educacionais.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 25/ 06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

ERRATA DA LEI Nº 1.897, DE 18 DE JUNHO DE 2015

ERRATA DA LEI Nº 1.897, DE 18 DE JUNHO DE 2015.

Considerando o envio errôneo do arquivo da Lei nº 1.897, de 18 de junho de 2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação – PME, do Município de Garopaba/SC, que foi publicada em 25 de junho de 2015, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, edição de nº 1770, pagina nº 415 com menção equivocadas das datas de 18 de junho de 2015, no título da Lei e de 12 de junho de 2015 ao final do texto da lei, apresenta a seguinte Correção: na data de publicação da Lei, onde se lê: Garopaba 18 de junho de 2015, leia-se: Garopaba 19 de junho de 2015 e ao final do texto da lei, onde se lê: Garopaba 12 de junho de 2015, leia-se: Garopaba 19 de junho de 2015 e ao final do anexo I, onde se lê: Garopaba 18 de junho de 2015, leia-se: Garopaba 19 de junho de 2015.

Desta forma, para fins de correção da data de publicação a Lei nº 1.897, de 18 de junho de 2015 sancionada em 25 de junho de 2015, apresenta a seguinte redação originária:

Publicada a presente Errata no DOM/SC em 01/ 07/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

LEI Nº 1.897, DE 19 JUNHO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação do Município de Garopaba - PME para o período 2015-2024, constante do Anexo Único integrante desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º. São diretrizes do PME:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – melhoria da qualidade da educação;

V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;
VIII – aplicação de recursos públicos em educação, resultantes da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e da educação inclusiva, que assegurem o atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
IX – valorização dos (as) profissionais da educação;
X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º. As metas previstas no Anexo Único integrante desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º. As metas previstas no Anexo Único integrante desta Lei têm como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior.
Parágrafo único. O Município de Garopaba contribuirá com a ampliação do escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência.

Art. 5º. A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I – Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
II – Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores;
III – Conselho Municipal de Educação - CME;

IV – Comissão de Monitoramento e de Avaliação a ser instituída por Lei;

§ 1º. Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I – divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
II – analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
III – analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º. A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PME, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP publicará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei, com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 4º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.

§ 3º. A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º. O investimento público em educação a que se referem o inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e a meta 19 do anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º. O Município de Garopaba destinará à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º. O Município deverá promover, em colaboração com o Estado e a União, a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PME - 2015-2024 e subsidiar a elaboração do próximo Plano Municipal de Educação do Município de Garopaba.

Art. 7º. Fica mantido o regime de colaboração entre o Município, o Estado de Santa Catarina e a União para a consecução das metas do PME - 2015-2024 e a implementação das estratégias a serem realizadas.

§ 1º. As estratégias definidas no Anexo Único integrante desta Lei não excluem a adoção de medidas visando formalizar a cooperação entre os entes federados.

§ 2º. O Sistema Municipal de Ensino deverá prever mecanismos de acompanhamento para a consecução das metas do PME -2015-2024.

Art. 8º. Para garantia da equidade educacional, o Município deverá considerar o atendimento às necessidades específicas da Educação Especial, assegurando um sistema inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Art. 9º. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com o Estado e o Município constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

§ 1º. O sistema de avaliação a que se refere o caput produzirá, no máximo a cada 2 (dois) anos:

I – indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos (as) estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com

participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos (as) alunos (as) de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica;

II – indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo dos (as) profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outras relevantes.

§ 2º. A elaboração e a divulgação de índices para avaliação da qualidade, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que agreguem os indicadores mencionados no inciso I do § 1º não elidem a obrigatoriedade de divulgação, em separado, de cada um deles.

§ 3º. Os indicadores mencionados no § 1º serão estimados por etapa, estabelecimento de ensino, rede escolar, unidade da Federação e em nível agregado nacional, sendo amplamente divulgados, ressalvada a publicação de resultados individuais e indicadores por turma, que fica admitida exclusivamente para a comunidade do respectivo estabelecimento e para o órgão gestor da respectiva rede.

§ 4º. Cabem ao Inep a elaboração e o cálculo do Ideb e dos indicadores referidos no § 1º.

§ 5º. A avaliação de desempenho dos (as) estudantes em exames, referida no inciso I do § 1º, poderá ser diretamente realizada pela União ou, mediante acordo de cooperação, pelo Estado, no respectivo sistema de ensino e do seu Município, caso mantenha sistema próprio de avaliação do rendimento escolar, assegurada a compatibilidade metodológica entre esse sistema e o nacional, especialmente no que se refere às escalas de proficiência e ao calendário de aplicação.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do ano de 2023, o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. O Município deverá instituir em Lei específica, contados 4 (quatro) meses da publicação desta Lei a Comissão de Monitoramento e de Avaliação, e, contados 2 (dois) anos da publicação desta Lei o Sistema Municipal de Educação, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 25/ 06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

ANEXO único

METAS E ESTRATÉGIAS DO PME DE GAROPABA DECÊNIO 2015 – 2024.

META 1: Universalizar, até, 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS

1.1. Definir, em regime de colaboração com a União e o Estado, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

1.2. Realizar, periodicamente, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.

1.3. Estabelecer até o final de vigência deste Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

1.4. Manter e ampliar, em regime de colaboração com a União e o Estado, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

1.5. Implantar, até o terceiro ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.6. Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública e privada, até o final da vigência desse Plano.

1.7. Estimular, em regime de colaboração com a União e o Estado, a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a Garantir a elaboração e reformulação de currículos e pesquisas ligadas ao processo de

ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme Diretrizes Nacionais e Estaduais, vigentes.

1.8. Estimular o atendimento às populações do campo e às comunidades quilombolas na educação infantil.

1.9. Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes, público da educação especial, e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.10. Estimular, em regime de colaboração com a União e o Estado, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.11. Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.

1.12. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.13. Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.14. Estimular, o acesso à educação infantil em tempo integral, para as crianças em idade de creche, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.15. Implementar, buscando a parceria da União, do Estado e da iniciativa privada, espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.

1.16. Incentivar, a formação inicial e promover formação continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.

1.17. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre a instituição e a família.

1.18. Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região, conforme legislação vigente.

META 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS

2.1. Pactuar, em regime de colaboração com a União e o Estado, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

2.2. Fortalecer, em regime de colaboração com o Estado e em parceria com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes.

2.3. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social.

2.4. Adotar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades quilombolas.

2.5. Disciplinar, no âmbito do sistema de ensino municipal, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.6. Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, incentivando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.7. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre a escola e a família.

2.8. Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo e quilombolas, nas próprias comunidades ou próximas a elas.

2.9. Garantir, em regime de colaboração com o Estado, matrícula no ensino fundamental dos filhos de profissionais que se dedicam a

atividades de caráter itinerante.

2.10. Oferecer, em regime de colaboração com o Estado, atividades extracurriculares de incentivo e de estímulo a habilidades, oportunizando a participação dos estudantes em certames e concursos de âmbito nacional, estadual e municipal.

2.11. Promover, em regime de colaboração com a União e o Estado, atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional, estadual e municipal.

2.12. Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema estadual de ensino para atender o público da educação especial.

2.13. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias.

2.14. Garantir, com a parceria da União e do Estado, a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

2.15. Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.

2.16. Estimular, em parceria com a União e o Estado, a criação, a renovação e a manutenção das bibliotecas, com espaços e acervos bibliográficos e incentivar a criação de biblioteca virtual com equipamentos, espaços e acervos bibliográficos, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

2.17. Estimular programas educacionais que promova efetivamente o ensino aprendizagem dos estudantes que apresentam dificuldades, a fim de prevenir a distorção idade/série, como reforço escolar, encaminhamentos à equipe multidisciplinar e outros profissionais da saúde e de áreas afins.

2.18. Garantir, em parceria com a União e o Estado, a inclusão dos estudantes, público da educação especial, nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

META 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

ESTRATÉGIAS

3.1. Apoiar a política e o programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura, esporte e formação continuada.

3.2. Promover, em parceria com a União, o Estado e a iniciativa privada, a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.3. Apoiar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades quilombolas e das pessoas público da educação especial.

3.4. Contribuir com o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.

3.5. Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos de idade fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.6. Articular em parceria com União, Estado e iniciativa privada, programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.7. Contribuir para o redimensionamento da oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

3.8. Contribuir com as políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

3.9. Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.10. Estimular e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

META 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades e/ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS

4.1. Garantir, com apoio da União e do Estado, a oferta de educação inclusiva e promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.2. Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.3. Priorizar a oferta de vagas para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, público da educação especial, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.4. Implantar, implementar e manter, em regime de colaboração com a União e o Estado, ao longo da vigência deste Plano, salas de recursos multifuncionais e promover, em parceria com a União e o Estado, a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.

4.5. Garantir, em parceria com a União e o Estado, atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes, público da educação especial, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante.

4.6. Aprimorar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes, público da educação especial, através de parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos estaduais e municipais, das áreas de saúde e assistência social.

4.7. Manter e ampliar, em parceria com a União e o Estado, programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes, público da educação especial, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada à necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional,

assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades e/ou superdotação.

4.8. Garantir, em parceria com a União e o Estado, a oferta de educação bilíngüe, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos de idade, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdo-cegos.

4.9. Fortalecer, com o apoio de órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude e com as famílias, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes, público da educação especial, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional dos mesmos.

4.10. Fomentar, com apoio da União e do Estado, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes, público da educação especial.

4.11. Promover, em regime de colaboração com a União e o Estado, o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação

de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes, público da educação especial, que requeiram medidas de atendimento especializado.

4.12. Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas, público da educação especial, com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.13. Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes, público da educação especial, em regime de colaboração com a União e o Estado, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, bidocência, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo-cegos,

professores de Libras e professores bilíngües.

4.14. Definir, durante a vigência deste Plano, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes, público da educação especial.

4.15. Promover, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, junto às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, pesquisa para obtenção de informação detalhada sobre o perfil dos indivíduos, público da educação especial, de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos de idade.

4.16. Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes, público da educação especial.

4.17. Promover parcerias com instituições especializadas públicas, privadas ou conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes, público da educação especial, matriculados na rede pública de ensino.

4.18. Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

4.19. Buscar e disseminar materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica.

4.20. Ampliar, em parceria com a União e o Estado, a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar a escolarização de estudantes da educação especial, matriculados na rede pública de ensino, a oferta da educação bilíngüe, libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e a garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes.

4.21. Disponibilizar, buscando parceria com a União e o Estado, recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de

professores, para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas.

META 5: Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS

5.1. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

5.2. Criar, com o apoio da União e do Estado, política de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental.

5.3. Incentivar a Instituição, em regime de colaboração com a União e o Estado, de instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

5.4. Adotar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.5. Estimular o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a

melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.6. Estimular a alfabetização de crianças do campo, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural das comunidades quilombolas.

5.7. Incentivar a formação inicial e promover, em regime de colaboração com a União e o Estado, formação continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu*.

5.8. Implantar, com o apoio da União e do Estado, políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngüe de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.9. Estimular, com o apoio da União e do Estado, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura, implementando programas de incentivo à leitura.

META 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 40% (quarenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 20% (vinte por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica, até o final da vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS

6.1. Promover, com o apoio da União e do Estado, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo.

6.2. Instituir, em regime de colaboração com a União e o Estado, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

6.3. Aderir ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.4. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques e igualmente com organizações não governamentais e privadas que oportunizem espaços de educação ambiental, cultura e bem estar.

6.5. Estimular, em parceria com a União, o Estado e iniciativa privada, a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública.

6.6. Ofertar, em parceria com a União e o Estado, educação em tempo integral para pessoas, público da educação especial, na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais, bem como com profissionais habilitados.

6.7. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.

6.8. Assegurar, com o apoio da União e do Estado, alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, preferencialmente oriunda da agricultura familiar e/ou da própria horta escolar, conforme legislação vigente.

6.9. Proporcionar atividades de educação ambiental continuada e interdisciplinar para os estudantes que estão na escola em período integral promovendo a sustentabilidade dos espaços escolares e da comunidade, o consumo consciente dos recursos naturais e conservação dos ativos ambientais do município.

META 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais no IDEB:

METAS PROJETADAS PARA O IDEB - GAROPABA	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	5,2	5,5	5,8	6,1
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	5,0	5,2	5,5	5,7
ENSINO MÉDIO	4,7	5,2	5,4	5,6

ESTRATÉGIAS

7.1. Estabelecer e implantar, em regime de colaboração com a União e o Estado, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade regional e local.

7.2. Assegurar, em regime de colaboração com o Estado, que:

- a) Até o quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- b) No último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3. Instituir, em regime de colaboração com a União e o Estado, indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.4. Estimular processo contínuo de auto-avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da

qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.5. Formalizar e executar, com o apoio da União e do Estado, os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.6. Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngüe para surdos.

7.7. Adotar, em parceria com instituições educacionais públicas e privadas, práticas pedagógicas que visem atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e garantindo, até o último ano de vigência deste plano, a equidade da aprendizagem.

7.8. Acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas do município, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos estudantes, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.

7.9. Incentivar o desenvolvimento de tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio.

7.10. Incentivar práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas.

7.11. Garantir, com o apoio da União e do Estado, transporte gratuito, com acessibilidade para todos os estudantes na faixa etária da educação escolar obrigatória, proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.12. Participar, em regime de colaboração com a União e o Estado, do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

7.13. Expandir, em colaboração com a União e o Estado, durante a vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.14. Subsidiar tecnicamente as Associações de Pais e Professores - APPs - e Conselhos Escolares para aplicação e gestão responsável dos recursos visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

7.15. Potencializar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, através de parceria com a União, o Estado e a iniciativa privada.

7.16. Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso ao abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos.

7.17. Garantir, com apoio da União e do Estado, o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

7.18. Aderir a programa de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

7.19. Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração com a União e o Estado, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso a internet.

7.20. Participar, em regime de colaboração com a União e o Estado, na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.21. Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para os profissionais da área, visando apresentar aos educadores possibilidades de integração das tecnologias digitais ao currículo escolar.

7.22. Garantir, em parceria com a União, o Estado e Instituições Privadas, políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.23. Implementar, em regime de colaboração, políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de risco, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

7.24. Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.25. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.26. Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.27. Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.28. Aderir ao Sistema Nacional e Estadual de avaliação da educação básica, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.

7.29. Estimular, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura e contadores de histórias de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.30. Estabelecer, em regime de colaboração com a União e o Estado, políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

7.31. Desenvolver programas e metodologias, em regime de colaboração, para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

7.32. Estimular, em parceria com a União e o Estado, a criação, a renovação e a manutenção das bibliotecas, com espaços, equipamentos e acervos bibliográficos e incentivar a criação de biblioteca virtual com acervos bibliográficos, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

7.33. Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados, política de preservação da memória municipal.

7.34. Promover a regulação e supervisão da oferta da educação básica nas redes pública e privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.

7.35. Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos político-pedagógicos, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

7.36. Acompanhar a reestruturação e o aprimoramento do ensino médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

7.37. Estimular a capacitação dos gestores (dirigentes e coordenadores pedagógicos) em cursos sobre Gestão Escolar, visando garantir uma cultura escolar de planejamento e observação em sala de aula.

7.38. Estruturar e equipar, com recursos materiais e humanos, em parceria com a União, o Estado e/ou iniciativa privada, até o 5º ano de vigência

deste Plano, ao menos 01 (um) Centro para teleconferências e acesso à plataformas digitais de ensino à distância, tornando o espaço referência para cursos de formação de professores e estudantes.

META 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

ESTRATÉGIAS

8.1. Institucionalizar, em parceria com a União e o Estado, programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

8.2. Estimular programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3. Expandir a oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas, para os segmentos populacionais aqui considerados.

8.4. Acompanhar e monitorar a frequência dos estudantes e promover, em parceria com a União e o Estado, a ampliação da oferta deste atendimento na rede pública de ensino.

8.5. Promover o envolvimento de órgãos governamentais e não governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

8.6. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens dos segmentos populacionais considerados nesta meta, assegurando condições de acesso e permanência.

8.7. Valorizar o desenvolvimento de conteúdos e metodologias práticas de estímulo a manutenção dos jovens no campo como agroecologia e tecnologias amigáveis associadas à edificações rurais, incentivando produção saudável de alimentos, dotando o município de autonomia na área alimentar e referencia em agricultura familiar.

META 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2018 e, até o final da vigência deste PME reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS

9.1. Assegurar, em regime de colaboração com a União e o Estado, a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2. Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos

9.3. Implementar, com a parceria da União e do Estado, ações de alfabetização de jovens e adultos incentivando a continuidade da escolarização básica.

9.4. Promover, em regime de colaboração com a União e o Estado, ações de atendimento ao estudante da educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte e alimentação.

9.5. Apoiar, em regime de colaboração com a União e o Estado, projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.

9.6. Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

9.7. Estimular, em regime de colaboração com a União e o Estado, programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

9.8. Garantir a distribuição de material didático, estimulando o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como possibilitar o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola.

9.9. Implementar, em regime de colaboração com a União e o Estado, currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mercado de trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social.

9.10. Promover levantamento de dados sobre a demanda por EJA, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

META 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.

ESTRATÉGIAS

10.1. Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.

10.2. Expandir, em regime de colaboração com a União e o Estado, as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

10.3. Fomentar, em regime de colaboração com a União e o Estado, a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações.

10.4. Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.5. Aderir programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

10.6. Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mercado do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes.

10.7. Fomentar, em regime de colaboração com a União e o Estado, a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola.

10.8. Fomentar, em parceria com a União e o Estado, a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.9. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da

educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.

META 11: Ampliar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS

11.1. Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2. Contribuir com a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública de ensino.

11.3. Reestruturar, por meio da parceria com a União, as escolas de educação profissional levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos.

11.4. Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

11.5. Estimular a participação em programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional.

11.6. Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.

11.7. Estimular a expansão do atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional, de acordo com interesses e necessidades dos estudantes.

11.8. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, a oferta de educação profissional para o público da educação especial.

11.9. Contribuir para o desenvolvimento de programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

11.10. Estimular estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais.

11.11. Expandir, em parceria com a União e o Estado, o transporte gratuito para os estudantes da educação profissional, possibilitando o acesso às instituições profissionalizantes dentro do município.

META 12: Garantir a oferta de, pelo menos, 300 vagas na educação superior no município até o final do quinto ano de vigência deste plano e ampliar, a partir do sexto ano, em 50% até 2024, assegurando que pelo menos 70% destas vagas sejam ofertadas no segmento público.

ESTRATÉGIAS

12.1. Otimizar, em parceria com a União e o Estado, a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar o acesso à graduação.

12.2. Ampliar, em parceria com a União e o Estado, a oferta de vagas, por meio da expansão da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

12.3. Adotar, em parceria com a União e o Estado, políticas de assistência estudantil para assegurar à população considerada economicamente carente, bolsa de estudos de graduação, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes público da educação especial.

12.4. Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal.

12.5. Buscar parcerias públicas e privadas para a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.

12.6. Estimular estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município.

12.7. Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas público da educação especial.

12.8. Participar, com a União e o Estado, da consolidação de processos seletivos para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

12.9. Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo, na educação superior pública no âmbito do município.

12.10. Fortalecer, por meio de parceria com a União, as redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e Instituições de Ciência e Tecnologia - ICTs nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

12.11. Ofertar, em parceria com a União e o Estado, cursos superiores condizentes com o arranjo produtivo local, favorecendo a inserção profissional do egresso.

META 13: Articular, com a União e o Estado, de forma a garantir a qualidade da educação superior e a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior em 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

ESTRATÉGIAS

13.1. Acompanhar o processo contínuo de auto-avaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente.

13.2. Estimular, em articulação com a União e o Estado, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13.3. Incentivar, de forma articulada com a União, a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores.

META 14: Fomentar, em articulação com a União e Estado, matrículas na pós-graduação, buscando a elevação gradual do número de matrículas de modo a atingir a titulação 50 mestres e doutores, até ao final da vigência do Plano.

ESTRATÉGIAS

14.1. Apoiar, em parceria com a União e o Estado, a oferta de cursos de pós-graduação, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação à distância.

14.2. Colaborar, em articulação com a União e o Estado, na implementação de políticas de inclusão e de ação afirmativa, na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu.

14.3. Colaborar, em parceria com a União e o Estado, na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas público da educação especial.

14.4. Estabelecer, em regime de colaboração com a União e o Estado, parcerias com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

14.5. Promover, em regime de colaboração com a União e o Estado, o intercâmbio científico e tecnológico, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.

14.6. Buscar, em parceria com a União e o Estado, investimentos em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica.

14.7. Estimular, com a colaboração da União e do Estado, a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a biodiversidade regional.

14.8. Estimular, em regime de colaboração com a União e o Estado, a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.

14.9. Estimular estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão, sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, pedagogia da alternância, quilombola, indígena, povos do campo, comunidades tradicionais, para pessoas, público da educação especial, e em situação de privação de liberdade.

14.10. Estimular a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento a todas as formas de discriminação, a educação ambiental, quilombola, indígena, dos povos do campo e comunidades tradicionais.

14.11. Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

META 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e Município, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS

15.1. Estimular ações conjuntas com instituições públicas e privadas de nível superior, a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.

15.2. Apoiar a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos

profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.

15.3. Estimular programas específicos de formação para profissionais que atuam nas escolas do campo, comunidades quilombolas, educação especial e extratos historicamente excluídos.

15.4. Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.

15.5. Fomentar, em regime de colaboração com a União e o Estado, programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.

15.6. Fomentar, em regime de colaboração com a União e o Estado, a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério.

15.7. Acompanhar e incentivar a consolidação da política de formação continuada prevista para o Estado.

15.8. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

5.9. Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo, em regime de colaboração com a União e o Estado, formação específica para esse fim.

15.10. Possibilitar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam.

META 16: Formar, em nível de pós-graduação, 80% (oitenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS

16.1. Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação da União e do Estado.

16.2. Criar e consolidar, até o final da vigência deste plano, um programa permanente, definido em legislação específica, de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação stricto sensu, considerando as necessidades mais urgentes.

16.3. Participar de programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e

em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.

16.4. Ofertar, com apoio da União e do Estado, bolsas de estudo de pós-graduação stricto sensu para os professores e demais profissionais da educação básica, conforme legislação específica a ser instituída.

16.5. Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos de idade.

META 17: Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, reestruturando no prazo de 2 (dois) anos o plano de carreira que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS

17.1. Realizar, no prazo de dois anos de vigência deste plano, atualização do plano de carreira para os profissionais do magistério, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.

17.2. Equiparar a 80% (oitenta por cento) ao final do 6º (sexto) ano, e a igualar, até o último ano de vigência do Plano, o rendimento médio dos profissionais do magistério da rede pública municipal ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

17.3. Proporcionar, buscando a parceria da União e do Estado, condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

17.4. Estabelecer, em parceria com a União, o Estado e a iniciativa privada, ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

17.5. Realizar estudo a fim de subsidiar aprovação de lei com vistas a criação de cargos, e respectivos quantitativos de vagas, para a composição do quadro dos profissionais da educação da rede pública municipal.

17.6. Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

17.7. Estruturar a rede pública de educação básica, de modo a que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício na escola/instituição a que se encontram vinculados.

17.8. Aperfeiçoar, na rede pública, o acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de

fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação ao término do estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor.

17.9. Criar e implantar, até o último ano de vigência deste Plano, em âmbito municipal, plano de carreira para os profissionais da educação básica da rede pública, que não do magistério.

17.10. Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública municipal.

17.11. Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino.

META 18: Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito da União, do Estado e do Município, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior pública.

ESTRATÉGIAS

18.1. Criar e aprovar legislação específica em âmbito municipal, respeitando a legislação nacional, que regulamente a nomeação dos diretores de escola.

18.2. Ampliar, em regime de colaboração com a União e o Estado, o apoio aos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções, bem como a formação continuada aos conselheiros.

18.3. Constituir comissão de acompanhamento da execução deste PME, a fim de realizar avaliação periódica do mesmo.

18.4. Constituir o Fórum Permanente de Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com o intuito de coordenar as conferências municipais, debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares da educação básica, bem como efetuar, em parceria com a Comissão de Avaliação do PME, o acompanhamento da execução deste e dos Planos Estadual e Nacional.

18.5. Estimular a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, incentivando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

18.6. Consolidar a implantação de conselhos escolares nas instituições/escolas que ainda não possuem.

18.7. Estimular a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

18.8. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

18.9. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.

18.10. Fortalecer o conselho municipal de educação como órgão autônomo, constituído de forma paritária, com ampla representação social e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras.

18.11. Aprimorar os mecanismos de acompanhamento dos gastos com a educação, promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis.

18.12. Criar e implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Projeto Político Pedagógico e Plano de Gestão.

18.13. Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências de participação, em âmbito municipal e regional.

META 19: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Município no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS

19.1. Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todas as etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a

atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

19.2. Cooperar, com a União, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

19.3. Aplicar, na forma da lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso VI, do caput do Art. 214, da Constituição Federal.

19.4. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, conforme a legislação em vigor, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.

19.5. Desenvolver, com apoio da Secretaria de Orçamento e Contabilidade do município, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.

19.6. Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

19.7. Promover a adequação da legislação municipal regulamentando o art. 14 e o art. 104 da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o estabelecido no parágrafo único do art. 23 e no art. 211 da Constituição Federal e no § 4, do Art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 2 (dois) anos, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, o Estado e o Município, em matéria educacional, e a articulação dos sistemas de educação em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição

das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais.

19.8. Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

19.9. Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

19.10. Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

19.11. Buscar, junto à União e ao Estado, a complementação de recursos financeiros, se, comprovadamente, o município não atingir o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

19.12. Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários, PPA, LDO e LOA, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

19.13. Garantir, com o apoio da União e do Estado, a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.

19.14. Garantir, com o apoio da União e do Estado, aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino, assegurados os padrões mínimos de acessibilidade.

Comissão Coordenadora para a Elaboração do Plano Municipal de Educação.

Garopaba, 19 de junho de 2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº028/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2015
PMG E FMS

Ata nº. 028/2015; Processo nº. 054/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: MARCELO GALVAN SEBASTIÃO ME; Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada para prestar o serviço de manutenção de ar-condicionado da Prefeitura e Fundo Municipal de Garopaba; Valor: R\$30.225,00 (Trinta mil duzentos e vinte cinco reais); Data da Assinatura: 16/06/2015.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº029/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2015
PMG

Ata nº. 029/2015; Processo nº.056/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: MADEIREIRA TORQUATO LTDA ME; Objeto: Registro de preço para aquisição de madeiras para uso da secretaria de Infra Estrutura e Serviços. Valor: R\$ 71.100,00 (setenta e um mil e cem reais); Data da Assinatura: 17/06/2015.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº030/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2015
PMG

Ata nº. 030/2015; Processo nº.068/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA; ROSIVANIO MATIAS DE SOUZA – ME; Objeto: registro de preço pelo período de 12 (doze) meses pretendendo a aquisição parcelada, de brita, areia, pedrisco e bica corrida para manutenção de vias não pavimentadas do município de Garopaba; Valor: R\$ 116.670,00 (Cento e dezesseis mil seiscentos e setenta reais); Data da Assinatura: 17/06/2015.

PORTARIA N.º 524/2015

PORTARIA N.º 524, DE 30 DE JUNHO DE 2015.
Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00028/13-3 E A CERTIDÃO EXPEDIDA PELO IPREV SOB O Nº 865/2013, nos assentos funcionais da servidora ROSEMAR DE SOUZA, detentora da matrícula funcional nº. 0753 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art.1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) ROSEMAR DE SOUZA, detentora da matrícula nº. 0753, e do cargo de provimento efetivo de Professor, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00028/13-3 e pela Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo IPREV sob o nº 865/2013, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de abril de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/07/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 525/2015

PORTARIA N.º 525, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00004/15-3, nos assentos funcionais da servidora MARIA CELECINA PEREIRA DE OLIVEIRA, detentora da matrícula funcional nº. 0087 e do cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DE SAÚDE e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art.1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) MARIA CELECINA PEREIRA DE OLIVEIRA, detentora da matrícula nº. 0087, e do cargo de provimento efetivo de Atendente de Saúde a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00004/15-3, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de abril de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/07/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

RESOLUÇÃO Nº 18/2015 CMS

Resolução nº 18 de 26 de junho de 2015.

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da 4ª Conferência Municipal de Saúde de Garopaba.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião extraordinária do dia 26 de junho de 2015, no uso de suas atribuições:

RESOLVE aprovar o Regimento Interno da 4ª Conferência Municipal de Saúde de Garopaba.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 26 de junho de 2015.
ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 01/07/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

REGIMENTO INTERNO

4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

**CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS**

Art. 1º - A 4ª Conferência Municipal de Saúde, convocada pelo Decreto nº 107, de 17 de junho de 2015, do Prefeito Municipal, tem por objetivos:

I - reafirmar, impulsionar e efetivar os princípios e diretrizes do

Sistema Único de Saúde - SUS, para garantir a saúde como direito humano, a sua universalidade, integralidade e equidade do SUS, com base em políticas que reduzam as desigualdades sociais e territoriais, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, e nas Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

II - mobilizar e estabelecer diálogos com a sociedade municipal acerca do direito à saúde e em defesa do SUS;

III - fortalecer a participação e o controle social no SUS, com ampla representação da sociedade;

IV - avaliar a situação de saúde, elaborar propostas a partir das necessidades de saúde e participar da construção das diretrizes do Plano Plurianual – PPA, e do Plano Municipal de Saúde, no contexto dos 25 anos do SUS; e

V - aprofundar o debate sobre as reformas necessárias à democratização do Estado, em especial as que incidem sobre o setor saúde municipal.

CAPÍTULO II DO TEMA

Art. 2º - Nos termos deste regimento, a 4ª Conferência Municipal de Saúde terá como tema central:

“Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro”.

§ 1º - Os eixos temáticos da 4ª. Conferência Municipal de Saúde são:

I - Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade;

II - Participação Social;

III - Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde;

IV - Financiamento do SUS e Relação Público-Privado;

V - Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;

VI - Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS;

VII - Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS; e

VIII - Reformas Democráticas e Populares do Estado focalizando o ente Município.

§ 2º - O eixo será discutido em painel central e mesa redonda, com coordenação, secretaria e a participação de expositores, indicados pela Comissão Organizadora, assegurando o debate com os delegados e convidados.

§ 3º - Serão elaboradas ementas que orientarão as apresentações dos expositores no painel central e na mesa redonda.

CAPÍTULO III ETAPAS Seção I DA ETAPA MUNICIPAL

Art. 3º - A 4ª Conferência Municipal de Saúde será realizadas no dia 01 de julho de 2015, em período integral, com início às 08h30 cumprindo a Etapa Municipal da 15ª Conferência Nacional de Saúde.

Art. 4º - A Etapa Municipal da 15ª. Conferência Nacional de Saúde, com base em Documento Orientador e sem prejuízo de outros debates, tem o objetivo de analisar as prioridades locais de saúde, formular propostas no âmbito dos Municípios, dos Estados e da União, e elaborar Relatório Final, nos prazos previstos por este Regimento.

§ 1º - A divulgação da Etapa Municipal será ampla e a participação aberta a todos, com direito a voz e voto, em todos os seus espaços.

§ 2º - As propostas e diretrizes que incidirão sobre as políticas de saúde nas esferas Estadual e Nacional serão destacadas no Relatório Final da Etapa Municipal.

§ 3º - O Relatório Final da Etapa Municipal será de responsabilidade da Comissão Organizadora e deverá ser enviado à Comissão Organizadora da Etapa Estadual até o dia 31 de julho de 2015.

§ 4º - O registro dos dados sobre a Conferência no Portal da 15ª. Conferência Nacional de Saúde será feito pela Comissão Organizadora e o Conselho Municipal de Saúde, até o dia 31 de julho de 2015.

Art. 5º - Na Conferência Municipal serão eleitas os Delegados que participarão da Conferência Estadual, de forma paritária, conforme a Resolução nº 453/2012.

§ 1º - O resultado da eleição dos Delegados da Etapa Municipal será enviado pelo Conselho Municipal de Saúde à Comissão Organizadora da Etapa Estadual até o dia 31 de julho de 2015.

CAPÍTULO IV DAS INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Art. 6º - Serão consideradas como instâncias deliberativas da 4ª Conferência Municipal de Saúde:

I – Grupos de Trabalho;

II – Plenária Final.

§ 1º - Os Grupos de Trabalho serão compostos paritariamente, com participação dos convidados, estes proporcionalmente divididos em relação ao seu número total de participantes.

§ 2º - Os Grupos de Trabalho serão realizados simultaneamente, para discutir, propor e votar os conteúdos que irão compor o Relatório Consolidado.

I - O Relatório Consolidado composto pelas propostas aglutinadas por similaridade e condensadas por eixo temático será lido e votado por grupos de trabalho;

II - Cada grupo de trabalho terá a responsabilidade de ler e votar as propostas iniciado por um eixo temático previamente definido pela Comissão Organizadora;

III - As propostas elencadas nas diretrizes que obtiverem 70% (setenta por cento) ou mais dos votos, em cada grupo de trabalho, nos quais foram apreciadas farão parte do Relatório Final da 4ª Conferência Municipal de Saúde;

IV – Para apreciação na Plenária Final, as propostas elencadas nas diretrizes constantes do Relatório Consolidado, destacadas nos grupos de trabalho, deverão ter a aprovação de, no mínimo, 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos votos nos demais grupos de trabalho para compor o Relatório Final;

V - Os grupos de trabalho terão mesas paritárias, com coordenação e secretaria, que serão indicados pela Comissão Organizadora.

§ 3º - A Plenária Final tem por objetivo debater, aprovar ou rejeitar propostas provenientes do Relatório Consolidado dos Grupos de Trabalho, bem como as moções.

CAPÍTULO V DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 7º - A Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Saúde terá a seguinte estrutura:

I - Coordenador (a) Geral

II - Secretário (a) Geral

III - Relator (a) Geral

IV - Coordenador (a) de Secretaria

§ 1º - A Comissão Organizadora poderá indicar pessoas e representantes de entidades com contribuição significativa na área, para integrarem a estrutura de coordenação como apoiadores.

Art. 8º - A Comissão Organizadora será designada por meio de portaria específica do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 9º - A Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Saúde tem as seguintes atribuições:

I - Encaminhar a realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde, atendendo às deliberações do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde;

II - Propor ao Conselho Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Saúde:

O temário e os eixos temáticos da 4ª Conferência Municipal de Saúde;

O método de realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde e da consolidação do relatório;

Os nomes dos expositores da mesa redonda e do painel central;
A elaboração do roteiro de orientação para os expositores da mesa redonda;
III - Acompanhar a disponibilidade e organização da infraestrutura, inclusive, do orçamento para a etapa municipal;
IV - Elaborar o regulamento, e apresentá-lo ao Conselho Municipal de Saúde em reunião ordinária;
V - Encaminhar o Relatório Final da 4ª Conferência Municipal de Saúde ao Conselho Municipal de Saúde;

VI - Realizar o julgamento dos recursos relativos aos credenciamentos de delegados;
VII - Discutir e deliberar sobre todas as questões julgadas pertinentes acerca da 4ª Conferência Municipal de Saúde e não previstas nos itens anteriores, submetendo-as ao Conselho Municipal de Saúde.

Art. 10 – Ao Coordenador (a) Geral e Coordenador (a) Geral Adjunto cabe:

I - Convocar as reuniões da Comissão Organizadora;
II - Coordenar as reuniões e as atividades da Comissão Organizadora;
III - Supervisionar todo o processo de organização da 4ª Conferência Municipal de Saúde.

Art. 11 – Ao Secretário (a) Geral cabe:

I - Propor condições de infraestrutura necessárias à realização 4ª Conferência Municipal de Saúde, referentes ao local, equipamentos e instalações, audiovisuais, reprografia, comunicações, hospedagem, transporte, alimentação e outras;
II - Avaliar, juntamente com a Comissão Organizadora, a prestação de contas de todos os recursos destinados à realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde;
III - Propor os meios de acessibilidade, com vistas a incluir pessoas com deficiência e outras necessidades especiais, asseguradas condições para sua efetiva participação, nos termos do Manual de Acessibilidade da CISPD/CNS;
IV - Organizar a pauta das reuniões da Comissão Organizadora;
V - Participar das reuniões do Comitê Executivo;
VI - Organizar e manter arquivo dos documentos recebidos e cópias dos documentos encaminhados em função da realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde;
VII - Encaminhar os documentos produzidos pela Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal de Saúde para providências;
VIII - Acompanhar a elaboração do regulamento da 4ª Conferência Municipal de Saúde pela Comissão Organizadora.

Art. 12 – Ao Relator (a) Geral cabe:

I - Coordenar a Relatoria da etapa municipal;
II - Acompanhar a elaboração do Regulamento da 4ª. Conferência Municipal de Saúde e suas alterações;
III - Estimular o encaminhamento, em tempo hábil, dos relatórios da Conferência Municipal de Saúde à Comissão Organizadora da 7ª Conferência Estadual de Saúde;
IV - Coordenar o processo de trabalho dos relatores;
V - Coordenar a elaboração dos consolidados dos grupos de trabalho;
VI - Coordenar a elaboração e a organização das moções, aprovadas na Plenária Final, no Relatório Final da 4ª Conferência Municipal de Saúde;
VII - Coordenar a elaboração do Relatório Final da 4ª Conferência Municipal de Saúde a ser apresentado ao Conselho Estadual de Saúde e à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 13 – Ao Coordenador (a) de Secretaria cabe:

I - Orientar quanto ao processo de inscrição dos delegados à Etapa Estadual;

II - Organizar e manter arquivo dos documentos RECEBIDOS relativos à inscrição de delegados;
III - Supervisionar o processo de credenciamento dos inscritos na 4ª Conferência Municipal de Saúde;
IV - Solucionar os problemas que surgirem no ato do credenciamento;
V - Distribuir e organizar os Grupos de Trabalho;
VI - Emitir certificados aos participantes da 4ª Conferência Municipal de Saúde.

CAPÍTULO VII DOS PARTICIPANTES

Art. 14 - A 4ª Conferência Municipal de Saúde nos termos do § 4º, do art. 1º, da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e nos termos da Resolução nº 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde - CNS, a representação de delegados dos usuários na 4ª Conferência Municipal de Saúde será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, prestadores de serviços e profissionais de saúde, sendo assim configurada a participação:

I - 50% dos participantes serão representantes dos usuários;
II - 25% dos participantes serão representantes dos profissionais de saúde; e

III - 25% serão representantes de gestores e prestadores de serviços de saúde.

Art. 15 - Serão delegados na 7ª Conferência Estadual de Saúde os delegados eleitos na etapa municipal cujo quantitativo tem por base a população estimada em 2014 pelo IBGE, e que corresponde a 8 delegados.

Art. 16 - Os delegados que participarão da 7ª Conferência Estadual de Saúde serão eleitos dentre os participantes da etapa municipal.

Art. 17 - Os Conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba são delegados natos para participarem das etapas da 4ª Conferência Municipal de Saúde.

Art. 18 - Serão convidados para a 4ª Conferência Municipal de Saúde:

I - Representantes de órgãos, entidades, instituições municipais;
II - Personalidades municipais, com atuação de relevância na área de saúde e setores afins;
III - Movimentos Sociais.

Art. 19 - Os participantes com deficiências e/ou patologias deverão fazer o registro na ficha de inscrição da 4ª Conferência Municipal de Saúde, para que sejam providenciadas as condições necessárias à sua participação.

CAPÍTULO XIII DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 20 - As despesas com a realização da 4ª Conferência Municipal de Saúde serão custeadas pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da 4ª. Conferência Municipal de Saúde.

Aprovado por unanimidade em reunião do Conselho Municipal de Saúde de Garopaba no dia 26 de junho de 2015.

Elsita Throstenberg de Andrade
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 97/2015

DECRETO Nº. 097 de 30 de junho de 2015

“Institui Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público do Poder Legislativo Municipal.”

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,
Considerando Ofício/CVG/101/2015 da Câmara Municipal de Garuva, onde solicita que a Comissão Coordenadora instituída pelo Decreto Municipal nº 79/2015 possa também coordenar o processo do concurso público do Poder Legislativo Municipal,

DECRETA:

Art. 1o. – Fica instituída Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público do Poder Legislativo Municipal, composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Daniel Wagner Heinig
Secretária: Jucilene Furlan
Membros – Ana Claudia Pionheivcz Fantoni
Marcelo Eduardo Person
Marlene Terezinha Roeder

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças –
Departamento de Recursos Humanos
CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8225–
email:pmgaruva@garuva.sc.gov.br
Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC – CEP 89248-000

EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 017/2015 - Processo PMG nº 037/2015
Modalidade: Dispensa de Licitação
Contratado: Sociesc – Sociedade Educacional de Santa Catarina
Contratante: Prefeitura Municipal de Garuva
Objeto: Contratação de empresa para realização de Concurso Público, através de provas teóricas e práticas, de acordo com o perfil de cada cargo, para o preenchimento do quadro efetivo de servidor público da Prefeitura Municipal de Garuva.
Valor: R\$ 64.250,00 (sessenta e quatro mil duzentos e cinquenta reais)
Data de Assinatura: 18/06/2015.
Prazo: 04 (quatro) meses.
Amparo Legal: Artigo 24, Inciso XIII, da Lei 8.666/93.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 103/2015

PORTARIA Nº 103, de 26 de junho de 2015.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONSIDERANDO, Processo nº. 1749/2015;
CONSIDERANDO, Relatório Social;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, CAPÍTULO IV, SEÇÃO II, E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder licença, por motivo de doença em pessoa da família, pelo período de 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal RIVELINO SELL, ocupante do cargo de Professor, subordinado à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 12 de junho de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 98/2015

PORTARIA Nº. 098, de 24 de junho de 2015

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONSIDERANDO, Processo Nº 1780/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 SEÇÃO IV ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder licença sem remuneração, para tratar de interesses particulares, pelo período de 02 (dois) anos a contar da data de 01 de julho de 2015, ao servidor público municipal MARCIO RICARDO HERPICH, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar da data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DISPENSA LICITAÇÃO 02****TERMO DE RATIFICAÇÃO**

RATIFICO o ato do Diretor Administrativo, Senhor José Carlos Schutz, que dispensou com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8666/93, a Licitação para a contratação de empresa para realização de concurso público, através de provas, de acordo com o perfil de cada cargo, para o preenchimento do quadro efetivo de servidor público da Câmara Municipal de Garuva e ADJUDICO à Sociesc – Sociedade Educacional de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 84.684.182/0001-57, no valor de R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), face ao disposto no artigo 26 da Lei 8.666/93, vez que se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Garuva em, 29 de junho de 2015
Reginaldo Mews Rosa
Presidente

Gaspar

SAMAE - GASPAR

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 9/2015

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 30/04/2015

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 30/04/2015 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 31 de março de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

PORTARIA N. 50 DE 26 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA N. 50 DE 26 DE JUNHO DE 2015

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE ENCARREGADO DOS ENCANADORES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR RONÃ RAMOS

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado, a partir do dia 30 de junho de 2015, o servidor RONÃ RAMOS, portador do CPF nº. 817.251.409-34 e da CI nº. 2.482.862-9 do cargo em comissão de Encarregado dos Encanadores, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 26 de junho de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2015

Extrato de Contrato de Locação Nº 045/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 045/2015

PROCESSO Nº 061/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

LOCADOR: JOÃO AILTON SIMÃO

LOCATÁRIO: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: O LOCADOR dá em locação ao LOCATÁRIO, imóvel de sua propriedade, situado a Rua Deodora Simas Custodio, N/S, Canto dos Ganchos, Governador Celso Ramos/SC, constituído de uma construção de alvenaria com área de 57,50 m2 para ser utilizado como rancho de pescadores artesanais.

Valor do contrato: R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais)

Governador Celso Ramos, 23 de junho de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 016/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 016/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: MAGNA CONSULTORIA EM GESTÃO MUNICIPAL LTDA.-EPP

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 016/2015 PELO PERÍODO DE 30 (TRINTA) DIAS, a contar da data de 24/06/2015, bem como aditar em 25% o valor do contrato, readequando as quantias inicialmente licitadas.

Governador Celso Ramos 30 de junho de 2015

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 34/2015

RESOLUÇÃO Nº 34/2015.

ADOA O DECRETO Nº 062/2015 DO PODER EXECUTIVO PARA OS FINS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no uso das suas atribuições faz saber que o PLENÁRIO aprovou e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Sendo obrigatórios no que couber, a Câmara Municipal de Vereadores de Governador Celso Ramos, adotará os procedimentos estabelecidos pelo Decreto Municipal Nº 062/2015, de 20 de maio de 2015, quanto à reavaliação, redução ou valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens sob sua gestão.

Art. 2º - A normativa mencionada no artigo anterior fará parte integrante desta Resolução.

Art.3º - Incumbirá à Secretaria Administrativa da Câmara o cumprimento desta Resolução.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 29 de Junho de 2015.

Marcos Henrique da Silva

Presidente

Mesa Diretora

Grão Pará

PREFEITURA

EDITAL PR 22/2015

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 57/2015

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 22/2015-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA CARROCERIA PARA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 16/07/2015, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 30 de junho de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos que integram o rol de produtos de limpeza da Rede Municipal de Ensino.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público.

Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras. No entanto, em razão de a continuidade do fornecimento de produtos de limpeza ser condição necessária ao prosseguimento dos serviços públicos de ensino, o que revela relevantes razões de interesse público, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Big Mix Comércio Varejista de Variedades Ltda

Ordens de Pagamento: 0473, 0474, 0475, 1454, 1538, 1539, 1550, 1618, 1619, 1691, 2096, 2097, 2098, 2101 e 2204.

Valor: R\$ 2.392,14

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 30 de junho de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ**PR 07/2015 REFORMA SPRINTER**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 08/2015

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 07/2015-PR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETÍFICA DO MOTOR DE UMA SPRINTER CDI 313, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, COM COLOCAÇÃO DE PEÇAS DE PRIMEIRA. Data e Horário de Abertura: 17/07/2015, às 14:00 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 30 de junho de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÕES PROCESSO 14.2015 FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

PROCESSO Nº 14/2015 HOMOLOGAÇÃO: 30/06/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NOS ENCONTROS COM AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PAIF (SERVIÇO DE ATENDIMENTO E PROTEÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA) NO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) DE GUARACIABA - SC.

CONTRATADO: MERCADO KIKO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.034,20 (um mil e trinta e quatro reais e vinte centavos)

CONTRATADO: ROBERTO LUIZ MALDANER - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 554,40 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos)

=====

Guaramirim

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 21/2015 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 21/2015 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 54/2015- PMG

Objeto: Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA LEVE DE VEÍCULOS O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 54/2015 - PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: DILSON DIMAS TOMAZINI ME, com sede na Rua Henrique Pereira, 40, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 80.985.963/0001-20.

Vigência: Início: 22/06/2015 Término: 21/06/2016.

Fornecedor: 146943 - DILSON DIMAS TOMAZINI - ME					
1 - PARATI					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	6	JOGO	JOGO PASTILHA DE FREIO - PARATI DE 2001 A 2013	49,99	299,94
2	4	PC	CORREIA DENTADA PARATI DE 2001 A 2013	33,51	134,04
3	4	PC	TENSOR CORREIA DENTADA - PARATI DE 2001 A 2013	45,42	181,68
4	4	PC	CORREIA MICRO V - PARATI DE 2001 A 2013	36,42	145,68
5	4	PC	ROLAMENTO ESTICADOR - PARATI DE 2006 A 2013	121,17	484,68
6	4	JOGO	JOGO DE VELAS - PARATI DE 2006 A 2013	71,46	285,84
7	4	JOGO	JOGO CABO VELAS - PARATI DE 2001 A 2013	84,47	337,88
8	2	PC	BATERIA 60 AP - PARATI DE 2006 A 2015	165,35	330,70
9	4	PC	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - PARATI DE 2006 A 2013	13,99	55,96
10	4	PC	SPRAY LIMPA AR CONDICIONADO - PARATI DE 2006 A 2013	15,92	63,68
11	4	PC	FILTRO DE AR CONDICIONADO - PARATI DE 2006 A 2013	16,20	64,80
12	4	PC	KIT ALAVANCA DE MARCHA - PARATI DE 2006 A 2013	38,08	152,32
13	4	PC	ROLAMENTO DIANTEIRO - PARATI DE 2001 A 2013	50,40	201,60
14	2	PC	CAIXA COMPLETADA DA DIREÇÃO - PARATI DE 2001 A 2013	323,64	647,28
15	4	PC	BARRA DE DIREÇÃO - PARATI DE 2001 A 2013	61,07	244,28
16	8	PC	SUORTE DO MOTOR - PARATI DE 2001 A 2013	37,39	299,12
17	8	PC	SUORTE DE CAIXA DE MARCHA - PARATI DE 2001 A 2013	46,66	373,28
18	4	PC	RETENTOR DO TRAMBULADOR - PARATI DE 2001 A 2013	22,98	91,92
19	4	PC	KIT TRAMBULADOR DE MARCHA - PARATI DE 2001 A 2013	35,03	140,12
20	4	PC	ENGRENAGEM DA CAIXA DE MARCHA - PARATI DE 2001 A 2013	167,56	670,24
21	4	PC	SINCRONIZADO DA CAIXA DE MARCHA - PARATI DE 2001 A 2013	124,64	498,56
22	4	PC	ROLAMENTO DA CAIXA - PARATI DE 2001 A 2013	39,60	158,40
23	4	PC	COROA DA CAIXA DE MARCHA - PARATI DE 2001 A 2013	124,64	498,56
24	4	PC	HOMOCINÉTICA - PARATI DE 2001 A 2013	81,43	325,72
25	4	PC	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO - PARATI DE 2001 A 2013	81,71	326,84
26	4	PC	ROLAMENTOS DA RODA TRASEIRO - PARATI DE 2001 A 2013	38,36	153,44
27	4	PC	SATÉLITE DA CAIXA DE MARCHA - PARATI DE 2006 A 2013	100,82	403,28
28	4	PC	EIXO DO TRAMBULADOR DE MARCHA - PARATI DE 2006 A 2013	82,54	330,16
Valor do Lote 01	R\$ 7.900,00				
2 - MONTANA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	8	JOGO	JOGO DE VELA IGNIÇÃO - MONTANA DE 2003 A 2013	32,72	261,76
2	8	JOGO	JOGO CABO DE IGNIÇÃO - MONTANA DE 2003 A 2013	43,81	350,48
3	8	PC	BOBINA IGNIÇÃO - MONTANA DE 2003 A 2013	95,17	761,36
4	8	JOGO	JOGO DE PALHETAS - MONTANA DE 2003 A 2013	24,13	193,04
5	8	PC	AMORTECEDOR DIANTEIRO - MONTANA DE 2003 A 2013	96,83	774,64
6	8	PC	KIT BATENTE AMORTECEDOR - MONTANA DE 2003 A 2013	54,58	436,64
7	8	PC	BUCHA DE BANDEJA - MONTANA DE 2003 A 2013	22,37	178,96
8	8	PC	PIVÔ DE DIREÇÃO - MONTANA DE 2003 A 2013	36,76	294,08

9	8	PC	BIELETA - MONTANA DE 2003 A 2013	17,71	141,68
10	8	PC	TERMINAL DE DIREÇÃO - MONTANA DE 2003 A 2013	33,65	269,20
11	8	PC	COXIM AMORTECEDOR DIANTEIRO - MONTANA DE 2003 A 2013	30,54	244,32
12	8	PC	SELO DE AGUA - MONTANA DE 2003 A 2013	5,48	43,84

Valor do Lote 02 R\$ 3.950,00

3 - DOBLO

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
------	-----	-----	-----------	----------------	-------------

1	30	PC	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - DOBLO DE 2003 A 2013	12,39	371,70
2	10	PC	BUCHA MOLA TRASEIRA - DOBLO DE 2003 A 2013	57,25	572,50
3	ITEM ANULADO				
4	20	JOGO	PASTILHA DE FREIO - DOBLO DE 2003 A 2013	67,66	1.353,20
5	20	PC	AMORTECEDOR TRASEIRO - DOBLO DE 2003 A 2013	124,23	2.484,60
6	10	PC	PATIN TRASEIRO - DOBLO DE 2003 A 2013	96,23	962,30
7	10	PC	PIVÔ DE DIREÇÃO - DOBLO DE 2003 A 2013	68,82	688,20
8	10	JOGO	JOGO VELA IGNIÇÃO - DOBLO DE 2003 A 2013	45,55	455,50
9	10	PC	BOBINA IGNIÇÃO - DOBLO DE 2003 A 2013	131,66	1.316,60
10	10	PC	SENSOR DE CORREIA DENTADA - DOBLO DE 2003 A 2013	86,42	864,20
11	12	PC	BICO INJETOR - DOBLO DE 2003 A 2013	98,00	1.176,00
12	10	PC	CABO DE VELA IGNIÇÃO - DOBLO DE 2003 A 2013	95,75	957,50
13	10	PC	SENSOR DE TEMPERATURA - DOBLO DE 2003 A 2013	47,17	471,70
14	10	PC	VÁLVULA TERMOSTÁTICA - DOBLO DE 2003 A 2013	94,22	942,20
15	10	PC	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO - DOBLO DE 2003 A 2013	50,75	507,50
16	10	PC	SONDA - DOBLO DE 2003 A 2013	103,31	1.033,10
17	10	PC	ROLAMENTO RODA TRASEIRO - DOBLO DE 2003 A 2013	68,71	687,10
18	10	PC	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA - DOBLO DE 2003 A 2013	68,71	687,10
19	10	PC	BUCHA DE MOLA - DOBLO DE 2003 A 2013	57,96	579,60
20	10	PC	BIELETE TRASEIRA - DOBLO DE 2003 A 2013	23,94	239,40
21	10	PC	AMORTECEDORES DIANTEIROS - DOBLO DE 2003 A 2013	129,53	1.295,30
22	10	PC	ROLAMENTO TRASEIRO COM CUBO - DOBLO DE 2003 A 2013	85,47	854,70

Valor do Lote 03 R\$ 18.500,00

4 - STRADA

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	4	PC	CORREIA DO COMANDO - STRADA DE 2000 A 2013	30,54	122,16
2	4	PC	SENSOR CORREIA - STRADA DE 2000 A 2013	36,77	147,08
3	4	PC	ROLAMENTO RODA DIANTEIRA - STRADA DE 2000 A 2013	32,20	128,80
4	4	PC	ROLAMENTO RODA TRASEIRO - STRADA DE 2000 A 2013	32,20	128,80
5	4	PC	ROLAMENTO COM CUBO - STRADA DE 2000 A 2013	93,08	372,32
6	4	PC	JOGO DE VELA DE IGNIÇÃO - STRADA DE 2000 A 2013	29,19	116,76
7	4	PC	CORREIA DENTADA - STRADA DE 2000 A 2013	29,08	116,32
8	4	PC	ROLAMENTO ESTICADOR MICRO V - STRADA DE 2000 A 2013	45,19	180,76
9	4	PC	AMORTECEDOR DIANTEIRO - STRADA DE 2000 A 2013	110,32	441,28
10	4	PC	AMORTECEDOR TRASEIRO - STRADA DE 2000 A 2013	107,72	430,88
11	4	PC	CABO DE VELA IGNIÇÃO - STRADA DE 2000 A 2013	53,71	214,84

Valor do Lote 04 R\$ 2.400,00

5 - CELTA

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	15	JOGO	JOGO DE PALHETAS DIANTEIRA 18 POLEGADAS - CELTA DE 2001 A 2013	22,92	343,80
2	16	PC	CILINDRO RODA TRASEIRA - CELTA DE 2003 A 2013	40,09	641,44
3	20	PC	PIVO SUSPENSÃO DIANTEIRO - CELTA DE 2000 A 2013	42,74	854,80
4	20	PC	TERMINAL DE DIREÇÃO - CELTA DE 2000 A 2010	23,12	462,40
5	16	PC	MUNHÃO (TRAMBULADOR) - CELTA DE 2000 A 2013	30,01	480,16
6	16	PC	HOMOCINÉTICA - CELTA DE 2003 A 2013	48,47	775,52
7	16	PC	MOLAS DIANTEIRAS - CELTA DE 2000 A 2013	59,19	947,04

8	8	PC	SENSOR TEMPERATURA - CELTA DE 2000 A 2013	30,76	246,08
9	8	PC	BOMBA D'ÁGUA - CELTA DE 2000 A 2013	47,63	381,04

10	8	PC	TENSOR CORREIA DENTADA - CELTA DE 2000 A 2013	39,78	318,24
11	16	PC	CORREIA DO COMANDO DE VÁLVULAS - CELTA DE 2000 A 2013	27,05	432,80
12	16	PC	CORREIA DO ALTERNADOR - CELTA DE 2000 A 2013	13,90	222,40
13	12	PC	RETENTOR VIRABREQUIM - CELTA DE 2000 A 2013	18,56	222,72
14	12	JOGO	JOGO DE CABO DE VELAS - CELTA DE 2000 A 2013	50,70	608,40
15	16	JOGO	JOGO DE VELAS - CELTA DE 2000 A 2013	32,67	522,72
16	20	PC	BICO IJETOR - CELTA DE 2000 A 2013	44,97	899,40
17	20	PC	FILTRO DE GASOLINA - CELTA DE 2000 A 2013	10,18	203,60
18	8	PC	BOBINA IGNIÇÃO - CELTA DE 2000 A 2009	124,20	993,60
19	12	PC	SENSOR DE TEMPERATURA - CELTA DE 2000 A 2013	30,97	371,64
20	16	PC	AMORTECEDOR TRASEIRO - CELTA DE 2000 A 2013	71,60	1.145,60
21	20	PC	AMORTECEDORES DIANTEIROS - CELTA DE 2000 A 2013	77,96	1.559,20
22	20	PC	COXIM AMORTECEDOR - CELTA DE 2000 A 2013	15,06	301,20
23	20	PC	COIFA - CELTA DE 2000 A 2013	10,60	212,00
24	10	PC	SUPORTE TIRANTE - CELTA DE 2001 A 2013	36,70	367,00
25	20	PC	PIVO - CELTA DE 2001 A 2013	25,99	519,80
26	12	PC	MUNHÃ - CELTA DE 2001 A 2013	30,23	362,76
27	16	PC	COXIM DA CAIXA - CELTA DE 2000 A 2013	44,55	712,80
28	16	PC	COXIM DO MOTOR - CELTA DE 2001 A 2013	26,62	425,92
29	16	PC	ROLAMENTO RODA DIANTEIRO - CELTA DE 2000 A 2013	37,01	592,16
30	16	PC	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRO - CELTA DE 2000 A 2013	23,97	383,52
31	16	PC	PALHETA TRASEIRA - CELTA DE 2000 A 2013	30,64	490,24
Valor do Lote 05	R\$ 17.000,00				
6 - UNO					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	30	JOGO	JOGO PASTILHA DE FREIO - UNO DE 2000 A 2013	49,21	1.476,30
2	30	PC	SUPORTE DO MOTOR - UNO DE 2000 A 2013	39,60	1.188,00
3	30	PC	COXIM AMORTECEDOR DIANTEIRO - UNO DE 2000 A 2013	48,51	1.455,30
4	30	PC	COXIM DO CAMBIO - UNO DE 2000 A 2013	40,30	1.209,00
5	30	PC	TERMINAL DE DIREÇÃO L.E - UNO DE 2000 A 2013	27,34	820,20
6	30	PC	TERMINAL DE DIREÇÃO L.D - UNO DE 2000 A 2013	27,34	820,20
7	20	PC	SUPORTE TRASEIRO CAIXA - UNO DE 2000 A 2013	31,48	629,60
8	20	PC	BUCHA DO ESTABILIZADOR - UNO DE 2000 A 2013	25,63	512,60
9	20	PC	BUCHA BRAÇO TENSOR - UNO DE 2000 A 2013	19,92	398,40
10	20	PC	KIT BATENTE DIANTEIRO - UNO DE 2000 A 2013	28,13	562,60
11	30	PC	PIVÔ SUSPENSÃO - UNO DE 2000 A 2013	39,73	1.191,90
12	30	PC	ROLAMENTO RODA TRASEIRO - UNO DE 2000 A 2013	136,53	4.095,90
13	30	PC	ROLAMENTO DE RODA DIANTEIRO - UNO DE 2000 A 2013	69,40	2.082,00
14	30	PC	BUCHA BALANÇA TRASEIRO - UNO DE 2000 A 2013	8,13	243,90
15	20	PC	SEPARADOR FEIXO DE MOLAS - UNO DE 2000 A 2013	35,52	710,40
16	20	PC	CUBO COM ROLAMENTO - UNO DE 2000 A 2013	121,72	2.434,40

17	15	PC	BOBINA DE IGNIÇÃO - UNO DE 2000 A 2013	49,82	747,30
18	30	JOGO	CABO DE VELAS - UNO DE 2000 A 2013	55,06	1.651,80
19	50	PC	BICO DE INJEÇÃO - UNO DE 2000 A 2013	98,49	4.924,50
20	40	PC	SENSOR TEMPERATURA - UNO DE 2003 A 2013	55,16	2.206,40
21	40	PC	SONDA LABDA - UNO DE 2000 A 2013	106,54	4.261,60
22	20	PC	CABO DE FREIO DE MÃO - UNO DE 2003 A 2013	82,72	1.654,40
23	40	PC	PATIN DE FREIO - UNO DE 2003 A 2013	73,39	2.935,60
24	20	PC	PINÇA DE FREIO - UNO DE 2003 A 2013	79,52	1.590,40
25	40	PC	HOMOCINÉTICA - UNO DE 2003 A 2013	80,08	3.203,20
26	20	JOGO	JOGO DE VELA IGNIÇÃO - UNO DE 2003 A 2013	33,84	676,80
27	40	PC	DISCO DE FREIO - UNO DE 2003 A 2013	29,80	1.192,00
28	20	PC	CILINDRO MESTRE - UNO DE 2003 A 2013	126,59	2.531,80
29	30	PC	AMORTECEDOR TRASEIRO - UNO DE 2003 A 2013	80,13	2.403,90
30	30	PC	AMORTECEDOR DIANTEIRO - UNO DE 2003 A 2013	107,00	3.210,00
31	30	PC	TERMINAL TIRANTE - UNO DE 2003 A 2013	31,66	949,80
32	ITEM ANULADO				
33	30	PC	TENSOR CORREIA - UNO DE 2003 A 2013	38,06	1.141,80
34	20	PC	BOMBA D'ÁGUA - UNO DE 2003 A 2013	66,71	1.334,20
35	20	PC	ARTICULADOR DIREÇÃO X - UNO DE 2003 A 2013	68,93	1.378,60

36	40	PC	CORREIA DENTADA - UNO DE 2003 A 2013	28,83	1.153,20
37	40	PC	TENSOR CORREIA DENTADA - UNO DE 2003 A 2013	37,88	1.515,20
38	20	PC	BOMBA DE GASOLINA - UNO DE 2003 A 2013	72,42	1.448,40
39	40	PC	SUPORTE CAMBIO - UNO DE 2003 A 2013	76,46	3.058,40
Valor do Lote 06	R\$ 65.000,00				
7 – PRISMA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	2	PC	ROLAMENTO RODA DIANTEIRO – PRISMA DE 2006 A 2012	48,78	97,56
2	2	PC	ROLAMENTO RODA TRASEIRO – PRISMA DE 2006 A 2012	33,61	67,22
3	4	PC	HOMOCINETICA INTERNA – PRISMA DE 2006 A 2012	88,44	353,76
4	4	JOGO	PASTILHA DE FREIO – PRISMA DE 2010 A 2012	38,15	152,60
5	4	PC	PATINS DE FREIO – PRISMA DE 2010 A 2012	46,44	185,76
6	4	JOGO	CABO DE VELAS – PRISMA DE 2010 A 2012	66,74	266,96
7	4	PC	BOBINA DE IGNIÇÃO – PRISMA DE 2006 A 2012	28,70	114,80
8	2	PC	SENSOR DE TEMPERATURA – PRISMA DE 2010 A 2012	49,02	98,04
9	8	PC	TERMINAL DE DIREÇÃO L.E – PRISMA DE 2006 A 2012	29,18	233,44
10	8	PC	TERMINAL DE DIREÇÃO L.D – PRISMA DE 2006 A 2012	28,59	228,72
11	8	PC	PIVÔ DE SUSPENSÃO – PRISMA DE 2006 A 2012	46,32	370,56
12	8	PC	BUCHA DA BARRA TENSORA – PRISMA DE 2006 A 2012	23,33	186,64
13	4	PC	KIT DO AMORTECEDOR DIANTEIRO – PRISMA DE 2006 A 2012	61,49	245,96
14	2	JOGO	HOMOCINÉTICA – PRISMA DE 2006 A 2012	45,04	90,08
15	2	PC	JOGO DE IGNIÇÃO – PRISMA DE 2006 A 2012	87,87	175,74
16	4	JOGO	BOMBA DE GASOLINA – PRISMA DE 2006 A 2012	66,74	266,96
	ITEM ANULADO				

18	4	JOGO	JOGO DE VELAS – PRISMA DE 2010 A 2012	41,30	165,20
Valor do Lote 07	R\$ 3.300,00				
8 - PALIO					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	4	PC	CORREIA DENTADA - PALIO DE 2000 A 2013	36,12	144,48
2	4	PC	TENSOR CORREIA DENTADA - PALIO DE 2000 A 2013	54,19	216,76
3	4	PC	CORREIA MICRO V - PALIO DE 2000 A 2013	37,03	148,12
4	4	PC	ROLAMENTO ESTICADOR MICRO V - PALIO DE 2000 A 2013	56,13	224,52
5	4	JOGO	JOGO DE VELA IGNIÇÃO - PALIO DE 2000 A 2013	50,06	200,24
6	4	PC	CABO DE VELA IGNIÇÃO - PALIO DE 2000 A 2013	66,70	266,80
7	8	PC	COXIM AMORTECEDOR DT - PALIO DE 2000 A 2013	30,58	244,64
8	4	PC	JOGO PALHETA LIMPAS DT - PALIO DE 2000 A 2013	18,58	74,32
9	4	PC	BATERIA 60 AMP - PALIO DE 2000 A 2013	154,06	616,24
10	4	PC	TAMPA DISTRIBUIDOR - PALIO DE 2000 A 2013	28,77	115,08
11	4	PC	PALHETA TRASEIRA - PALIO DE 2000 A 2013	28,90	115,60
12	4	PC	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - PALIO DE 2000 A 2013	12,26	49,04
13	4	PC	FILTRO DE AR CONDICIONADO - PALIO DE 2000 A 2013	14,58	58,32
14	4	PC	PIVÔ DA SUSPENSÃO - PALIO DE 2000 A 2013	29,29	117,16
15	4	PC	PASTILHA DE FREIO - PALIO DE 2000 A 2013	34,06	136,24
16	4	PC	AMORTECEDOR DIANTEIRO - PALIO DE 2000 A 2013	137,03	548,12
17	4	PC	AMORTECEDOR TRASEIRO - PALIO DE 2000 A 2013	133,80	535,20
18	4	PC	KIT BATENTE AMORTECEDOR - PALIO DE 2000 A 2013	28,77	115,08
19	6	PC	TENSOR CORREIA MICRO V - PALIO DE 2000 A 2013	79,86	479,16
20	6	PC	SUPORTE DO CAMBIO TR - PALIO DE 2000 A 2013	36,12	216,72
21	4	PC	ROLAMENTO GUIA - PALIO DE 2000 A 2013	69,54	278,16
Valor do Lote 08	R\$ 4.900,00				
9 - SIENA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	4	JOGO	JOGO DE VELA IGNIÇÃO - SIENA DE 2000 A 2013	37,18	148,72
2	4	PC	CABO DE VELA IGNIÇÃO - SIENA DE 2000 A 2013	48,99	195,96
3	2	PC	CORREIA DENTADA - SIENA DE 2000 A 2013	25,12	50,24
4	4	PC	TENSOR CORREIA DENTADA - SIENA DE 2000 A 2013	53,38	213,52
5	4	PC	JUNTA TAMPA DE VÁLVULA - SIENA DE 2000 A 2013	6,03	24,12
6	4	PC	MANGUEIRA ANTI CHAMA - SIENA DE 2000 A 2013	33,41	133,64

7	4	PC	ROLAMENTO MICRO V - SIENA DE 2000 A 2013	22,61	90,44
8	4	PC	CORREIA MICRO V - SIENA DE 2000 A 2013	23,86	95,44
9	2	PC	FILTRO AR CONDICIONADO - SIENA DE 2000 A 2013	11,43	22,86
10	4	PC	AMORTECEDOR TRASEIRO - SIENA DE 2000 A 2013	69,97	279,88
11	4	PC	AMORTECEDOR DIANTEIRO - SIENA DE 2000 A 2013	148,35	593,40
12	4	PC	KIT BATENTE DIANTEIRO - SIENA DE 2000 A 2013	22,23	88,92
13	4	PC	KIT BATENTE TRASEIRO - SIENA DE 2000 A 2013	23,61	94,44
14	4	PC	COXIM AMORTECEDOR DIANTEIRO - SIENA DE 2000 A 2013	71,22	284,88
15	4	PC	MOLA TRASEIRA - SIENA DE 2000 A 2013	50,50	202,00
16	4	PC	HOMOCINÉTICA - SIENA DE 2000 A 2013	140,81	563,24
17	4	PC	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - SIENA DE 2000 A 2013	9,42	37,68
18	4	PC	COXIM CAMBIO SUPERIOR - SIENA DE 2000 A 2013	40,20	160,80

19	4	PC	ROLAMENTO RODA DIANTEIRO - SIENA 2000 A 2013	41,33	165,32
20	2	PC	BOBINA IGNIÇÃO - SIENA DE 2000 A 2013	98,47	196,94
21	4	PC	SUPORTE DO MOTOR - SIENA DE 2000 A 2013	27,51	110,04
22	4	PC	COXIM CAMBIO INFERIOR - SIENA DE 2000 A 2013	45,60	182,40
23	4	PC	ROLAMENTO RODA TRASEIRO - SIENA DE 2000 A 2013	57,40	229,60
24	4	PC	SENSOR TEMPERATURA - SIENA DE 2000 A 2013	58,66	234,64
25	6	PC	BICO INJETOR - SIENA DE 2000 A 2013	57,28	343,68
26	4	PC	COIFA DA RODA - SIENA DE 2000 A 2013	39,30	157,20

Valor do Lote 09 R\$ 4.900,00

10 – GOL

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	4	PC	BOMBA D'ÁGUA – GOL DE 2000 A 2013	53,97	215,88
2	2	PC	VÁLVULA TERMOSTÁTICA – GOL DE 2000 A 2013	34,49	68,98
3	4	JOGO	JOGO DE VELA IGNIÇÃO – GOL DE 2000 A 2013	35,20	140,80
4	2	PC	CABO DE VELA IGNIÇÃO – GOL DE 2000 A 2013	50,30	100,60
5	4	PC	FILTRO DE COMBUSTÍVEL – GOL DE 2000 A 2013	9,08	36,32
6	2	PC	BOMBA DE COMBUSTÍVEL – GOL DE 2000 A 2013	72,95	145,90
7	4	PC	TERMINAL DE DIREÇÃO – GOL DE 2000 A 2013	25,15	100,60
8	4	PC	BATENTE SUPERIOR DO AMORTECEDOR – GOL DE 2000 A 2013	29,10	116,40
9	4	PC	BUCHA DO EIXO TRASEIRO – GOL DE 2008 A 2013	18,06	72,24
10	4	PC	ROLAMENTO RODA DIANTEIRO – GOL DE 2008 A 2013	44,08	176,32
11	4	PC	ROLAMENTO TRASEIRO – GOL DE 2000 A 2013	26,02	104,08
12	4	PC	PIVÔ SUSPENSÃO TRASEIRO – GOL DE 2000 A 2013	23,36	93,44
13	4	PC	HOMOCINÉTICA – GOL DE 2000 A 2013	55,50	222,00
14	4	PC	BARRA DE DIREÇÃO – GOL DE 2000 A 2013	34,99	139,96
15	4	JOGO	PASTILHA DE FREIO – GOL DE 2000 A 2013	26,42	105,68
16	4	PC	COIFA HOMOCINÉTICA – GOL DE 2000 A 2013	15,20	60,80

Valor do Lote 10 R\$ 1.900,00

11 - LOGAN

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	8	PC	CORREIA DENTADA - LOGAN DE 2008 A 2013	39,04	312,32
2	8	PC	TENSOR CORREIA DENTADA - LOGAN DE 2008 A 2013	61,51	492,08
3	8	PC	CORREIA MICRO V - LOGAN DE 2008 A 2013	49,31	394,48
4	8	PC	ROLAMENTO ESTABILIZADOR MICRO V - LOGAN DE 2008 A 2013	60,01	480,08
5	8	PC	ROLAMENTO CORREIA MICRO V - LOGAN DE 2008 A 2013	54,13	433,04
6	8	JOGO	JOGO DE VELA IGNIÇÃO - LOGAN DE 2008 A 2013	39,25	314,00
7	8	JOGO	JOGO DE PASTILHAS DE FREIO - LOGAN DE 2008 A 2013	32,09	256,72
8	6	PC	BATERIA 60 AMP - LOGAN DE 2008 A 2013	127,52	765,12
9	20	PC	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - LOGAN DE 2008 A 2013	10,27	205,40
10	20	PC	FILTRO AR CONDICIONADO - LOGAN DE 2008 A 2013	18,83	376,60
11	8	PC	CABO DE VELA IGNIÇÃO - LOGAN DE 2008 A 2013	66,21	529,68
12	16	PC	ROLAMENTO RODA TRASEIRO - LOGAN DE 2008 A 2013	48,67	778,72
13	8	PC	PATIN DE FREIO - LOGAN DE 2008 A 2013	63,22	505,76
14	16	PC	BUCHA DO EIXO TRASEIRO - LOGAN DE 2008 A 2013	35,83	573,28
15	16	PC	ROLAMENTO RODA DIANTEIRO - LOGAN DE 2008 A 2013	49,74	795,84
16	16	PC	PIVÔ DIANTEIRO - LOGAN DE 2008 A 2013	29,52	472,32

17	8	PC	SUPORTE DO CAMBIO - LOGAN DE 2008 A 2013	59,58	476,64
18	8	PC	SUPORTE DO MOTOR - LOGAN DE 2008 A 2013	125,58	1.004,64
19	8	PC	TENSOR CORREIA V - LOGAN DE 2008 A 2013	45,67	365,36
20	8	PC	CILINDRO DE FREIO TRASEIRO - LOGAN DE 2008 A 2013	45,99	367,92
Valor do Lote 11	R\$ 9.900,00				
12 – PARTNER					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	32	JOGO	PASTILHA DE FREIO – PARTENER DE 2000 A 2013	38,77	1.240,64
2	16	PC	DISCO DE FREIO - PARTENER DE 2000 A 2013	56,16	898,56
3	16	PC	BANDEJA DIANTEIRA – PARTENER DE 2000 A 2013	138,70	2.219,20
4	8	PC	MUNHÃO – PARTENER DE 2000 A 2013	50,11	400,88
5	8	PC	COXIM AMORTECEDOR DIANTEIRO – PARTENER DE 2000 A 2013	107,75	862,00
6	16	PC	AMORTECEDOR DIANTEIRO – PARTENER DE 2000 A 2013	132,66	2.122,56
7	8	PC	PIVÔ DE SUSPENSÃO – PARTENER DE 2000 A 2013	64,33	514,64
8	16	PC	ROLAMENTO RODA DIANTEIRO – PARTENER DE 2000 A 2013	66,91	1.070,56
9	10	JOGO	JOGO DE PALHETA – PARTENER DE 2000 A 2013	17,97	179,70
10	10	PC	PALHETA TRASEIRA – PARTENER DE 2000 A 2013	30,35	303,50
11	16	PC	ROLAMENTO RODA TRASEIRO – PARTENER DE 2000 A 2013	93,30	1.492,80
12	16	PC	PIVÔ DE DIREÇÃO – PARTENER DE 2000 A 2013	39,80	636,80
13	12	PC	COLUNA DE DIREÇÃO – PARTENER DE 2000 A 2013	177,76	2.133,12
14	8	PC	CABO DE FREIO DE MÃO – PARTENER DE 2000 A 2013	82,25	658,00
15	8	PC	TERMINAL DE DIREÇÃO – PARTENER DE 2000 A 2013	38,32	306,56
16	8	PC	MOLA DIANTEIRA – PARTENER DE 2000 A 2013	55,13	441,04
17	8	PC	SUPORTE DE CAMBIO – PARTENER DE 2000 A 2013	125,28	1.002,24
18	8	PC	SUPORTE DE MOTOR – PARTENER DE 2000 A 2013	123,22	985,76
19	8	PC	BOBINA DE IGNIÇÃO – PARTENER DE 2000 A 2013	164,49	1.315,92
20	16	PC	AMORTECEDOR TRASEIRO – PARTENER DE 2000 A 2013	69,72	1.115,52
Valor do Lote 12	R\$ 19.900,00				
Valor Total	R\$159.550,00				

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 - FMAS - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 14/2015 – FMAS / FMS

Processo Licitatório: 14/2015 – FMAS / FMS

Tipo: Menor Preço - Por Lote

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS PARTICIPANTES DOS PROJETOS QUE SERÃO EXECUTADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO EM EVENTOS ESPECIAIS DAS ÁREAS: DIRETORIA DE PROJETOS, GERÊNCIA DOS CONSELHOS, CRAS E CREAS, BEM COMO, NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS E DE CONSCIENTIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Entrega dos Envelopes: 14/07/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 14/07/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 30 de junho de 2015.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 501/2015

DECRETO Nº. 501/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

12.00 – Fundo de Saúde

12.001

2044

3190000000000000

10200 R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

12.00 – Fundo de Saúde

12.001

2044

3390000000000000

10200 R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 30 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001-2015 – FIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 – FIA.

Objeto: Aquisição de almoços para os participantes da VII Conferência Municipal dos Direitos da criança e do adolescente de Guaramirim, no dia 22 de junho de 2015 na Câmara Municipal de Vereadores de Guaramirim.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: PANIFICADORA E CONFEITARIA KENO'S LTDA. EPP, CNPJ nº 73.823.015/0001-23, estabelecida na Rua 28 de Agosto, Guaramirim/SC.

Valor: R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais).

Guaramirim (SC), 30 de junho de 2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor:
SUPERMERCADO FRONTAL LTDA
CNPJ 81.815.219/0001-40
R\$ 457.097,75 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE MIL NOVENTE E SETE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
CNPJ 03.612.312/0004-97
R\$ 140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)

L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA EPP
CNPJ 06.915.456/0001-68
R\$ 80.360,00 (OITENTA MIL TREZENTOS E SESENTA REAIS)

COMERCIAL STORINNY
CNPJ 73.977.480/0001-19
R\$ 282.498,30 (DUZENTOS E OITENTA E DOIS MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E TRINTA CENTAVOS)

Vigência: Início: 14/05/2015 Término: 13/05/2016.

Guaramirim-SC, 07 de Junho de 2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015 – FIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015 – FIA.

Objeto: Contratação de palestrante para ministrar a VII Conferência Municipal dos Direitos da criança e adolescente de Guaramirim no dia 22 de Junho de 2015 na câmara Municipal de Vereadores de Guaramirim.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: ANTONIO SÉRGIO CURIONI 01797009958, CNPJ nº 14.615.597/0001-93.

Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Guaramirim (SC), 30 de junho de 2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA 03 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2015 - PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 03/2015 - PMG.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA UNIDADES MUNICIPAIS DE ENSINO DO MUNICIPIO DE GUARAMIRIM SC

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no

EXTRATO DE ATA DE RP Nº06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2015 - HSA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2015
Objeto: Aquisição de material de expediente.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º07/2015 - HSA
Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o no 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, n.º 05, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME, com sede na Rua Pereira de Oliveira, nº85 galpão 02 em Blumenau, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º12.667876/0001-75
Valor: R\$ 14.843,00 (catorze mil oitocentos e quarenta e três reais).

Fornecedor: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, com sede na Rua Dr Paulo Aldinger, nº71 em Blumenau, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º14.534.916/0001-36

Valor: R\$ 56.976,50 (cinquenta e seis mil novecentos setenta e seis reais e cinquenta centavos)

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME, com sede na Rua Wally Emilia Mohr, nº60 em Jaraguá do Sul, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º18.138.763/0001-69

Valor: R\$ 20.362,70 (vinte mil trezentos e sessenta e dois reais e setenta centavos)

Fornecedor: DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA, com sede na Rua Dois de Setembro, nº305 em Blumenau, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º83.413.591/0001-18

Valor: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Vigência: Início: 26/06/2015 Término: 25/06/2016.

Guaramirim-SC, 30 de junho de 2015.
MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA HSA

Guarujá do Sul

CÂMARA DE VEREADORES DE GUARUJÁ DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 05/2015

RESOLUÇÃO nº 05/2015.

Instala Comissão Especial na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina para realizar a revisão da Lei Orgânica do Município e do regimento Interno da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina. Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instalada a Comissão Especial para realizar a Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno na Câmara Municipal de Vereadores, do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, conforme consta nos Artigos 46, 47, 48 e 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores, conforme especificado abaixo:

COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR REVISÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL E DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Presidente: Mônica Regina Taube

Vice-Presidente: Ivanor Stempczynski

Membros: Claudinei Pedro Amann

Alessandro Krewer

Rodrigo Bremm

Art. 2.º A comissão especial de que trata esta resolução reunir-se-à obrigatoriamente todas as segundas-feiras após a sessão ordinária

Art. 3º Os membros desta comissão permanente serão destituídos caso não compareçam a três reuniões consecutivas ordinárias ou cinco intercaladas, salvo motivo de força maior devidamente justificada.

Parágrafo Único. No caso de membro destituído será convocado outro parlamentar para substituí-lo pelo presidente da mesa diretora.

Art. 4º Esta comissão especial terá até o dia 30 de novembro de 2015 para apresentar seu parecer ao plenário.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, 30 de Junho de 2015.

Em sua 13ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa, 1º período, 52º ano de sua instalação legislativa.

Alcione Roberto Straub

Presidente

Mônica Regina Taube

1º Secretária

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 771/2015

PORTARIA Nº 771/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INTERROMPER TEMPORARIAMENTE, o Estágio Probatório da Servidora LOURDES FERREIRA BRANDÃO (Matr. 3721), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Educação Infantil, Nível - 6, Letra "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, em virtude de estar respondendo pelo Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Educação, Cultura e Esportes, a contar de 01 de novembro de 2013, fato que veda o cumprimento do disposto no art. 37, V, da Constituição Federal, uma vez que, acarreta a impossibilidade de realização de avaliação, e, de conformidade com o Parecer Jurídico nº 033/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de novembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 772/2015

PORTARIA Nº 772/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INTERROMPER TEMPORARIAMENTE, o Estágio Probatório da Servidora GEISA TROMBETTA BERNARDI (Matr. 3724), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível - 7, Letra "A", Anexo XII da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, em virtude de estar respondendo pela função de Gerente de Programas Educacionais, a contar de 03 de fevereiro de 2014, fato que veda o cumprimento do disposto no art. 37, V, da Constituição Federal, uma vez que, acarreta a impossibilidade de realização de avaliação, e, de conformidade com o Parecer Jurídico nº 033/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 773/2015

PORTARIA Nº 773/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 22 de junho de 2015, da servidora VERA LÚCIA RODRIGUES (Matr. 3690), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Turismo, Nível - DAS-2, 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 774/2015

PORTARIA Nº 774/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar a Servidora NAIANA CAROLINE LESSA (Matr. 4018), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir veículo público do município de Herval d'Oeste, responsabilizando-se a mesma pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 01 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 113/2015

PORTARIA Nº 113, DE 22 DE JUNHO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 019, de 06 de agosto de 2014, bem como o Termo Aditivo nº 01-019/2014;

Considerando, o retorno ao trabalho do servidor Francisco da Silva,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido o Contrato de Trabalho nº 019/2014, celebrado com CLAUDETE MIORELLI FALCHETTI CARLET.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE JUNHO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 114/2015

PORTARIA Nº 114, 23 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento do servidor protocolado em 06 de maio de 2015, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor NILTON ANTONIO ROMANATTO, ocupante do cargo efetivo de Vigia – Nível 1 – Referência D, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 22.08.2013.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 01 (um) dia, conforme determina o § 2º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. O servidor usufruirá a Licença Prêmio no período de 23 de junho de 2015 a 22 de julho de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 23 DE JUNHO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 115/2015

PORTARIA Nº 115, DE 24 DE JUNHO DE 2015

“NOMEIA COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 002/2015”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei Municipal nº 113, de 05 de janeiro de 1999; considerando o Edital nº 002, de 17 de junho de 2015, RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Seleção para o Processo Seletivo, Edital nº 002, de 17 de junho de 2015, a qual será composta pelas seguintes pessoas:

I – Catarina Maria Dallabrida Borsoi, Professor II – Diretora do Centro educacional Eliziane Titon – Presidente;

II - Lucila Dalmolin Ciarnoschi, Professor II - Secretária do Centro Educacional Elisiane Titon – Secretária;

III – Rodrigo Felicetti Perosa, Técnico Educacional – Membro.

Art. 2º. A Comissão terá o apoio da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe – AMARP, a qual será encarregada pela elaboração, correção, julgamento de eventuais recursos apresentados durante a realização do certame e apresentação do resultado final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 24 DE JUNHO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015

EDITAL Nº 003, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO – CADASTRO DE RESERVA, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015/2016, NAS MAIS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03 de junho de 2005, resolve baixar normas para realização do Processo Seletivo – Cadastro de Reserva, para contratação de pessoal em caráter temporário, para atendimento de substituições que venham ocorrer durante o exercício financeiro de 2015/2016, nas mais diversas Secretarias Municipais, na conformidade deste Edital, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1. Ficam abertas as inscrições para a possível contratação temporária de:

Cargo/Função	Vagas	Escolaridade	Vencimentos	Carga horária semanal	
Operador de Máquinas	02	Alfabetizado e experiência específica para área de atuação	R\$ 1.645,40	40 horas	

1.2. As contratações ocorrerão apenas quando surgir necessidade temporária e de excepcional interesse público, tais como:

I – para atender necessidades temporárias na área da saúde;

II – para atender termos de convênio, acordo com ajustes celebrados com outros entes públicos, para execução de obras ou prestação de serviços;

III – para substituição de servidor efetivo em caso de afastamento por doença ou férias regulamentares e cuja atividade ou serviço é de excepcional interesse público;

IV – para obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta;

V – para recuperação de obras e serviços públicos danificados pela ocorrência de fenômenos meteorológicos, cuja extensão caracteriza situação excepcional;

VI – para execução de programas de trabalho instituídos por decreto do Prefeito Municipal, para atender necessidades conjunturais que demandam a atuação imediata da Prefeitura e para os quais não justifica a realização de concurso público para estabilizar servidor

VII – para ocupar cargo vago, não preenchido em concurso público realizado há menos de 02 (dois) anos, até a realização de novo concurso para preenchimento da vaga.

1.3. As inscrições serão realizadas no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibiã, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20.

1.3.1. A inscrição poderá ser efetuada através de procuração com firma reconhecida.

1.3.2. As inscrições serão gratuitas.

1.4. O período de inscrição será de 01 de julho de 2015 a 30 de julho de 2015, no horário compreendido das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

1.5. A relação dos inscritos considerados aptos a prestarem prova escrita será tornado público dia 31 de julho de 2015, no site: <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

1.6. Em razão de haver apenas 02 (duas) vagas por cargo, não haverá a reserva de vagas à portadores de necessidades especiais, razão pela qual participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição far-se-á mediante:

I. cópia da carteira de identidade;

II. cópia do CPF;

III. cópia da carteira de reservista ou certificado de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

IV. carteira de habilitação (para assumir o cargo o candidato deverá apresentar no mínimo carteira de habilitação na categoria "C");

V. cópia do comprovante de escolaridade para o cargo pretendido.

2.2. A cópia dos documentos relacionados no item 2.1, deverá ser acompanhada de seus respectivos documentos originais, que após conferência serão devolvidos de imediato.

3. DAS PROVAS:

3.1. Todos os candidatos inscritos no presente processo seletivo farão prova escrita (tipo múltipla escolha) com 20 questões, de acordo com os conteúdos constantes no anexo II do presente Edital.

I. As provas do Processo Seletivo terão 20 (vinte) questões e serão na modalidade de escrita/objetiva.

II. A prova escrita/objetiva será aplicada a todos os candidatos e contarão com questões de Português, Matemática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos.

III. A prova escrita/objetiva para os cargos, e de acordo com o programa constante deste Edital, terá a duração de 03 (três) horas e será composta de 20 (vinte) de múltipla escolha, subdividida em 4 (quatro) alternativas: A), B), C), D); dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada.

IV. À prova escrita/objetiva será atribuída pontuação de 0 (zero) a 10 (dez), sendo que cada questão correta corresponderá a 0,50 (zero vírgula cinquenta) pontos.

V. As questões da prova escrita/objetiva serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida prova. Os candidatos deverão utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

VI. O candidato deverá apor no CARTÃO-RESPOSTA as suas respostas por questão, marcando a alternativa correta com um "X".

VII. Será atribuída pontuação 0 (zero) à questão da prova escrita/objetiva:

a) cuja(s) resposta(s) no cartão-resposta não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Ibiom (SC);

b) quando a(s) resposta(s) no cartão-resposta contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

c) que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada ao cartão-resposta;

d) que não estiver(em) assinalada(s) no cartão-resposta;

e) cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão-resposta, ou seja, preenchida(s) com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada;

f) o candidato deverá colocar seu nome no cartão-resposta.

3.2. As provas escritas serão realizadas no seguinte local e horário:

I – data: 05 de agosto de 2015.

II – local: Centro Educacional Municipal – Eliziane Titon.

III – Horário: início 08h00min e término 11h00min.

3.3. O candidato deverá apresentar-se no local da prova, portando original de sua cédula oficial de identidade e comprovante de inscrição.

3.4. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com a antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, relativamente ao horário fixado para o início de sua realização.

3.5. Não será admitido, em local de realização da prova, o candidato que se apresentar após o horário fixado para o seu início.

3.6. Na realização da prova, local e transcurso desta, não será permitida a comunicação entre candidatos, nem estes a pessoas estranhas ao certame.

3.7. Não será admitida consulta qualquer, nem a utilização de qualquer meio, máquina ou aparelho, que sirva de armazenamento de dados, à gravação, à recepção ou à transmissão de mensagens, como os telefones celulares, as agendas eletrônicas, máquinas calculadoras e similares.

3.8. A Comissão de Seleção, sob as penas da lei, zelará pelo sigilo e pela inviolabilidade desta.

3.9. O(s) gabarito(s) da(s) prova(s) será publicado e divulgado dia 05 de agosto de 2015, após a realização da prova objetiva, no site: <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

4 - DA PROVA PRÁTICA

4.1. Esta prova será aplicada aos candidatos ao cargo/função de: Operador de Máquinas.

4.1.1. O candidato faltoso estará automaticamente desclassificado.

4.2. A prova prática será realizada no dia 05 de agosto de 2015, após a realização da prova escrita, tendo como local de encontro o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Ibiom, sito na Rua Lido Tragancin, no Município de Ibiom (SC), para demonstração de habilidades práticas em veículos e motores, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes, por sorteio, a ordem de início do teste prático.

4.3. Na prova prática para Operador de Máquinas, o candidato será avaliado com nota de 0 (zero) a 10 (dez).

4.4. À nota da prova prática será atribuída pontuação/nota escala 0 (zero) a 10 (dez).

4.5. Para efeitos de atribuição de notas, os resultados da prova escrita/objetiva e prática serão somados e divididos por 2 (dois).

4.6. Para a realização do teste prático, além do Comprovante que originou a inscrição, deverá o candidato obrigatoriamente apresentar a sua CNH atualizada, sob pena de desclassificação.

4.7. A nota mínima para classificação no teste prático será igual ou superior a 5,00 (cinco).

5. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

5.1. Serão considerados aprovados e classificados, pela ordem decrescente, os candidatos que obtiverem a maior pontuação.

5.2. Em caso de empate entre os candidatos deverão ser aplicados os seguintes critérios:

I – Formação educacional, dando-se preferência àquele que possuir grau de instrução mais elevada;

II - Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos.

III – Maior pontuação na prova prática;

IV – Maior idade.

5.3. Apresentada à lista dos aprovados, o Chefe do Poder Executivo homologará o resultado que será divulgado e publicado no site <http://www.ibiam.sc.gov.br>, no dia 07 de agosto de 2015.

5.4. A ausência do candidato à hora designada para prova, ou a infringência às exigências constantes deste Edital para participação das provas, importará a sua eliminação na seleção.

5.5. Todos os papéis referentes à prova, bem como os documentos dos candidatos classificados e aprovados, e as avaliações, ficarão arquivados na sede administrativa do Município de Ibiã – SC, à guarda do Departamento de Pessoal.

5.6. A prova terá caráter eliminatório.

5.7. A pontuação mínima para o candidato ser aprovado deve ser superior a 0 (zero)

6. DOS RECURSOS E REQUERIMENTOS

6.1. Cabe recurso para as seguintes fases do certame:

a) da homologação das inscrições: o candidato poderá apresentar recurso no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação da homologação das inscrições na internet, através do site <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

b) das questões da prova objetiva: no dia da realização da prova e/ou no prazo de 1 (um) dia útil, contado do 1º dia útil após a prova, utilizando um formulário para cada questão.

c) do gabarito: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do site <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

d) do resultado (nota) da prova objetiva: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do site <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

e) do resultado final e classificação: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do site <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

6.2. Para interposição de recursos o candidato deverá utilizar o modelo constante no Anexo III deste Edital e deverá protocolá-lo junto a Prefeitura Municipal de Ibiã, situada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20.

6.2.1. O(s) recurso(s) será (ão) endereçado(s) à Comissão do Processo Seletivo.

6.3. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito no edital.

6.4. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes, que apontarem as circunstâncias e as razões que os justifiquem e interpostos dentro do prazo estabelecido conforme item 10, deste edital.

6.5. Se houver alteração do gabarito, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, o gabarito do referido cargo será corrigido de acordo com as alterações efetuadas e publicado novamente.

6.6. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

6.7. Se do julgamento dos recursos resultar em alteração do resultado final e respectiva classificação, será publicado novo documento de resultado final.

7. DAS VAGAS:

7.1. As vagas serão preenchidas conforme a necessidade da Administração Municipal

7.2. O preenchimento das vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

7.3. Homologado o resultado final do Processo Seletivo e autorizada a contratação pelo Prefeito Municipal, serão convocados os primeiros colocados, para, no prazo máximo de 3 (três) dias, comprovar o atendimento das seguintes condições:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado ;
- b) ter no mínimo dezoito anos de idade completos, até a data da contratação;
- c) estar em dia com as obrigações eleitorais (apresentar comprovante que votou na última eleição, ou justificativa, ou certidão de quitação eleitoral (www.tre-sc.gov.br));
- d) quando do sexo masculino, haver cumprido com a obrigação para com o Serviço Militar;
- e) ter disponibilidade de carga horária de 08 (oito) horas diárias/40 (quarenta) horas semanais;

7.4. Para a admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Encontrar-se em pleno exercício dos direitos políticos (certidão de crimes eleitorais (www.tre-sc.gov.br));
- b) Comprovante que votou na última eleição (certidão quitação eleitoral (www.tre-sc.gov.br));
- c) Ter idade mínima de dezoito anos;
- d) Carteira de identidade;
- e) CPF;
- f) Título de Eleitor;
- g) Carteira de reservista ou certificado de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
- h) Carteira de trabalho;
- i) Nº PIS/PASEP;
- j) Certidão de casamento ou nascimento;
- k) Certidão de nascimento dos filhos;
- l) Comprovante de escolaridade;
- m) Uma foto 3x4;
- n) Comprovante de residência;
- o) Carteira de habilitação, no mínimo categoria "C"
- p) Declaração de bens
- q) Declaração de não acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- r) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- s) Declaração de compatibilidade de horário quando servidor de outro órgão ou estabelecimento (Declaração fornecida pelo órgão ou estabelecimento onde trabalha);
- t) Apresentar atestado de boa saúde física e mental, cujos exames serão requeridos antes da admissão.

8. DA REMUNERAÇÃO E DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

8.1. A remuneração mensal para os cargos está definida no quadro de vagas, constante no item 1.1 deste edital.

8.2. A contratação, objeto deste edital, passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto até que cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o preenchimento da vaga mediante realização de Concurso Público.

8.3. Poderá haver a prorrogação do contrato, objeto deste edital, pelo prazo de 01 (um) ano, desde que não cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o não preenchimento da vaga mediante realização de concurso público.

8.3.1. O prazo inicia-se com a data da homologação da classificação final.

9. DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO SERVIDOR

9.1. Os serviços serão prestados de 2ªs às 6ªs feiras, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou de conformidade com o horário estabelecido pelo Chefe do Poder Executivo, ou conforme a necessidade das Secretarias Municipais.

9.2. As atribuições dos cargos estão definidas no Anexo I.

10. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

10.1. A Comissão de Seleção será formada por 03 (três) servidores do quadro de pessoal, nomeada pelo Chefe do Executivo Municipal, a qual incumbe à organização e aplicação da prova e emitir julgamento mediante atribuições de notas, conforme item 3 e 4 deste Edital.

10.2. A Comissão poderá contar com a colaboração de bancas suplementares.

10.3. O Chefe do Executivo nomeará o Presidente e o Secretário da Comissão.

11. DO CRONOGRAMA

CROMOGRAMA	DATA
Publicação do Edital	01.07.2015
Recebimento das inscrições	01.07.2015 a 30.07.2015
Resultado da homologação das inscrições	31.07.2015
Prazo recursos da homologação das inscrições	03.08.2015
Divulgação do resultado dos recursos da homologação das inscrições	04.08.2015
Prova Objetiva e Prática	05.08.2015
Prazo de recursos das questões da prova objetiva e da prova prática.	06.08.2015
Divulgação do gabarito	05.08.2015

Prazo de recursos do gabarito	06.08.2015
Divulgação do resultado (nota) da prova objetiva e da prova prática.	07.08.2015
Prazo de recurso das notas da prova objetiva e prática.	10.08.2015
Divulgação do resultado final e classificação	11.08.2015

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

12.1. O candidato, se aposentado em outro cargo ou emprego público, deverá, antes de tomar posse, renunciar aos respectivos proventos, respeitada as hipóteses do inciso XVI, do art. 37 da Constituição Federal, mais o § 6º, do artigo 40.

12.2. Eventuais candidatos em licenças médicas, concedidas pelo INSS, pelo princípio de que se encontram impossibilitados de trabalhar, na vigência da referida licença, ficam impossibilitados de tomar posse.

12.3. O candidato que apresentar declaração ou documentos falsos terá sua inscrição cancelada e anulada todos os atos dela decorrentes, bem como estará sujeito à responsabilização.

12.4. Valerá a inscrição para todo e qualquer efeito como forma expressa de aceitação, por parte do candidato, de todas as normas constantes deste edital.

12.5. A chamada dos candidatos aprovados será feita, obedecida a ordem de classificação, mediante a necessidade da secretaria, quando da existência de vaga a ser preenchida para o cargo pretendido.

12.6. Para inscrever-se, o candidato terá ficha (modelo próprio), preenchida no local da inscrição.

12.7. Preenchida a ficha, o candidato deverá revisá-la, ficando após a assinatura inteiramente responsável pelas informações nela contidas, recebendo nesta oportunidade protocolo, o qual deverá ser apresentado por ocasião da realização das provas.

12.8. A execução do contrato de trabalho será de conformidade com a Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 283, de 03 de junho de 2005.

12.9. O Processo Seletivo terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data da homologação da classificação final

12.10. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão de Processo seletivo, em conjunto com o Departamento de Pessoal.

Ibiam, SC, 30 de junho de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Secretário Municipal da Saúde

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

A – OPERADOR DE MÁQUINAS

I - Operar máquinas montadas sobre rodas ou esteiras e providas de pá mecânica ou caçambas para escavar e mover terras, pedras, cascalho e outros materiais;

II - Operar máquinas de abrir canais de drenagem, abastecimento de água, etc; III - Operar equipamentos de drenagem para aprofundar e alargar leitos de

rios ou extrair cascalho;

IV - Operar máquinas providas de lâminas para nivelar solos na construção de estradas e outros serviços de terraplenagem;

V - Zelar pela manutenção da máquina/equipamento, procedendo à simples reparos, limpeza, e comunicar ao seu superior hierárquico caso seja necessário intervenções mais complexas;

VI - Executar outras atividades correlatas determinadas pelo superior hierárquico.

ANEXO II - CONTEÚDO DAS PROVAS

A - CONTEÚDO DA PROVA OBJETIVA: OPERADOR DE MÁQUINAS

Português 05 questões	Interpretação de texto e Gramática em geral.
Matemática 5 questões	Operações fundamentais de matemática de nível fundamental.
Conhecimentos Gerais 05 questões	- Conhecimentos gerais do Município nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo e lei orgânica do município. - Conhecimentos do Estado de Santa Catarina nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo. - Conhecimentos da União nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo.
Conhecimentos Específicos 05 questões	Legislação de Trânsito

B – AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA: OPERADOR DE MÁQUINAS

O candidato será avaliado, tendo como critérios seu desempenho na condução de veículo, sendo avaliado: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva/ofensiva, realização de tarefa solicitada.

ANEXO III**FORMULÁRIO PARA INTERPOR RECURSO**

Para
COMISSÃO PROCESSO SELETIVO

Eu _____ RG nº _____, CPF nº _____
, inscrito (a) no Processo Seletivo do Município de Ibiam (SC), Edital nº 003/2015, inscrição nº _____ para o cargo de _____ venho requerer _____, pelos motivos abaixo: _____

Ibiam (SC) _____

Assinatura Candidato (a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM/SC
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

FICHA DE INSCRIÇÃO – Edital nº 003/2015

Protocolo: Nº da inscrição: _____

Assinale a opção para o cargo que pretende:

() OPERADOR DE MÁQUINAS

Identificação:

Nome do candidato(a); _____

Data de nascimento: ____/____/____

Local de nascimento: _____ UF: _____

Estado civil: _____

Nº de dependentes: _____

Nº RG: _____ C.P.F: _____

Endereço:

Rua/Av: _____ Nº _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Telefones para contatos: _____

E-mail: _____

Formação:

Escolaridade: _____

Confirmo que as informações são verdadeiras e em anexo segue cópia de:

() cópia da carteira de identidade

() cópia do CPF

() cópia carteira de reservista

() cópia carteira de motorista

() cópia do comprovante de escolaridade

() outros documentos: _____

Ibiam, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO TP 012 - 2015 PMI - RUA ANGELO TRES

PROCESSO Nº. 182/2015	
TOMADA DE PREÇOS Nº. 12/2015	
Prefeitura Municipal de Ilhota	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REUBARNIZAÇÃO DA RUA ANGELO TRÊS, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 348155-25/2010/MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA, conforme Edital e seus anexos.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 17/07/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 17/07/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

VALMOR BERTELLI JÚNIOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES
Ilhota, 01 de julho de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO 016 - CC 002 2015 - NATINHO - FUNDAM LOTE 1

Extrato de Contrato nº 016/2015
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: Concorrência Pública nº 002/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA ESTRADA GERAL DO BAÚ, R. SILVERIO RAMOS, R. ARGENTINA HILÁRIO MABBA E R. MARIQUINHA SOARES E TRAVESSIAS ELEVADAS E DEMARCAÇÃO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO NO TRECHO MUNICIPALIZADO DA SC-412 NO CENTRO DA CIDADE, PROJETOS ANEXOS AO EDITAL. EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO Nº 2014TR003764 FUNDAM.

Fornecedor: CONSTRUTORA NATINHO LTDA EPP
Valor: R\$ 1.219.709,12 (Um milhão duzentos e dezenove mil setecentos e nove reais e doze centavos) referentes ao LOTE 1.
Assinatura: 30/06/2015
Vigência: 330 DIAS após emissão da Ordem de Serviço

DANIEL CHRISTIAN BOSI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 017 - CC 002 2015 - NATINHO - FUNDAM LOTE 2

Extrato de Contrato nº 017/2015
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: Concorrência Pública nº 002/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA ESTRADA GERAL DO BAÚ, R. SILVERIO RAMOS, R. ARGENTINA HILÁRIO MABBA E R. MARIQUINHA SOARES E TRAVESSIAS ELEVADAS E DEMARCAÇÃO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO NO TRECHO MUNICIPALIZADO DA SC-412 NO CENTRO DA CIDADE, PROJETOS ANEXOS AO EDITAL. EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO Nº 2014TR003764 FUNDAM.

Fornecedor: CONSTRUTORA NATINHO LTDA EPP
Valor: R\$ 482.359,62 (Quatrocentos e oitenta e dois mil trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta e dois centavos) referentes ao LOTE 2.
Assinatura: 30/06/2015

Vigência: 120 DIAS após emissão da Ordem de Serviço
DANIEL CHRISTIAN BOSI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 018 - CC 002 2015 - NATINHO - FUNDAM LOTE 3

Extrato de Contrato nº 018/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: Concorrência Pública nº 002/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA ESTRADA GERAL DO BAÚ, R. SILVERIO RAMOS, R. ARGENTINA HILÁRIO MABBA E R. MARIQUINHA SOARES E TRAVESSIAS ELEVADAS E DEMARCAÇÃO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO NO TRECHO MUNICIPALIZADO DA SC-412 NO CENTRO DA CIDADE, PROJETOS ANEXOS AO EDITAL. EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO Nº 2014TR003764 FUNDAM.

Fornecedor: CONSTRUTORA NATINHO LTDA EPP

Valor: R\$ 287.946,86 (Duzentos e oitenta e sete mil novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e seis centavos) referentes ao LOTE 3.

Assinatura: 30/06/2015

Vigência: 150 DIAS após emissão da Ordem de Serviço

DANIEL CHRISTIAN BOSI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 355 2015

PORTARIA Nº 355, de 02 de junho de 2015.

NOMEIA AS PESSOAS ABAIXO RELACIONADAS, PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E REVOGA A PORTARIA 475/2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e na forma da Lei,

Art. 1º. Nomeia os membros do Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente e Adolescência – CMDCA:

I - Representantes do Setor Governamental:

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Mara Santos Xavier

Suplente: Ana Teresa Americano

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Rosilene Fronza Zimmermann

Suplente: Martina Paola Warmeling

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Titular: Alvarilda Aparecida de Souza

Suplente: Nadia Cardoso Supp

Secretaria de Assistência Social

Titular: Patrícia Machiavelli Thomaz

Suplente: Adriane Nascimento Mendonça

II - Representantes de Entidades Não Governamentais

Associação dos Moradores do Bairro Missões

Titular: Alex Luis Mengarda

Suplente: Renato Pedro Hostins

Associação de Pais e Amigos dos Portadores de Necessidades Especiais - APAE

Titular: Jaqueline Aparecida Ferretti

Suplente: Bernadeth da Silva Guedes

Bombeiros Voluntários de Ilhota

Titular: Denilson Alex Nogueira

Suplente: Talles Henrique Pereira Lima

Pastoral da Criança

Titular: José Teixeira

Suplente: João Evangelista da Conceição

Art. 2º. Revoga-se a Portaria n. 475, de 12 de abril de 2013.

Art. 3º. Registre-se e publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 30 de junho de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

ERRATA

COMUNICAÇÃO: Onde se lê "Ar condicionado com Capacidade: 9.000 btus, tipo: comercial, modelo: janela, tensão 220 v, características adicionais: controle de funções mecânico: permite selecionar a velocidade do ar e a temperatura, ventilação e refrigeração com no mínimo 3 velocidades, termostato regulável, faixa de classificação "a" no consumo de energia com certificação do Inmetro.", referente ao item nº. 01 do Edital do Pregão nº 25/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 22 de Junho de 2015, ler-se-á "Ar Condicionado "SPLIT", capacidade de 9.000 BTU/h, versão frio, 220V, compressor rotativo, cor do painel branca ou gelo, controle remoto sem fio, Selo Procel 2009, faixa de classificação "A" no consumo de energia, com certificação do INMETRO. Vazão de ar mínima de 400 m³/h, Eficiência térmica mínima de 1,50 W/W, ciclo frio, filtro anti bactéria de alta performance lavável, reinício automático, proteção anti corrosão, desumidificação saudável, timer e super silencioso, controle remoto sem fio com display de cristal líquido, funções fan (regula velocidade) , sleep, smart (ajuste automático de temperatura) , Swing (ajuste automático de direção do ar)". Comunicamos ainda, que o mesmo prorrogará sua abertura para o dia 13/07/2015, às 14h.

Imbituba, 01 de Julho de 2015.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

PORTARIA PMI/GGP Nº 380/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 380, de 30 de junho de 2015.

Dispõe sobre a exoneração de Assessor III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o Sr. ALEXANDRE LEAL CARDOSO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 885.455.471-53, do cargo/função de Assessor III junto a Secretaria Municipal da Fazenda, nomeado para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de julho de 2015.

Imbituba, 30 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 381/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 381, de 30 de junho de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. ESTER SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 017.306.669-06, para exercer o cargo de Assessora III junto a Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de julho de 2015.

Imbituba, 30 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 382/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 382, de 01 de julho de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. ALEXANDRE LEAL CARDOSO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 885.455.471-53, para exercer o cargo de Assessor II junto a Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de julho de 2015.

Imbituba, 01 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 383/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 383, de 01 de julho de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Técnico em Segurança e Medicina do Trabalho, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, o abaixo relacionado, admitido em 15 de março de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013 e PORTARIA PMI/DGP Nº 91/2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Eliakin Chaves Machado	Técnico em Segurança e Medicina do Trabalho - 40h	079.136.919-64	01/07/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de julho de 2015.

Imbituba SC, 01 de julho de 2015.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 028/15

Ato da Presidência nº 028/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 21ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 02 de Julho de 2015 (quinta-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO	REGIME							
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
054	PLC 343/2015	14/05/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Cria vaga de emprego público de Advogado no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
069	PL 4.713/2015	16/06/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Rerratifica e fixa prazo para início da construção do Quartel da Polícia Militar de Santa Catarina no município de Imbituba previsto na Lei 2.983, de 31 de outubro de 2006 e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	REQ nº 032/2015	29/06/2015	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira	Requer à Prefeitura Municipal de Imbituba dados sobre a arrecadação, os investimentos realizados, bem como cópias dos contratos relacionados aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no município de Imbituba.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 033/2015	29/06/2015	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira	Requer à Prefeitura Municipal de Imbituba cópia do processo licitatório da construção do prédio da Prefeitura Municipal, bem como dos seus aditivos, caso existam.	Ordinário	Única	Única
	REQ nº 034/2015	29/06/2015	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira	Requer à Prefeitura Municipal de Imbituba o valor gasto com a folha de pagamento de todos os colaboradores da Prefeitura, de forma individual, divididos entre efetivos e comissionados, especificando esses gastos, do mês de maio de 2013, maio de 2014 e maio de 2015.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 30 de Junho de 2015.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO 1448/15

. DECRETO Nº 1448/15

. De 29 de junho de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 36.094,52 (trinta e seis mil, noventa e quatro reais e cinquenta e dois centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET.SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381502	PF/VISA SUS
	Valor: (16.094,52)
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2441	MANUT.AÇÕES DEPTº SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01635504	ESTADO/CIR
	Valor: (20.000,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 29 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1438/15

. DECRETO Nº 1438/15

. De 17 de junho de 2015

Fixa Preços públicos de aluguéis aos espaços para atividades privadas durante a realização da 47ª Festa do Colono de Indaial .

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII, artigo 12, artigo 17 e artigo 20 da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º – Ficam fixados os seguintes preços de locação dos espaços para quiosques e atividades privadas em eventos no Parque Municipal Ribeirão das Pedras, com a seguinte escala de horários:

- Sábado: 25/07/2015 – a partir das 13horas até as 02horas do dia 26/07/2015;
- Domingo: 26/07/2015 – a partir das 09horas até as 21horas.

Parágrafo Único – Independente do espaço disponibilizado por critério e conveniência da Administração para:

LOTE	SERVIÇOS	ESPÉCIE	VALOR R\$
01 Interno	Lanches A Área: 4x4	Cheese-Salada, Cheese-Alemão ou Entreveiro	600,00
02 Interno	Lanches B Área: 4x4	Pastel, Bolinho. Coxinha de frango, Espetinho de frango.	600,00
03 Interno	Lanches C Área: 4x4	Pizza	600,00
04 Interno	Lanches D Área: 4x4	Batata Recheada	600,00
05 Interno	Lanches E Área: 4x4	Cachorro Quente	600,00
06 *Externo	Lanches F Área: 4x4	Espetinho de Carne	400,00
07 *Externo	Guloseimas A Área: 4x4	Guloseimas (churros, crepes, morango)	400,00
08 *Externo	Guloseimas A Área: 4x4	Guloseimas (churros, crepes, morango)	400,00
09 *Externo	Sorveteria Área: 4x4	Sorvetes, picolés e similares. Unidades e/ou buffet	200,00
10 *Externo	Tradicionais Área: 3x3	Carrinho de Pipoca	200,00
11 *Externo	Tradicionais Área: 3x3	Carrinho de Pipoca	200,00
12 *Externo	Tradicionais Área: 3x3	Algodão Doce	200,00
13 *Externo	Parque Infláveis	Parque com brinquedos infláveis	500,00
Jogos *Externo	Jogos e diversões	Jogos e diversões (anexos ao parque)	400,00
Outros Fornec. * Externo	Área: 4x4	Outros tipos de fornecedores não mencionados nos lotes acima, a critério da Comissão organizadora	400,00
Expositores *Externo	Outros espaços por m²	Determinados pela organização	R\$ 5,00 por m²
-	Espaços para entidades sem fins lucrativos e/ou de utilidade pública.	Associações, Clubes, Grupos Formalizados, Fundações, APPs, Escolas, entre outros.	Gratuitamente. Com aprovação da Comissão Organizadora.

* Externo: Os fornecedores de lanches ou expositores na área externa deverão providenciar sua estrutura completa contendo minimamente: cobertura padronizada, fechamentos laterais, balcão para atendimento e utensílios para produzir e servir os alimentos. Não serão aceitas coberturas com lonas pretas ou lonas de pick ups, caminhão ou similares para a cobertura. Deverá ser feita com material apropriado e com tendas padronizadas.

Art. 2º – Toda a estrutura física, incluindo mesas, cadeiras, bancos, pias de uso interno da barraca e de pessoal de atendimento e venda de produtos, montagem e decoração necessária para prestação do serviço proposto será por conta e responsabilidade do fornecedor ou entidade e deverá ser instalada no local do evento impreterivelmente até as 17h00 do dia 23 de julho de 2.015 para vistoria do Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária.

Art. 3º – Toda estrutura física e de pessoal, tais como: uniformes, carteira de saúde, registros funcionais, material de limpeza e segurança, embalagens, produtos, tickets, troco e caixas para venda dos produtos propostos será por conta e responsabilidade do fornecedor e deverão cumprir as normas de higiene e segurança. Cada ponto comercial deverá apresentar seu próprio extintor de incêndio, cabos de energia PP e lâmpadas econômicas.

§ 1º - Todas as barracas serão vistoriadas pela Vigilância Sanitária, Fiscalização Tributária, Segurança, Bombeiros e Comissão Organizadora Central.

§ 2º - Será permitido o uso de fritadeiras elétricas, desde que, informado com antecedência a potência utilizada e limitadas a 01 (uma) unidade por fornecedor. Os equipamentos que utilizarem gás de cozinha deverão cumprir todas as normas de segurança apontadas na vistoria do corpo de bombeiros.

Art.4º – Será de total responsabilidade do fornecedor a procedência e documentação obrigatória para comercialização dos produtos, tais como, licenças, taxas, alvarás, notas fiscais, entre outros, não sendo permitida a comercialização de produtos sem procedência comprovada legalmente, estando sujeitas à fiscalização.

Art.5º – A Organização do evento disponibilizará o espaço físico determinado no contrato e os pontos para ligação de água e energia aos fornecedores.

Art.6º – O não cumprimento, pelo fornecedor, do acordo firmado em contrato acarretará em multa de 20% sobre o valor estipulado pelo Espaço Comercial contratado.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 17 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1441/15

. DECRETO Nº 1441/15

. De 22 de junho de 2015

Anula e Suplementa no orçamento anual do Município de Indaial

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5176, de 22/06/2015,

DECRETA,

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Valor
26.001 - Fundo Municipal de Defesa Civil - Fumdec	
0006.0182.0026.1423 - Drenagem Profunda Bairro das Nações - 3ª Fase	
3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	42.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do MUNICIPIO DE INDALIAL as seguintes dotações:

Dotação	Valor
26.001 - Fundo Municipal de Defesa Civil - Fumdec	
0006.0182.0026.1421 – Drenagem Profunda Bairro das Nações - 1ª Fase	
3449000000000000 - Aplicacoes diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	42.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 22 de junho de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1442/15

. DECRETO Nº 1442/15

. De 22 de junho de 2015

Delega atribuições

Eliete Amaro Theiss

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, artigo 28 da Lei Complementar 83/2008 e suas alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica delegada a senhora ELIETE AMARO THEISS, ocupante do cargo comissionado de Assessora para Assuntos da 3ª Idade, atribuições para assinar a documentação contábil financeira da Assessoria para Terceira Idade, incluindo empenhos e diárias dos servidores lotados na mesma.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 22 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1443/15

DECRETO Nº 1443/15

. De 22 de junho de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115 de 19 de dezembro de 2014.

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT do RH – FP FUNDO SAUDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03380900	PAB - E.A.
	Valor: (30.000,00)
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT do RH – FP FUNDO SAUDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03671002	ESF Estado - E.A.
	Valor: (20.000,00)
Código	Descrição

30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT do RH – FP FUNDO SAUDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03385700	CAPS - E.A.
	Valor: (30.000,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1444/15

. DECRETO Nº 1444/15

. De 24 de junho de 2015

Descanso remunerado/ Patricia Fey

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 4.174/10, em seu artigo 26, Inciso III e 26 Parágrafo 2º a 5º, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Fica concedido descanso remunerado de 30 (trinta) dias, a partir de 27 de julho de 2015, à Conselheira Tutelar PATRICIA FEY, relativo ao período aquisitivo 2014/2015.

Prefeitura Municipal de Indaial em 24 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 24 de junho de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1445/15

. DECRETO Nº 1445/15

. De 24 de junho de 2015

Cancela Decreto 1440/15

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Indaial e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando a duplicidade do ato – Decreto nº 1443/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica cancelado o Decreto 1440/15, que abre crédito adicional suplementar no orçamento de 2015 do Fundo Municipal de Saúde de Indaial, proveniente de superávit financeiro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1446/15

. DECRETO Nº 1446/15

. De 26 de junho de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 23.256,24 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT. CONVÊNIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAIS EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381705	MAC - APAE
	Valor: (23.256,24)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 26 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1447/15

. DECRETO Nº 1447/15

. De 26 de junho de 2015

Dispõe sobre a pavimentação em sistema mutirão da Rua Uruguaiana.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Indaial, Lei 4841/2013 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam determinadas as medidas e dimensões da Rua Uruguaiana para fins de pavimentação no Sistema Mutirão, de acordo com Edital 10/2015, com início na Rodovia BR 470 e término, pelo lado direito em terras de Sergio Ribeiro e Espólio de Reno Schubert e pelo lado esquerdo em terras de Leovan Amaral de Souza, com as seguintes medidas:

- Comprimento : 408,75 metros;
- Largura da pista a ser pavimentada: 7,00 metros.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 26 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1449/15

. DECRETO Nº 1449/15

. De 29 de junho de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT.RH – FP FUNDO SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01671705	NASF/ESTADO
	Valor: (39.000,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 29 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1450/15

. DECRETO Nº 1450/15

. De 30 de junho de 2015

Homologa Resolução 25/2015 do CMDCA, que trata das inscrições Processo Escolha dos Membros Conselho Tutelar de Indaial

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 4.321/11 e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei Federal 12696/12, Resoluções Conanda 113/06, 152/12 e 170/14,

DECRETA

Art. 1º - Fica homologada a Resolução 25/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que trata da homologação das inscrições dos candidatos ao processo de escolha unificada dos membros do Conselho Tutelar de Indaial, em 04/10/2015.

Parágrafo Único – A Resolução 25/2015, fará parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 25/2015

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS/AS CANDIDATOS/AS AO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS AO CONSELHO TUTELAR DE INDAIAL.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1428/15 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, e deliberações da reunião ordinária do dia 25 de Junho de 2015.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei Nº 8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2015.
- As Resoluções do CONANDA nº 170/2014, 113/2006 e 152/2012;
- A Lei 12.696/2012 que altera os artigos sobre os conselheiros tutelares;
- O Edital CMDCA nº 02/2015 e Edital CMDCA nº 03/2015.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a homologação dos/as candidatos/as inscritos/as ao processo de escolha em data unificada no dia 04 de Outubro de 2015 dos membros ao Conselheiro Tutelar de Indaial.

Segue a relação para homologação:

nº	DATA DA INSCRIÇÃO	NOME	APELIDO
1	08/04/15	JAIR GILMAR GONZAGA	GONZAGA
2	13/04/15	ALIDOR REITER	-
3	24/04/15	PATRICIA FEY	-
4	05/05/15	VALDIR VOIGT	-
5	22/05/15	FERNANDA REIF THOMSEN	-
6	01/06/15	ROSELI DA SILVA PEIXE	-
7	01/06/15	NARA BENTA LYRA DE SOUZA	-
8	02/06/15	ALINE CARLA DOS SANTOS	PRO ALINE
9	03/06/15	VILMA SCHMITZ	PROFESSORA VILMA
10	03/06/15	BEATRIZ PADILHA	BIA
11	16/06/15	MÁRCIA TONETT LOPES DE OLIVEIRA	MÁRCIA
12	16/06/15	TERESINHA MANDEL ZIMLICH	TETE
13	17/06/15	EDIVAINÉ DE FATIMA ALVES	EDI
14	22/06/15	AUGUSTINHA RIBEIRO BARTOCZ	AUGUSTA
15	22/06/15	JOICE DANIELA PEREIRA NUNES	-
16	22/06/15	RICARDO RAFAEL SCHEIDEMANTEL	PIO/ELITE
17	22/06/15	CARLA FABIANA JANSEN JOAQUIM	-
18	22/06/15	MARILENE MIGLIONI BOAVENTURA	MARI

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 26 de Junho de 2015.

Luiz Cláudio S.T.M. Altenburg

Coordenador do CMDCA

DECRETO Nº 1451/15

. DECRETO Nº 1451/15

. De 30 de junho de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.131,37 (três mil, cento e trinta e um reais e trinta e sete centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
30.001.0010.0305.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0305.0030.2450	MANUT.VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381802	HIV/AIDS
	Valor: (53,97)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
30.001.0010.0305.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0305.0030.2450	MANUT.VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381801	PAM
	Valor: (3.061,43)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2443	MANUT.FARMACIA BASICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01671303	FARMACIA BASICA DIABETES
	Valor: (8,82)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET.SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381101	SAÚDE BUCAL UNIÃO
	Valor: (0,67)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET.SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01380001	GESTÃO SAÚDE
	Valor: (2,25)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET.SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01382002	SAMU MUNICÍPIO
	Valor: (4,23)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 127/2015.

Inexigibilidade nº 023/2015-10430

Objeto: Contratação de palestras para formação continuada de professores alfabetizadores.

Entrega dos envelopes: 30/06/2015

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 128/2015.

Inexigibilidade nº 024/2015-10430

Objeto: Contratação de palestras para formação continuada de professores na área de geografia.

Entrega dos envelopes: 30/06/2015

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2015

MUNICIPIO DE INDIAIAL

Processo Licitatório nº 129/2015.

Inexigibilidade nº 025/2015-10430

Objeto: Contratação de palestras para formação continuada de professores na área de ciências.

Entrega dos envelopes: 30/06/2015

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2015

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 11/2015

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de serviços de divulgação de evento de Aniversário Político-administrativo do Município.

Fornecedor: RÁDIO VIDEIRA LTDA - EPP.

Valor: R\$ 1.348,00 (um mil trezentos e quarenta e oito reais).

Iomerê, 30 de junho de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 12/2015

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 12/2015

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de serviços de divulgação de evento de Aniversário Político-administrativo do Município.

Fornecedor: RÁDIO CAÇANJURÊ LTDA - EPP.

Valor: R\$ 1.348,00 (um mil trezentos e quarenta e oito reais).

Iomerê, 30 de junho de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 13/2015

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 13/2015

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de serviços de divulgação de evento de Aniversário Político-administrativo do Município.

Fornecedor: RÁDIO VALE DO CONTESTADO LTDA - EPP.

Valor: R\$ 1.348,00 (um mil trezentos e quarenta e oito reais).

Iomerê, 30 de junho de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO 37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 37/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º 22/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 15 de julho de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de materiais de construção, elétricos e de limpeza, para manutenção de atividades junto aos diversos departamentos da prefeitura, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 30 de junho de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

ADENDO 01 PL 036/2015, PR 024/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015

REGISTRO DE PREÇOS

ADENDO 01

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que em razão da necessidade houve alteração no item "11.1.2" e no Anexo "D", do Edital do Processo Licitatório nº 036/2015, Pregão Presencial nº 024/2015, para possível aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar para o segundo semestre de 2015. Em consequência das alterações do Edital, as propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 14 de julho de 2015 e abertas nesta mesma data. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital. O edital e o Adendo nº 01 encontram-se disponíveis no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá - SC, 30 de junho de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 25/2015

Processo Licitatório nº 35/2015 - Pregão Eletrônico nº 25/2015 – Objeto: contratação de empresa especializada para ativação de 100 (cem) tablets educacionais na plataforma Android, com capacitação para 100 (cem) professores na utilização dos tablets, implantação e capacitação de uso de e-mail institucional. Recebimento das Propostas: até as 09h30min do dia 16/07/2015. Abertura das Propostas: dia 16/07/2015, as 09h45min. Início da Sessão de Disputa de Preços: dia 16/07/2015, as 10:00 horas. O edital poderá ser obtido nos Sites: www.itaioplis.sc.gov.br e www.bll.org.br Informações: Departamento de Compras e Licitações, fone: 47 3652 2211. Itaiópolis, 29 de junho de 2015. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

LICITAÇÃO Nº 18/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC; Processo Licitatório Nº 18/2015; Pregão Presencial nº 18/2015; Objeto: Registro de Preços para aquisição de combustível (Gasolina Comum) para uso dos veículos da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis, quando em viagem ao Município de Florianópolis/SC, transportando pacientes encaminhados para tratamento especializado de Média e Alta Complexidade onde a capacidade normal de combustível dos mesmos não é suficiente para terminar o percurso. (O Posto de combustível deverá estar instalado na área central em Florianópolis). Entrega dos Envelopes; Até às 14:00 horas do dia 15 de julho de 2015; Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 15 de julho de 2015; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Av. Tancredo Neves, 234, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas ou no site www.itaioplis.sc.gov.br - Fone 047 3652 1787. Itaiópolis, 30 de junho de 2015. Eliseu Alexandre Gabardo – Secretário Municipal de Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 115 DE 24 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 115 DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 120 – Recursos de Impostos para Educação, no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta quatro mil reais):

06.01 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental

12.361.0066.2029- Manutenção e Desenv. das Atv. da Educação Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas
..... R\$ 12.000,00

06.02 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Educação Infantil

12.365.0070.2034- Manutenção das Ativ. Da Educação Infantil

33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas
..... R\$ 32.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 24 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 116, DE 29 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 116, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Delega atribuições ao Diretor de Águas e Esgoto e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 c/c a alínea f do inciso I do art. 74 da Lei Orgânica Municipal;

Decreta:

Art.1º Ficam pelo presente Decreto delegadas atribuições ao Diretor de Águas e Esgoto, Osmar Paulo Muller, matrícula nº 3985/01 para efetuar despachos em requerimentos referente os serviços previstos no artigo 3º da Lei Municipal nº 2.867, de 08 de outubro de 2013, que dispõe sobre o fornecimento e cobrança de água e serviços de esgotamento sanitário.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 29 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos.

DECRETO Nº 117 DE 29 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 117 DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 120 – Recursos de Impostos para Educação, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais):

06.01 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental

12.361.0066.2029- Manutenção e Desenv. das Atv. da Educação Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas
..... R\$ 12.000,00

06.02 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Educação Infantil

12.365.0070.2034- Manutenção das Ativ. Da Educação Infantil

33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas
..... R\$ 12.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 29 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DISPENSA Nº 122/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 122/2015

Dispensa de Licitação nº 122/2015

Partes: Município de Itapiranga e SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de SC.

Objeto: Contratação do SEBRAE para prestação dos serviços de consultoria técnica, tecnológica e gerencial para empresas e novos empreendedores do município.

Fundamento: Inciso XIII, artigo 24, da Lei nº 8.666/93

Valor: R\$ 10.000,02

Vigência: 31/12/2015

Itapiranga - SC., 30 de junho de 2015

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Itapiranga.

OBJETO: A realização de ações de melhorias ao longo da rodovia SC163, no trecho compreendido desde o Trevo de acesso à cidade de Itapiranga até o trevo de acesso ao Frigorífico Mabella de Itapiranga - SC. As despesas decorrentes do presente Termo de Cooperação correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município.

VIGÊNCIA: 01 de julho de 2016.

Itapiranga – SC. 29 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO 124/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 124/2015, cujo objeto é a aquisição de defensas metálicas e outros materiais destinados para o conserto e manutenção da proteção lateral da ponte da Linha Laranjeira, interior deste município. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 14 de julho de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 30 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO 125/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 125/2015, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para construção de estufa metálica agrícola para produção de mudas, do Setor de Urbanismo, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 15 de julho de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 30 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2487/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

DECRETO MUNICIPAL nº 2487/2015

Data: 29 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal 559/2014 – LOA 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulações de dotações dentro da mesma funcional programática, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 32.118,90 (Trinta e dois mil cento e dezoito reais e noventa centavos), conforme segue:

conforme segue:

Suplementações

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

01203610021.1030 Construção / Ampliação e Reformas

34490 Aplicações Diretas (350) DR 10100
..... R\$ 14.999,90

01203610021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental

34490 Aplicações Diretas (354) DR 10100
..... R\$ 8.000,00

34490 Aplicações Diretas (365) DR 23600
..... R\$ 9.119,00

Total das Suplementações
..... R\$ 32.118,90

Anulações

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 Ensino Fundamental

01203610021.1030 Construção / Ampliação e Reformas

33390 Aplicações Diretas (332) DR 10100
..... R\$ 14.999,90

01203610021.2095 Manutenção do Ensino Fundamental

33390 Aplicações Diretas (338) DR 10100
..... R\$ 8.000,00

33390 Aplicações Diretas (361) DR 23600
..... R\$ 9.119,00

Total das Anulações
..... R\$ 32.118,90

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2488/2015 NOMEIA COMISSÃO INTERDISCIPLINAR PARA VISTORIA DAS EMPRESAS CREDENCIADAS COM CAPACIDADE TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE AOS USUÁRIOS DOS SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

DECRETO MUNICIPAL Nº 2488/2014

Data: 30 de junho de 2015.

NOMEIA COMISSÃO INTERDISCIPLINAR PARA VISTORIA DAS EMPRESAS CREDENCIADAS COM CAPACIDADE TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE AOS USUÁRIOS DOS SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando Edital de Credenciamento Inexigibilidade nº 05/2014,

DECRETA

Art.1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Comissão Interdisciplinar para vistoria das empresas credenciadas com capacidade técnica para realização de exames laboratoriais:

1) Edson Proença Pereira;

2) Margarida Aparecida da Silva Estevão;

3) Priscila de Araújo Carneiro;

4) Lana Rosélia Quadros Bevilacqua.

Art. 2º A comissão após vistoria emitirá parecer sobre as condições da área física do serviço, higiene, biossegurança, identificação do funcionário dos equipamentos técnicos declarados e necessários à realização da atividade pretendida, observando-se a legislação vigente e recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de junho de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE SAÚDE: COMUNICADO

Itapoá, 30 de Junho de 2015.

COMUNICADO

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais COMUNICA abaixo o local e horário da Prova Objetiva, referente ao Processo Seletivo Simplificado - Edital 035/2015 – Agente Comunitário de Saúde da localidade da Barra do Sai

Data: 05/07/2015.

Local: Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua 960, nº 201; Bairro Itapema do Norte, localizada junto a Prefeitura Municipal de Itapoá.

Início: 8:30hs com término previsto para às 12:00hs, lembrando que o candidato deve comparecer ao local da prova com 10 minutos de antecedência, munido de documento com foto, conforme item 6.6 do Edital.

Marciane Rech
Enfermeira Coordenadora ESF

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO Nº 39/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE BUFFET, PARA O FORNECIMENTO DE ALMOÇO PARA ATÉ 3000(TRES MIL) PESSOAS, AO MEIO-DIA DE 26 DE JULHO DE 2016, NA ARENA MULTIUSO, NO PARQUE DA CEBOLA, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO AGRICULTOR E MOTORISTA.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº39/2015

Processo: 57/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE BUFFET, PARA O FORNECIMENTO DE ALMOÇO PARA ATÉ 3000(TRES MIL) PESSOAS, AO MEIO-DIA DE 26 DE JULHO DE 2016, NA ARENA MULTIUSO, NO PARQUE DA CEBOLA, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO AGRICULTOR E MOTORISTA.. FORMA DE JULGAMENTO: Melhor oferta. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 13 de julho de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 13 de julho de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 30 de junho de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.777 DE 29 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4.777 DE 29 DE JUNHO DE 2015.

SUSPENDE CONCESSÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO E REFORMA EM ÁREA DO MUNICÍPIO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 10, XVII, da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

DECRETA:

Art. 1º. Fica suspensa a concessão de alvarás de construção e/ou de reforma, de qualquer natureza, a serem realizadas em imóveis localizados na área compreendida entre 1000m (mil metros) de distância de cada cabeceira da pista e 500m (quinhentos metros) de distância de cada lado do eixo da pista do Aeroporto Santa Teresinha, conforme mapa em anexo, pelo período de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Joaçaba (SC), 29 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO ALTERAÇÃO PL 67/2015/PMJ - PP 44/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 1

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 44/2015/PMJ, cujo extrato foi publicado no DOM em 24/06/2015, tendo por objeto o "A aquisição de conjunto/equipamento de pintura para demarcação viária destinado à manutenção das atividades da Gerência de Trânsito do Município de Joaçaba, SC.", ficam alterados:

- 1) No anexo I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO;
- 2) A data e horário para o credenciamento e entrega dos envelopes, de até as 14h do dia 07/07/2015, para até as 14h do dia 14/07/2015;
- 3) A data e horário do processamento do Pregão do dia 07/07/2015, a partir das 14h, para o dia 14/07/2015, a partir das 14h.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 – Telefones 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 30 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

EXTRATO PL 71/2015/PMJ - PP 45/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015/PMJ

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a confecção e o fornecimento de uniformes, destinados aos servidores da 11ª CIRETRAN. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 16/07/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 16/07/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 30 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

EXTRATO PL 72/2015/PMJ - PP 46/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015/PMJ

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução de impressos gráficos, destinados à manutenção destinados à manutenção das atividades das secretarias e setores da administração pública municipal. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 17/07/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 17/07/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 30 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretaria Municipal De Gestão Administrativa

CELSON FELIPE BORDIN - Secretário

HOMOLOG PL 15/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2015/FMS

O Secretário de Saúde Ademir Luiz Righi, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 15/2015/FMS – PP 10/2015/FMS, nos seguintes termos:

Objeto o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.

Empresa Vencedora:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

VALOR R\$ 1.957,50

CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA

VALOR R\$ 11.400,00

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

VALOR R\$ 15.575,00

DIMASTER – COM PROD. HOSP. LTDA

VALOR R\$ 37.800,00

MAURO MARCIANO COM. DE MEDIC. LTDA

VALOR R\$ 5.670,00

FISCAI: SHEILA FERRI.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 29 de junho de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI

Secretario- FMS

ATA 09/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 29/06/2015 Válido até: 29/06/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Carbonato de cálcio - 500mg	CP	DIMASTER - COM.PROD.HOSPITALAR LTDA (6696)	NATULAB	0	0,1890	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	IMEC	0	0,1900	2
			DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	IMEC	0	0,2790	3
3	Fluoxetina - 20mg	CP	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	BLISFARMA	0	0,0510	1
			DIMASTER - COM.PROD.HOSPITALAR LTDA (6696)	BLISFARMA	0	0,0630	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	TEUTO	0	0,0660	3
4	Glibenclâmida - com. 5mg - GENÉRICO - Lei nº 9.787, de 1999	CP	CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	MEDQUIMICA	0	0,0380	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	HYPERMARCAS	0	0,0530	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	NEO QUIMICA	0	0,0540	3
5	Ibuprofeno susp Oral 100 mg/ml gotas 30 ml	FR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6338)	MEDQUIMICA	0	1,8900	1
			CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (7037)	MEDQUIMICA	0	1,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 29/06/2015 Válido até: 29/06/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
6	LORAZEPAM 2MG		ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	MEDQUIMICA	0	2,3230
		UN	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	TEUTO	0	0,0550
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EMS	0	0,0750
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	TEUTO	0	0,1400
7	Quetiapina 25mg	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6772)	TEUTO	0	0,2610
			AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (8044)	EMS	0	0,2800

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 9/2015						Data do Registro: 29/06/2015		Válido até: 29/06/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.									
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
					DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7386)	ACTAVIS	0	0,3080	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015							Data do Registro: 29/06/2015		Válido até: 29/06/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2015
PROCESSO Nº 15/2015

- (6338) - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
- (6696) - DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT.LTDA
- (6772) - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (7037) - CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA
- (7386) - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
- (8044) - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

Joaçaba, 29 de Junho de 2015.

PLASS

BALANCETE FINANCEIRO MAIO/2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Maio
Página: 1

Santa Catarina
PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada



RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	355.903,10	ORÇAMENTÁRIAS	175.536,98
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	173.488,96	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	171.296,60
RECEITA PATRIMONIAL	115.468,96	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.292,20
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	66.945,18	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	167.004,40
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.240,38
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.240,38
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	191.824,14	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	257.086,01
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	16.287,16	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	18.048,77
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	175.536,98	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	239.037,24
SALDOS ANTERIORES	11.690.803,68	SALDOS ATUAIS	11.805.907,93
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.690.753,68	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.805.857,93
BANCO C/ MOVIMENTO	50,00	BANCO C/ MOVIMENTO	50,00
TOTAL	12.238.530,92	TOTAL	12.238.530,92

Joacaba, 29/06/2015

JULIANA DARTORA BESBATI
Presidente

JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

ADONES MARCIANO
Contador

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 151/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 151/2015 DE 30.06.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a (o) Servidor(a) Sr.(a) ELIZETE APARECIDA BISATTO, Auxiliar de Serviços Gerais, Licença-Prêmio a que tem direito solicitada através do processo nº 1868/2015 de 30 de junho de 2015, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2014 à 31 de dezembro de 2014 (12 dias) para serem fruídos no período de 20 de julho de 2015 à 31 de julho de 2015, de acordo com a Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de julho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de junho de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 152/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 152/2015 DE 30.06.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12(doze) dias de licença –prêmio do(a) Servidor(a) Rejane Paganini, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 1695/2015 de 12 de junho de 2015, referente ao período aquisitivo de 02.06.2014 à 01.06.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de junho de 2015,obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de Junho de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 153/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 153/2015 DE 30.06.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12(doze) dias de licença –prêmio do(a) Servidor(a) Murilo Girardi, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 1696/2015 de 12 de junho de 2015, referente ao período aquisitivo de 01.06.2014

à 31.05.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de junho de 2015,obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de Junho de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 154/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 154/2015 DE 30.06.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12(doze) dias de licença –prêmio do(a) Servidor(a) Reginaldo da Silva, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 1694/2015 de 12 de junho de 2015, referente ao período aquisitivo de 02.06.2014 à 01.06.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de junho de 2015,obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de Junho de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 155/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 155/2015 DE 30.06.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12(doze) dias de licença –prêmio do(a) Servidor(a) Marcos Antônio Fávero, Auxiliar Controle Operacional, conforme requerimento protocolado sob nº 1693/2015 de 12 de junho de 2015, referente ao período aquisitivo de 02.06.2014 à 01.06.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de junho de 2015,obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de Junho de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 156/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 156/2015 DE 30.06.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12(doze) dias de licença –prêmio do(a) Servidor(a) Emerson Alves, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 1692/2015 de 12 de junho de 2015, referente ao período aquisitivo de 02.06.2014 à 01.06.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de junho de 2015,obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de Junho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATORIO 32/2015 SISTEMA GESTAO PUBLICA

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 32/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 14/07/2015, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROVER SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NOS ANEXOS CONSTANTES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 30 de Junho de 2015.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 14/2015 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 14/2015 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: MARCELINA DA SILVA RAMOS, inscrita no CPF sob n. 489.917.089-00, sediada a Rua Antônio Nunes Ribas Filho, 177, Bairro Santo Antônio – Lages/SC, CEP 88.512-110.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 21/2015, correlato a Dispensa de Licitação nº 06/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Abrigo Locação de imóvel para o uso do PRONATEC – GRUPO RETALHANTE - ACESSUAS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor a ser pago será de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais

Lages/SC, 24 de junho de 2015

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 298/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 298/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGESinscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CONTRATADO: ELOI DARTORA DE SOUZA JUNIOR - ME inscrita no CNPJ n.º 07.025.399/0001-04, com sede Rua Valdomiro koech, 50 – Gethal – Lages/SC - CEP: 88.520-450.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 180/2015, correlato a Pregão Presencial nº 74/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Conservação e Manutenção dos Abrigos de Passageiros de Ônibus urbano, e para atender as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 07 (sete) dias da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme a necessidade da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, no(s) local(is) definido(s) na(s) Solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 15.680,00(quinze mil seiscentos e oitenta reais).

Lages, 16 de junho de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 299/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 299/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGESinscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO JZAGO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.093.667/0001-98, com sede a Av. Duque de Caxias, 1174 – Frei Rogério – Lages/SC - CEP: 88.508-001.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 180/2015, correlato a Pregão Presencial nº 74/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Conservação e Manutenção dos Abrigos de Passageiros de Ônibus urbano, e para atender as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 07 (sete) dias da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme a necessidade da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, no(s) local(is) definido(s) na(s) Solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 660,00(seiscentos e sessenta reais).

Lages, 16 de junho de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 300/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 300/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGESinscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com endereço a Praça Vidal Ramos,86 - Centro – CEP 88.502-005 – Lages/SC. Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 180/2015, correlato a Pregão Presencial nº 74/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Conservação e Manutenção dos Abrigos de Passageiros de Ônibus urbano, e para atender as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 07 (sete) dias da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme a necessidade da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, no(s) local(is) definido(s) na(s) Solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 16.000,00(dezesseis mil reais).

Lages, 16 de junho de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 301/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 301/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGESinscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO MAX RICARDO MARIN & CIA LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 82.977.125/0001-30, estabelecida a Avenida Luis de Camões, 1062 – Coral, CEP 88523-000 – Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 180/2015, correlato a Pregão Presencial nº 74/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Conservação e Manutenção dos Abrigos de Passageiros de Ônibus urbano, e para atender as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 07 (sete) dias da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme a necessidade da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, no(s) local(is) definido(s) na(s) Solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 292,00(duzentos e noventa e dois reais).

Lages, 16 de junho de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 893/2015

PORTARIA RH Nº 893/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, GERALDO LUIZ DA CUNHA para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Comunicação e Publicidade, DS 4, com lotação na Secretaria de Comunicação Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 903/2015

PORTARIA RH Nº 903/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, MARIA LIGIA AGUIAR DE OLIVEIRA para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete I, AS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 954/2015

PORTARIA RH Nº 954/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, WALLASTON DE OLIVEIRA para exercer o Cargo em comissão de Assessor de Planejamento e Marketing Turístico, AS 2, com lotação na Secretaria de Turismo, Lazer e Desenvolvimento Econômico e Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 960/2015

PORTARIA RH Nº 960/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 2727/2015;

RESOLVE:

Alterar a pedido a carga horária da Servidora MARIA PAULA PEREIRA MATOS Psicólogo, de provimento efetivo, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 01/06/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 961/2015

PORTARIA RH Nº 961/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor JOÃO MANOEL VICENTE FILHO Assistente de Administração, do dia 08.06.2015 a 07.07.2015, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Junho de 2015.
KLEVYS LOPES ROSA
Secretário Municipal Interino

PORTARIA Nº 962/2015

PORTARIA RH Nº 962/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ALEX DA SILVA DE BEM Fiscal Sanitário, do dia 18.06.2015 a 17.07.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Junho de 2015.

LUIZ FELIPE REMOR

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 963/2015

PORTARIA RH Nº 963/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, PEDRO PAULO FORTUNATO Motorista, do dia 16.06.2015 a 15.07.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Junho de 2015.

LUIZ FELIPE REMOR

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 964/2015

PORTARIA RH Nº 964/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, SANDRO CORRÊA Motorista, do dia 22.06.2015 a 21.07.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Junho de 2015.

LUIZ FELIPE REMOR

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 965/2015

PORTARIA RH Nº 965/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor MARQUES SANDRO AGOSTINHO Motorista, do dia 22.06.2015 a 21.07.2015, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Junho de 2015.

RENATO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 966/2015

PORTARIA RH Nº 966/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

INTERROMPER as férias, de LINDOMAR GIUSTI JÚNIOR Motorista, assim o fazendo com base no artigo 47 da Lei complementar nº 136/2006, devendo o mesmo retornar ao serviço, em 23 de Junho de 2015, ficando-lhe assegurado o restante do período interrompido, assim que cessar os motivos que o determinaram.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Junho de 2015.

LUIZ FELIPE REMOR

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 967/2015

PORTARIA RH Nº 967/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 3744/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 23 de Junho de 2015 a 22 de Julho de 2015, ao Servidor PATRÍCIA PEREIRA CARNEIRO, psicólogo, com lotação na Secretaria de Saúde, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Junho de 2015.

LUIZ FELIPE REMOR

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 968/2015

PORTARIA RH Nº 968/2015

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ARLON LUIZ DA SILVA Guarda Municipal, do dia 23.06.2015 a 22.07.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Junho de 2015.

LUIZ PAULO DE REZENDE

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 969/2015

PORTARIA RH Nº 969/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ISYS TAVARES BORGES DE BEM, do cargo em comissão de Diretor de Escola, DAE 1, do C.E.I Irmã Vera – Ponta das Pedras, nos termos da Lei Complementar nº 138/2006, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Junho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 970/2015

PORTARIA RH Nº 970/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, PAULO CÉSAR BONIFÁCIO do Cargo de Professor de Artes, HAB 100, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 24 de Junho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 971/2015

PORTARIA RH Nº 971/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário as pessoas abaixo relacionadas para exercerem o Cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 26/06/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

- Ana Cláudia Francisco Goulart – HAB 030 – 40 horas;

- Patrícia Albino – HAB 030 – 40 horas;

- Roberta Oliveira da Silva – HAB 300 – 40 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 26 de Junho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 972/2015

PORTARIA RH Nº 972/2015

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 22.06.2015 a 21.07.2015, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Ana Paula Miguel Ross	2013/2014
Ana Paula Jeremias de Souza	2013/2014

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 26 de Junho de 2015.

LORENA BARBOSA DE ANDRADE

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 973/2015

PORTARIA RH Nº 973/2015

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, SONIA MARIA AMÉRICO DOS SANTOS Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 29.06.2015 a 28.07.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 29 de Junho de 2015.
LUIZ PAULO DE REZENDE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 974/2015

PORTARIA RH Nº 974/2015

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

INTERROMPER as férias, de ANDRÉ VARGAS LAUREANO Fiscal de Tributos, assim o fazendo com base no artigo 47 da Lei complementar nº 136/2006, devendo o mesmo retornar ao serviço, em 29 de Junho de 2015, ficando-lhe assegurado o restante do período interrompido, assim que cessar os motivos que o determinaram.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 29 de Junho de 2015.
LUIZ PAULO DE REZENDE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 975/2015

PORTARIA RH Nº 975/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ELANE ZELINDRO Agente Comunitário, do dia 08.06.2015 a 07.07.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 29 de Junho de 2015.
LUIZ FELIPE REMOR
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 976/2015

PORTARIA RH Nº 976/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, SÉRGIO DE JESUS ALMEIDA JÚNIOR do Cargo de Professor de Educação Infantil, HAB 030, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 25/06/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 29 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 977/2015

PORTARIA RH Nº 977/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, SIMONE CARDOSO do Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 29 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 978/2015

PORTARIA RH Nº 978/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 2390/2015;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. JULIANA BIROLO TEIXEIRA FRETTE, Odontólogo, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 29/06/2015, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 29 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 979/2015

PORTARIA RH Nº 979/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, GILMARA MACHADO VICENTE MEDEIROS do Cargo em comissão de Coordenador do Serviço de Assistência a Criança e ao Adolescente, DS 5, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir desta.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Junho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 980/2015

PORTARIA RH Nº 980/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, LUIZ FELIPE REMOR, do cargo de Secretário Municipal de Saúde, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Junho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 981/2015

PORTARIA RH Nº 981/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, RODRIGO CONSTANTINO LUIZ, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Julho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº63/2015 PMLM

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº63/2015 PMLM

PROCESSO Nº63/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Data: 02 de julho de 2015 às 11:30h

Onde se le: 07 de julho de 2015 às 11:30h

Leia-se: 02 de julho de 2015 às 11:30h

Lauro Muller, 29 de junho de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Leoberto Leal**PREFEITURA****METAS FISCAIS 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA						
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL						
DESDOBRAMENTO DAS METAS ANUAIS PREVISTAS NA LDO EM METAS BIMESTRAIS EXERCÍCIO 2015						
	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE
RECEITA	2.320.000,00	2.050.000,00	2.190.000,00	2.060.000,00	1.740.000,00	7.067.484,00
DESPESA	2.320.000,00	2.050.000,00	2.190.000,00	2.060.000,00	1.740.000,00	7.067.484,00
RESULTADO PRIMÁRIO	-1.119.600,00	-1.119.600,00	-1.119.600,00	-1.119.600,00	-1.119.600,00	-1.119.600,00
RESULTADO NOMINAL	-14.000,00	-14.000,00	-14.000,00	-14.000,00	-14.000,00	-14.000,00
MONTANTE DA DÍVIDA	289.300,00	289.300,00	289.300,00	289.300,00	289.300,00	289.300,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-76.000,00	-76.000,00	-76.000,00	-76.000,00	-76.000,00	-76.000,00
Leoberto Leal, 02 de janeiro de 2015.						
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA	DÉBORA VENTURIN	WORLI JOSÉ KREUSH				
Prefeita Municipal		Secretária de Adm. e Finanças	Contador			

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO 32/2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de uniformes e EPIs, no dia 14 de julho de 2015, as 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 29 de junho de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EDITAL PREGÃO 33/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Lindóia do Sul

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015

Pedro Ari Parizotto – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de dois veículos sedan tipo passeio zero km, no dia 16 de julho de 2015, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 30 de junho de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

PL 054/2015 - PP 035/2015 - PLACAS DE HOMENAGEM - PML

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 054/2015 - PML

Pregão Presencial nº 035/2015 - PML

O MUNICIPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o registro de preços, para eventual aquisição, de forma parcelada, de placas de homenagem destinados para os eventos desenvolvidos pela Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 13 de julho de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 13 de julho de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PL 055/2015 – PP 036/2015 – REFEIÇÕES – PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 055/2015 - PML

Pregão Presencial nº 036/2015 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual requisição de refeições destinadas ao evento da Festa do Colono do Município de Luzerna/SC, conforme especificações contidas no Anexo I, que é parte integrante deste edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 15 horas do dia 13 de julho de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 15h10min do dia 13 de julho de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE POSSE

TERMO DE POSSE

PREFEITO MUNICIPAL E VICE-PREFEITO

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e quinze, às vinte horas e trinta e cinco minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Mafra, sito à Avenida Coronel José Severiano Maia, nº 441, após a realização da eleição convocada para esta data, por meio da Resolução nº 14/2015, em sessão extraordinária, foram eleitos pela maioria absoluta e tomaram posse, respectivamente para o cargo de Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor Wellington Roberto Bielecki, e no cargo de Vice-Prefeito, o Excelentíssimo Senhor Vicente de Paulo Bezerra Saliba, a partir deste momento até o dia 31 de dezembro de 2016.

Mafra, 30 de junho de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

VICENTE DE PAULO BEZERRA SALIBA

Vice-Prefeito

VER. EDER GIELGEN

Presidente da Câmara Municipal

TERMO DE POSSE

TERMO DE POSSE

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e quinze, às vinte horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Mafra, sito à Avenida Coronel José Severiano Maia, nº 441, após a realização da eleição convocada para esta data, em sessão ordinária, para eleição do cargo vago de Presidente, foi eleito, pela maioria absoluta, o Vereador Eder Gielgen, e restou empossado para compor a Mesa Diretora a partir deste momento até o dia 31 de dezembro de 2015, ficando assim constituída a Mesa Diretora:

PRESIDENTE : Ver. Eder Gielgen

VICE-PRESIDENTE : Ver. Abel Bicheski

1ª SECRETÁRIA : Verª Marise Valério Bráz de Oliveira

2ª SECRETÁRIA : Verª Márcia Cristiane Nassif

Mafra, 30 de junho de 2015.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

VER. ABEL BICHESKI

Vice-Presidente

VERª MARISE VALÉRIO BRÁZ DE OLIVEIRA

1ª Secretária

VERª MÁRCIA CRISTIANE NASSIF

2ª Secretária

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 56/2015

DECRETO Nº 56 DE 26 DE JUNHO DE 2015.

DESAPROPRIA ÁREA DE TERRENO QUE ESPECIFICA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso VII do Art. 73, da Lei Orgânica do Município de Maracajá e:

Considerando, o decreto municipal nº 50 de 18 de junho de 2015 que declarou área de terreno de utilidade pública para fins de desapropriação;

Considerando, o laudo de avaliação realizada pela comissão nomeada pelo decreto municipal nº 50/2015;

Considerando, a lei municipal nº 1033 de 24 de junho de 2015 que autoriza o poder executivo a indenizar imóvel que menciona;

DECRETA:

Art. 1º Fica desapropriado o imóvel urbano de propriedade de MITRA DIOCESANA DE CRICIÚMA/SC, localizado nesta cidade, a seguir descrito e caracterizado: ÁREA nº 1: imóvel registrado no 1º Tabelionato de Notas, Registro de Imóveis e Protesto da Comarca de Araranguá, Livro nº2, fls. 01 em 1985 sob a matrícula nº 26.571, com área total de 8.240,50 (oito mil, duzentos e quarenta metros e cinquenta e dois centímetros quadrados), com área a desapropriar de 3.409,40 m² (três mil, quatrocentos e nove metros e quarenta centímetros quadrados), de propriedade da Mitra Diocesana de Criciúma, inscrita no CNPJ sob o nº 02.681.642/0001-29.

§ 1º A área desapropriada que se refere o caput deste artigo, destina-se a construção de uma escola municipal.

Parágrafo único - Fica fixado o valor total de R\$ 15.342,30 (quinze mil, trezentos e quarenta e dois reais, trinta centavos) como pagamento pela desapropriação conforme avaliado pelo município o imóvel sem benfeitorias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 26 de Junho de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o Presente Decreto na Secretaria de Administração em 26 de Junho de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 57/2015

DECRETO Nº 57 DE 25 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4º da Lei nº 408 de 26/03/97 e Art. 73, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, sem ônus para o Município de Maracajá, o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, constituído pelos membros efetivos e suplentes, assim distribuídos:

· Departamento Municipal de Educação e Cultura:
- Efetivo: Elinéia Acordi Dordet
- Suplente: Janaina Ramos

· Secretaria Municipal de Administração:
- Efetivo: Valmir Carradore
- Suplente: Simoni Costa

· Clube de Mães:
- Efetivo: Valda Maria Darós Minatto
- Suplente: Aurora Scarduelli Nola

· Departamento Municipal de Saúde e Bem-Estar Social:
- Efetivo: Ivonete de Oliveira Capela
- Suplente: Karine dos Santos Marques

· Representante da AMBES:
- Efetivo: Maria Goreti Venâncio Nola
- Suplente: Olenir Costa Henrique

· Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
- Efetivo: José Carlos Ciquella
- Suplente: Ivete Maria Fernandes

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 25 de Junho de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração, em 25 de Junho de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 31/2015_PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado do Pregão Presencial nº 31/2015

O Município de Maracajá torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 31/2015 – Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, referente objetivo a aquisição de 04 microcomputadores para os Telecentros instalados no município de Maracajá/SC, conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital, que gerou o seguinte resultado: Itens – 1, adjudicado para a empresa Gold Computadores Ltda EPP no valor total adjudicado de R\$ 9.908,00 (nove mil novecentos e oito reais).

Maracajá/SC, 30 de junho de 2015.
Marcio Michel Jumes de Sousa
Pregoeiro

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 66/2015

DECRETO Nº 66, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Aprova desmembramento para fins de anexação de lote urbano e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovado o desmembramento de imóvel urbano, de propriedade de Zalcira Gema De Bastiani, brasileira, viúva, agricultura aposentada, portadora da CI RG nº 12R-2.438.445-SESP/SC, inscrita no CPF sob nº 981.017.579-53, domiciliada e residente na Rua Pedro Müller, Lote 09, Quadra 06, Conjunto Habitacional do Trabalhador, nesta cidade, objeto da Matrícula 1.904, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, com a área de 360,00 m², restando uma área remanescente de 300,00 m², para fins de anexação à imóvel lindeiro, objeto da Matrícula nº 2.114, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Edson Carlos Traverssini, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, portador da CI RG nº 13/C.3330.859-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 938.599.299/68, domiciliado e residente na Rua Abyr Dihel, nº 80, Bairro São José, nesta cidade, conforme mapa, memorial descritivo e ART, assinados pelo Engenheiro Civil Rudimar Norton Begrow, REG.CREA-SC nº 18.993-3, nas dimensões, denominações e confrontações a seguir discriminadas:

ÁREA À DESMEMBRAR da Matrícula 1.904

Parte do Lote Urbano nº (5), da Quadra nº (5), situado no "Novo Bairro Maravilha", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com a área de 60,00 m²; sem benfeitoria; Confrontando: ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº (5), de Zalcira Gema De Bastiani, M. 1.904, na extensão de 30,00 metros;- ao Sul, com o lote urbano nº (7), de Edson Carlos Traverssini, M. 2.114, na extensão de 30,00 metros;- ao Leste, com parte do lote urbano nº (6), de Pedro Claudio Knorst, M. 10.458, na extensão de 30,00 metros;- ao Oeste, com a Rua "A", na extensão de 2,00 metros.

ÁREA REMANESCENTE da Matrícula 1.904

Parte do Lote Urbano nº (5) da Quadra nº (5), situado no "Novo Bairro Maravilha", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com a área de 300,00 m²; sem benfeitoria; Confrontando: ao Norte, com lote urbano nº (3), de Geizibél Rohde, M. 10.527, na extensão de 30,00 metros;- ao Sul, com parte do mesmo lote urbano nº (5), de Zalcira Gema De Bastiani, M. 1.904, na extensão de 30,00 metros;- ao Leste, com parte do lote urbano nº (6), de Pedro Claudio Knorst, M. 10.458, na extensão de 10,00 metros;- ao Oeste, com a Rua "A", na extensão de 10,00 metros.

ÁREAS ANEXADAS = total da M. 2.114 + desmembrada da M. 1.904

Lote Urbano nº (7) e, Parte do Lote Urbano nº (5), da Quadra nº (5), situado no "Novo Bairro Maravilha", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com as áreas respectivas de: (360,00 m² e 60,00 m²), totalizando a área de (420,00 m²); com benfeitoria, sendo uma edificação de alvenaria, com dois pavimentos, com área construída de (493,66 m²), que recebeu o nº 216, coberta de telhas de flocamento, sobre o lote urbano nº (7); Confrontando em conjunto: ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº (5), de Zalcira Gema De Bastiani, M. 1.904, na extensão de 30,00 metros;- ao Sul, com o lote urbano nº (9), de Pedro Prado Sobrinho, M. 12.280, na extensão de 30,00

metros;- ao Leste, com parte do lote urbano nº (6), de Pedro Claudio Knorst, M. 10.458, e com o lote urbano nº (8), de Geraldo Alberto Frandaloso e Anita Clair Müller Frandaloso, M. 9.787, na extensão de 14,00 metros;- ao Oeste, com a Rua "A", na extensão de 14,00 metros.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

Decreto nº 68/2015

DECRETO Nº 68, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Transfere concessão de ponto de táxi e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferida a concessão do ponto de táxi privativo anexo a Rodoviária, Avenida Albino Cerutti Cella, de propriedade de Jussara Ribeiro para Giovani Laércio Ribeiro.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 30 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

PROCESSO N. 1.942/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 1.942/2015 – Modalidade de Concorrência Pública n. 003/2015.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE PROPOSTA.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que a Comissão Permanente de Licitações realizará a abertura dos envelopes de proposta da Empresa Dalba Engenharia e Empreendimentos Ltda, habilitada para a fase de propostas. A sessão pública de abertura será realizada no dia 03/07/2015, com início às 14 horas. Destarte, restam convidadas as empresas interessadas para acompanharem a Sessão Pública. Qualquer informação poderão ser obtidas no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 30 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇO PARA COMPRAS E SERVIÇOS N. 003/2015

Município de Marema

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 040/2015 - Modalidade de Tomada de Preço para Compras e Serviços n. 003/2015, para contratação de empresa para prestação de serviços na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, para venda de bens do Município de Marema. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 21/07/2015, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 21/07/2015 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 13h30mi, e das 13h30min as 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 30 de junho de 2015

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

LEI Nº 1685/2015

LEI Nº 1685/2015

Insere e altera parágrafos do Art. 42 da Lei nº 1372/2011 de 25 de novembro de 2011

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O Art. 42 da Lei nº 1372/2011 de 25 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42(...)

§ 1º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 2º As entidades não-governamentais devem indicar e realizar inscrição dos delegados que representem as entidades no processo de escolha dos conselheiros tutelares, dentro do prazo estabelecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 30 de junho de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LEI Nº 1686/2015

LEI Nº 1686/2015

Autoriza cedência de funcionário à unidade jurisdicional do Tribunal de Justiça da Comarca de Guaramirim

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a ceder funcionários à unidade jurisdicional do Tribunal de Justiça da Comarca de Guaramirim.

Parágrafo Único Os salários, bem como encargos trabalhistas e previdenciários, continuam sob responsabilidade do Município.

Art. 2º A cedência definida no artigo primeiro desta lei deve-se a prestação de atendimento mais eficaz às demandas, com pronto atendimento à comunidade, levando a prestação jurisdicional de forma mais rápida e efetiva aos jurisdicionados, em especial ao contencioso fiscal municipal.

Art. 3º As eventuais despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento próprio vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 30 de Junho de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LIC 10.2015 - PP 8.2015 - MOTOR E CABEÇOTE DA SPRINTER AMB17

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 10 / 2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8 / 2015
REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público, de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando aquisição de motor e retífica do cabeçote da sprinter AMB 17.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00 do dia 13/07/2015.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 13/07/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 29 de Junho de 2015.
SUZANE E. F. REINKE - Gestora

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 054/2015

DECRETO Nº 54/2015

TRATA DA CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

JONNEI ZANETTE, PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.203 de 16 de abril de 2007 e Lei Municipal nº 1.502 de 08 de junho de 2011. DECRETA

Art. 1º - Fica constituído o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, constantes na nominata abaixo discriminada:

I - Presidente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

Presidente – Daniela Benedet Pasini
Vice-Presidente – Iraci da Gloria Silva

a) Representantes do Poder Executivo Municipal ou Órgão Educacional Equivalente:

Titular – Marisa da Conceição Búrigo Fascin
Suplente – Tatiana Amboni

Titular – Ana Paula De Luca Vieira
Suplente – Anelize Longaretti Toldo Francisco

b) Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular – Daniela Benedet Pasini
Suplente – Vanderleia Pirola Isé

c) Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular – Rosilane de Bitencourt Marcelino Magagnin
Suplente – Edilênia Macarini Frezza Ronchi

d) Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular – Iraci da Gloria Silva
Suplente – Andreia Bortolotto Antunes

e) Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titular – Tania Regina da Rosa Bonfante
Suplente – Cinara Mota da Boit

Titular – Daise Mota da Boit
Suplente – Karoline Citadin Corneo

f) Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular – Gisele Raulino de Souza Hipólito
Suplente – Elisabete Zenki Zeferino

Titular – Maria Aparecida Natal Mateus
Suplente – Juliana Camilo Elias

g) Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular – Ana Lúcia Pereira Carradore
Suplente – Tania Regina Piazza Rossi

h) Representante do Conselho Tutelar:

Titular – Luciana Faustino
Suplente – Paula Serafim Pedro

Art. 2º - Compete ao conselho, acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do fundo, supervisionar a realização do Censo Educacional Anual, examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do fundo.

Art. 3º Os serviços prestados pelos membros do conselho, são consideradas atividades de relevante interesse social, e não será remunerada;

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 07/07/2015.

Art. 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Meleiro, SC 26 de junho de 2015.

JONNEI ZANETTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL Nº 027/2015 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 027/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: HOSPCLIN COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES PARA MANTER ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 61.600,54

Vigência: Início: 12/06/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 12 de junho de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 067/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 067/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, CONFORME PLANO ANUAL DE TRABALHO (PAT) A SER EXECUTADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO.
Valor: R\$ 32.264,40
Vigência: Início: 17/06/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 17 de junho de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 068/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 068/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: VAGNER VISOLI MEI
Objeto: Contratação de empresa técnica especializada para prestação de serviços de consultoria na captação de recursos e gestão de convênios e contratos com atuação voltada, para com os órgãos federais com objetivo de promover a melhoria da infraestrutura, patrimonial e dos serviços públicos oferecidos à população do Município de Meleiro.
Valor: R\$ 42.000,00
Vigência: Início: 17/06/2015 Término: 17/06/2016.
Data da assinatura: 17 de junho de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 069/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 069/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE AREIA FINA TIPO ATERRO PARA UTILIZAÇÃO NO ATERRAMENTO DA TUBULAÇÃO DE ÁGUA NO CENTRO DA CIDADE, PARARELA A TUBULAÇÃO DE ESGOTO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.
Valor: R\$ 60.500,00
Vigência: Início: 17/06/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 17 de junho de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 070/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 070/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP
Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE

MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2015.

Valor: R\$ 14.855,00
Vigência: Início: 18/06/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 18 de junho de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 071/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 071/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2015.
Valor: R\$ 32.469,50
Vigência: Início: 18/06/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 18 de junho de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 072/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 072/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: JOSÉ AMBONI PRESA EPP
Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2015.
Valor: R\$ 124.287,25
Vigência: Início: 18/06/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 18 de junho de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 073/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 073/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: PANIFICADORA ROSSI LTDA ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2015.
Valor: R\$ 12.085,00
Vigência: Início: 18/06/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 18 de junho de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 074/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 074/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: PRODUTOS COLONIAIS LUIGE LTDA ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2015.

Valor: R\$ 12.395,00

Vigência: Início: 18/06/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 18 de junho de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 075/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 075/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2015.

Valor: R\$ 41.404,00

Vigência: Início: 18/06/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 18 de junho de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 076/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 076/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: PRÉ MOLDADOS PAGANI LTDA ME
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONserto DE CALÇAMENTO EM VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, COMPREENDENDO LAJOTA SEXTAVADA E PEDRA IRREGULAR, COM FORNECIMENTO DE AREIA E MÃO DE OBRA.

Valor: R\$ 72.000,00

Vigência: Início: 26/06/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 26 de junho de 2015.

PORTARIA N.º 007/2015

PORTARIA nº 007/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Lei Complementar nº 037/2013, de 03 de Dezembro de 2013, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor MÁRCIO BORDIGNON MAFIOLETTI, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades vinculadas ao SAMAE, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 242/2015

PORTARIA nº 242/2015

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, o servidor ALCIDES CARRADORE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/07/2015.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 226/2015.

Meleiro, 30 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 243/2015

PORTARIA nº 243/2015

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 260/2014, do Senhor CLÓVIS JOSÉ PETERLE, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/07/2015.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 244/2015

PORTARIA n.º 244/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MÉDICO - E.S.F.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Leis Complementares nº 027/2009, nº 032/2010 e nº 034/2011, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor JETENDER SINGH KALSI, ocupante do cargo de Médico – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/07/2015.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 007/2013 e nº 085/2015.

Meleiro, 30 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 245/2015

PORTARIA n.º 245/2015

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora VANESSA DELAIR TORETI SCARABELOTTI, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/07/2015.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 007/2015.

Meleiro, 30 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 246/2015

PORTARIA n.º 246/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei nº 809/2000 e suas alterações, resolve:

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias aos servidores públicos e agentes políticos municipais relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/07/2015.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 247/2015

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Maria de Lourdes Martins	10104
Vanessa Delair Toretí Scarabelot	103

Meleiro, 30 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 247/2015

PORTARIA n.º 247/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora JUCIANE DONADEL VIEIRA BÁ, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Vanessa Delair Toretí Scarabelot, em virtude de Férias.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 248/2015

PORTARIA nº 248/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, a servidora LENIR BORDIGNON FERNANDES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 249/2015

PORTARIA nº 249/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal JEAN MARCOS CORDEIRO XAVIER DE MOURA – matrícula 10102, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 19/05/2014 a 18/05/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02/07/2015.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0177/2015

DECRETO Nº 0177/2015 de 29.06.2015.

REVOGA DECRETO MUNICIPAL Nº 0168/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º - Fica revogado o Decreto Municipal nº 0168/2015 de 19 de junho de 2015, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 29 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Modelo (SC), 29 de Junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2015 FMS

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório n. 226/2015

Contrato n. 17/2015

Contratada: POSTO MODELO LTDA

Valor: R\$ 10.143,00

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 011/2015 de Registro de Preços para eventual AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, PARA VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC.

Modelo (SC), 30 de Junho de 2015.

MARCIA TERESINHA JACOBY – Gestora FMS

EXTRATO DE CONTRATO 71/2015

Extrato de Contrato nº 71/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 317/2015

Contrato n. 71/2015

Contratada: JACOBY E JACOBY LTDA

Valor: R\$ 53.521,20

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com JACOBY E JACOBY LTDA, objetivando registro de preços para eventual aquisição de combustíveis para máquinas e veículos da administração em geral do Município De Modelo – SC.

Modelo (SC), 29 de Junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2015 FMS

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório n. 226/2015

Contrato n. 18/2015

Contratada: JACOBY & JACOBY LTDA

Valor: R\$ 27.568,00

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 011/2015 de Registro de Preços para eventual AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, PARA VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC.

Modelo (SC), 30 de Junho de 2015.

MARCIA TERESINHA JACOBY – Gestora FMS

EXTRATO DE CONTRATO 72/2015

Extrato de Contrato nº 72/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 317/2015

Contrato n. 72/2015

Contratada: POSTO MODELO LTDA - EPP

Valor: R\$ 137.650,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com POSTO MODELO LTDA - EPP, objetivando registro de preços para eventual aquisição de combustíveis para máquinas e veículos da administração em geral do Município De Modelo – SC.

PORTARIA Nº 088/2015

PORTARIA Nº 088/2015 de 30.06.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCOS STOCKER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando atestado médico emitido em 29.06.2015, atestando a necessidade de afastamento do Servidor para tratamento de saúde por 90 (noventa) dias,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal MARCOS STOCKER, matrícula nº 1569-5, ocupante do cargo de Agente de Manutenção/Mecânico de Máquinas, Veículos e Equipamentos, lotado no Departamento Municipal de Estradas e Rodagens, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 29.06.2015 a 26.09.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29.06.2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 30 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Morro da Fumaça

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 038/2015

Município de Morro da Fumaça. AVISO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 038/2015 Objeto para: AQUISIÇÃO DE UMA MINICARREGADEIRA conforme anexo. Data: 01/04/2015 às 09:00. FICA ANULADO A LICITAÇÃO. Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira – Secretário de Finanças.

REGISTRO DE PREÇOS 061/2015

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 061/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE MINICARREGADEIRA. Data: 13/07/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA CONCORRÊNCIA 08/2015 FME

CONCORRÊNCIA Nº 08/2015 FME

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES ANA PAULA MONTAGNA E DEOLINDA PEREIRA DA COSTA AMBAS CREDENCIADAS, SENDO QUE ANA PAULA PARTICIPOU COMO PESSOA FISICA E DEOLINDA COMO PESSOA JURIDICA, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS PASSOU-SE PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, NESTA FASE AS DUAS LICITANTES FORAM HABILITADAS PELA COMISSÃO, NÃO HOUVE APONTAMENTOS PELOS LICITANTES QUANTO A HABILITAÇÃO E AMBAS ABRIRAM MÃO DE INTERPOR RECURSO QUANTO A HABILITAÇÃO. MOMENTO EM QUE FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS CONSTATANDO QUE A VENCEDORA FOI A LICITANTE ANA PAULA MONTAGNA, MOMENTO EM QUE ENCERRA-SE A SESSÃO.

NAVEGANTES, 30 DE JUNHO DE 2015.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 27/2015 FMS

ATA PREGÃO 27/2015 F.M.S

AO(S) 29 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (1183), DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANCA LTDA - EPP (9929), ICOFA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FRALDAS E ABSORVENTE (11523), ALVIMED COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA (12442), LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME (14348), VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LT (14876). INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME Conforme agendado anteriormente com a presença dos representantes DAS LICITANTES, DIMACI, DIST. NOVA ESPERANÇA, VENEZA, LITORALM, ALVIMED, ICOFA; OS LICITANTES ALTERMED E MEDILAR NÃO ESTAVAM COM REPRESENTANTES PRESENTES, NÃO POSSUÍAM O BENEFÍCIO DE ME/EPP A DIMACI, ALTERMED, MEDILAR AS DEMAIS TODAS ERAM ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE E FORNECIMENTO DOS CREDENCIAMENTOS AOS LICITANTES, NÃO HAVENDO APONTAMENTOS, PASSOU-SE PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS E APÓS AS ASSINATURAS, PARA ETAPA DE LANCES, NA ETAPA DE LANCES A ICOFA VENCEU OS DOIS ITENS, PASSANDO ENTÃO PARA ABERTURA DE SEU ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, FOI CONSTATADO QUE A MESMA ATENDEU COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, MOMENTO EM QUE ENCERRA-SE A PRESENTE ENCAMINHA-SE OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE PARA A DEVIDA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E PUBLICAÇÃO.

OBS: NÃO HOUVE MENÇÕES DE RECURSO

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
FRANCIELE JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.
PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 29 DE JUNHO DE 2015.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 90/2015 PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL 90/2015. P.M.N

AO(S) 30 DE JUNHO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

MARCELO WEINRICH - EPP (13375), EDER CARLOS DOS SANTOS BATISTA - ME (14882). INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES EDER CARLOS DOS SANTOS BATISTA E MARCELO WEINRICH, TODAS AS EMPRESAS POSSUEM BENEFÍCIO DE ME/EPP COM TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS. APÓS A EQUIPE DE APOIO E OS LICITANTES VISTAREM OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO E AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTA DAS EMPRESAS. FOI SOLICITADA A PRESENÇA DO REPRESENTANTE DO TI SR. RICARDO FELISBINO PARA AVERIGUAR A COMPATIBILIDADE DOS FOLDERS APRESENTADOS PELOS LICITANTES COM O SOLICITADO PELO EDITAL, O QUAL ATESTOU QUE OS FOLDERS ESTAVAM CORRETOS. A EMPRESA MARCELO WEINRICH FOI VENCEDORA NOS LANCES E FOI ENTÃO ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA MESMA ONDE VERIFICOU-SE QUE ESTAVAM TODOS CORRETOS, SENDO PORTANTO HABILITADA.

NÃO HOUVE INTENÇÃO DE INTERPOR RECURSOS.

MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENVIA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA POSTERIOR HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO.

MARIA BENEDITA CORREA - - PREGOEIRA SUBSTITUTA

CARLA CLAUDINIO - - EQUIPE DE APOIO.

JOSEZITE DOS SANTOS - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 30 DE JUNHO DE 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇO FMS 04/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS 04/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS 04/2015, relativa ao Pregão Presencial FMS 04/2015, contendo os preços registrados pelas empresa abaixo:

Fornecedor: CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSP.

Valor Total: R\$ 499.112,50.

Fornecedor: COINTER MATERIAL MÉDICO

Valor Total: R\$ 311.417,92

Fornecedor: J.R EHKE & CIA

Valor Total: R\$ 18.000,00.

Fornecedor: PLASMEDIC MAT MÉDICO LTDA.

Valor Total: R\$ 50.882,90.
 Vigência: 06/05/2016.
 A ata está disponível no Departamento de Licitações.
 Informações: tel.: (47) 3342-9500.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 05/2015 FMC (REPUBLICADO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 FMC
 ---REPUBLICADO---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, DEVIDAMENTE INSTALADOS, PARA SEREM UTILIZADOS NO AUDITÓRIO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA, PARA DAR CONTINUIDADE A EXECUÇÃO DO PROJETO EM ANDAMENTO "CENTRO INTEGRADO DE CULTURA"- PRONAC 122845, APROVADO POR MEIO DA LEI ROUANET, ATRAVÉS DO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 13/07/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 13/07/2015 às 9:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 30 de junho de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 06/2015 FMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
 CONCORRÊNCIA Nº 6/2015 FMV

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, PARA O 25º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 13/07/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 13/07/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 30 de junho de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

CONTRATO Nº 116/2015

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC
 CONTRATO Nº 116/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
 CONTRATADO: CLÍNICA SÃO MARCOS
 OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A REALIZAÇÃO DE CREDENCIAMENTO VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (DIAGNOSTICO POR IMAGEM) PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM FUNÇÃO DA DEMANDA REPRIMIDA NO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC

VIGÊNCIA: 03/06/2015 Até 03/06/2016
 NAVEGANTES, 29/06/2015.

Roberto Carlos de Souza
 Prefeito

CONTRATO Nº 117/2015

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 117/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: GAP – GRUPO DE APOIO PSQUIÁTRICO

OBJETO: INTERNAÇÃO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

Valor mensal: R\$ 12.910,00

Valor Anual: R\$ 38.730,00

VIGÊNCIA: 03/06/2015 Até 03/09/2015

NAVEGANTES, 29/06/2015.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

DECRETO 360 DE 30 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 360 DE 30 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei nº 2947 de 21/11/2014 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais) da seguinte dotação:

Órgão: 19 – Fundo Municipal de Cultura

Unidade: 02 – Diretoria Administrativa - FMC

Função: 13 – Cultura

Programa: 23– Cultura p/todos

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

2.070 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos – 013400 – Transferência de Convênios – União/ Outros (não relacionados a educação/saúde/assistência social)

17 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

T O T A L
 R\$ 26.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Órgão: 19 – Fundo Municipal de Cultura

Unidade: 02 – Diretoria Administrativa - FMC

Função: 13 – Cultura

Programa: 23– Cultura p/todos

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

2.070 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos – 013400 – Transferência de Convênios – União/ Outros (não relacionados a educação/saúde/assistência social)

22 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

T O T A L
 R\$ 26.000,00

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 30 de Junho de 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de Junho de 2015.
Silvana Maria Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 368 REVOGA DECRETO 219

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 368 DE 30 DE JUNHO DE 2015

REVOGA, NA ÍNTEGRA, O DECRETO Nº 219 DE 19 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

DECRETA:

Art. 1.º Fica revogado, na íntegra, o Decreto n.º 219 de 19 de março de 2015.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE JUNHO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de Junho de 2015.
Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DISPENSA DE LICITAÇÃO FME Nº07/2015 / DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN 072/2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN 072/2015.

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Fornecedor: FÁBIA ALVES FRANCISCA.

CNPJ: Nº 880.843.459-15.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DE OFICINA E CONSULTORIA DE INTERVENÇÃO ARTÍSTICA, INTEGRANTE DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL DO CENTRO DE ARTES E ESPORTE UNIFICADO "CEU", LOCALIZADO NO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

VALOR: R\$ 1.880,00.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II, Lei de Licitações 8.666/93.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Navegantes, 30 de junho de 2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FME Nº07/2015.

PROCESSO FME Nº 07/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE PLACAS DE

IDENTIFICAÇÃO DOS REPASSES DOS CONVÊNIOS COM O FUNDEL NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa/Fornecedor: JR DESIGNS

CNPJ: 02.356.633/0001-62.

Valor: R\$ 1.872,00

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II, Lei de Licitações 8.666/93.

Navegantes, 30 de junho de 2015.

LEI 3005 ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 3005 DE 26 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BADESC

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a contratar operação de crédito no BADESC – Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – até o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) no âmbito do programa Badesc Cidade - Sistema Viário - destinados à Macrodrenagem da bacia A da região Central e pavimentações da Rua Manoel Moreira Maia, do trecho da avenida João Sacavém, do trecho da Avenida Prefeito José Juvenal Mafra e do trecho da Avenida Conselheiro João Gaya.

Art. 2.º Para pagamento do principal, encargos, juros de 5,50% ao ano mais Selic, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica, o BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A - com garantia pela vinculação das cotas do FPM. garantia pela vinculação das cotas do FPM.

Art. 3.º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, § 1º, art. 32, da lei complementar 101/2000.

Art. 4.º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5.º Fica, o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE JUNHO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 103/2015

DECRETO Nº 103, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara vacância do cargo público da servidora EMILIA IRANI TOMASI LEITE, a partir de 01/07/2015, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 à servidora EMILIA IRANI TOMASI LEITE, detentora da matrícula funcional nº 1048, portadora do CPF nº 039.653.519-40, inscrita no RG nº 986.321-4, PIS/PASEP nº 1010821984-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível III, Referência-N, 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Agutí, município de Nova Trento.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 3.285,21 (três mil, duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e um centavos), que será pago mensalmente pelo IPREVENT.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista nos art. 58 e 60, inciso I, da Lei Municipal nº 1.668/99 - Estatuto do Magistério Público do Município de Nova Trento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos operam-se a partir de 01/07/2015.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 555/2015

PORTARIA Nº 555/ 2015

Concede Licença Maternidade

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 94, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal JULIANA MACHADO DOS SANTOS, matrícula nº 6263, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas

semanais, atuante no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 18 de junho de 2015 a 15 de outubro de 2015, conforme atestado médico datado de 24/06/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 24 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 558/2015

PORTARIA Nº 558/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Julho/2015, à Servidora Pública Municipal MICHELLE KETRIN DE MELO, matrícula nº 270, concursada, ocupante do cargo de Psicopedagogo Nível IV, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/07/2014 a 30/06/2015.amanhã

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 26 de junho de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 26 de junho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 1/7

Processo Nº.: 64/2015**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2015**

No dia 25 do mês de Junho do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.025/0001-60, com sede administrativa localizada na RUA SANTO INACIO 126, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 41/2015, Processo Licitatório nº. 64/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDO DE SAÚDE. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10411	CD MICROS LTDA - EPP	2, 3, 13, 14
10416	CEK INFORMATICA EIRELI - ME	10, 18, 21
10413	COMPULAB COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA -	
10412	DOIN GAMA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA	4, 12, 16
9669	FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME	
10409	HARLEY DE AGUIAR JUNIOR - EPP	15
10415	INFOPLAN LTDA - ME	
10410	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	6, 8, 9, 19
9872	MARCELO WEINRICH ME	7, 20
9665	MWV WEB SITE COM. DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LT	
9873	SANDRO VILMAR PIRES - ME	17
9258	WEIKAN TECNOLOGIA LTDA.	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CD MICROS LTDA - EPP	02.562.058/0001-54	ALESSANDER GIULIANI PAVEI	770.352.249-04
CEK INFORMATICA EIRELI - ME	00.949.640/0001-42	CARLOS E KELLNER	041.176.599-01
COMPULAB COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	86.789.674/0001-32	LUIZ M JORGE	466.243.500-59
DOIN GAMA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LT	12.023.894/0001-14	SIDNEY OSS EMER MORAES	058.654.009-16
FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME	11.397.879/0001-73	JONATHAN CÉSAR NAZÁRIO	026.332.319-69
HARLEY DE AGUIAR JUNIOR - EPP	06.635.187/0001-86	HENRIQUE MATTOS DO AMARAL	040.224.799-06
INFOPLAN LTDA - ME	04.622.715/0001-37	MARCIO JORGENSEN	720.191.409-00
LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	12.162.386/0001-17	LUIZ F. CUNHA GRENIER	027.727.119-35
MARCELO WEINRICH ME	13.984.763/0001-66	HERIVELTO HERMENEGILDO	501.365.189-15
MWV WEB SITE COM. DE PRODUTOS ELETROELETRONICO	10.513.136/0001-59	ADRIANA FERREIRA DE MELO	007.925.779-81
SANDRO VILMAR PIRES - ME	09.253.952/0001-91	SANDRO VILMAR PIRES	584.080.379-00
WEIKAN TECNOLOGIA LTDA.	09.159.503/0001-89	ANA PAULA VORMOHLN	060.506.659-07

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDO DE SAÚDE.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 2/7
 Processo Nº.: 64/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2015

Fornecedor: 9872 - MARCELO WEINRICH ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	SWITCH 16 PORTAS	UND	DLINK	10,000	150,0000	1.500,00
20	GUIA ORGANIZADOR DE CABOS	UND	GARRA	20,000	18,0000	360,00

Fornecedor: 9873 - SANDRO VILMAR PIRES - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	NO BREAK	UND	ENERMAX	10,000	244,0000	2.440,00

Fornecedor: 10409 - HARLEY DE AGUIAR JUNIOR - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	PROJETOR MULTIMIDIA 800 X 600 PIXELS	EQ	BENQ / MS52	10,000	1.655,0000	16.550,00

Fornecedor: 10410 - LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	SWITH 8 PORTAS	UND	TPLINK TSLF	10,000	40,0000	400,00
8	SWITCH 24 PORTAS P/ RACK 19 POLEGADAS	UND	TPLINK TSLF	10,000	190,0000	1.900,00
9	SWITCH GERENCIAVEL 48 PORTAS	UND	TPLINK TSLF	5,000	1.000,0000	5.000,00
19	REGUA DE TOMADAS P/ RACK 19 POLEGADAS	UND	INFINITY RT1	10,000	64,0000	640,00

Fornecedor: 10411 - CD MICROS LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	MONITOR LED 18,5"	EQ	AOC E970SV	30,000	319,0000	9.570,00
3	MOUSE OPTICO	UND	KOLKE KM 11	60,000	6,2700	376,20
13	HD EXTERNO	UND	SAMSUNG	10,000	260,0000	2.600,00
14	RADIO COMUNICADOR	PAR	MOTOROLA M	1,000	260,0000	260,00

Fornecedor: 10412 - DOIN GAMA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	TECLADO USB ABNT2	UND	C3Tech	30,000	15,3500	460,50
12	ROTEADOR	UND	TP-LINK	15,000	195,0000	2.925,00
16	LEITOR E GRAVADOR DE CD/DVD	UND	SAMSUNG	2,000	93,0000	186,00

Fornecedor: 10416 - CEK INFORMATICA EIRELI - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	SWITCH GERENCIAVEL 48 PORTAS	UND	TP-LINK	2,000	1.845,0000	3.690,00
18	NO BREAK	UND	TSSHARA UP	20,000	193,0000	3.860,00
21	RACK	UND	RACK CWB	5,000	258,3000	1.291,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 3/7
Processo Nº.: 64/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2015

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 4/7
Processo Nº.: 64/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2015

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 5/7
Processo Nº.: 64/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2015

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 6/7
Processo Nº.: 64/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2015

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTOPágina: 7/7
Processo Nº.: 64/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2015

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 25 de Junho de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO**Empresas Participantes:**

CD MICROS LTDA - EPP	CNPJ: 02.562.058/0001-54	_____
CEK INFORMATICA EIRELI - ME	CNPJ: 00.949.640/0001-42	_____
COMPULAB COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA -	CNPJ: 86.789.674/0001-32	_____
DOIN GAMA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTD	CNPJ: 12.023.894/0001-14	_____
FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME	CNPJ: 11.397.879/0001-73	_____
HARLEY DE AGUIAR JUNIOR - EPP	CNPJ: 06.635.187/0001-86	_____
INFOPLAN LTDA - ME	CNPJ: 04.622.715/0001-37	_____
LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	CNPJ: 12.162.386/0001-17	_____
MARCELO WEINRICH ME	CNPJ: 13.984.763/0001-66	_____
MWV WEB SITE COM. DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS	CNPJ: 10.513.136/0001-59	_____
SANDRO VILMAR PIRES - ME	CNPJ: 09.253.952/0001-91	_____
WEIKAN TECNOLOGIA LTDA.	CNPJ: 09.159.503/0001-89	_____

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DO RESULTADO DO PL Nº 038/2015-PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
AVISO DE RESULTADO DO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 014/2015 – que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARPINTARIA, ALVENARIA, PINTURA, INSTALAÇÃO HIDRÁULICA E HIDROSANITÁRIA EM HABITAÇÕES RESIDENCIAIS ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL, EM SITUAÇÃO DE RISCO, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme termo de referência do edital e seus anexos. Sequência 01 - Que na data de sua realização: Dia 18/06/2015 às 09:00 hs, que teve como única participante a empresa ANTONINHO ZINI 03914118962, sendo que foi Classificada com o valor global de R\$ 44.955,50 (Quarenta e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos). Após a análise da documentação constatou-se que a empresa ANTONINHO ZINI 03914118962 NÃO apresentou o item 7.3.2 do edital - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, sendo, portanto INABILITADA. A Pregoeira e equipe de apoio tendo em vista que a empresa foi a ÚNICA licitante credenciada para a participação no certame e devido a urgência na homologação do processo licitatório, devido as condições de vulnerabilidade social das moradias dos beneficiários das habitações residenciais decide pela aplicação da Lei 8.666/93, no seu Art.48 § 3º - "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Desta forma a Pregoeira e equipe de apoio abre prazo de 08 (oito) dias úteis para que a licitante apresente a documentação faltante do processo licitatório, sob pena de o mesmo ser declarado fracassado. Sequência 02 – No dia 30/06/2015 – Tendo em vista a entrega pela Empresa ANTONINHO ZINI 03914118962 da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União sob nº FEFC.A93C.9F59.8FA4 emitida no dia 30.06.2015 as 09:57:40, com vencimento em 27.12.2015. A Pregoeira e equipe de apoio, considerando que a empresa foi a ÚNICA licitante credenciada para a participação no certame e pelo qual havia decido pela aplicação da Lei 8.666/93, no seu Art.48 § 3º. A apresentação da negativa está dentro do prazo estabelecido em Lei e portanto a Pregoeira e equipe de apoio decide pela HABILITAÇÃO da empresa, ficando com seu preço final registrado na Ata de Reunião de Julgamento de Proposta nº 035/2015. Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa ANTONINHO ZINI 03914118962, como Vencedora do Pregão Presencial Nº 014/2015.

Novo Horizonte/SC, em 30 de Junho de 2015.
IDINARA CRISTINA MASSUCCO
Pregoeira

EXTRATO CONTRATUAL Nº 058/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 058/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada.: ANTONINHO ZINI 03914118962
Valor : 44.955,50 (quarenta e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015
Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (138) Saldo: 230.000,00
Objeto : Constitui objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARPINTARIA, ALVENARIA, PINTURA, INSTALAÇÃO HIDRÁULICA E HIDROSANITÁRIA EM HABITAÇÕES RESIDENCIAIS ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL, EM SITUAÇÃO DE RISCO, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC e as especificações técnicas constantes da proposta da CONTRATADA, que faz parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.

Novo Horizonte/SC, em 30 de Junho de 2015 – ELI MARIOTT –
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL FMS Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 003/2015
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 001/2015 – REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 29/06/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAÚDE NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.
CONTRATADO: NOAL & TREVISOL LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 126,41 (Cento e vinte e seis reais e quarenta e cinco centavos)
DATA: 29/06/2015 – DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saúde E Promoção Social/Gestor Fms.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 031/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA : 30/06/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS

RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRATADO: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 881,50 (Oitocentos e oitenta um reais e cinquenta centavos)

DATA: 30/06/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 038-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 30/06/2015

CONTRATADO: ANTONINHO ZINI 03914118962

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARPINTARIA, ALVENARIA, PINTURA, INSTALAÇÃO HIDRÁULICA E HIDROSANITÁRIA EM HABITAÇÕES RESIDENCIAIS ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL, EM SITUAÇÃO DE RISCO, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme termo de referência do edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 44.955,50 (quarenta e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos)

DATA: 30/06/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORARIA EM SUBSTITUIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDOR EFETIVO AFASTADO

Pelo presente EDITAL, fica convocada a candidata aprovada no Concurso Público do Edital nº 001/2015, relacionada abaixo, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, Centro, Município de Orleans, no horário das 12:30hs a 18:00 hs, para tomar posse no respectivo cargo. O presente chamamento, nos termos do item 13.5, do referido Concurso público, destina-se à substituição de servidor efetivo no período em que se encontra afastado de suas funções. O não comparecimento no prazo de 05 dias implicará na desistência da vaga, podendo ser chamado o próximo classificado. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

SERVIDOR (A)	CARGO	CARGA HORÁRIA
VILMA BORGES CESCONETTO	Cozinheiro	40 HS

Orleans, 30 de junho de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans.

Ouro

PREFEITURA

DECRETO 287

DECRETO Nº 287, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Convoca a Convoca a 3ª Conferência Municipal de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde, segundo disposições da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Convoca a 3ª Conferência Municipal de Saúde de Ouro a realizar-se no dia 08 de julho de 2015, das 13 às 18 horas, no Clube Esportivo Floresta, sito à Rua Felipe Schimdt nº 1446 Centro, nesta Cidade de Ouro – SC.

Art. 2º A Conferência Municipal de Saúde terá como tema central: "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DO POVO BRASILEIRO":

Art. 3º A Conferência será presidida pela Secretária Municipal de Saúde e coordenada pela Diretora de Saúde;

Art. 4º As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portarias deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º As despesas com a realização 3ª Conferência Municipal de Saúde de Ouro correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,

11 de junho de 2015.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araújo

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.847, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 1.847, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO FISCAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2.022 - Functo e Manutenção da Educação Infantil R\$ 1.000.000,00
057 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1180158 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
130 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1010143 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações das dotações orçamentárias abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2.021 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 1.000.000,00
048 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1010143 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
118 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.1180158 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 25 de junho de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.848, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 1.848, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

15.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.037 - Functo e Manutenção do Conselho Tutelar R\$ 40.000,00

079 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações das dotações orçamentárias abaixo:

15.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.035 - Functo e Manutenção da Secretaria Assist. Social R\$ 40.000,00

063 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 1.843, de 18 de junho de 2015 e demais disposições contrárias.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Palhoça, 25 de junho de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.849, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 1.849, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

GRATIFICAÇÃO PRODUTIVIDADE. Altera o art. 12 do Decreto 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto 1.814, de 15 de abril de 2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 122, §1º da Lei Complementar nº 096/2010, resolve

DECRETAR:

Art. 1º O art. 12 do Decreto Municipal nº 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº 1.814, de 15 de abril de 2015, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. A gratificação de produtividade prevista no art. 122, §1º da Lei Complementar 096, de 15 de dezembro de 2010, poderá ser concedida até o limite de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) para os servidores que exercerem a função de coordenação de determinadas áreas temáticas dentro dos órgãos municipais, observando o seguinte limite quantitativo para concessão da produtividade:

SECRETARIA MUNICIPAL	QUANTIDADE
Assistência	10
Administração e Serviços Compartilhados	06
Saúde	41
Receita	01
Educação	05

Parágrafo Único. Os servidores que receberem a referida

produtividade deverão cumprir jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 29 de junho de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.850, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 1.850, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO FISCAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

12.00 - SECRETARIA MUNIC.DE AGRICULTURA E DA PESCA
12.01 - SECRETARIA MUNIC.DE AGRICULTURA E DA PESCA
1.009 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente R\$ 20.000,00
043 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo:

12.00 - SECRETARIA MUNIC.DE AGRICULTURA E DA PESCA
12.01 - SECRETARIA MUNIC.DE AGRICULTURA E DA PESCA
1.010 - Formento e Produção Animal R\$ 20.000,00
133 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de junho de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 096/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 096/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATADO: CONASA COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO.

OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para prestação de serviços técnicos especializados em “operação e manutenção do sistema de abastecimento de água, do sistema de esgotamento sanitário e do sistema comercial”, com fornecimento de materiais e equipamentos, do Município de Palhoça/SC.

VALOR: R\$ 3.307.686,18 (três milhões, trezentos e sete mil, seiscentos e oitenta e seis reais e dezoito centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: “471” - 26.01.2.135.3.3.90.39.79;

26.2.135.3.3.90.39.11.

FUNDAMENTO: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 26/06/2015

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e
Serviços Compartilhados

SEÉRGIO MATIOLA
Presidente do SAMAE

LEI COMPLEMENTAR Nº 192, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 192, DE 10 DE ABRIL DE 2015

NOTA FISCAL PALHOCENSE. Altera a redação da Lei Complementar nº 110, de 31 de agosto de 2011 e cria o programa “Nota Fiscal Palhocense” que dispõe sobre a geração e utilização de créditos tributários para tomadores de serviços, nos termos que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar nº 110, de 31 de agosto de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

§ 1º Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Palhoça, Governo do Estado de Santa Catarina ou Governo Federal, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica, mediante autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 2º Caberá ao regulamento:

I – disciplinar a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, definindo, em especial, os contribuintes sujeitos à sua utilização, por atividade e por faixa de receita bruta;

II – definir os serviços passíveis de geração de créditos tributários para os tomadores de serviços.”(N.R.)

Art. 2º A Lei Complementar nº 110, de 31 de agosto de 2011 passa a vigorar acrescida dos artigos 1º-A, 1º-B, 1º-C, 1º-D, 1º-E e 1º-F com a seguinte redação:

“Art. 1º-A. O tomador de serviços poderá utilizar como crédito para fins do disposto no art. 1ºB e seguintes, parcela do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS devidamente recolhido, relativo às Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e passíveis de geração de crédito.

§ 1º O tomador de serviços fará jus ao crédito de que trata o “caput” deste artigo nos seguintes percentuais, aplicados sobre o valor do ISS:

I – de até 30% (trinta por cento) para pessoas físicas, observado o disposto no § 3º deste artigo;

II – de até 10% (dez por cento) para pessoas jurídicas, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo;

III – de até 10% (dez por cento) para os condomínios edilícios residenciais ou comerciais, localizados no Município de Palhoça, na forma de regulamento.

§ 2º O percentual referido no inciso II do § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) quando as pessoas jurídicas forem responsáveis pelo pagamento do ISS, nos termos do art. 37º da Lei Complementar nº 024 de 01 de julho de 2004, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º Não farão jus ao crédito de que trata o "caput" deste artigo:

I – os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de Palhoça, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município;

II – as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas ou estabelecidas fora do território do Município de Palhoça.

III – os tomadores de serviços prestados pelas microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 3º No caso de o prestador de serviços ser ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, será considerada, para cálculo do crédito a que se refere o "caput" deste artigo, a alíquota de 3% (três por cento) incidente sobre a base de cálculo do ISS.

Art. 1º-B. O tomador de serviços que receber os créditos a que se refere o art. 1º-A desta Lei Complementar poderá utilizá-los para:

I – Por vontade expressa documentada em formato a ser definido por regulamento próprio converter até 40% dos créditos recebidos em abatimento de até 75% (setenta e cinco por cento) do valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU a pagar de exercícios subsequentes, referente a imóvel localizado no território do Município de Palhoça, indicado pelo tomador, na conformidade do que dispuser o regulamento;

II – Converter a totalidade dos créditos em cotas do Fundo Municipal de Inovação proporcionais ao valor dos créditos convertidos.

III – outras finalidades, na conformidade do que dispuser o regulamento.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I do "caput" deste artigo:

I – não será exigido nenhum vínculo legal do tomador do serviço com a inscrição imobiliária por ele indicada;

II – os créditos só poderão ser utilizados em imóvel sobre o qual não recaia débito em atraso;

III – os créditos não poderão ser utilizados em imóvel cujo proprietário, titular do seu domínio útil, ou possuidor a qualquer título esteja inadimplente em relação a obrigações pecuniárias, de natureza tributária ou não tributária, perante o Município de Palhoça.

§ 2º A utilização dos créditos ocorrerá conforme cronograma a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 3º Os créditos previstos no art. 1º-A desta Lei Complementar serão totalizados em 31 de outubro de cada exercício para abatimento

do IPTU dos exercícios subsequentes, referente ao imóvel que não tenha débito em atraso.

Art. 1º-C. Fica instituído o Fundo Municipal de Inovação de Palhoça - FMIP a que se refere o inciso II do Art. 1º-C desta Lei Complementar com o objetivo de desenvolver os projetos que visem a inovação e desenvolvimento econômico do território de Palhoça.

§ 1º O Fundo Municipal de Inovação será administrado pela Palhoça Participações e Parcerias S/A de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei Complementar Municipal nº 069/2014 ou por outra empresa ou instituição conforme regulamentação, observada a legislação em vigor.

§ 2º Constituirão recursos do Fundo Municipal de Inovação de que se trata o Art. 1º-C:

I – Dotações orçamentárias do Município;

II – Recursos resultantes de investimentos pecuniários que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas;

III – Rendimentos de qualquer natureza que venha a auferir como renumeração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

IV – Outros, destinados por Lei.

§ 3º Os recursos do Fundo Municipal de Inovação de Palhoça deverão ser aplicados através de órgãos públicos de nível municipal ou de entidades privadas cujos objetivos estejam em consonância com os objetivos do Fundo Municipal de Inovação de Palhoça, desde que não possuam as referidas entidades, fins lucrativos;

§ 4º Serão consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros de que se trata esta Lei Complementar, em projetos nas seguintes áreas:

I – Investimento em startups sediadas no Município de Palhoça e spin-offs de empresas instaladas no Município de Palhoça que estejam de acordo com os objetivos estratégicos definidos pelo Fundo Comunitário de Inovação de Palhoça;

II – Promoção da cultura de investimento entre os cidadãos de Palhoça;

III – Ampliação do valor agregado de inovação na economia de Palhoça;

IV – Atração de empreendimentos e inovadores da nova economia, gerando empregos de maior poder de compra e elevando potencial arrecadatório do Município de Palhoça;

§ 5º Dentro de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta Lei Complementar, a Palhoça Participações S/A regulamentará o Fundo Comunitário de Inovação de Palhoça, fixando as normas para obtenção e distribuição de recursos, assim como as diretrizes e critérios para sua aplicação.

Art. 1º-D. A Secretaria Municipal de Finanças poderá:

I – instituir sistema de sorteio de prêmios para o tomador de serviços identificado na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, observado o disposto na legislação federal e atendidas as demais condições regulamentares;

II – permitir, caso a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e não indique o nome do tomador de serviços, que entidades conveniadas ao Fundo Comunitário de Inovação de Palhoça ao qual se refere o § 3º do Art. 1º-C sejam indicadas como favorecidas pelo crédito previsto no art. 1º-A desta Lei Complementar, conforme disciplina a ser estabelecida pela Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo Único. Os casos omissos serão disciplinados por ato do Poder Executivo.

Art. 1º-E. Os créditos de que trata o art. 1º-A, bem como os recursos destinados ao sorteio de prêmios previsto no inciso I do art. 1º-D, ambos desta Lei Complementar, serão contabilizados à conta da receita do ISS.

Art. 1º-F. À Secretaria Municipal de Finanças compete fiscalizar os atos relativos à concessão e utilização dos créditos previstos no art. 1º-A, bem como à realização do sorteio de que trata o inciso I do art. 1º-D, ambos desta Lei Complementar, com o objetivo de assegurar o cumprimento da legislação que disciplina a matéria e a proteção ao erário, podendo dentre outras providências:

I – suspender a concessão e utilização dos créditos previstos no art. 1º-A, bem como a participação no sorteio de que trata o inciso I do art. 1º-D, ambos desta Lei Complementar, quando houver indícios de ocorrência de irregularidades;

II – cancelar os benefícios referidos no inciso I deste artigo, se a ocorrência de irregularidades for confirmada em regular processo administrativo, conforme disciplina a ser estabelecida pela Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo Único. Na hipótese de, ao final do processo administrativo, não se confirmar a ocorrência de irregularidades, serão restabelecidos os benefícios referidos no inciso I do “caput” deste artigo, salvo a participação no sorteio, que ficará prejudicada caso o certame já tenha encerrado.” (N.R.)

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei Complementar, dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 10 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.262, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

LEI Nº 4.262, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Denomina Unidade Básica de Saúde São Sebastião ONEZIMO JOÃO FONSECA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Unidade Básica de Saúde de São Sebastião, situada na Rua dos Açores, s/n, bairro de São Sebastião, fica denominada Unidade Básica de Saúde São Sebastião ONEZIMO JOÃO FONSECA.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de junho de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº85/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

85/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto à contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de abrigos para ponto de parada de Ônibus no Município, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ITENS 1, 2, e 3: - APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 1.042.000,00 (um milhão e quarenta e dois mil reais).

Palhoça, 30 de Junho de 2015.

André José Silveira

Pregoeiro

SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇOS 91/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

COMUNICADO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 91/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público aos interessados e, especialmente aos que retiraram o edital do certame licitatório TOMADA DE PREÇOS Nº 91/2015, cujo objeto é a “Contratação de empresa especializada para execução do Sistema de Afastamento de Efluente Sanitário da Rua Roberto Sell e Avenida Rio Grande, localizada no bairro Rio Grande, neste Município”, que o recebimento e abertura dos envelopes marcado para as 14h00min do dia 14/07/2015 está SUSPENSO por período indeterminado até nova deliberação, a qual será comunicada aos interessados através de nova publicação. A suspensão se justifica pela não aprovação do Projeto de Lei nº 502/2015, que visa a suplementação do orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça - SAMAE, que tramita desde março de 2015. O recurso bloqueado para a consecução do objeto da TP 91/2015 deverá ser destinado para a manutenção das atividades correntes da Autarquia. Palhoça, 30 de junho de 2015. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS.

CÂMARA MUNICIPAL**PROJETO DE LEI Nº585/2015.**

PROJETO DE LEI Nº585/2015.

Denomina Unidade Básica de Saúde São Sebastião ONEZIMO JOÃO FONSECA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Unidade Básica de Saúde de São Sebastião, situada na Rua dos Açores, s/n, bairro de São Sebastião, fica denominada Unidade Básica de Saúde São Sebastião ONEZIMO JOÃO FONSECA.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de junho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**ERRATA 1 - PREGÃO PRESENCIAL 21/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015

O Município de Palhoça, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que houve alteração no Lote 07, nos itens 05 e 06 do Anexo I do edital convocatório referente ao PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2015, ficando apazado nova data para o dia 13 de julho de 2015, às 13:30 horas, para recebimento dos envelopes e amostras e abertura das propostas, a para o dia 16 de julho de 2015, às 13:30 horas para e efetuação de lances verbais e abertura das documentações, na Sala da CPL da Secretaria de Saúde, na Av. Atílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani. Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: www.saudepalhoca.sc.gov.br. Maiores informações fones: (48) 3047-5585 e 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas. Palhoça, 30 de junho de 2015. Rosiméri Hilda Coelho - Pregoeira da CPL Sec. de Saúde

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 078/15

DECRETO Nº 078/2015

De 22 de junho de 2015.

APROVA DESMEMBRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aprovado o desmembramento dos lotes urbanos nºs 02 e 03, da quadra nº 13, com as áreas de 522 m² e 525 m², totalizando a área de 1047,00 m², contendo averbação de uma casa de alvenaria, um pavimento, coberta com telhas de brita, medindo 91,00 m², situado no loteamento denominado de "Bagatini", nesta cidade de Palmitos/SC, de propriedade de Osmar Azzolin e Maria Ana Azzolin, matrícula nº 4.635, do Cartório de Registro de imóveis da Comarca de Palmitos/SC, confrontando em conjunto: Ao NORTE com a Rua Maranhão, onde mede 37,454 metros; ao SUL, com o Lote Urbano nº 01, de Ilson Hélio Braatz, onde mede 26,001 metros; ao LESTE, com Parte do Lote Urbano nº 04, de João Carlos Triches, onde mede 33,00 metros; ao OESTE, com a Rua Paraná, onde mede 34,930 metros, pretende desmembrar as frações acima indicadas cujas confrontações e medidas estão assim identificadas:

SITUAÇÃO PROPOSTA À DESMEMBRAR

Confrontações:

LOTE URBANO Nº 03, da quadra nº 13 com área de 525,00 m², sem benfeitorias, situado no loteamento denominado "Bagatini" nesta cidade de Palmitos/SC, CONFRONTANDO:

Norte: com a Rua Maranhão, onde mede 37,454 metros;

Sul: com o Lote Urbano nº 02, Osmar Azzolin e Maria Ana Azzolin, onde mede 32,22 metros;

Leste: com parte do Lote Urbano nº 04, de João Carlos Triches, onde mede 15,07 metros;

Oeste: com a Rua Paraná, onde mede 15,95 metros.

REIDENTIFICAÇÃO DA ÁREA

LOTE URBANO Nº 02, da quadra nº 13, com área de 522,00 m², com uma casa residencial de alvenaria, um pavimento, coberta com telhas de brita, medindo 91,00 m², situado no Loteamento denominado "Bagatini" nesta cidade de Palmitos/SC, CONFRONTANDO:

DECRETO Nº 078/2015

De 22 de junho de 2015.

Confrontações:

Norte: com o Lote Urbano nº 03, de Osmar Azzolin e Maria Ana Azzolin onde mede 32,22 metros;

Sul: com o Lote Urbano nº 01, de Ilson Hélio Braatz, onde mede 26,001 metros;

Leste: com parte do Lote Urbano nº 04, de João Carlos Triches, onde mede 17,93 metros;

Oeste: com a Rua Paraná, onde mede 18,97 metros.

Art. 2º É parte integrante do presente Decreto: mapas, memorial descritivo e A.R.T. firmado pelo Engenheiro Florestal, CREA/SC 102683-5, Parecer Técnico nº 093/2015, do Departamento Municipal de Obras e Engenharia, Parecer Jurídico e cópia da Matrícula nº 4.635, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos.

Art. 3º Conforme Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, artigo 18, este Decreto possui validade para submetê-lo ao Registro Imobiliário em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 22 de junho de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 066/2015

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 055/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 29/06/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa IRMAOS MARTINS DISTRIBUIÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 11.608.673/0001-45, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de gêneros alimentícios quem compõe merenda escolar da rede municipal de ensino, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
1.4 – O valor da presente ata de registro de preços é de R\$ 35.851,95 (trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e um reais e noventa e cinco centavos), relativos aos itens 01, 02, 06, 08, 10, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 42, 44, 46, 47, 49, 50, 52, 55, 77 e 78, objeto do pregão presencial registro de preços 055/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 31 de dezembro de 2015, a partir da sua assinatura ou a entrega total do objeto licitado, o que ocorrer primeiro;
2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 055/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E PAGAMENTO

- 4.1 – Os objetos adjudicados deverão ser entregues durante o 2º semestre letivo de 2015 no Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;
- 4.2 – Não serão aceitos os itens que a contratada entregar fora da especificação do edital e anexo I;
- 4.3 – O Contratado obriga-se a fazer as entregas de todos os Gêneros Alimentícios diretamente nas Unidades Escolares, sendo:
- a) Previsão de 3 (três) entregas para os gêneros não perecíveis nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino Fundamental da Área Urbana e Rural, que deverá ocorrer em até 5 (cinco dias) a partir da data de solicitação pelo Setor de Alimentação Escolar;
 - b) Previsão de entregas semanais para os Gêneros Perecíveis nas Unidades Escolares da Área Urbana deverá ocorrer todas terças-feiras de manhã, exceto se estes dias coincidirem com dia de feriado o que neste caso a entrega deverá ser feita no dia útil imediatamente subsequente;
 - c) Previsão de entregas quinzenais para os Gêneros Perecíveis nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Área Rural.
- 4.4 – Todos os gêneros perecíveis deverão apresentar o peso afixado em suas embalagens.
- 4.5 – Previsão de entregas mensais para os gêneros não perecíveis nos CEIS
- 4.6 – As quantidades a serem entregues serão conforme cronograma definido pela Secretaria de Educação.
- 4.7 – Os produtos que não estiverem dentro das especificações exigidas serão rejeitados no momento da entrega, sendo exigida a sua substituição dentro de um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 4.8 – Horário das entregas: as entregas deverão ocorrer a partir das 08:00 horas até as 15:30 horas.

4.9 – DO TRANSPORTE:

- a) Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estarem acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade, os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado, ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem (Referência: Lei 11.947, de 16/06/2009 Resolução/FNDE/CD/ 26/2013);
 - b) Serão desclassificados os itens que a contratada entregar produtos fora da especificação do edital e anexo I e respectiva amostra, sem justificativa prévia, sujeita a aprovação da comissão de licitação;
 - c) Do recebedor dos produtos: O recebedor dos produtos é responsável pela conferência de todos os produtos, assinar a nota de entrega, ficando autorizado a não aceitar os gêneros que não estiverem em conformidade com o edital, como prazos de validade, quantidades, qualidade e outros.
- Parágrafo único: Referência: Lei 11.947, de 16/06/2009 Resolução/Fnde/CD/ 26/2013

4.10 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 055/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, os itens que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência na entrega do objeto após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue os gêneros alimentícios no prazo estabelecido nesta Ata;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o contratado a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 29 de junho de 2015.

– Márcio Wisniewski - Pregoeiro

– Sônia Terezinha Mendes Novack
- Equipe de Apoio

– Otávio Hunka - Equipe de Apoio

– Sirlei Aparecida Alves Lopes -
Equipe de Apoio

– Cleiton Alves Martins – Pela
Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2015. Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados ao CAPS. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 13 de julho de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 13/07/2015 – 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 30 de junho de 2015
Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

LEI Nº 2050, DE 29 DE JUNHO DE 2015 - AUTORIZA O MUN A PROMOVER VENDA/LIQUIDAÇÃO DE TODOS OS TÍTULOS/AÇÕES

Lei nº 2050, de 29 de junho de 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A VENDA/LIQUIDAÇÃO DE TODOS OS TÍTULOS/AÇÕES DE TODAS AS EMPRESAS DE TELEFONIA PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a venda e liquidação de todas as Ações das quais for Titular o Município de Papanduva, perante as empresas de Telefonia, de acordo com as seguintes especificações:

I – 1.777 (hum mil setecentos e setenta e sete) Ações ON da Tim Participações S/A;

II - 05(cinco) T.D.A - Títulos da Dívida Agrária.

Art. 2º. A venda das Ações de Telefonia, titularidade do Município Papanduva, será realizada junto a BM&FBOVESPA através de corretora de valores credenciada junto à Comissão de Valores Mobiliários - C.V.M.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder o pagamento de todas as despesas necessárias para o cumprimento desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 29 de junho de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

LEI Nº 2051, DE 29 DE JUNHO DE 2015 - MANTÉM FILIAÇÃO JUNTO À FECAM

Lei nº 2051, de 29 de junho de 2015.

Mantém Filiação do Município de Papanduva junto à Federação Catarinense dos Municípios - FECAM.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica mantida a filiação do Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina à Federação Catarinense de Municípios – FECAM, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Florianópolis/SC, e que congregará todos os Municípios e Associações do Estado, nos termos do Art. 1º da Lei n. 1490, de 09 de setembro de 1998.

Parágrafo único. Na forma do disposto deste artigo, fica o Município de Papanduva vinculado às disposições estatutárias da entidade.

Art. 2º. Atendendo a Resolução nº 04/2015 da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, o Município de Papanduva deverá contribuir mensalmente nos meses de abril a dezembro de 2015, e de janeiro a dezembro de 2016, os valores constantes na Tabela de Contribuição Estatutária, conforme estabelecido nos Anexos I e II, respectivamente, desta lei.

Art. 3º. Conforme determinado na resolução nº 04/2015, fica fixado o reajuste das contribuições mensais dos municípios à FECAM a partir do exercício de 2017, aplicado na competência do mês de janeiro de cada ano, que corresponderá à média do percentual de incremento dos repasses do FPM e do ICMS, apurados no exercício imediatamente anterior.

Parágrafo único. Em decorrência do contido neste artigo, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar os valores com os percentuais dos reajustes das contribuições, a serem informados pela FECAM até o dia 10 do mês de janeiro de cada exercício, a contar do exercício de 2017.

Art. 4º. Para fiel cumprimento da presente Lei, serão utilizados recursos do orçamento vigente, em cada exercício ocorrente.

Art. 5. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 1º de abril de 2015.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 29 de junho de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

ANEXO I

VALORES DAS CONTRIBUIÇÕES MENSAIS A PARTIR DO MÊS DE ABRIL DE 2015 ATÉ DEZEMBRO DE 2015, COM BASE EM 10(DEZ) FAIXAS DE ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (IPM) NA PARTILHA DO ICMS:

Faixa	Índice de Participação dos Municípios (IPM) no ICMS	Nº de Municípios	Contribuição Mensal 2015 (R\$)
1	ATÉ 0,075	39	1.300,00
2	Superior a 0,075 até 0,100	62	1.500,00
3	Superior a 0,100 até 0,175	82	1.750,00
4	Superior a 0,175 até 0,300	52	2.200,00
5	Superior a 0,300 até 0,500	28	2.500,00
6	Superior a 0,500 até 1,000	17	2.800,00
7	Superior a 1,000 até 1,500	5	3.000,00
8	Superior a 1,500 até 2,000	3	3.500,00
9	Superior a 2,000 até 3,500	3	4.000,00
10	Superior a 3,500	4	5.000,00

ANEXO II

VALORES DAS CONTRIBUIÇÕES MENSAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2016, COM BASE EM 10(DEZ) FAIXAS DE ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (IPM) NA PARTILHA DO ICMS:

Faixa	Índice de Participação dos Municípios (IPM) no ICMS	Nº de Municípios	Contribuição Mensal 2016 (R\$)
1	ATÉ 0,075	39	900,00
2	Superior a 0,075 até 0,100	62	1.000,00
3	Superior a 0,100 até 0,175	82	1.250,00
4	Superior a 0,175 até 0,300	52	1.350,00
5	Superior a 0,300 até 0,500	28	1.500,00
6	Superior a 0,500 até 1,000	17	2.000,00
7	Superior a 1,000 até 1,500	5	2.200,00
8	Superior a 1,500 até 2,000	3	2.500,00
9	Superior a 2,000 até 3,500	3	3.000,00
10	Superior a 3,500	4	3.500,00

LEI Nº 2052, DE 29 DE JUNHO DE 2015 - ALTERA LEI Nº 2003 - 2013

Lei nº 2052, de 29 de junho de 2015.

Altera o Art. 1º da Lei n. 2003, de 18 de dezembro de 2013.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. O Art. 1º da Lei n. 2003, de 18 de dezembro de 2013, passa a constar e vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder ajuda pecuniária no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, aos profissionais vinculados ao Programa do Governo Federal "Mais Médicos" que atuarem no Município de Papanduva, visando custear despesas com alimentação e moradia.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 29 de junho de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

LEI Nº 2053, DE 29 DE JUNHO DE 2015 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ESPECIAL

Lei nº 2053, de 29 de junho de 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele, sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Especial no Orçamento Geral do Município no valor de R\$ 108.322,50 (cento e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) para firmar convênio com Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do Comando Geral da Polícia Militar e Delegacia Geral da Polícia Civil, objetivando a instalação e manutenção de um Sistema de Videomonitoramento Urbano, nos seguintes elementos de despesas:

10 – Secretaria de Assistência Social

06.181.0005.2.050 – Manutenção do convênio Polícia Militar e Civil

4.4.30.00.0.01.00 – Transferências a Estados R\$ 108.322,50

Total da Suplementação R\$ 108.322,50

Art. 2º. Os recursos destinados à abertura do crédito especial de que trata o artigo anterior, correrão por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria de Assistência Social

13.392.001.2.045 – Manutenção das Festividades de Aniversário do Município

3.3.90.00.0.01.00 – Aplicações diretas R\$ 70.000,00

11 – Fundo de Assistência Social

13.392.001.2.045 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

3.3.90.00.0.01.00 – Aplicações diretas R\$ 38.322,50

Total da Anulação R\$ 108.322,50

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 29 de junho de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

LEI Nº 2054, DE 29 DE JUNHO DE 2015 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O SAMAE

Lei nº 2054, de 29 de junho de 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a Fimar Convênio com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE do Município de Papanduva, visando à cessão de bens móveis, e dá outras providências.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Fimar Convênio com Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, visando à cessão dos seguintes bens móveis:

I) 01(um) veículo Ford Fiesta, ano 2004, Placas DNW 9770, chassi nº 9BFZF10B058240757 e Renavam nº 838691153, cor preta, inscrito no patrimônio do Município sob o nº 6743;

II) 01(um) veículo VW, Gol Special, à gasolina, ano 2002/2003, Placas MBO 4935, chassi nº 9BWCA05Y53T014512 e Renavam nº 785291075, cor branco, inscrito no patrimônio do Município sob o nº 3782; e

III) 01(uma) retroescavadeira MF 86, inscrita no patrimônio do Município sob o nº 4428.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 29 de junho de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 019/2015 DE 25 DE JUNHO DE 2015**

Portaria Nº 019/2015 de 25 de junho de 2015

“CONCEDE CONVERSÃO EM ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADO SOB O Nº. 118, O SENHOR JAMES MICHEL CERNIAK REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS DE 22 DE MAIO DE 2014 À 21 DE MAIO DE 2015”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a conversão de 10 dias de férias em abono pecuniário dentro do mês corrente, conforme dispositivo do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003 ao servidor com matrícula sob nº. 118, o senhor James Michel Cerniak, portador do CPF nº. 041.576.899-33, referente período aquisitivo de férias de 22 de maio de 2014 à 21 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de junho de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 26 de janeiro de 2015.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI
Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ
1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI
2ª Secretária

PORTARIA Nº 020/2015 DE 25 DE JUNHO DE 2015

Portaria Nº 020/2015 de 25 de junho de 2015

“CONCEDE CONVERSÃO EM ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADO SOB O Nº. 181, O SENHOR LUIZ EDUARDO SALIBA REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS DE 16 DE ABRIL DE 2014 À 15 DE ABRIL DE 2015”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a conversão de 10 dias de férias em abono pecuniário dentro do mês corrente, conforme dispositivo do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003 ao servidor com matrícula sob nº. 181, o senhor Luiz Eduardo Saliba, portador do CPF nº. 043.981.289-56, referente período aquisitivo de férias de 16 de abril de 2014 à 15 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de junho de 2015.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 26 de janeiro de 2015.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI
Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ
1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI
2ª Secretária

PORTARIA Nº 021/2015 DE 30 DE JUNHO DE 2015

Portaria Nº 021/2015 de 30 de junho de 2015

CONCEDE FÉRIAS, BEM COMO ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 121, A SENHORA SANDRA MARIA DE MORAES REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE JUNHO DE 2013 À 21 DE JUNHO DE 2014”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para a servidora com matrícula sob nº. 121, a senhora Sandra Maria de Moraes, portadora do CPF nº. 605.752.639-20, no período de 02 à 21 de julho de 2015, referente período aquisitivo de 22 de junho de 2013 à 21 de junho de 2014, bem como autorizado a conversão de 10 dias de férias em abono pecuniário dentro do mês corrente, conforme dispositivo do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 30 de junho de 2015.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI
Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ
1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI
2ª Secretária

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 054/2015

DECRETO Nº 054 DE 18 DE JUNHO DE 2015

“NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO QUE TEM POR OBJETIVO AFERIR O DESEMPENHO DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MERECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Avaliação para fins de aferir o desempenho dos membros do Magistério Público Municipal, que servirá de base para a concessão ou não de progressão Funcional por merecimento, nos termos do artigo 19, “b”, da Lei municipal nº 736/2011, combinado com as disposições do Decreto nº 053/2015.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Avaliação será composta pelos seguintes membros:

Karini Lummertz Colares

Liliani Bauer de Barros

Carina Silveira Porto Peres

Alessandra Rodrigues Luiz

Elisangela Lumertz Alves

Erizete Porto Matos

Art. 3º. Para cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação pertinente, bem como se utilizar de todos os meios admitidos em direito que entender necessários.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 18 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 18 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Fellippe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 055/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DECRETO Nº 055 DE 18 DE JUNHO DE 2015

“ESTABELECE PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA OS ATESTADOS MÉDICOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

1. CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação de aspectos relacionados a atestado médico para os Servidores Públicos Municipais;

2. CONSIDERANDO que somente os médicos e odontólogos têm a prerrogativa de diagnosticar enfermidades e emitir os correspondentes atestados;

DECRETA:

Art. 1º - Os atestados médicos concedidos aos servidores públicos municipais terão sua validade condicionada a apresentação nos prazos previstos neste Decreto e desde que emitidos por

profissionais competentes.

Art. 2º - A Entrega dos atestados e declarações deverá ser efetuada nas seguintes hipóteses:

I – As Declarações e atestados médicos até 03 dias deverão ser entregues diretamente ao Departamento Pessoal, através de protocolo, no prazo de 48 horas contados de sua emissão.

II – Em atestados ou declarações que conste 04 (quatro) a 15 (quinze) dias de afastamento, deverão ser entregues ao Departamento de Pessoal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis;

Parágrafo único: A inobservância das determinações ora estabelecidas implicará em nulidade dos atestados e consequentemente o lançamento de falta ao servidor.

Art. 3º - A Prefeitura Municipal de Passo de Torres poderá solicitar visita da Assistente Social para que compareça a residência do servidor licenciado para apurar supostas irregularidades.

Art. 4º - Conforme art. 41 da Constituição Federal, os servidores públicos que se encontrem em estágio probatório e precisarem de licença médica para tratamento de saúde, terão seu estágio suspenso pelo período da licença, retomando a contagem do prazo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

para a aquisição da estabilidade quando retornar ao efetivo exercício, sempre respeitando a avaliação de desempenho e relatório da chefia imediata.

Art. 10 - As Declarações firmadas por profissionais de saúde, visando dar amparo a ausência temporária do servidor, somente poderão ser aceitas quando o servidor necessitou se ausentar do trabalho para acompanhamento de filho(a) menor aos profissionais de saúde, ou quando o próprio servidor necessitou realizar consultas, exame com um profissional de saúde.

Art. 11 - As Declarações constantes no artigo anterior somente serão aceitas quando o período de ausência do servidor às suas atividades laborais não forem superiores a 04 (quatro) horas.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 18 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 18 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Fellippe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 139/2015

PORTARIA Nº 139 DE 24 DE JUNHO DE 2015

“Dispõe sobre a autorização para condução de veículos oficiais por servidores da prefeitura municipal de Passo de Torres, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Os servidores da Prefeitura Municipal de Passo de Torres abaixo descritos, poderão, no interesse do serviço público e no exercício de suas próprias atribuições, em havendo insuficiência de Motoristas Oficiais, dirigir veículos oficiais, atendido o estabelecido nesta Portaria.

Alexandre Angelo Felipe – Secretário de Administração e Finanças ;Urbano Oliveira Cardoso – Assessor Administrativo; Lúcio Hespanhol de Souza – Secretário de Turismo; Tiago Zacca Acordi – Secretário do Meio Ambiente; Dani Nasser de Oliveira - Artífice; Namur dos Santos Silveira – Assessor Adjunto de Esporte;; Ilario dos Santos Gonçalves – Chefe de Departamento de Cadastro e Tributação; Angela Luiza Bertoldo Francisco Bauer – Assessor Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social – , Karini Lummertz Colares – Secretária Municipal de Educação.

Art. 2º O uso indevido do veículo oficial implicará no imediato cancelamento desta e na sujeição do servidor às sanções disciplinares cabíveis.

Parágrafo único: Ao servidor caberá a responsabilidade administrativa, civil e penal pelas infrações decorrentes de atos por ele praticados na condução de veículo oficial

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 087 de 01 de abril de 2015.

Passo de Torres, 24 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal de Passo de Torres

Esta portaria foi registrada e publicada nesta Secretaria de administração e Finanças em 24 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO N. 0064/2015**

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

EXTRATO DE CONTRATO N. 0064/2015

PROCESSO LICITATORIO N. 0036/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0023/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADO: CERVY LTDA – EPP

OBJETO: O presente instrumento contratual tem como objeto a prestação de serviços na quantia de 100 (cem) horas de Rompedor Hidráulico.

VALOR: Pelos serviços a serem prestados objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura até 31 dezembro de 2015.

Passos Maia, 30 de junho de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO N. 0065/2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

EXTRATO DE CONTRATO N. 0065/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0037/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 0024/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADO: DIEISON LUIZ BERNARDI ME

OBJETO: O objeto da presente ata é aquisição de produtos de panificações para coquetéis e eventos realizados pelo município.

VALOR: Pelos produtos de panificação entregues, objeto da presente ata de registro de preço, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o total de R\$ 72.840,00 (setenta e dois mil oitocentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: A presente ata de registro de preço terá vigência de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.

Passos Maia, 30 de junho de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO ADITIVO 0002/2015 AO CONTRATO N.0097/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0002/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0097/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0054/2014

PREGÃO PRESENCIAL n. 0034/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: VIGA FORTE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP.

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de materiais de consumo diversos (materiais de construção, pintura, ferramentas e acessórios, elétrico, eletrônico, hidráulico, sanitário, entre outros).

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução do Contrato Administrativo n. 0097/2014, até a data de 21.12.2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 30 de junho de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO 0002/2015 AO CONTRATO N.0098/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0002/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0098/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0054/2014

PREGÃO PRESENCIAL n. 0034/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: ESQUADRIMAD INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME.

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de materiais de consumo diversos (materiais de construção, pintura, ferramentas e acessórios, elétrico, eletrônico, hidráulico, sanitário, entre outros).

Prazo para Execução: Fica prorrogado o prazo para execução do Contrato Administrativo n. 0098/2014, até a data de 21.12.2015.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 30 de junho de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****DECRETO Nº 18/2015**

DECRETO Nº 18/2015

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal de 2015, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 – SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇO URBANOS R\$ 60.000,00
26.782.0008.1.035 – Pavimentação de Ruas R\$ 60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais):

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 20.000,00
12.361.0004.2.017 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

0801 – SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇO URBANOS R\$ 20.000,00
26.782.0008.2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 20.000,00
10.301.0013.2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 01 de julho de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

LEI Nº1643/2015

LEI Nº 1643/2015

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, no orçamento fiscal de 2015, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 – SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇO URBANOS R\$ 60.000,00
26.782.0008.1.035 – Pavimentação de Ruas R\$ 60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais):

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 20.000,00
12.361.0004.2.017 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

0801 – SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇO URBANOS R\$ 20.000,00
26.782.0008.2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 20.000,00
10.301.0013.2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 01 de julho de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº. 04/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 04/2015

REJEITA O VETO DO PODER EXECUTIVO AO AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº. 21/2015.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de sua atribuição, que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes, promulga o seguinte decreto legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica rejeitado o veto integral do Executivo Municipal ao autógrafo do Projeto de Lei nº. 21/2015.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entrará em vigor na data da sua publicação.

Paulo Lopes, 30 de junho de 2015.

OZIEL EVALDO SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

Publicado o presente Decreto Legislativo no Diário Oficial dos Municípios em 30 de junho de 2015.

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 05/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 05/2015

REJEITA O VETO DO PODER EXECUTIVO AOS AUTÓGRAFOS DOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTARES Nº.S 02/2015 E 03/2015.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de sua atribuição, que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes, promulga o seguinte decreto legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica rejeitado o veto integral do Executivo Municipal aos autógrafos dos Projetos de Lei nº.s 02/2015 e 03/2015.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entrará em vigor na data da sua publicação.

Paulo Lopes, 30 de junho de 2015.

OZIEL EVALDO SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

Publicado o presente Decreto Legislativo no Diário Oficial dos Municípios em 30 de junho de 2015.

PORTARIA Nº. 11/2015

PORTARIA Nº. 11/15

OZIEL EVALDO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Autorizar a servidora efetiva, ALESSANDRA ANA FERNANDES DE SOUZA, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo de férias, de 02 de Julho de 2015 a 31 de Julho de 2015.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 01 de Julho de 2015.

Oziel Evaldo Silva

Presidente

Publicada a presente Portaria em 01 de julho de 2015.

Penha

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO 117/2015-PMP

2º Termo Aditivo nº 117/2015 PMP

Ao contrato nº 123/2014 PMP

Licitação: Processo Licitatório nº. 59/2014 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 28/2014 -PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE ARROZ PARBOILIZADO PARA SER UTILIZADO NA ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE PENHA (CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS).

Pelo presente instrumento de 2º Termo aditivo nº 117/2015-PMP, ao Contrato Administrativo nº 123/2014, para fornecimento de arroz parboilizado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP, com sede na cidade de Porto Belo/SC, Rua Otavio Quinholi, nº 180, Pereque, CEP 88210-000, telefone 47-33933253, inscrita no CNPJ sob o nº 73.977.480/0001-19, neste ato representada Valter Plácido dos Santos Júnior, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 123/2014 PMP, fica prorrogada até o dia 31.12.2015, a contar de 29.06.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Junho de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO 121/2015-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 121/2015 PMP

AO CONTRATO Nº 100/2014 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 40/2014 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2014 -PMP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC NA REFORMA DA ESCOLA HORACINA SOARES FRANCISCO.

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 121/2015-PMP ao Contrato Administrativo nº 100/2014, para fornecimento de materiais a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190 inscrita CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME, com sede na cidade de Jaraguá do Sul/SC, bairro Agua Verde, na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, sala nº 02, CEP: 89254-525, telefone 47-3372-2740, e-mail comercial_vitorialtda@hotmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 18.138.763/0001-69, neste ato representada Veronica Solange Rigo Scheer, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 100/2014 PMP fica prorrogada até o dia 31.12.2015, a contar de 29.06.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Junho de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO 122/2015-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 122/2015 PMP

AO CONTRATO Nº 101/2014 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 40/2014 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2014 -PMP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC NA REFORMA DA ESCOLA HORACINA SOARES FRANCISCO.

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 122/2015-PMP ao Contrato Administrativo nº 101/2014, para fornecimento de materiais a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190 inscrita CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na cidade de Jaraguá do Sul/SC, Rua Carlos Hardt, 1120, sala 02, bairro Água Verde, CEP: 89254-580, telefone 47-3372-3457, inscrita no CNPJ sob o nº 15.843.503/0001-04, neste ato representada Martinho José Lehnert, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 101/2014 PMP fica prorrogada até o dia 31.12.2015, a contar de 29.06.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Junho de 2015.

PREFEITURA_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO 123/2015-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 123/2015 PMP

AO CONTRATO Nº 180/2014 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 95/2014 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 54/2014 -PMP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM DE TERRENO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 2º Termo aditivo nº 123/2015-PMP ao Contrato Administrativo nº 180/2014, para prestação de serviços de sondagem de terreno, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica

de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa SOLO SONDAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA ME, com sede na cidade de Balneário Camboriú/SC, Rua Julieta Lins, nº 460, Pioneiros, CEP: 88331-010, telefone 33673700, inscrita no CNPJ sob o nº 77.888.486/0001-26, neste ato representada Carlos Roberto Machado, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 180/2014 PMP fica prorrogada até o dia 31.12.2015, a contar de 29.06.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Junho de 2015.

PREFEITURA_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO 124/2015-PMP

2º Termo Aditivo nº 124/2015PMP

Ao contrato nº 130/2014 PMP

Licitação: Processo Licitatório nº. 63/2014 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 32/2014 -PMP

Objeto: FORNECER COFFE BREAK PARA EVENTOS REALIZADOS PELA EQUIPE DA SECRETARIA DE GOVERNO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 124/2015-PMP, ao Contrato Administrativo nº 130/2014, para prestação de serviço, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PANIFICAÇÃO E MERCEARIA PATRICIA LTDA ME, com sede na cidade de Balneário Piçarras/SC, na Av. Getúlio Vargas, nº 588, bairro Santo Antonio, CEP: 88380-000, telefone 47-33450530, inscrita no CNPJ sob o nº 78.357.167/0001-00, neste ato representada Graziella Martins Teixeira, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 130/2014 PMP fica prorrogada até o dia 31.12.2015, a contar

de 29.06.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Junho de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO Nº118/2015-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 118/2015 PMP
AO CONTRATO Nº 52/2014 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 04/2014 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 01/2014 -PMP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOTIÕES DE GÁS DE COZINHA PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 2º Termo aditivo nº 118/2015 ao Contrato Administrativo nº 52/2014, para fornecimento de botijão de gás de cozinha, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, , neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa COMPANHIA ULTRAGAZ SA, com sede na cidade de Canoas/RS, n.o bairro Brigadeiro, na Rua Antonio F. Ozanan, nº 1655, Cep 92420-380, telefone 51-3462-2800, 47-88233385, inscrita no CNPJ sob o nº 61.602.199/0232-44, neste ato representada Herbbert da Silva Esteves, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 52/2014 PMP, fica prorrogada até o dia 31.12.2015, a contar de 29.06.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Junho de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO Nº119/2015-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 119/2015 PMP
AO CONTRATO Nº 71/2014 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 28/2014 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 13/2014 -PMP

OBJETO: LOCAÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR PARA TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO E PARA PROJETOS EXTRACURRICULARES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 119/2015-PMP ao Contrato Administrativo nº 71/2014, por meio do PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190 inscrita CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa GRUSA TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME, com sede na cidade de Balneário Piçarras/SC, na Avenida Getulio Vargas, nº 225, no Centro, Cep 88.380-970, telefone 47 - 33451642, inscrita no CNPJ sob o nº 10.544.992/0001 - 71, neste ato representada Alessandro Gruner, CPF nº 019.368.559-09, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 71/2014 PMP, fica prorrogada até o dia 30.08.2015, a contar de 29.06.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Junho de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO Nº120/2015-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 120/2015-PMP

AO CONTRATO Nº 99/2014 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 40/2014 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2014 -PMP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC NA REFORMA DA ESCOLA HORACINA SOARES FRANCISCO.

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 120/2015-PMP ao Contrato Administrativo nº 99/2014, para fornecimento de materiais a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190 inscrita CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa AGUAVOLT – COM. DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, com sede na cidade de Penha/SC, na Rodovia SC 414, nº 157, no bairro Variante, Cep 88385-000, telefone 47-3345-0668, e-mail aguavolt@hotmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 07.376.162/0001-78, neste ato representada Nelson Michelis, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 99/2014 PMP fica prorrogada até o dia 31.12.2015, a contar de 29.06.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Junho de 2015.

PREFEITURA_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

3º TERMO ADITIVO 125/2015-PMP

3º TERMO ADITIVO Nº 125/2015 PMP

AO CONTRATO Nº 104/2014 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 43/14 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 09/14 – PMP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização da Rua Antônio João Pinto, Bairro Armação, totalizando 5.656,20m² de área a pavimentar.

Pelo presente instrumento do 3º Termo aditivo nº 125/2015-PMP ao Contrato Administrativo nº 104/2014, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu, Prefeito Municipal, S.r. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa VIBRON – ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA - EPP, com sede na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua Alexandre Guilherme Figueredo, nº 547, Centro, e-mail vibron@terra.com.br, telefone 47- 33451047, inscrita no CNPJ sob o nº 00.639.726/0001-79, neste ato representada pelo Sr. Luiz Antônio Silvestre, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a pavimentação com lajota de concreto, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 104/2014-PMP fica prorrogada até o dia 31.12.2015, a contar de 29.06.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Junho de 2015.

PREFEITURA_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

3º TERMO ADITIVO Nº23/2015- FMAS

3º Termo Aditivo nº 23/2015 FMAS

Ao contrato nº 20/2014 FMAS

Licitação: Processo Licitatório nº. 09/2014 -FMAS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2014 –FMAS.

Objeto: contratação de empresa especializada em fornecer COFFE BREAK para os usuários da secretaria de assistência social nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos no CRAS.

Pelo presente instrumento de 3º Termo Aditivo nº 23/2015-FMAS ao Contrato Administrativo 20/2014-FMAS para prestação de serviço, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº11.680.072/0001-43, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PANIFICAÇÃO E MERCEARIA PATRICIA LTDA ME, com sede na cidade de Balneário Piçarras / SC, no bairro Santo Antônio, na Avenida Getulio Vargas, nº 588, CEP: 88380-000, telefone (47) 3345-0530, inscrita no CNPJ sob o nº 78.357.167/0001-00, neste ato representada Graziella Martins Teixeira, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo

especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 20/2014-FMAS fica prorrogada até o dia 30.09.2015, a contar de 30.06.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Junho de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

PANIFICAÇÃO E MERCEARIA PATRICIA LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 114/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2015 – PMP

Processo Licitatório nº. 26/2015 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2015 -PMP CONTRATADA: INTER COATINGS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTA ENVENENADA, BOTA DE BORRACHA, JARDINEIRA E CAPA PARA COMPOR O "KIT PESCADOR" QUE SERÁ ENTREGUE AOS PESCADORES ARTESANAIS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

VALOR TOTAL: R\$ 65.670,00 (sessenta e cinco mil, seiscentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015

PENHA, 29 DE JUNHO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 115/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/2015 – PMP

Processo Licitatório nº. 26/2015 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2015 -PMP CONTRATADA: FOOT COMERCIAL LTDA ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTA ENVENENADA, BOTA DE BORRACHA, JARDINEIRA E CAPA PARA COMPOR O "KIT PESCADOR" QUE SERÁ ENTREGUE AOS PESCADORES ARTESANAIS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

VALOR TOTAL: R\$ 12.870,00 (doze mil, oitocentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015

PENHA, 29 DE JUNHO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 116/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2015 – PMP

Processo Licitatório nº. 26/2015 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2015 -PMP CONTRATADA: AGRO SEEDS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTA ENVENENADA, BOTA DE BORRACHA, JARDINEIRA E CAPA PARA COMPOR O "KIT PESCADOR" QUE SERÁ ENTREGUE AOS PESCADORES ARTESANAIS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

VALOR TOTAL: R\$ 32.802,00 (trinta e dois mil, oitocentos e dois reais)

VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015

PENHA, 29 DE JUNHO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CV04/2015 - FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

CARTA CONVITE Nº 04/2015 – FME

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de Serviço referente ao 2º Circuito Municipal de Inverno, com a Copa Penha de Futsal, V Corrida Rústica, além da abertura do XVII Campeonato Municipal de Bocha e V Campeonato Municipal de Dominó. Abertura do Processo: 08/07/2015 às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 30 de Junho de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES– Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2351/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2351/2015

EXONERA: o Sr. SERGIO LUIS BATISTA, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I, do Departamento de Administrativo, da Secretaria da Saúde. Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1607/2013

Penha/SC, 30 de junho de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 151/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 151/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora SIRLENE APARECIDA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 30/06/2015 a 14/07/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 30 de junho de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 361/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 361/2015 AO CONTRATO Nº 223/2015

Contratado (A) SUZANA VITORINO CARDOSO CURSINO, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na CEI João Batista da Cruz, no período de 30/06/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 30 de junho de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 5-2015

AUTORIZA LICENÇA PARTICULAR

O Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 38 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte,

Resolução

Art. 1º Fica autorizada licença particular ao vereador Victor Antônio Bays, no período de 1º de julho a 31 de julho de 2015, conforme Requerimento nº 10-2015.

Art. 2º Convoque-se o suplente imediato.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2015.

Peritiba/SC, 30 de junho de 2015.

Gilberto Maciel

Presidente

Pinheiro Preto

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 27, DE 01 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº 27, DE 01 DE JULHO DE 2015

"CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA SIRLEI SCARABOTO"

IVAN BOGONI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o inc. II, do art. 49, da Lei Orgânica Municipal, e também o inciso XXVIII do art. 28 do seu Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora SIRLEI SCARABOTO, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Pinheiro Preto - SC, ocupante do cargo estatutário de SERVENTE – NÍVEL CPE - 02, referente ao período aquisitivo de 10.02.2014 à 09.02.2015, com o gozo de 01 de julho a 30 de julho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PINHEIRO PRETO - SC, 01 DE JULHO DE 2015.

IVAN BOGONI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto/SC

Pomerode

CÂMARA DE VEREADORES DE POMERODE

2015_EXTRATO2ºADITIVO-TESTOEDITORA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2013

1.-Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE LEIS, ATOS ADMINISTRATIVOS E DEMAIS PUBLICAÇÕES EM MÍDIA IMPRESSA DE INTERESSE DO LEGISLATIVO.

Em conformidade com o artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 e as cláusulas Quarta e Sexta, item 6.1 do Contrato Administrativo nº 007/2013, tendo em vista tratar-se de serviços executados de forma contínua, corrige-se o contrato mediante o INPC-IBGE acumulado no período passado, qual seja 8,76% e prorroga-se o prazo de execução por mais 12 (doze) meses, iniciando em 23/06/2015 e cessando em 22/06/2016, com a empresa Testo Editora e Eventos Ltda ME.

As demais cláusulas e termos contratuais permanecem inalteradas.

JOSÉ AMARILDO DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Pomerode

2015_EXTRATO4ºADITIVO-JORNALPOMERODE

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2013

1.-Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE LEIS, ATOS ADMINISTRATIVOS E DEMAIS PUBLICAÇÕES EM MÍDIA IMPRESSA DE INTERESSE DO LEGISLATIVO.

Em conformidade com o artigo 57, II da Lei nº 8.666/93, a Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 001/2013, tendo em vista tratar-se de serviços executados de forma contínua, corrige-se o contrato mediante o INPC-IBGE acumulado no período passado, qual seja 8,76%, com a empresa Jornal de Pomerode Editora Ltda.

As demais cláusulas e termos contratuais permanecem inalteradas.

JOSÉ AMARILDO DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 509/2015

DECRETO Nº 509/2015, DE 02 DE JUNHO DE 2015

"DETERMINA HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO DO SETOR DE CONVÊNIOS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a estrita necessidade do serviço do Setor de Convênios, consistente em deslocamentos constantes para diligências junto aos órgãos responsáveis pela captação de recursos visando à elaboração de projetos de convênios e contratos de repasse;

CONSIDERANDO que a adoção do horário diferenciado não prejudicará o atendimento os convênios e projetos que se encontram em andamento;

CONSIDERANDO que a medida de redução de jornada de trabalho no setor determinado, com as finalidades descritas neste ato administrativo, atende o princípio de ordem pública do interesse público;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido, a partir de 01 de junho de 2015, excepcionalmente o horário de expediente do Setor de Convênios, em turno único, no horário compreendido das 7h00min às 13h00min.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01 de junho de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 522/2015

DECRETO Nº 522/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir de hoje, a pedido, o Sr. GINOMAR ALVES PEREIRA, matrícula 5699, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 523/2015

DECRETO Nº 523/2015, DE 18 DE JUNHO DE 2015

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. ELIANE TEREZINHA LAMP GOLONI, matrícula 1278, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 09 de setembro de 2015, podendo ainda a servidora se sentir incapacitada para retornar ao trabalho, requerer novo exame médico pericial, mediante formalização do pedido de prorrogação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 528/2015

DECRETO Nº 528/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, §3º e §4º do Regulamento da Previdência Social (Decreto 3.048/99) que orienta a prorrogação do benefício concedido em casos de afastamentos sucessivos dentro de sessenta dias contados da cessação do benefício anterior;

CONSIDERANDO que o benefício Nº 6095828159 restou prorrogado até a data de 15 de junho de 2015 (conforme decisão em anexo);

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela servidora na data de hoje que determina seu afastamento pelo prazo de 30

(trinta) dias das atividades laborais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. MARLI TEREZINHA DARTORA FRANZEN, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O pedido de prorrogação do benefício nº 6095828159 foi agendado para o dia 30 de junho de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 529/2015

DECRETO Nº 529/2015, DE 23 DE JUNHO DE 2015
"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO o indeferimento do pedido de prorrogação do Benefício Nº 609716651, na data de 07 de maio de 2015 (conforme decisão em anexo);

CONSIDERANDO a apresentação de atestado médico datado de 15 de junho de 2015 que determina o afastamento da funcionária do trabalho por 15 (quinze) dias;

CONSIDERANDO a interposição de ação judicial em face do INSS visando a manutenção do benefício Nº 609716651 protocolada sob nº 0300416-68.2015.8.24.0051 nessa Comarca;

CONSIDERANDO que desde o afastamento inicial da funcionária em 13 de fevereiro de 2015 não houve retorno ao trabalho;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal

Srª. CLAUDIA BATISTA ALLEGRI NI MARTELLO, Matrícula 28, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer até a sobrevinda de informações judiciais ou eventual retorno voluntário ao trabalho.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 530/2015

DECRETO Nº 530/2015, DE 24 DE JUNHO DE 2015
"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. TEREZINHA REICHERT MARQUES, matrícula 924, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 531/2015

DECRETO Nº 531/2015, DE 25 DE JUNHO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARIA PAULA DE SOUZA DEMARCHI, Matrícula 6320, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 30(trinta) dias, a contar do dia 23 de Junho de 2015, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 532/2015

DECRETO Nº 532/2015, DE 25 DE JUNHO DE 2015
"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. TEREZINHA DE OLIVEIRA BUE-NO LAMP, Matrícula 173, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 30 (trinta) dias, a contar do dia 22 de Junho de 2015, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 533/2015

DECRETO Nº 533/2015, DE 25 DE JUNHO DE 2015
"PRORROGA LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, §3º e §4º do Regulamento da Previdência Social (Decreto 3.048/99) que orienta a prorrogação do benefício concedido em casos de afastamentos sucessivos dentro de sessenta dias contados da cessação do benefício anterior;

CONSIDERANDO o indeferimento do pedido de prorrogação do benefício Nº 6101426126 na data de 27 de maio de 2015;

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela servidora datado de 13 de maio de 2015 que determina seu afastamento pelo prazo de 60 (sessenta) dias das atividades laborais;

CONSIDERANDO que não houve retorno da funcionária ao trabalho e a interposição de pedido de reconsideração junto ao INSS, sob requerimento n. 167183459;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARIA MARTA GABIATTI COSTA, Matrícula 6243, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O pedido de reconsideração do benefício nº Nº 6101426126 foi agendado para o dia 1º de julho de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 534/2015

DECRETO Nº 534/2015, DE 25 DE JUNHO DE 2015
"PRORROGA LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. ERLI MARIA SANTIN DE ABREU, Matrícula 5030, AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O benefício foi concedido até 1º de dezembro de 2015, podendo ainda a servidora se sentir incapacitada para retornar ao trabalho, requerer novo exame médico pericial, mediante formalização do pedido de prorrogação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 535/2015

DECRETO Nº 535/2015, DE 25 DE JUNHO DE 2015
"PRORROGA LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO o indeferimento do pedido de prorrogação do Benefício Nº 6053749706, na data de 16 de junho de 2015 (conforme decisão em anexo);

CONSIDERANDO a interposição de pedido de reconsideração junto ao INSS protocolado sob nº 167193789;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ZELI APARECIDA DAMACENO, Matrícula 6190, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O pedido de reconsideração do benefício Nº 6053749706 foi agendado para o dia 1º de julho de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE JUNHO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 536/2015

DECRETO Nº 536/2015, DE 25 DE JUNHO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARIA PAULA DE SOUZA DEMARCHI, Matrícula 6320, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 30(trinta) dias, a contar do dia 23 de Junho de 2015, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE JUNHO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 537/2015

DECRETO Nº 537/2015, DE 25 DE JUNHO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. TANIA REGINA MENDES, Matrícula 54, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, sendo 20:00 horas efetiva e 20:00 horas contratada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 30(trinta) dias, a contar do dia 23 de Junho de 2015, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 540/2015

DECRETO Nº 540/2015, DE 30 DE JUNHO DE 2015
"NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada a partir do dia 1º de Julho de 2015, a Sra. GRAZIELI MELANIA ACUNHA, portadora do RG 4.165.786 e do CPF 008.673.849-64, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, Padrão "CC", Nível "01", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE JUNHO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO CONTRATO 2015

CONTRATO Nº 0112/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 055/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: CHAPEAÇÃO E PINTURA PONTE SERRADA LTDA
CNPJ: 07.386.396/0001-04

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PESADA E SERVIÇOS DE FUNILARIA, LATERIA E CHAPEAÇÃO EM GERAL PARA A MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR: R\$ 12.600,00 (Doze mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: DE 30 DE JUNHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 0113/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 055/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA ME

CNPJ: 08.017.032/0001-01

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PESADA E SERVIÇOS DE FUNILARIA, LATERIA E CHAPEAÇÃO EM GERAL PARA A MANUTENÇÃO DOS ÔNIBUS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR: R\$ 13.000,00 (Treze mil reais)

VIGÊNCIA: DE 30 DE JUNHO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR 182/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E DOAÇÃO COM ENCARGOS DE ÁREA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no Decreto Municipal sob n.438, de 21 de abril de 2015, que decretou Situação de Emergência no Município de Ponte Serrada, reconhecida pela Defesa Civil Nacional; na Ação Direta de Inconstitucionalidade sob n. 927-3/RS, promovida pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul; no artigo 17, § 4º, da Lei Federal n.8.666/1993, com redação conferida pela Lei n.8.883/1994; na Lei Estadual n. 13.992/2007; na orientação do Ministério Público Estadual de Santa Catarina; no Prejulgado 2050/2010, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE-SC; e nos termos dos Artigos 16 e 18, da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal de Ponte Serrada, autorizado a desafetar do Patrimônio Público Municipal e a alienar em forma de doação com encargos, à DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS ENIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.00.394.879/0001-01, o seguinte imóvel:

I - lote urbano com área de 2.420,04m² (dois mil, quatrocentos e vinte metros e quatro centímetros quadrados), com as confrontações descritas no incluso Levantamento Topográfico - Mapa Planimétrico da Área, parte integrante e inseparável da presente Lei.

Parágrafo Único - O imóvel descrito foi avaliado em R\$ 121.002,00 (cento e vinte e um mil e dois reais).

Artigo 2º - O imóvel objeto da doação com encargos destina-se a atividade econômica principal de comércio atacadista de produtos alimentícios em geral.

Artigo 3º - Fica dispensada a licitação para fins de doação do imóvel público de que trata esta Lei, à vista do justificado interesse público aferido pela necessidade de reconstrução, reforma, manutenção, funcionamento e alocação de recursos junto a instituições financeiras para a consecução da atividade desenvolvida pela doatária, e com vistas a restabelecer a economia local pela geração de emprego e renda.

Artigo 4º - O imóvel objeto da presente doação não poderá ser transferido a terceiros pelo prazo de 02 (dois) anos da data de doação e, nos próximos 08 (oito) anos subsequentes, somente mediante o cumprimento das obrigações desta Lei por parte da empresa beneficiada e mediante autorização do Poder Legislativo Municipal e a devida sanção do Poder Executivo Municipal, sob pena de reversão do imóvel e suas benfeitorias em favor do Município, sem que caiba qualquer direito de indenização sobre as benfeitorias.

Artigo 5º - Fica expressamente estabelecido que o imóvel objeto da doação reverterá ao Município nas seguintes hipóteses:

I - não utilização do imóvel para as finalidades definidas no artigo 2º da presente Lei;

II - não cumprimento do prazo estipulado no artigo 4º da presente Lei;

III - paralisação das atividades por período superior a 12 (doze) meses;

IV - falência da empresa;

V - transferência do estabelecimento para outro município;

VI - não emplacamento de 100% (cem por cento) da frota de veículos da empresa doatária, no prazo de 01 (um) ano, no Município de Ponte Serrada;

VII - não manter durante o exercício da atividade empresarial e/ou comercial o mínimo de 02 (dois) empregados, devidamente registrados e em cumprimento as regras Trabalhistas e da Previdência Social.

Parágrafo Único - Os requisitos exigidos na presente Lei deverão ser comprovados anualmente junto ao Município de Ponte Serrada, na forma da lei.

Artigo 6º - Será de inteira responsabilidade da empresa doatária:

a) Toda e qualquer benfeitoria necessária, inclusive, os encargos com escrituras públicas de doação;

b) Apresentar as Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual, Municipal, Contribuições Sociais e Previdenciárias (FGTS e INSS) no ato de escrituração do imóvel, sob pena de não efetivação do ato de doação;

c) À título de recomendação, deverá a empresa beneficiária investir em ações ambientais e sociais visando a melhoria do meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem como participar de programas de amparo social voltados para ações filantrópicas no município. _____

d) Fica vedado ao beneficiário e quaisquer sucessores a construir no imóvel benfeitorias para fins de locação, venda, constituição de condomínios residenciais ou desmembramentos para fins residenciais, mesmo depois de decorrido o prazo de que trata o artigo 4º.

Artigo 7º - No caso de reversão do imóvel ao Município, observar-se-á a legislação então vigente à época.

Artigo 8º - Nos casos de financiamento contratado para implementação de projetos de investimentos sobre o imóvel objeto desta Lei, junto a qualquer instituição financeira, o terreno doado poderá ser dado em hipoteca, em primeiro grau, permanecendo hipoteca em segundo grau em favor do Município.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei 1.414/96 e as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 30 DE JUNHO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI COMPLEMENTAR 180/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 180/2014, DE 23 DE JUNHO DE 2015
"AUTORIZA A REPOSIÇÃO DO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO CONFORME DETERMINA O ARTIGO 5º DA LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008, CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município, faz saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal,

nos termos desta Lei, a efetuar o pagamento do Piso Nacional do Magistério aos professores habilitados que estão abaixo do piso nacional correspondente a R\$ 1.917,78 (um mil novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos).

Parágrafo Único: A reposição incidirá a partir mês de junho de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publica em data supra.

LEI COMPLEMENTAR 181/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 181, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E DOAÇÃO COM ENCARGOS DE ÁREA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no Decreto Municipal sob n.438, de 21 de abril de 2.015, que decretou Situação de Emergência no Município de Ponte Serrada, reconhecida pela Defesa Civil Nacional; na Ação Direta de Inconstitucionalidade sob n. 927-3/RS, promovida pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul; no artigo 17, § 4º, da Lei Federal n.8.666/1993, com redação conferida pela Lei n.8.883/1994; na Lei Estadual n. 13.992/2007; na orientação do Ministério Público Estadual de Santa Catarina; no Prejulgado 2050/2010, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE-SC; e nos termos dos Artigos 16 e 18, da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal de Ponte Serrada, autorizado a desafetar do Patrimônio Público Municipal e a alienar em forma de doação com encargos, à CHAPEAÇÃO E PINTURA PONTE SERRADA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.07.386.396/0001-04, o seguinte imóvel:

I - lote urbano com área de 2.401,78m² (dois mil, quatrocentos e um metros e setenta e oito centímetros quadrados), com as confrontações descritas no incluso Levantamento Topográfico - Mapa Planimétrico da Área, parte integrante e inseparável da presente Lei.

Parágrafo Único - O imóvel descrito foi avaliado em R\$ 120.089,00 (cento e vinte mil, oitenta e nove reais).

Artigo 2º - O imóvel objeto da doação com encargos destina-se a atividade econômica descrita no Contrato Social da donatária.

Artigo 3º - Fica dispensada a licitação para fins de doação do imóvel público de que trata esta Lei, à vista do justificado interesse público aferido pela necessidade de reconstrução, reforma, manutenção, funcionamento e alocação de recursos junto a instituições financeiras para a consecução da atividade desenvolvida pela donatária, e com vistas a restabelecer a economia local pela geração de emprego e renda.

Artigo 4º - O imóvel objeto da presente doação não poderá ser transferido a terceiros pelo prazo de 02 (dois) anos da data de

doação e, nos próximos 08 (oito) anos subsequentes, somente mediante o cumprimento das obrigações desta Lei por parte da empresa beneficiada e mediante autorização do Poder Legislativo Municipal e a devida sanção do Poder Executivo Municipal, sob pena de reversão do imóvel e suas benfeitorias em favor do Município, sem que caiba qualquer direito de indenização sobre as benfeitorias.

Artigo 5º - Fica expressamente estabelecido que o imóvel objeto da doação reverterá ao Município nas seguintes hipóteses:

I - não utilização do imóvel para as finalidades definidas no artigo 2º da presente Lei;

II - não cumprimento do prazo estipulado no artigo 4º da presente Lei;

III - paralisação das atividades por período superior a 12 (doze) meses;

IV - falência da empresa;

V - transferência do estabelecimento para outro município;

VI - não emplacamento de 100% (cem por cento) da frota de veículos da empresa donatária, no prazo de 01 (um) ano, no Município de Ponte Serrada;

VII - não manter durante o exercício da atividade empresarial e/ou comercial o mínimo de 02 (dois) empregados, devidamente registrados e em cumprimento as regras Trabalhistas e da Previdência Social.

Parágrafo Único - Os requisitos exigidos na presente Lei deverão ser comprovados anualmente junto ao Município de Ponte Serrada, na forma da lei.

Artigo 6º - Será de inteira responsabilidade da empresa donatária:

a) Toda e qualquer benfeitoria necessária, inclusive, os encargos com escrituras públicas de doação;

b) Apresentar as Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual, Municipal, Contribuições Sociais e Previdenciárias (FGTS e INSS) no ato de escrituração do imóvel, sob pena de não efetivação do ato de doação;

c) À título de recomendação, deverá a empresa beneficiária investir em ações ambientais e sociais visando a melhoria do meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem como participar de programas de amparo social voltados para ações filantrópicas no município. _____

d) Fica vedado ao beneficiário e quaisquer sucessores a construir no imóvel benfeitorias para fins de locação, venda, constituição de condomínios residenciais ou desmembramentos para fins residenciais, mesmo depois de decorrido o prazo de que trata o artigo 4º.

Artigo 7º - No caso de reversão do imóvel ao Município, observar-se-á a legislação então vigente à época.

Artigo 8º - Nos casos de financiamento contratado para implementação de projetos de investimentos sobre o imóvel objeto desta Lei, junto a qualquer instituição financeira, o terreno doado poderá ser dado em hipoteca, em primeiro grau, permanecendo hipoteca em segundo grau em favor do Município.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA ESTADO DE SANTA CATARINA EM 30 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

LEI COMPLEMENTAR 183/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 183, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E DOAÇÃO COM ENCARGOS DE ÁREA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no Decreto Municipal sob n.438, de 21 de abril de 2.015, que decretou Situação de Emergência no Município de Ponte Serrada, reconhecida pela Defesa Civil Nacional; na Ação Direta de Inconstitucionalidade sob n. 927-3/RS, promovida pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul; no artigo 17, § 4º, da Lei Federal n.8.666/1993, com redação conferida pela Lei n.8.883/1994; na Lei Estadual n. 13.992/2007; na orientação do Ministério Público Estadual de Santa Catarina; no Prejulgado 2050/2010, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE-SC; e nos termos dos Artigos 16 e 18, da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal de Ponte Serrada, autorizado a desafetar do Patrimônio Público Municipal e a alienar em forma de doação com encargos, à SOUZA TRANSPORTES E ALUGUÉIS DE MÁQUINAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob n.09.115.774/0001-32, o seguinte imóvel:

I - lote urbano com área de 1.895,62m² (um mil, oitocentos e noventa e cinco metros e sessenta e dois centímetros quadrados), com as confrontações descritas no incluso Levantamento Topográfico - Mapa Planimétrico da Área, parte integrante e inseparável da presente Lei.

Parágrafo Único - O imóvel descrito foi avaliado em R\$ 56.868,60 (cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos).

Artigo 2º - O imóvel objeto da doação com encargos destina-se a atividade econômica principal de atividade de comércio varejista de madeiras, transporte rodoviário de carga e extração de madeiras em florestas plantadas e nativas, além de oficina mecânica.

Artigo 3º - Fica dispensada a licitação para fins de doação do imóvel público de que trata esta Lei, à vista do justificado interesse público aferido pela necessidade de reconstrução, reforma, manutenção, funcionamento e alocação de recursos junto a instituições financeiras para a consecução da atividade desenvolvida pela donatária, e com vistas a restabelecer a economia local pela geração de emprego e renda.

Artigo 4º - O imóvel objeto da presente doação não poderá ser transferido a terceiros pelo prazo de 02 (dois) anos da data de doação e, nos próximos 08 (oito) anos subsequentes, somente mediante o cumprimento das obrigações desta Lei por parte da empresa beneficiada e mediante autorização do Poder Legislativo Municipal e a devida sanção do Poder Executivo Municipal, sob pena de reversão do imóvel e suas benfeitorias em favor do Município, sem que caiba qualquer direito de indenização sobre as benfeitorias.

Artigo 5º - Fica expressamente estabelecido que o imóvel objeto da doação reverterá ao Município nas seguintes hipóteses:

I - não utilização do imóvel para as finalidades definidas no artigo 2º da presente Lei;

II - não cumprimento do prazo estipulado no artigo 4º da presente Lei;

III - paralisação das atividades por período superior a 12 (doze) meses;

IV - falência da empresa;

V - transferência do estabelecimento para outro município;

VI - não emplacamento de 100% (cem por cento) da frota de veículos da empresa donatária, no prazo de 01 (um) ano, no Município de Ponte Serrada;

VII - não manter durante o exercício da atividade empresarial e/ou comercial o mínimo de 20 (vinte) empregados, devidamente registrados e em cumprimento as regras Trabalhistas e da Previdência Social.

Parágrafo Único - Os requisitos exigidos na presente Lei deverão ser comprovados anualmente junto ao Município de Ponte Serrada, na forma da lei.

Artigo 6º - Será de inteira responsabilidade da empresa donatária:

a) Toda e qualquer benfeitoria necessária, inclusive, os encargos com escrituras públicas de doação;

b) Apresentar as Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual, Municipal, Contribuições Sociais e Previdenciárias (FGTS e INSS) no ato de escrituração do imóvel, sob pena de não efetivação do ato de doação;

c) À título de recomendação, deverá a empresa beneficiária investir em ações ambientais e sociais visando a melhoria do meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem como participar de programas de amparo social voltados para ações filantrópicas no município. _____

d) Fica vedado ao beneficiário e quaisquer sucessores a construir no imóvel benfeitorias para fins de locação, venda, constituição de condomínios residenciais ou desmembramentos para fins residenciais, mesmo depois de decorrido o prazo de que trata o artigo 4º.

Artigo 7º - No caso de reversão do imóvel ao Município, observar-se-á a legislação então vigente à época.

Artigo 8º - Nos casos de financiamento contratado para implementação de projetos de investimentos sobre o imóvel objeto desta Lei, junto a qualquer instituição financeira, o terreno doado poderá ser dado em hipoteca, em primeiro grau, permanecendo hipoteca em segundo grau em favor do Município.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 30 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI COMPLEMENTAR 184/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 184/2015, DE 30 DE JUNHO DE 2015.
AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E DOAÇÃO COM ENCARGOS DE ÁREA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no Decreto Municipal sob n.438, de 21 de abril de 2.015, que decretou Situação de Emergência no Município de Ponte Serrada, reconhecida pela Defesa Civil Nacional; na Ação Direta de Inconstitucionalidade sob n. 927-3/RS, promovida pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul; no artigo 17, § 4º, da Lei Federal n.8.666/1993, com redação conferida pela Lei n.8.883/1994; na Lei Estadual n. 13.992/2007; na orientação do Ministério Público Estadual de Santa Catarina; no Prejudicado 2050/2010, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE-SC; e nos termos dos Artigos 16 e 18, da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal de Ponte Serrada, autorizado a desafetar do Patrimônio Público Municipal e a alienar em forma de doação com encargos, à DERCIO COLLIN E CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob n.03.548.999/0001-04, o seguinte imóvel:

I - lote urbano com área de 12.547,81m² (doze mil, quinhentos e quarenta e sete metros e oitenta e um centímetros quadrados), com as confrontações descritas no incluso Levantamento Topográfico - Mapa Planimétrico da Área, parte integrante e inseparável da presente Lei.

Parágrafo Único - O imóvel descrito foi avaliado em R\$ 376.434,30 (trezentos e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos).

Artigo 2º - O imóvel objeto da doação com encargos destina-se a atividade econômica descrita no Contrato Social da donatária.

Artigo 3º - Fica dispensada a licitação para fins de doação do imóvel público de que trata esta Lei, à vista do justificado interesse público aferido pela necessidade de reconstrução, reforma, manutenção, funcionamento e alocação de recursos junto a instituições financeiras para a consecução da atividade desenvolvida pela donatária, e com vistas a restabelecer a economia local pela geração de emprego e renda.

Artigo 4º - O imóvel objeto da presente doação não poderá ser transferido a terceiros pelo prazo de 02 (dois) anos da data de doação e, nos próximos 08 (oito) anos subsequentes, somente mediante o cumprimento das obrigações desta Lei por parte da empresa beneficiada e mediante autorização do Poder Legislativo Municipal e a devida sanção do Poder Executivo Municipal, sob pena de reversão do imóvel e suas benfeitorias em favor do Município, sem que caiba qualquer direito de indenização sobre as benfeitorias.

Artigo 5º - Fica expressamente estabelecido que o imóvel objeto da doação reverterá ao Município nas seguintes hipóteses:

I - não utilização do imóvel para as finalidades definidas no artigo 2º da presente Lei;

II - não cumprimento do prazo estipulado no artigo 4º da presente Lei;

III - paralisação das atividades por período superior a 12 (doze) meses;

IV - falência da empresa;

V - transferência do estabelecimento para outro município;

VI - não emplacamento de 100% (cem por cento) da frota de veículos da empresa donatária, no prazo de 01 (um) ano, no Município de Ponte Serrada;

VII - não manter durante o exercício da atividade empresarial e/ou comercial o mínimo de 14 (quatorze) empregados, devidamente registrados e em cumprimento as regras Trabalhistas e da Previdência Social.

Parágrafo Único - Os requisitos exigidos na presente Lei deverão ser comprovados anualmente junto ao Município de Ponte Serrada, na forma da lei.

Artigo 6º - Será de inteira responsabilidade da empresa donatária:

a) Toda e qualquer benfeitoria necessária, inclusive, os encargos com escrituras públicas de doação;

b) Apresentar as Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual, Municipal, Contribuições Sociais e Previdenciárias (FGTS e INSS) no ato de escrituração do imóvel, sob pena de não efetivação do ato de doação;

c) À título de recomendação, deverá a empresa beneficiária investir em ações ambientais e sociais visando a melhoria do meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem como participar de programas de amparo social voltados para ações filantrópicas no município. _____

d) Fica vedado ao beneficiário e quaisquer sucessores a construir no imóvel benfeitorias para fins de locação, venda, constituição de condomínios residenciais ou desmembramentos para fins residenciais, mesmo depois de decorrido o prazo de que trata o artigo 4º.

Artigo 7º - No caso de reversão do imóvel ao Município, observar-se-á a legislação então vigente à época.

Artigo 8º - Nos casos de financiamento contratado para implementação de projetos de investimentos sobre o imóvel objeto desta Lei, junto a qualquer instituição financeira, o terreno doado poderá ser dado em hipoteca, em primeiro grau, permanecendo hipoteca em segundo grau em favor do Município.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 30 DE JUNHO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI COMPLEMENTAR 185/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 185, DE 30 DE JUNHO DE 2015.
AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E DOAÇÃO COM ENCARGOS DE ÁREA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no Decreto Municipal sob n.438, de 21 de abril de 2.015, que decretou Situação de Emergência no Município de Ponte Serrada, reconhecida pela Defesa Civil Nacional; na Ação Direta de Inconstitucionalidade sob n. 927-3/RS, promovida pelo Governador do Estado do Rio

Grande do Sul; no artigo 17, § 4º, da Lei Federal n.8.666/1993, com redação conferida pela Lei n.8.883/1994; na Lei Estadual n. 13.992/2007; na orientação do Ministério Público Estadual de Santa Catarina; no Prejulgado 2050/2010, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE-SC; e nos termos dos Artigos 16 e 18, da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal de Ponte Serrada, autorizado a desafetar do Patrimônio Público Municipal e a alienar em forma de doação com encargos, à FL FRIGO E CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob n.02.679.180/0001-05, o seguinte imóvel:

I - lote urbano com área de 42.809.10m² (quarenta e dois mil, oitocentos e nove metros e dez centímetros quadrados), com as confrontações descritas no incluso Levantamento Topográfico - Mapa Planimétrico da Área, parte integrante e inseparável da presente Lei.

Parágrafo Único - O imóvel descrito foi avaliado em R\$ 2.140.455,00 (dois milhões, cento e quarenta mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

Artigo 2º - O imóvel objeto da doação com encargos destina-se a atividade econômica descrita no Contrato Social da donatária.

Artigo 3º - Fica dispensada a licitação para fins de doação do imóvel público de que trata esta Lei, à vista do justificado interesse público aferido pela necessidade de reconstrução, reforma, manutenção, funcionamento e alocação de recursos junto a instituições financeiras para a consecução da atividade desenvolvida pela donatária, e com vistas a restabelecer a economia local pela geração de emprego e renda.

Artigo 4º - O imóvel objeto da presente doação não poderá ser transferido a terceiros pelo prazo de 02 (dois) anos da data de doação e, nos próximos 08 (oito) anos subsequentes, somente mediante o cumprimento das obrigações desta Lei por parte da empresa beneficiada e mediante autorização do Poder Legislativo Municipal e a devida sanção do Poder Executivo Municipal, sob pena de reversão do imóvel e suas benfeitorias em favor do Município, sem que caiba qualquer direito de indenização sobre as benfeitorias.

Artigo 5º - Fica expressamente estabelecido que o imóvel objeto da doação reverterá ao Município nas seguintes hipóteses:

I - não utilização do imóvel para as finalidades definidas no artigo 2º da presente Lei;

II - não cumprimento do prazo estipulado no artigo 4º da presente Lei;

III - paralisação das atividades por período superior a 12 (doze) meses;

IV - falência da empresa;

V - transferência do estabelecimento para outro município;

VI - não emplacamento de 100% (cem por cento) da frota de veículos da empresa donatária, no prazo de 01 (um) ano, no Município de Ponte Serrada;

VII - não manter durante o exercício da atividade empresarial e/ou comercial o mínimo de 19 (dezenove) empregados, devidamente registrados e em cumprimento as regras Trabalhistas e da Previdência Social.

Parágrafo Único - Os requisitos exigidos na presente Lei deverão ser comprovados anualmente junto ao Município de Ponte Serrada, na forma da lei.

Artigo 6º - Será de inteira responsabilidade da empresa donatária:

a) Toda e qualquer benfeitoria necessária, inclusive, os encargos com escrituras públicas de doação;

b) Apresentar as Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual, Municipal, Contribuições Sociais e Previdenciárias (FGTS e INSS) no ato de escrituração do imóvel, sob pena de não efetivação do ato de doação;

c) À título de recomendação, deverá a empresa beneficiária investir em ações ambientais e sociais visando a melhoria do meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem como participar de programas de amparo social voltados para ações filantrópicas no município.

d) Fica vedado ao beneficiário e quaisquer sucessores a construir no imóvel benfeitorias para fins de locação, venda, constituição de condomínios residenciais ou desmembramentos para fins residenciais, mesmo depois de decorrido o prazo de que trata o artigo 4º.

Artigo 7º - No caso de reversão do imóvel ao Município, observar-se-á a legislação então vigente à época.

Artigo 8º - Nos casos de financiamento contratado para implementação de projetos de investimentos sobre o imóvel objeto desta Lei, junto a qualquer instituição financeira, o terreno doado poderá ser dado em hipoteca, em primeiro grau, permanecendo hipoteca em segundo grau em favor do Município.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 30 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI ORDINÁRIA 2241/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.241/2015, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO PELOS E APELOS - APA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PELOS E APELOS – APA, entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter social, com atividades relacionadas à defesa e o bem estar dos animais, duração por tempo indeterminado, com sede e foro no Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº 18.875.881/0001-50.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publica em data supra.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.353, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 1.353, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

ALTERA O VALOR DA UFM-PB, CONFORME ESPECÍFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto nas Leis Complementar Municipal nº 052/2014 - Código Tributário,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de 0,74% (zero virgula setenta e quatro por cento), considerando o IPCA do mês de maio de 2015, que passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2015.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,4396

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de maio de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 01/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Prezados Senhores,

O Poder Executivo Municipal, pelas atribuições da Lei 1873/2010, tem pelo presente Edital à finalidade de NOTIFICAR os responsáveis pelos túmulos abaixo relacionados, para que em 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, executem os serviços necessários à identificação e conservação da sepultura localizada no Cemitério Municipal de Porto Belo/SC, vez que tais sepulturas não possuem nenhuma identificação e encontram-se em estado de abandono e/ou ruína.

Lei. 1873/2010.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, constatando o abandono ou ruína da sepultura em qualquer das hipóteses do art. 1º, elaborará laudo de vistoria e notificará o responsável pela sepultura ou seu representante legal, para que no prazo de 10 (dez) dias execute os serviços necessários à identificação ou conservação indicados no laudo.

§ 2º Se os serviços ou obras não forem realizados no prazo previsto neste artigo, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à exumação dos restos mortais, colocando-os em ossuário ou outro local apropriado.

Relação de Sepulturas:

- a) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra A, ao lado direito da sepultura C-126;
- b) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra B, C-57, ao lado de Olinda Peixoto;
- c) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra C, 39, ao lado de Seferino;
- d) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra D, próximo ao D-182;
- e) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra E, atrás de Raimundo;
- f) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra F, ao lado de Maria Paula;
- g) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra G, ao lado de João Jordelino;
- h) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra H, ao lado de Edson Hoff;
- i) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra I, ao lado de Zulmira;
- j) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra J, ao lado de Francisco;
- k) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra L, ao lado de Anilio;
- l) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra M, ao lado de Leonardo;

Caso as providências já tenham sido tomadas, favor desconsiderá-la, ficando este ente Municipal a inteira disposição de V. Senhoria para dirimir quaisquer dúvidas.

Valmor Guerreiro Filho

Procurador Geral

OAB/SC 21.189

Porto Belo/SC, 15 de junho de 2015.

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 737/2015

DECRETO Nº 737, de 24 de junho de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC.MUN. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBL.		
ATIVIDADE	2028 – Manutenção Departamento de Urbanismo		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	49	50.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, na Fonte 100.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 24 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças
e Contabilidade

DECRETO Nº 738/2015

DECRETO Nº 738, de 26 de junho de 2015.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO BENTO TRINDADE JUNIOR, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 26 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE CONTRATO 045/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 045/2015 – EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Transportes Coletivos Nossa Senhora da Piedade Ltda.

Objeto: Fornecimento de vale transporte para os funcionários, estagiários, professores e alunos da rede de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação do município de Porto União.

Valor Total: R\$ 134.420,00 (cento e trinta e quatro mil quatrocentos e vinte reais)

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 002/2015 - Educação, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 12 de junho de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Transportes Coletivos Nossa Senhora da Piedade Ltda.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 106/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 106/2015
Partes: Município de Porto União e RK Indústria de Implementos Agrícolas Ltda
Objeto: Aquisição de 03 (três) Distribuidores de Calcário marca Kohler, 01 (um) Microtrator marca Kohler, 01 (uma) Enxada Rotativa marca Kohler, 01 (um) Arado Subsolador marca Kohler e 01 (uma) Grade niveladora marca Kohler.
Valor Total: R\$ 55.660,00 (cinquenta e cinco mil seiscentos e sessenta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 002/2015 – Prefeitura, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 11 de junho de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
RK Indústria de Implementos Agrícolas Ltda
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 107/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 107/2015
Partes: Município de Porto União e Jean Pyer Vivian EIRELI – ME
Objeto: Aquisição de 01 (um) distribuidor de esterco com 4.000L (quatro mil litros)
Valor Total: R\$ 14.899,00 (quatorze mil oitocentos e noventa e nove reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 002/2015 – Prefeitura, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 11 de junho de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Jean Pyer Vivian EIRELI – ME
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 108/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 108/2015
Partes: Município de Porto União e Metalúrgica Freitas Ltda – EPP
Objeto: Aquisição de 01 (uma) Roçadeira para Trator: guia livre. Marca Metal Freitas, modelo RTE 200.
Valor Total: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 002/2015 – Prefeitura, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 11 de junho de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Metalúrgica Freitas Ltda – EPP
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 109/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 109/2015
Partes: Município de Porto União e Açomac Indústria e Comércio Ltda – ME
Objeto: Aquisição de 02 (dois) Pulverizadores com tanque de 200 (duzentos) litros e barra de 08 (oito) metros
Valor Total: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 002/2015 – Prefeitura, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 11 de junho de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Açomac Indústria e Comércio Ltda – ME
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 110/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 110/2015
Partes: Município de Porto União e Ana Cristina Manjabosco – EPP
Objeto: 02 (duas) Plantadeiras hidráulicas com cambagem 03 (três) linhas para montanha marca Knapik.
Valor Total: R\$ 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 002/2015 – Prefeitura, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 11 de junho de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Ana Cristina Manjabosco – EPP
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 111/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 111/2015
Partes: Município de Porto União e Daiana Vogel Zimmermann EIRELI.
Objeto: Aquisição de 01 (uma) Ensiladeira de 01 (uma) linha com 10 (dez) facas para trator marca Bombine e 01 (um) pulverizador para no mínimo 600 litros, marca Thurow.
Valor Total: R\$ 19.479,90 (dezenove mil quatrocentos e setenta e nove reais e noventa centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 002/2015 – Prefeitura, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 11 de junho de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Daiana Vogel Zimmermann EIRELI.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 112/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 112/2015

Partes: Município de Porto União e Comercial Licite Ltda

Objeto: Aquisição de 01 (uma) Grade Arrastão marca Piccin, modelo GNDL.

Valor Total: R\$ 8.049,00 (oito mil e quarenta e nove reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Eletrônico 002/2015 – Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 11 de junho de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Comercial Licite Ltda

Contratada

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 009/2015 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 010/2015- FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 009/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de mobiliário, utensílios e equipamentos eletrônicos para manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 17 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 30 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 018/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 030/2015- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Edital de Pregão Presencial 018/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de pneus diversos para manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 15 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 30 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 019/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 031/2015- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Edital de Pregão Presencial 019/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de cargas de gás em botijões P-13, destinados para o uso nas Unidades de Saúde de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 16 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 30 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 050/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 091/2015 – PREFEITURA - Registro de Preços

Extrato de Edital de Pregão Presencial 050/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para Registro de Preços para aquisição de pedras diversas para uso em obras a serem executadas pelo Município de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 16 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 30 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.332/2015

LEI Nº 4.332, de 24 de junho de 2015.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – 2016, expresso em normas, ações prioritárias, diretrizes, objetivos e metas a serem observadas pelas Unidades da Administração Direta, Fundos e Órgãos da Administração Indireta do Poder Executivo e pelo Poder Legislativo do Município de Porto União, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º O Orçamento do Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo as Metas Fiscais, as Prioridades da Administração Municipal, a Estrutura dos Orçamentos, as Diretrizes para a elaboração do Orçamento do Município, as disposições sobre a Dívida Pública Municipal, as disposições sobre Despesas com Pessoal, as disposições sobre alterações na Legislação Tributária e demais disposições gerais.

Art. 2º Terão preferência sobre novos projetos, os que se encontrarem em fase de execução, desde que reavaliados nos termos das prioridades estabelecidas nesta lei e em especial aqueles que exijam contrapartida de recursos ordinários.

§ 1º Além dos projetos elencados nos anexos da presente Lei, poderão ser incluídos outros no Orçamento Fiscal, desde que financiados com recursos de outros entes da Federação através de convênios.

§ 2º A especificação de prioridades, para os diversos setores, constantes no anexo I, não excluem aquelas não relacionadas.

Art. 3º Consideram-se prioritárias as ações que visem à conservação, manutenção e recuperação de Bens Públicos, sobre novos investimentos.

Art. 4º Tendo em vista as atividades econômicas desenvolvidas no Município, geradoras de tributos, serão as fontes das receitas provenientes dessas atividades, revistas e atualizadas, considerando os fatores que possam influenciar no aumento das receitas próprias.

Art. 5º Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das mudanças ocorridas na legislação tributária.

Art. 6º As despesas de capital, terão os recursos assegurados, de acordo com a previsão orçamentária, objetivando a consecução de metas e prioridades da Administração Municipal.

Art. 7º A despesa fixada não será superior à receita estimada.

§ 1º Não poderão ser fixadas e realizadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

§ 2º Nenhum compromisso poderá ser assumido sem a existência de crédito orçamentário que comporte a previsão, na programação financeira de desembolso.

§ 3º O disposto neste artigo e parágrafos prevalecerá sobre as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º As receitas e as despesas serão estimadas segundo os preços vigentes no mês de março de 2015, valores estes que poderão ser corrigidos em qualquer mês do ano, pela variação prevista no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, quando a variação do referido índice superar a 5% (cinco por cento), acumulado em 12 (doze) meses.

Art. 9º O Poder Executivo promoverá estudos visando introduzir e consolidar as seguintes modificações na Legislação Tributária Municipal:
I- adequação dos valores das taxas, aos custos dos respectivos fatos geradores;
II- alíquotas, bases de cálculo, período de apuração, prazos de recolhimento, isenções, incentivos e benefícios fiscais, objetivando a adequação da capacidade financeira do Município às suas necessidades de investimento e ao cumprimento de suas obrigações contratuais e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 10. As receitas do Município, Fundos, Autarquias e Fundações, legalmente instituídos e controlados, direta ou indiretamente pelo Município, serão programadas para atender prioritariamente: os gastos com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, contrapartida de financiamentos, convênios, amortização de empréstimos e da Dívida Fundada Interna, sentenças judiciais e outros relativos à sua manutenção.

Art. 11. A manutenção de atividades terá prioridade sobre as ações de expansão e de investimentos.

Art. 12. As despesas com pessoal e encargos sociais, não poderão exceder aos limites estabelecidos na LRF, artigo 18.

Art. 13. O Município aplicará anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos e das transferências recebidas da União e do Estado, na manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com o art. 212 da Constituição Federal.

Art. 14. O Município assegurará que, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério – FUNDEB, sejam destinados para a remuneração dos profissionais do

magistério, em efetivo exercício.

Art. 15. Integrará a despesa municipal, os recursos destinados ao cumprimento de precatórios, conforme disposto no art. 100 e parágrafos da Constituição Federal.

Art. 16. O orçamento fiscal do Município alocará, obrigatoriamente, a previsão de recursos para transferência ao Poder Legislativo, a título de transferências financeiras, assegurando o pleno atendimento de suas finalidades.

Art. 17. O Município poderá conceder subvenção social até o limite de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida, para distribuição entre entidades filantrópicas, sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública, mediante edição de lei específica.

Art. 18. O Município contribuirá com a Associação dos Municípios do Planalto Norte – AMPLANORTE e a Federação dos Municípios Catarinenses - FECAM, conforme lei específica, sem que os valores sejam computados no índice previsto no artigo anterior.

Art. 19. O Poder Legislativo Municipal elaborará e encaminhará ao Executivo, no prazo estabelecido, sua proposta orçamentária que irá integrar o orçamento geral do Município.

Art. 20. O orçamento anual alocará recursos para assegurar a revisão geral anual de remuneração dos servidores públicos e dos subsídios de que tratam o § 4º do art.39 e inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 21. A terceirização de mão-de-obra, cujas funções sejam assemelhadas a funções de cargo constante do plano de carreira dos servidores, desde que vago, será considerada como despesa de pessoal.

Art. 22. O Poder Executivo poderá alterar e ou adequar a estrutura de cargos e empregos, funções, concessão de vantagens e admissão de pessoal a qualquer título, respeitados os índices previstos na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Na data de revisão do salário mínimo, fica autorizado concessão de abono até o valor necessário para atingir o mesmo, para aqueles servidores que tiverem vencimentos inferiores ao salário mínimo e na data de revisão do piso dos professores (FUNDEB), fica autorizado abono no valor necessário para os professores que perceberem vencimentos inferiores ao piso.

Art. 24. O cronograma de desembolso financeiro mensal será elaborado até 30 (trinta) dias após a aprovação da lei orçamentária anual, conforme estimativa da receita, devendo ser revisto periodicamente, a fim de ser ajustado ao fluxo da receita.

Art. 25. Será considerada irrelevante, para fins de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, a despesa proveniente da ação governamental, que anualmente não ultrapassar o limite para dispensa de licitação, conforme fixado no inciso I do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 26. O limite para renúncia de receita será de até 10% (dez por cento) do total da receita própria arrecadada no exercício imediatamente anterior.

Art. 27. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo em renúncia de receita.

Art. 28. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após a adoção de medidas de compensação.

Art. 29. As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, programadas para 2016, poderão ser expandidas desde que acompanhadas de impacto financeiro e orçamentário.

Art. 30. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

Parágrafo único. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 31. O Orçamento para o exercício 2016 compreenderá os orçamentos anuais:

I- do Poder Legislativo;

II- do Poder Executivo;

III- do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;

IV- do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros – FUNREBOM;

V- do Instituto Mun.Previd.Social dos Servidores Púb.Mun.de P. União – IMPRESS;

VI- do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FIA;

VII- da Fundação Municipal de Cultura – FMC;

VIII- do Fundo Municipal de Saúde – FMS;

IX- da AMASPU;

X- do Fundo Municipal de Educação – FME.

Art. 32. As dotações destinadas ao serviço da dívida deverão considerar apenas as operações contratadas, autorizadas ou confessadas até a data de encaminhamento da proposta orçamentária anual ao Poder Legislativo.

Art. 33. Na fixação das despesas serão observadas as prioridades e metas constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 34. O Orçamento Municipal poderá consignar recursos para financiar atividades educacionais e sociais, mediante convênios, desde que seja da conveniência da Administração Municipal, e as Entidades tenham demonstrado padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados e cumpram os pré-requisitos necessários para firmar instrumento.

Parágrafo único. O Orçamento Municipal poderá consignar recursos para firmar convênios, ajustes, acordos ou congêneres com outros entes da Federação.

Art. 35. A Lei Orçamentária conterá:

I- previsão para Reserva de Contingência em montante de até 1% (um por cento) da receita prevista, destinada a obtenção de resultado primário positivo e a cobrir riscos fiscais;

II- autorização para abertura de créditos suplementares de até 10% (dez por cento) da despesa fixada, amparados em recursos previstos no artigo 43 da Lei 4320/64;

III- autorização para contratação de Operação de Crédito no valor de até 10% (dez por cento) das receitas previstas, observado o limite de capacidade de endividamento;

IV- autorização para remanejamento de recursos entre dotações orçamentárias, desde que dentro da mesma categoria de programação, não se incluindo no índice previsto no inciso II;

V- autorização para abertura de créditos adicionais em dotações de despesas determinadas pelo recebimento de subvenções, contribuições, auxílios e convênios, para aplicação em despesas vinculadas, tendo como limite o valor dos recursos recebidos.

Parágrafo único. Somente serão considerados créditos especiais aqueles não constantes da programação na Lei Orçamentária Anual a nível de projeto/atividade/modalidade, sendo os demais considerados suplementares e extraordinários.

CAPÍTULO III

DOS FUNDOS ESPECIAIS

Art. 36. Será elaborado para cada Fundo Especial Municipal, um plano de aplicação de seus recursos, cujo conteúdo será o seguinte:

I- fonte de recursos financeiros, no qual será indicada a Lei de criação, classificadas nas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital;

II- aplicações, onde serão determinadas:

a) as ações desenvolvidas através do fundo;

b) os recursos destinados ao cumprimento das metas e das ações, classificadas sob as categorias econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital.

Parágrafo único. Os planos de aplicação serão parte integrante dos respectivos orçamentos.

CAPÍTULO IV

DO ORÇAMENTO DE AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

Art. 37. Na elaboração dos orçamentos das Autarquias e Fundações Municipais, serão observadas as normas contidas na Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964 e legislação pertinente, quanto às classificações a serem adotadas para as suas receitas e despesas.

Art. 38. As receitas e despesas das Autarquias e Fundações serão estimadas e programadas de acordo com as dotações previstas no orçamento geral do Município.

Art. 39. Nas estimativas das receitas e despesas, além dos fatores conjunturais que possam influenciar a produtividade das respectivas fontes, será considerado o custo dos serviços.

Art. 40. Na programação dos seus gastos, as Autarquias e Fundações observarão as prioridades e metas constantes na presente Lei.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. Caberá à Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade a coordenação da elaboração dos orçamentos de que trata a presente Lei.

Art. 42. Caso seja necessária a limitação de empenho e da movimentação financeira, serão suspensas as despesas decorrentes do previsto nos artigos 17 e 31 desta lei e as previstas para atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, podendo ser paralisadas temporariamente as atividades caracterizadas como não essenciais, ressalvando-se aquelas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as despesas com pessoal, exceto hora extra.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os

montantes que cada órgão do respectivo poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 43. O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com outras esferas de governo para realização de obras ou serviços de competência ou não do município.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 24 de junho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças
e Contabilidade

I- CHEFIA DE GABINETE DO PODER EXECUTIVO

Objetivos:

Coordenação político-administrativa, com a maioria das ações voltadas para o atendimento ao público. Manter o serviço de divulgação e publicação das ações administrativas. Manter a Assessoria Jurídica e o Cerimonial. Estabelecer relacionamento com as demais esferas de governo, com vistas à obtenção de apoio para a implementação de projetos no Município.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
001	Atendimento ao público	Pessoas	1000
002	Participação em reuniões e outros eventos	Evento	120
003	Manter relação política com outras esferas de governo	Contato	80
004	Manter a Assessoria Jurídica	Setor	01
005	Manter setor de serviços de comunicação e divulgação	Setor	01
0006	Manter os serviços de cerimonial	Serviço	50

II- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Objetivos:

Promover e apoiar eventos artísticos e culturais e do segmento turístico, bem como desencadear ações para manutenção, implantação de bem moveis e imóveis para beneficio da população de Porto União através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
007	Continuidades ao projeto Museus Rurais;	Projetos	02
008	Equipamentos para informatização do trabalho de arquivos e museologia	Equipamentos e recursos	10
009	Material e recursos para viabilizar exposições e eventos culturais;	Equipamento e recurso	02
010	Aquisição de mobiliário e equipamentos para montagem e adequação do Arquivo Municipal;	Mobiliário e equipamento	05
011	Reforma/adaptação do conjunto dos armazéns da estação união para fins culturais;	Reforma	01
012	Aquisição de obras de arte de artistas locais;	Obras arte	05
013	Produção de vídeos, CD´s, DVD´s sobre a cultura e história do município;	Produção	20
014	Implantação de projetos que valorizem a qualidade do artesanato regional através de pesquisas e treinamentos;	Implantação projetos	01
015	Desenvolvimentos de trabalhos e captação de recursos para as comemorações do Centenário do Contestado;	Comemoração	01
016	Apoiar grupos folclóricos, musicais emergentes e similares;	Apoio	04
017	Apoiar festivais de dança de grupos locais;	Apoio	04
018	Realizar festivais e concursos de bandas e fanfarras;	Apoio e Realização	04
019	Apoiar e realizar festivais de musica no município;	Apoio	04
020	Criar a Banda Municipal de Porto União;	Implantação	01
021	Show artístico locais;	Apoio	04
022	Implantar e manter grupos de corais;	Apoio	02
023	Realização de Tertúlias mensais com artistas locais;	Apoio e Realização	10
024	Implementação e manutenção de projeto de dança;	Implantação	01
025	Apoio para divulgação de festas em comunidades locais;	Apoio	10
026	Manutenção e criação de projetos de música;	Implantação e manutenção	04
027	Revitalização do espaço dominado "Balneário";	Revitalização	01
028	Exposição de obras de Artistas Locais;	Apoio e Realização	04
029	Construção do Centro Cultural;	Construção	01
030	Apoio à Associação dos Artesãos de Porto União;	Apoio	01
031	Fomentar e apoiar a edição de obras literárias de todos os segmentos de escritores locais;	Incentivar	05

032	Manutenção e restauro dos monumentos históricos, praças e imóveis tombados;	Manutenção	08
033	Destinação de recursos próprios do município para o Fundo Municipal de Turismo;	Ação	01
034	Atualização do inventário de oferta e demanda Turística;	Ação	01
035	Realização de Pesquisas de Demanda Turística;	Ação	01
036	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal;	Plano	01
037	Construção de Mirantes em Santa Cruz do Timbó, Salto do Pintado e na Cachoeira do 13;	Mirantes	01
038	Ações de resgate da história da aviação em Porto União;	Ação	01
039	Ações de apoio ao Turismo Náutico;	Ação	01
040	Ações de apoio ao Turismo Ferroviário e Histórico, passeios de Maria Fumaça 310;	Ferrovia	01
041	Implantação de programa de apoio ao Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo Rural;	Programas	01
042	Inclusão de programas de incentivo à cultura e turismo nos projetos político-pedagógico das escolas;	Programas	01
043	Projeto de implantação de complexo turístico, envolvendo o Morro da Cruz, Grutas e Poção do Parque Monge João Maria e áreas de preservação no bairro Santa Rosa;	Projeto	01
044	Melhoria nos acessos atrativos turísticos;	Ação	03
045	Adequação e manutenção de área da Pedreira do KM13;	Adequação	01
046	Consolidar programas de visitas aos roteiros turísticos já implantados e outros a serem formados;	Programas	01
047	Implantação de novos roteiros turísticos;	Roteiros	01
048	Apoio ao desenvolvimento de atividades turísticas;	Apoio	01
049	Implantação de sinalização turística indicativa e interpretativa;	Sinalização	01
050	Implantação de programa de atração de investimentos no setor de turismo;	Implantação	01
051	Criação de parcerias para a melhoria dos atrativos turísticos;	Parcerias	01
052	Implantação de Programa de Artesanato;	Implantação	01
053	Implantação de Projeto de Gastronomia;	Implantação	01
054	Promoção e realização de seminários, oficinas mesas redondas, congressos, workshops na área de turismo;	Eventos	02
055	Realização de oficinas de capacitação em receptivo para frentistas, taxistas, policiais de trânsito e comunidade local;	Oficinas	01
056	Realização de oficinas de capacitação gerencial para empreendedores;	Oficinas	01
057	Realização de curso de guia regional de turismo	Cursos	01
058	Promoção de Seminário para resgatar regionalmente a história e o Caminho das Tropas (Caminho das Missões) e Guerra do Contestado;	Seminário	01
059	Apoio as festas realizadas no Município, voltadas ao turismo étnico, cultural, histórico, religioso e gastronômico;	Apoio	05
060	Apoio na realização da Festa Nacional do Steinhager e do Xixo;	Ação	01
061	Apoio na realização das Festas dos CTGs locais;	Apoio	01
062	Promoção e divulgação em veículos de comunicação, feiras e eventos;	Promoção	03
063	Aquisição de microcomputador;	Microcomputador	03
064	Aquisição de impressora multifuncional;	Impressora	02
065	Aquisição mesa em L;	Mesa	01
066	Aquisição de mesa;	Mesa	01
067	Aquisição de cadeiras estofadas fixas;	Cadeiras fixas	04
068	Aquisição de cadeiras giratórias;	Cadeira Giratória	02
069	Aquisição de complementação do sistema de som com duas caixas graves, mesa com doze canais e seis microfones com cabo e dois microfones sem fio;	Aquisição	01
070	Aquisição de um conjunto de bandeiras (Brasil, Estado e Município);	Aquisição	01
071	Reativação do Conselho Municipal de Turismo;	Ação	01
072	Fomento a roteiro ciclo turístico;	Incentivo	01
073	Realização de eventos populares com artistas locais nas praças do município.;	Ação	04
074	Apresentações de teatro, música, dança e folclore.	Ação	04

III – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Objetivos:

Executar programas sociais de natureza comunitária; atender crianças e adolescentes carentes de 0 a 17 anos, propiciando condições ao seu desenvolvimento e integração na sociedade; dar suporte aos Conselhos Municipais; atender famílias, pessoas em situação de vulnerabilidade devidamente cadastradas; atender pessoas portadoras de deficiência física e mental; apoiar técnica e financeiramente, através de convênios, entidades assistenciais sem fins lucrativos, devidamente cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social; apoiar e incentivar atuação de Grupos da Terceira Idade, Clube de Mães e Associação de Moradores. Essas ações serão desenvolvidas em conjunto com o Fundo Municipal de Assistência Social.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
075	CRAS – BELA VISTA Atendimento e acompanhamento integral às famílias referenciadas ao CRAS, com a execução dos seguintes serviços: PAIF – SERVIÇO DE Proteção e Atendimento Integral à Família / Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as crianças de até 6 anos e suas famílias, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos / Serviço de acompanhamento domiciliar para idosos e pessoas com deficiência para até 3.500 famílias referenciadas;	Família	350
076	EQUIPE VOLANTE DO CRAS – BELA VISTA Atendimento e acompanhamento integral às famílias residentes na área rural através da Equipe Volante do CRAS com a Execução do Paif – Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família / Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para crianças de até 6 anos e suas famílias, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos / Serviço de acompanhamento domiciliar para idosos e pessoas com deficiência / para até 500 famílias referidas;	Família	100
077	CRAS – VICE KING Atendimento e acompanhamento integral às famílias referenciadas ao CRAS, com a execução dos seguintes serviços: PAIF – SERVIÇO DE Proteção e Atendimento Integral à Família / Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as crianças de até 6 anos e suas famílias, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos / Serviço de acompanhamento domiciliar para idosos e pessoas com deficiência para até 3.500 famílias referenciadas;	Família	350
078	Implantar no Bairro São Pedro o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens de 15 a 17 anos, com ações socioeducativas, esportivas e preparo para inclusão no mundo do trabalho especial: - Adolescentes pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; - Adolescentes egressos de medida socioeducativa de internação ou em um cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto; - Adolescentes em cumprimento ou egressos de medida de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990); - Adolescente do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou adolescentes egressos ou vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e à exploração sexual; - Adolescentes de famílias com perfil de programas de transferência de renda; - Adolescentes com deficiência, em especial beneficiários do programa BPC; - Adolescentes fora da escola;	Jovens de 15 a 17 anos	30
079	Implantar no Bairro Santa Rosa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens de 15 a 17 anos, com ações socioeducativas, esportivas e preparo para inclusão no mundo do trabalho especial: - Adolescentes pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; - Adolescentes egressos de medida socioeducativa de internação ou em um cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto; - Adolescentes em cumprimento ou egressos de medida de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990); - Adolescente do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou adolescentes egressos ou vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e à exploração sexual; - Adolescentes de famílias com perfil de programas de transferência de renda; - Adolescentes com deficiência, em especial beneficiários do programa BPC; - Adolescentes fora da escola;	Jovens de 15 a 17 anos	30
080	Implantar no Bairro Morro do Cristo o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens de 15 a 17 anos, com ações socioeducativas, esportivas e preparo para inclusão no mundo do trabalho especial: - Adolescentes pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; - Adolescentes egressos de medida socioeducativa de internação ou em um cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto; - Adolescentes em cumprimento ou egressos de medida de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990); - Adolescente do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou adolescentes egressos ou vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e à exploração sexual; - Adolescentes de famílias com perfil de programas de transferência de renda; - Adolescentes com deficiência, em especial beneficiários do programa BPC; - Adolescentes fora da escola;	Jovens de 15 a 17 anos	30
081	CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. A Proteção Social Especial de Média Complexidade oferta atendimento especializado a famílias e indivíduos que vivem situações de vulnerabilidade, com direitos violados, geralmente inseridos no núcleo familiar. Oferta os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.	Jovens de 15 a 17 anos	30

082	Aquisição e construção de uma unidade institucional semelhante a uma residência para ofertar o SERVIÇO MUNICIPAL DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.	Criança/Adolescente	20
083	Atender famílias em situação de vulnerabilidade com cestas básicas/leite	Família	2400
084	Atender gestante com auxílio natalidade (kit enxoval)	Pessoa	45
085	Atender pessoas em situação de vulnerabilidade com auxílio funeral;	Pessoa	20
086	Auxiliar com fotos, passagens, 2º via de certidões de nascimento, casamento e óbito;	Pessoa	1200
087	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Promoção de cursos profissionalizantes com SENAI/SENAC, com turmas de 35 alunos;	Turma	31
088	Capacitar profissionais da área de assistência social e conselheiros;	Capacitação	14
089	Contratação de instrutores para operacionalização de cursos de geração de renda municipal;	Contratação	02
090	Aquisição de veículos para atendimento CRAS/CREAS/GESTÃO/BOLSA FAMÍLIA;	Veículo	03
091	Manutenção de prédio que abriga o órgão gestor com reforma / construção. Manutenção das unidades fiscais do CRAS e CREAS;	Reforma	04
092	Equipamento Público para oferta de Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade – Sede Própria para CREAS;	Equipamento	01
093	Equipamento Público para oferta de Serviço de Proteção Social Básica. (Bairro Santa Rosa);	Equipamento	01
094	Contratação de profissionais de nível superior para compor a equipe de Referência CRAS / CREAS / GESTÃO;	Pessoa	05
095	Manutenção da Atualização Cadastral do CADUNICO das famílias beneficiárias dos Programas Sociais (Bolsa Família, Habitação. Tarifa Social de Energia Elétrica, Contribuição Prev. Dona de Casa entre outros).	Família	1300
096	Manutenção do Apoio ao Controle social com Recursos do IGD/BBF – meta 3% recursos	Conselheiros de Assistência Social	14
097	Inclusão de benefícios para os programas de tarifa social, energia elétrica, cursos profissionalizantes, benefícios de prestação continuada, habitação de Interesse Social, contribuição previdenciária para donas de casa, isenção de taxas de inscrição para concursos públicos, telefone fixo;	Família	200
098	Garantir o atendimento do público prioritário em atividades de contra turno (Oficina de Marcenaria)	Criança/Adolescente	25
099	Dar continuidade no programa BPC na Escola	Criança/ Adolescente	35
100	Garantir o atendimento do público prioritário em atividades de contra turno (Tae Ken Do)	Criança / Adolescente	50
101	Garantir o atendimento do público prioritário em atividades de contra turno (Escola de Artes)	Criança / Adolescente	30
102	Garantir o atendimento do público prioritário em atividades de contra turno (Dança)	Criança / Adolescente	30
103	Garantir o atendimento do público prioritário em atividades de contra turno (Informático)	Criança / Adolescente	90
104	Garantir o atendimento do público prioritário em atividades de contra turno (Dança de rua – HIP HOP)	Criança / Adolescente	30
105	Garantir o atendimento do público prioritário em atividades de contra turno (Grafiteagem)	Criança / Adolescente	30
106	Garantir o atendimento do público prioritário em atividades de contra turno (Teatro)	Criança / Adolescente	30
107	Implantação estrutura física e Humana para o Centro Dia para acolhimento de pessoas idosas	Idosos	30
108	Estabelecer Convênios com as Entidades da Rede Prestadoras de Serviços	Idoso/Jovem	40
109	Implantar as Diretorias de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Técnicos	02
110	Implantação de Serviço de Acolhimento Institucional Provisório para Adultos e famílias (conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais) – Casa de Passagem;	Adulto Família	01
111	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	Criança Adolescente	02

IV- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE

Objetivos:

Viabilizar, coordenar e controlar os objetivos e metas programadas pelo Prefeito; assessorar o Chefe do Executivo nas relações com os diversos segmentos na sociedade e na sua representatividade diante dos setores e autoridades municipais, estaduais e federais; coordenar, repassar recursos e controlar as atividades executadas pelos órgãos da Administração indireta; modernizar a estrutura administrativa do Executivo Municipal; executar atividades de natureza administrativa, jurídica e de recursos humanos; avaliar e proceder ajustes nas estruturas de pessoal face às metas estabelecidas neste plano; readequar plano de carreira para os servidores municipais; implantar programa de capacitação de recursos humanos; executar os processos de aquisição, armazenagem e distribuição de materiais; maximizar os serviços de natureza administrativa; proceder desapropriação de imóveis declarados de interesse social; modernizar e operacionalizar o sistema de tributação e fiscalização; garantir a execução e qualidade dos serviços prestados à sociedade. Coordenar as ações ligadas ao Esporte e à Cultura.

Principais metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
112	Aquisição de veículo 0 km;	Veículo	01
113	Cursos de formação e capacitação;	Curso	15
114	Aquisição de computador;	Computador	04
115	Aquisição de impressora a laser;	Impressora	02

116	Aquisição de impressora multifuncional;	Impressora	04
117	Aquisição de câmera digital;	Câmera	01
118	Aquisição de mesas auxiliares com gavetas;	Mesas	02
119	Aquisição de bebedouro elétrico (água natural e gelada);	Bebedouro	01
120	Aquisição de mesa em L com gavetas;	Mesas	02
121	Aquisição de mesas para computadores;	Mesas	02
122	Aquisição de armários;	Armários	01
123	Cadeira giratória;	Cadeira	05
124	Aquisição de coletes (Defesa Civil);	Coletes	05
125	Aquisição camisetas (Defesa Civil);	Camisas	05
126	Aquisição de jardineiras padrão (Defesa Civil);	Calças	05
127	Aquisição de GPS;	GPS	01
128	Aquisição de coletes salva-vidas;	Coletes	05
129	Aquisição de material didático e educativo para educação de trânsito. (cartilhas);	Cartilhas	2000
130	Aquisição de material didático e educativo para educação de trânsito. (folders);	Folder	15000
131	Aquisição de material didático e educativo para educação escolar da Defesa Civil, para uso com publico. (cartilhas);	Cartilhas	200
132	Aquisição de material didático e educativo para educação escolar da Defesa Civil, para uso com publico. (folders);	Folders	200
133	Fitas Zebradas com descrição impressa;	Fitas	05
134	Aquisição de rolos de lona preta;	Lonas	02
135	Aquisição de telhas e amianto;	Eternit	200
136	Escada de alumínio com 03 metros ou mais;	Escada	01
137	Moto serra;	Moto serra	01
138	Aquisição de rolos de cordas;	Corda	01
139	Aquisição de lanternas de led;	Lanterna	02
140	Aquisição de uniformes para agentes de trânsito;	Uniforme	10
141	Aquisição de uniformes completos e botinas;	Uniforme	10
142	Implantação de fiscalização eletrônica;	Radar	01
143	Aquisição de conjunto semafórico;	Semáforo	01
144	Aquisição de semipórticos educativos;	Semipórtico	10
145	Aquisição de pórticos;	Pórticos	03
146	Aquisição de cavaletes de aço;	Cavalete	20
147	Aquisição de cones de sinalização;	Cones	150
148	Aquisição de cadeiras estofadas;	Cadeira	02
149	Aquisição de roçadeira;	Roçadeira	02
150	Manutenção das persianas;	Manutenção	02
151	Participação em congressos, fóruns e seminários;	Capacitação	05

IV. I - ESPORTE

Objetivos:

Apoiar e promover o desenvolvimento de atividades de desporto e lazer comunitário. Desenvolver ações que oportunizem crianças e adolescentes a praticarem esportes e participarem de competições. Apoiar o esporte amador. Desenvolver programas esportivos que integrem a comunidade com atividades próprias aos grupos da terceira idade.

Principais Metas:

Item	Especificação		2016
152	Realizar Festivais de férias;	Festivais	02
153	Realizar torneios diversos;	Torneios	01
154	Manutenção de praças esportivas;	Praças	01
155	Participar dos jogos escolares de SC – JESC;	Evento	01
156	Participar dos jogos abertos de SC – JASQUINHOS;	Evento	01
157	Participar dos jogos abertos de SC – JASC;	Evento	01
158	Participar das olimpíadas escolares de SC – OLESC;	Evento	01

IV. II - COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Objetivos:

Viabilizar o atendimento ao público externo, coordenar a ações de assistência às vítimas de catástrofes, controlar os objetivos e metas programados pela Defesa Civil, no âmbito Municipal, Estadual e Federal; assessorar ao Chefe do Executivo nas relações com os diversos segmentos no âmbito da Defesa Civil e as ações de caráter preventivo, a fim de minimizar os danos decorrentes de eventos diversos de qualquer natureza.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
159	Cursos de formação e capacitação de agentes da Defesa Civil	Curso	03
160	Aquisição de motor de popa 25 HP	Motor de popa	01
161	Aquisição de armários para guardar materiais diversos	Armário	01
162	Aquisição de cadeiras giratórias	Cadeira	01
163	Aquisição de coletes identificação padrão para Defesa Civil Tamanho P M G	Colete	05
164	Aquisição de camisetas pólo padrão Defesa Civil tamanho P M G	Camiseta	05
165	Aquisição de jardineiras padrão Defesa Civil tamanho P M G	Calça	05
166	Botes de alumínio tamanho 7m8m e 9 metros. Para uso em ações da Defesa Civil	Bote	01
167	Aquisição de GPS para Defesa Civil	GPS	01
168	Aquisição de coletes salva vidas padrão Defesa Civil salvamento/resgate tamanho P M G	Colete	05
169	Aquisição de remos cabo de alumínio para embarcações da Defesa Civil	Remos	03
170	Participação dos agentes de Defesa Civil em congressos, Fóruns e Seminários de Defesa Civil.	Congressos, Seminários e Fóruns.	05
171	Aquisição de material Didático, educativo para educação escolar da Defesa Civil, para uso com o público em geral	Cartilhas	200
172	Aquisição de material Didático, educativo para educação escolar da Defesa Civil, para uso com o público em geral	Folders	200
173	Fitas zebradas com a descrição impressa de "local interditado Defesa Civil" para isolamento de área de risco.	Fita zebrada	05
174	Aquisição de 08(oito) rolos de lona preta 200 micras para assistência as vitima de catástrofe em ações da Defesa Civil	Lona preta	02
175	Aquisição de Telhas de Amianto (Eternit) 4mm X 0,50X 2,44 para ações da Defesa Civil	Eternit	200
176	Escada de Alumínio com 3m ou mais	Escada	01
177	Moto serra com sabre de 0,70	Moto serra	01
178	Facão de vários tamanhos	Facão	02
179	Aquisição de rolo de cordas para utilização em ações da Defesa Civil	Rolo de corda	01
180	Aquisição de lanternas de (LED) a pilha para uso em ações da Defesa Civil	Lanternas	03

IV. IV- CPD

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
181	Infraestrutura de Rede	Rede	01
182	Computadores (Completo)	Computador	08
183	Impressoras Laser Pequenas	Impressora	04
184	Impressora Laser Grande	Impressora	01
185	Impressora Laser Multifuncional	Impressora	01
186	Tubos de DVD c/ 50	DVD	04
187	Tubos de CD c/ 100	CD	02
188	Kit Teclado/Mouse	Informática	20
189	Material de Consumo	Material	01
190	Nobreak Grande Porte (p/ Servidor)	Nobreak	01
191	Equipamento para Substituição (Fonte, HD, etc)	Equipamento	01
192	Licença Windows 2008	Licença	08
193	Continuação do licenciamento dos computadores	Licença	01
194	Continuação das melhorias da Infraestrutura de Rede;	Rede	01
195	Manutenção dos equipamentos existentes;	Equipamento	01
196	Troca dos computadores mais antigos;	Computador	01
197	Melhoria suprimento de energia do servidor;	Servidor	01

V- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Objetivos:

A Secretaria de Planejamento no Município de Porto União está envolvida na área de engenharia, urbanismo, aprovação de projetos de construções, elaboração de projetos de obras públicas, acompanhamento e execução das mesmas.

Participação na elaboração do PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA-Lei Orçamentária Anual. Execução de Serviços topográficos, avaliação de imóveis, elaboração de processos (projeto) para solicitação de recursos Federais e Estaduais. Estão vinculados à Secretaria de Planejamento os seguintes setores: Diretoria de Arquitetura e Engenharia, Supervisão de Topografia e Coordenação de Planejamento, Fiscalização e Execução de Obras (responsabilidade Técnica), aprovação de conclusão de obras, implantação e acompanhamento da base cartográfica digital.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
198	Aquisição de impressora Multifuncional Laser Colorida;	Impressora	01
199	Aquisição de Notebook;	Notebook	01
200	Aquisição de computadores de mesa;	Computador	04
201	Aquisição de ventiladores;	Ventilador	01
202	Cursos de capacitação profissional nas áreas de engenharia; orçamento; topografia; pavimentação asfáltica; esfinge-obra; licitações; planejamento urbano; arquitetura e demais cursos relacionados a gestão pública;	Curso	20
203	Aquisição de livros técnicos nas diversas áreas de engenharia (pavimentação, orçamentos, elétrica, hidráulica, etc);	Livro	10
204	Aquisição de normas técnicas – ABNT;	Normas Técnicas	10
205	Recursos para participação em feiras e exposições a nível regional, estadual e nacional, na área de construção civil e afins;	Participação	05
206	Aquisição de mesas completas para trabalho;	Mesa	03
207	Ação de controle da ocupação do solo no Morro da Cruz;	Ação	01
208	Aquisição de software de engenharia;	Software	04
209	Aquisição de estação total para levantamento planialtimétrico;	Aparelho	01
210	Aquisição de GPS profissional	Aparelho	01
211	Aquisição Trena Eletrônica	Aparelho	01

VI- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE**Objetivos:**

Coordenar as ações ligadas à programação e execução orçamentária e financeira, exercer o controle do patrimônio, administrar a tesouraria, controlar os pagamentos, a dívida do município, observar a ordem dos precatórios, exercer o controle interno e outras atividades pertinentes.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
212	Aquisição de computadores;	Computador	03
213	Aquisição de mesas em L;	Mesa	05
214	Aquisição de calculadoras;	Calculadora	06
215	Aquisição de armário embutido;	Armário	01
216	Aquisição de impressoras;	Impressora	01

VII- SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**Objetivos:**

Dotar a rede municipal de educação e cultura dos meios necessários à manutenção e melhoria da Educação Básica; fortalecer o ciclo básico de alfabetização; promover a capacitação profissional do quadro de pessoal que atua no ensino municipal; desenvolver ações para valorização do magistério; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural através do transporte escolar; manter e aprimorar o serviço de merenda escolar; incentivar a implantação de hortas em escolas; implantar e/ou apoiar cursos profissionalizantes para jovens e adultos; construir, ampliar e reformar escolas; promover o desporto educacional escolar; construir canchas poliesportivas em escolas; apoiar eventos culturais, comemorativos e de lazer popular, administrar juntamente com a Secretaria de Finanças os recursos do FUNDEB.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
217	Adequação ou aquisição de novos espaços escolares com vistas à municipalização do ensino fundamental;	Escolas	01
218	Aquisição de veículos para atendimento da equipe pedagógica e multidisciplinar nas unidades escolares (02 veículos leves e 02 veículos utilitários);	Veículo	01
219	Aquisição de notebook;	Notebook	01
220	Aquisição de kit multimídia;	Kit Multimídia	01
221	Aquisição de enceradeira;	Enceradeira	03
222	Contratar instituição para efetuar avaliação institucional;	Contrato	01
223	Contratar empresa para efetuar o teste seletivo anual;	Contrato	01
224	Assegurar a utilização periódica de ferramentas ou instrumentos para conhecimento da situação administrativa, de pessoal e da infra-estrutura das escolas da rede e da própria secretaria, e utilizar os resultados no planejamento da gestão educacional do município;	LSE	01
225	Instituir Programa Municipal Dinheiro Direto Escolar (PMDDE) garantindo o repasse direto de verbas para manutenção e melhorias nas unidades educacionais, oportunizando maior autonomia as mesmas;	Programa	01
	Núcleo Educacional João Fernando Sobral		

226	Aquisição de equipamentos de informática para a equipe técnica-administrativa e pedagógica;	Equipamento informática	01
	Núcleo Educacional Frei Deodato		
227	Reforma no telhado;	Telhado	01
228	Pintura Externa e Interna;	Pintura	02
229	Aquisição de equipamentos de informática para a equipe técnica-administrativa e pedagógica;	Equipamento informática	03
230	Aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Informática;	Equipamento Informática	12
231	Aquisição de armário grande;	Armário	02
232	Aquisição de mesa e cadeira para professor;	Mesa e cadeira	02
233	Aquisição de ventilador de teto;	Ventilador	08
234	Aquisição de exaustor;	Exaustor	01
235	Aquisição de coifa;	Coifa	01
236	Aquisição de torneira elétrica;	Torneira Elétrica	01
237	Aquisição de aparelho microondas;	Microondas	01
238	Aquisição de centrifuga extratora de suco;	Centrifuga de suco	01
239	Aquisição de cilindro elétrico para massas e Paes;	Cilindro	01
240	Aquisição de batedeira;	Batedeira	01
241	Aquisição de liquidificador;	Liquidificador	01
242	Colocação de tela nas janelas;	Tela	10
243	Colocação de porta telada sistema vai-e-vem na cozinha;	Porta	01
	Núcleo Educacional da Lança		
244	Construção de sala para informática	Sala	01
245	Construção Parque Infantil	Parque	01
246	Consertos na quadra coberta: fixar as traves de postes para as demais modalidades e conserto nas portas	Reforma	01
247	Reforma nas portas do refeitório e dos banheiros	Reforma	01
	Núcleo Educacional São Pedro do Timbó		
248	Aquisição de equipamentos de informática para a equipe técnica-administrativa e pedagógica	Equipamento Informática	01
249	Aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Informática	Equipamento Informática	06
250	Aquisição de cadeiras (1º ano ens. Fund. 9 anos)	Cadeira	20
251	Aquisição de carteiras (1º ano ens. Fund. 9 anos)	Carteira	20
252	Aquisição de armário grande	Armário	01
253	Aquisição de mesa e cadeira para professor	Mesa e cadeira	01
254	Aquisição de ventilador de teto	Ventilador	04
255	Aquisição de aquecedor elétrico	Aquecedor	08
256	Aquisição de exaustor	Exaustor	01
257	Aquisição de coifa	Coifa	01
258	Aquisição de torneira elétrica	Torneira elétrica	01
259	Aquisição de aparelho microondas	Microondas	01
260	Aquisição de centrifuga extratora de suco	Centrifuga	01
261	Aquisição de forno elétrico	Forno	01
262	Aquisição de cilindro elétrico para massas e Pães	Cilindro	01
263	Aquisição de batedeira Industrial	Batedeira	01
264	Aquisição de liquidificador	Liquidificador\	01
265	Colocação de tela nas janelas	Telas	10
266	Colocação de porta telada sistema vai-e-vem na cozinha.	Porta	01
	Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente		
267	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01
268	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01
269	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01
270	Dedetização	Serviço	01
271	Qualificação de servidores	Curso	01
272	Formação continua para professores	Curso	01
273	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit material	01
274	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedos	01
275	Aquisição de material didático para os alunos	Material	100

276	Aquisição de material de limpeza	Material	03
277	Aquisição de material de higiene	Material	03
278	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11
279	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01
280	Construção de pátio coberto	Construção	01
281	Aquisição de caixa de som amplificada com microfone	Equipamento	01
282	Aquisição de azulejos para revestimentos das paredes da cozinha	Material	01
283	Armários para salas de aula	Equipamento	01
284	Ventiladores de teto e parede e circuladores de ar	Equipamento	03
285	Aquisição de tapetes emborrachados para as salas de aula	Material	06
286	Aquisições de colchões	Material	25
	Berçário Maria Luiza Waldraff		
287	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01
288	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01
289	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01
290	Dedetização	Serviço	01
291	Qualificação de servidores	Curso	01
292	Formação continua para professores	Curso	01
293	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit Material	01
294	Aquisição de material didático para os alunos	Material	50
295	Aquisição de material de limpeza	Material	03
296	Aquisição de material de higiene	Material	03
297	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11
298	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01
299	Aquisição de impressora multifuncional	Equipamento	01
300	Aquisição de computador	Equipamento	01
301	Aquisição de aparelho de som	Equipamento	01
302	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Construção	01
303	Aquisição de portão eletrônico	Equipamento	01
304	Conjunto de mesa e cadeiras para reuniões	Equipamento	06
	Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz		
305	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01
306	Dedetização	Serviço	01
307	Qualificação de servidores	Curso	01
308	Formação continua para professores	Curso	01
309	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01
310	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedos	01
311	Aquisição de material didático para os alunos	Material	130
312	Aquisição de material de limpeza	Material	03
313	Aquisição de material de higiene	Material	03
314	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11
315	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01
316	Aquisições de colchões	Material	50
317	Aquisição de espelhos	Material	05
	Núcleo de Educação Infantil Arco-Íris		
318	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01
319	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01
320	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01
321	Dedetização	Serviço	01
322	Qualificação de servidores	Curso	01
323	Formação continua para professores	Curso	01
324	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01
325	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedo	01
326	Aquisição de material didático para os alunos	Material	150
327	Aquisição de material de limpeza	Material	03
328	Aquisição de material de higiene	Material	03
329	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimento	11
330	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01

331	Aquisição de impressora multifuncional	Equipamento	01
332	Aquisição de computador	Equipamento	01
333	Armários para as salas de aula	Equipamento	03
334	Aquisição de lavadora de alta pressão	Equipamento	01
335	Aquisição de 01 mesa e 02 bancos para refeitório	Equipamento	01
336	Aquisição de geladeira	Equipamento	01
337	Aquisição de enceradeira	Equipamento	01
	Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado		
338	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01
339	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01
340	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01
341	Dedetização	Serviço	01
342	Qualificação de servidores	Curso	01
343	Formação continua para professores	Curso	01
344	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de Material	01
345	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedos	01
346	Aquisição de material didático para os alunos	Material	80
347	Aquisição de material de limpeza	Material	03
348	Aquisição de material de higiene	Material	03
349	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11
350	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01
351	Aquisição de caixa de som amplificada com microfone	Equipamento	01
352	Aquisição de moveis para a secretaria – cadeira e mesa	Equipamento	04
353	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Equipamento	01
354	Aquisição e instalação de portão eletrônico	Equipamento	01
	Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico		
355	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01
356	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01
357	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01
358	Dedetização	Serviço	01
359	Qualificação de servidores	Curso	01
360	Formação continua para professores	Curso	01
361	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01
362	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedo	01
363	Aquisição de material didático para os alunos	Material	60
364	Aquisição de material de limpeza	Material	03
365	Aquisição de material de higiene	Material	03
366	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11
367	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01
	Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida		
368	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01
369	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01
370	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01
371	Dedetização	Serviço	01
372	Qualificação de servidores	Curso	01
373	Formação continua para professores	Curso	01
374	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01
375	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedo	01
376	Aquisição de material didático para os alunos	Material	100
377	Aquisição de material de limpeza	Material	03
378	Aquisição de material de higiene	Material	03
379	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11
380	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01
381	Reforma do parque	Reforma	01
	Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria		
382	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01

383	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01
384	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01
385	Dedetização	Serviço	01
386	Qualificação de servidores	Curso	01
387	Formação continua para professores	Curso	01
388	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01
389	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedo	01
390	Aquisição de material didático para os alunos	Material	100
391	Aquisição de material de limpeza	Material	03
392	Aquisição de material de higiene	Material	03
393	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11
394	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01
395	Reforma no parque infantil	Reforma	01
396	Aquisição e instalação de portão eletrônico	Equipamento	01
397	Aquisição de conjunto de mesa e cadeiras para reunião	Equipamento	01
	Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner		
398	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01
399	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01
400	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01
401	Dedetização	Serviço	01
402	Qualificação de servidores	Curso	01
403	Formação continua para professores	Curso	01
404	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01
405	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedo	01
406	Aquisição de material didático para os alunos	Material	80
407	Aquisição de material de limpeza	Material	03
408	Aquisição de material de higiene	Material	03
409	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11
410	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01
411	Aquisição de geladeira	Equipamento	01
412	Construção de toldo de acesso do portão a entrada	Construção	01
413	Substituição de janelas	Construção	12
414	Substituição de pisos nas salas de aula	Reforma	01
415	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Equipamento	01
416	Aquisição e instalação de portão eletrônico	Equipamento	01
	Núcleo de Educação Infantil Moranguinho		
417	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01
418	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01
419	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01
420	Dedetização	Serviço	01
421	Qualificação de servidores	Curso	01
422	Formação continua para professores	Curso	01
423	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01
424	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedo	01
425	Aquisição de material didático para os alunos	Material	100
426	Aquisição de material de limpeza	Material	03
427	Aquisição de material de higiene	Material	03
428	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11
429	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01
430	Pisos e calçadas	Construção	01
	Núcleo de Educação Infantil Lina Sander		
431	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01
432	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01
433	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01
434	Dedetização	Serviço	01
435	Qualificação de servidores	Curso	01
436	Formação continua para professores	Curso	01
437	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01

438	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedo	01
439	Aquisição de material didático para os alunos	Material	50
440	Aquisição de material de limpeza	Material	03
441	Aquisição de material de higiene	Material	03
442	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11
443	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01
444	Aquisição de grades e portões	Material	01
445	Aterro no terreno nos fundos d núcleo	Aterro	01
	Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança		
446	Aquisição de mobiliário e equipamentos	Equipamento	01
447	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01
448	Aquisição de material de consumo	Material	01
449	Dedetização	Serviço	01
450	Formação continuada para professores	Curso	01
451	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01
452	Aquisição de material didático para os alunos	Material	100
453	Aquisição de material de limpeza	Material	03
454	Aquisição de material de higiene	Material	03
455	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimento	11
456	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01
	Núcleo de Educação Infantil do Bairro São Francisco		
457	Aquisição de mobiliário e equipamentos	Equipamento	01
458	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01
459	Dedetização	Serviço	01
460	Qualificação de serviços	Curso	01
461	Formação continuada para professores	Curso	01
462	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01
463	Aquisição de material didático para os alunos	Material	100
464	Aquisição de material de limpeza	Material	03
465	Aquisição de material de higiene	Material	03
466	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11
467	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01

PRÉ-ESCOLAS MUNICIPAIS QUE FUNCIONAM JUNTO AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL:

N.E FREI DEODATO = 01 TURMA

N.E DA LANÇA = 01 TURMA

N.E SÃO PEDRO DO TIMBÓ = 01 TURMA

N.E DO LEGRU = 01 TURMA

468	Formação continua para professores	Curso	01
469	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	04
470	Aquisição de material didático para os alunos	Material	80
471	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11
472	Aquisição de uniformes	Vestuário	80
473	Aquisição de espelhos para salas de aula	Material	01
474	Aquisição de mesinhas e cadeirinhas	Equipamento	01

VIII- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objetivos:

Desenvolver ações de saúde pública e elevar os níveis de atendimento à população do Município, de forma a reduzir os custos sociais resultantes da falta de prevenção; proporcionar atendimento médico básico a toda população; operacionalizar as ações do Sistema Único de Saúde, através do atendimento médico ambulatorial e hospitalar; promover transportes em ambulância e outros veículos, quando necessário atendimento em outras cidades; executar programas preventivos de saúde materno/infantil, de higiene bucal e de combate ao uso de drogas; realizar exames laboratoriais; distribuir medicamentos da cesta básica aos usuários dos SUS, fornecer medicamentos que não fazem parte da cesta básica para pessoas carentes; executar campanhas de vacinação; desenvolver ações para combate e prevenção de doenças diarreicas, de infecções respiratórias e de doenças previsíveis por imunização; e implementar ações de vigilância sanitária, ambiental e epidemiológica.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
475	Gerenciar e manter em funcionamento os postos de saúde existentes;	Posto de Saúde	15
476	Gerenciar e manter em funcionamento a Policlínica e o Pronto Atendimento Municipal;	Unidade de Saúde	02
477	Promover o atendimento ambulatorial das especialidades médicas relativas à atenção básica;	Consulta	61.000
478	Promover o atendimento ambulatorial de especialidades médicas de ortopedia, cardiologia, dermatologia, infectologia, gastroenterologia, otorrinolaringologia, urologia, neurologia e endocrinologia. (Consultas);	Consulta	27.000
479	Fornecer medicamentos que não fazem parte da Farmácia Básica, para pessoas carentes, prescritos por profissionais da rede pública, mediante avaliação sócio-econômica;	Pessoa	500
480	Promover a dispensação de medicamentos da Farmácia Básica em todas as Unidades de Saúde do Município;	Pessoa	30.600
481	Autorizar exames laboratoriais, radiodiagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (ultra-sonografia);	Exame	600
482	Autorizar exames laboratoriais, radiodiagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (tomografias);	Exame	350
483	Autorizar exames laboratoriais, radiodiagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (diagnoses);	Exame	1.000
484	Autorizar exames laboratoriais, radiodiagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (fisioterapias);	Exame	1.000
485	Autorizar exames laboratoriais, radiodiagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (terapias em ginecologia);	Exame	250
486	Autorizar exames laboratoriais, radiodiagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (laboratoriais);	Exames	64.000
487	Garantir o transporte de pacientes para o tratamento de saúde em outras localidades;	Pessoa	4.600
488	Promover a vacinação de crianças e adultos de acordo com orientações preconizadas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde (crianças SISVAN);	Pessoa	1.200
489	Promover a vacinação de crianças e adultos de acordo com orientações preconizadas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde (adultos geral);	Pessoa	500
490	Realizar as campanhas de vacinação promovidas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde - para crianças;	Pessoa	8.900
491	Realizar as campanhas de vacinação promovidas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde - para adultos;	Pessoa	2.500
492	Fiscalizar e apoiar na orientação sanitária de bares, restaurantes, mercados e outros estabelecimentos, por meio da Vigilância Sanitária Municipal;	Estabelecimento	300
493	Realizar atendimento por equipe técnica multidisciplinar de usuários de substâncias psicoativas (álcool e drogas) e transtornos mentais, pelo acesso ao trabalho, lazer, direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários, buscando a ressocialização por meio dos mecanismos disponíveis na rede integrada de atendimento do Programa de Saúde Mental do Município e de conformidade com a metodologia preconizada pelo Ministério da Saúde;	Usuários	180
494	Realizar a contratação de profissionais da saúde por prazo determinado em situação de urgência e emergência, quando não existir reserva técnica de concurso público municipal;	Contrato	15
495	Manter e aperfeiçoar o funcionamento dos programas institucionais de saúde implantados; Saúde da Mulher; Saúde da Criança; Hipertensão; Saúde Mental; Saúde Bucal; Agentes Comunitários de Saúde; ESF; Saúde do Homem; Saúde do Idoso; Tabagismo; Saúde Profissional; CEO;	Programas	10
496	Promover a implantação de novos programas institucionais de saúde; Saúde do Trabalhador, Saúde Sistema Penitenciário, Saúde Adolescentes e Jovens Saúde da pessoa com deficiência;	Programas	06
497	Implantar e estruturar a fiscalização da média complexidade na Vigilância Sanitária do Município (farmacêutico, engenheiro civil, técnico em segurança, agente administrativo);	Pessoa	04
498	Manter em funcionamento os consultórios odontológicos;	Consultório	13
499	Manter em funcionamento os consultórios médicos e de enfermagem;	Consultório	38
500	Manter convênio com Hospital de Caridade São Braz objetivando garantir a complementação da assistência à população (consultas, procedimentos ambulatoriais e exames nas respectivas quantidades previstas no convenio);	Convenio	01
501	Promover e/ou contratar cursos de capacitação, desenvolvimento e reciclagem para servidores da saúde;	Cursos	25
502	Adquirir veículo tipo VAN, com capacidade para 15 pacientes (ESF São Miguel);	Veículo	01
503	Adquirir veículo tipo VAN, com capacidade para 15 pacientes (Estratégia Saúde da Família Santa Cruz);	Veículo	01
504	Adquirir de veículo Sedan para transporte de pacientes no município (PSF/Outros);	Veículo	02
505	Adquirir mobiliários e equipamentos para a UBS do Bairro Jardim Bela Vista;	Equipamento e Mobiliário	10
506	Adquirir microcomputadores para as Unidades de Saúde;	Unidade	15
507	Adquirir impressoras para as Unidades de Saúde;	Unidade	07
508	Estruturar com móveis e equipamentos o novo Posto de Saúde do bairro Jardim Bela Vista;	Unidade	12

509	Adquirir veículo tipo VAN, com capacidade para 15 pacientes (P/ TFD);	Veiculo	01
510	Adquirir veículo tipo Ambulância;	Veiculo	01
511	Adquirir mobiliários e equipamentos para a UBS do Bairro São Pedro;	Equipamento e Mobiliário	01
512	Adquirir mobiliários e equipamentos para a UBS do Bairro Área Industrial;	Equipamento e Mobiliário	01

IX- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Objetivos:

Planejar e apoiar a construção de conjuntos habitacionais; conservar e proceder melhorias em parques, praças, ruas urbanas e outros logradouros públicos; executar obras de saneamento urbano, construção de pontes e pavimentação de ruas e arborizar parques, praças e ruas; conservar e ampliar estradas vicinais; construir, ampliar e/ou reformar prédios públicos, executar serviços de limpeza pública e coleta de lixo; operacionalizar, ampliar e conservar o cemitério municipal; operacionalizar o serviço funerário; executar a manutenção e ampliação da rede de iluminação pública; executar obras de saneamento básico, galerias de águas pluviais, construir e conservar pontes, proceder dragagem de rios e córregos; apoiar a ampliação da rede de distribuição de água e iniciar a implantação da rede de coleta e tratamento de esgoto; apoiar a regulamentação do consórcio intermunicipal de transporte coletivo, saneamento, operacionalização de coleta e destinação de resíduos sólidos

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
513	Construção e troca de pontes de madeira por pontes de concreto na região de Santa Cruz, Nova Galícia, Santa Maria, Jangada,	Construção	10
514	Pavimentação com asfalto ou calçamento em duas ruas do centro, bairros e conjunto habitacional e distritos;	Pavimentação	15
515	Manutenção das estradas do interior com alargamento, limpeza dos bueiros e colocação de bica corrida;	Manutenção	2600
516	Aquisição de um britador móvel para manutenção de estradas no interior e ruas;	Aquisição	01
517	Remodelação da ciclovia e pista de pedestres com iluminação urbana, tubulação e drenagem (saneamento básico)	Remodelação	5 km
518	Construção de pista de skate;	Construção	01
519	Construção de pista de bicicross	Construção	01
520	Instalação de parques, praças, mirantes, academias ao ar livre;	Instalação	05
521	Construção de canchas poliesportivas, campos e ginásios de esportes;	Construção	02
522	Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos;	Aquisição	03
523	Aquisição de veículo	Veículos	02
524	Implantação de coleta e tratamento de esgoto sanitário no município;	Implantação e Tratamento	01
525	Implantação e construção de projetos e execução de mobilidade urbana: Passeis, ciclovias e acessos para portadores de necessidades especiais (ação);	Implantação e construção	01
526	Construção de portais e pórtilcos;	Construção	01
527	Implantação de galerias de águas pluviais;	Implantação	10
528	Construção e manutenção de abrigos de passageiros	Construção	10
529	Implantação de Parque Ambiental	Parque	02
530	Construção ou remodelação da Rodoviária e do Terminal Urbano;	Construção	01
531	Implantação de semáforos para pedestres;	Semáforos	03
532	Melhoria na Balsa;	Balsa	01
533	Readequação estrutural soci-alvas	Soci-alvas	01
534	Implantação e monitoramento de sistema de veículo e equipamento via satélite;	Monitoramento	01
535	Construção de Capela Mortuária	Construção	02
536	Britador móvel	Britador	01

X- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

Objetivos:

Apoiar e incentivar a implantação de novas indústrias e estimular o desenvolvimento do comércio e do setor de serviços visando à ampliação da oferta de empregos e a geração de rendas no município, promover ações de divulgação das potencialidades e recursos do município; participar das atividades e ações da Incubadora Industrial de Porto União e prover os incentivos estabelecidos na Legislação Municipal.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
537	Parceria para construção de aeroporto;	Parceria	01
538	Promoção de cursos técnicos em parceria com o SENAI e SENAC;	Curso	10
539	Construção de Centro de eventos	Construção	01
540	Estudo de terrenos apropriados para a instalação de nova Área Industrial	Instalação	01
541	Inclusão de programas de educação ambiental em escolas e entidades.	Programa	01
542	Realização de fiscalização em parceria com a Defesa Civil nas áreas de preservação permanente e áreas de risco.	Fiscalização	01

543	Acompanhar o funcionamento do Aterro Sanitário Municipal e procurar novas alternativas para a destinação final do lixo.	Aterro	01
544	Campanhas de conscientização sobre o meio ambiente;	Campanha	01
545	Campanhas de divulgação do Município e sua produção industrial e Agropecuária.	Campanha	01
546	Estudo para instalação de usina de reciclagem de resíduos da construção civil e resíduos de podas.	Usina de reciclagem	01
547	Confecção de materiais de divulgação relacionadas a Secretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente.	Material	01
548	Concessão de incentivos à Indústria e Comércio.	Concessão	01
549	Estudo para implantação de fibras óptica para viabilizar o acesso a internet aos Municípios.	Estudo	01
550	Parceria com a Fatma, Copel e outras entidades para a criação do Parque Ambiental Municipal na região do Balneário.	Parque Ambiental	01

XI- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Objetivos:

Apoiar e incentivar a implantação de novas indústrias e estimular o desenvolvimento do comércio e do setor de serviços, visando a ampliação da oferta de empregos e a geração de renda no município; promover e fiscalizar ações de acordo com a legislação ambiental em vigor e que visem o desenvolvimento sustentável do Município.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
	LINHA ROSA		
551	Ponte sobre o Rio dos Pardos – no 25 de Julho;	Construção	01
552	Aterro – Ponte com galeria;	Aterro	01
553	Aterro – São Pedro próximo à pousada;	Aterro	01
554	Serviços nas Propriedades – horas máquina;	Serviços;	01
555	Acesso às propriedades;	Acesso	01
	São Pedro do Timbó		
556	Serviços nas propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
557	Acesso às propriedades;	Acesso	01
	São Martinho		
558	Estradas em boas condições;	Construção	01
559	Carreta basculante;	Carreta basculante	01
560	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
561	Acesso às propriedades;	Acesso às propriedades;	01
	Rio dos Pardos		
562	Melhoria nas estradas;	Melhoria	01
563	Escarificador;	Escarificador;	01
564	Grade aradora;	Grade aradora	01
565	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
566	Acesso às propriedades;	Estradas	01
	Maratá		
567	Braço valetador;	Braço valetador	01
568	Lâmina traseira;	Lâmina	01
	Jangada		
569	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
570	Acesso às propriedades;	Construção	01
	Aquiles Stenguel		
571	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
572	Acesso às propriedades;	Estrada	01
	Bom Princípio		
573	Colheitadeira;	Colheitadeira	01
574	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
575	Acesso às propriedades;	Estradas	01
	Rio d'areia		
576	Melhoria nas estradas;	Melhoria	01

577	Calcariadeira;	Calcariadeira	
578	Roçadeira;	Roçadeira	
579	Ensiladeira;	Ensiladeira	
580	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
581	Acesso às propriedades;	Estradas	01
	Linha São Francisco		
582	Braço valetador;	Braço valetador	01
583	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
584	Acesso às propriedades;	Estrada	01
	Quati, Campestre e Dois Vizinhos		
585	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
586	Acesso às propriedades;	Estradas	01
	Capão Grande		
587	Projeto de fossas sépticas para chiqueiros e estábulos leiteiros;	Projeto	01
588	Enxada rotativa com canteirador;	Enxada rotativa	01
589	Fita de cortar carne;	Fita de cortar	01
590	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
591	Acesso às propriedades;	Estradas	01
	Rio Tamanduá		
592	Calcariadeira com esteira;	Calcariadeira	01
593	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
594	Acesso às propriedades;	Estrada	01
	Rio Bonito		
595	Mapeamento gratuito dos terrenos rurais;	Mapeamento	01
596	Cursos diversificados para a comunidade;	Cursos	01
597	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços;	01
598	Acesso às propriedades;	Estrada	01
	Cabeceira da Barra Grande		
599	Plantadeira;	Plantadeira	01
600	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
601	Acesso às propriedades;	Estrada	01
	São Miguel da Serra		
602	Pé de pato;	Pé de pato	01
603	Asfalto nas ruas;	Asfalto nas ruas	01
604	Abertura de ruas;	Abertura de ruas	01
605	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
606	Acesso às propriedades;	Estrada	01
	Legru		
607	Cursos diversificados para a comunidade;	Cursos	01
608	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
609	Acesso às propriedades;	Estrada	01
	Lança		
610	Braço valeteador;	Braço valeteador	01
611	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
612	Acesso às propriedades;	estrada	01
	Caçadorzinho		
613	Subsolador;	Subsolador	01
614	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
615	Acesso às propriedades;	Estrada	01
	Avencal		
616	Trator traçado;	Trator traçado	01
617	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01
618	Acesso às propriedades;	Estrada	01

XII- ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**Objetivos:**

Pagamento de aposentados e pensionistas remanescentes a conta do município, pagamento de precatórios, amortização da dívida fundada e pagamento de encargos sociais.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
619	Pagamento aposentados e pensionistas	Aposentados	14mês
620	Pagamento precatório	Precatório	100
621	Amortização Dívida	Contratos	02
622	Pagamento encargos Sociais	Competências	02

XIII- FUNREBOM**Objetivos:**

Prevenção de sinistros, fiscalização de condições de edificações quanto a segurança, socorro a sinistrados e ocorrências relacionadas a sinistros, bem como atendimento pré-hospitalar e transporte de doentes.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
623	Aquisição de equipamento de informática	Equipamento	05
624	Aquisição de equipamentos de proteção	Equipamento	10
625	Aquisição de equipamentos de combate a incêndio	Equipamento	05
626	Aquisição de material de expediente	Material	100
627	Aquisição de equipamentos e materiais para atendimento pré-hospitalar	Equipamento	100
628	Aquisição de equipamentos para resgate e salvamento aquático	Equipamento	05
629	Aquisição de camionete para resgate	Veículo	01
630	Aquisição de mobiliários diversos	Mobiliário	10

XIV – LEGISLATIVO**Objetivos:**

Assegurar o funcionamento da Câmara, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo plenas condições aos Vereadores no exercício de suas funções; legislar, com a sanção do Prefeito, sobre matérias de competência do Município; organizar e administrar os seus serviços internos; exercer externamente o controle sobre a aplicação e prestação de contas dos recursos municipais; revisar periodicamente a legislação municipal e executar outras atividades previstas na Lei Orgânica do Município. Manter a Câmara de Vereadores, com equipamentos e materiais suficientes ao seu pleno funcionamento. Adquirir móveis, veículos e equipamentos, bem como conservar e ampliar as suas instalações. Desenvolver projeto para construção da sede própria do Poder Legislativo e ainda realizar investimentos na área de pessoal proporcionando oportunidades aos servidores e aos 'mediante concurso público.

Principais Metas:

Nº	Especificação	Unidade	2016
631	Realizar Sessões	Ordinárias Extraordinárias Solenes	50 30 04
632	Apresentar Projetos de Lei	Lei	60
	Apresentar Projetos de Decreto	Decreto	50
633	Editar Resoluções Legislativas		40
634	Apreciar Projetos de Lei: Plano Plurianual Lei de Diretrizes Orçamentárias Orçamento – Programa Anual		250 00 01 01
635	Julgar as Contas do Prefeito Municipal;		01
636	Aquisição de Veículo;	Veículo	01
637	Aquisição de Micro-computadores;	Micro computador	05
638	Impressora a laser;	Impressora	04
639	Impressora jato de tinta;	Impressora	04
640	Estabilizador;	Estabilizador	05
641	No-break;	No-break	05
642	Mesa para computador;	Mesa	02
643	Mesa para impressora;	Mesa	05
644	Aparelhos de som;	Aparelho de som	02
645	Microfones;	Mocrifone	05
646	Máquina de calcular;	Máquina de calcular	05
647	Linhas telefônicas;	Linhas telefônicas	06

648	Telefone celular;	Telefone celular	12
649	Escritivaninhas;	Mesa	05
650	Cadeiras;	Cadeiras	04
651	Armários;	Armários	05
652	Sofás;	Sofás	03
653	Bebedouro;	Bebedouro	02
654	Máquina fotográfica profissional;	Máquina fotográfica	01
655	Filmadora;	Filmadora	01
656	Ventilador;	Ventilador	05
657	Cortinas;	Cortinas	05
658	Terreno e construção da sede própria;	construção	01
659	Reforma nas instalações da câmara municipal;	Reforma	02
660	Cursos de aperfeiçoamento e capacitação de pessoal;	Cursos	100
661	Participação dos vereadores em congressos e seminários;	congressos	100
662	Realização de concurso público;	Concurso público	01
663	Mobiliário em geral;	Mobiliário	100
664	Ar-condicionado	Ar-condicionado	07
665	Notebook	Equipamentos	04

XV- PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL A SERVIDORES

Objetivos:

Atender os custos com aposentadorias dos servidores municipais e pensões de seus dependentes através do Fundo de Previdência Municipal, bem como, prestar atendimento médico e social através da AMASPU.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2016
666	Concessão de benefícios (aposentadorias e pensões);	Aposentadorias	20
667	Pagamento de salário-família e salário-maternidade;	Salário	50
668	Pagamento de auxílio doença após 15 dias de atestado, conforme laudo médico;	Auxílio doença	200
669	Assistência medica hospitalar, e exames, conforme tabela médica CBHPM e lei municipal nº 3.233/06, abrangendo segurados, filho e cônjuges (50%);	Assistência	10000
670	Assistência odontológica efetuada no instituto, através de profissionais lícitados;	Assistência	1000
671	Assistência psicológica efetuada no instituto, através de profissionais lícitados;	Assistência	500
672	Manutenção e conservação do prédio do instituto através de pintura, telhado, pisos, reparos nas paredes;	Reforma	01

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 002/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 045/2015 – PREFEITURA

Pregão Eletrônico 002/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

ANA CRISTINA MANJABOSCO - EPP,

R. K. INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA,

DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI – EPP,

COMERCIAL LICITE LTDA – EPP,

JEAN PYER VIVIAN EIRELI – EPP,

METALÚRGICA FREITAS LTDA – EPP e

AÇOMAQ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – ME

Porto União SC, 11 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO 65

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 064/2015 de 24/06/2015.

REGULAMENTA A LEI N. 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PREVISTO NO INCISO XXXIII DO CAPUT DO ART. 5º, NO INCISO II DO § 3º DO ART. 37 E NO & 2º DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 12.527, de 18 de Novembro de 2011.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Pouso Redondo, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 2º. O SIC - Sistema de Informação ao Cidadão funcionará junto a sede administrativa do Município de Pouso Redondo, na Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Bairro Independência, Pouso Redondo, Santa Catarina, e será constituído por servidor ou servidores públicos municipais.

§ 1º. - Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal assegurarão às pessoas físicas ou jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observando os princípios da administração pública e as diretrizes da Lei Federal 12.527/2011.

§ 2º. A Controladoria Interna Municipal terá a missão de orientar e fiscalizar a prestação do SIC - Serviço de Informação ao Cidadão.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS DO SIC

Art. 3º. A Comissão de Avaliação de Informações - CAI, criada no município de Pouso Redondo será constituída por 03 Servidores indicados pelo Prefeito Municipal, sendo um Presidente, um Secretário e um Membro que será a responsável pelo SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, além de orientar a população, informar sobre a tramitação e dos pedidos de informação terá as seguintes competências:

I - receber os pedidos de acesso e, sempre que possível, buscar com os responsáveis de cada área da administração a resposta acerca das solicitações apresentadas para encaminhá-las ao Cidadão.

II - registrar os pedidos de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterà a data da apresentação do pedido; e

III - encaminhar os pedidos recebidos e registrados à unidade

responsável pelo fornecimento da informação ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, quando couber.

CAPÍTULO III

DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Seção I

Dos Pedidos De Informação

Art. 4º. O pedido de informação que poderá ser apresentado tanto por pessoas físicas como jurídicas, será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico no site da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo e deverá conter:

I - nome do requerente;

II - número de CPF - Cadastro de Pessoa Física válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - endereço físico e eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 5º. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - descabidas ou não tenham ligação com a administração pública municipal; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do SIC - Serviço de Informação ao Cidadão.

§ 1º. Na hipótese do inciso III do caput, o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

§ 2º. É facultado ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência física, desde que atendidos requisitos do Artigo 6º.

§ 3º. Mesmo que a solicitação for apresentada pela solicitante em meio físico a Comissão ou área responsável providenciará o seu cadastramento no sistema WEB.

Seção II

Dos Prazos de Respostas

Art. 6º. Recebido o pedido, o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão terá o prazo máximo de até vinte dias para:

I - enviar a informação ao endereço informado;

II - comunicar que não possui a informação ou quando possível, indicar o responsável pela informação ou quem a detenha; ou

III - indicar as razões da negativa, caso a solicitação se enquadre nas hipóteses do Artigo 7º.

§ 1º. Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II.

§ 2º. Quando a manipulação puder prejudicar a integridade de informação ou do documento, o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o regional.

§ 3º. Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 2º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 7º. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 8º. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou outro meio de acesso universal, o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação, desobrigando-se neste caso do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Seção III Dos Custos

Art. 9º. A busca e o fornecimento de informação são gratuitos, havendo necessidade de reprodução de documentos (fotocópias), caberá ao solicitante os custos destes serviços, de acordo com valor de mercado de cada documento solicitado, que deverá ser recolhido antecipadamente por guia própria do Departamento de Tributos.

§ 1º. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Seção IV Da Tramitação do Pedido de Informação

Art. 10. No ato do cadastramento do Pedido de Informação no site da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo será enviada ao requerente comunicação eletrônica contendo o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, a partir da qual se inicia a contagem do prazo de resposta.

§ 1º. Recebido o pedido de Informação pelo SIC, este será encaminhado à área responsável da Entidade através de comunicação eletrônica e classificada quanto a categoria ou assunto a que pertence, de forma a possibilitar o processo de pesquisa pelos cidadãos.

§ 2º. Do encaminhamento da solicitação para a área responsável, de que trata o parágrafo anterior, também se dará conhecimento ao requerente, mediante comunicação eletrônica para o e-mail indicado no formulário da solicitação.

§ 3º. Após a área responsável receber a comunicação eletrônica esta terá o prazo de 05 (cinco) dias para se reunir com a CAI - Comissão de Avaliação da Informação para iniciar os trabalhos de preparação da resposta ao Cidadão.

§ 4º. A resposta da solicitação será primeiramente encaminhada através de e-mail ao requerente e depois publicada no site da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo onde poderá ser consultada pela população em geral.

§ 5º. As respostas das solicitações poderão ser acessadas no Portal de Acesso à Informação no Menu "Solicitações Atendidas".

Art. 11. Para fins de tramitação do Pedido de Informação junto ao CAI - Comissão de Avaliação da Informação, esta poderá ser classificada de acordo com os seguintes "status":

a) Não Analisada - é a solicitação já recebida pela CAI, mas ainda não encaminhada à área responsável;

b) Pendente - é a solicitação já encaminhada à área responsável, ainda não respondida, mas está dentro dos prazos de resposta;

c) Rejeitada ou Negada - é a solicitação que por algum motivo foi considerada descabida, improcedente ou não ter nenhuma ligação com a administração pública.

d) Expirada - é a solicitação ainda não respondida mas que já esgotou os prazos de resposta;

e) Respondida - é a solicitação cuja resposta já foi encaminhada ao requerente;

f) Publicada - é a solicitação cuja resposta já se encontra no Portal de Acesso da Informação para conhecimento da população.

Seção V Dos Pedidos de Recurso

Art. 12. Rejeitado ou Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;
II - possibilidade e prazo de recurso, com a indicação da autoridade hierarquicamente superior ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão que o apreciará;

Art. 13. O SIC - Serviço de Informação ao Cidadão disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso.

Art. 14. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

§ 1º. Verificada a procedência das razões do recurso, a autoridade hierarquicamente superior ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão determinará ao mesmo que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 2º. Negado o acesso à informação pela autoridade hierarquicamente superior ao SIC - Serviço de Informação ao Cidadão poderá o requerente interpor recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do município, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

Art. 15. A autoridade hierarquicamente superior ao SIC no âmbito municipal será representada pela Assessoria Jurídica e a autoridade máxima do município será representada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 16. A título de exemplo podem ser consideradas informações de caráter sigiloso, no âmbito municipal aquelas que possuem dado pessoais cuja divulgação possa violar a intimidade, a vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como conteúdo de envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados.

§ 1º. Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas no caput deste artigo, a classificação se dará baseada na Lei Federal nº 12.527, de 2011.

§ 2º. Os documentos que contenham informações pessoais serão classificados de acordo com o artigo 31, da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

Art. 17. A classificação da informação como sigilosa é de competência:

- I - Prefeito Municipal;
- II - Vice-Prefeito Municipal;
- III - Secretários Municipais e Dirigentes máximos dos órgãos e entidades da Administração Indireta.

Parágrafo único. É vedada a delegação da competência.

Art. 18. A autoridade que classificar informação de caráter sigilosa deverá encaminhar cópia do TCI - Termo de Classificação de Informação, anexo neste Decreto, à CAI - Comissão de Avaliação da Informação no prazo de trinta dias, contado da decisão de classificação ou de ratificação.

CAPÍTULO VI DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 19. A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo Município, serão divulgadas independente de requerimento, no site da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, devendo atender o disposto na Lei Federal de acesso a informação ao cidadão.

Parágrafo Único - Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

- I - registro das competências e estrutura organizacional, endereço e telefone da Administração e horários de atendimento ao público;
- II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III - registros das despesas;
- IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V - dados sobre os Concursos Públicos e Processos Seletivos realizados pelas Entidades da Administração Municipal;
- VI - Informações acerca dos Bens Patrimoniais;
- VII - Informações acerca dos Veículos e Equipamentos da Frota do Município;
- VIII - resposta das solicitações dos cidadãos para conhecimento geral da população;
- IX - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos, eventos e obras de órgãos e entidades.

Art. 20. - Constituem ainda relatórios de Transparência Ativa para divulgação à População:

- I - relatórios contendo os elementos dispostos no artigo 52 da Lei Complementar nº 101 (RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária);
- II - relatórios contendo os elementos dispostos no artigo 55 da Lei Complementar nº 101 (RGF - Relatório de Gestão Fiscal);
- III - Relatórios de que trata a Lei 9.755, de 16 de dezembro de 1998;
- IV - Relatórios da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

- I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
- II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
- III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;
- IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;
- V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;
- VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e
- VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º. Atendido o princípio contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas, para fins do disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, infrações administrativas.

§ 2º. Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa.

Art. 22. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - rescisão do vínculo com o poder público;
- IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurando o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º. A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º. A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do município, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 23. - Ao final de cada exercício, a Administração publicará relatório de que trata o Artigo 30, inciso III, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto nº

061/2015.

Pouso Redondo (SC), 24 de junho de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

ANEXO I

GRAU DE SIGILO DA INFORMAÇÃO

TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Órgão/Entidade: _____

Grau de Sigilo: Ultrassecreto () Secreto () Reservado ()

Categoria: _____

Tipo de Documento: _____

Data de Produção: _____

Fundamento Legal para Classificação: _____

Razões para a Classificação: _____

Prazo para Restrição do Acesso: _____

Data de Classificação: _____

Nome da Autoridade: _____

Classificadora: _____

Cargo: _____

Autoridade Retificadora: _____ Cargo: _____

Assinatura da Autoridade Classificadora

Assinatura da Autoridade Retificadora

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 73/2013

EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO N° 73/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GGF TRANSPORTES LTDA
OBJETO:	Com base no ofício nº 21/2015, de 29 de junho de 2015, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, através de seu Assessor da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, anexado ao presente aditivo, faz-se necessário aditar o Contrato nº 73/2013. O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração do trajeto nº 03, Linha Salto da Praia (vespertino).
VALOR:	Em razão da alteração no trajeto acima descrito, o valor do contrato original passa de R\$ 258,42 (duzentos e cinquenta e oito reais, com quarenta e dois centavos) diários para R\$ 247,14 (duzentos e quarenta e sete reais, com quatorze centavos) diários.
VIGÊNCIA:	30/06/2015, com efeito retroativo a 09/06/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 32/2015

DECRETO Nº. 32 de 16 de junho de 2015.

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU PARA O BIÊNIO (2015-2017) COMO ESPECIFICA:

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Municipal Nº 1389/2013, de 05 de junho de 2013 DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Presidente Nereu como segue:

I - REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

1 - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

CLAUDELICE BELEGANTE – Titular

JAQUELINE PEREIRA DE ANDRADE - Suplente

2 - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

CARINE MARIA DELA BENETA – Titular

VALDEMAR PETRI - Suplente

3 - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

ANDREIA RACHADEL SCHAWFELBERGER– Titular

ANELI SEZERINO LINHARES- Suplente

4 - Representantes do Setor de Planejamento:

JAISON JOSÉ COMANDOLI – Titular

SONIA CORREIA – Suplente

5 - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças:

ALINE MOREIRA– Titular

JAQUELINE CONHAQUE- suplente

6 - Representantes do Setor de Habitação:

MARLI FARIAS HAMM - Titular

LEUSA MARIA MATÊ VIEIRA– Suplente

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

7 – Usuários/as do Cadastro Único - Grupo

ELZENIR JUNGKLAUS CAPISTRANO– Titular

ELIANE HEINZ – Suplente

8 – Usuários/as do Cadastro Único – Grupo

LUCIANA DE FÁTIMA FARIAS DE MOURA– Titular

ROZE CLER LESKE – Suplente

9 – Usuários/as do Grupo da Terceira Idade Vida Nova

JULASCA GORGES JUNGKLAUS – titular

LUZIA HOFFMANN HANG– suplente

10 – Usuários/as do Grupo da Terceira Idade Vida Nova

EGÍDIO ANTÔNIO RODRIGUES - titular

ANÉLIO HANG - suplente

11- Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor

JANETE KNISS– Titular

CÁTIA MARIA CARDOSO– Suplente

12- Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor

IZALENE THEISS DA ROSA – Titular

MARLETE HEINZ - Suplente

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 16 de junho de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 299/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 299/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NILVA LEHMKUHL BALDO, portador(a) do CPF nº 687.808.349-49, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Leopoldo Kurth, nº 933 - Bairro Rainha - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Ella Kurth, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 803,88 (oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 06/07/2015 e encerrando-se em 05/08/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA	NILVA LEHMKUHL BALDO
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

LEI 5.614

LEI Nº 5.614, de 23 de junho de 2015

"APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica aprovado o Plano Municipal de Educação (PME), com vigência por 10 (dez) anos, a contar da data de publicação desta Lei, na forma prevista no Anexo, com vistas ao cumprimento do dispositivo descrito no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.
----------	---

Art. 2º-	O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do Município de Rio do Sul, com suas respectivas metas e estratégias, em conformidade com o Plano Nacional de Educação, estabelecido pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.
----------	--

Art. 3º-	São diretrizes do Plano Municipal de Educação (PME):
	I - erradicação do analfabetismo;
	II - universalização do atendimento escolar;
	III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
	IV - melhoria da qualidade da educação;
	V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
	VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
	VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;
	VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
	IX - valorização dos profissionais da educação;
	X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 4º-	As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência estipulado, desde que não haja prazo inferior definido para cada meta ou estratégia especificada.
----------	--

Art. 5º-	As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência o diagnóstico sistematizado pela equipe técnica, com base nos dados divulgados pelos órgãos oficiais e instituições integrantes do Fórum.
----------	---

Art. 6º-	A execução do Plano Municipal de Educação (PME) e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Fórum Municipal de Educação, conforme Decreto nº 3346, de 22 de abril de 2013.
	Parágrafo único - Compete, ainda, o Fórum Municipal de Educação:
	I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
	II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
	III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

Art. 7º-	O Plano Municipal de Educação foi elaborado com participação da sociedade civil e governamental, sob a coordenação do Fórum Municipal de Educação de Rio do Sul, conforme Decreto nº 3346, de 22 de abril de 2013, e subsidiado pela Secretaria Municipal de Educação.
----------	--

Art. 8º-	O Plano Municipal de Educação, apresentado em conformidade com a Constituição Federal e Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, reger-se-á pelos princípios da democracia participativa, cooperação federativa e regime de colaboração, objetivando a efetivação de políticas públicas de Educação que assegurem a implementação das estratégias e o cumprimento das metas.
	Parágrafo único - Caberá aos gestores federais, estaduais e municipais a adoção de medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas no Plano Municipal de Educação (PME).

Art. 9º-	As estratégias definidas no Anexo desta Lei não eliminam a adoção de medidas adicionais ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais, estaduais e municipais de coordenação e de colaboração recíproca.
----------	---

Art. 10-	O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município de Rio do Sul serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste Plano Municipal de Educação, a fim de viabilizar sua plena execução.
	§ 1º- A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do Plano Municipal de Educação e poderá ser ampliada por meio de Lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.
	§ 2º- O investimento público em educação a que se refere a Meta 20 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.
	§ 3º- Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em Lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de Lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 11-	As Conferências Municipais de Educação realizar-se-ão com intervalo de até 04 (quatro) anos entre elas, serão coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação, conforme descreve o art. 6º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com o objetivo de avaliar a execução desta Plano e subsidiar a elaboração dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação para o decênio subsequente.
----------	--

Art. 12-	Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência do Plano Municipal de Educação, o Poder Executivo Municipal encaminhará à Câmara de Vereadores de Rio do Sul, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, Projeto de Lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá o diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.
----------	--

Art. 13-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 14-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO
23 de junho de 2015
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

PORTARIA 0439/RH PORTARIA Nº 0439/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1277/RH, de 19/12/2015, pelo período de 17/06/2015 até 13/12/2015, ao servidor municipal ODILSON CÉSAR BACHMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de junho de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0440/RH PORTARIA Nº 0440/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0066/RH, de 09/02/2015, até AVALIAÇÃO DA JUNTA MÉDICA MUNICIPAL, ao servidor municipal ENIO WIGGERS, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de junho de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0441/RH

PORTARIA Nº 0441/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 15/06/2015 até 28/08/2015, ao servidor municipal FARLEY DE AVILA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0442/RH

PORTARIA Nº 0442/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 26/06/2015 a 23/10/2015, a SANDRA MARA SCHONS XAVIER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0443/RH

PORTARIA Nº 0443/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 26/06/2015 a 22/10/2015 a FRANCIELE PEDROSO, ocupante da função de Professor (ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0444/RH

PORTARIA Nº 0444/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Promover a READEQUAÇÃO, da servidora municipal LENITA GALVANI SCHARF, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, em conformidade com o Art. 33, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, pelo período de 25/05/2015 até 25/12/2015, devendo a servidora executar atividades que não necessitem: exposição excessiva quanto à fala (cantar, elevar tom de voz, fala contínua), conforme parecer da Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0445/RH

PORTARIA Nº 0445/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 29/06/2015 a 26/10/2015, a TEREZINHA FRANCIELE DOS SANTOS PESSOA CAMPOS, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PREGÃO PRESENCIAL 061/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2015

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de serviços de recapagem e recauchutagem de pneus para reposição nos veículos e equipamentos Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 14/07/2015, às 11:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:30h do dia 14/07/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 29 de junho de 2015

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015****NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA****PEDAGOGO**

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
1	73	SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA	2.140.562	4,50	1,50	0,60	0,50	0,60	7,70	8,00	7,78
2	1075	ZULEIDE DEMETRIO MINATTI	2497884	4,20	1,50	0,60	0,40	0,60	7,30	8,00	7,48
3	341	ANDREIA FRANZEN	3741156	4,50	1,50	0,60	0,40	0,80	7,80	5,00	7,10
4	339	NAIR CAMARGO GIEHL	1.655.268	3,90	1,80	0,80	0,20	0,80	7,50	5,00	6,88
5	1058	GRACIELA SILVA BARROS	338675887	4,80	2,10	0,80	0,50	0,60	8,80	0,00	6,60
6	13	MAISA ADRIANA CARVALHO FRANCA	2915176	3,60	1,50	0,80	0,40	0,60	6,90	5,00	6,43
7	1126	RITA RABELO DA SILVA	12801275	4,20	1,50	0,40	0,20	0,40	6,70	5,00	6,28
8	982	ANA PAULA PILZ DE SOUSA	3674486	3,60	1,80	0,40	0,20	0,60	6,60	5,00	6,20
9	943	ALBERTINA KUHLEKAMP ZEGERINO	1896586	4,20	0,90	0,80	0,20	0,00	6,10	5,00	5,83
10	170	LAISE VERSINO	4691343	4,80	1,20	0,80	0,30	0,60	7,70	0,00	5,78
11	927	EMILIA FRUTUOSO LANGE	2629192	3,30	0,90	0,80	0,40	0,60	6,00	5,00	5,75
12	593	MARCIA FERREIRA	4154945	3,30	1,50	0,20	0,30	0,60	5,90	5,00	5,68
13	1145	ANGELITA KLETENBERG TUMMLER	4088957	4,80	1,20	0,80	0,40	0,00	7,20	0,00	5,40
14	594	ELISANA CAPISTRANO SERRAO MENDES	3458945	3,00	1,20	0,40	0,30	0,60	5,50	5,00	5,38
15	1050	MARISTELA FIGUEIREDO BRANGER	3.162.457	4,50	1,20	0,80	0,20	0,20	6,90	0,00	5,18
16	1066	ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA	2479606	3,00	1,50	0,20	0,30	0,80	5,80	0,00	4,35
Rep.	1114	CATIA STALOGH	3674554	2,70	0,90	0,40	0,30	0,00	4,30	5,00	
Rep.	568	MARA VERGINIA LEDRA	1.030.107	2,10	1,20	0,60	0,20	0,20	4,30	5,00	
Rep.	774	BARBARA MARTINA SERPA	55453511						N/C		
Rep.	1062	INES FORNARA DALL OGLIO	5473179						N/C		
Rep.	792	LENIR CASSIA KOERICH KLETENBERG	2.250.617						N/C		

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
1	640	NAKITA ANI GUCKERT MARQUEZ	4486475	5,10	1,80	1,00	0,50	0,80	9,20	5,00	8,15
2	868	JOELMA FELBER LEANDRO	2629197-5	4,20	2,10	0,60	0,40	0,60	7,90	5,00	7,18

Página 1 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
3	558	MARILSE RAMOS	4135579	4,50	1,50	0,80	0,30	0,60	7,70	5,00	7,03
4	464	PAULA FERNANDA SILVA TOMAZONI	2493096-2	3,90	1,80	0,80	0,40	0,60	7,50	5,00	6,88
5	796	CAROLINE FRAINER	44851626	3,60	1,80	1,00	0,40	0,60	7,40	5,00	6,80
6	612	VIVIANE BATISTA DA SILVA DE MDEIROS	4740391	3,90	1,20	1,00	0,30	0,80	7,20	5,00	6,65
7	1065	SAYONARA CHIQUETTI	1894728	4,50	0,90	0,80	0,30	0,60	7,10	5,00	6,58
8	923	ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER	2.499.775-7	3,90	1,50	0,60	0,50	0,60	7,10	5,00	6,58
9	141	CLAUDIA MARIA DLAPIAZ CHIUDINI	3658097	4,80	1,80	1,00	0,30	0,80	8,70	0,00	6,53
10	676	REGIANE APARECIDA ESPINDOLA	2629430	3,90	1,80	0,80	0,30	0,20	7,00	5,00	6,50
11	952	SANDRA MARIA SESTREN	2492798	3,30	2,10	0,80	0,40	0,40	7,00	5,00	6,50
12	153	SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA	625010	3,60	1,80	0,60	0,30	0,60	6,90	5,00	6,43
13	245	SILVIA OROSINA SILVEIRA	3502836	3,90	1,80	0,40	0,30	0,40	6,80	5,00	6,35
14	1169	ELISA MARIA DALPIAZ	3273991	4,20	2,10	0,80	0,30	0,60	8,00	0,00	6,00
15	533	LISANGELA CELI DE ANDRADE BONA	2623549	3,90	0,90	0,60	0,30	0,60	6,30	5,00	5,98
16	669	VANDERLEIA ATAIDE MAGNANI	43471749	3,60	1,20	0,60	0,30	0,60	6,30	5,00	5,98
17	730	VERA LUCIA ALEXANDRE	2.184.725	3,30	1,20	0,80	0,40	0,60	6,30	5,00	5,98
18	1141	JANETE DE OLIVEIRA MEDEIRO	108293	4,20	1,80	0,80	0,40	0,60	7,80	0,00	5,85
19	1183	ELY DA LUZ	4519595	3,30	1,50	0,60	0,30	0,40	6,10	5,00	5,83
20	670	PATRICIA DA LUZ DE SOUZA	4317878	3,00	1,20	0,80	0,30	0,80	6,10	5,00	5,83
21	894	JANAINA FEDER	5720548	3,90	1,80	0,80	0,40	0,80	7,70	0,00	5,78
22	401	ELIZIANI SCHAFFER CORADINI	3718824	3,00	1,50	0,40	0,20	0,60	5,70	5,00	5,53
23	783	BERENICE CARDOSO ISAIAS	2915475	2,70	1,80	0,40	0,30	0,40	5,60	5,00	5,45
24	64	rita rassweiler	3605725	3,00	1,20	0,60	0,20	0,40	5,40	5,00	5,30
25	1170	DENISE MARIA DO PRADO WILVERT	24087700	3,90	1,20	0,60	0,20	1,00	6,90	0,00	5,18
26	898	VIVIANE BAGATTOLI	4691727	3,30	1,50	1,00	0,30	0,80	6,90	0,00	5,18
27	434	MARCIA APARECIDA RIZZO	73937973	3,60	1,80	0,60	0,20	0,60	6,80	0,00	5,10
28	1036	JARDEL BREHMER	5.720.930	3,60	1,80	0,80	0,40	0,20	6,80	0,00	5,10
29	1076	JULIANA PINTARELLI AVI	44605900	3,60	1,50	0,80	0,20	0,60	6,70	0,00	5,03
30	957	ANA PAULA PEREIRA HAASE	4.475.369	3,60	1,50	0,60	0,30	0,60	6,60	0,00	4,95
31	461	VANESSA MARCELLO	4011496	3,30	1,50	1,00	0,20	0,60	6,60	0,00	4,95
32	531	LEONI SCHUSTER DE DEUS	5.797.081	3,30	1,50	0,40	0,30	1,00	6,50	0,00	4,88

Página 2 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
33	81	TAINARA ESPINDOLA PIRES	50889947	3,60	1,50	0,60	0,30	0,40	6,40	0,00	4,80
34	599	MICHELE DEOLA	40248216	3,60	1,20	0,60	0,30	0,60	6,30	0,00	4,73
35	354	EMELLIN LUANA SORGATTO	4347871	3,90	0,90	0,80	0,40	0,20	6,20	0,00	4,65
36	633	THAIS MARISTELA PETERSEN	4171243	3,60	0,90	0,40	0,30	0,80	6,00	0,00	4,50
37	1211	ROSELI PRIES DE MELO	7R529252	3,30	1,20	0,60	0,50	0,40	6,00	0,00	4,50
38	1149	LAIS DE SOUZA	4431935	3,00	1,20	0,80	0,40	0,60	6,00	0,00	4,50
39	962	ROSANGELA LUCIA DA SILVA KLAUMANN	5815076	3,00	1,80	0,40	0,20	0,60	6,00	0,00	4,50
40	514	RAQUEL WIGGERS	43473873	3,00	1,50	0,60	0,50	0,40	6,00	0,00	4,50
41	468	ANDIARA RODRIGUES MOREIRA	1578048	3,30	0,90	0,40	0,50	0,80	5,90	0,00	4,43
42	1045	LEID DAIANA WAGENKNECHT CLAUDINO	4088225	3,00	1,20	0,60	0,30	0,80	5,90	0,00	4,43
43	944	ANGELITA DOERNER SENS	73792258	3,00	1,20	1,00	0,30	0,40	5,90	0,00	4,43
44	302	CLEUSA SCHLICKMANN ORLANDI	32730756	3,00	1,20	0,80	0,20	0,60	5,80	0,00	4,35
45	1044	MALIZE SCHREIBER	2625973	3,00	1,50	0,60	0,40	0,20	5,70	0,00	4,28
46	1208	ALINE DA SILVA	4.793.627	3,60	1,20	0,20	0,20	0,40	5,60	0,00	4,20
47	138	CARLA KORB	3279294	3,30	1,20	0,40	0,20	0,40	5,50	0,00	4,13
48	539	ROBERTA TEIXEIRA KARSTEN	4286970	3,00	1,20	0,60	0,30	0,40	5,50	0,00	4,13
49	525	MILCE GOMES DE ALMEIDA MACANEIRO	1879749	3,00	1,20	0,40	0,40	0,40	5,40	0,00	4,05
50	956	NICELANI SERAFIM	4317571	3,00	0,90	0,80	0,10	0,40	5,20	0,00	3,90
51	536	SONIA MARIA PEREIRA DE ASSUNCAO	1675148	2,10	1,50	0,60	0,40	0,60	5,20	0,00	3,90
52	179	ANA PAULA AUGUST DA SILVA	5888663	2,70	1,50	0,40	0,30	0,20	5,10	0,00	3,83
53	1195	FABIANA GOULART DE SOUZA	5720785	2,40	1,20	0,60	0,40	0,40	5,00	0,00	3,75
Rep.	662	VIVIANI GRUDTNER	44965885	2,40	0,30	1,00	0,40	0,80	4,90	5,00	
Rep.	52	GYZELE DO ROCIO FIRMINO SAMPAIO	70458896	2,40	1,20	0,60	0,20	0,40	4,80	0,00	
Rep.	954	KAROLINE MAYARA DE OLIVEIRA PINTO	6676942	2,70	1,20	0,40	0,30	0,20	4,80	0,00	
Rep.	777	JESSICA CATIANE FORSTER	6.172.890	2,70	0,90	0,60	0,30	0,20	4,70	0,00	
Rep.	137	BRUNA LUANA KEMPNER	4740175	2,70	0,90	0,80	0,10	0,00	4,50	0,00	
Rep.	79	RAQUEL MARIA MENEL	3718148	2,10	0,90	0,60	0,30	0,40	4,30	0,00	
Rep.	745	VANESSA CRISTIANE DE OLIVEIRA	2.224.501	2,40	0,60	0,40	0,20	0,40	4,00	5,00	
Rep.	283	SUZAMARA PINHO	4475827	2,10	1,20	0,20	0,10	0,00	3,60	0,00	
Rep.	374	SILVIA ROBERTA ROSA LAURINDO	3993311	0,90	0,60	0,80	0,20	0,00	2,50	0,00	

Página 3 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
Rep.	1086	ANGELA MARIA DERRO JUSTEN	1.891.777						N/C		
Rep.	1164	JANEISA BRUNA DA SILVA	4529037						N/C		
Rep.	1	JUNIOR KAHL	5.613.423						N/C		
Rep.	759	MARCIO OSORIO DA LUZ CORREA	37509837						N/C		

PROFESSOR DE ARTES

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
1	580	PRISCILA APARECIDA THEIS	4056116	3,90	1,20	0,80	0,50	0,60	7,00	5,00	6,50
2	251	REGIANI MARIA DA ROCHA GRAH	2258526	3,90	1,50	0,60	0,40	0,40	6,80	5,00	6,35
3	893	GISELE MARA POSSAMAI JASPER	32728816	3,90	0,90	0,60	0,30	0,20	5,90	5,00	5,68
4	922	ANA PAULA LEHMANN COTA	4311345	3,60	1,20	0,40	0,50	0,20	5,90	5,00	5,68
5	620	ALINE CRISTIANE VICENTI CONTEZINI	5589474	3,30	1,80	1,00	0,30	0,80	7,20	0,00	5,40
6	1011	CRISTINA NASCIMENTO CARDOSO	708420	3,90	1,20	1,00	0,30	0,60	7,00	0,00	5,25
7	807	SABATA LARISSA BENNERT	3458641	3,60	1,80	0,40	0,40	0,80	7,00	0,00	5,25
8	871	LUCIANE SCHMIDT	3833749	3,30	0,90	0,60	0,30	0,20	5,30	5,00	5,23
9	679	FLAVIA VILSIANA HENCKEMEIER POPENGA	3164548	3,90	1,50	1,00	0,30	0,00	6,70	0,00	5,03
10	369	RAQUEL PITZ	3792873	3,00	1,20	0,80	0,30	1,00	6,30	0,00	4,73
11	504	PRICILA DOERING	4404869	3,90	1,20	0,60	0,30	0,20	6,20	0,00	4,65
12	1172	MARIA DERCY BATISTA RODRIGUES	21170976	3,60	1,20	0,60	0,40	0,40	6,20	0,00	4,65
13	935	FLAVIO JOSE PACHECO CORDEIRO	1.896.231	3,60	0,60	0,60	0,40	0,40	5,60	0,00	4,20
14	951	MARCELO CESAR DA CUNHA	4691761	3,60	0,90	0,40	0,20	0,40	5,50	0,00	4,13
15	1128	ANA PAULA MEES OBERZINER	3693665	2,70	1,20	0,80	0,40	0,20	5,30	0,00	3,98
Rep.	1029	GRACIELA PEREIRA	50870491	3,60	0,60	0,40	0,20	0,00	4,80	0,00	
Rep.	755	GRETCHEN MERI BECKER	3607350	2,70	0,90	0,40	0,40	0,40	4,80	0,00	
Rep.	641	TATIANE DA SILVA MEDICES SCHUSSLER	52793761	1,80	0,90	0,60	0,20	0,20	3,70	5,00	
Rep.	678	FABRICIO LIMA GARCIA	4.158.096						N/C		
Rep.	654	MARLEIDE APARECIDA DE CAMPOS ROCHA	50116878						N/C		

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
1	936	ELIANE ANDRZEJEVSKI	3353937	4,20	1,50	0,80	0,40	0,80	7,70	5,00	7,03
2	785	EDYCLEYA SILVERIO	3211148	4,20	1,50	1,00	0,40	0,60	7,70	5,00	7,03
3	405	ELIANE VIVAN DE LIMA	6033274	4,50	1,80	0,20	0,30	0,80	7,60	5,00	6,95
4	794	SILVANA APARECIDA DEMETRIO NEUBER ZELINSKI	37321056	4,20	1,50	0,80	0,30	0,60	7,40	5,00	6,80
5	307	VANESSA EMANUELA FRAGA FARIAS	4724063	3,90	1,80	0,60	0,40	0,40	7,10	5,00	6,58
6	846	HIGO INACIO	3458756	4,50	1,20	0,40	0,30	0,60	7,00	5,00	6,50
7	865	EUNICE LIPPEL	1030906	3,60	1,50	0,60	0,40	0,80	6,90	5,00	6,43
8	565	RAFAELA KESTERING	39301745	4,50	0,90	0,60	0,20	0,60	6,80	5,00	6,35
9	274	ALINE MARTINS VARELA	2621929	3,60	1,20	0,60	0,40	1,00	6,80	5,00	6,35
10	934	ROSEMERI APARECIDA BURATO	2124220	3,90	1,80	0,40	0,10	0,20	6,40	5,00	6,05
11	746	GENOVEVA DOS SANTOS SORA	2.496.133-7	3,60	1,50	0,20	0,40	0,40	6,10	5,00	5,83
12	947	RUTE APARECIDA CASAGRANDE VARGAS	2492217	3,30	0,90	0,80	0,30	0,60	5,90	5,00	5,68
13	760	EUCARIS DE PIN	1891107	3,30	1,50	0,40	0,10	0,60	5,90	5,00	5,68
14	839	CRISTINA MARIA DALMAS	78616555	3,30	0,90	0,40	0,30	0,80	5,70	5,00	5,53
15	1198	JAQUELINE RABELO MAFFEI	2.180.528	3,00	1,80	0,20	0,30	0,00	5,30	5,00	5,23
16	699	ELENE PEREIRA DE SOUZA BELLI	3980080	3,30	1,20	0,40	0,10	0,20	5,20	5,00	5,15
17	847	SILVANA INES WEBER PITZ	2679798	3,90	1,80	0,60	0,30	0,20	6,80	0,00	5,10
18	427	JOSIANE VANESA SATURNO	2493377	4,50	0,90	0,60	0,40	0,20	6,60	0,00	4,95
19	686	JOANA IGNACIO	48333743	3,60	1,20	0,80	0,40	0,60	6,60	0,00	4,95
20	372	BIANCA DA SILVA ORSO	53792424	4,20	0,60	0,60	0,20	0,40	6,00	0,00	4,50
21	148	CLEUSIMERI DE OLIVEIRA	3937241	3,90	0,90	0,60	0,20	0,40	6,00	0,00	4,50
22	357	MONICA DENZER	2911045	3,60	1,20	0,60	0,20	0,20	5,80	0,00	4,35
23	1035	KALICIA CAROLINE BAIRRO	53074491	3,60	0,30	0,80	0,10	0,80	5,60	0,00	4,20
24	808	ANDRESSA ANDRADE PINHO	4.338.278-9	3,00	1,20	0,40	0,40	0,60	5,60	0,00	4,20
25	1038	ELAINE DOS SANTOS	54123410	3,30	0,90	0,40	0,10	0,40	5,10	0,00	3,83
Rep.	1040	DEIZE FABIANE DE ESPINDOLA	4706079	2,40	0,90	0,40	0,20	0,20	4,10	0,00	
Rep.	547	LENIR PETRY DA SILVA	40970981	2,40	0,00	0,60	0,20	0,60	3,80	5,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
1	463	CAROLINA MACHADO DE OLIVEIRA	4088150	4,50	1,80	1,00	0,50	0,40	8,20	8,00	8,15
2	688	CYBELLE DOEDERLEIN SOARES SCHLEMPER	5261903-6	4,20	1,20	1,00	0,50	0,60	7,50	8,00	7,63
3	588	EDSON IVO CHRISTEN JUNIOR	4834310	4,50	1,80	1,00	0,30	0,40	8,00	5,00	7,25
4	263	ADENILSO ISAIAS CAMPESTRINI	4171936	4,50	1,20	1,00	0,50	0,40	7,60	5,00	6,95
5	1089	RAFAEL DE ANDRADE	3394069	3,60	1,80	0,80	0,50	0,80	7,50	5,00	6,88
6	1201	NIELSON ADEMIR FERREIRA	4869218	3,90	1,80	1,00	0,50	0,20	7,40	5,00	6,80
7	523	CHARLES STUEPP	4201268	4,50	1,80	1,00	0,40	1,00	8,70	0,00	6,53
8	984	JOHN DJEISON CORREA	3741103	4,20	0,90	0,80	0,50	0,60	7,00	5,00	6,50
9	1056	ELIZEU CRISPIM DE MELLO	24047457	4,20	1,50	0,40	0,50	0,40	7,00	5,00	6,50
10	1068	JEISON ROBERTO LONGO	3993266	3,90	1,50	0,80	0,30	0,40	6,90	5,00	6,43
11	915	DOUGLAS ANTONIO LIERMANN	5011874	4,50	0,90	0,60	0,40	0,40	6,80	5,00	6,35
12	974	NEIDI KASPARY	8058963102	3,90	1,20	0,60	0,50	0,60	6,80	5,00	6,35
13	96	JULIANA JOMES	4234616	3,90	1,50	0,60	0,40	0,40	6,80	5,00	6,35
14	515	CRISTIANO STRINGARI	3718337	4,20	0,90	0,80	0,20	0,60	6,70	5,00	6,28
15	637	MARIANE HELENA GUIMARAES	49320629	3,60	1,50	0,80	0,40	0,40	6,70	5,00	6,28
16	682	PATRICIA LUIZA DE MORAES	3718123	4,50	2,10	0,60	0,50	0,60	8,30	0,00	6,23
17	75	RAFAEL CARLOS PARMA	40885720	3,90	1,50	0,60	0,30	0,20	6,50	5,00	6,13
18	932	CAMILA NIENKOTTER	4724601	3,30	1,20	1,00	0,40	0,60	6,50	5,00	6,13
19	578	PAULO ROBERTO SANTOS LOPES	4744538	4,20	1,20	0,40	0,20	0,40	6,40	5,00	6,05
20	996	ALVANY GADOTTI MEDEIROS	1890620	3,60	0,60	0,80	0,50	0,80	6,30	5,00	5,98
21	772	DJENIFFER VIEIRA DA SILVA	4390925	4,20	0,60	0,60	0,40	0,40	6,20	5,00	5,90
22	516	JOSE LUIZ RONCHI DA ROSA	5.338.099	4,20	0,90	0,40	0,50	0,20	6,20	5,00	5,90
23	383	FRANCIELE GRACIANE FRANCA	4403761	3,60	1,50	0,20	0,30	0,60	6,20	5,00	5,90
24	851	LAISA LOCKS TAMBOSI	4280345	3,90	1,20	0,40	0,40	0,20	6,10	5,00	5,83
25	1098	KEITY CARLA BECKHAUSER	4056062	3,30	1,20	0,60	0,40	0,60	6,10	5,00	5,83
26	12	ADRICIA NEUMANN	4185422	3,30	1,80	0,40	0,40	0,20	6,10	5,00	5,83
27	931	GICINARA FABRIS	2339145	3,60	0,90	0,60	0,30	0,60	6,00	5,00	5,75
28	980	LOTHAR WEISE FILHO	7R1671990	3,00	1,50	0,40	0,50	0,60	6,00	5,00	5,75
29	849	GILSON SCHROEDER KUHLMANN	4001941	3,90	1,50	1,00	0,40	0,80	7,60	0,00	5,70

Página 6 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
30	41	GISELA LUCKMANN	4311124	4,20	1,50	0,60	0,40	0,80	7,50	0,00	5,63
31	365	DIOGO MARCOS DEITOS	5.232.820	4,20	1,50	0,80	0,40	0,60	7,50	0,00	5,63
32	26	LUIZA ARIELA DE SOUZA	36934259	4,20	1,20	0,80	0,40	0,80	7,40	0,00	5,55
33	780	ANDREIA TERESINHA ADAO	3718336	2,70	1,20	1,00	0,40	0,40	5,70	5,00	5,53
34	1144	DANIELLE MENDES LUCAS DE OLIVEIRA	2463156	3,90	1,50	0,80	0,50	0,60	7,30	0,00	5,48
35	14	SIMONE HASCKEL CHIODINI	4154066	2,70	1,20	0,60	0,30	0,80	5,60	5,00	5,45
36	457	BRUNA JOCASTA DA SILVA	1085417895	4,20	2,10	0,40	0,30	0,20	7,20	0,00	5,40
37	908	VANESSA CAMPEGHER	4.934.686-6	2,70	1,20	0,80	0,20	0,60	5,50	5,00	5,38
38	1016	RAFAEL CAMPESTRINI	4.347.236	3,30	1,80	0,80	0,30	0,80	7,00	0,00	5,25
39	655	MARCOS ANDRE DA SILVA	2652924275	3,90	0,90	1,00	0,50	0,60	6,90	0,00	5,18
40	557	LUIZ EDUARDO VIEIRA CORREA DE OLIVEIRA	7.418.365	3,30	0,60	0,40	0,40	0,40	5,10	5,00	5,08
41	291	MARCOS SCHENKEL	39309894	4,20	1,20	0,60	0,30	0,40	6,70	0,00	5,03
42	939	TATIANA GUIMARAES FRAGA ALMEIDA	15438598	4,20	0,90	0,60	0,30	0,60	6,60	0,00	4,95
43	43	LUCIANA LUIZA LUCINI	2915257	4,20	1,50	0,20	0,30	0,40	6,60	0,00	4,95
44	424	NILVO DA SILVA	2.495.421	2,40	0,90	0,40	0,50	0,60	4,80	5,00	4,85
45	706	GEVERSON DE SOUZA	4394134	3,30	1,20	0,60	0,50	0,60	6,20	0,00	4,65
46	212	THIAGO AIRTON PEREIRA	44755783	3,30	1,20	0,80	0,50	0,40	6,20	0,00	4,65
47	1205	MARLON TEFEN	4088652	3,60	1,20	0,60	0,50	0,20	6,10	0,00	4,58
48	323	JULIANA SEBOLD	4011231	3,90	1,20	0,60	0,30	0,00	6,00	0,00	4,50
49	854	ANA PAULA BATISTA	48337447	3,60	1,20	0,60	0,40	0,20	6,00	0,00	4,50
50	692	DAIANE CRISTINA DE AVILA	44758413	3,00	1,50	0,80	0,30	0,40	6,00	0,00	4,50
51	435	VIVIANE GUBERT MIRANDA	4970533	3,60	0,60	0,80	0,20	0,60	5,80	0,00	4,35
52	862	ROSANGELA APARECIDA RIBEIRO FELIX	3761869	3,00	1,50	0,40	0,10	0,80	5,80	0,00	4,35
53	668	ALEXSANDRO JUNIOR VENTURI	5087719	4,20	0,30	0,80	0,20	0,20	5,70	0,00	4,28
54	281	ELINI LUCIA FINGER PATZLAFF	1877526	3,90	1,20	0,20	0,40	0,00	5,70	0,00	4,28
55	919	JORGE BATISTA DA SILVA	720.066	3,00	1,50	0,40	0,40	0,40	5,70	0,00	4,28
56	1187	MARCOS VINICIUS BAUCHSPIESS DE ALMEIDA	6058625	3,00	1,80	0,40	0,30	0,20	5,70	0,00	4,28
57	175	ANGELICA SCHMITT	5797765	1,80	1,20	0,60	0,20	0,20	4,00	5,00	4,25
58	376	ALAN MARTTOS HELBOK	273137530	3,30	0,60	0,80	0,50	0,40	5,60	0,00	4,20
59	1102	MARIANE MARTINS DE OLIVEIRA	6307425	3,30	0,90	0,40	0,30	0,60	5,50	0,00	4,13

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
60	721	DAIANA FELIPPE	4740731	2,70	1,80	0,40	0,40	0,20	5,50	0,00	4,13
61	348	CRISTIANI REGINA PETRIS	3693058	3,00	1,20	0,40	0,30	0,40	5,30	0,00	3,98
62	241	EDILSON HENRIQUE KOTH	3993121	3,30	0,60	0,60	0,50	0,20	5,20	0,00	3,90
63	717	EDUARDO JOSE BONETTI	4311212	3,30	0,60	0,60	0,30	0,20	5,00	0,00	3,75
Rep.	50	GRACIANO BITTENCOURT LEDRA	3211123	3,30	0,30	0,60	0,30	0,40	4,90	0,00	3,68
Rep.	959	MARISTELA DEMATTE	4.706.755-1	3,30	0,90	0,40	0,20	0,00	4,80	0,00	3,60
Rep.	661	NERI ALVES DOS SANTOS	3869226-0	3,00	0,60	0,40	0,20	0,40	4,60	0,00	3,45
Rep.	143	ALESSANDRA SOARES MACHADO	4475128	2,40	0,60	0,60	0,20	0,60	4,40	0,00	3,30
Rep.	1099	KELI CRISTINA DREHER	7367815	2,40	0,60	0,20	0,40	0,60	4,20	0,00	3,15
Rep.	390	CRISLENE GELZLICHTER WARMLING	46911618	2,70	0,60	0,20	0,30	0,20	4,00	0,00	3,00
Rep.	775	TAMARA KARINA THEIS	4431179	2,10	0,60	0,20	0,30	0,40	3,60	0,00	2,70
Rep.	946	ELSON ALEX GRACIOLI	9061458081	1,80	0,60	0,20	0,40	0,40	3,40	0,00	2,55
Rep.	788	ANTONIO PAULO FERREIRA	47240776						N/C		
Rep.	1060	EDEURIO LOTERIO	4834243						N/C		
Rep.	1210	LEANDRO LEDRA	44751710						N/C		
Rep.	592	LEONARDO GARCIA GRAHL	4236802						N/C		
Rep.	559	MAISA KARSTEN LINDNER	4475132						N/C		
Rep.	1179	PEDRO EUGENIO WPIEWSKI	5496947						N/C		
Rep.	564	RIVA MAICON ROSEMAN	3980803						N/C		
Rep.	647	TAISE KAMER	4724729						N/C		

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
1	55	JUSSARA HOEGEN	3619036	5,10	2,10	1,00	0,40	0,80	9,40	5,00	8,30
2	72	JANE PEREIRA MAGNANI	2913338	5,40	2,10	0,60	0,50	0,60	9,20	5,00	8,15
3	1199	ELANE CRISTINA CAMILO DE SOUZA	774167	5,10	1,80	0,60	0,50	0,80	8,80	5,00	7,85
4	835	PRISCILA ROBERTA DA SILVA	3.646.829	4,80	1,50	1,00	0,50	1,00	8,80	5,00	7,85
5	366	JULIANA MAZZINI	4431086	5,40	1,50	0,80	0,20	0,80	8,70	5,00	7,78
6	133	KELLY DA SILVA GIRARDI	3607814	5,40	1,80	0,60	0,30	0,60	8,70	5,00	7,78

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
7	230	PATRICIA SOARES	4203669	5,10	1,80	0,80	0,40	0,60	8,70	5,00	7,78
8	114	DAIANE GOEDERT DOS SANTOS	4431063	4,80	1,50	1,00	0,40	1,00	8,70	5,00	7,78
9	35	IRIA JANAISA MUTSCHLER	4118499	5,40	1,50	0,60	0,30	0,80	8,60	5,00	7,70
10	105	TAIS ALESSANDRA KORB SOMMER	4475316	5,10	1,50	1,00	0,40	0,60	8,60	5,00	7,70
11	431	JULIANA BLUNING	44318685	5,10	1,80	0,80	0,40	0,40	8,50	5,00	7,63
12	673	MARCIANE KATIUSCI SCHMITT	3558435	4,50	1,80	1,00	0,40	0,80	8,50	5,00	7,63
13	184	ISABEL SCHRAMM BIRITO	1892777	5,40	1,80	0,60	0,20	0,40	8,40	5,00	7,55
14	147	LUCINEIA VANDERLINDE GOEDERT	3980414	5,10	1,80	0,60	0,30	0,60	8,40	5,00	7,55
15	278	DANIELE KARINA KREUSCH SCHAPPO	4725889	4,80	1,50	1,00	0,30	0,80	8,40	5,00	7,55
16	308	MARLI TATIANE KANTOVICK	4475574	4,80	1,80	0,80	0,40	0,60	8,40	5,00	7,55
17	638	ADRIANA IGNACIO STORCKMANN	4118500	4,80	1,80	1,00	0,40	0,40	8,40	5,00	7,55
18	343	JULIANA KURTZ	4573733	4,80	2,10	0,80	0,30	0,40	8,40	5,00	7,55
19	90	GREICIELE FABIANA PEREIRA JUSTE DE LARA	3718445	4,50	1,80	1,00	0,30	0,80	8,40	5,00	7,55
20	804	IARA ROSANE REHBEIN MARIAN	33742197	4,50	1,80	0,80	0,50	0,80	8,40	5,00	7,55
21	569	ELENICE MIRANDA	3833746	5,10	1,20	0,60	0,40	1,00	8,30	5,00	7,48
22	1078	JUSSARA MACHADO DE OLIVEIRA	3693948	5,10	1,20	0,80	0,40	0,80	8,30	5,00	7,48
23	611	JULIARA DANIELI SCHIOCHETT	4.834.604-7	5,10	1,20	1,00	0,40	0,60	8,30	5,00	7,48
24	812	MARLI MAKOSKI	7285469	5,10	1,50	0,80	0,50	0,40	8,30	5,00	7,48
25	495	FABIANA GARCIA	42809045	4,80	1,50	0,80	0,40	0,80	8,30	5,00	7,48
26	597	JOICE DA SILVA SCHVINDAN	3598933	4,80	1,50	1,00	0,40	0,60	8,30	5,00	7,48
27	200	DANILA TAMBANI DE OLIVEIRA KISTE	5011689	4,80	1,50	1,00	0,40	0,60	8,30	5,00	7,48
28	85	MARLI DE ANDRADE	3243391	5,10	2,10	0,40	0,20	0,40	8,20	5,00	7,40
29	42	ROBERTA PATRICIA NEUHAUS	4236432	5,10	1,80	0,80	0,30	0,20	8,20	5,00	7,40
30	810	JANETE ANA BUZZI POSSAMA	1891964	4,80	1,50	0,80	0,30	0,80	8,20	5,00	7,40
31	6	KATIUSCIA CUSTODIO DA CONCEICAO	4233718	4,80	1,50	0,80	0,30	0,80	8,20	5,00	7,40
32	201	MARCIANITA KRIECK	33.554.402-2	4,80	1,50	1,00	0,50	0,40	8,20	5,00	7,40
33	95	ALINE CRISTINA SCOZ	4834549	4,50	1,80	0,80	0,30	0,80	8,20	5,00	7,40
34	454	SALETI ALVES	4203900	4,50	1,80	0,80	0,50	0,60	8,20	5,00	7,40
35	314	ANA PAULA DIECKMANN	4.024.660	4,20	1,80	1,00	0,40	0,80	8,20	5,00	7,40
36	617	MARIA MADALENA SOUZA MACARI	2255924	5,10	1,20	1,00	0,40	0,40	8,10	5,00	7,33

Página 9 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
37	66	MORGANA TENFEN	5279003	5,10	1,20	1,00	0,40	0,40	8,10	5,00	7,33
38	23	EDNA SOARES GUTZ	36939072	5,10	1,50	0,80	0,30	0,40	8,10	5,00	7,33
39	107	CAMILA HELENA SANDRI MEDEIROS	43743650	5,10	1,50	1,00	0,30	0,20	8,10	5,00	7,33
40	269	KELI CARLA RIBEIRO	4403932	4,80	1,80	0,60	0,30	0,60	8,10	5,00	7,33
41	270	MARINEUZA SCHMITT DALPONTE	4001736-2	4,80	1,80	0,80	0,30	0,40	8,10	5,00	7,33
42	626	BRUNA EMANUELI SENS	4724840	4,80	1,80	1,00	0,50	0,00	8,10	5,00	7,33
43	232	SIMONE APARECIDA MENDES	54124743	4,50	1,20	1,00	0,40	1,00	8,10	5,00	7,33
44	981	FABIANA GRACIELA BRIDI BALDO	3394994	4,50	1,80	0,80	0,40	0,60	8,10	5,00	7,33
45	297	DANISE GOSS DE SOUZA LONGEN	3.646.776-6	4,50	1,80	0,80	0,40	0,60	8,10	5,00	7,33
46	482	LUCIANA FRANCISCO	32119062	4,50	1,80	1,00	0,40	0,40	8,10	5,00	7,33
47	301	LETICIA MONIQUE DE OLIVEIRA	4719139	4,20	1,80	1,00	0,30	0,80	8,10	5,00	7,33
48	135	ZONEIDE DE SOUZA	2.334.580	5,40	1,80	0,60	0,20	0,00	8,00	5,00	7,25
49	309	SOLANGE APARECIDA DEMETRIO	3766962	5,10	1,80	0,60	0,10	0,40	8,00	5,00	7,25
50	57	CRISTIANI BECKER	45299919	4,80	1,50	1,00	0,50	0,20	8,00	5,00	7,25
51	370	CINEIDE MARILEIA MOSER	3980798	4,80	1,20	1,00	0,30	0,60	7,90	5,00	7,18
52	877	CARLA HOEPERS EZIDIO	3.833.704	4,80	1,50	0,80	0,20	0,60	7,90	5,00	7,18
53	187	TANIA REGINA FERREIRA	3395288	4,80	1,50	0,60	0,40	0,60	7,90	5,00	7,18
54	683	JULIANA APARECIDA FARIAS	45297460	4,80	1,80	0,60	0,30	0,40	7,90	5,00	7,18
55	321	ADELINE SCHAFER NAU	4740298	4,50	1,50	1,00	0,30	0,60	7,90	5,00	7,18
56	131	THAINA LUANA DA ROSA	4649117	4,50	1,80	0,80	0,20	0,60	7,90	5,00	7,18
57	397	DANIELA PAUL PARMA	5009051	4,50	1,80	0,60	0,40	0,60	7,90	5,00	7,18
58	820	ROSELI TERESINHA DA ROCHA LOSI	2338877	4,50	2,10	0,40	0,30	0,60	7,90	5,00	7,18
59	77	DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS FRONZA	3210314	4,50	1,80	0,80	0,40	0,40	7,90	5,00	7,18
60	329	JESSICA MARTINS HOLDORF	5.261.007	4,20	1,80	1,00	0,30	0,60	7,90	5,00	7,18
61	512	SINTIA LUCIANO RUCKERT	4725731	5,10	1,80	0,60	0,30	0,00	7,80	5,00	7,10
62	656	ELENICE DE JESUS	3930389	4,80	1,50	0,60	0,30	0,60	7,80	5,00	7,10
63	328	IVONE INES SAWICKI	6714443	4,80	1,80	0,20	0,40	0,60	7,80	5,00	7,10
64	385	CARLA RODE KIRCHNER	4097077	4,50	1,80	0,60	0,30	0,60	7,80	5,00	7,10
65	473	TEREZINHA MARGARETE ROOS	7084160766	4,20	1,80	0,60	0,40	0,80	7,80	5,00	7,10
66	222	TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA	3.718.507	4,20	1,80	1,00	0,40	0,40	7,80	5,00	7,10

Página 10 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
67	267	SIDIANE LAURETE	2919981	3,90	1,80	1,00	0,30	0,80	7,80	5,00	7,10
68	208	VIVIANE VIEIRA POSSAIMAI	32438770	5,10	1,20	0,40	0,40	0,60	7,70	5,00	7,03
69	789	ADRIANA MARTINS	3638157	4,80	1,50	0,40	0,20	0,80	7,70	5,00	7,03
70	145	TALITA HARBS	4118836	4,80	1,20	0,80	0,30	0,60	7,70	5,00	7,03
71	443	JANARA DAIANE BRUSQUE	4342713	4,80	1,80	0,60	0,30	0,20	7,70	5,00	7,03
72	995	JOSELAINE MARIA PATERNO RENZI	4457058	4,80	2,10	0,40	0,20	0,20	7,70	5,00	7,03
73	412	LAURA ENEDINA VENANCIO PRIM	23398795	4,50	1,20	0,80	0,40	0,80	7,70	5,00	7,03
74	466	ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH	32432607	4,50	1,50	1,00	0,30	0,40	7,70	5,00	7,03
75	144	JOICE OSSEMER	4691094	4,50	1,50	1,00	0,30	0,40	7,70	5,00	7,03
76	438	LUCIANA DE MATOS	4158871	4,50	1,50	1,00	0,30	0,40	7,70	5,00	7,03
77	616	ROSELI CALBUCH	3162294	4,50	1,80	0,80	0,20	0,40	7,70	5,00	7,03
78	410	TASIANI ARNOLD	2259617	4,20	1,80	0,80	0,30	0,60	7,70	5,00	7,03
79	132	ANA ELISABETE AMORIM HOEPEERS	1678253	4,20	1,80	0,60	0,50	0,60	7,70	5,00	7,03
80	78	NEIMARA BURG	5880070	4,20	1,80	1,00	0,30	0,40	7,70	5,00	7,03
81	183	AMANDA MENDES PEREIRA	6072921	4,20	1,80	0,80	0,50	0,40	7,70	5,00	7,03
82	316	PATRICIA KOHLS VON PARASKI	29181399	3,90	2,10	0,60	0,50	0,60	7,70	5,00	7,03
83	644	FERNANDA ROHLING	4236422	4,80	0,90	0,80	0,30	0,80	7,60	5,00	6,95
84	93	PAULA MARCELLI SANTANA DA SILVA	4180872	4,80	1,50	0,20	0,30	0,80	7,60	5,00	6,95
85	53	PATRICIA ROSA TRAPLE	1897433	4,80	1,20	0,60	0,40	0,60	7,60	5,00	6,95
86	158	SANDRA BEZERRA AMORIM DE OLIVEIRA	452157766	4,80	1,20	0,60	0,40	0,60	7,60	5,00	6,95
87	933	CAMILA SCHMOELLER	47246901	4,80	1,50	0,60	0,10	0,60	7,60	5,00	6,95
88	238	MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA	26257211	4,80	1,50	0,40	0,30	0,60	7,60	5,00	6,95
89	335	JERUSA SCHIOCHET	3820698	4,80	1,20	1,00	0,20	0,40	7,60	5,00	6,95
90	818	ELIANE MIRANDA WEISS KLAUMANN	4231802	4,80	1,50	0,60	0,30	0,40	7,60	5,00	6,95
91	816	LEILA KLAUMANN	4573556	4,50	1,50	0,40	0,40	0,80	7,60	5,00	6,95
92	476	PATRICIA MELLO SORDI	4980617	4,50	1,20	0,80	0,50	0,60	7,60	5,00	6,95
93	791	MAKELLY GARCIA	5071454	4,50	1,50	0,80	0,20	0,60	7,60	5,00	6,95
94	603	JULIANA DA SILVA RODRIGUES	3502968	4,50	1,50	1,00	0,40	0,20	7,60	5,00	6,95
95	648	SIMONE JUNGLOS	5307305	4,20	1,50	0,80	0,30	0,80	7,60	5,00	6,95
96	1088	ELISIANI ANDRADE	47249498	4,20	1,50	0,80	0,30	0,80	7,60	5,00	6,95

Página 11 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
97	765	SILVIA SEBOLD BACH	3833881	4,20	1,50	1,00	0,30	0,60	7,60	5,00	6,95
98	658	NACA CLAUDINO DOS SANTOS	4347668	4,20	1,50	1,00	0,50	0,40	7,60	5,00	6,95
99	920	KATIA GREICE TAMBOSETTI MERIZ	35026707	3,90	1,80	1,00	0,30	0,60	7,60	5,00	6,95
100	244	MONIQUE CRISTINA FRANCENER HAMMES SCHUTZ	5071472	5,10	1,80	1,00	0,30	1,00	9,20	0,00	6,90
101	423	MARY LEIDE KAMMER	4.233.448	5,10	0,60	1,00	0,20	0,60	7,50	5,00	6,88
102	577	LUCIANA MARA BARBOSA PASSING	40881369	5,10	1,50	0,20	0,30	0,40	7,50	5,00	6,88
103	363	KETRIN BOSCO	4475395	4,80	1,20	0,60	0,30	0,60	7,50	5,00	6,88
104	470	VANESSA LETICIA LINO DE AVIZ	3732473	4,80	1,20	0,80	0,30	0,40	7,50	5,00	6,88
105	206	KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER	4056659	4,80	1,20	0,80	0,30	0,40	7,50	5,00	6,88
106	1161	LISIANE SALDANHA DE OLIVEIRA	1036908943	4,80	1,50	0,60	0,20	0,40	7,50	5,00	6,88
107	265	CARLA FRANCYELE SOUZA	4300840	4,50	1,20	0,80	0,40	0,60	7,50	5,00	6,88
108	214	CHARLENE RASSWEILER PINHEIRO	4085629	4,50	1,50	0,60	0,30	0,60	7,50	5,00	6,88
109	471	DANUBIA KASSALLA TOMASONI GIACOMOZZI ROCHA	4528999	4,20	1,80	1,00	0,30	0,20	7,50	5,00	6,88
110	340	VANESSA DA ROCHA	40885151	3,90	1,50	1,00	0,30	0,80	7,50	5,00	6,88
111	437	SUELEM FERNANDA CCONZATTI	4457662	3,90	1,80	0,60	0,40	0,80	7,50	5,00	6,88
112	181	CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES	31604021	5,10	0,90	0,80	0,40	0,20	7,40	5,00	6,80
113	469	DEISEANE DOS SANTOS	5670608	4,80	1,50	0,40	0,30	0,40	7,40	5,00	6,80
114	28	CLAUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS	3C/2024054	4,50	1,20	0,80	0,50	0,40	7,40	5,00	6,80
115	361	GEANE KUSTER PEREIRA	4374118	4,50	1,50	0,80	0,20	0,40	7,40	5,00	6,80
116	474	MARIA DE LOURDES MAYER MOELLMANN	5.571.878-4	4,50	1,50	0,60	0,40	0,40	7,40	5,00	6,80
117	836	PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA	40881522	4,50	1,50	0,60	0,40	0,40	7,40	5,00	6,80
118	402	ANA CAROLINA MEES	4118813	4,50	1,80	0,40	0,30	0,40	7,40	5,00	6,80
119	876	PATRICIA DE DEUS	4725632	4,50	1,50	1,00	0,20	0,20	7,40	5,00	6,80
120	832	EDITE BORGHEZAN ULLER	4485573	4,20	1,80	0,80	0,40	0,20	7,40	5,00	6,80
121	506	CRISTIANE ODERDENG	4088209	3,90	1,80	0,80	0,10	0,80	7,40	5,00	6,80
122	630	FRANCISCA ERLETE MARTINS TOMAZ	2.495.696-1	4,80	1,20	0,60	0,30	0,40	7,30	5,00	6,73
123	821	CATIA KOHL HANG	34599363	4,50	1,50	0,40	0,30	0,60	7,30	5,00	6,73
124	586	DEISI SCHRODER	3658002	4,50	1,50	0,40	0,30	0,60	7,30	5,00	6,73
125	193	CINTIA LUSIA BATISTI	4233564	4,50	1,80	0,20	0,20	0,60	7,30	5,00	6,73
126	318	LUCIENE BARTH ERRATH	16721829	4,50	1,50	0,60	0,30	0,40	7,30	5,00	6,73

Página 12 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
127	159	DENISE DOS SANTOS	59102419	4,50	1,50	0,60	0,30	0,40	7,30	5,00	6,73
128	543	JULIANA MORETTI	3766481	4,50	1,50	0,60	0,30	0,40	7,30	5,00	6,73
129	113	ROSILENE DUMKE PETRI	4118275-8	4,20	1,20	0,80	0,30	0,80	7,30	5,00	6,73
130	224	CRISTIANI BLASIU	5412519	4,20	1,50	0,60	0,40	0,60	7,30	5,00	6,73
131	223	DEBORA COMIATTO	2.499.627	4,20	1,80	0,60	0,30	0,40	7,30	5,00	6,73
132	261	NOELI STEINHEUSER	3905760	4,20	1,80	0,60	0,30	0,40	7,30	5,00	6,73
133	913	JOSEANI DA SILVA CLAUDINO	2257778	3,90	1,50	0,80	0,50	0,60	7,30	5,00	6,73
134	555	SANDRA MAY VIEIRA	32108770	3,90	1,50	0,80	0,50	0,60	7,30	5,00	6,73
135	268	GEANI CRISTINA GODOY LANGE BRIDI	4297085	4,50	1,20	0,60	0,30	0,60	7,20	5,00	6,65
136	290	IVONETE SCHLESSER	4573118	4,50	1,20	0,80	0,30	0,40	7,20	5,00	6,65
137	139	MAGALI CRISTINA SCHON	44033265	4,50	1,50	0,60	0,20	0,40	7,20	5,00	6,65
138	689	ANGELA PAULA DE MORAES	3896638	4,20	1,20	0,80	0,40	0,60	7,20	5,00	6,65
139	299	VANIELE DE ABREU	4011554	4,20	1,50	0,40	0,50	0,60	7,20	5,00	6,65
140	371	SILENE FELIZARI	1.898.015	4,20	1,20	1,00	0,40	0,40	7,20	5,00	6,65
141	607	MARINA LENZI DUARTE BIEGING	4088044	4,20	1,50	0,80	0,30	0,40	7,20	5,00	6,65
142	247	RUBIANA MUTSCHLER	4403935	4,20	1,50	1,00	0,30	0,20	7,20	5,00	6,65
143	198	ELIETE LESSA	2.623.441-30	4,20	1,80	0,60	0,40	0,20	7,20	5,00	6,65
144	776	AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL DE OLIVEIRA	3.459.474-4	4,20	1,80	1,00	0,20	0,00	7,20	5,00	6,65
145	455	DIANDRA ROCHA ZUCATELLI	4431713	3,90	1,80	0,80	0,30	0,40	7,20	5,00	6,65
146	596	ALEXANDRA MENDES	3.792.038	4,80	1,20	0,20	0,30	0,60	7,10	5,00	6,58
147	22	VIVIANE EGER BITTENCOURT	35474165	4,80	1,20	0,20	0,50	0,40	7,10	5,00	6,58
148	102	FRANCIELI ROBERTA MOHR DA SILVA	3674339	4,50	0,90	0,60	0,30	0,80	7,10	5,00	6,58
149	522	ANDREIA DE OLIVEIRA WILLEMANN	3161656	4,50	1,20	0,60	0,20	0,60	7,10	5,00	6,58
150	303	EDITE CARDOSO SAMULEWSKI	4403857	4,50	1,20	0,60	0,20	0,60	7,10	5,00	6,58
151	58	NAIARA DE SOUZA	4097007	4,50	1,20	0,60	0,20	0,60	7,10	5,00	6,58
152	97	SILVANA DA SILVA	4486646	4,50	1,50	0,60	0,30	0,20	7,10	5,00	6,58
153	432	JOICE MARA SCHMITZ	44754302	4,50	1,80	0,60	0,20	0,00	7,10	5,00	6,58
154	63	VERA REHBEIN SCHOENINGER	4744080	4,20	0,90	1,00	0,40	0,60	7,10	5,00	6,58
155	162	MARLENE GERALDA KLEHM GASTAO	1227553	4,20	1,20	0,80	0,30	0,60	7,10	5,00	6,58
156	40	CAROLINE GONCALVES BOGO	4237678	4,20	1,20	0,80	0,30	0,60	7,10	5,00	6,58

Página 13 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
157	5	MARIA ALINE APARECIDA BUSARELLO	4118648	4,20	1,50	0,80	0,20	0,40	7,10	5,00	6,58
158	326	NICOLI PEREIRA	50886258	4,20	1,50	0,80	0,20	0,40	7,10	5,00	6,58
159	191	TAISE BUSARELLO	4118649	4,20	1,50	0,60	0,40	0,40	7,10	5,00	6,58
160	168	EIME DAS GRACAS OLIVEIRA	2254536	4,20	1,80	0,40	0,30	0,40	7,10	5,00	6,58
161	1155	SUSIMAR APARECIDA DA SILVA	5142923	4,20	1,50	0,80	0,40	0,20	7,10	5,00	6,58
162	347	MARLENE FATIMA DE OLIVEIRA DA ROSA	6797966	3,90	1,50	0,60	0,30	0,80	7,10	5,00	6,58
163	228	GIANA TAMBOSI DE SOUZA	4088771	3,90	1,20	1,00	0,40	0,60	7,10	5,00	6,58
164	330	VALDETE MARIA AVI PONTICELLI	2120665	3,90	1,80	0,60	0,40	0,40	7,10	5,00	6,58
165	134	SUSANA MARIA FERREIRA	4154064	3,90	1,80	0,60	0,40	0,40	7,10	5,00	6,58
166	164	ANA PAULA ROSA COSTA	4085270	3,90	1,80	1,00	0,20	0,20	7,10	5,00	6,58
167	332	MARILISE SCHWARTZ	892377	3,90	1,80	0,80	0,40	0,20	7,10	5,00	6,58
168	360	ANELIZE MACHADO MONTIBELLER LOTERIO	5142910	3,60	2,10	0,80	0,40	0,20	7,10	5,00	6,58
169	625	PATRICIA SOFIA SCHVEITZER LAGUNA	40561330	4,50	0,90	0,80	0,40	0,40	7,00	5,00	6,50
170	834	IRINEIA EGER KNUPFER	4.528.455	4,50	1,20	0,60	0,30	0,40	7,00	5,00	6,50
171	306	JULIANA FELICIANO	31.512.545	4,50	1,50	0,40	0,20	0,40	7,00	5,00	6,50
172	334	KEROLIN DUANE BILK	4024741	4,50	1,20	1,00	0,10	0,20	7,00	5,00	6,50
173	477	JOSIANE VENANCIO	4432834	4,20	1,20	0,40	0,40	0,80	7,00	5,00	6,50
174	257	VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA	2257152	4,20	0,90	0,80	0,50	0,60	7,00	5,00	6,50
175	739	EDINEIA RENKEL	3792509	4,20	1,20	0,80	0,40	0,40	7,00	5,00	6,50
176	949	ANA LUCIA GARCIA GRAHL	1425888	4,20	1,50	0,80	0,30	0,20	7,00	5,00	6,50
177	320	EDNA KOCH SCHOWAMBACH	2258982	3,90	1,50	0,80	0,20	0,60	7,00	5,00	6,50
178	1153	MARTINA STAROSKY HENN	3833798	3,90	1,50	0,60	0,40	0,60	7,00	5,00	6,50
179	157	NEIVA WEISS	2492845-3	3,90	1,80	0,60	0,30	0,40	7,00	5,00	6,50
180	809	ANDREZA APARECIDA DE OLIVEIRA	4596836	3,60	1,50	0,60	0,30	1,00	7,00	5,00	6,50
181	882	ADRIANA CAMPESTRINI	4056961	5,10	1,20	0,40	0,20	0,00	6,90	5,00	6,43
182	286	JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ	3693879-3	4,50	0,90	0,80	0,30	0,40	6,90	5,00	6,43
183	742	SUSAN CATARINE STAHNKE RODRIGUES	4311381	4,50	0,90	0,80	0,30	0,40	6,90	5,00	6,43
184	505	SANDRA MINELLI MAY	3.547.108-5	4,50	1,50	0,20	0,30	0,40	6,90	5,00	6,43
185	33	ROSETE CRISTINA MOSER EGER	2337359	4,50	1,50	0,20	0,50	0,20	6,90	5,00	6,43
186	805	BRUNA EMILY SCHVEITZER BACHLE	4342924	4,20	1,20	0,40	0,50	0,60	6,90	5,00	6,43

Página 14 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
187	857	JANA ISIS BUZZI ROSA	3508362	4,20	1,20	0,60	0,50	0,40	6,90	5,00	6,43
188	350	MARLI TERESINHA FRONZA SOARES	2.624.701	4,20	1,50	0,60	0,40	0,20	6,90	5,00	6,43
189	409	CRISTIANE NIENKOTTER PARMA	5.087.724	3,90	1,50	0,80	0,30	0,40	6,90	5,00	6,43
190	945	DAIANE MARIANO RODE	4725692	5,10	1,50	0,80	0,30	0,80	8,50	0,00	6,38
191	598	PRISCILLA NUNES	4232095	4,50	1,80	1,00	0,40	0,80	8,50	0,00	6,38
192	550	MICHELE MARCELINO HARBS	3394554	4,50	0,90	0,80	0,20	0,40	6,80	5,00	6,35
193	103	ANA PAULA CARDOZO HOEPERS	3835441	4,50	1,20	0,40	0,30	0,40	6,80	5,00	6,35
194	210	SIMONE MAFAZZOLLI CORREA	4056297	4,20	0,90	0,40	0,50	0,80	6,80	5,00	6,35
195	754	CLAUDIA COSTA	52792862	4,20	1,20	0,60	0,20	0,60	6,80	5,00	6,35
196	174	VALQUIRIA CLASEN MOHR	4097611	4,20	1,20	0,40	0,40	0,60	6,80	5,00	6,35
197	246	IVONETE DO PRADO	6784981	4,20	1,20	0,60	0,40	0,40	6,80	5,00	6,35
198	439	ANA LUCIA DE MATOS	4158870	4,20	1,20	0,60	0,40	0,40	6,80	5,00	6,35
199	36	MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS	3543250	4,20	1,20	0,80	0,40	0,20	6,80	5,00	6,35
200	59	DARIANE BECKER DA SILVA	44758758	4,20	1,50	0,60	0,30	0,20	6,80	5,00	6,35
201	1015	MARAISA BARBARA FAGUNDES LEAL	4.290.208	5,10	1,50	1,00	0,40	0,40	8,40	0,00	6,30
202	664	MARGARET APARECIDA CARVALHO	1894970	5,10	1,80	1,00	0,30	0,20	8,40	0,00	6,30
203	831	MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG	3579659	4,80	1,80	0,60	0,40	0,80	8,40	0,00	6,30
204	1142	JULIA GRACIELA NEUHAUS EMKE	4403636	4,80	1,80	0,80	0,40	0,60	8,40	0,00	6,30
205	485	LUCIANA MACHADO	4085637	4,50	1,50	0,20	0,30	0,20	6,70	5,00	6,28
206	121	GRAZIELE CRISTINA GORAL	3693989	4,20	1,50	0,20	0,20	0,60	6,70	5,00	6,28
207	94	MARIA DE FATIMA RAMOS SANTANA	4463771	4,20	0,90	0,80	0,40	0,40	6,70	5,00	6,28
208	8	JULIANA MALIZESKI MACANEIRO DA SILVA	3533630	4,20	1,20	0,60	0,30	0,40	6,70	5,00	6,28
209	1186	ADALUT MARIA LOTERIO	2256252	3,90	1,50	0,60	0,30	0,40	6,70	5,00	6,28
210	190	SANTILIA DOS ANJOS	2259846	3,90	1,50	0,80	0,30	0,20	6,70	5,00	6,28
211	460	MORGANA REGINA ERCKMANN	3211869	3,90	1,50	0,80	0,30	0,20	6,70	5,00	6,28
212	819	NORMA KRUGER	2120448	3,30	1,80	0,80	0,40	0,40	6,70	5,00	6,28
213	61	ROSEMERI DOS SANTOS FERNANDES	4460508	4,80	1,80	0,80	0,30	0,60	8,30	0,00	6,23
214	128	ALINE WEIERS	4234749	4,80	1,80	0,80	0,30	0,60	8,30	0,00	6,23
215	15	JAQUELINE HEINZ	4236699	4,20	1,20	0,20	0,40	0,60	6,60	5,00	6,20
216	288	JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU	2.610.836	4,20	0,90	0,80	0,30	0,40	6,60	5,00	6,20

Página 15 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
217	548	JULIANA NASARIO SPINDOLA	3835924	4,20	1,20	0,80	0,20	0,20	6,60	5,00	6,20
218	799	DEISE ABREU	47249480	4,20	1,20	0,60	0,40	0,20	6,60	5,00	6,20
219	404	VANESSA GUILZ MARCONSINI	5379552	4,20	1,50	0,40	0,30	0,20	6,60	5,00	6,20
220	803	LUCIANE DE FARIAS	3890372	4,20	1,20	0,80	0,40	0,00	6,60	5,00	6,20
221	528	GRACIELE MAIARA SCHWEITZER	4403997	3,90	0,90	0,80	0,40	0,60	6,60	5,00	6,20
222	425	DANIELA DE PAULA MORAIS	5578118	3,60	1,80	0,20	0,20	0,80	6,60	5,00	6,20
223	378	IVANIR DA SILVA CASAGRANDE	14200970	3,60	0,90	1,00	0,50	0,60	6,60	5,00	6,20
224	883	KATIA SACANI	4606805	3,60	1,50	0,80	0,30	0,40	6,60	5,00	6,20
225	300	PATRICIA STUPP	4280278	3,60	1,50	0,80	0,30	0,40	6,60	5,00	6,20
226	838	VERA MARCIA HELLMANN NIEHUES	29160375	3,60	1,80	0,40	0,40	0,40	6,60	5,00	6,20
227	632	SANDRA REGINA DOS SANTOS	2911575	3,60	1,80	0,40	0,40	0,40	6,60	5,00	6,20
228	258	EDINEIA ROHLING NEUMANN	4390009	3,60	1,80	0,40	0,40	0,40	6,60	5,00	6,20
229	992	ROSELEIA DE OLIVEIRA DA SILVA	3977571	4,80	1,80	0,80	0,40	0,40	8,20	0,00	6,15
230	112	GABRIELE TEIXEIRA	489116577	4,50	1,80	0,80	0,30	0,80	8,20	0,00	6,15
231	276	JULIANA APARECIDA HOMEM HEIDRICH	5087923	4,50	1,80	0,80	0,50	0,60	8,20	0,00	6,15
232	627	EMANUELLA MURIEL CUNHA	4342595	4,50	1,20	0,20	0,20	0,40	6,50	5,00	6,13
233	17	BARBARA CRISTINE PONTICELLI	3314035	4,50	1,20	0,20	0,40	0,20	6,50	5,00	6,13
234	152	ELISABETE DE SOUZA MUNIZ	3833773	4,50	1,20	0,60	0,20	0,00	6,50	5,00	6,13
235	1004	ELAINE CRISTINA DA ROCHA	4024497	4,20	1,20	0,20	0,30	0,60	6,50	5,00	6,13
236	398	ELIZETE RODRIGUES	2043424	4,20	1,20	0,60	0,30	0,20	6,50	5,00	6,13
237	600	GISELE BUENO DE OLIVEIRA	4540412	4,20	1,20	0,60	0,30	0,20	6,50	5,00	6,13
238	289	MYRIAN HOLLER KNAESEL	26288559	3,90	1,20	0,60	0,20	0,60	6,50	5,00	6,13
239	449	ELIZETE MARTENDAL DOLSAN	3395197	3,90	1,20	0,80	0,20	0,40	6,50	5,00	6,13
240	524	ZILMA KLOPP	1420154	3,90	1,20	0,60	0,40	0,40	6,50	5,00	6,13
241	767	SIMONE DUMES VANDRESEN	4374971	3,90	1,20	0,80	0,40	0,20	6,50	5,00	6,13
242	327	JAMILE DE OLIVEIRA	43478379	3,90	1,50	0,60	0,30	0,20	6,50	5,00	6,13
243	216	MANEIDE MACEDO DA SILVEIRA	32187823	3,30	1,80	0,60	0,20	0,60	6,50	5,00	6,13
244	264	FABIANA THOLL	4011909	4,50	0,90	0,60	0,40	0,00	6,40	5,00	6,05
245	83	PATRICIA PEREIRA	50096710	4,20	0,90	0,40	0,30	0,60	6,40	5,00	6,05
246	272	ROSELITA MARIA SEBOLD	2254745	4,20	1,20	0,20	0,40	0,40	6,40	5,00	6,05

Página 16 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
247	310	DANUBIA SILVEIRA FLORIANI	4347432	4,20	1,20	0,80	0,20	0,00	6,40	5,00	6,05
248	1106	GISELLE MORAES RODRIGUES DE SOUZA	4387594	3,90	1,20	0,40	0,30	0,60	6,40	5,00	6,05
249	295	GESICA ELIANE MARTINS	52799824	3,90	1,50	0,20	0,40	0,40	6,40	5,00	6,05
250	442	VIVIANE HAVEROTH	3732199	3,90	1,50	0,40	0,40	0,20	6,40	5,00	6,05
251	21	ELAINE HAVEROTH	3674202	3,60	0,90	0,80	0,50	0,60	6,40	5,00	6,05
252	532	DIANDRA REGINA KLETTENBERG	5009477-7	3,60	1,50	0,20	0,50	0,60	6,40	5,00	6,05
253	127	EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS	1427863-4	3,60	1,20	1,00	0,40	0,20	6,40	5,00	6,05
254	585	SONIA REGINA POLI	1895275	3,60	1,50	0,80	0,30	0,20	6,40	5,00	6,05
255	70	DAIANA PATRICIA DE OLIVEIRA SALDANHA	4.403.690	3,30	1,20	0,80	0,30	0,80	6,40	5,00	6,05
256	498	JANICE DOERNER BERNARDO	38336847	3,30	1,50	0,40	0,40	0,80	6,40	5,00	6,05
257	416	CINTIA SCHREIBER	4.262.422	4,80	1,80	0,80	0,20	0,40	8,00	0,00	6,00
258	480	MAIKELI TESSARO DRESCH	5408440	4,80	1,80	0,60	0,40	0,40	8,00	0,00	6,00
259	349	BIANCA PIERINA SPERANDIO	50882317	4,50	1,80	0,60	0,50	0,60	8,00	0,00	6,00
260	747	IZOLENE KOBIAK KLAUMANN	2251019	4,20	0,30	0,60	0,40	0,80	6,30	5,00	5,98
261	718	JANETE SCHUTZ WEISS	4374368	3,90	0,60	0,80	0,40	0,60	6,30	5,00	5,98
262	205	ROSEMERY LEHMKUHL	2122132	3,90	1,20	0,40	0,40	0,40	6,30	5,00	5,98
263	861	ELIANA GIOVANELLA MAZERA	3353831	3,90	1,20	0,80	0,20	0,20	6,30	5,00	5,98
264	45	FRANCIELLE LAUREANO DA SILVA	47190574	3,90	1,20	0,80	0,20	0,20	6,30	5,00	5,98
265	963	MARILENE ZANILUCA	4.573.719	3,60	1,20	0,80	0,30	0,40	6,30	5,00	5,98
266	459	ROSELETE AURORA MARHOLD	1424666	3,60	1,50	0,40	0,40	0,40	6,30	5,00	5,98
267	973	ALICE SENEM HILLESHEIM	5012804	3,30	1,20	0,80	0,20	0,80	6,30	5,00	5,98
268	642	ELISA LUCIO GRUBER	3352026	4,80	1,50	0,80	0,20	0,60	7,90	0,00	5,93
269	49	KATIA REGINA JEREMIAS KRAMBECK	543755556	4,80	1,80	0,80	0,30	0,20	7,90	0,00	5,93
270	714	JESSICA JEREMIAS	5456779	4,50	1,20	1,00	0,40	0,80	7,90	0,00	5,93
271	1154	THAISE IVANIA POFFO	4001354	4,50	1,80	1,00	0,20	0,40	7,90	0,00	5,93
272	182	GEICIANI PRICILA WISNESKI	4342104	4,50	1,50	1,00	0,50	0,40	7,90	0,00	5,93
273	433	VANESSA CRISTINA DOS SANTOS BACK	4234335	4,20	0,60	0,60	0,40	0,40	6,20	5,00	5,90
274	1054	VERONILDE DELUCA	3993123	4,20	1,20	0,20	0,20	0,40	6,20	5,00	5,90
275	535	MARISETE LOOZ GUTZ	3285784	4,20	0,90	0,60	0,30	0,20	6,20	5,00	5,90
276	786	DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES	3479477	3,90	0,90	0,60	0,40	0,40	6,20	5,00	5,90

Página 17 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
277	828	CRISTIANE HECK STEINHEUSER CONACO	4.317.244	3,90	0,90	0,60	0,40	0,40	6,20	5,00	5,90
278	151	EVANILDE DEMETRIO	3458873	3,90	1,50	0,20	0,20	0,40	6,20	5,00	5,90
279	84	JANAINA SENS EICHHOLZ	4.317.943	3,90	1,50	0,20	0,20	0,40	6,20	5,00	5,90
280	1022	LUCILENE SCHLICKMANN PARMA	4317840	3,90	1,20	0,60	0,30	0,20	6,20	5,00	5,90
281	824	FABIANA ZANCANARO	3.160.682	3,60	1,20	0,60	0,20	0,60	6,20	5,00	5,90
282	1007	CELIA FUZARIS DE OLIVEIRA	39415779-5	3,60	1,50	0,40	0,10	0,60	6,20	5,00	5,90
283	440	ROSINHA SOARES	4390209	3,60	1,80	0,40	0,20	0,20	6,20	5,00	5,90
284	413	JAQUELINE SCHEIDT	52795101	3,30	1,50	0,80	0,40	0,20	6,20	5,00	5,90
285	748	ALESSANDRA BLASUS	54124689	3,30	1,50	0,80	0,40	0,20	6,20	5,00	5,90
286	691	ALEKSSANDRA SIMONE DALMARCO ZANDONAI	4744421	2,70	1,80	0,40	0,50	0,80	6,20	5,00	5,90
287	727	KARIN ROLHING CAETANO	3674610	4,50	1,50	0,80	0,40	0,60	7,80	0,00	5,85
288	707	MAIARA TAMIRES TIEDEMANN FEIJO	4024388	4,50	1,50	0,80	0,40	0,60	7,80	0,00	5,85
289	428	FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA	4280160	4,20	1,50	1,00	0,30	0,80	7,80	0,00	5,85
290	358	JANINE CLARA MARHOLD FREIBERGER	4486269	4,20	0,60	0,80	0,30	0,20	6,10	5,00	5,83
291	1037	ANELITA KNAUL	1.896.437-0	4,20	1,20	0,40	0,30	0,00	6,10	5,00	5,83
292	705	ANA PAULA SOBIERANSKI COELHO	4830036	3,90	1,20	0,40	0,20	0,40	6,10	5,00	5,83
293	387	FABRICIA APARECIDA HINCKEL	4233742	3,90	1,20	0,60	0,20	0,20	6,10	5,00	5,83
294	71	ANTONIA ARAUJO DE LIMA	6838437	3,90	1,50	0,20	0,30	0,20	6,10	5,00	5,83
295	156	MARCIA HOLLER	2912217	3,90	1,50	0,40	0,30	0,00	6,10	5,00	5,83
296	508	BERNARDETE MARIA SIEVES TAVARES	625258	3,60	0,60	1,00	0,30	0,60	6,10	5,00	5,83
297	830	INACILA MARTINS	2.492.985	3,60	1,20	0,40	0,30	0,60	6,10	5,00	5,83
298	800	PABLINE RAQUEL NASATO	4744391	3,60	0,90	1,00	0,20	0,40	6,10	5,00	5,83
299	975	ANA PAULA MARTINS VARELA KUHIL	32426291	3,60	1,50	0,20	0,40	0,40	6,10	5,00	5,83
300	801	ODETE APARECIDA VEIGA	2492333	3,60	1,20	0,80	0,30	0,20	6,10	5,00	5,83
301	1097	MARLENE DA SILVA	4001556	3,30	1,50	0,60	0,30	0,40	6,10	5,00	5,83
302	958	MARCELI DEMATTE MANRICH	4.024.825.9	4,80	1,50	0,80	0,40	0,20	7,70	0,00	5,78
303	167	LOLINE PORTO LEITE	8064882544	4,50	1,20	0,80	0,40	0,80	7,70	0,00	5,78
304	345	JANIA CARLA DOS SANTOS	26276585	3,90	0,90	0,40	0,40	0,40	6,00	5,00	5,75
305	271	ANDREZA DE OLIVEIRA	35985046	3,90	0,90	0,80	0,20	0,20	6,00	5,00	5,75
306	636	AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN	2.594.926	3,90	1,50	0,20	0,20	0,20	6,00	5,00	5,75

Página 18 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
307	802	ANGELA MARIA RECH	50711610	3,60	0,90	0,40	0,30	0,80	6,00	5,00	5,75
308	173	JAQUELINE MARCHI	4403056	3,60	1,50	0,40	0,30	0,20	6,00	5,00	5,75
309	667	MARIA LUZIA DE ANDRADE BONACOLSI	1038339	3,60	1,50	0,60	0,30	0,00	6,00	5,00	5,75
310	652	NEDIA MIRIAN HEINZ KRAUSE	2.254.658	3,30	1,50	0,60	0,20	0,40	6,00	5,00	5,75
311	843	DIRLEI DE FATIMA CORDEIRO	4.203.687	4,80	1,50	0,40	0,30	0,60	7,60	0,00	5,70
312	538	ANA CLAUDIA MORAIS	445019190	4,50	1,20	1,00	0,50	0,40	7,60	0,00	5,70
313	542	JANICE NUNES MARTINS SCHARF	5087019	4,20	1,50	0,80	0,30	0,80	7,60	0,00	5,70
314	421	PRISCILA SCHLESSER DUMES	4431875	4,20	1,80	0,80	0,40	0,40	7,60	0,00	5,70
315	773	LOUISE SEBOLD	4573540	3,90	0,60	0,40	0,40	0,60	5,90	5,00	5,68
316	293	MARIA GORETTI WALTRICH	2251462	3,90	0,90	0,40	0,30	0,40	5,90	5,00	5,68
317	891	IARA MATILDE DA SILVA SANTOS	4097037	3,90	0,90	0,40	0,30	0,40	5,90	5,00	5,68
318	226	JANAINA APARECIDA DA SILVA	3459556	3,90	1,20	0,20	0,20	0,40	5,90	5,00	5,68
319	32	MARILEA LUMKE SCHROEDER	2911597	3,90	0,90	0,80	0,30	0,00	5,90	5,00	5,68
320	65	JUCARA SORA VIEIRA	5368350	3,60	1,20	0,80	0,10	0,20	5,90	5,00	5,68
321	422	KALLANI DIONA MULLER	4342730	3,30	0,90	0,60	0,30	0,80	5,90	5,00	5,68
322	69	SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER	24929999	3,30	0,90	0,80	0,30	0,60	5,90	5,00	5,68
323	917	GISELE DOERNER	4932054	3,30	1,20	0,80	0,40	0,20	5,90	5,00	5,68
324	171	REGINA DUMKE VERLICK	26271214	3,00	1,50	0,60	0,40	0,40	5,90	5,00	5,68
325	368	LUCI ELIAS	16748395	5,10	1,20	0,20	0,40	0,60	7,50	0,00	5,63
326	377	LETICIA DE FARIAS	5009493	4,80	1,50	0,40	0,40	0,40	7,50	0,00	5,63
327	155	SHEENA CARLA PARMA	4724847	4,50	1,50	0,60	0,30	0,60	7,50	0,00	5,63
328	744	VANDERLEIA LUZIA PINCEGER BATISTA	5548931	4,50	1,50	0,80	0,30	0,40	7,50	0,00	5,63
329	576	MAIARA GELDSLEICHTER	4486081	4,50	1,80	0,80	0,40	0,00	7,50	0,00	5,63
330	417	ELIANE VINOTTI SCHMIDT	4234241	4,20	1,20	1,00	0,50	0,60	7,50	0,00	5,63
331	924	SILVANA DA SILVA WESSEL	26271680	4,20	1,80	0,80	0,30	0,40	7,50	0,00	5,63
332	364	CLAUDINEIA TABARELLI	4529495	4,20	0,90	0,60	0,10	0,00	5,80	5,00	5,60
333	29	ADRIANA LIGIA DIAS TONON	3607638	3,90	0,60	0,60	0,30	0,40	5,80	5,00	5,60
334	1184	FERNANDA LEHMKUHL	4724688	3,90	1,20	0,20	0,30	0,20	5,80	5,00	5,60
335	825	ELISVANE DE JESUS TOLENTINO STEFFEN	5872983	3,90	1,20	0,40	0,30	0,00	5,80	5,00	5,60
336	34	BERNADETE CIPRIANI NAZARI	722823-6	3,60	0,90	0,60	0,30	0,40	5,80	5,00	5,60

Página 19 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
337	186	VALDENIA DE SOUZA LIMA ROSA	5654445	3,30	1,50	0,40	0,40	0,20	5,80	5,00	5,60
338	486	JOSELAINE CRISTINE BARBOSA	47407662	4,80	1,20	0,60	0,20	0,60	7,40	0,00	5,55
339	419	GRAZIELE INARA CARDOSO	4.691.928	4,80	1,20	0,40	0,40	0,60	7,40	0,00	5,55
340	39	CLEIDE MALVA CEOLA	4001764	4,50	1,80	0,40	0,30	0,40	7,40	0,00	5,55
341	928	JUSCELENE MARIA ROSSONI	2145175-3	4,50	1,80	0,60	0,30	0,20	7,40	0,00	5,55
342	833	JANETE TERESINHA BEZERRA TRISTAO	2258246	4,20	1,80	0,40	0,40	0,60	7,40	0,00	5,55
343	298	ADRIANA LEICHT PRUST	4085310	4,20	1,50	0,80	0,50	0,40	7,40	0,00	5,55
344	993	ELISABETE DE ALMEIDA DIAS	35477032	4,20	2,10	0,40	0,50	0,20	7,40	0,00	5,55
345	262	SCHEILA DE ANDRADE	3980135	3,90	1,20	0,80	0,50	1,00	7,40	0,00	5,55
346	1020	EZENILDA KRAMBECK	3.638.660	3,90	1,50	0,60	0,40	1,00	7,40	0,00	5,55
347	581	CLAUDIA PRUST WESSNER	4528350	3,90	1,80	0,80	0,30	0,60	7,40	0,00	5,55
348	359	ANA PAULA SCOTINI	4457751	4,20	0,60	0,40	0,30	0,20	5,70	5,00	5,53
349	1104	ANA PAULA PEREIRA	22594310	3,90	1,20	0,20	0,20	0,20	5,70	5,00	5,53
350	117	DANIELI MAFAZZOLLI SCHULLER	4056298	3,60	0,90	0,40	0,40	0,40	5,70	5,00	5,53
351	450	TANIA MARCIA BURATO	2124257	3,60	1,20	0,40	0,30	0,20	5,70	5,00	5,53
352	878	ELIZIANA ESTEVAO ALVES	2259590	3,30	0,90	0,80	0,30	0,40	5,70	5,00	5,53
353	567	ANA PAULA PEYERLE	4403888	4,50	0,90	0,80	0,30	0,80	7,30	0,00	5,48
354	762	MARCELA BARBOSA BECHTOLD	4088521	4,50	1,20	0,80	0,40	0,40	7,30	0,00	5,48
355	769	SULAMITA BATISTA CORREA	5456498	4,50	1,50	0,60	0,50	0,20	7,30	0,00	5,48
356	467	LETICIA LONGEN LOMBARDI	4097616	4,20	1,50	1,00	0,40	0,20	7,30	0,00	5,48
357	850	ANDRESSA ANDRE	5.379.286	4,20	1,50	1,00	0,40	0,20	7,30	0,00	5,48
358	249	CHARLINE MELLO LEDRA	5232970	4,20	1,80	0,80	0,30	0,20	7,30	0,00	5,48
359	1059	AUCELY MARIA OTTO RBERTI	16066189	3,90	1,80	0,60	0,20	0,80	7,30	0,00	5,48
360	562	BIANCA JANINE SCOZ	3980757	3,90	0,90	0,40	0,20	0,20	5,60	5,00	5,45
361	472	JANAINA ZANIS	44758391	3,90	0,90	0,60	0,20	0,00	5,60	5,00	5,45
362	82	MARILU HELENA BONEZZI VARGAS	2.493.980-3	3,30	1,20	0,20	0,30	0,60	5,60	5,00	5,45
363	966	ANGELA APARECIDA SILVA	4.311.329	3,30	1,20	0,60	0,30	0,20	5,60	5,00	5,45
364	666	NAYARA CRISTINA CAETANO SACHT	4365553	3,00	1,20	0,80	0,40	0,20	5,60	5,00	5,45
365	441	JAQUELINE CRUZ	4719619	5,10	0,90	0,60	0,40	0,20	7,20	0,00	5,40
366	552	IVETE PEREIRA	3395625	4,50	1,20	0,60	0,50	0,40	7,20	0,00	5,40

Página 20 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
367	1055	CLAUDIANE GISELE FRONZA CRISTOFOLINI	4056346	4,50	1,50	0,40	0,40	0,40	7,20	0,00	5,40
368	475	SABRINA KNOPF	50873660	3,90	1,50	0,80	0,40	0,60	7,20	0,00	5,40
369	62	ANDREIA MORAES COMPER	3766952	3,90	1,50	1,00	0,40	0,40	7,20	0,00	5,40
370	209	SABRINA FRANCO	4431122	3,60	1,50	0,80	0,50	0,80	7,20	0,00	5,40
371	196	SIMONE ANDERSEN	47245883	3,90	0,90	0,20	0,30	0,20	5,50	5,00	5,38
372	336	VILMA RENGEL	4.011.614-0	3,90	1,20	0,20	0,20	0,00	5,50	5,00	5,38
373	1140	ADRIANA HOFFMANN BLASIUS	4085568	3,60	0,90	0,40	0,40	0,20	5,50	5,00	5,38
374	446	CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS	2829948	3,30	1,20	0,20	0,20	0,60	5,50	5,00	5,38
375	367	JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA	3160141	3,30	0,90	0,40	0,50	0,40	5,50	5,00	5,38
376	253	CARLA CRISTIANE ALVES	43718191	3,00	0,90	0,80	0,20	0,60	5,50	5,00	5,38
377	426	ZENILDE FRAINER MACHADO	7217773	2,40	1,50	1,00	0,20	0,40	5,50	5,00	5,38
378	243	SIMONE SCHUSSLER	4280261	4,80	1,50	0,20	0,40	0,20	7,10	0,00	5,33
379	344	SONIA BUCHLING BLEICHVEL	3.869.304	4,50	1,20	0,60	0,40	0,40	7,10	0,00	5,33
380	723	SANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA	456460457	4,50	1,50	0,40	0,30	0,40	7,10	0,00	5,33
381	1039	CAROLINE FERNANDA BUTZKE DA SILVA	5274708	4,50	1,20	0,80	0,40	0,20	7,10	0,00	5,33
382	280	JUCELIA VIEIRA WARMLING	4.403.442-3	4,20	1,20	1,00	0,50	0,20	7,10	0,00	5,33
383	203	MARISTELA COELHO KLAUMANN	2493493	3,90	0,90	0,40	0,20	0,00	5,40	5,00	5,30
384	758	ANDREA DAS GRACAS ALEXANDRE ALVES	2.707.033-6	3,60	0,90	0,20	0,10	0,60	5,40	5,00	5,30
385	7	JOSIANE SCHRODER	4236712	3,60	1,20	0,40	0,20	0,00	5,40	5,00	5,30
386	462	MARIA APARECIDA FELIPPE	23311223	3,30	0,90	0,60	0,40	0,20	5,40	5,00	5,30
387	448	JANAINA APARECIDA MERINI	4.529.571-9	3,00	1,20	0,40	0,20	0,60	5,40	5,00	5,30
388	566	ELIANE APARECIDA SCHEIDT STEINBACH	3163423	3,00	1,20	0,40	0,40	0,40	5,40	5,00	5,30
389	3	ORIVANA NARDELLI MORETTI	44033893	2,70	1,50	0,60	0,20	0,40	5,40	5,00	5,30
390	120	ADELAINE SOARES DA ROSA	4475127	2,70	1,80	0,40	0,30	0,20	5,40	5,00	5,30
391	737	RITA DE CASSIA COSTA	1420466	4,50	1,20	0,40	0,30	0,60	7,00	0,00	5,25
392	892	ELIANE DOS SANTOS SOUZA	4984149	4,20	1,50	0,60	0,30	0,40	7,00	0,00	5,25
393	853	CLARINDA FERREIRA MADEIRA	5040078081	4,20	1,80	0,60	0,20	0,20	7,00	0,00	5,25
394	1111	JESSICA WEISS	5.307.989	4,20	1,50	1,00	0,30	0,00	7,00	0,00	5,25
395	319	IADINI SCHAFER	4740297	3,60	1,50	0,80	0,30	0,80	7,00	0,00	5,25
396	1131	MARIA DE LURDES MAYER	1037923	4,20	0,30	0,40	0,20	0,20	5,30	5,00	5,23

Página 21 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
397	192	BERNARDETE CANDIDO NUNES	1.679.934	3,90	0,90	0,20	0,30	0,00	5,30	5,00	5,23
398	517	JAIANI CRISTINA RODERMEL	7R/2915473	3,60	0,60	0,60	0,30	0,20	5,30	5,00	5,23
399	444	LUCIARA JULIA AVI	4085872	3,30	0,60	0,60	0,20	0,60	5,30	5,00	5,23
400	355	MERI TEREZINHA MANTOANELLI	2331523	2,70	1,80	0,20	0,40	0,20	5,30	5,00	5,23
401	985	CLAUDETE SBORZ LEHMANN	1679542	2,40	1,20	0,60	0,30	0,80	5,30	5,00	5,23
402	948	MIRTES BECKER CAETANO	3674221	4,20	1,50	0,80	0,40	0,00	6,90	0,00	5,18
403	938	JANETE RODRIGUES CARDOSO CHIROLLI	29115108	3,90	1,80	0,40	0,20	0,60	6,90	0,00	5,18
404	720	CARLA FUCK WOLLINGER	5142437	3,60	1,80	0,80	0,30	0,40	6,90	0,00	5,18
405	1151	ROSANGELA MACIEL DOS SANTOS	44561938	3,60	2,10	0,40	0,40	0,40	6,90	0,00	5,18
406	149	KARINE LIARA DA CUNHA	5412137	3,30	0,60	0,40	0,50	0,40	5,20	5,00	5,15
407	68	DANUBIA GONZAGA	3820054	3,00	1,20	0,40	0,20	0,40	5,20	5,00	5,15
408	1163	GISHLAINE APOLINARIO	3658285	2,70	1,20	0,80	0,30	0,20	5,20	5,00	5,15
409	1082	KAOANA CARDOSO	4475413	4,20	0,90	0,60	0,30	0,80	6,80	0,00	5,10
410	154	JAQUELINE DENZER DE LIZ E SOUZA	3993488	4,20	1,50	0,40	0,30	0,40	6,80	0,00	5,10
411	885	DEISE HELLMANN	5368248	3,90	1,20	0,80	0,30	0,60	6,80	0,00	5,10
412	1061	MARIEL ELISA GEISER	4475718	3,90	1,50	0,80	0,20	0,40	6,80	0,00	5,10
413	1008	ANA PAULA FINARDI DE SOUZA	4118002	3,60	1,20	1,00	0,40	0,60	6,80	0,00	5,10
414	1052	FRANCIELE MICHELS	4394217	3,60	1,80	0,40	0,40	0,60	6,80	0,00	5,10
415	235	TALITA APARECIDA MAZZINI CONZATTI	5815314	3,30	1,50	0,80	0,40	0,80	6,80	0,00	5,10
416	521	DANIELI WERNKE RODE	4932093	3,90	0,60	0,20	0,40	0,00	5,10	5,00	5,08
417	407	LUCIANA HAVEROTH COSTA	2910795	3,30	1,20	0,20	0,40	0,00	5,10	5,00	5,08
418	194	FERNANDA FERREIRA	54659051	3,00	0,90	0,60	0,20	0,40	5,10	5,00	5,08
419	875	CLARICE COELHO DOS SANTOS	3820531	2,70	0,90	0,80	0,30	0,40	5,10	5,00	5,08
420	1071	MARCIA MORASTONI BOMFANTI	1892539	4,20	0,90	0,80	0,40	0,40	6,70	0,00	5,03
421	411	ODETE APARECIDA PEREIRA	6033573	4,20	1,50	0,20	0,40	0,40	6,70	0,00	5,03
422	403	SOLANGE APARECIDA LAGUNA DA SILVA	2.122.825	4,20	1,50	0,60	0,20	0,20	6,70	0,00	5,03
423	811	WIVIANE RAMOS WOJCIK	25971719	3,60	0,90	1,00	0,40	0,80	6,70	0,00	5,03
424	674	MAIARA ARMANI	6033657	3,60	1,20	1,00	0,30	0,60	6,70	0,00	5,03
425	388	GLAZIELI ARALDI STUEPP	52327485	3,30	1,20	0,80	0,40	1,00	6,70	0,00	5,03
426	98	SAMUEL ARBEGAUS JUNIOR	3.321.169-8	2,40	1,50	0,60	0,10	0,40	5,00	5,00	5,00

Página 22 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
427	396	CRISTIANE GOMES SANTOS	6609516	4,50	1,20	0,40	0,10	0,40	6,60	0,00	4,95
428	700	ELISANGELA DOS PASSOS	6094907	4,50	1,20	0,20	0,30	0,40	6,60	0,00	4,95
429	92	ALINE RAQUEL BUZZI	5797305	4,50	0,90	0,60	0,40	0,20	6,60	0,00	4,95
430	829	JOELMA GAZANIGA MAFEI	49343157	4,20	0,90	1,00	0,30	0,20	6,60	0,00	4,95
431	115	CLEIDIMARA LUIZ DELUCA	4056601	4,20	1,20	0,80	0,20	0,20	6,60	0,00	4,95
432	1117	CHEILA CRISTINE GRAMKOW	5232629	4,20	0,90	0,80	0,50	0,20	6,60	0,00	4,95
433	696	GISELLE LANGE	3993627	3,90	1,20	0,40	0,30	0,80	6,60	0,00	4,95
434	795	CARLOS ALEIXO GRABOWSKI	4744018	3,90	1,20	0,80	0,30	0,40	6,60	0,00	4,95
435	756	SABRINA IOLANDA JEREMIAS KOLM	4935064	3,90	1,50	0,60	0,40	0,20	6,60	0,00	4,95
436	823	SELIS REGINA TESTONI VICENTIN	2122109	4,20	0,90	0,80	0,20	0,40	6,50	0,00	4,88
437	509	PATRICIA APARECIDA PEIXE	3533844	4,20	1,50	0,20	0,20	0,40	6,50	0,00	4,88
438	400	CATIA REGINA SCHMIDT	3579228	3,90	1,20	0,60	0,20	0,60	6,50	0,00	4,88
439	601	LIANA DE SOUZA	4234550	3,90	1,20	0,40	0,40	0,60	6,50	0,00	4,88
440	324	VIVIANI DE CAMPOS	41716060	3,90	0,90	1,00	0,30	0,40	6,50	0,00	4,88
441	160	ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA	3458674	3,90	1,20	0,60	0,40	0,40	6,50	0,00	4,88
442	325	JAQUELINE JANAINA VARGAS	48546771	3,90	1,50	0,40	0,30	0,40	6,50	0,00	4,88
443	1073	JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ	5633397	3,90	1,50	0,40	0,30	0,40	6,50	0,00	4,88
444	695	MARIA CARME MERINI	2911187	3,90	1,50	0,60	0,30	0,20	6,50	0,00	4,88
445	126	DANIEL JAHNZ MARQUES	4834143	4,20	0,90	0,60	0,30	0,40	6,40	0,00	4,80
446	1113	ROSANA MURARA	5088275	3,90	1,50	0,40	0,20	0,40	6,40	0,00	4,80
447	163	MARLENE APARECIDA RAMOS FUJISAWA	5261520	3,90	1,80	0,20	0,10	0,40	6,40	0,00	4,80
448	352	ZENIR GELSLEICHTER	3544770	3,60	1,20	0,60	0,40	0,60	6,40	0,00	4,80
449	781	BEATRIZ VANDRESEN	47192313	3,60	1,50	0,60	0,10	0,60	6,40	0,00	4,80
450	621	MARCIA REGINA SANTOS BUENO	4113551	3,60	1,50	0,60	0,30	0,40	6,40	0,00	4,80
451	16	MAIARA CRISTINA WEISS	4719578	3,60	1,50	0,80	0,30	0,20	6,40	0,00	4,80
452	1019	INARA MARIA CUGNIER	4171256	3,30	1,80	0,60	0,30	0,40	6,40	0,00	4,80
453	881	MORGANA MENDES	4403047	4,20	0,60	1,00	0,30	0,20	6,30	0,00	4,73
454	520	ANDRESSA CATIUCIA CUNHA	4.475.207-5	3,90	1,20	0,40	0,40	0,40	6,30	0,00	4,73
455	960	TATIANE KUHL	47627310	3,90	1,50	0,40	0,30	0,20	6,30	0,00	4,73
456	51	ROSIMERI BATISTA DOS SANTOS	4289762	3,90	1,20	0,80	0,40	0,00	6,30	0,00	4,73

Página 23 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
457	895	JAELEINE DA LUZ DEMETRIO	5309015108	3,60	1,20	0,60	0,30	0,60	6,30	0,00	4,73
458	855	ETIANE MAIARA DOMINGOS	135228621	3,60	1,50	0,60	0,20	0,40	6,30	0,00	4,73
459	494	CLAUDIA DENISE DOS SANTOS DE FREITAS	6478757	3,60	1,80	0,20	0,30	0,40	6,30	0,00	4,73
460	631	JULIANA PAULO CUNHA	4403206	4,20	0,90	0,80	0,10	0,20	6,20	0,00	4,65
461	213	ANGENETE MARIAN	3638543	3,60	1,50	0,60	0,30	0,20	6,20	0,00	4,65
462	1182	LETICIA WOLF ALVES DA SILVA	5613222	3,60	1,50	0,60	0,30	0,20	6,20	0,00	4,65
463	988	ADRIANA KRIEGER STREY	31635105	3,30	1,50	0,60	0,20	0,60	6,20	0,00	4,65
464	575	MARIELE SOARES	4691867	3,30	1,50	0,40	0,40	0,60	6,20	0,00	4,65
465	866	IRENE MARIZE KAMMER	4935449	4,20	0,90	0,40	0,40	0,20	6,10	0,00	4,58
466	273	PATRICIA PERINI	50870483	3,90	1,20	0,20	0,40	0,40	6,10	0,00	4,58
467	479	MARCELA DE LIMA	5888061	3,90	1,20	0,80	0,20	0,00	6,10	0,00	4,58
468	199	BRUNA LETICIA LAURINDO	6050835	3,60	1,20	0,60	0,30	0,40	6,10	0,00	4,58
469	1046	CLEIDE MARIA BUSNARDO	1225 107	3,30	1,20	0,80	0,20	0,60	6,10	0,00	4,58
470	497	STEPHANIE KLEHM KRIEGER	5088850	3,00	1,50	0,80	0,40	0,40	6,10	0,00	4,58
471	561	MAIARA CARLA MIRANDA	6072092	4,20	1,20	0,40	0,20	0,00	6,00	0,00	4,50
472	848	MILEIDE DOS SANTOS SCHLINDWEIN	3985061	3,90	0,90	0,40	0,20	0,60	6,00	0,00	4,50
473	732	IARA MARIA KAMMER	6190283	3,90	0,90	0,60	0,20	0,40	6,00	0,00	4,50
474	1072	ADRIANA VIEIRA	2628993	3,90	1,20	0,40	0,30	0,20	6,00	0,00	4,50
475	490	JOYCE HIRT RECALDE BARRETO	5606595	3,90	1,50	0,40	0,20	0,00	6,00	0,00	4,50
476	977	CHIRLES VERIDIANA RATH	4529893	3,60	0,90	0,80	0,30	0,40	6,00	0,00	4,50
477	1049	MARILEIDE BRANGER	5720731	3,60	0,90	1,00	0,30	0,20	6,00	0,00	4,50
478	815	ZILMA SILVEIRA RAMOS	7/R-1220536	3,30	1,50	0,40	0,40	0,40	6,00	0,00	4,50
479	618	ALINE MARCHI	4431895	3,00	1,80	0,80	0,20	0,20	6,00	0,00	4,50
480	779	ALESSANDRA OSTERNA	3607655	4,20	0,90	0,20	0,20	0,40	5,90	0,00	4,43
481	916	SIMONE APARECIDA DA SILVA	3486119	3,90	1,20	0,20	0,20	0,40	5,90	0,00	4,43
482	595	VANDERLEIA DE LOURDES TAVARES	2914384	3,60	1,20	0,40	0,30	0,40	5,90	0,00	4,43
483	1023	ADRIANA APARECIDA DE CAMARGO	427043645	3,60	1,50	0,20	0,40	0,20	5,90	0,00	4,43
484	4	JULIETE APARECIDA HOMEM	5923722	3,60	1,20	0,80	0,30	0,00	5,90	0,00	4,43
485	704	KELY APARECIDA BUZZI	3579350	3,00	0,90	1,00	0,40	0,60	5,90	0,00	4,43
486	750	CRISLAINE SCHADE	6224432	3,90	0,90	0,20	0,40	0,40	5,80	0,00	4,35

Página 24 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
487	315	SIMONI SOARES	4234407	3,90	1,20	0,40	0,10	0,20	5,80	0,00	4,35
488	176	HELENA FERRARI DE OLIVEIRA	7C/ 1034193	3,60	1,50	0,40	0,30	0,00	5,80	0,00	4,35
489	1118	GERLANA APARECIDA LAURENTINO	3394991	3,30	0,90	0,60	0,20	0,80	5,80	0,00	4,35
490	1027	ELISANDRA MANOZZO COSTA	2040075241	3,00	1,50	0,40	0,10	0,80	5,80	0,00	4,35
491	1030	GENECI MARIA ROMANINI MOTTA	7053695842	3,00	1,20	0,60	0,40	0,60	5,80	0,00	4,35
492	458	JANAINA ZIMMERMANN	4056245	2,40	1,80	0,60	0,40	0,60	5,80	0,00	4,35
493	60	MONICA MACHADO	2339-593	3,90	1,20	0,40	0,20	0,00	5,70	0,00	4,28
494	529	JANDIRA TERESINHA DE OLIVEIRA	1677869	3,60	0,90	0,60	0,20	0,40	5,70	0,00	4,28
495	994	VANESSA MARTINS	50765949	3,60	0,90	0,80	0,20	0,20	5,70	0,00	4,28
496	782	LUANA CAROLINA ANDRADE SALVADOR	4394459	3,30	1,20	0,40	0,20	0,60	5,70	0,00	4,28
497	697	ROBERTA DELA JUSTINA	4280653	2,70	1,50	0,80	0,30	0,40	5,70	0,00	4,28
498	1105	MARCIANA DE ANDRADE HAUSMANN	5071640	3,90	0,90	0,40	0,20	0,20	5,60	0,00	4,20
499	161	MADALENA KLAUMANN	2123263	3,60	1,50	0,20	0,10	0,20	5,60	0,00	4,20
500	31	FABIANE ANDREA DA SILVA	3607321	3,60	1,20	0,40	0,40	0,00	5,60	0,00	4,20
501	554	VIVIANE PRIM	4236130	3,30	1,20	0,40	0,30	0,40	5,60	0,00	4,20
502	1116	BRUNA CESTONARO DO NASCIMENTO	4745484	3,30	1,20	0,60	0,30	0,20	5,60	0,00	4,20
503	615	ANA MARIA DE OLIVEIRA	1676090	3,30	1,20	0,80	0,30	0,00	5,60	0,00	4,20
504	1132	BARBARA EVARISTO	5379317	3,00	1,50	0,20	0,30	0,60	5,60	0,00	4,20
505	54	DAIANE DE SOUZA MACHADO	4203897	3,00	1,20	0,80	0,20	0,40	5,60	0,00	4,20
506	519	ROSANA MARIA KORB	46917896	2,70	1,80	0,60	0,30	0,20	5,60	0,00	4,20
507	353	JOSIANE FRANCO	47196238	3,60	0,60	0,60	0,30	0,40	5,50	0,00	4,13
508	48	CATIA CAROLINE SCHLICHTING	6.230.628	3,60	0,90	0,60	0,20	0,20	5,50	0,00	4,13
509	1024	ELIANA SILVA CAXIADO	854413	3,60	1,20	0,40	0,10	0,20	5,50	0,00	4,13
510	38	PATRICIA REGINA CARDOSO SONNTAG	3658061	3,30	1,20	0,40	0,20	0,40	5,50	0,00	4,13
511	987	PATRICIA APARECIDA HINCKEL	4233743	3,00	1,20	0,80	0,30	0,20	5,50	0,00	4,13
512	1031	MARISA ALBERTON CAPISTRANO	35121831	2,70	1,50	0,80	0,30	0,20	5,50	0,00	4,13
513	646	CICERA SILVA DOS SANTOS	7.175.832	3,30	1,20	0,60	0,10	0,20	5,40	0,00	4,05
514	527	FRANCIELE PEREIRA SCHMOEGEL	4011419	3,00	0,90	0,80	0,30	0,40	5,40	0,00	4,05
515	445	SONIA PEREIRA SCHMITT	22592768	3,00	1,50	0,20	0,30	0,40	5,40	0,00	4,05
516	976	INARA CRISTINA DOS SANTOS	4740129	3,00	1,50	0,60	0,30	0,00	5,40	0,00	4,05

Página 25 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
517	1160	DAIANE DA CUNHA MORAIS	3617950922	2,70	1,50	0,40	0,40	0,40	5,40	0,00	4,05
518	530	TATIANE MACIEL DOS SANTOS	46915885	3,90	0,30	0,40	0,30	0,40	5,30	0,00	3,98
519	1074	CATIANE APARECIDA ZAPPELINI	4011758	3,00	0,90	0,60	0,20	0,60	5,30	0,00	3,98
520	1033	ADELIA SELMA SPERBER DE OLIVEIRA	258482	2,70	0,90	0,80	0,50	0,40	5,30	0,00	3,98
521	322	LEONETE T S SEZERINO	2620809	2,70	1,80	0,40	0,20	0,20	5,30	0,00	3,98
522	1005	YARA MAFALDA DO NASCIMENTO	4001725	3,60	0,90	0,40	0,30	0,00	5,20	0,00	3,90
523	420	REGINA COSTA SPINDOLA	3718210	3,60	1,20	0,20	0,20	0,00	5,20	0,00	3,90
524	1101	DANIELA DAMORI BOEING	4374619	3,00	1,20	0,20	0,20	0,60	5,20	0,00	3,90
525	1174	DEBORA ERTAL	5923894	2,40	1,20	1,00	0,40	0,20	5,20	0,00	3,90
526	653	ADRIANA HARDT VIRTUOSO	4432103	3,30	0,60	0,60	0,20	0,40	5,10	0,00	3,83
527	499	CLARICE SCHMUELLER	4347596	3,30	1,20	0,20	0,20	0,20	5,10	0,00	3,83
528	1108	MARIA ISABEL LUDVIG WILLEMANN	3161849	3,30	0,90	0,80	0,10	0,00	5,10	0,00	3,83
529	1012	CLEUSA MARIA MONDINI	4001628	3,00	0,90	0,60	0,20	0,40	5,10	0,00	3,83
530	677	BRUNA MULLER CAMARGO	4724668	3,00	0,90	0,60	0,20	0,40	5,10	0,00	3,83
531	204	LARISSA ALANE MEES	3.820.113-5	2,70	1,20	0,60	0,20	0,40	5,10	0,00	3,83
532	610	VANIA ANSINI	4.056.642	2,70	1,20	0,40	0,40	0,40	5,10	0,00	3,83
533	860	SCHEILA SCHMIDT	50110489	3,30	0,60	0,60	0,30	0,20	5,00	0,00	3,75
534	722	JOSIANE DE SOUZA SCHWARTZ	4362619	3,30	0,90	0,40	0,40	0,00	5,00	0,00	3,75
535	844	GISLAINE SCHWAMBACH NAVARRO LINS	4024734	2,10	1,80	0,40	0,30	0,40	5,00	0,00	3,75
536	1053	LORETE BARG MICHELIS	2.914.778	2,10	1,50	0,80	0,40	0,20	5,00	0,00	3,75
Rep.	197	ADRIANA DE FATIMA RIBEIRO	3732714	3,00	1,20	0,20	0,30	0,20	4,90	5,00	
Rep.	9	ANGELICA SIMONE SCOTINI	4706598	2,40	1,20	0,40	0,30	0,60	4,90	5,00	
Rep.	609	DEONILDE CLERIA PERRARO ALVES	2628833	3,00	0,90	0,60	0,20	0,20	4,90	5,00	
Rep.	395	MONIQUE NOVAK	47404183	2,70	1,50	0,20	0,30	0,20	4,90	5,00	
Rep.	1156	ALESSANDRA MARQUES DOS SANTOS	4099915532	3,30	0,60	0,60	0,40	0,00	4,90	0,00	
Rep.	1207	JOSIANE MOTTIM	4486332	2,10	1,20	0,60	0,40	0,60	4,90	0,00	
Rep.	672	KATIANE SOARES LOURENCO	4171932	2,70	1,20	0,40	0,20	0,40	4,90	0,00	
Rep.	729	ADAIR KOERICH	2252773	2,70	1,20	0,40	0,30	0,20	4,80	5,00	
Rep.	579	ALANA JASPER ZUNINO	4403659	2,70	1,20	0,20	0,30	0,40	4,80	5,00	
Rep.	169	CARLA NAUILA GOEDERT SCHIESTL	50092383	3,00	0,90	0,40	0,30	0,20	4,80	5,00	

Página 26 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
Rep.	740	ANA CAROLINA BORGONHA	404376	2,70	1,20	0,20	0,30	0,40	4,80	0,00	
Rep.	1006	PAMELA SUELLEN CASTELLAIN DA SILVA	3638172	2,40	1,50	0,40	0,30	0,20	4,80	0,00	
Rep.	275	CLAUDETE RODRIGUES DOS SANTOS	5888077	3,00	0,90	0,20	0,40	0,20	4,70	5,00	
Rep.	118	JAQUELINE DALCASTAGUE	3273016	3,00	0,90	0,20	0,40	0,20	4,70	5,00	
Rep.	436	ANA PAULA CIRILO	4171182	2,40	1,50	0,20	0,20	0,40	4,70	0,00	
Rep.	313	ELENICE PAULA SANTOLIN	1083329258	2,40	0,90	0,60	0,20	0,60	4,70	0,00	
Rep.	207	DILVA NAZARI FRANCO	8023034	3,00	0,60	0,40	0,20	0,40	4,60	5,00	
Rep.	260	SORAIA FERRARI	3.352.652	2,40	0,60	0,40	0,40	0,80	4,60	5,00	
Rep.	177	VANIELA KREUSCH	5279699	3,30	0,60	0,20	0,30	0,20	4,60	5,00	
Rep.	415	CARLA CLEA DE SOUZA	3905782	2,40	0,60	0,80	0,20	0,60	4,60	0,00	
Rep.	914	CAROLINE DIAS DO PRADO GRANEMANN GREIN	5738410	2,70	0,90	0,60	0,20	0,20	4,60	0,00	
Rep.	108	JULIANA PPEPENG	6072248	3,00	0,90	0,40	0,10	0,20	4,60	0,00	
Rep.	1125	ALINE CRISTINA GONCALVES	5.880.578	2,70	0,90	0,20	0,30	0,40	4,50	0,00	
Rep.	709	CLEIDE MARI MATOS	1054505	2,10	1,20	0,40	0,30	0,40	4,40	5,00	
Rep.	660	JEANE FERREIRA	3164427	2,70	0,90	0,40	0,20	0,20	4,40	5,00	
Rep.	635	CAMILA DOS SANTOS VARELA	53799585	2,40	0,90	0,40	0,30	0,40	4,40	0,00	
Rep.	716	CAMILA LORENZON DA COSTA	5261981	3,00	0,60	0,40	0,20	0,20	4,40	0,00	
Rep.	734	GABRIELA DELA JUSTINA	6209582	3,00	0,90	0,20	0,10	0,20	4,40	0,00	
Rep.	905	CINEIDE MARIA HUNTEMANN FERREIRA	21203598	2,40	0,90	0,60	0,20	0,20	4,30	5,00	
Rep.	106	KARINA DOS SANTOS VARELA BELLI	4118253	2,10	0,60	0,60	0,40	0,60	4,30	0,00	
Rep.	1091	WANDERLEYA REGINA MEES	22520163	2,70	0,90	0,20	0,30	0,20	4,30	0,00	
Rep.	918	ROBERTA BITENCOURT ROPELATO SACANI	4.024.649	2,70	0,90	0,40	0,20	0,00	4,20	0,00	
Rep.	541	LENICE ALVES DE SOUZA ANTONIO	3732980	2,10	1,20	0,40	0,20	0,20	4,10	5,00	
Rep.	237	MIRIAN BRODWOLF PADILHA	2251984	2,10	1,20	0,20	0,20	0,40	4,10	5,00	
Rep.	408	THIARA WOLF	4691471	2,70	0,60	0,40	0,30	0,00	4,00	5,00	
Rep.	236	CARLA REGINA PEREIRA	3458602	2,70	0,60	0,40	0,30	0,00	4,00	0,00	
Rep.	602	ENELITA DA ROCHA LOTIN	1228472-6	2,10	0,90	0,40	0,40	0,20	4,00	0,00	
Rep.	1200	JOSE LUIZ ALBINO	14260417	2,10	1,20	0,40	0,30	0,00	4,00	0,00	
Rep.	279	FRANCIANE KNOPF	3486033	2,40	0,30	0,60	0,30	0,20	3,80	5,00	
Rep.	526	LACI PEREIRA DA SILVA	2122165	2,10	0,60	0,40	0,20	0,40	3,70	5,00	

Página 27 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
Rep.	284	DAIANA RAMOS DA SILVA	4085017	2,10	0,60	0,40	0,20	0,20	3,50	5,00	
Rep.	712	SORAYA MARIA CHIQUETTI	3160847	2,10	0,60	0,20	0,20	0,40	3,50	5,00	
Rep.	901	SILVANA APARECIDA UESSLER	4280331	2,10	0,60	0,40	0,20	0,20	3,50	0,00	
Rep.	563	SUELEN TASSIA ULHMANN	54128609	2,10	0,60	0,40	0,20	0,00	3,30	0,00	
Rep.	254	CINTIA INES POSTAI MARCHI	32424299	1,50	0,60	0,60	0,20	0,20	3,10	5,00	
Rep.	897	DANIELA ARNDT	4390763	1,80	0,60	0,20	0,10	0,40	3,10	5,00	
Rep.	129	CAMILADOAMARAL	4.719.500	1,20	0,90	0,20	0,20	0,40	2,90	0,00	
Rep.	484	MERI MADALENA SCHNEIDER PINHEIRO	3.197.184	1,80	0,30	0,20	0,30	0,20	2,80	5,00	
Rep.	537	BIANCA TONET	5923224	1,50	0,60	0,20	0,30	0,20	2,80	0,00	
Rep.	18	ADELAIDE VANDERLINDE DA SILVA	942144	0,90	0,90	0,40	0,20	0,00	2,40	0,00	
Rep.	234	MICHELE CRISTINE FERRARI	5067498	0,90	0,30	0,20	0,20	0,40	2,00	5,00	
Rep.	430	DARLANA ULLER ROSA	5.465.417	0,00	0,00	0,20	0,10	0,00	0,30	0,00	
Rep.	384	CASSIA NELI JUNGLOS	5232142						N/C		
Rep.	296	CRISTIANE GORGES DE OLIVEIRA	2259607						N/C		
Rep.	1026	DENISE NARDELLI	4935950						N/C		
Rep.	912	EDINARA JANIÉLI HAHN	4404203						N/C		
Rep.	501	ELAINE CRISTINA ADAMI	3890384						N/C		
Rep.	1139	ELAINE CRISTINA NUNES	3600700						N/C		
Rep.	1193	ELAYNI MARCHI	4931752						N/C		
Rep.	242	LIDIA ANA KUCZKA	2476567						N/C		
Rep.	909	MARISTELA VITORINO DE LIZ	4097165						N/C		
Rep.	715	MAYHURE ANDRESSA WITTE	4.935.334-9						N/C		
Rep.	1087	NARA HELENA SILVA DE SOUZA	3092040						N/C		
Rep.	763	POLYANA RENATA WEBER	3741719						N/C		
Rep.	1067	RITA REGINA KREUSCH	3164190						N/C		
Rep.	1212	SCHEILA LONGEN	3890832						N/C		
Rep.	856	SYMONI DAS GRACAS MARIAN FAGUNDES	3.196.414						N/C		
Rep.	1165	TEREZA DAS GRACAS SILVA SANTOS	69575986						N/C		

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
1	991	DJANNA ZITA FONTANIVE	3.210.431	4,50	1,80	0,60	0,30	0,60	7,80	5,00	7,10
2	1121	RODRIGO REIS SILVEIRA	4486020	3,90	2,10	0,80	0,40	0,40	7,60	0,00	5,70
3	1122	ADILSON FORTUNATO	5112371082	4,20	1,50	0,60	0,40	0,60	7,30	0,00	5,48
4	1188	RICARDO SALAMON	1860361	3,90	1,20	0,80	0,40	0,40	6,70	0,00	5,03
5	845	ADRIANA SCHMIDT DE SOUZA	34862455	4,20	1,50	0,60	0,30	0,00	6,60	0,00	4,95

PROFESSOR DE FILOSOFIA

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
1	1001	JEAN RAFAEL GIESE	4428746	4,50	1,50	1,00	0,50	0,40	7,90	5,00	7,18
2	937	CLEITON DA SILVA	4056486	4,80	0,90	0,60	0,30	0,80	7,40	0,00	5,55
3	826	FLAVIO LIMA DE OLIVEIRA HONORATO	7467528	3,90	1,50	0,40	0,40	0,80	7,00	0,00	5,25
4	1181	FRANCISCO DANIEL DOS SANTOS	305869450	4,20	1,50	0,40	0,40	0,20	6,70	0,00	5,03

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
1	886	TIAGO CORADINI	4056602	4,80	1,80	1,00	0,50	0,40	8,50	5,00	7,63
2	389	ROI HENTON KLEIN	4529271	5,40	1,20	0,60	0,40	0,80	8,40	5,00	7,55
3	713	LUIS CARLOS KLAUMANN	4011368	4,50	1,80	1,00	0,50	0,60	8,40	5,00	7,55
4	180	PATRICIA ZUNINO	5354895	4,80	1,50	0,80	0,40	0,80	8,30	5,00	7,48
5	1100	LUANA PEREIRA DA SILVA SCHOT	6230025	5,10	1,50	0,60	0,40	0,40	8,00	5,00	7,25
6	287	IVANIO CARLOS DE MEDEIROS	3479685-1	4,80	0,60	0,80	0,50	0,60	7,30	5,00	6,73
7	790	FABIO MACEDO DE CASTRO FARIA	33530068	4,50	1,80	1,00	0,40	0,60	8,30	0,00	6,23
8	1176	SONIA COMPER BRANDALIZE	3579059	4,20	0,60	0,60	0,30	0,80	6,50	5,00	6,13
9	1173	RAFAEL BRASIL	4475170	4,50	1,80	1,00	0,30	0,20	7,80	0,00	5,85
10	971	AMAURO DE BARROS JUNIOR	4249214	4,20	1,50	1,00	0,20	0,40	7,30	0,00	5,48
11	1057	DIEGO JOSE CAETANO	48342041	4,20	1,20	0,80	0,40	0,40	7,00	0,00	5,25
12	256	JULIANNE TEREZINHA MARANGONI	51810107	4,50	1,20	0,20	0,40	0,40	6,70	0,00	5,03

Página 29 de 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
13	1085	SIDE JOSE PEREIRA	2983602	4,20	1,20	0,60	0,30	0,20	6,50	0,00	4,88
14	613	ELAINE TEIXEIRA DANTAS	3147377	3,60	1,20	0,80	0,40	0,40	6,40	0,00	4,80
15	255	MAURICIO MUTSCHLER	3607338	3,00	0,90	0,80	0,20	0,40	5,30	0,00	3,98
Rep.	884	LEONICE DA SILVA CAMARGO	3896574	2,70	0,60	0,20	0,20	0,20	3,90	0,00	
Rep.	1180	ALICE NATARAJA GARCIA SANTOS	201362886						N/C		
Rep.	1110	CLAUDIA FINCK	47258411						N/C		
Rep.	645	GRAZIELI SOUZA	4203416						N/C		

PROFESSOR DE HISTÓRIA

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
1	124	JOSE ANTONIO TEOFILO CAIRUS	394819172	5,10	1,50	1,00	0,50	1,00	9,10	10,00	9,33
2	639	DIOMIR ODILON GARBIN	1034018	4,80	1,80	0,80	0,50	0,60	8,50	5,00	7,63
3	1002	MARCIO ROBERTO DA SILVA	7R/2129285	4,80	1,80	0,60	0,40	0,40	8,00	5,00	7,25
4	813	TATIANE SANCHES	4.118.176-0	4,50	1,80	0,80	0,20	0,40	7,70	5,00	7,03
5	30	RAFAEL RODRIGO DE FRAGAS	4724036	4,50	1,20	0,80	0,30	0,20	7,00	5,00	6,50
6	841	CARINA LICHTENFELS	5.155.684	3,90	1,50	0,40	0,50	0,40	6,70	5,00	6,28
7	80	CLEUCIO BRUENNING	37323393	5,10	1,20	0,80	0,50	0,60	8,20	0,00	6,15
8	381	SAMARA NASATO	5.993.233-0	5,10	1,50	0,80	0,40	0,20	8,00	0,00	6,00
9	451	PAULA CRISTINA FERREIRA	55295185	4,50	1,50	1,00	0,50	0,40	7,90	0,00	5,93
10	701	JEAN CARLOS CERUTTI	4431478	4,80	1,50	0,40	0,40	0,60	7,70	0,00	5,78
11	998	CLEITON PERINI	3394712	4,50	1,20	1,00	0,40	0,60	7,70	0,00	5,78
12	406	MARISTELA REGINALDA MARCELINO PASSOLD	2628101	4,20	1,50	1,00	0,40	0,60	7,70	0,00	5,78
13	650	REGINA DA SILVA	2627193	4,50	1,50	0,40	0,30	0,60	7,30	0,00	5,48
14	921	JONAS FABÍCIAKI	3993432	3,30	0,90	0,60	0,40	0,40	5,60	5,00	5,45
15	989	MAYCC CAMILO	3693808	4,80	1,20	0,40	0,40	0,40	7,20	0,00	5,40
16	373	ALEXANDRE DA ROCHA KLAUMANN	4475351	4,50	1,20	0,80	0,50	0,20	7,20	0,00	5,40
17	1152	JAQUELINE MAIER DA ROSA SCHULZE	4596768	3,90	1,50	0,40	0,30	0,60	6,70	0,00	5,03
18	968	RODRIGO RINGENBERG	6132101	4,20	0,90	0,60	0,30	0,20	6,20	0,00	4,65
19	1148	GIOVANA ANITA BUTZKE	1890631-1	3,30	1,20	0,60	0,40	0,00	5,50	0,00	4,13

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
1	899	GILBERTO VENDRAMIN JUNIOR	4171847	3,90	1,20	0,40	1,00	0,60	7,10	5,00	6,58
2	393	ANA CLAUDIA ANDRE	5354449	3,90	1,50	0,40	0,60	0,60	7,00	5,00	6,50
3	681	GUILHERME HUGO PAYERL	4529251	4,20	1,80	0,40	0,80	1,00	8,20	0,00	6,15
4	333	SILVANA DA SILVA DOS SANTOS	5009720	3,30	1,50	0,40	0,60	0,40	6,20	5,00	5,90
5	46	RODRIGO SALVALAGIO	4342301	4,80	0,90	0,40	1,00	0,60	7,70	0,00	5,78
6	1136	LUIS RICARDO DE LIMA	4191177	4,50	1,20	0,50	1,00	0,40	7,60	0,00	5,70
7	116	DIEGO JACOMINI	4403123	3,30	0,90	0,40	0,80	0,40	5,80	5,00	5,60
8	961	FABIO LEDRA	2626232	3,60	1,80	0,40	0,80	0,80	7,40	0,00	5,55
9	20	LEANDRO VENDRAMI	5.529.208-9	3,90	1,50	0,30	1,00	0,60	7,30	0,00	5,48
10	1159	SANDRO DORLEI BOEING	3732170	3,90	1,50	0,50	0,80	0,60	7,30	0,00	5,48
11	1130	MARIO JOSE PIRATH JUNIOR	3404432	3,60	1,50	0,40	1,00	0,80	7,30	0,00	5,48
12	19	ANE CAROLINE SINHUK	52793958	3,30	1,80	0,40	1,00	0,80	7,30	0,00	5,48
13	91	FLAVIA SEBOLD	50090470	1,80	1,80	0,50	0,60	0,60	5,30	5,00	5,23
14	663	MARCIO KLITZKE	47448571	4,20	0,90	0,30	0,80	0,60	6,80	0,00	5,10
15	1134	RODRIGO SCHLICKMANN	5071796-0	3,30	1,50	0,40	1,00	0,60	6,80	0,00	5,10
16	1168	FRANCO FOSCARINI	4268330	4,20	0,90	0,40	0,60	0,60	6,70	0,00	5,03
17	798	LUIS FERNANDO RAMOS	4932116	4,20	0,90	0,40	1,00	0,20	6,70	0,00	5,03
18	1095	JHONATA ALVES DA SILVA	3658352	3,90	1,20	0,40	0,40	0,80	6,70	0,00	5,03
19	86	ISABEL SCHLATTER	4068611	3,30	1,50	0,30	1,00	0,60	6,70	0,00	5,03
20	1063	PATRICIA AVANCINI	2126928	3,60	1,20	0,50	0,80	0,40	6,50	0,00	4,88
21	1107	MARCELO BENNETT	3674458	3,30	1,20	0,40	1,00	0,40	6,30	0,00	4,73
22	122	DALILA STANGE	54123186	3,90	1,20	0,30	0,80	0,00	6,20	0,00	4,65
23	608	EDSON LUIZ MONTAGNA	2.120.419	3,00	1,50	0,40	1,00	0,00	5,90	0,00	4,43
24	1146	ALANTEO MARIO SCHLINDWEIN	3458704	3,30	0,60	0,40	1,00	0,40	5,70	0,00	4,28
25	119	CASSIANO KUMMER	4041451	2,10	1,80	0,50	0,60	0,40	5,40	0,00	4,05
26	827	ROMULO POHLENZ	5023588	2,70	0,90	0,30	0,40	0,80	5,10	0,00	3,83
Rep.	587	JOANES MONTIBELLER	4.317.649	1,50	1,50	0,30	1,00	0,60	4,90	5,00	
Rep.	768	OSNI VALENCIO DA SILVA	4.311.909	2,10	1,20	0,30	0,40	0,60	4,60	0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
Rep.	418	GIOVANI COELHO	4186494	1,80	1,50	0,50	0,20	0,40	4,40	5,00	
Rep.	970	JOELSON REGENAD FREIESLEBEN	4011021	1,80	0,90	0,30	0,80	0,40	4,20	5,00	
Rep.	997	JANDERSON MACHADO	5471963	2,10	0,60	0,20	0,80	0,40	4,10	0,00	
Rep.	285	NUMAN HEBER MAURENTE FERRO JUNIOR	3394863-1	1,80	0,90	0,40	0,80	0,20	4,10	0,00	
Rep.	1010	PAULA LAIS PADILHA DE SOUZA	5748984	2,10	0,60	0,40	0,60	0,20	3,90	0,00	

PROFESSOR DE INGLÊS

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
1	698	SABRINA HILLESHEIM	4088073	5,10	1,80	0,60	0,30	0,60	8,40	8,00	8,30
2	553	VALMIRA ROHLING LEDRA	1679101	4,50	1,20	0,60	0,40	1,00	7,70	5,00	7,03
3	481	HUGO DOS SANTOS KONKEL	3718950	4,80	1,80	0,80	0,50	1,00	8,90	0,00	6,68
4	979	ANILORE ROIWAS	3.732.169	3,90	1,50	0,60	0,20	0,60	6,80	5,00	6,35
5	507	DEBORA BENDER SESTREM	6856405	5,10	1,20	1,00	0,30	0,60	8,20	0,00	6,15
6	965	ANA PAULA BERRI	4176051	4,80	1,20	0,80	0,40	0,60	7,80	0,00	5,85
7	858	SANDRO BATISTA DA SILVA	4431797	4,80	0,60	0,40	0,40	1,00	7,20	0,00	5,40
8	967	ADRIANA CRISTINA JENNRICH	6453129	3,90	0,90	0,60	0,30	0,80	6,50	0,00	4,88
9	787	LILIAN GREICE KLUG	3930105	3,60	1,20	0,40	0,50	0,80	6,50	0,00	4,88
10	983	NATACHA FELIPPE	5720192	3,60	1,20	0,60	0,40	0,60	6,40	0,00	4,80
Rep.	1069	RAQUEL PAVESI LOTERIO	3164902	2,70	0,90	0,60	0,10	0,20	4,50	0,00	
Rep.	986	RICARDO DE MORAES	5670647	1,80	0,30	0,60	0,30	0,20	3,20	0,00	
Rep.	1003	CRISTIANE APARECIDA SCHMIDT	4706168						N/C		
Rep.	1150	PABLO MARANGON DOURADO	1032970483						N/C		

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
1	240	DIRCE BERTOLDI HEINZ	943349	4,20	1,20	0,30	0,80	1,00	7,50	5,00	6,88
2	351	SUELY CRISTINA FIGUEIREDO	6132157	3,30	1,50	0,20	0,80	0,60	6,40	5,00	6,05
3	140	ELIZANGELA APARECIDA MATTES DA SILVA	3273141	4,20	0,00	0,40	0,60	1,00	6,20	5,00	5,90

Página **32** de **35**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
4	1185	PATRICIA REGINA PAWLAK	4118837	3,90	1,50	0,30	1,00	1,00	7,70	0,00	5,78
5	1162	THAIS DE SOUZA SCHLICHTING	4934153	4,20	1,50	0,30	0,60	1,00	7,60	0,00	5,70
6	1041	LIRANE RODRIGUES	1100280781	3,90	1,50	0,30	0,80	0,80	7,30	0,00	5,48
7	1158	JULIANA DIAS DOS SANTOS	7081585312	3,90	1,20	0,20	0,80	0,80	6,90	0,00	5,18
8	867	MARLIZA PERON	4171269	2,70	0,90	0,20	0,60	0,60	5,00	5,00	5,00
9	11	VIRLENE ISIDORO VELHO	3579775-4	3,60	0,90	0,40	0,60	1,00	6,50	0,00	4,88
10	1083	EDUARDO SEIZ MELO	26250896	3,30	0,90	0,40	0,80	1,00	6,40	0,00	4,80
11	392	GABRIELA CARLA DALPIAZ	4234936	3,90	0,90	0,30	0,40	0,80	6,30	0,00	4,73
12	990	CLOBER SCHNEIDER	26226340	3,00	1,50	0,50	0,60	0,60	6,20	0,00	4,65
13	1032	FABIANE RAQUEL MAY	4390996	2,40	1,80	0,40	0,60	1,00	6,20	0,00	4,65
14	503	LARISSA CAMARGO ALMEIDA	4231861	3,30	1,20	0,50	0,40	0,60	6,00	0,00	4,50
15	1192	SCHEILA MARIANE MARTINOWICZ	2912482	3,00	1,20	0,30	0,60	0,80	5,90	0,00	4,43
16	496	MARCIA PERFOLL	2492695	3,00	1,50	0,30	0,40	0,60	5,80	0,00	4,35
17	250	KASSIELLE KLITZKE	7.745.165	3,30	0,90	0,20	0,40	0,40	5,20	0,00	3,90
Rep.	1115	ODIRLEI MORAES	3395931-5	2,40	0,90	0,40	0,60	0,60	4,90	0,00	
Rep.	1079	RICARDO VOLTOLINI	2911337	2,40	0,90	0,20	0,40	1,00	4,90	5,00	
Rep.	172	CLEONICE AVI	3930330	2,40	0,90	0,30	0,40	0,80	4,80	5,00	
Rep.	1034	CRISTIANI SCHMITZ	3273388	2,40	0,90	0,30	0,40	0,80	4,80	5,00	
Rep.	399	MARIA YARA ELIAS PORATH	7358826	2,70	0,90	0,30	0,40	0,40	4,70	0,00	
Rep.	880	FERNANDA DE ANDRADE	4485251	1,80	0,90	0,30	1,00	0,60	4,60	0,00	
Rep.	955	ANA PAULA DA COSTA SILVA	4983034	2,40	0,60	0,30	0,20	0,60	4,10	0,00	
Rep.	1103	IARA LETICIA MEES	4390638	1,20	1,20	0,30	0,80	0,60	4,10	5,00	
Rep.	784	VENILDE TOMAZ DE OLIVEIRA	1.220.112	2,10	0,60	0,40	0,40	0,60	4,10	5,00	
Rep.	511	ARLEIDE REGINA CAPISTRANO MORENO BONILHA	3.164.416	1,50	0,90	0,20	0,60	0,40	3,60	0,00	
Rep.	178	NATANE GUIMARAES DA SILVA	4805964	1,20	0,90	0,20	0,20	0,40	2,90	5,00	
Rep.	736	ELISABETE GARAY GOULART CALEGARO	8024404066						N/C		
Rep.	487	KATIANA BOEIRA DE ANDRADE	5011134						N/C		

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
1	478	CAROLINE FRIEDEL	43474349	4,80	1,50	1,00	0,30	0,80	8,40	5,00	7,55
2	414	JANILA GARCIA MORETTI	3766452	4,20	1,80	1,00	0,40	0,80	8,20	5,00	7,40
3	711	ALEXANDRE SCHOT	7241608	3,90	1,50	0,80	0,20	0,20	6,60	8,00	6,95
4	903	MAURICIO MARCHI	4475891	3,30	1,50	1,00	0,30	0,40	6,50	5,00	6,13
5	545	NATANAEL COSTA SPINDOLA	3458836	2,10	1,80	1,00	0,50	1,00	6,40	5,00	6,05
6	142	TAISE KOCK	5.088.358	3,90	1,50	1,00	0,30	1,00	7,70	0,00	5,78
7	560	LUCIANE MARIA RAMOS	8463380-1	3,00	1,50	1,00	0,20	0,20	5,90	5,00	5,68
8	728	FRANCINE MENEHELLI	4390711	2,70	1,50	1,00	0,30	0,40	5,90	5,00	5,68
9	582	ERVIN SPERANDIO	1892788	3,60	1,50	1,00	0,40	0,60	7,10	0,00	5,33
10	215	ANTONIO LUIS MUNIZ DO AMARAL	2495029	3,60	1,50	0,80	0,50	0,60	7,00	0,00	5,25
11	766	FRANCIELLA ARAGAO	3.905.448	2,10	1,20	1,00	0,40	0,60	5,30	5,00	5,23
12	266	ALINE GRASIELLE GRUCHOWSKI	4074516	3,00	1,80	1,00	0,30	0,60	6,70	0,00	5,03
13	864	BARBARA MARIA FELLER	6338453	3,00	1,50	1,00	0,40	0,60	6,50	0,00	4,88
14	702	NATA PEREIRA GERMANO	5472435	2,70	1,50	1,00	0,50	0,60	6,30	0,00	4,73
15	452	ELIZABET CRISTINA WEBER SCHLICHTING	4932741	3,60	0,90	1,00	0,50	0,20	6,20	0,00	4,65
16	1157	DEISE CRISTINA BUSARELLO FELIX LEITE	42339421	3,30	0,90	1,00	0,40	0,60	6,20	0,00	4,65
17	930	CRISTINA VIANA JOCHEM	5142774	3,00	1,20	1,00	0,40	0,60	6,20	0,00	4,65
18	130	LUZIA PADILHA	3833747	3,00	1,50	1,00	0,30	0,40	6,20	0,00	4,65
19	1214	GLEICO ROBERTO ALVES	47246707	3,30	1,20	0,80	0,30	0,40	6,00	0,00	4,50
20	619	MONICA ZILS	4745449	2,70	1,50	0,60	0,50	0,40	5,70	0,00	4,28
21	1051	PATRICIA DE SOUZA FIAMONCINI	4311438	2,40	1,20	0,80	0,40	0,60	5,40	0,00	4,05
22	123	VANDERLEIA BALDO	5088544	2,10	1,80	0,60	0,30	0,60	5,40	0,00	4,05
23	1042	SIMONE CATAFESTA	44041519	2,40	0,90	1,00	0,40	0,60	5,30	0,00	3,98
Rep.	906	JULIANA ZANARDI	5077471158	1,50	1,50	1,00	0,50	0,40	4,90	5,00	
Rep.	217	DENISE TRUCH	5987964	1,80	1,50	0,60	0,30	0,40	4,60	0,00	
Rep.	693	MARIO JOSE PIRATH	570685	1,80	1,50	0,80	0,40	0,00	4,50	5,00	
Rep.	1197	ALINE FINARDI	5368782	1,80	1,50	0,60	0,30	0,20	4,40	0,00	
Rep.	74	CRISTIANO DUARTE	4431070	2,40	0,60	0,60	0,30	0,40	4,30	0,00	
Rep.	724	REGIANE DA SILVA	4691133	1,80	0,90	1,00	0,30	0,20	4,20	0,00	

Página **34** de **35**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
Rep.	1013	JANETE ALVES	3486375	1,20	1,50	0,40	0,30	0,60	4,00	0,00	
Rep.	465	IRACI SYMCZACKA	6766751	0,60	1,20	0,20	0,40	0,20	2,60	0,00	
Rep.	546	FABIO ROGERIO BECHTOLD	5307568						N/C		
Rep.	719	SILVIO BEZERRA DA SILVA	297121340						N/C		

***Class** = Classificação Provisória;

***LEG** = Nota correspondente às questões de Legislação

***ESP** = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

***CG** = Nota correspondente às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

***PE** = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;

***NF** = Nota Final;

***Insc** = Número de Inscrição;

***LP** = Nota correspondente às questões de Língua Portuguesa;

***MAT** = Nota correspondente às questões de Matemática/Raciocínio Lógico;

***PT** = Nota da Prova de Títulos;

***Rep.** = Reprovado.

***N/C** = Não Compareceu.

Rio do Sul, 1º de julho de 2015.

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA - PNE - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015****NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA
DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS****PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Class.	Insc.	Nome do Candidato	RG	ESP	LEG	MAT	CG	LP	PE	PT	NF
1	78	NEIMARA BURG	5880070	4,20	1,80	1,00	0,30	0,40	7,70	5,00	7,03
2	15	JAQUELINE HEINZ	4236699	4,20	1,20	0,20	0,40	0,60	6,60	5,00	6,20
3	17	BARBARA CRISTINE PONTICELLI	3314035	4,50	1,20	0,20	0,40	0,20	6,50	5,00	6,13
4	782	LUANA CAROLINA ANDRADE SALVADOR	4394459	3,30	1,20	0,40	0,20	0,60	5,70	0,00	4,28

*Class = Classificação Provisória;

*LEG = Nota correspondente às questões de Legislação

*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

*CG = Nota correspondente às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

*PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;

*NF = Nota Final;

*Insc = Número de Inscrição;

*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;

*MAT = Nota corresponde às questões de Matemática/Raciocínio Lógico;

*PT = Nota da Prova de Títulos;

*Rep. = Reprovado.

*N/C = Não Compareceu.

Rio do Sul, 1º de julho de 2015.

GABARITO DEFINITIVO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC**

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015
PUBLICAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS
DA PROVA ESCRITA

*Questões anuladas são assinaladas com a letra “N” no gabarito.

* Questões com alteração de gabarito em negrito.

PEDAGOGO

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. N	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. N	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. B	24. B	25. D	26. B	27. C	28. A	29. C	30. D
31. B	32. A	33. B	34. D	35. C	36. D	37. A	38. B	39. C	40. C

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. N	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. N	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. D	24. B	25. B	26. A	27. B	28. B	29. D	30. C
31. B	32. C	33. C	34. B	35. A	36. C	37. D	38. B	39. A	40. A

PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. N	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. N	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. D	24. C	25. C	26. B	27. B	28. D	29. B	30. A
31. D	32. C	33. A	34. D	35. D	36. A	37. B	38. B	39. D	40. D

PROFESSOR INFORMÁTICA

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. N	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. N	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. C	24. D	25. A	26. C	27. D	28. A	29. B	30. A
31. A	32. C	33. B	34. D	35. A	36. D	37. C	38. C	39. D	40. D

PROFESSOR ANOS INICIAIS

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. N	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. N	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. D	24. C	25. A	26. D	27. C	28. B	29. B	30. B
31. D	32. C	33. A	34. B	35. C	36. A	37. B	38. B	39. B	40. D

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. N	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. N	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. D	24. B	25. C	26. B	27. A	28. C	29. C	30. D
31. A	32. C	33. C	34. D	35. B	36. A	37. D	38. B	39. N	40. A

PROFESSOR MATEMÁTICA

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. N	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. N	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. B	24. C	25. D	26. D	27. A	28. A	29. C	30. D
31. B	32. C	33. A	34. B	35. D	36. B	37. C	38. A	39. B	40. D

PROFESSOR HISTÓRIA

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. N	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. N	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. B	24. C	25. A	26. D	27. B	28. D	29. A	30. D
31. B	32. D	33. C	34. B	35. D	36. C	37. B	38. A	39. B	40. B

PROFESSOR INGLÊS

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. N	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. N	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. B	24. C	25. D	26. D	27. C	28. A	29. A	30. B
31. D	32. B	33. B	34. D	35. C	36. B	37. C	38. C	39. A	40. C

PROFESSOR ARTES

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. N	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. N	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. A	24. C	25. A	26. D	27. B	28. C	29. D	30. A
31. D	32. B	33. A	34. N	35. C	36. C	37. A	38. A	39. D	40. C

PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. N	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. N	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. B	24. A	25. C	26. B	27. D	28. B	29. C	30. A
31. C	32. C	33. A	34. D	35. B	36. C	37. A	38. N	39. C	40. C

PROFESSOR GEOGRAFIA

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. N	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. N	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. C	24. A	25. D	26. D	27. B	28. A	29. B	30. B
31. D	32. C	33. A	34. C	35. A	36. C	37. B	38. D	39. B	40. A

PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. N	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. N	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. B	24. C	25. C	26. C	27. N	28. B	29. D	30. B
31. B	32. D	33. D	34. C	35. C	36. C	37. D	38. A	39. D	40. C

PROFESSOR FILOSOFIA

01. B	02. C	03. B	04. A	05. C	06. D	07. B	08. A	09. N	10. B
11. B	12. C	13. A	14. B	15. N	16. C	17. C	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. B	24. A	25. B	26. B	27. C	28. C	29. D	30. B
31. A	32. C	33. D	34. D	35. A	36. C	37. D	38. C	39. A	40. C

Rio do Sul, 01 de Julho de 2015.

LEI 5.614 - ANEXO



**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL
2015-2025**

APRESENTAÇÃO

Múltiplas e distintas foram as mãos que produziram o Plano Municipal de Educação de Rio do Sul, materializado neste documento que apresentamos à sociedade Riossulense.

O Plano Municipal de Educação é um conjunto de reflexões, intenções e ações que respondem às necessidades e aspirações da educação do Município. Alinhado ao Plano Nacional de Educação – Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014, dispõe de metas e de estratégias para a promoção de políticas públicas educacionais, para o decênio 2015 a 2025.

As diretrizes que orientam o Plano Municipal de Educação buscam: Erradicar o analfabetismo; Universalizar o atendimento escolar; Superar as desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; Formar para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; Promover a gestão democrática da educação pública, a formação humanística, científica, cultural e tecnológica; Estabelecer recursos públicos em educação que assegure às necessidades de expansão com qualidade e equidade; Valorizar os/as profissionais da educação; E promover os princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Sabemos que este Plano, é responsabilidade histórica compartilhada e missão inconclusa, pois o ser humano é sujeito histórico e, da consciência de sua inconclusão, busca ser mais (FREIRE, 1987). O Plano é uma direção aos caminhos que trilharemos à conquista do direito de todos à educação.

Por isso, “Rio do Sul, sorridente celebra, laboriosas fagueiras lembranças. Por teus feitos, tua terra e tua gente, crescimento e expansão hoje alcanças” (NARDELLI, Tercílio, 1981) por meio da educação.

Regina Garcia Ferreira

Presidente do Fórum Municipal de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	05
2 ANEXO I: DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.....	14
2.1 BREVE HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.....	14
2.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO.....	16
2.3 ASPECTOS ECONÔMICO DO MUNICÍPIO.....	17
2.4 ASPECTOS SOCIAL DO MUNICÍPIO.....	21
2.5 ASPECTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.....	23
2.6 ASPECTOS DE GESTÃO MUNICIPAL.....	25
2.7 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	25
2.7.1 Meta 1: Educação Infantil.....	26
2.7.2 Metas 2 e 5: Ensino Fundamental e Alfabetização.....	30
2.7.3 Meta 3: Ensino Médio.....	36
2.7.4 Meta 4: Educação Inclusiva.....	49
2.7.5 Meta 6: Educação Integral.....	45
2.7.6 Meta 7: Qualidade da Educação.....	51
2.7.7 Metas 8 e 9: Educação de Jovens e Adultos.....	56
2.7.8 Metas 10 e 11: Educação Profissional.....	60
2.7.9 Metas 12, 13, 14, 15 e 16: Educação Superior.....	62
2.7.10 Metas 17 e 18: Valorização dos Profissionais da Educação e Plano de Carreira.....	69
2.7.11 Meta 19: Gestão Democrática.....	71
2.7.12 Meta 20: Financiamento da Educação.....	75
3 ANEXO II: METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	79
3.1 META E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	79
3.2 META E ESTRATÉGIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	82
3.3 META E ESTRATÉGIAS DO ENSINO MÉDIO.....	86
3.4 META E ESTRATÉGIAS D EDUCAÇÃO ESPECIAL	89
3.5 META E ESTRATÉGIAS DA ALFABETIZAÇÃO.....	94
3.6 META E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	95
3.7 META E ESTRATÉGIAS DO APRENDIZADO NA IDADE RECOMENDADA.....	97
3.8 META E ESTRATÉGIAS DA ESCOLARIDADE MÉDIA.....	102

3.9 META E ESTRATÉGIAS DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	105
3.10 META E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	107
3.11 META E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	109
3.12 META E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	112
3.13 META E ESTRATÉGIAS DA ELEVAÇÃO DE TITULAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	114
3.14 META E ESTRATÉGIAS DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.....	116
3.15 META E ESTRATÉGIAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	118
3.16 META E ESTRATÉGIAS DA FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES.....	120
3.17 META E ESTRATÉGIAS DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	121
3.18 META E ESTRATÉGIAS DO PLANO DE CARREIRA DOCENTE.....	123
3.19 META E ESTRATÉGIAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	123
3.20 META E ESTRATÉGIAS DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.....	126
REFERÊNCIAS.....	130
APÊNDICES.....	140
Apêndice A – Plano de Ação do Fórum Municipal de Educação.....	140
Apêndice B – Cronograma de reuniões das comissões.....	42
Apêndice C – Convite da Consulta Pública.....	144
Apêndice D – Formulário de Proposições ao PME.....	145

1 INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação possui período decenal, e foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014, estando em vigor até 2024. Este Plano possui força constitucional, transcendendo-se governos. De caráter democrático e precedido por um amplo processo de debate, iniciou-se na CONAE, em 2010, culminando-se com sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Assim, o Município deve construir o seu Plano Municipal de Educação, alinhado ao Plano Nacional de Educação que dispõe o Artigo 8º da Lei nº 13.005/2014, de que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm o prazo de 1 (um) ano a partir da data de publicação da Lei para adequarem ou elaborarem seus planos educacionais, ou seja, até 25 de junho de 2015.

Conforme as disposições do Ministério da Educação, seu caráter intersetorial envolve as instituições governamentais e não-governamentais, a participação ativa de toda a sociedade, buscando como referência a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as deliberações das Conferências Nacional e Estadual e Municipal de Educação (CONAEs), as orientações do Ministério da Educação (MEC), a Lei do Plano Nacional de Educação (PNE), as legislações e publicações acadêmicas relevantes sobre o assunto.

É fundamental que seja articulado com o Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA, Plano de Ações Articuladas – PAR, entre outros. O Plano Municipal de Educação alinhado ao Plano Nacional de Educação, não deve estar subordinado à realidade apenas da rede ou do sistema municipal, pois deve abarcar a todas as necessidades educacionais do cidadão.

De acordo com relatórios da Secretaria Municipal de Educação – gestão administrativa 2009-2012 e do Conselho Municipal de Educação, em Rio do Sul, as discussões se iniciaram 6 (seis) anos antes à sanção da lei final do Plano Nacional de Educação. E na data de 02 de setembro de 2009, conclamaram-se as entidades e a sociedade civil organizada deste Município para reiniciar os trabalhos e prosseguir no firme propósito de elaborar o Plano.

Em seguida, constituiu-se uma Equipe Técnica, composta por representações da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação. Essa comissão técnica teve por objetivo planejar e coordenar todo o processo de elaboração do Plano

Municipal de Educação, desde o cronograma, a constituição das comissões, o planejamento de todas as etapas, a análise do material proposto pelas comissões, até a revisão do texto do Plano e a elaboração do projeto de lei.

Foram compostas 9 (nove) comissões, onde a representação estava vinculada à temática específica. Ao todo, participaram 96 (noventa e seis) pessoas, nomeadas pelo Decreto nº 1.856, de 17 de maio de 2011, as quais compunham as comissões. Para efetivação dos trabalhos, cada comissão escolheu um coordenador e fez um cronograma de reuniões.

As comissões foram assim compostas:

Comissão Técnica: Janara Aparecida Mafra, Ivonete Kolv Kriek, Marilse Eliane Mattos Pompilio e Gilson Roberto da Silva (Secretaria Municipal de Educação); Livia Regina Koester e Lauri João Marconatto (Conselho Municipal de Educação).

Comissão de Educação Infantil: Lara Aparecida Guse Ramos (Unidavi); Deise Montibeller (Secretaria Municipal de Educação); Noeli Marcelino Schweitzer (Professora da Rede Municipal); Sandra Maria Grah Xavier (Rede Assistencial); Sandra Spieweck (Colégio Dom Bosco); Eloíse Holler Nunes (Colégio Sinodal Ruy Barbosa); Angelita Nicolete (Sesc); Celi Terezinha Wolf (Famesul); Ana Cláudia Demarch Franceschi (Conselho Municipal de Educação); e Angela Fronza dos Santos (Instituto Maria Auxiliadora).

Comissão de Ensino Fundamental: Devanir Nasato Kaestner (Conselho Municipal de Educação); Vlademir Brasil Júnior e Josela Estoele (Secretaria Municipal de Educação); Dolores Henn Fontanive e Nádia Matte (Gered); Inhelora Kretzschmar Joenk (Unidavi); Neide Maria Machado (Colégio Dom Bosco); Susana Hoffman (Colégio Sinodal Ruy Barbosa); Ana Paula Motta (Instituto Maria Auxiliadora); Eliane Léa Vicente Testoni (Professora da Rede Municipal).

Comissão de Ensino Médio, Educação Tecnológica e Formação Profissional: Diego da Silva Ossemer e Adriana Passos Bonaldo (Secretaria Municipal de Educação); (Secretaria Municipal de Educação); Lauri João Marconatto (Conselho Municipal de Educação); Juracir Deretti (Colégio Dom Bosco); Ana Letícia W. de Oliveira (Cedup); Olga Fornazari (Gered); Emanuele Cristina Siebert (Instituto Federal Catarinense); Isolene Lempkuhl (Instituto Maria Auxiliadora); Rosana Orsi (Colégio Sinodal Ruy Barbosa); Paula Andrea G. Civiero (Sindicato – Instituto Federal Catarinense); Myrthes Meinicke (Senai); Fábica Goretti Martins Peron (Unidavi) e Vânia Kesting (Colégio Energia).

Comissão de Ensino Superior: Ivonete Kolv Kriek e Josela Estoele (Secretaria Municipal de Educação); Adriana Soares Lourenço dos Santos (Professores da Rede

Municipal); Ilson Paulo Ramos Blogoslawski (Unidavi); Márcio Koehler (Famesul); Dirceu Klann (Faculdade Ação); Márcia Aparecida Dalcanele (Gered); Rosimeri Mattiola (Senai); Silvana T. Pamplona Trierweiller (Senac); Kátia Fronza (Instituto Federal Catarinense); Araceli Gonçalves (Colégio Sinodal Ruy Barbosa) e Ana Lucia Ribeiro Gomes (Famesul).

Comissão de Educação de Jovens e Adultos (EJA): Lenice Werner C. dos Santos (Secretaria Municipal de Educação); Ana Maria Campestrini (Famesul); Bernadete Thais (Educação Carcerária); Fabian Granetto (Obras Kolping); e Livia Regina Koester (Conselho Municipal de Educação).

Comissão de Educação Especial: Liliane Mara Amorim Niehues (Apae); Eliane Aparecida Netto Mohr (Gered); Mônica Denser (Conselho Municipal de Educação); Vania Elisabeth Carbonera (Famesul); Eliane Léa Vicente Testoni (Conselho Municipal de Educação); Marines Dias Gonçalves (Instituto Federal Catarinense); Samanta Ariane Gramkow e Danielle Zanella Radke (Apae); Irene Ern (Colégio Dom Bosco); Andreia Guesser Marian (Instituto Maria Auxiliadora); Emanuelle Sorgatto, Elaine Patrícia Silva e Lenice Werner C. dos Santos (Secretaria Municipal de Educação).

Comissão de Formação de Professores e Valorização do Magistério: Eliane Léa Vicente Testoni (Conselho Municipal de Educação); Rute Gude e Ivonete Kolv Kriek (Secretaria Municipal de Educação); Leandro Brum Pinheiro e Sérgio Gerônimo Costa (Colégio Dom Bosco); Angelita Gambetta Stuepp (Instituto Maria Auxiliadora); Neiva Hoeppers de Araújo (Unidavi); Zuleide Demétrio Minatti (Famesul); Paula Andrea Civiero (Sindicato – Instituto Federal Catarinense); Jaison Benting (SINTE); Ereni Fátima Belino André (Escolas Municipais); e Márcia Eliana Chiquetti (SINSPURS).

Comissão de Financiamento e Gestão: Ivonete Kolv Kriek, Rúbia Cristina Mohr, Edgar Cunha e Adelina de Fátima Tenfen (Secretaria Municipal de Educação); Ivo Ferrari (Conselho Municipal de Educação); Raquel Rosani Ramos Kopsch (Diretores Municipais); Sandra Maria Grah Xavier (Rede Assistencial); James Ocácio Prust (Famesul); Bruna Livramento (Secretaria da Fazenda); Arlete de Souza (SINSPURS); Andressa Brandt (Instituto Federal Catarinense); Rosane Dewes (Instituto Maria Auxiliadora); Bolco Hoppe (Colégio Sinodal Ruy Barbosa); Jeferson Vieira (Câmara Municipal) e Riolanda C. F. Cavilha (Colégio Dom Bosco).

Apesar da rotatividade e da ausência de alguns integrantes nas comissões, consequentemente da reinicialização do processo, é fundamental salientar que algumas comissões desde o início tiveram participação maciça e contínua.

Desde o início se registraram todas as propostas advindas das comissões. No entanto, a cada recomeço, as ideias se modificavam, pois conforme sobredito, havia muitas substituições das representações. Assim, as discussões eram enriquecidas por saberes e posicionamentos diferentes, resultando-se em uma troca riquíssima de experiências.

Em 06 de abril de 2011, realizou-se mais uma reunião a fim de dar prosseguimento ao Plano, com o fato de não haver *quórum*, a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação finalizariam o processo; afinal, muitas mãos já haviam dedilhado o documento. Porém, 53 (cinquenta e três) pessoas atenderam à demanda e juntos endossaram o processo, com o firme propósito de concluir o trabalho iniciado em 2008.

Apesar das rupturas, o Plano Municipal de Educação de Rio do Sul alavancou em abril de 2011, quando, novamente, se convidaram as entidades e a sociedade civil para uma reunião. O objetivo era sensibilizar e mobilizar a sociedade para esclarecer que a função e abrangência do Plano. A Secretária Municipal de Educação do período, Janara Aparecida Mafra, fez o papel de agente provocadora e esclarecedora do significado da realização do Plano Municipal de Educação, salientando ainda, que este estava na iminência de ser alterado com mudanças significativas.

À medida que os trabalhos das comissões se finalizavam, já estavam programadas as Pré-Conferências Municipais com a tônica: “A Universalização da Educação de Qualidade em todos os Níveis”, as quais tinham por objetivo fundamental abrir para a participação social, dar transparência ao processo, envolver e comprometer os atores na elaboração e implementação do Plano. Realizaram-se amplos processos de divulgação, mas, na participação da sociedade, foi preciso avançar. Diz-se isso porque em determinadas temáticas foi insipiente, faltando inclusive representantes da área para subsidiar a discussão.

A metodologia das Pré-Conferências obedeceu à seguinte ordem:

- a) Estabeleceu-se um calendário, com data do dia 09/05/11 ao dia 18/05/11, no horário das 19h, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação;
- b) A cada dia eram apresentadas as metas e ações sobre uma temática específica, que haviam sido amplamente discutidas em cada comissão;
- c) Em seguida, o presidente do Conselho Municipal de Educação fazia a leitura de cada proposta, colocando-a em votação e/ou discussão;

d) As metas e ações aprovadas nas Pré-Conferências seguiriam para a Conferência do Plano, com data de realização no dia 20 de maio, às 19h, nas dependências da Câmara de Vereadores da nossa cidade;

e) E, por fim, foram eleitos os delegados que votariam na Plenária Final da Conferência, a ser realizada no dia 20 de maio de 2011.

Assim, sucessivamente, ocorreu a cada dia, com as 8 (oito) temáticas propostas: Educação Especial, Ensino Fundamental, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos., Ensino Superior, Financiamento e Gestão, Valorização e Formação dos Profissionais na Educação, Ensino Médio e Educação Tecnológica e Formação Profissionalizante.

A metodologia da Conferência do Plano obedeceu à seguinte ordem: a) Leitura do Regimento Interno da Conferência; b) Palestra do prof. João Carlos da Gama. Foram apresentadas em aparelho multimídia todas as ações e metas aprovadas em cada Pré-Conferência, com a possibilidade de destaques pela Plenária e ao final, Moção.

No período de junho a agosto de 2011, trabalhou-se com o propósito de contar a história do Plano, atualizar alguns dados, localizar a bibliografia, pensar na arte etc. No mês de setembro do corrente ano, devido às cheias as quais assolaram o município, perdeu-se, muito material de registro do Plano.

Com o propósito de impulsionar e dar continuidade a todo esse processo de discussão e sistematização do Plano Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2013, constituiu o Fórum Municipal de Educação (Decreto Nº3346 de abril de 2013), organizou a CONAE na escola, sendo um momento de preparação e reflexão para a Conferência Municipal de Educação que aconteceu no dia 28 de junho de 2013.

No ano de 2014, o Fórum Municipal de Educação foi convocado para conhecer e estudar o Plano Estadual de Educação, pois através desses estudos, poderia apresentar proposições para a discussão do Plano Estadual de Educação que tem suas metas e estratégias alinhadas ao Plano Nacional.

No dia 1º de abril de 2015, novamente o Fórum se reúne com a responsabilidade de compor as equipes de trabalho, sistematizar as propostas e organizar o texto base do Plano Municipal de Educação de Rio do Sul, para o decênio 2015-2025. Foi constituída uma equipe técnica com profissionais representantes da Secretaria Municipal de Educação - SME, Gerência Regional de Educação - GERED e Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

Os objetivos desta equipe foram: Fazer o levantamento dos dados educacionais; Elaborar uma proposta de documento base a ser oferecido e validado pelo Fórum antes da ampla divulgação e do debate público; Analisar dados e informações sobre a oferta e a demanda educacional no território do Município; Analisar a coerência do conjunto de metas e sua vinculação com as metas estaduais e nacionais; Estabelecer coerência e conexão entre o plano de educação e o projeto de desenvolvimento local; Sistematizar as contribuições e entregar o documento final.

A equipe técnica foi indicada pelo Fórum Municipal de Educação sendo composta pelos membros: Regina Garcia Ferreira (Secretária Municipal de Educação e Presidente do Fórum Municipal de Educação); Djanna Zita Fontanive, Eliane Léa Vicente Testoni, Josela Estoele e Marlon Anderson de Souza (Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Rio do Sul); Marizete Serafim Hoffmann (Unidavi), Márcia Aparecida Dalcanale (Gered).

Foram criadas também as comissões de trabalho, com o objetivo de adequar o plano municipal aos planos estadual e federal; analisar dados e informações sobre a oferta e a demanda educacional no território do Município; formular metas, estratégias e indicadores com base nos levantamentos realizados.

As comissões de adequação do Plano Municipal de Educação, forma compostas pelos membros:

Comissão de Educação Infantil (Meta 1): Eliane Léa Vicente Testoni, Djanna Zita Fontanive, Jussara Machado de Oliveira, Maria Angélica Marques, Elenir Holler; Marli K. Münzfeld; Luís Carlos Visentainer e Sílvia Vignola (Secretaria Municipal de Educação); Marlon Anderson de Souza (Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação); Ângela Rutzen (Unidavi); Lara Aparecida Guse Ramos (Conselho Municipal de Educação e Unidavi); Sandra Maria Grah Xavier (Rede Assistencial); Susana Maria Ferreira (CEI Pinguinho de Gente); Edlamar Leonor F. de Souza (CE Daniel Maschio); Amarilda Hames (CEI Augusto Bosco); Beatriz Selhorst da Costa (CEI Adelaide Ledra); Cristiana Dalpiaz Girardi (CEI Tia Bea); Eliane Citadini (CEI Dr. Romão Trauczynski); Michele Vignola (CEI Cantinho do Amor); Silvana Tomedi (CEI Padre Ângelo Moser); Simone Barbeta Thiede (CEI Canta Galo); Vera Luci Roveda (CEI Belmarli); Marilene Back Espíndola (CEI Ilse Soldatelli); Glória Janaína Meriz Avi (CEI Déa Bornhausen); Ana Cláudia Demarch Franceschi (CE Sebastião Back); Eliane da Costa (CE Ricardo Marchi); Rubiana Mutscher (CE Ricardo Marchi); Gislene L. Goetten Zelindro (CEI Pref. Matheus Alves Conceição); Daiana G. de Moraes (CEPLAS) e Marineuza S. Dalponte (Sesi).

Comissão de Ensino Fundamental (Meta 2), Alfabetização (Meta 5), Educação Integral (Meta 6) e Qualidade da Educação Básica/Ideb (Meta 7): Josela Estoele, Eliane Léa Vicente Testoni, Djanna Zita Fontanive, Lindamir L. S. da Silva; Ângela C. H. Scussel; Elenir Holler (Secretaria Municipal de Educação); Marlon Anderson de Souza (Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação); Adriana Soares (CE Aníbal de Barba); Maria Lenir Stupp (Instituto Federal Catarinense); Nair Camargo Giehl (CEPLAS); Dolores Henn Fontanive (Gered); Sueli Teresinha Pasqualini (Sesi); Genir Ceola (CE Ricardo Marchi); Eliane da Costa (CE Ricardo Marchi); Tânia Baasch Bremer (CE Willy Schleumer); Lair Becker (CE Ilse Soldatelli); Sandra T. R. Pereira (CE Pedro dos Santos); Caroline Frainer (CE Roberto Machado); Maisa França (CE Ulrich Hubsch); e Janara Eliana Doege (CE Ulrich Hubsch) e Fábria Peron (Gered).

Comissão de Ensino Médio (Meta 3) e Educação Profissional (Meta 11): Djanna Zita Fontanive e Jussara Machado de Oliveira (Secretaria Municipal de Educação); Tarita Thief Martins e Mário Martinho Wloch (Gered); Marlon Anderson de Souza (Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação); Ângela Rutzen (Unidavi); Patrícia R. Traple (Senai); Neiva H. de Araújo (Instituto Federal Catarinense); Silvana T. Pamplona Trierweiller (Senac) e Marister Patricia Gonçalves (Senai).

Comissão de Educação Inclusiva (Meta 4): Eliane Léa Vicente Testoni, Josela Estoele, Emanuelle Sorgato, Ângela Cristina Hammamm Scussel, Maria Cristina Pacheco Mafra, Roseli Bonfante e Lindamir Luciana S. da Silva (Secretaria Municipal de Educação); Márcia Ramos (Gered); Eliane Aparecida Netto Mohr (Gered); Marines Dias Gonçalves (Instituto Federal Catarinense); Marizete Serafim Hoffmann (Unidavi); Rodrigo Farber (Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação); Maurício Berlanda (Secretaria Municipal de Educação); Carla Andrea da Silva (Secretaria Municipal de Educação); Liliane M. Amorim Niehues (Apae); Ana Gabriela Barros de Lima (Instituto Federal Catarinense); e Marlon Anderson de Souza (Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação).

Comissão de Elevação da Escolaridade (Meta 8), Alfabetização de Jovens e Adultos (Meta 9) e EJA Integrado à Formação Profissional (Meta 10): Luciana Barbosa (Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí); Maria Carmen Melo (Sesi); Márcia Rodecz (Instituto Federal Catarinense); Lindamir Luciana Schneider da Silva e Djanna Zita Fontanive (Secretaria Municipal de Educação) e Ligeia Lopes Mouta Jost (Ceja);

Comissão de Educação Superior (Meta 12), Qualidade do Ensino Superior (Meta 13), Pós-Graduação (Meta 14), Formação dos Profissionais da Educação (Meta 15) e

Formação Continuada (Meta 16): Susana Gauche, Dóris Hoffmann e Ana Paula L. Batista (Unidavi); Márcia Aparecida Dalcanale (Gered); Solange Aparecida de Oliveira Hoeller e Paula Civiero ((Instituto Federal Catarinense); Lindamir Luciana Schneider da Silva, Eliane Léa Vicente Testoni, Silmara Sarai da Silva, Josela Estoele e Djanna Zita Fontanive (Secretaria Municipal de Educação); e Zuleide Demétrio Minatti (Uniasselvi/Famesul).

Comissão de Valorização dos Profissionais (Meta 17) e Plano de Carreira (Meta 18): Arlete de Souza (SINSPURS); Marlon Anderson de Souza, Sandra Aparecida Dela Justina, Eliane Léa Vicente Testoni (Secretaria Municipal de Educação); Marilene Back Espíndola (SINSPURS); Edlamar Leonor F. de Souza (CE Daniel Maschio); Silvana Tomedi (CEI Padre Angelo Moser) e Vera Luci Roveda (CEI Belmarli).

Comissão de Gestão Democrática (Meta 19): Lourdes Costenaro Dall Oglio (Gered); Maria Lenir Stupp (Instituto Federal Catarinense); Ângela Cristina Hammann Scussel e Djanna Zita Fontanive (Secretaria Municipal de Educação), Eli Regina Bechtold, Marilene Bach Espíndola (SINSPURS).

Comissão de Financiamento da Educação (Meta 20): Djanna Zita Fontanive, Eliane Léa Vicente Testoni, Silmara Sarai da Silva, Luís Carlos Visentainer (Secretaria Municipal de Educação), Marlon Anderson de Souza (Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação); Marilene Back Espíndola (SINSPURS); Ernani Schneider (Gered); Amauri de Sousa Freitas Junior e Laiana da Silva Ossemer (Secretaria Municipal de Administração).

Após todos os trabalhos efetivados pelas comissões, apresentaram-se as proposições das metas e estratégias em uma Consulta Pública, realizada no dia 14 de maio de 2015, para toda a sociedade civil (Apêndice C).

Nesta consulta, contextualizou-se todo o processo de elaboração dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação. Fez-se a leitura de todas as metas pelos relatores das comissões, de modo que as propostas de alterações (supressão, substituição ou adição) poderiam ser feitas pelos participantes através de um formulário próprio. (Apêndice D). Estas foram analisadas pelo Fórum e deliberadas, conforme a avaliação desse grupo, e posteriormente respondidas aos propositores.

Na sequência, a equipe técnica sistematizou o documento, com o auxílio da revisão textual de Ary Fontanive e criação artística dos mapas de Maicon Kammers.

Considerando o objetivo a que se propõe, visando a implementação de políticas educacionais a partir de um processo de efetiva participação da sociedade, tem-se a convicção de que se cumpriram os preceitos legais de uma gestão democrática e

participativa, onde o texto produzido foi o resultado de um processo de construção coletiva entre os membros sociais ligados à educação, traduzindo-se os desejos de uma sociedade democrática e cidadã.

Trata-se de uma construção legítima, que terá sua execução monitorada e avaliada pelo Fórum Municipal de Educação, por meio da mobilização da sociedade ao longo dos seus 10 (dez) anos de vigência.

Assim, encaminha-se o Projeto de Lei, o diagnóstico da educação e as metas e estratégias, concernentes ao Plano Municipal de Educação do município de Rio do Sul, realizado sob a coordenação do Fórum Municipal de Educação e construído pelo povo riossulense.

2 ANEXO I – DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

2.1 BREVE HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

Originalmente, povoado pelos indígenas da etnia Xockleng¹ e posterior, colonizada por imigrantes europeus, em sua maioria alemães e italianos que vieram atraídos pela propaganda de que a vida na América seria melhor já que, na Europa, a falta de oportunidade econômica não absorvia a superpopulação e a indústria substituiu o trabalho dos artesãos (DAGNONI; WARTHA, 2011).

Na tentativa de integrar a população do litoral com a população serrana, por meio da construção da estrada Blumenau/Curitiba, inicia-se em 1863, expedições lideradas pelo engenheiro Emílio Odebrecht para a abertura de picadas, que em 1874 transformaram-se em picadão de cargueiros, intensificando o comércio entre Blumenau e o Planalto.

Para facilitar o fluxo comercial Dr. Hermann Blumenau determinou a construção de uma balsa em 1890, cabendo ao balseiro Basílio Corrêa de Negredo a responsabilidade por administrá-la.

De acordo com o relatório sobre o início da colonização de Rio do Sul (FUNDAÇÃO CULTURAL/ARQUIVO PÚBLICO HISTÓRICO, 2006, p. 08):

“A colonização de Rio do Sul, antigamente, conhecida por Humaitá, Suedarm, Braço do Sul, Bella Aliança foi consequência da colonização de Blumenau, levando-se em consideração que o território da “Colônia de Blumenau” abrangia toda a região do Alto e Médio Vale do Itajaí”.

O início da colonização de Rio do Sul foi em 1892, segundo o documento compro-

¹ Historicamente habitavam o território catarinense os povos indígenas Xokleng, Guarani e Kaingang. Os Xokleng localizavam-se entre o litoral e o planalto, portanto, viviam na região do Alto Vale do Itajaí. Tinham língua, cultura e território. Xokleng foi um nome dado pela literatura antropológica. Autodenominam-se Laklãnõ, que significa gente do sol, gente ligeira ou, povo que vive onde nasce o sol. A colonização das terras indígenas representou o maior genocídio demográfico da história da humanidade. Estima-se que dos cinco milhões de indígenas por ocasião do confronto dos europeus (1500), restaram no final do império (1889) apenas 300 mil. Segundo Santos (1997, p. 20), o território tradicional Xokleng foi objeto de um plano de ocupação sistemático e irreversível. Os governos e as companhias de colonização estavam em acordo, inclusive, quanto à conveniência de se minimizar a presença indígena. Desde 1914 os Xokleng, juntamente com os Guarani e os Kaingang foram submetidos a habitar a reserva indígena Duque de Caxias, localizada aproximadamente a 60km do município de Rio do Sul.

batório Diário de Francisco Frankenberger, quando iniciado o trabalho na lavoura, fato que caracterizou a instalação definitiva da colônia.

Além da construção de estradas, contratadas pelo governo, cujo pagamento era realizado pela concessão de terras devolutas para serem colonizadas, a construção da Estrada de Ferro Santa Catarina - hoje extinta, mas com planos de reimplantação e preservação da sua memória pela Fundação Estrada de Ferro Vale do Itajaí – TRENTUR - contribuíram com o crescimento da localidade nesse período.

Rio do Sul destacou-se dos demais núcleos do Alto Vale do Itajaí desde o início, graças a sua posição geográfica privilegiada. Estrategicamente localizada, no ponto de encontro das rodovias, começou a desenvolver um intenso comércio de produtos extraídos da área rural, enquanto a indústria surgia aos poucos.

O território atual do Município, antes denominado Braço do Sul, fundado em 1912, pertencia a Porto Belo em 1832; mais tarde com o desmembramento de Itajaí de Porto Belo em 1859, o Vale passou a pertencer a esse município. Quando Blumenau se emancipou em 1892, Braço do Sul tornou-se distrito deste, passando a ser nomeado de Bella Aliança e, em 15 de abril de 1931, emancipou-se recebendo o nome de Rio do Sul (CARDOSO, 1991) e tendo como primeiro prefeito indicado o Sr. Eugênio Daved Schneider.

O município de Rio do Sul abriga uma natureza exuberante e diversificada do bioma² Mata Atlântica, tendo o elemento predominante no solo as rochas do período Devoniano³ e a floresta Ombrófila Densa.⁴ É entrecortado pelos rios Itajaí do Sul e Oeste cuja convergência dá origem ao grande Itajaí-Açu que perfila ao longo das cidades do Vale do Itajaí.

² O território brasileiro abriga oito biomas: Caatinga, Cerrado, Ecossistemas Costeiros, Floresta Amazônica, Floresta com Araucárias, Pampas, Pantanal e Mata Atlântica. De acordo com Dicionário socioambiental: ideias, definições e conceitos organizados por Eda Tassara, em Ecologia, chama-se bioma a uma comunidade biológica que envolve o conjunto de seres vivos próprios de uma determinada região, em condições climáticas, geográficas e históricas semelhantes, apresentando uma diversidade biológica própria.

³ É o quarto período da Era Paleozoica (entre 543 e 245 milhões de anos atrás) e se caracteriza por intensa sedimentação continental, frequentemente intercalada com depósitos marinhos.

⁴ Vegetação que cobre o relevo das planícies, morros, montanhas e encostas da Serra do Mar e Geral, voltados para o Oceano Atlântico. Condicionada por clima quente e úmido. Das florestas e do clima resultam milhões de nascentes de água. As árvores peculiares podem atingir até 35m de altura, de estrutura dossel, composto por densas copas, entremeadas por arvoretas, arbustos e ervas (KLEIN, 1980 apud SEVEGNANI et al, 2013, p. 97).

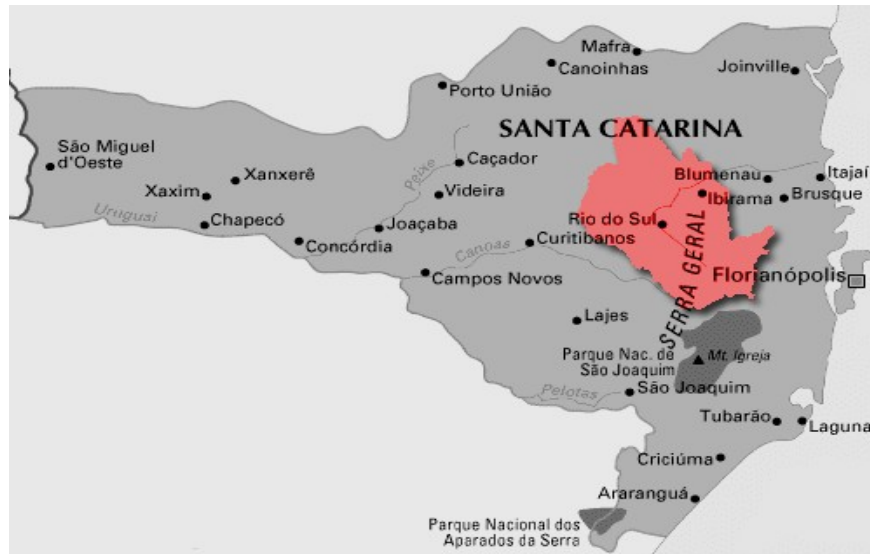


Figura 1: Localização do município de Rio do Sul

DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

População estimada (IBGE, 2014): 66.251

População (IBGE, 2010): 61.198

Área da unidade territorial (km²): 260,970

Densidade demográfica (hab/km²): 235,05

Clima Temperado temperatura média entre 15°C e 25°C

Gentílico: riossulense

Mesorregião: Vale do Itajaí

Estado Santa Catarina

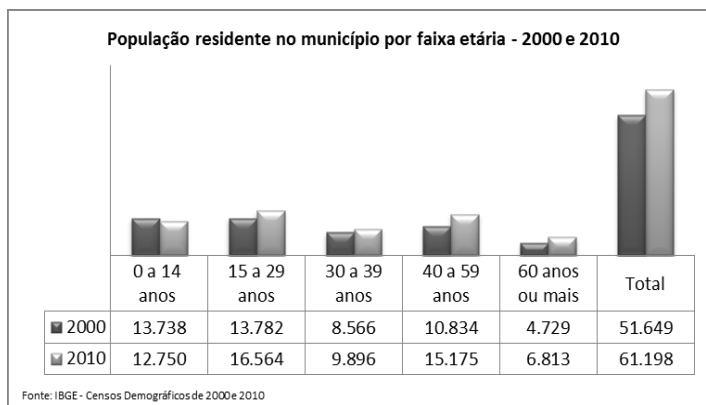
Região Sul

Data de fundação: 15 de abril de 1931.

2.2 ASPECTO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO

A população do município de Rio do Sul é de aproximadamente 61.198 habitantes. Desses, 4.413 se encontram no campo e 56.785 na cidade (IBGE, 2010).

A população do município cresceu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1,71% ao ano, passando de 51.650 para 61.198 habitantes.



A estrutura demográfica apresentou mudanças no município, especificamente, entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 3,7% em média ao ano. Em 2010 a população idosa detinha 11,1% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -0,7% ao ano. Crianças e jovens detinham 26,6% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 13.738 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo desceu para 20,8% da população, totalizando 12.750 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 2,30% ao ano), passando de 33.182 habitantes em 2000 para 41.635 em 2010. Em 2010, este grupo representava 68,0% da população do município.

A taxa bruta de mortalidade em Rio do Sul para o ano de 2014 é de 5,7 por 1000 óbitos e a taxa bruta de natalidade para o ano de 2014 é de 12,1 por 1000 nascimentos (SMS, 2015).

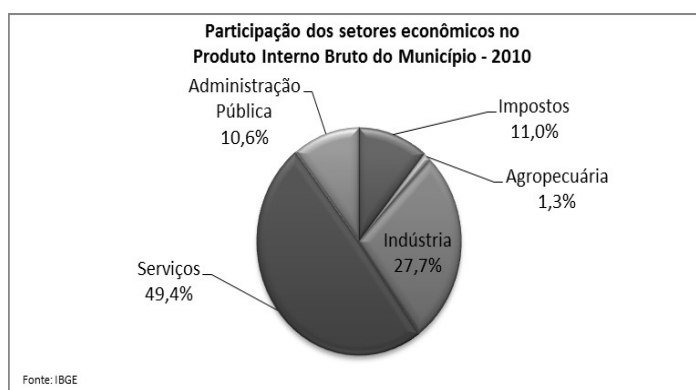
2.3 ASPECTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

O município é considerado a capital da região do Alto Vale e sua economia é baseada nos setores: confecção, metalmecânico, eletrônico e de alimentação (laticínios,

suinocultura, avicultura, rizicultura).

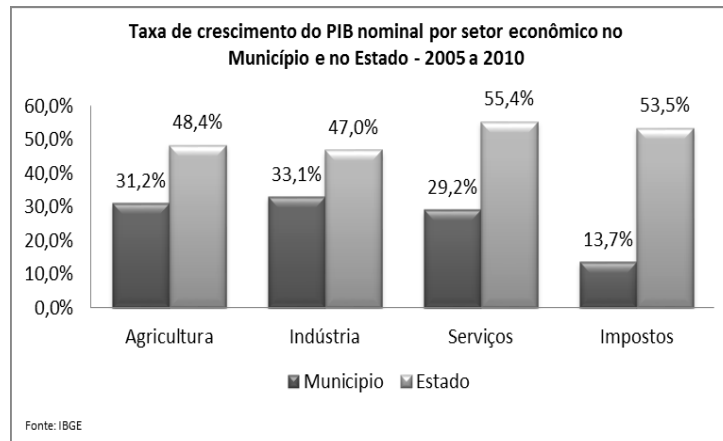
Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013) - o município de Rio do Sul, em relação ao país, aparece na 36ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, com 0,802 de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁵ e, em relação aos 295 municípios de Santa Catarina ocupa a 9ª posição (IBGE, 2010).

Na produção econômica, entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do Município cresceu 28,5%, passando de R\$ 960,9 milhões para R\$ 1.234,7 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado, que foi de 52,1%. A participação do PIB do Município na composição do PIB estadual diminuiu de 1,13% para 0,95% no período de 2005 a 2010.

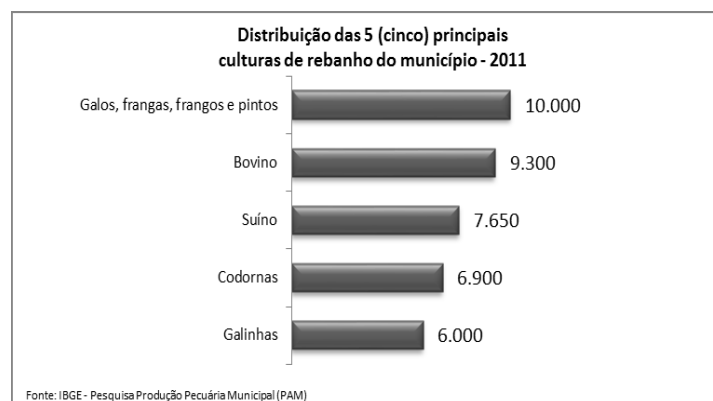


A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 58,7% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 29,5% em 2010, contra 28,5% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 28,5% em 2005 para 28,7% em 2010.

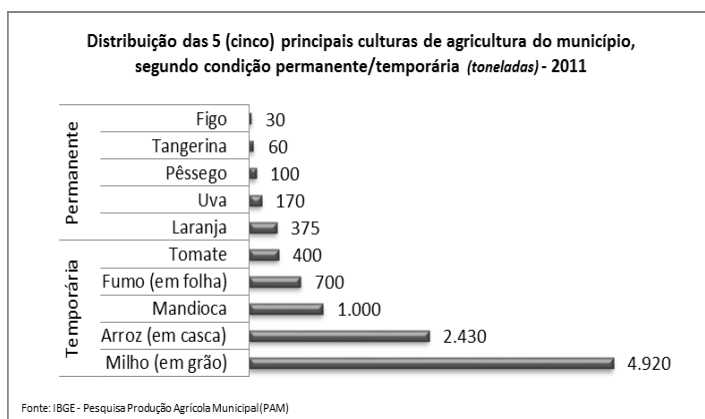
⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda (ter uma padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda). O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além, pois reflete as especificidades e desafios regionais no alcance do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM



Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:



Na agricultura local foram analisados 5 (cinco) principais culturas, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:

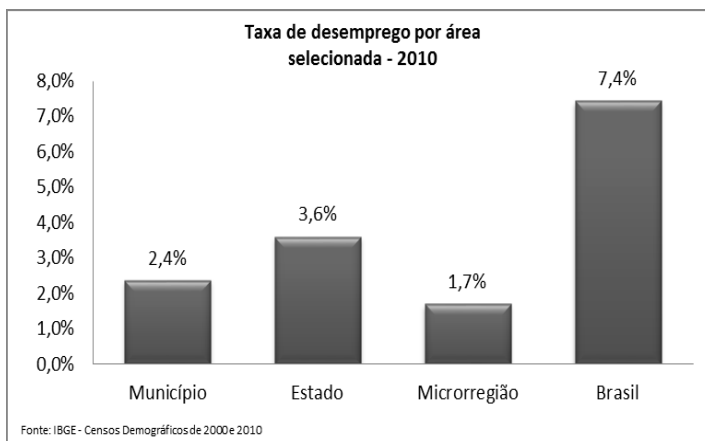


O município possuía 620 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 85% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam 41% da área, ocupavam 78% da mão de obra do setor e participavam com 75% do valor da produção agropecuária municipal.

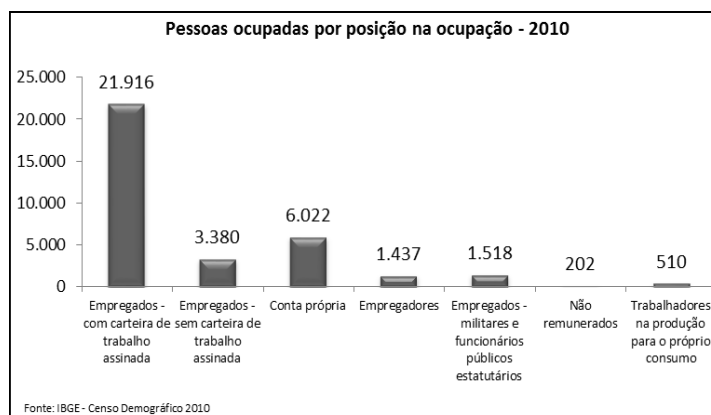
Atualmente, temos 261 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf- 2015) e 300 famílias de agricultores.

Conforme dados do último Censo Demográfico, o Município, em agosto de 2010, possuía 35.979 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 34.985 estavam ocupadas e 994 desocupadas. A taxa de participação ficou em 67,6% e a taxa de desocupação municipal foi de 2,8%.

No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:



A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 62,6% tinham carteira assinada, 9,7% não tinham carteira assinada, 17,2% atuam por conta própria e 4,1% de empregadores. Servidores públicos representavam 4,3% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 2,0% dos ocupados.



Das pessoas ocupadas, 2,4% não tinham rendimentos e 13,4% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 1.599,86. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 1.945,61 e entre as mulheres de R\$ 1.239,55, apontando uma diferença de 56,96% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do Município apresentou, por sete anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 9.898. No último ano, as admissões registraram 17.795 contratações, contra 16.025 demissões.

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 28.511 postos, 43,7% a mais em relação a 2004. O desempenho do Município ficou acima da média verificada para o Estado, que cresceu 40,1% no mesmo período.

2.4 ASPECTO SOCIAL DO MUNICÍPIO

A população do município, conforme dados do último Censo Demográfico, era de 61.198 residentes, em agosto de 2010, dos quais 1.000 se encontravam em situação de

extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 1,6% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 232 (23,2%) viviam no meio rural e 768 (76,8%) no meio urbano.

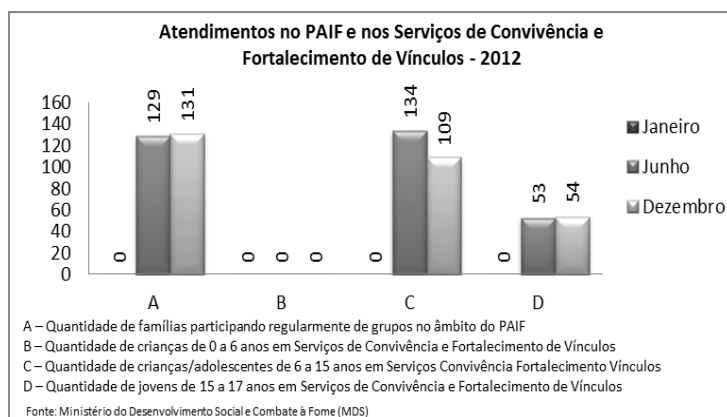
No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros do Cadastro Único do Programa Bolsa Família, no mês de março de 2015, 746 famílias com um total: Crianças de 0 - 12: 1230 e adolescentes 13 - 17: 461 são beneficiários.

O município apresenta uma cobertura cadastral inferior às estimativas oficiais, de modo que, para alcançar todas as famílias em extrema pobreza, é necessário realizar ações de busca ativa para incluir 331 famílias. De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 81 famílias em situação de extrema pobreza.

Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócio assistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do seu município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988.

Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012:



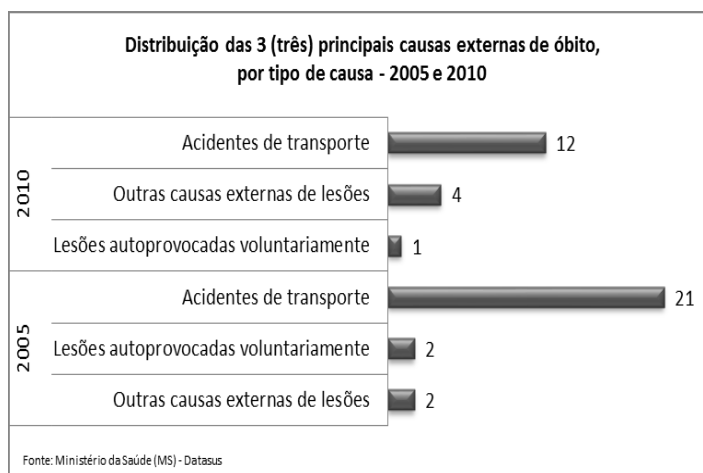
2.5 ASPECTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

No tocante à mortalidade infantil, o número de óbitos infantis foi de 9 crianças, ao passo que no Estado o número de óbitos infantis foi de 1.009 crianças e a taxa de mortalidade infantil foi de 11,58 crianças a cada mil nascimentos.

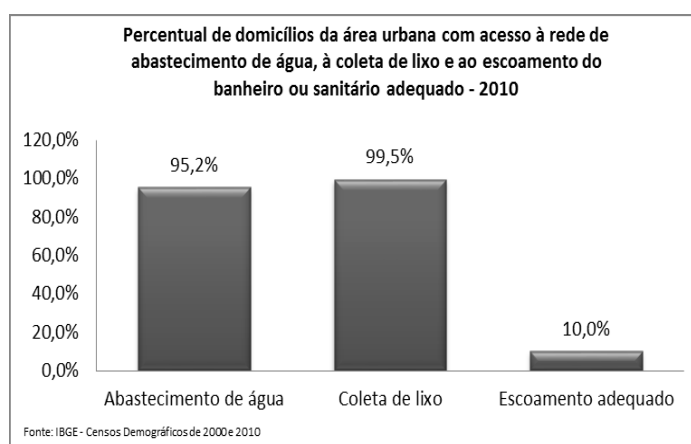
No que concerne à morbidade hospitalar, as 5 (cinco) principais causas de internação são: Gravidez parto puerpério, doenças do aparelho circulatório, lesões eventuais/causa externas, doenças do aparelho digestivo e doenças do aparelho respiratório.

Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas externas de óbito relatadas pelo município, como o total da população de 15 a 29 anos era de 16.564 indivíduos, sendo que 16 faleceram em função de eventos e/ou causas externas.

No município, as 3 (três) principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, as que seguem no gráfico abaixo, tomando por base os anos de 2005 e 2010:



As condições de saneamento e serviços correlatos do Município, que interferem nas condições de saúde da população, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural a coleta de lixo atendia 98,6% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 83,2% dos domicílios particulares permanentes e, 63,1% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da área urbana, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes:

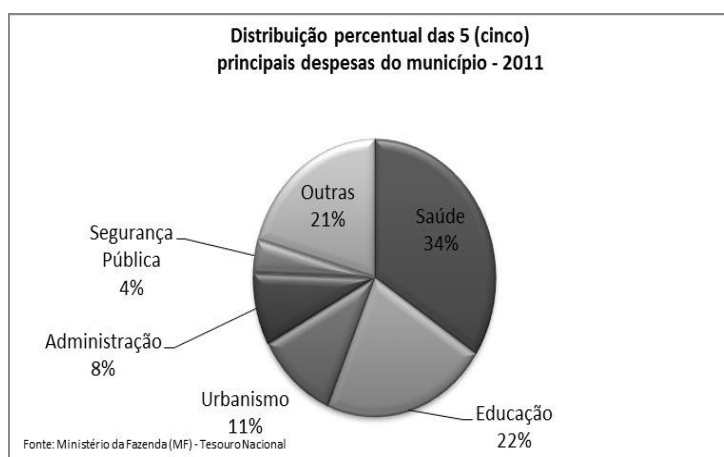


2.6 ASPECTOS DE GESTÃO MUNICIPAL

A receita orçamentária do município passou de R\$ 64,5 milhões em 2005 para R\$ 126,4 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 96,0% no período ou 18,32% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 27,60% em 2005 para 23,11% em 2011, e quando se analisam todos os municípios juntos do Estado, a proporção passou de 28,20% para 27,43%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no Município, passando de 13,96% da receita orçamentária em 2005 para 11,53% em 2011. Essa dependência foi inferior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 18,40% em 2011.



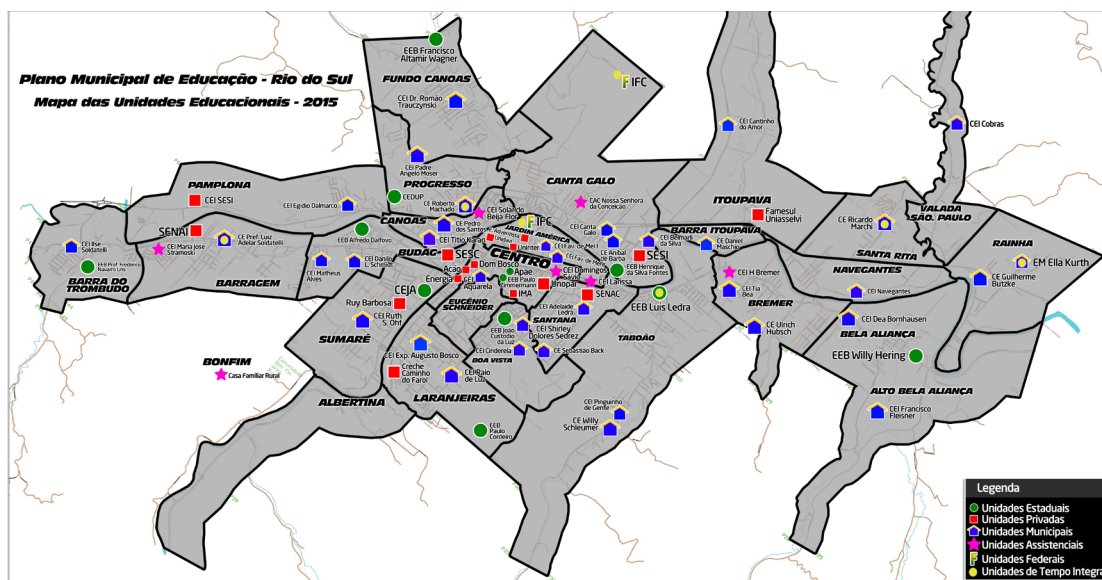
As despesas com saúde, educação, urbanismo, transporte e administração foram responsáveis por 79,47% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 1,76% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,11%.

2.7 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município contempla na atualidade, um total de 74 estabelecimentos educacionais, garantindo às diversas faixas etárias o acesso e a permanência na

Educação Básica e Superior. Desses estabelecimentos, tem dependência administrativa pública 50 unidades educacionais e 23 unidades educacionais são privadas.

Observe abaixo, a localização dos estabelecimentos educacionais no município:



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul (2015).

A seguir, apresentamos a análise situacional em relação as metas do Plano Municipal de Educação.

2.7.1 META 1: EDUCAÇÃO INFANTIL

Durante muito tempo, o cuidado e a educação das crianças pequenas eram vistos como tarefas da família, principalmente das mães e de outras mulheres. Logo após o desmame, a criança era percebida como um pequeno adulto, quando já alcançava certo grau de independência, passava a ajudar os adultos nas atividades cotidianas aprendendo o básico para sua inserção social. Em nenhum momento da infância considerava-se a identidade pessoal da criança.

No século XX, após a primeira Guerra Mundial, cresce a ideia do respeito à criança culminando no Movimento das Escolas Novas, fortalecendo a necessidade de proporcionar

uma escola que respeita a criança como um ser específico, tendo seu trabalho focado nas características do pensamento infantil.

No Brasil, a história da Educação Infantil, de certa forma, acompanhou os parâmetros mundiais, com suas características próprias, acentuada por um forte assistencialismo e improviso.

Nos anos 80, com o processo de abertura política, houve pressão por parte das camadas populares para ampliação do acesso à escola. Mas, em 1888 devido à grande pressão dos movimentos feministas e sociais, a Constituição reconhece a educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado. Há um fortalecimento da nova concepção de infância, garantindo em lei os direitos da criança enquanto cidadã, incorporando a Educação Infantil como primeiro nível da Educação Básica, formalizando a municipalização dessa etapa de ensino.

A educação no município de Rio do Sul inicia-se nos primórdios da colonização alemã na década de 1890.

Em 1908 surge a primeira escola de povoação onde o ensino era ministrado em Língua Alemã, tornando-se pública em 1911.

Em 15 de fevereiro de 1938 o Colégio Sagrado Coração de Jesus, atual Instituto Maria Auxiliadora, começa o atendimento a 24 crianças de 3 a 8 anos, sendo que as de 7 e 8 anos eram encaminhadas à 1ª série do ensino primário. A preocupação consistia em ensinar letras e números, preparando assim as crianças para os primeiros anos da Escola.

Esta época foi marcada pela disciplina rígida, utilizando na sua forma de educar a formação religiosa, moral e amor à pátria.

Em 1947 surge a Unidade Jardim de Infância Delminda Silveira de Souza, inserida na Comunidade Evangélica.

As Unidades Assistencias e Filantrópicas surge em 1978 com o objetivo de cuidar agregado ao educar; em decorrência da demanda, alguns anos depois se percebeu a necessidade de um maior atendimento, surgindo assim as creches domiciliares, que eram residências próximas às casas dos familiares das crianças atendidas. Na década de oitenta existiam Unidades do Estado, porém, estas atendiam na maioria crianças de 6 anos, denominada Pré-Escola.

Na Rede Pública Municipal de ensino as primeiras Unidades surgem em 1978.

Hoje o Município possui 45 Centros de Educação Infantil; destes 31, são da Rede Pública Municipal atendendo aproximadamente 3.000 crianças e 14 Centros de Educação Infantil da Rede Privada atendendo aproximadamente 550 crianças.

A Secretaria Municipal de Saúde traz a informação de que a taxa bruta de mortalidade em Rio do Sul para o ano de 2014 foi de 5,7 por 1000 óbitos, e a taxa bruta de natalidade de Rio do Sul para o ano de 2014 foi de 12,1 por 1000 nascimentos (SMS, 2014). Esses dados mostram que a estimativa populacional do Município em 2014 é de 66.251; teremos então a projeção anual de 801,63 nascimentos.

Em 2010 a população de 0 a 3 anos era de 2.307 (Censo Demográfico/IBGE, 2010) crianças. Desta população 2.091 (Censo Escolar/2010) frequentavam a escola. O Censo Escolar de 2014 traz dados, desta mesma população, onde 2.473 estavam na escola, com um aumento de 382 crianças atendidas na escola. Avaliando estes dados, observa-se um número de atendimento ainda baixo considerando a projeção de nascimento para este mesmo ano.

Já a população de 4 e 5 anos em 2010 era de 1.760 crianças (Censo Demográfico/IBGE). Destas 1.589 (Censo Escolar, 2010) estavam na escola e em 2014 o número é de 1.686 crianças (Censo Escolar, 2014) frequentando os Centros de Educação Infantil. Totalizando a matrícula na Educação Infantil de 4.159 crianças (Censo Escolar, 2014).

Os dados nos apontam um percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola em relação à meta nacional de 100% (universalizar até 2016), que 90,5% (Fonte: IBGE/Censo Demográfico / 2010) das crianças do Município estão na escola.

Da população de 0 a 3 anos o percentual que frequenta a escola em relação a meta nacional de 50%, (Fonte: IBGE/Censo Demográfico / 2010) o Município tem 58,6% das crianças na escola.

PROJEÇÃO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ED. INFANTIL – Fonte: Censo Escolar, 2014.

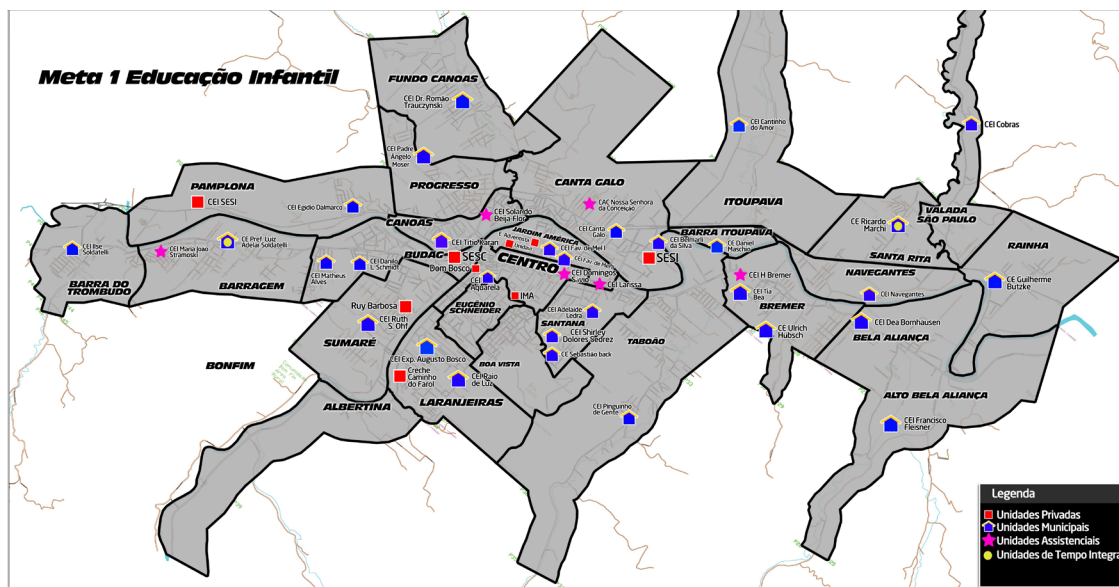
Dependência	Creche 2014	Creche 2013	Creche 2012	Creche 2011	Creche 2010
Municipal	1.947	2.028	1.915	1.752	1.534
Privada	526	520	498	569	557
Total:	2.473	2.548	2.413	2.321	2.091

ED. INFANTIL – Fonte: Censo Escolar, 2014.

Dependência	Pré-Escola	Pré-Escola	Pré-Escola	Pré-Escola	Pré-Escola
-------------	------------	------------	------------	------------	------------

	2014	2013	2012	2011	2010
Municipal	1.254	1.241	1.187	1.193	1.373
Privada	432	472	487	426	387
Total:	1.686	1.713	1.674	1.619	1.760

LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL:



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul (2015).

Das 45 unidades educacionais que ofertam a educação infantil no Município, 31 unidades municipais são públicas e 14 unidades são privadas.

Os recursos disponíveis de âmbito federal são:

a) Brasil Carinhoso Programa que faz parte do Plano Brasil Sem Miséria que articula ações de assistência social, saúde e educação. Tem o objetivo de incentivar o aumento da quantidade de vagas para as crianças de 0 a 48 meses - especialmente as beneficiárias do Bolsa Família - nas creches públicas ou conveniadas com o poder público, por meio de complementação equivalente a R\$ 1.362,00 para cada criança matriculada em creche, ampliação de 66% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE para alimentação na creche e pré-escola e antecipação do custeio (FUNDEB) para criação de novas vagas em creches públicas e conveniadas.

b) Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância (Tem por objetivo de prestar assistência

financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos municípios que efetuaram o Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e elaboraram o Plano de Ações Articuladas (PAR). Os recursos destinam-se à construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil). .

c) O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, repassa anualmente para o ensino público, o valor anual por aluno na creche e pré-escola para o período integral de R\$ 4.190,74 e para o período parcial de R\$ 3.223,65.

O recurso disponível de âmbito municipal:

a) Descentralização Financeira (Lei Nº 3678, de 06 de novembro de 2001): Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros aos Centros de Educação Infantil, mediante critérios que levarão em conta o número de alunos matriculados e a área total construída do imóvel, para custear despesas referentes à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Vale salientar que, frente a todas as transformações, inúmeros foram os avanços na Educação Infantil do Município, na busca de efetivar legislações que assegurem à criança como cidadã, sujeito de direitos, inclusive, direito à educação de qualidade desde o seu nascimento.

Há muito ainda por fazer, não só no plano legislativo e nos documentos oficiais, mas pela sociedade como um todo. Afina esta modalidade educacional é de responsabilidade pública, e como tal, deve prioritariamente ser assumida por todos; este é o nosso maior desafio.

2.7.2 METAS 2 E 5: ENSINO FUNDAMENTAL E ALFABETIZAÇÃO

O Ensino Fundamental, segunda etapa obrigatória da Educação Básica, passou a ter duração de nove anos a partir da Lei nº 11.274/2006, com ampliação da faixa etária recomendada (6 a 14 anos).

O Ensino Fundamental composto pelos anos iniciais (faixa etária de 6 a 10 anos) e pelos anos finais (faixa etária de 11 a 14 anos) é incumbência prioritária dos municípios (LDB, 1996, Artigo 11, inciso V), em colaboração com os Estados, respeitadas as

Contudo, é relevante observar que essa redução está em todas as redes de ensino. O cenário nacional de decréscimo no total de matrículas do Ensino Fundamental na última década é decorrente da redução da população na faixa etária de 6 a 14 anos, da repetência, do abandono e da evasão escolar. Em Santa Catarina, no comparativo de 2013 com 2007, houve queda de 11,01% no total de matrículas do Ensino Fundamental.⁶

Em Rio do Sul, no comparativo de 2010 com 2014, houve queda de 27% no total de matrículas dos anos finais do Ensino Fundamental.

Tabela 01 - Número de alunos Matriculados nos Anos Iniciais (censo escolar)

Dependência	2010	2011	2012	2013	2014
Estadual	1.487	1.885	1.621	1.630	1.645
Municipal	1.566	1.601	1.698	1.730	1.664
Privada	838	866	1.008	1.032	1.067
Total	3.891	4352	4.327	4.392	4.376

Tabela 02 - Número de alunos Matriculados nos Anos Finais (censo escolar)

Dependência	2010	2011	2012	2013	2014
Estadual	2.518	1.941	1.963	1.605	1.564
Municipal	1.049	1.079	1.032	1.053	838
Privada	797	799	791	797	763
Total	4.364	3.819	3.786	3.455	3.165

A partir dos dados do censo escolar, o INEP calcula as taxas de rendimento escolar e as taxas de distorção idade-série. Por meio desses indicadores é possível identificar os desafios a serem superados quanto à reprovação, ao abandono e à defasagem idade-série no Ensino fundamental.

Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Ano	Pública	Privada
2010	11.1	0,5
2011	10.9	1.4
2012	7.4	1.3
2013	7.8	1.3
2014	8.1	-

Fonte: Mec/Inep/DEED/CSI

6 Plano Estadual de Educação de Santa Catarina – PEE/SC/2014 – versão preliminar

Taxa de distorção idade-série - Anos Finais do Ensino Fundamental

Ano	Pública	Privada
2010	19	1.6
2011	18.9	1.1
1212	15.9	1.5
2013	17	2.9

Fonte: Mec/Inep/DEED/CSI

T

Taxa de Aprovação 1º ao 5º Ano

Ano	Municipal	Estadual	Privada
2010	94,3	96.6	98.9
2011	97	99.6	98.9
1212	95.3	96.1	98.9
2013	96.1	93.5	98.8

Fonte: Mec/Inep/DEED/CSI

Taxa de Aprovação 6º ao 9º Ano

Ano	Municipal	Estadual	Privada
2010	85.6	91.2	95.3
2011	88.2	94.3	97.3
1212	85.5	93.8	95.2
2013	88	83.7	95

Fonte: Mec/Inep/DEED/CSI

Taxa de Reprovação 1º ao 5º Ano

Ano	Municipal	Estadual	Privada
2010	5.7	3.4	1.1
2011	3.0	0.4	1.1
1212	4.7	3.9	1.1
2013	3.9	6.5	1.2

Fonte: Mec/Inep/DEED/CSI

Taxa de Reprovação 6º ao 9º Ano

Ano	Pública	Privada
2010	10.2	4.7
2011	6.4	2.7
1212	7.6	4.7
2013	13.8	5

Fonte: Mec/Inep/DEED/CSI

Taxa de Abando 1º ao 5º Ano

Ano	Pública	Privada
2010	0.1	0
2011	0.2	0
2012	0.5	0
2013	0.2	0

Fonte: Mec/Inep/DEED/CSI

Taxa de Abando 6º ao 9º Ano

Ano	Pública	Privada
2010	0.2	0.3
2011	1.8	1.5
2012	1.6	1.4
2013	1.1	0.8

Fonte: Mec/Inep/DEED/CSI

Programas como o Mais Educação de âmbito federal voltado para escolas públicas, tem como projeto a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.

Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade Condicionabilidade em educação do Programa Bolsa Família – PBF. O objetivo do programa é acompanhar a frequência escolar que deve ser de 85%, no mínimo, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, que recebem o Benefício Variável Jovem (BVJ) e diagnosticar as razões da baixa ou não frequência dos estudantes incluídos no Programa Bolsa Família, a fim de enfrentar a evasão e estimular a permanência e a progressão educacional de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo, tem como principal objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica.

Mobiliário escolar, uma ação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que tem por objetivo renovar e padronizar os mobiliários das escolas no país, garantindo qualidade e conforto para estudantes e professores nas salas de aula e contribuindo para a permanência dos alunos nas escolas. Os mobiliários foram projetados para alunos em diversas estaturas, professores e alunos em cadeiras de rodas.

Programa Caminho da Escola e Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE. Programas voltados ao transporte de estudantes. O Programa Caminho da Escola, tem por objetivo renovar a frota de veículos escolares, e garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais, ampliando também para toda a educação básica, beneficiando também os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais (Lei Nº 11.947 de 16 de junho de 2009).

Programa Nacional do Livro Didático PNLD: tendo como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica.

No âmbito Municipal temos a descentralização financeira (Lei Nº 3678, de 06 de novembro de 2001): Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros aos Centros de Educação Infantil, mediante critérios que levarão em conta o número de alunos matriculados e a área total construída do imóvel, para custear despesas referentes à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

E somado a estes programas temos ainda diversas atividades curriculares complementares oferecidas pelas escolas, que são esforços que têm contribuído para a diminuição da reprovação e, conseqüentemente, da distorção idade-série. No entanto, para garantir que, pelo menos, 95% dos jovens concluam o Ensino Fundamental na idade recomendada, é urgente continuarmos desenvolvendo ações através de políticas públicas para reduzir as taxas de distorção idade-série, reprovação e abandono, monitorando-as e avaliando sua eficácia para os alunos do ensino Fundamental.

Outra ação de igual importância está na meta que trata sobre alfabetização, através do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Lei 12.801/2013), que fixou o objetivo

de alfabetizar todas as crianças “até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental” (<http://pacto.mec.gov.br>). Houve assim, um consenso, sobre a idade e a série fixadas para definir o objetivo de fazer com que todas as crianças apresentem “as habilidades básicas de leitura e escrita”. (Todos pela Educação, 2013, p.24) O projeto de lei do Plano Nacional de Educação – PNE, enviado pelo MEC ao Congresso Nacional, adotou a mesma orientação, propondo a meta de alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, ao final da vigência do plano decenal. Professores deverão ter melhor formação inicial e uma boa formação continuada em seu ambiente de trabalho, livros e materiais pedagógicos adequados terão de ser providenciados a todos os alunos, a capacidade e a infraestrutura de todas as escolas deverá ser melhorada para assegurar apoio ao trabalho pedagógico e garantir que todos os alunos dos três anos iniciais do ensino fundamental, independentemente de sua condição social e cultural, obtenham sucesso no aprendizado.

Em 2013, o Governo Federal instituiu um instrumento próprio de avaliação nacional, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), específica para aferir a qualidade da alfabetização incorporada ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 2013, por meio da Portaria Ministerial nº 482/2013, tendo como objetivo principal avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, Alfabetização Matemática e as condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas (INEP, 2014).

Embora o município de Rio do Sul tenha um bom desempenho em seus resultados e um significativo avanço no estudo da concepção de alfabetização, muitas crianças ainda não conseguem chegar nos resultados esperados de leitura e escrita ao concluir o Ensino Fundamental.

As estratégias previstas para a meta 2 e 5 deste Plano exigem uma parceria entre União, estado e município, pois se queremos obter êxito no processo de alfabetização, elevar os índices de alunos que concluam o Ensino Fundamental com melhoria nos seus desempenhos e reduzindo as taxas de reprovação, abandono e distorção idade-série serão necessárias ações concretas com grandes investimentos na formação dos profissionais de educação, na infraestrutura e nos currículos escolares.

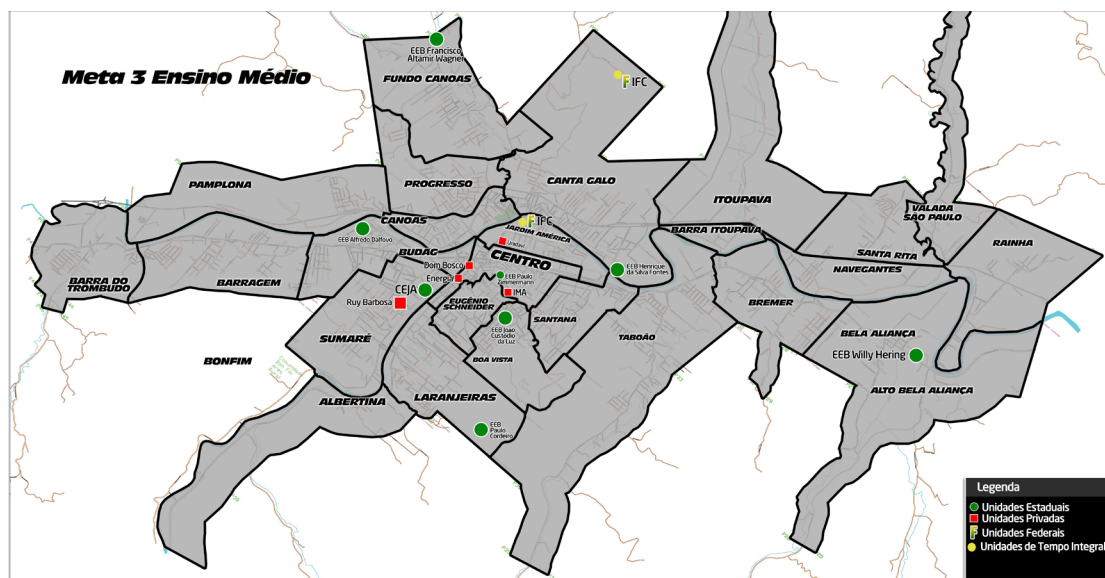
2.7.3 META 3: ENSINO MÉDIO

Segundo a LDB/96, em seu Art. 10º inciso IV, os estados têm a incumbência de “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio”, ao situar o

Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, define-a como conclusão de um período de estudos de caráter geral. Neste sentido, o reconhece como parte de uma etapa da escolarização que tem por objetivo o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para prosperar no trabalho e em estudos posteriores.

Atualmente, mais de 50% dos jovens de 15 a 17 anos ainda não atingiram esta etapa da Educação Básica e milhões de jovens com mais de 18 anos e adultos não concluíram o Ensino Médio, configurando uma grande dívida da sociedade com esta população.⁷

A localização dos 15 (quinze) estabelecimentos de educação que ofertam o Ensino médio no município correspondem a 2 unidades federais, 8 unidades estaduais e 5 unidades privadas.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul (2015).

No município de Rio do Sul o total de matrículas no ensino médio no ano de 2014 da população de 15 a 17 anos é 4.528. A tabela abaixo nos mostra estes dados nas redes Federal, Estadual e Privada:

⁷ Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral

Dependência	Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)
Federal	422	310
Estadual	2.138	6
Privadas	683	969
Total	3.243	1.285

Matrículas (Censo Escolar 2014)

Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola - taxa de atendimento

Ano	Crianças de 15 a 17 anos que frequentam a escola
2010	80,7%

O Ensino Médio tem sido foco de muitas preocupações nas últimas décadas; sendo o acesso e a qualidade do ensino somente alguns dos maiores desafios colocados para essa etapa. Com os avanços da expansão de matrículas no Ensino Fundamental e a diminuição da distorção idade série, o número de alunos ingressantes no Ensino Médio também aumentou. Mas, apesar de mais de 80% dos jovens de 15 a 17 anos estarem na escola parte considerável dos jovens estão fora de qualquer sistema de ensino e/ou não chegaram no Ensino Médio.

Dessa forma, as principais estratégias de atuação com relação a essa meta são: dar atenção a esse público mais suscetível ao abandono e à evasão, inclusive na transição Fundamental-Médio; atrair os jovens de 15 a 17 anos que estão fora da escola; e acompanhar e ampliar ações que busquem trabalhar com alunos que já se encontram em situação de defasagem escolar e com baixos níveis de proficiência. Isso implica que os esforços e a responsabilidades dos governadores e secretários sejam proporcionais ao tamanho do desafio colocado por essa meta.

Taxa de distorção idade-série - Ensino Médio – Rio do Sul

Ano	Distorção Idade-Série
2006	15,2
2007	13,2
2008	14
2009	11
2010	9,4
2011	9,8

2012	10,1
2013	11,9

Fonte: Mec/Inep/DEED/CSI

É expectativa que este Plano possa se constituir num documento orientador dos sistemas de ensino e das escolas e que possa oferecer aos professores indicativos para a estruturação de um currículo para o Ensino Médio que atenda as expectativas de uma escola de qualidade que garanta o acesso, a permanência e o sucesso no processo de aprendizagem e constituição da cidadania.

2.7.4 META 4: EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Refletindo sobre o contexto Nacional e sua contínua transformação nas Políticas Públicas com relação à Educação Inclusiva, verificou-se a necessidade de pensar as ações municipais no contexto escolar, iniciando um processo de discussão com a participação de todos os segmentos do município de Rio do Sul, os quais se encontram envolvidos com pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Desse processo democrático, surgiram ideias para futuras ações, objetivando modificar continuamente a realidade, construir e reestruturar a história da Educação Inclusiva em nosso Município.

A Educação Inclusiva visa garantir a igualdade de condições de acesso, participação, aprendizagem, desenvolvimento e permanência, com sucesso nas escolas regulares e em todos os níveis, à semelhança de outros alunos. Esta premissa é garantida em lei, através da Constituição de 1988, tendo como marco histórico da inclusão, a Declaração da Salamanca, de 1994, a qual reafirma o compromisso com a efetivação de uma Educação para todos. A Educação Inclusiva também está fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu capítulo V, da Educação Especial, no art. 58, e reafirmada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 55, e posteriormente instituída no âmbito municipal, através da Resolução 01/2008, do Conselho Municipal de Educação. Assim, tem-se que Educação inclusiva como uma política, cultural, social e pedagógica, voltada para a quebra de paradigmas, objetivando defender o direito de todos os alunos no tocante à aprendizagem e participação sem nenhum tipo de discriminação.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em dados oficiais de 2010, em Rio do Sul, a população com pelo menos uma deficiência (visual, motora, auditiva ou intelectual) compõe-se de 12.375 pessoas, das quais 5.598 são homens e 6.777 são mulheres.

Abaixo, apresentamos a porcentagem de matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns, no município de Rio do Sul.

Ano	Classes Especiais		Escolas Exclusivas		Classes Comuns	
2007	7,4%	23	61,2%	189	31,4%	97
2008	7,8%	29	55,2%	206	37%	138
2009	13,2%	32	42,8%	104	44%	107
2010	0%	0	35,9%	126	64,1%	225
2011	0%	0	0%	0	100%	248
2012	0%	0	0%	0	100%	267
2013	0%	0	0%	0	100%	222

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Rede Pública

Ano	Classes Especiais		Escolas Exclusivas		Classes Comuns	
2007	78,1%	82	0%	0	21,9%	23
2008	81,4%	127	0%	0	18,6%	29
2009	75%	96	0%	0	25%	32
2010	100%	202	0%	0	0%	0
2011	100%	227	0%	0	0%	0
2012	100%	246	0%	0	0%	0
2013	100%	194	0%	0	0%	0

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Rede Privada

Ano	Classes Especiais		Escolas Exclusivas		Classes Comuns	
2007	0%	0	92,6%	189	7,4%	15
2008	0%	0	94,9%	206	5,1%	11
2009	0%	0	90,4%	104	9,6%	11
2010	0%	0	84,6%	126	15,4%	23

2011	0%	0	0%	0	100%	21
2012	0%	0	0%	0	100%	21
2013	0%	0	0%	0	100%	28

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

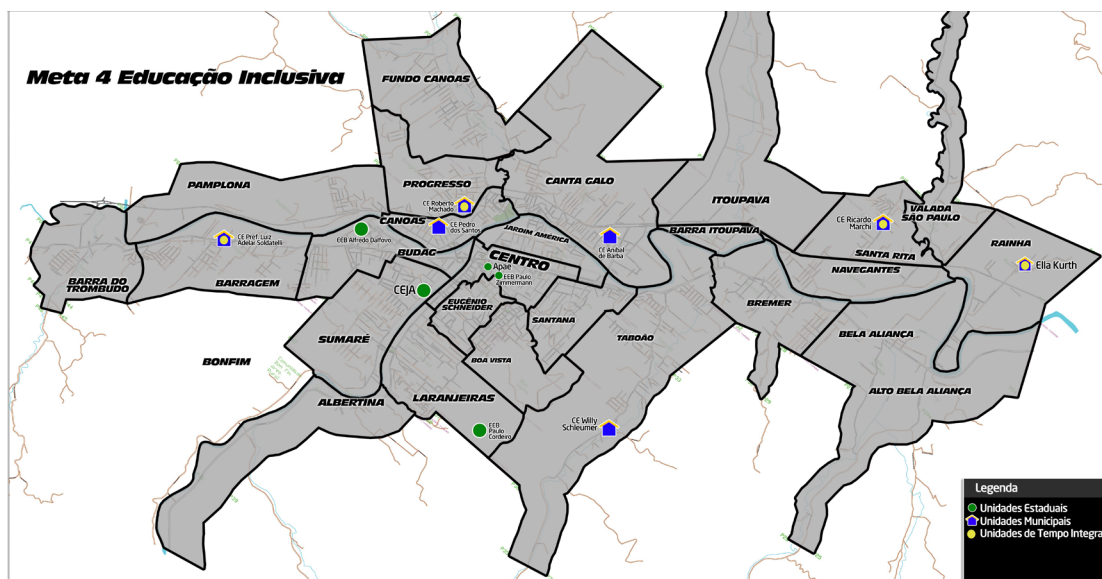
No âmbito educacional, através do Programa Escola Acessível, do Ministério da Educação, promovem-se condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular em Rio do Sul. O Programa disponibiliza recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.

Assim, por este programa, atende-se, de forma complementar e suplementar, aos estudantes público da Educação Especial matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem. A Secretaria de Educação apresenta a demanda no Plano de Ações Articuladas – PAR e indica as escolas a serem contempladas por meio do Sistema de Gestão Tecnológica – SIGETEC.

O programa disponibiliza às escolas públicas de ensino regular, conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado. Cabe ao sistema de ensino a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, do professor para atuar no atendimento educacional especializado.

Nesse sentido, destaca-se que os Programas Federais implantados na rede estadual compreendem: Programa de Implantação da Salas de Recursos Multifuncional, Programa Escola Acessível, Programa BPC na Escola, Programa do Livro Acessível e Plano Viver sem Limite. Na rede municipal, tem-se o Programa de Implantação da Salas de Recursos Multifuncional, Programa Escola Acessível e Plano Viver sem Limite.

O mapa subsequente delinea a relação das unidades estaduais e municipais que dispõe de salas de atendimento especializado no município de Rio do Sul.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul (2015)

Assim e, segundo informações do Censo Escolar, no ano de 2014, a população da educação especial matriculados (estudantes de escolas especiais, classes especiais e incluídos) foi de 279 estudantes. A tabela abaixo retrata o total de matrículas no atendimento educacional especializado, por dependência administrativa:

Dep. Adm.	Creche	Pré-Escola	Anos iniciais	Anos finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA: Fund.	EJA Médio
Federal	-	-	-	-	3	1	-	-
Estadual	-	-	24	22	30	-	7	2
Municipal	13	18	66	37	-	-	-	-
Privada	1	8	19	22	3	3	-	-
Total	14	26	109	81	36	4	7	2

Fonte: Censo Escolar

A Rede Municipal de Ensino de Rio do Sul possui atualmente 7 salas de recursos multifuncionais, as quais estão localizadas na Escola Modelo Ella Kurth (bairro Rainha), Centro Educacional Ricardo Marchi (bairro Santa Rita), Centro Educacional Pedro dos Santos (bairro Canoas), Centro Educacional Aníbal de Barba (bairro Santa Galo), Centro Educacional Roberto Machado (bairro Progresso), Centro Educacional Prefeito Luiz Adelar Soldatelli (bairro Barragem) e Centro Educacional Willy Schleumer (bairro Taboão).

No âmbito estadual, a Escola de Educação Básica Paulo Zimmermann (bairro Centro) dispõe de 3 salas. Há, ainda, salas de recursos multifuncionais na Escola de Educação Básica Paulo Cordeiro (bairro Laranjeiras), Escola de Educação Básica Alfredo Dalfovo (bairro Budag) e Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA, no bairro Centro).

Novas salas estão em processo de implantação no Centro Educacional Sebastião Back (bairro Santana), no âmbito municipal, e na Escola de Educação Básica Francisco Altamir Wagner (bairro Fundo Canoas), da rede estadual. Há discussões recentes acerca da possibilidade de implantação também no âmbito federal, o qual não dispõe da oferta.

Em 2015, pela primeira vez na rede municipal, Rio do Sul lançou o Edital de Concurso Público nº 001/2015, com a efetivação de cargo específico para Professor de Educação Especial, com a previsão inicial de 6 vagas, devendo-se o candidato possuir Licenciatura Plena em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Pedagogia com complementação em Educação Especial.

Ante o exposto, salienta-se que o objetivo desta meta é o de atingir o percentual de 100% da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola. No Brasil, o índice atual é de 85,8%, índice próximo ao do Sul, que é de 85,9%. Santa Catarina tem o percentual de 88,1%, índice abaixo do Vale do Itajaí, o qual compreende 89%. Em Rio do Sul, o percentual é de 92,9%, restando-se cumprir 7,1% até o final do decênio.

Em consonância ao art. 15, III, da Lei nº 11.494/2007, o valor anual por aluno público da Educação Especial é de R\$ 3.868,38 no ensino público.

No âmbito estadual, a política de Educação Inclusiva em Santa Catarina foi regulamentada pela Resolução nº 112/2006, do Conselho Estadual de Educação, que fixa normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, tendo como princípio o compartilhamento de responsabilidades entre as Secretarias Setoriais de Estado, e na parte referente à Educação foi instituído o Programa Pedagógico.

Este Programa institui os atendimentos em classe, que são: Segundo Professor de Turma, Segundo Professor de Turma Bilíngue, Professor Intérprete da Libras e o Instrutor da Libras e Serviços de Atendimento Educacional Especializado/SAEDE.

Por contemplar todas as etapas e modalidades da educação básica, a Educação Especial deverá seguir as orientações da Diretoria de Educação Básica e Profissional.

Estas orientações foram elaboradas pela Secretaria de Estado da Educação/SED e Fundação Catarinense de Educação Especial/FCEE e abordam procedimentos referentes aos encaminhamentos das solicitações de atendimento em classe, para os quais será

utilizada a modalidade do Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina – SISGES, exceto para Instrutor da Libras e para os Serviços de Atendimento Educacional Especializados que deverão ser encaminhados por processo físico, via malote. Para contratação do professor, devem ser respeitadas as especificidades de cada atendimento e seguir o que tratam os respectivos editais concernentes.

O Programa Pedagógico também contempla os SAEDEs/AEE nas áreas: da Deficiência Auditiva/DA; da Deficiência Mental/DM; da Deficiência Visual/DV; do Transtorno Global do Desenvolvimento/TGD ou Transtorno do Espectro Autista/TEA, do Transtorno Déficit Atenção com Hiperatividade/TDAH e das Altas Habilidades. Esses atendimentos estão vinculados à matrícula e à frequência do aluno no ensino regular, que deverá ser encaminhado processo para análise, pela equipe da FCEE, quanto à sua elegibilidade, para que a SED/DIEB possa autorizar a contratação para o atendimento.

Existe, ainda, o Atendimento Pedagógico (APD), o qual compreende a abordagem pedagógica, de caráter transitório, realizada no domicílio de alunos matriculados na Educação Básica afastados da escola por motivos de saúde. No Atendimento Escolar Hospitalar (AEH), e conforme a Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEESP, 1994), tem-se a abordagem pedagógica realizada em sala de aula e/ou em leito, às crianças e adolescentes, matriculados na Educação Básica, internados em ambiente hospitalar.

Em virtude das demandas específicas, é fundamental a transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos, que contemplem a diversidade com vistas à igualdade, por meio de estrutura física, recursos materiais e humanos e apoio à formação, com qualidade social, de gestores e educadores em todo o processo educacional.

Deve ser implementada por meio de uma política social e educacional que assegure e garanta a sua transversalidade, tanto na instrumentalização de sua aplicação e atendimento, quanto na formação dos docentes em todo o processo de re(conhecimento) para a efetivação de um sistema inclusivo.

Nesta perspectiva, foi reelaborado o segmento da Educação Inclusiva no Plano Municipal de Educação de Rio do Sul que, de forma participativa, cria metas e estabelece ações que possibilitem garantir políticas públicas de apoio à inclusão, para os próximos 10 anos.

2.7.5 META 6: EDUCAÇÃO INTEGRAL

A Educação Integral regressa à cena das políticas públicas vigentes e poderá proporcionar mudanças na configuração da escola brasileira, exigindo diferentes e complementares esforços à concretização deste projeto.

O tema da educação integral, não é algo novo, mas recorrente desde a antiguidade. Os pensadores Aristóteles, Marx, Jean Piaget, Célestin Freinet, Paulo Freire, defendiam a necessidade de uma educação integral ao longo da vida (GADOTTI, 2009, p. 21).

Ao longo do século XX, diversos foram os caminhos trilhados sobre as ideias de uma escola de educação integral no Brasil que, inicialmente foram propostas pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova⁸, escrito em 1932.

Dentre as iniciativas públicas de educação integral no país, duas se destacam no pensar de Moll (2009, p. 13):

As escolas-parques, idealizadas por Anísio Teixeira, na década de 1940, na cidade de Salvador, com a construção do Centro Educacional Carneiro Ribeiro e em Brasília, nos anos 1950, com a construção de cinco escolas-parque, e os Centros de Integrados de Educação Pública (CIEPs), pensados por Darcy Ribeiro, que se materializou no Estado do Rio de Janeiro, nos anos 1980, propugnando uma escola pública de melhor qualidade para as camadas populares. Este projeto foi repetido posteriormente nos Centros de Atenção Integral à Criança (CAIC) nos anos 1990. Experiências estas, que se propunham à ampliação do tempo escolar por meio de atividades nos campos dos esportes, das artes, da iniciação ao trabalho, entre outras.

Na atualidade, inúmeras e diversas experiências de educação integral estão em curso no país, bem como, no município de Rio do Sul, que apresenta configurações distintas da oferta dessa política, como o currículo integrado, o Programa Mais Educação, o atendimento no contraturno, o Ensino Médio Inovador e o Integrado ao Ensino Técnico, a Escola Pública Integrada – EPI e fortemente a Educação Infantil em período integral.

⁸A expressão “educação nova”, neste contexto está inserida na corrente pedagógica escolanovista, protagonizada nas ideias do norte-americano John Dewey. “Que de modo geral, propunha a reformulação da escola à valorização da atividade ou experiência em sua prática pedagógica. [...] Questionavam o enfoque pedagógico centrado na tradição, na cultura intelectual e abstrata, na autoridade, na obediência, no esforço e na concorrência” (CAVALIERE, 2002, p. 252). O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), redigido por Fernando Azevedo, defendia a educação integral como “direito biológico” de cada pessoa e como dever do Estado em garanti-lo (GADOTTI, 2009, p. 22).

A educação integral encontra aportes legais para seu fundamento na Constituição Federal em seus artigos, 205, 206 e 227; no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 9.089/90, Artigo 4º “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos [...]” e Artigo 53, que garante o direito à educação visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 nos Artigos 34 e 87, que prevê a ampliação progressiva da jornada escolar do ensino fundamental para o regime de tempo integral, a critério dos estabelecimentos de ensino.

No Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência por 10 (dez) anos, especificamente, na meta 6 descreve: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos/as alunos/as da educação básica.

Entre as estratégias a serem implementadas estão:

Com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola (BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014).

No Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que tem como objetivo conjugar esforços da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, famílias e comunidade, para assegurar a qualidade da educação básica. No Art. 2º, encontramos diretrizes voltadas para a ampliação do tempo escolar, enquanto possibilidade de combate à repetência pela adoção de práticas como aulas de reforço no contraturno, estudos de recuperação e progressão parcial, buscando tanto uma qualificação dos processos de ensino característicos da escolarização quanto a participação dos educandos em projetos socioculturais e ações educativas que visem dar conta das múltiplas possibilidades e dimensões sociais do território e da cidade.

Importante destacar que “educação integral não é o mesmo que tempo ou período integral, nem se refere apenas, aos espaços de aprendizagens no âmbito escola” (FONTANIVE, 2014).

Segundo Jaqueline Moll (2009), a ampliação do tempo de efetivo trabalho escolar não está colocado simplesmente como questão de aumento de tempo na escola nem como espaço de atividades extracurriculares assistencialistas, complementares, mas como condição precípua para que se possa organizar um currículo capaz de integrar os diversos campos de conhecimento e as diversas dimensões formadoras da criança, do pré-adolescente, do adolescente, do jovem e do adulto na contemporaneidade.

A Educação Integral, para os pesquisadores, Antunes e Padilha (2010), além de considerar as dimensões da formação humana - biológica, psicológica, cognitiva, comportamental, afetiva, relacional, valorativa, sexual, ética, estética, criativa, artística, ambiental, política, tecnológica e profissional – trata de abrir a mente e o coração para as diferentes possibilidades de ensino e aprendizagem que formos capazes de realizar. Trata-se de articularmos saberes a partir de projetos integrados e integradores, de ações e parcerias intersetores e interculturais.

Para Moacir Gadotti (2009, p. 97), “O princípio geral da educação integral é a integralidade. O conceito de integralidade refere-se à base da educação, que deve ser integral, omnilateral e não parcial e fragmentada”.

A meta nacional em relação ao percentual de escolas públicas com estudantes que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares é de 50%. Na atualidade, o país está com 34,7% em relação a meta, o Estado de Santa Catarina com 52,7% e o município de Rio do Sul com 78%, ou seja, já ultrapassou a meta nacional para a década na oferta de atendimento igual ou superior a sete horas diárias.

Já a meta nacional em relação ao percentual de estudantes que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares é de 25%. Na atualidade, o país atende 13,2%, o Estado de Santa Catarina tem 16,2% e Rio do Sul tem 38,5%, da oferta desse atendimento, cumprindo e ultrapassando a meta nacional.

Entretanto, um dos maiores desafios da educação integral no Município é a garantia da qualidade do ensino, haja vista que, a ampliação do tempo escolar, necessariamente, não garante a perspectiva da educação integral no currículo escolar.

O quadro abaixo, apresenta as matrículas das unidades de tempo integral na Educação Básica (Censo Escolar 2014) no Município:

Dependência Administrativa	Ed. Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
	3.201	1.067	-

Municipal			
Estadual	-	232	279
Federal	-	-	452
Privadas	526	79	-
Total	3.727	1.378	731

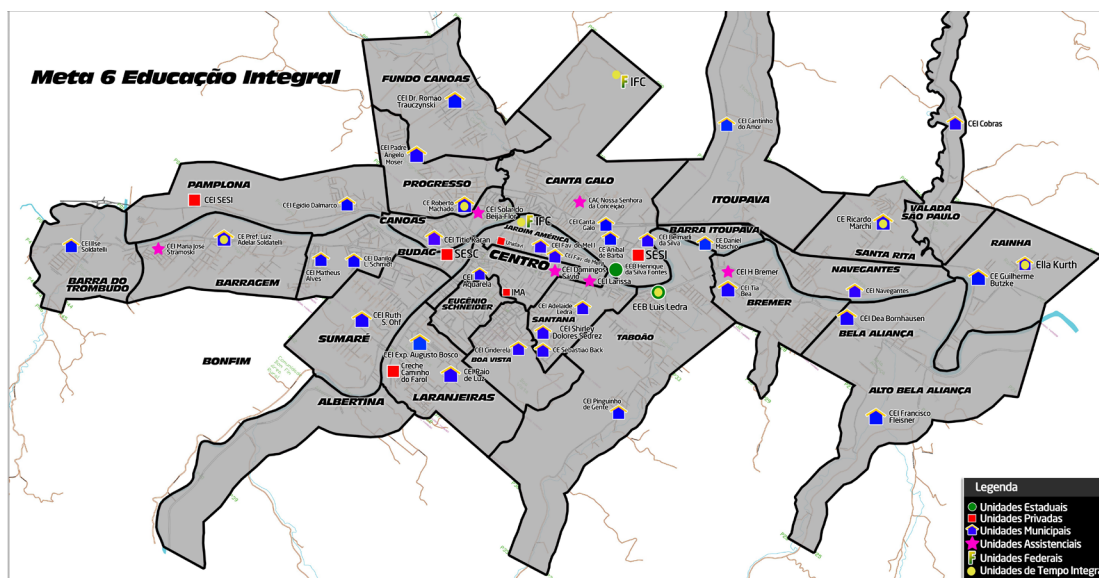
Fonte: Dados fornecidos pelos integrantes do Fórum Municipal de Educação(2005).

Considerando a realidade do município, a definição da meta 6 – Educação Integral para o Plano Municipal de Educação dispõe: Oferecer educação em tempo integral, em no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência deste plano.

De acordo com a Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010, Art. 36: Considera-se como de período integral a jornada escolar que se organiza em 7 (sete) horas diárias, no mínimo, perfazendo uma carga horária anual de, pelo menos, 1.400 (mil e quatrocentas) horas.

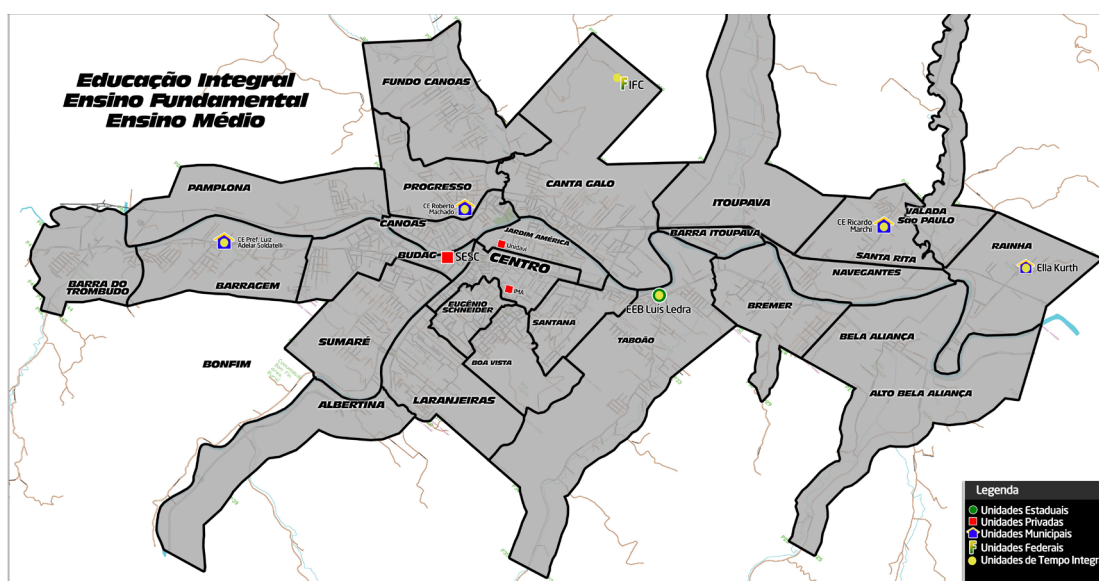
Desta maneira, o legado das ideias e práticas relacionadas à educação integral para o atual contexto histórico, incitam à reflexão e à necessidade de reestruturar e redefinir a escola para responder, em solidariedade, aos desafios de seu tempo histórico com vistas à maior qualificação do processo de ensino-aprendizagem, tendo como horizonte o atendimento escolar em período integral.

Localização da totalidade de unidades de educação básica em tempo integral:



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul (2015)

Localização das unidades educacionais que ofertam Ensino Fundamental e Ensino Médio em tempo integral:



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul (2015)

Os recursos federais disponíveis para a educação integral são:

a) O Programa Mais Educação, estratégia do Ministério da Educação tem por objetivo fomentar a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral para crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades sócio-educativas, no contraturno escolar, articuladas ao projeto de ensino desenvolvido pela escola e congrega ações conjuntas dos Ministérios da Educação (MEC), Cultura (MinC), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Esporte (ME), Ciência e Tecnologia (MCT), Meio Ambiente (MMA) e da Presidência da República (PR).

As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Para isso, o Fundo Nacional de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) - Lei nº 11.494/2007 estabeleceu o financiamento diferenciado para matrículas em tempo integral, contabilizadas pelo Censo Escolar.

b) O Programa Ensino Médio Inovador- ProEMI, instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, como estratégia do Governo Federal para induzir à reestruturação dos currículos do Ensino Médio.

O objetivo do ProEMI é apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do Ensino Médio e as demandas da sociedade contemporânea.

Os projetos de reestruturação curricular possibilitam o desenvolvimento de atividades integradoras que articulam as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, contemplando as diversas áreas do conhecimento a partir de 8 macrocampos: Acompanhamento Pedagógico; Iniciação Científica e Pesquisa; Cultura Corporal; Cultura e Artes; Comunicação e uso de Mídias; Cultura Digital; Participação Estudantil e Leitura e Letramento.

c) Quadras esportivas nas escolas: Prevê a construção de quadra coberta nova e construção de cobertura para quadra já existente, direcionadas às escolas municipais ou estaduais.

d) O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, repassa anualmente para o ensino público, o valor anual estimado por aluno da Educação Básica de período integral é de R\$ 4.190,74.

2.7.6 META 7: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Conforme nova técnica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio) com informações sobre rendimento escolar (aprovação).

Estudos e análises sobre qualidade educacional raramente combinam as informações produzidas por esses dois tipos de indicadores, ainda que a complementaridade entre elas seja evidente.

Um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por outro lado, um sistema em que todos os alunos concluem o ensino médio no período correto não é de interesse caso os alunos aprendam muito pouco na escola.

Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem. Sabe-se que, no Brasil, a questão do acesso à escola não é mais um problema, já que quase a totalidade das crianças ingressa no sistema educacional.

Entretanto, as taxas de repetência dos estudantes são bastante elevadas, assim como a proporção de adolescentes que abandonam a escola antes mesmo de concluir a

educação básica. Outro indicador preocupante é a baixa proficiência obtida pelos alunos em exames padronizados.

O Ideb foi desenvolvido para ser um indicador que sintetiza informações de desempenho em exames padronizados com informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino).

A tabela abaixo reproduz as metas projetadas para as notas do Ideb, no âmbito nacional e estadual, considerando-se o corrente ano:

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas				
IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2
PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas				
IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	5,5	5,7	6,0	6,2
Ensino Médio	4,7	5,2	5,4	5,6

Fonte: Plano Nacional de Educação / Plano Estadual de Educação

É importante, ainda, avaliar o cálculo Ideb por dependência administrativa no município de Rio do Sul, em um quadro histórico e comparativo das notas com as metas, de acordo com publicações oficiais, e assim disposto:

5º Ano	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Estadual	4.4	4.7	5.0	5.4	5.4	4.5	4.8	5.2	5.5	5.7	6.0	6.2	6.5
Municipal	4.5	4.5	4.8	5.4	5.5	4.5	4.9	5.3	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5

Fonte: Inep / Os resultados destacados em laranja referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

9º Ano	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Estadual	4.3	4.3	4.4	4.8	4.2	4.3	4.5	4.8	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2
Municipal	4.0	4.4	4.2	4.3	4.6	4.0	4.2	4.4	4.8	5.2	5.4	5.7	5.9

Fonte: Inep / Os resultados destacados em roxo referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

A tabela abaixo apresenta as médias do Ideb no país. Salieta-se que no Ensino Médio, o Ideb é divulgado somente para o país, regiões e estados, conforme informações a seguir:

Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Dependência Administrativa										
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8

Fonte: Inep / Os resultados destacados em amarelo referem-se ao Ideb que atingiu a meta. Fonte: Saeb e Censo Escolar.

Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
Dependência Administrativa										
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	5.8	6.0	6.2	6.5	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2

Fonte: Inep / Os resultados destacados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta. Fonte: Saeb e Censo Escolar.

Ensino Médio

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
Dependência Administrativa										
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9

Fonte: Inep / Os resultados destacados em azul referem-se ao Ideb que atingiu a meta. Fonte: Saeb e Censo Escolar.

As tabelas seguintes correspondem à quantidade de escolas que cumpriram as metas do Ideb – nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, no município de Rio do Sul:

Anos Iniciais

Rede Municipal

Ano	Atingiu a meta	Não atingiu a meta	Sem nota/Sem meta
2007	6	2	2
2009	7	3	0
2011	7	1	2

Fonte: MEC/Inep / Preparação: Todos Pela Educação

Anos Iniciais

Rede Municipal

Ano	Atingiu a meta	Não atingiu a meta	Sem nota/Sem meta
2007	2	3	6
2009	5	3	3
2011	2	3	6

Fonte: MEC/Inep / Preparação: Todos Pela Educação

Anos Finais

Rede Estadual

Ano	Atingiu a meta
2007	4
2009	3
2011	5

Fonte: MEC/Inep / Preparação: Todos Pela Educação

Anos Finais

Rede Municipal

Ano	Atingiu a meta
2007	2
2009	2
2011	2

Fonte: MEC/Inep / Preparação: Todos Pela Educação

Além do Ideb, existe o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o qual tem como principal objetivo avaliar a Educação Básica brasileira e contribuir para a melhoria de

sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

O Saeb é composto por três avaliações externas em larga escala:

Aneb	Anresc/Prova Brasil	ANA
Avaliação Nacional da Educação Básica	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar	Avaliação Nacional da Alfabetização

Os índices subsequentes retratam a porcentagem de alunos do Ensino Fundamental com pontuação acima do nível considerado adequado na Prova Brasil, discriminada por disciplina:

5º ano

Ano	Português	Matemática
2005	29,6	17,2
2007	27,3	19,2
2009	31,7	25,9
2011	42,2	32,5
2013	49	41,1

Fonte: MEC/Inep – Prova Brasil/Saeb/ Preparação: Todos Pela Educação

9º ano

Ano	Português	Matemática
2005	21,5	14,7
2007	22,2	15,3
2009	24,5	14,4
2011	27,1	14,3
2013	30,5	11,9

Fonte: MEC/Inep – Prova Brasil/Saeb/ Preparação: Todos Pela Educação

Além do supracitado, a qualidade do Ensino Médio também é avaliada pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o

desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade.

Conforme disposto em seu site oficial, a partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior. Foram implementadas mudanças no Exame que contribuem para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

Respeitando a autonomia das universidades, a utilização dos resultados do Enem para acesso ao ensino superior pode ocorrer como fase única de seleção ou combinado com seus processos seletivos próprios. O Enem também é utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos – ProUni.

De acordo com divulgação realizada pelo Inep e jornal Diário Catarinense, em publicação on-line do dia 23 de dezembro de 2014, escolas catarinenses perderam posições no ranking nacional do Enem em 2013. Nenhuma escola catarinense figurou entre as 100 melhores do país na avaliação daquele ano. Das 10 primeiras colocadas no Estado, todas privadas, 7 perderam posições no ranking nacional na comparação com 2012. A Associação Educacional Luterana Bom Jesus Ielusc, de Joinville, conquistou a liderança entre as escolas catarinenses, mas caiu 72 posições no país entre 2013 e 2012.

A meta 7 deve ser compreendida como um objetivo permanente e ininterrupto, cujo direcionamento deve buscar a valorização da educação de maneira eficaz junto à implantação de medidas que assegurem políticas educacionais a favor dos educandos e educadores do município de Rio do Sul.

2.7.7 METAS 8 e 9: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade de Ensino, que tem como objetivo atender a todos, que em tempo hábil, não tiveram a oportunidade de concluir a sua formação nos níveis de Alfabetização, Ensino Fundamental e Médio e aos que apresentam histórico de distorção série/idade no ensino regular. A idade mínima para ingresso na Educação de Jovens e Adultos é de 15 anos completos para o Ensino Fundamental e 18 anos completos para o Ensino Médio.

No Brasil, durante as últimas quatro décadas da ação do Estado no campo da Educação de Jovens e Adultos, podemos mencionar na esfera Federal, a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização-Fundação Mobral (1967-1985), da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos-Fundação Educar (1986-1990), e do Programa Brasil Alfabetizado (2003 - atual). Com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9394/96, as políticas nacionais de educação de jovens e adultos ganham destaque das esferas federal e estadual para a esfera municipal. A Lei determina que os sistemas de ensino devem assegurar gratuitamente aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades apropriadas, considerando as características do estudante, seus interesses, condições de vida e trabalho, viabilizando e estimulando o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre os diversos setores das esferas públicas.

No Alto Vale do Itajaí, o Ensino Supletivo teve início em 1987, com a implantação do Núcleo Avançado do Ensino Supletivo em Laurentino. Em 1992, com a necessidade de atender a demanda significativa de Rio do Sul, é que surgiu o Centro de Educação de Jovens e Adultos. Em 2003, iniciou-se o projeto de educação prisional atendendo os apenados nos níveis de alfabetização, nivelamento, ensino fundamental e médio. Em 2004, aderiu ao programa Brasil/Santa Catarina Alfabetizada, financiado pelo Ministério da Educação. Em 2005, iniciou o atendimento aos dependentes químicos no próprio local de internamento. E, em 2006, foi estendido o atendimento aos adolescentes em conflito com lei, no Centro de Atendimento Sócioeducativo Provisório – CASEP.

O Serviço Social da Indústria/SESI inicia suas atividades no ano de 1999 com “Programa SESI Educação do Trabalhador” para oportunizar a escolarização dos trabalhadores nas indústrias, atendendo os estudantes no local de trabalho.

No âmbito da Secretaria Municipal de Educação a modalidade da Educação de Jovens e Adultos, iniciativas isoladas aconteciam anteriores a 1994. A partir desta data, firmou-se um convênio com a União de Associações de Bairros, onde foram criados três núcleos/salas de alfabetização. Em 2003, a partir da divisão de Educação de Jovens e Adultos na Secretaria Municipal de Educação inicia-se a implantação do projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos e, em 2006 adere ao programa federal “Por um Brasil alfabetizado”.

O desafio que o Plano Municipal de Educação apresenta, é formular, de maneira participativa, políticas públicas que se consolidem como política de Estado, levando-se em

consideração a diversidade dos sujeitos da EJA, exercitando uma concepção ampliada de educação de jovens e adultos, que entende educação pública e gratuita como direito universal de aprender, de ampliar e partilhar conhecimentos e saberes acumulados ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar.

Neste sentido, a meta 8, do Plano Municipal de Educação dispõe: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e da região de menor escolaridade no Município, exceto analfabetos, e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Segundo dados do Ministério da Educação/MEC/INEP, no ano de 2013, tivemos 745 matrículas na faixa etária de 18 a 29 anos, somente da área urbana. Dessas, 476 não declararam cor, 249 declararam ser brancos, 1 preta, 17 parda, 1 amarela e 1 indígena.

A escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural em relação aos 12 anos da meta nacional é de 7,8 em Rio do Sul.

A escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres em relação a meta nacional de 12 anos é de 7,7 em Rio do Sul.

A razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos em relação a meta nacional de 100% é de 88,6 em Rio do Sul. (IBGE, 2010).

Quanto à elevação média das populações do campo, dos mais pobres e dos negros, à meta nacional é de 12 anos. O município de Rio do Sul em relação à meta nacional tem 10,1.

Esses dados nos remetem ao desafio de assegurar políticas públicas às populações rurais e afrodescendentes, bem como, a necessidade de identificar a região de menor escolaridade no Município.

A meta 9, do Plano Municipal de Educação dispõe: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 75% (setenta e cinco por cento) a taxa de analfabetismo funcional e dobrar a oferta da EJA, tendo em vista os dados apresentados sobre a taxa de analfabetismo do Município: 2,81%, o que corresponde a 1.362 analfabetos (IBGE, 2010). Outro dado que revela a

realidade desta meta, é a população de 15 anos ou mais sem instrução e fundamental incompleto que é de 18.427 (IBGE, 2010).

Na atualidade, a população que frequenta a Educação de Jovens Integrada à Educação Profissional (EJA presencial) é de: 506 estudantes. Já a população que frequenta a Educação de Jovens e Adultos (EJA semi-presencial) é de 916 estudantes (Censo Escolar, 2014).

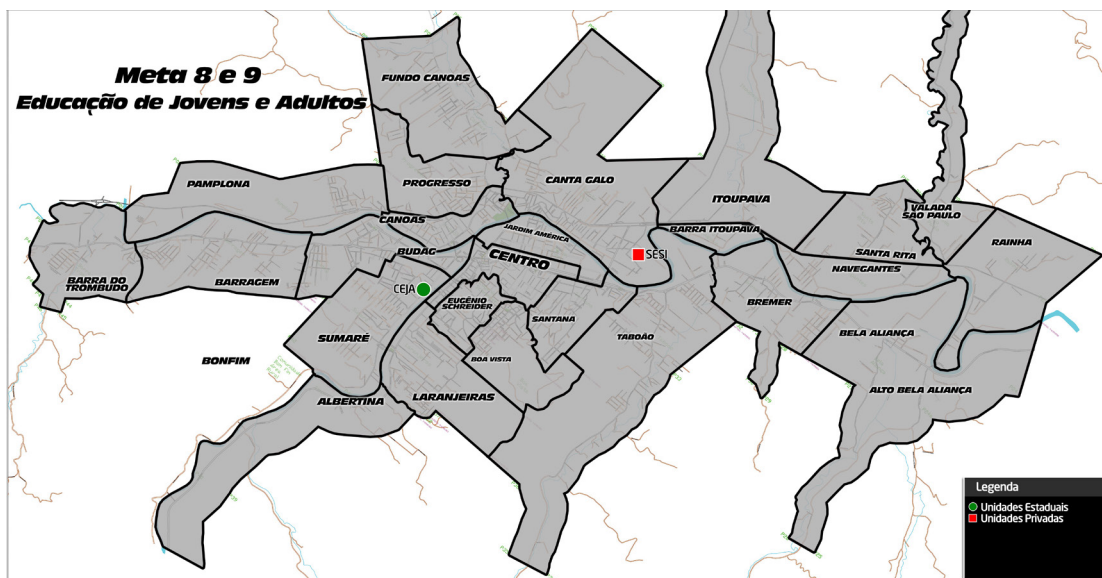
A população de jovens e adultos que frequenta o Programa Brasil Alfabetizado, desenvolvido através de núcleos nos bairros Barra do Trombudo, Canta Galo e Taboão corresponde a 32 estudantes (CEJA, 2014).

A população privada de liberdade atendida no estabelecimento penal, no ano de 2014, corresponde a 121 estudantes.

A população de jovens e adultos atendidos pelo SESI, no ano de 2014, é de 148 estudantes.

Quanto às condições de acesso e permanência a EJA, o transporte e a alimentação escolar não são ofertadas pela unidade pública, o que dificulta a frequência nos núcleos de estudo.

Localização das unidades que ofertam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na atualidade:



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul (2015)

Os recursos disponíveis para a Educação de Jovens e Adultos, repassados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação por aluno ano é de R\$ 2.578,92.

O programa federal existente no Município, é o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O objetivo do programa é promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida.

Considerando o exposto, é fundamental garantir o direito social à educação como direito de cidadania assegurado pela Constituição Federal de 1988. Daí a necessidade de se oferecer o maior número possível de oportunidades para que o jovem, o adulto e o idoso possam exercer sua cidadania diante dos desafios que se enfrentam no mundo de hoje.

2.7.8 METAS 10 E 11: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

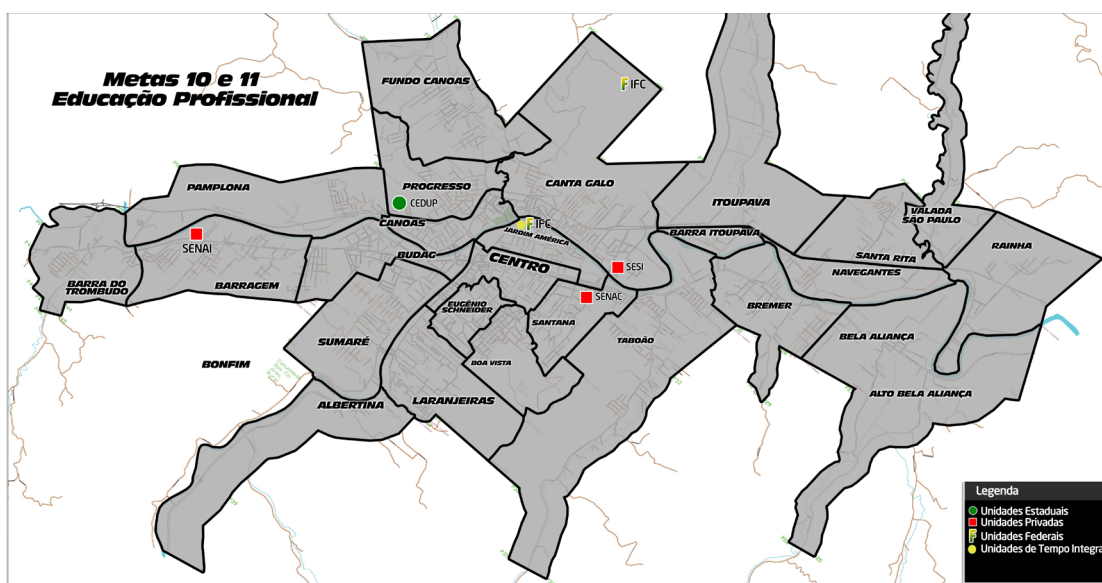
A Educação Profissional e Tecnológica passou a integrar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, no ano de 2008, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, constituiu-se uma nova política de aperfeiçoamento e desenvolvimento na qualidade da educação brasileira, permitindo-se a elevação da escolaridade dos trabalhadores.

Conforme esclarecimentos do Ministério da Educação, a nova redação dos artigos 37, 39, 41 e 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) propõe que a educação profissional se integre aos diferentes níveis e às modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Os cursos podem ser organizados por eixos tecnológicos; assim, possibilitam a construção de diversos itinerários formativos – um aperfeiçoamento do aluno na área escolhida.

A educação profissional e tecnológica abrange cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação. As instituições de educação profissional também deverão oferecer, além de seus cursos regulares, cursos especiais, abertos à comunidade. Nesse caso, a matrícula não deve ser condicionada, necessariamente, ao nível de escolaridade, mas à capacidade de aproveitamento do aluno.

Também foi acrescentada uma seção sobre a educação profissional técnica de nível médio, no Capítulo II do Título V da LDB. O dispositivo propõe que o ensino médio, atendida a formação geral do estudante, prepare para o exercício de profissões técnicas. Assim, a articulação deve ser feita de forma integrada (matrícula única, na mesma escola) ou concomitante (matrículas distintas, na mesma ou em outra instituição, para quem ingressa ou já cursa o ensino médio).

O mapa abaixo dispõe a relação de instituições de educação profissional técnica no município de Rio do Sul:



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul (2015).

Segundo dados oficiais do MEC/Inep/DEED/Censo Escolar, no ano de 2007, o número de matrículas de educação profissional técnica foi de 1.034 matrículas no município de Rio do Sul. No ano de 2013, efetuaram-se um total de 1.620. Assim, em 6 anos, elevou-se o número de matrículas em 586. Considerando-se o valor oficial de 2013, dever-se-á atingir pelo menos 4.860 matrículas efetivas ao ano até o fim do decênio.

Em 2013, foram realizadas 867 matrículas na rede pública e 753 matrículas na rede privada, das quais 807 se concentram na localidade urbana e 813 na localidade rural.

Quanto à forma de articulação com o Ensino Médio, são 451 matrículas de forma integrada, 300 matrículas ocorrendo-se concomitantemente e 869 matrículas subsequentes. Em Rio do Sul, somente o Instituto Federal Catarinense (IFC) oferta cursos

de maneira integrada ao Ensino Médio, e o SENAI, Sesi e SENAC oferecem os cursos de forma subsequente, após a finalização do Ensino Médio. Tem-se, ainda, o Centro de Educação Profissionalizante (CEDUP), porém, atualmente não se encontra em funcionamento.

A oferta da EJA integrada à Educação Profissional, segundo dados do MEC/Inep/Censo Escolar (2013) revela a matrícula de 13 estudantes, correspondendo a 1.5% no ano de 2009. Nesse contexto, o município de Rio do Sul estabelece metas e estratégias para que todos os cidadãos tenham efetivo acesso a uma educação geral de base, associada a sólidos programas de educação profissional para seus jovens em processo formativo e seus adultos em busca de requalificação para o trabalho.

2.7.9 METAS 12, 13, 14, 15 E 16: EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Educação Superior é de fundamental importância para o desenvolvimento do país, por consequência do município, e está respaldada pela legislação vigente: Constituição Federal de 1988, LDB 9394/96 e no PNE (lei 13.005/2014), destacando o direito ao acesso à educação de qualidade por parte da população.

Abrange cursos e programas de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo), de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), de extensão e cursos sequenciais, podendo ser ofertada pelas redes de ensino pública e privada, considerada as modalidades presencial e à distância.

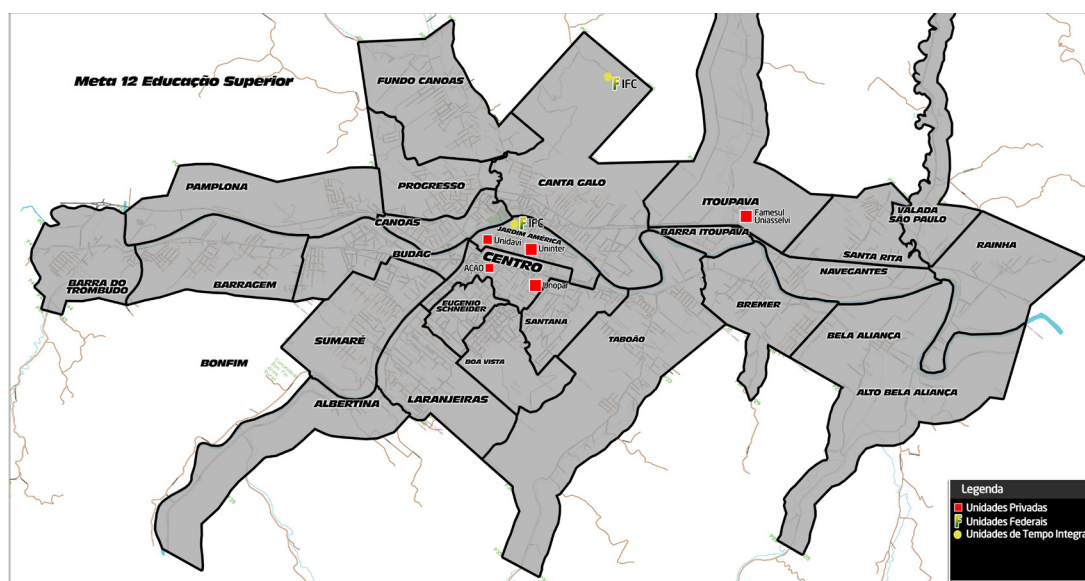
Favorece a socialização do indivíduo e almeja mudanças significativas em suas mais variadas formas de abrangência: um processo contínuo de desenvolvimento físico, moral e intelectual. Agregando valores e conhecimentos para o desenvolvimento pessoal e regional, fortalecendo a economia e capacitando novos profissionais, qualificando a força de trabalho. Em uma visão mais ampla, permite novas soluções para os desafios do dia a dia, contribuindo para a construção de uma sociedade melhor.

Cabe ao município integrar-se às políticas e programas educacionais oferecidos pela União e pelo Estado, garantindo assim, a expansão da oferta, para que mais pessoas possam acessar este nível de ensino. As instituições públicas, municipais e estaduais de ensino superior são da competência dos Sistemas Estaduais de Educação que realizam o credenciamento e credenciamento dessas instituições.

As metas que contemplam a Educação Superior estabelecidas neste plano, vão desde a elevação da taxa bruta de matrículas, asseguradas a qualidade da oferta e sua expansão (meta 12), a qualidade na educação superior (meta 13), ampliando a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício nas instituições de ensino superior, bem como, elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu (meta 14). A garantia da formação específica em nível superior aos profissionais de educação em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, de acordo com LDB 9394 de 20/12/96, em seu artigo 61 (meta15) e a formação em nível de pós-graduação em percentual de 50% dos professores da educação básica e a garantia de educação continuada em sua área de atuação, conforme as necessidades, demandas e contextualização do sistema de ensino (meta 16).

Estas metas poderão se consolidar através de políticas públicas, em regime de colaboração, através de programas e ações nas esferas Federal e Estadual, com incentivos à qualificação da formação em nível superior, nas modalidades, presencial e a distância.

A oferta da educação superior no município pode ser verificada no mapa abaixo:



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul (2015).

Várias ações e políticas devem ser efetivadas visando à ampliação e democratização do acesso a esse nível educacional “...como garantia de que a formação

será fator efetivo e decisivo no exercício da cidadania, na inserção no mundo do trabalho e na melhoria da qualidade de vida e ampliação da renda” (CONAE – Etapa Estadual, p. 70).

A meta do Brasil para a taxa de escolarização bruta na educação superior da população de 18 a 24 anos é de 50%. Na atualidade, o Brasil está em 30,3% e em Santa Catarina tem 41% em relação à meta nacional. A meta do Brasil para a taxa de escolarização líquida ajustada na educação superior da população de 18 a 24 anos é de 33%. Na atualidade, o Brasil tem 20,1% e Santa Catarina tem 28,4%.

Em nosso município, a população de 18 a 24 anos, segundo dados do IBGE/2010, corresponde a 7.801 jovens.

Para que estes jovens possam ter acesso ao ensino superior, alguns programas do Governo Federal e Estadual se fazem presentes no município, destacando em nível Nacional: - PROUNI - O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

- FIES - O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação. Para candidatar-se ao FIES os estudantes devem estar regularmente matriculados em instituições de ensino não gratuitas cadastradas no programa, em cursos com avaliação positiva no SINAES. O FIES é operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

- SISU - O Sistema de Seleção Unificada (SISU) foi desenvolvido pelo Ministério da Educação para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como única fase de seu processo seletivo. A seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato no ENEM. No sítio, os candidatos podem consultar as vagas disponíveis, pesquisando as instituições e os seus respectivos cursos participantes.

- Programa De Assistência Estudantil: PAE/IFC - Destinado a estudantes regularmente matriculados e que estejam frequentando cursos presenciais de ensino técnico, de nível médio e de ensino superior no Instituto Federal Catarinense que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, considerando a renda bruta familiar e os agravantes sociais analisados por meio de estudos socioeconômicos. Neste programa são três tipos de auxílio:

- Auxílio Moradia (R\$ 250,00) é destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que necessitem de complementação para suas despesas de aluguel, em razão do ingresso no IFC, e que sejam oriundos de outros municípios ou de zonas rurais distantes, para que estes possam residir mais próximo do Câmpus.
- Permanência I (R\$ 300,00) é destinado a estudantes em extrema vulnerabilidade socioeconômica que necessitem de complementação para suas despesas de alimentação, transporte, material didático, entre outros, visando à permanência e o êxito acadêmico.
- Permanência II (R\$ 150,00) é destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que necessitem de complementação para suas despesas de alimentação, transporte, material didático, entre outros, visando à permanência e êxito acadêmico.

Os critérios para o recebimento da assistência estudantil são: a) estar regularmente matriculado e frequentando o curso presencial; b) estar cursando o mínimo de disciplinas/créditos previstos no PPC (Projeto Pedagógico do Curso) de cada curso ou igual/superior a 04 disciplinas. Caso o estudante não esteja cursando o mínimo de disciplinas devido a não oferta institucional, o mesmo deverá solicitar uma declaração do coordenador de curso informando a inexistência de disciplinas para o estudante se matricular; c) obedecer aos prazos estabelecidos em edital. O aluno deve vivenciar situação de vulnerabilidade socioeconômica. Considerando, portanto, alunos com renda per capita de até 1 salário mínimo e meio, o que hoje representa renda per capita de R\$ 1.182,09 e as despesas com aluguel/financiamento de imóvel, transporte, saúde/deficiência no grupo familiar, bens patrimoniais, utilizando de instrumental técnico-operativo próprio do assistente social para identificar situações que interferem diretamente na condição de vulnerabilidade social do aluno.

O número de bolsistas de extensão no Câmpus Rio do Sul são: 13 bolsistas recursos do Câmpus, 4 bolsistas recursos da PROPI/PROEXT e 6 bolsistas recursos da reitoria. E quanto ao número de bolsistas de pesquisa no Câmpus Rio do Sul, 13 são bolsistas recursos do Câmpus, 4 bolsistas recursos da PROPI/PROEXT, e 6 bolsistas recursos CNPq (PIBIC, PIBITI, PIBIC-EM). O número de beneficiários do Programa de Assistência Estudantil: PAE/IFC para 2015 são de 289 auxílios no Câmpus de Rio do Sul.

Em nível Estadual temos no Art. 170 da CE/89 - Bolsas de Estudo e de Pesquisa, tendo a fundamentação legal no Artigo 170 da Constituição Estadual e na Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005 e Lei Complementar nº 296 de 25 de julho de 2005. Trata-se de um programa de inclusão social, voltado para a Educação Superior. O

Projeto beneficia diretamente os alunos economicamente carentes, proporcionando-lhes a gratuidade total ou parcial das mensalidades.

No Art. 171 da CE/08 - Programa de Bolsas de Estudo e de Pesquisa do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES é um programa fomentado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina – SED, com recursos provenientes do Artigo 171 da Constituição Estadual e regulamentado pela Lei Complementar Estadual nº 407, de 25 de janeiro de 2008. As bolsas de estudo, pesquisa e extensão oferecidas pelo FUMDES tem como objetivo garantir o acesso e a permanência no ensino superior de alunos matriculados em cursos de graduação presenciais.

A Lei Nº 14.876/09 do Fundo Social e a Lei Estadual 14.876/09 autorizam o Estado a destinar 0,3% do Fundo Social para aquisição de vagas remanescentes nos cursos superiores das universidades catarinenses. De acordo com a Lei 14876/09, as bolsas contemplarão os estudantes que têm renda familiar per capita igual ou inferior a R\$ 250,00.

O PROESDE - Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional consiste em um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas à articulação da melhoria do ensino de graduação ao processo de desenvolvimento socioeconômico das áreas de abrangência das Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDR. Os acadêmicos beneficiados com a Bolsa PROESDE, frequentam o curso de extensão em Desenvolvimento Regional que possui uma carga horária de 200 horas, distribuídas em 100 horas no primeiro semestre e 100 horas no segundo semestre do ano. O curso é desenvolvido com recursos públicos do Estado de Santa Catarina sendo organizado pela IES por meio da Coordenação de Extensão e objetiva a promoção do desenvolvimento regional através da formação de profissionais com visão sistêmica e empreendedora, capazes de planejar, implantar, gerir e avaliar projetos de desenvolvimento regional sustentável.

Outro desafio da Educação Superior é a meta de elevar sua qualidade e ampliar a proporção de mestres e doutores em exercício no sistema de educação superior. No município de Rio do Sul a meta é elevar para 75% no conjunto de mestre e doutores. A tabela abaixo nos traz a realidade atual do percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício no Município.

Dependência administrativa	Percentual de mestres	Percentual de doutores	Total docentes
Federal: IFC*	60,2%	23,4%	98

Privada: UNIDAVI	41.07 %	8.3%	224
Privada: FAMESUL	26.4%	2.94%	102
Privada: AÇÃO	70%	40%	10
Privada: UNOPAR ⁹	63%	21.2%	47
Privada: UNINTER ¹⁰	-	-	-

* Todos os docentes do Instituto Federal Catarinense atuam no Ensino Básico Técnico e Tecnológico e Superior.

Este Plano contempla ainda um grande compromisso que é, juntamente com a União e o Estado no prazo de 1 ano de vigência deste PME, assegurar que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Segundo a LEI Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Art. 61, consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Com este intuito, o Governo Federal disponibiliza programas que auxiliam na formação do educador, como o PARFOR – Plano Nacional de Formação Inicial e Continuada, Presencial e a Distância de Professores para Educação Básica que tem o objetivo de oferecer graduação a professores da Educação Básica que já atuam na rede pública por meio de parcerias entre o Governo Federal, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência: Programa de concessão de bolsas a alunos de licenciatura que participem de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos por instituições de ensino superior em parceria com escolas de educação básica da rede pública. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto escolar para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um

9 EAD- SEMIPRESENCIAL - <http://www.unoparead.com.br/unopar/nosso-sistema.jsp>

<http://polos.unoparead.com.br/riodosul-sc>

10 EAD - 100% online - <http://uninter.com/graduacao-ead>

professor da escola. Coordenado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Observa-se uma variação discreta na escolaridade dos professores do Município nos últimos anos (Tabela). Precisamos concentrar esforços junto as instituições de ensino superior a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento, garantindo assim a renovação pedagógica com foco no aprendizado do estudante.

Professores da Educação Básica por escolaridade

Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio - Normal/Magistério	Ensino Médio	Ensino Superior
2010	0,8%	7,6%	12,8%	78,8%
2011	0,7%	7,1%	7,8%	84,4%
2012	0,4%	6,5%	12,6%	80,5%
2013	0,2%	5,1%	12,3%	82,4%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Porcentagem de professores dos anos finais do Ensino Fundamental que tem licenciatura na área em que atuam

Ano	Com Superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área que atua
2010	79,4%	18,4%	8,5%
2011	99,3%	67,5%	45,4%
2012	84,3%	53,4%	38,3%
2013	88,5%	55,7%	40,9%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Outra meta que exige um grande desafio, está em formar 80% (oitenta por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu até o último ano de vigência deste Plano, sendo que temos um percentual no Município de 54.8% (Tabela) e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e a contextualização dos sistemas de ensino. Quanto a formação dos professores precisa ser encarada como um processo permanente e integrante da atividade cotidiana e da trajetória profissional dos docentes. Frente a isso, as políticas com esse fim devem considerar as diferentes dimensões pelas quais passa a formação continuada.

Porcentagem de professores da Educação Básica com Pós-Graduação

Ano	Total de indicador
2010	52,6%
2011	57%
2012	55,4%
2013	54,8%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tipo de pós-graduação

Ano	Especialização	Mestrado	Doutorado
2010	48%	5,3%	1,2%
2011	51,4%	6%	1,5%
2012	50,4%	5,4%	1,6%
2013	49,2%	5,4%	1,8%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Todas essas análises e reflexões mostram que os desafios para a Educação Superior são grandiosos, exigindo estratégias e ações articuladas entre governos , instituições formadoras e demais atores do processo. Sendo necessário também dar continuidade do desenvolvimento da aplicação e da avaliação das políticas públicas para que essas metas possam ser efetivamente alcançadas.

2.7.10 METAS 17 E 18: VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E PLANO DE CARREIRA DE DOCENTES

Diante do cenário atual, busca-se a garantia de uma educação que proporcione Qualidade para Todos, os princípios de Gestão Democrática, o reconhecimento de uma Política de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação e o fortalecimento da vinculação do regime de colaboração entre União, Estado e Município no financiamento da educação, são de suprema necessidade para que consigamos cada vez mais fazer valer os direitos de uma educação para todos e com qualidade em todas as suas esferas.

Considerando o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei Nº 10.172/2001, em seu diagnóstico e o documento Final CONAE/2010, ambos definem que o desenvolvimento e a qualidade do ensino, só poderão acontecer se houver a valorização profissional efetiva

dos que atuam na educação. Nesse sentido, é fundamental criar mecanismos e políticas que viabilizem o cumprimento das metas e diretrizes dos níveis de ensino, etapas e modalidades que já foram propostas neste Plano Municipal decenal, articulados e em sintonia com os dispositivos Legais da Constituição Federal de 1988, LDB 93.94/96 e da Emenda Constitucional Nº 53/2006.

É necessário reconhecer que tem acontecido avanços no processo de valorização dos profissionais do magistério. O Piso Salarial Profissional Nacional – Lei nº 11.738, de 16/07/2008 é uma grande conquista para os profissionais do magistério público da educação básica, a presente lei vem regulamentar disposições constitucionais que garantem e obrigam a todos os entes federados a cumpri-la.

No município de Rio do Sul, há uma busca constante pela Valorização e Formação dos profissionais da carreira do magistério; tanto na rede particular, estadual e municipal percebemos a ativa luta dos movimentos sindicais em busca de fazer valer as leis que vêm de encontra com os direitos dos profissionais em educação e demais.

Os professores buscam graduar-se, fazem, conforme possibilidade, a busca pelo aprimoramento, seja através de cursos em Instituições de Ensino e ou cursos de capacitações fornecidas pelo sistema de ensino onde estão contratados. Constatamos um número elevado em relação a outras regiões do país de profissionais com ensino superior e ou até maior.

Na Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul, o valor do piso é repassado aos profissionais da educação conforme a lei prevê; a hora atividade para o ensino fundamental dos anos iniciais e finais, no ano de 2015 já é uma realidade implantada conforme estabelece a lei; porém, ainda estamos caminhando no processo de implantação da hora atividade para Educação Infantil; nesse atual momento temos quatro horas e estamos buscando soluções para fazer valer conforme a lei.

A Secretaria Municipal de Educação tem seu planejamento de capacitação para o decorrer do ano letivo, buscando meios diferenciados para contemplar todos os requisitos de um excelente educador.

Nosso dever enquanto gestores municipais, seja em qual esfera da Educação em que nos encontramos, é fazer valer os direitos como também os deveres dos profissionais do magistério. Nossos desafios para os educadores é a busca constante da construção de uma política global de valorização que considere os requisitos fundamentais, como a formação inicial e continuada, a melhoria das condições de trabalho, a valorização salarial

e da carreira, conquistas de etapas, de consolidação e de competência dos agentes mantenedores do Sistema de Ensino e de gestão governamental.

2.7.11 META 19: GESTÃO DEMOCRÁTICA

A democracia é uma conquista histórica recente do povo brasileiro que culminou com a instituição do Estado Democrático, promulgando que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente [...]” (Constituição Federal, 1988).

De acordo com BRASIL, Ministério da Educação (2004, p. 18):

“Passamos por várias fases do processo capitalista, incluindo períodos ditatoriais, em que aprendemos o valor de lutar pela reconquista e pela garantia da democracia. Construímos, assim, a democracia representativa, em que todos os dirigentes são eleitos por votos dos cidadãos [...]. As conquistas históricas trazidas por essa democracia representativa serão ampliadas e novos avanços reais para a grande maioria da população serão conquistados quando a democracia for se tornando, cada vez mais, uma democracia participativa. Esta, amplia e aprofunda a perspectiva do horizonte político emancipador da democracia. Isto é: uma democracia em que todos os cidadãos, como sujeitos históricos conscientes, lutam pelos seus direitos legais, tentam ampliar esses direitos, acompanham e controlam socialmente a execução desses direitos, sem deixar de cumprir, em contrapartida, os deveres constitucionais de todo cidadão”.

Desta maneira, a gestão democrática implica na efetivação de novos processos de organização e gestão, baseados em uma dinâmica que favoreça processos coletivos e participativos de decisão a fim de romper com a lógica da participação restrita que não garante o controle social dos processos educativos, o compartilhamento das decisões e do poder, configurando-se muito mais como mecanismo legitimador de decisões já tomadas centralmente.

A gestão democrática é um processo a ser construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica de cada sistema de ensino (municipal, estadual, federal ou privado). Processo este, que não se efetiva por decreto, portaria ou resolução, mas é resultante, sobretudo, da concepção de gestão e de participação que temos, devendo ser garantido os meios e as condições favoráveis para que os processos de gestão sejam construídos coletivamente.

Na perspectiva democrática, a educação e as instituições educacionais passariam a considerar a horizontalidade nas relações de poder, a alternância nos postos de comando e das funções a serem desempenhadas, a visão geral dos objetivos a realizar e a solidariedade na execução de suas ações, para alcançar os objetivos coletivamente definidos e a qualidade socialmente referendada. Para isso se faz necessário a implementação de vários mecanismos de participação, tais como: o aprimoramento dos processos de provimento ao cargo de diretor/a, a criação e consolidação de órgãos colegiados na escola e no Município (Conselhos Municipais e Escolares, Fóruns, entre outros), o fortalecimento da participação estudantil por meio da criação e consolidação de grêmios estudantis, a construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola, a progressiva autonomia da escola e, conseqüentemente, a discussão e a implementação de novas formas de organização e de gestão escolar e a garantia de financiamento público da educação e da escola nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Toda essa dinâmica se efetiva como um processo de aprendizado político fundamental para a construção de uma cultura de participação e de gestão democrática na escola e, conseqüentemente, para a instituição de uma nova cultura na escola e na sociedade.

Há toda uma legislação educacional que pode ser acionada para favorecer a gestão democrática da educação brasileira. Entre os princípios que devem orientar a educação escolar, contidos na nossa Constituição de 1988 –, em seu art. 206, assumidos no art. 3º da Lei Nº.9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), consta, explicitamente, a “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (inciso VIII do art.3º da LDB).

A LDB é mais precisa ainda, nesse sentido, no seu art. 14, afirma que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolares locais em conselhos escolares ou equivalentes. Nesse cenário, a implementação de processos e práticas de participação coletiva, bem como a avaliação destas, é fundamental para romper com a lógica autoritária em que se estruturam as concepções e práticas dominantes de organização e gestão escolares.

A meta 19 do Plano Municipal de Educação dispõe: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a

critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Variadas são as formas e as propostas de acesso à gestão das escolas públicas historicamente utilizadas no sistema educacional brasileiro. Entre elas destacam-se: 1) diretor indicado pelos poderes públicos; 2) diretor de carreira; 3) diretor aprovado em concurso público; 4) diretor indicado por listas tríplices ou sêxtuplas ou processos mistos; e 5) eleição direta.

Na atualidade, a forma de escolha dos diretores das unidades escolares das redes municipal e estadual é por indicação dos poderes públicos, da rede federal é por eleição direta e nas redes privadas os diretores também são indicados.

Ressalta-se que a rede estadual a partir do Decreto/SC Nº 1794/13, que dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional, em todos os níveis e modalidades prevê a eleição de diretores a partir da elaboração do Plano de Gestão Escolar, para um mandato de 4 (quatro) anos. O processo de escolha do Plano de Gestão Escolar, conforme previsto no Decreto, será realizado em 2 (duas) etapas: Seleção pela banca avaliadora das propostas de planos de gestão escolar para submetê-los à escolha da comunidade escolar; e escolha pela comunidade escolar, entre as propostas selecionadas pela banca avaliadora, do Plano de Gestão Escolar.

A democratização da gestão do ensino público, salientando-se, a participação dos profissionais da educação e da participação das comunidades escolar e local na elaboração do projeto pedagógico da escola e em conselhos escolares ou equivalentes, bem como, a descentralização da gestão educacional, com fortalecimento da autonomia da escola são estratégias da meta 19, estabelecida no Plano Municipal de Educação.

O quadro abaixo apresenta o panorama sobre a constituição dos órgãos de controle social na Educação Básica e Superior no município:

Dependência Administrativa	Total de unidades educacionais	Conselho Escolar	Associação de Pais e Professores	Grêmio Estudantil
Municipal	36	12	36	1
Estadual	12	11	11	3
Federal	1	1	1	0
Privada	18	3	3	1
Total	68	27	51	4

Fonte: Dados fornecidos pelas entidades que integram o Fórum Municipal de Educação (2005).

Os dados acima revelam que é baixa a existência de órgãos colegiados que integram todos os segmentos da comunidade escolar, especialmente, o segmento estudantes, havendo a necessidade de fomentar e assegurar condições de organização aos colegiados, como requisito à gestão democrática.

Os Conselhos de acompanhamento e controle social vinculados à educação existentes no Município são: Conselho Municipal de Educação com funções deliberativa, fiscalizadora, normativa, propositiva, mobilizadora, consultiva e de controle social (Lei Nº 3.260/1998, alterado pela Lei Nº 3.579/2000 e Decreto 592/2005); o Conselho de Alimentação Escolar com função fiscalizadora, deliberativa e de assessoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Lei Nº 3.590 de 16/02/2001 e Decreto Nº 280/2002) e o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação com função de assessorar, acompanhar e fiscalizar (Lei Nº 4539 de 13/04/2007) a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo.

Outros instrumentos de gestão democrática, como assembleias de pais e professores e conselhos de classe são práticas implementadas nas unidades educacionais.

O Projeto Político Pedagógico – PPP - é a “Constituição da Escola”. É um “Documento-vivo” que expressa os valores, os princípios, os objetivos, as metas educacionais que se pretende alcançar. É o rumo dado à educação formal com e pela comunidade escolar e local, definindo e atuando na escola que a gente tem, na escola que a gente faz e na escola que a gente quer.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico das unidades educacionais públicas está normatizada segundo os princípios da gestão democrática e os preceitos da LDB 9.394/96.

A forma de elaboração do Projeto Político Pedagógico das unidades educacionais públicas está normatizada à perspectiva da gestão democrática de acordo com a LDB 9394/96.

A rede estadual considera, sobretudo, o Parecer do Conselho Estadual de Educação - CEE 405/2004, o qual determina que, a comunidade escolar, diagnostica a realidade administrativo-pedagógica, social, estrutural e educacional e, a partir dos dados resultantes do diagnóstico, delineiam objetivos, propõe metas, planeja ações e avalia o processo.

A rede municipal de educação a partir da Resolução 10/2000, estabelece diretrizes para a elaboração do projeto político-pedagógico e do regimento dos Centros de Educação Infantil e Centros Educacionais.

O Projeto Político Pedagógico, além de ser uma obrigação legal, deve traduzir a visão, a missão, os objetivos, as metas e as ações que determinam o caminho a ser trilhado pela instituição escolar.

Neste sentido, a gestão democrática se traduz cotidianamente como ato político, pois implica sempre uma tomada de posição dos atores sociais (pais, professores, funcionários, estudantes...). Logo, a sua construção não pode ser individual, pelo contrário, deve ser coletiva, envolvendo os diversos atores na discussão e na tomada de decisões. Este é o desafio e o compromisso que o Município tem para a próxima década: o de descentralizar a gestão através do fortalecimento e instituição das instâncias colegiadas e de controle social nas unidades escolares; o de instituir a escolha dos diretores das unidades através de eleição direta pela comunidade escolar e a elaboração e reelaboração do Projeto Político Pedagógico com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

2.7.12 META 20: FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

O financiamento da educação é elemento estruturante para a organização e o funcionamento das políticas públicas educacionais. A Constituição Federal de 1988 instituiu a estrutura e as fontes de financiamento para a política de educação. Em seu artigo 212 da CF/1988, estão vinculados os recursos para a educação e garantidos os percentuais mínimos da receita resultantes de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino. Os patamares são de no mínimo 18% da receita de impostos da União e 25% da receita de impostos dos estados, Distrito Federal e municípios, incluindo as transferências entre esferas de governo.

A gestão adequada dos recursos educacionais também é condição necessária para a consagração do direito à educação no Brasil. O alcance das metas contidas em programas de governo e planos estaduais e municipais da área de educação depende de políticas adequadas de investimento e gestão de recursos. Sabendo que no ano de 2010, o percentual de investimento público em todas as etapas de ensino em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) foi de 5,8%, o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005/2014 determinou na sua Meta 20 a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do PIB do País no

5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Em se tratando dos recursos já disponíveis, a CF/1988 estabeleceu que a educação básica dispõe do salário-educação como fonte suplementar de recursos. Consiste em uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública. É calculada com base na alíquota de 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais, e é arrecadada, fiscalizada e cobrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda. O repasse da cota parte do salário-educação, que correspondeu em 2013 a 170 milhões de reais, equivale a aproximadamente 5% do financiamento total em educação.

Com relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), um fundo de natureza contábil, constituído por 20% (vinte por cento) dos recursos oriundos de repasses federais ou estaduais aos municípios, previstos na Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica.

O Município conta ainda com recursos vinculados oriundos dos tributos arrecadados pelo Município junto aos seus cidadãos contribuintes. Além desses, a educação municipal recebe recursos adicionais advindos de receitas do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e seus agregados, bem como as transferências voluntárias do Ministério da Educação.

Contudo, ressalta-se ainda que o financiamento da educação deve tomar como referência o mecanismo do custo aluno qualidade (CAQ), definido a partir do custo anual por aluno dos insumos educacionais necessários para que a educação básica pública adquira padrão de qualidade. A construção do CAQ deve considerar o número de alunos por turma, remuneração adequada, formação inicial, continuada e condições de trabalho para os profissionais da educação, materiais necessários à aprendizagem dos estudantes (como salas de informática, biblioteca, salas de ciência etc.). Como o CAQ representa o alcance de um padrão de qualidade próximo daquele verificado nos países mais desenvolvidos, é preciso que o Brasil universalize, ao menos, um padrão mínimo de qualidade.

O financiamento da educação é elemento estruturante para a organização e o funcionamento das políticas públicas educacionais. A Constituição Federal de 1988 instituiu a estrutura e as fontes de financiamento para a política de educação. Em seu artigo 212 da CF/1988, estão vinculados os recursos para a educação e garantidos os percentuais mínimos da receita resultantes de impostos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Os patamares são de no mínimo 18% da receita de impostos da União e 25% da receita de impostos dos estados, Distrito Federal e municípios, incluindo as transferências entre esferas de governo.

A gestão adequada dos recursos educacionais também é condição necessária para a consagração do direito à educação no Brasil. O alcance das metas contidas em programas de governo e planos estaduais e municipais da área de educação depende de políticas adequadas de investimento e gestão de recursos. Sabendo que no ano de 2010, o percentual de investimento público em todas as etapas de ensino em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) foi de 5,8%, o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005/2014 determinou na sua Meta 20 a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Em se tratando dos recursos já disponíveis, a CF/1988 estabeleceu que a educação básica dispõe do salário-educação como fonte suplementar de recursos. Consiste em uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública. É calculada com base na alíquota de 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais, e é arrecadada, fiscalizada e cobrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda. O repasse da cota parte do salário-educação, que correspondeu em 2013 a 170 milhões de reais, equivale a aproximadamente 5% do financiamento total em educação.

Com relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), um fundo de natureza contábil, constituído por 20% (vinte por cento) dos recursos oriundos de repasses federais ou estaduais aos municípios, previstos na Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica.

O Município conta ainda com recursos vinculados oriundos dos tributos arrecadados pelo Município junto aos seus cidadãos contribuintes. Além desses, a educação municipal recebe recursos adicionais advindos de receitas do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e seus agregados, bem como as transferências voluntárias do Ministério da Educação.

O desafio de manter e estabelecer mecanismos de fiscalização e controle social, para assegurar a rigorosa execução da aplicação em políticas públicas educacionais, cumpre com o princípio da gestão democrática como instrumento de construção pedagógica e controle social dos recursos na área educacional.

3 ANEXO II – METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.1 META E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 70% (setenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

1.1 – Estabelecer parcerias entre as Secretarias de Educação, Desenvolvimento Econômico, Assistência Social, Planejamento, Obras, Saúde e Conselho Municipal de Educação para que, no prazo de 1 (um) ano, a partir da aprovação deste PME, se constitua uma comissão de trabalho para discussão, implementação de padrões mínimos de infraestrutura em conformidade com as legislações vigentes, para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas, respeitando as diversidades regionais, assegurando o atendimento das características das distintas faixas e das necessidades do processo educativo.

1.2 – Adaptar os prédios de Educação Infantil, de forma que, em cinco anos, todos estejam conforme os padrões mínimos de infraestrutura estabelecidos e autorizar construções e/ou funcionamento de novas instituições de Educação Infantil públicas ou privadas que atendam a totalidade dos requisitos de infraestrutura definidos a partir da vigência deste plano.

1.3 – Reelaborar parâmetros de avaliação da Educação Infantil (credenciamento), até o primeiro ano de vigência do Plano, a ser realizada a cada 5 (cinco) anos pelo Conselho Municipal de Educação, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.4 – Aderir a programas federais de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando a expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

1.5 – Implantar e implementar espaços de interatividade, respeitando a curiosidade das crianças e considerando a diversidade étnica, de gênero, de identidade de gênero e sociocultural, por meio de brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.

1.6 – Realizar anualmente, em regime de colaboração, entre os órgãos governamentais de saúde, educação e assistência social, levantamento da demanda por faixa etária, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.

1.7 – Estabelecer, no primeiro ano de vigência do Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

1.8 – O Município, em regime de colaboração, entre os órgãos governamentais de saúde, educação e assistência social, da União e do Estado, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.

1.9 – Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública até 2016.

1.10 – Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.

1.11 – Estabelecer parcerias com as instituições de ensino superior, buscando articular entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

1.12 – Garantir que, ao final de 2016, o Município construa sua política para Educação

Infantil, com base nas Diretrizes Nacionais, nas Normas Complementares Estaduais e nas sugestões dos Referenciais Nacionais, assegurando a implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades Educacionais.

1.13 – Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar às crianças com deficiência, público da educação especial, a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.14 – Aderir a programas de orientação e apoio às famílias rurais, urbanas, imigrantes e itinerantes, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 5 (cinco) anos de idade.

1.15 – Garantir o fornecimento de material didático-pedagógico adequado às faixas etárias e as necessidades do trabalho educacional para professores e estudantes que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.

1.16 – Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.17 – Garantir para a educação básica a compra de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, orgânicos, produzidos em âmbito local pela agricultura familiar e pelo empreendedor familiar rural ou por suas organizações (lei 11.947 de 16 de junho de 2009), ampliando em 60% a aquisição de hortaliças e frutas, até o final da vigência deste Plano.

1.18 – Assegurar a participação das organizações governamentais e não-governamentais nos Conselhos da Criança e do Adolescente, na Educação, no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e na Valorização do Magistério e Alimentação Escolar, a fim de propor políticas públicas da criança.

1.19 – Fomentar adesão ao programa empresa cidadã destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal (Lei nº11770 de 9 de setembro de 2008).

1.20 – Realizar estudos sobre o atendimento na Educação Infantil com base nos parâmetros de qualidade, com vistas a aperfeiçoar os tempos, os espaços e os agrupamentos desta etapa da educação básica.

3.2 META E ESTRATÉGIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que, pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes, concluam essa etapa na idade recomendada, até o 5º (quinto) ano de vigência deste Plano.

Estratégias:

2.1 – Pactuar com a União e o Estado, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º, da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

2.2 – Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental para avaliar o processo de ensino aprendizagem de acordo com interesse de cada rede de ensino.

2.3 – Acompanhar e monitorar o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.4 – Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, família e órgãos de proteção à infância, adolescência e juventude.

2.5 – Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial das escolas do campo.

2.6 – Disciplinar, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.7 – Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de ofertar atividades culturais para a fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.8 – Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.9 – Expandir o atendimento específico às populações do campo, quilombolas, povos indígenas, povos nômades e das comunidades tradicionais garantindo o acesso, permanência, conclusão, bem como a formação de profissionais para atuação junto a essas populações, preferencialmente, na própria comunidade.

2.10 – Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante, conforme legislação vigente.

2.11 – Oferecer atividades extracurriculares aos estudantes de incentivo e de estímulo a habilidades, promovendo articulação entre entidades e instituições locais, inclusive, certames/competições e concursos de âmbito estadual e nacional.

2.12 – Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.

2.13 – Garantir, em regime de colaboração, a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

2.14 – Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, evitando o transporte de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental do campo, para escolas nucleadas ou para a cidade.

2.15 – Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, permitindo ao educando condições de inserção e acompanhamento nos anos posteriores.

2.16 – Garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, promovendo a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.

2.17 – Avaliar permanentemente a implementação da Proposta Curricular de cada sistema de ensino de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos, regionais e municipais, nas diferentes etapas, nos níveis e nas modalidades da educação.

2.18 – Definir em colaboração com os sistemas de ensino até o 2º (segundo) ano de vigência deste Plano, o número de estudantes por turma.

2.19 – Fomentar as discussões, a organização dos entes federados a fim de definir as responsabilidades de atendimento, priorizando para o Município a Educação Infantil e anos iniciais, para o Estado, os anos finais e ensino médio e para a federação, o ensino superior.

2.20 – Implementar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil para os anos iniciais do ensino fundamental.

2.21 – Garantir, em regime de colaboração, a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem.

2.22 – Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.

2.23 – Garantir para a educação básica a compra de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, orgânicos, produzidos em âmbito local pela agricultura familiar e pelo empreendedor familiar rural ou por suas organizações (lei 11.947 de 16 de junho de 2009), ampliando em 60% a aquisição de hortaliças e frutas, até o final da vigência deste Plano.

2.24 – Articular em cada sistema público de ensino a escolha coletiva do livro didático pelos professores das diferentes etapas, e áreas do conhecimento da educação básica.

2.25 – Reivindicar junto ao Estado e à União o cumprimento da reserva técnica de acordo com os dados do censo escolar.

2.26 – Reelaborar parâmetros de avaliação do Ensino Fundamental, até o primeiro ano de vigência do Plano, a ser realizada a cada 5 (cinco) anos pelo Conselho Municipal de Educação, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

2.27 – Aderir a programas federais de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando a expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas do Ensino Fundamental, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

2.28 – Garantir o acesso e a permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar, nos termos da lei municipal nº 5053/2010 “Vai e Vem Numa Boa”, acessível com segurança.

2.29 – Incentivar a pesquisa e educação científica no Ensino Fundamental.

3.3 META E ESTRATÉGIAS DO ENSINO MÉDIO

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

Estratégias:

3.1 – Institucionalizar política e programa no município para o ensino médio articulado aos programas nacionais e estaduais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas inovadoras, por meio de currículos flexíveis e diversificados, aquisição de equipamentos, a produção de material didático e a formação continuada articulada com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.2 – Pactuar, entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

3.3 – Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e de prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.4 – Incentivar e promover a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados,

articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.

3.5 – Expandir as matrículas na rede pública de ensino médio integrado à educação profissional, incluindo as parcerias com instituições de educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, itinerantes, das comunidades indígenas e quilombolas e do público da educação especial.

3.6 – Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de: discriminação, preconceito e violência, exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias e de forma intersetorial, com órgãos públicos.

3.7 – Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os órgãos públicos.

3.8 – Fomentar e garantir a implementação de programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando a qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar, especialmente, aos beneficiários de programas sociais.

3.9 – Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, verificando-se a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

3.10 – Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante, conforme legislação vigente.

3.11 – Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

3.12 – Estimular, por meio de campanhas institucionais e demais formas, a participação dos jovens nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.13 – Promover, divulgar e acompanhar a celebração de convênios entre empresas/associações certificadas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho, conforme legislação vigente.

3.14 – Contribuir com a avaliação, até o 3º (terceiro) ano de vigência deste Plano, do dispositivo da Lei Complementar nº 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.

3.15 – Aperfeiçoar o processo de recuperação paralela e a prática pedagógica a fim de reduzir a repetência e a evasão.

3.16 – Aderir a programas federais e estaduais de construção e reestruturação física de escolas, bem como de aquisição de equipamentos diversos, visando a expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de nível médio, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade.

3.17 – Assegurar que o Conselho Estadual de Educação fiscalize as construções e/ou funcionamento de novas instituições, públicas ou privadas que atendam a totalidade dos requisitos de infraestrutura definidos a partir da vigência deste plano.

3.18 – Implantar, de forma gradativa e em colaboração com a União e o Estado, a educação integral em tempo integral nos cursos de Ensino Médio.

3.19 – Incluir a Educação Ambiental como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em conformidade com a Lei nº 9.795/99.

3.4 META E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Meta 4: Universalizar, para o público da educação especial de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional Inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, conforme legislação vigente, até o último dia de vigência deste PME.

Estratégias:

4.1 – Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência, seja na rede regular pública ou privada e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.2 – Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.3 – Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças público da educação especial, de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.4 – Implantar e implementar ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e promover a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares, públicas e privadas, e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.

4.5 – Garantir e ampliar atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes público da educação especial matriculados em escolas de educação básica, públicas e privadas, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante.

4.6 – Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com deficiência, público da educação especial.

4.7 – Garantir em até 5 (cinco) anos a partir da aprovação deste Plano, um Centro Municipal de Educação Especial (CMEE), com possibilidade de se tornar referência na Região do Alto Vale, para prestar serviço de avaliação, atendimento e assessoria às salas de recursos multifuncionais em articulação com a Secretaria de Saúde, Assistência Social.

4.8 – Aderir, manter e ampliar programas complementares ou suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas e privadas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes, público da educação especial, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível (Lei Nº 10.098/2000), da disponibilização de material didático adaptado, de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

4.9 – Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas públicas e privadas nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Art. 24 e 30 da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdocegos.

4.10 – Garantir o acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes público da educação

especial, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente ao combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.11 – Promover pesquisas por meio de universidades/institutos públicos e privados voltados para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes, público da educação especial.

4.12 – Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes, público da educação especial.

4.13 – Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com a finalidade de identificar e eliminar barreiras de acesso e permanência voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos, das pessoas, público da educação especial com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.14 – Ampliar as equipes de profissionais da educação para atender a demanda do processo de escolarização dos estudantes, público da educação especial, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado/salas de AEE, segundo professor de turma ou profissional de apoio, professor bilíngue, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete para surdocegos e professor e instrutor de libras.

4.15 – Definir em cooperação com a Secretaria de Estado da Educação, o Conselho Estadual de Educação e a Fundação Catarinense de Educação Especial os indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional ao público da educação especial.

4.16 – Criar um banco de dados do Município junto a diversos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, para a obtenção de informação detalhada sobre o perfil do público da educação especial.

4.17 – Garantir a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no *caput* do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes, público da educação especial.

4.18 – Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando a ampliação da oferta de formação continuada aos profissionais da educação e a produção de material didático acessível e adaptado assim como os serviços de acessibilidade necessários a aprendizagem dos estudantes, público da educação especial.

4.19 – Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços e mecanismos para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

4.20 – Garantir a acessibilidade arquitetônica nas escolas a serem construídas e adequar as escolas existentes às leis de acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes.

4.21 – Fomentar a oferta da classe bilíngue libras/língua portuguesa em contextos educacionais inclusivos e a garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos materiais didáticos e nos transportes.

4.22 – Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar nas escolas públicas e privadas de ensino.

4.23 – Desenvolver e implantar metodologia de preparação de turmas de Educação Básica que receberão estudantes, público da educação especial, para integrá-los à dinâmica das

aulas e para evitar isolamentos que constringam e comprometam a permanência destes estudantes no ensino regular.

4.24 – Garantir em até dois (02) anos a partir da aprovação deste Plano, um Centro Municipal de Educação Especial (CMEE) com possibilidade de se tornar referência na Região do Alto Vale, para prestar serviço de avaliação, bem como garantir a criação de núcleos de atendimento e/ou polos de atendimento aos alunos com deficiências nos Centros Educacionais ou fortalecer a escola APAE como centro multidisciplinar de apoio.

4.25 – Garantir a aplicação da Lei Federal Nº. 12.303 que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Otoacústicas Evocadas, Teste da Orelhinha que se refere aos testes de deficiência auditiva para prevenção, detecção e atendimento precoce. Garantir a aplicação do Teste do Olhinho através da Lei Estadual 13.345 de 18/04/2005 que se refere a um dos testes de deficiência visual para prevenção, detecção e atendimento precoce.

4.26 – Instituir a disciplina de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais na parte diversificada do currículo das escolas de tempo integral, do ensino fundamental e médio, no prazo de até cinco (05) anos e na educação infantil com o prazo até final de vigência deste plano.

4.27 – Garantir a aplicabilidade da lei de acessibilidade referente ao transporte escolar (Nº 10.098/2000) e tecnologias assistivas, para pessoas com deficiência.

4.28 – Estabelecer mecanismos de cooperação entre órgãos governamentais e não-governamentais para o desenvolvimento de programas de qualificação profissional para alunos com deficiência, provendo sua inserção no mercado de trabalho.

4.29 – Implantar e implementar, em parceria com as Secretarias afins, programas de atendimento aos alunos com altas habilidades nas áreas artística, intelectual ou psicomotora no município de Rio do Sul.

3.5 META E ESTRATÉGIAS DA ALFABETIZAÇÃO

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou até no máximo aos 8 (oito) anos de idade do Ensino Fundamental.

Estratégias:

5.1 – Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na Educação Infantil com a valorização dos professores, alfabetizadores e com formação continuada e apoio pedagógico específico.

5.2 – Criar e implementar, onde não houver, política pública de alfabetização que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do Ensino Fundamental, assegurando a continuidade de programas federais de alfabetização.

5.3 – Instituir, em cada sistema de ensino, instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, criando os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

5.4 – Assegurar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que contribuam com a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade e o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino, devendo ser disponibilizadas como recursos educacionais abertos.

5.5 – Garantir a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas.

5.6 – Promover a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças e a articulação de programas de pós-graduação *stricto sensu* com ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

5.7 – Assegurar a alfabetização das crianças público da educação especial, considerando as suas especificidades, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.8 – Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.

5.9 – Implantar, em articulação com órgãos e instituições locais, programas de incentivo à leitura, até o segundo ano de vigência do Plano.

5.10 – Garantir a continuidade de programas federais de alfabetização que apresentam bons resultados, no sentido de que se tornem políticas públicas no Município.

3.6 META E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral, em no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência deste Plano.

Estratégias:

6.1 – Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de aprendizagem diversificadas, inclusive atividades culturais, esportivas e socioeducativas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de trabalho de professores numa única escola.

6.2 – Aderir a programas de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

6.3 – Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos com referência à acessibilidade, bem como da produção de material didático e formação inicial e continuada, individual e coletiva dos professores na perspectiva da educação integral.

6.4 – Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos locais e regionais, tais como: centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e zoológicos.

6.5 – Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, em parceria com as entidades privadas de serviço social, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.6 – Garantir a oferta de educação integral às escolas do campo, aos povos nômades e imigrantes e fomentar a oferta às comunidades indígenas e quilombolas da Região, baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais.

6.7 – Garantir a oferta da educação em tempo integral para o público da educação especial, na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou próximo dela, e em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados.

6.8 – Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e sociais, articulado a um projeto educativo integrado com ênfase na sustentabilidade.

6.9 – Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, bem como, incluir a educação

alimentar e nutricional no processo de ensino-aprendizagem de forma contínua, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional. (Resolução FNDE/CD N° 26 de 17 de junho de 2013).

6.10 – Fortalecer os espaços de discussão e acompanhamento das políticas curriculares de educação integral em tempo integral adotadas nas redes estadual, municipal e privada de ensino, para a construção de uma proposta curricular da educação integral no Município.

6.11 – Assegurar nos currículos das escolas de educação integral em tempo integral, a integração dos diversos campos de conhecimento e as diversas dimensões formadoras dos estudantes na contemporaneidade, o reconhecimento dos diferentes sujeitos como protagonistas das aprendizagens, a promoção da democracia participativa e dos direitos humanos e o diálogo intercultural a fim de garantir o direito de aprender e desenvolver-se.

6.12 – Fomentar a gestão pública intersetorial no território, a fim de articular as políticas públicas setoriais em interlocução com as comunidades escolares para se comprometerem com a garantia da educação integral às crianças e aos adolescentes.

3.7 META E ESTRATÉGIAS DO APRENDIZADO NA IDADE RECOMENDADA

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais no IDEB:

IDEB	2015	2017	2019
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5.8(M)	6.0(M)	6.3(M)
Anos Finais do Ensino Fundamental	5.2(M)	5.4(M)	5.7(M)

Estratégias:

7.1 – Pactuar com a União e o Estado na implementação das diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para Educação Infantil e para cada ano do Ensino Fundamental respeitando-se a diversidade e local.

7.2 – Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável de acordo com as diretrizes encaminhadas pelo MEC.

b) no último ano de vigência deste PME, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável de acordo com as diretrizes encaminhadas pelo MEC.

7.3 – Contribuir com o redimensionamento dos indicadores de avaliação institucional instituídos, em colaboração entre a União, o Estado e o Município, a partir da realidade educacional do Município de Rio do Sul.

7.4 – Garantir o processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática, articulado com o projeto político pedagógico (PPP) da escola.

7.5 – Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores

e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.6 – Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial.

7.7 – Buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste Plano, as diferenças entre as médias dos índices do Estado e do Município.

7.8 – Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

7.9 – Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e médio, e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para *softwares* livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.10 – Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre as Secretarias Municipais de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.11 – Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as experiências nacionais e internacionais.

7.12 – Universalizar, em colaboração com a União e o Estado até o quinto ano de vigência

deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.13 – Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando a ampliação da transparência e o efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

7.14 – Aderir a programas Federais e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.15 – Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando a equalização regional das oportunidades educacionais.

7.16 – Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.

7.17 – Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação dos trabalhadores da educação e demais membros da comunidade escolar, para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.18 – Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

7.19 – Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº

10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.20 – Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.

7.21 – Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo e nas comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.

7.22 – Mobilizar e criar espaços de participação para as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.23 – Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.24 – Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.25 – Aderir ao sistema nacional de avaliação da educação básica, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade, para orientar as práticas pedagógicas e as políticas públicas municipais.

7.26 – Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.27 – Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados, política de preservação da memória educacional municipal.

7.28 – Promover, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, a regulação e supervisão da oferta da educação básica na iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.

7.29 – Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

7.30 – Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

3.8 META E ESTRATÉGIAS DA ESCOLARIDADE MÉDIA

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e da região de menor escolaridade no município, exceto analfabetos, e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Estratégias:

8.1 – Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

8.2 – Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais, que estejam fora da escola e com defasagem idade/série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 – Garantir a oferta de exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio, garantindo acesso gratuito a esses exames.

8.4 – Expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades públicas e privadas, para os segmentos populacionais aqui considerados.

8.5 – Promover entre órgãos governamentais, de forma intersetorial, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos de absenteísmo, colaborando para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.6 – Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

8.7 – Garantir a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.

8.8 – Reduzir as desigualdades regionais e étnico-raciais, garantindo ao público da EJA, o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

8.9 – Elaborar e efetivar, em regime de colaboração com os Sistemas de Ensino, políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo.

8.10 – Fomentar e garantir a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.

8.11 – Consolidar a educação escolar no campo para populações tradicionais populações itinerantes e comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação.

8.12 – Assegurar o acesso à escolarização em todos os níveis da Modalidade da EJA aos Jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos que não tiveram a oportunidade de alcançar esses níveis de escolaridade em idade própria.

8.13 – Construir espaços permanentes de diálogo e formação inicial e continuada junto aos educadores da EJA para diminuir a evasão e a infrequência através de propostas metodológicas diferenciadas, a fim de assegurar a continuidade da escolarização.

8.14 – Ampliar o incentivo aos programas e projetos já existentes e intensificar os chamados à comunidade, estreitar as relações entre escola e comunidade atendida por programas e projetos que visam o atendimento a EJA (Alfabetização, Ensino Fundamental e Ensino Médio).

8.15 – Ampliar e implementar atendimento nos bairros e ou polos em articulação com os entes federados para atender a demanda de Jovens e Adultos.

8.16 – Garantir programas suplementares de transporte escolar e alimentação escolar à população da EJA.

3.9 META E ESTRATÉGIAS DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 75% (setenta e cinco por cento) a taxa de analfabetismo funcional e dobrar a oferta da EJA.

Estratégias:

9.1 – Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2 – Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos, até o final do primeiro ano de vigência deste Plano, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

9.3 – Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre os sistemas de ensino em parceria com organizações da sociedade civil.

9.4 – Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade e conclusão da escolarização básica.

9.5 – Executar ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive

atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde e assistência social.

9.6 – Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando a formação específica dos professores e a implementação das diretrizes nacionais em regime de colaboração.

9.7 – Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos, desenvolvidos na rede pública, que visem ao desenvolvimento de projetos adequados às necessidades específicas desses estudantes, viabilizando parcerias por meio de convênios.

9.8 – Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

9.9 – Implementar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

9.10 – Ampliar, produzir e garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola.

9.11 – Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social.

9.12 – Implementar e manter políticas e programas que considerem as especificidades da educação em espaços de privação de liberdade, possibilitando a construção de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais, assim como de programas educativos e profissionalizantes na modalidade educação a distância (EAD) e presencial, no âmbito das

escolas do sistema prisional, na educação básica, em consonância com o Plano Estadual de Educação em Prisões/2010.

9.13 – Garantir o atendimento de EJA no Ensino Fundamental e Ensino Médio nos bairros, firmando parcerias com as entidades da sociedade civil, aproveitando os espaços ociosos existentes no município, bem como de possibilidades de estágios para a Educação de Jovens e Adultos.

9.14 – Assegurar a condicionalidade de matrícula a jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, que participam de programas sociais de qualificação profissional e renda para trabalhadores desempregados.

9.15 – Articular entre os órgãos públicos do Município o atendimento com equipe multiprofissional aos estudantes da EJA.

9.16 – Incluir o Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA), que estabelece um sistema integrado e interinstitucional de apoio ao aluno infrequente ou evasivo e à família, a fim de garantir a sua permanência na escola, para o público da EJA com idade entre 15 a 18 anos.

9.17 – Divulgar e socializar experiências da EJA desenvolvidas pelo Município.

9.18 – Possibilitar e incentivar aos alunos da EJA o acesso permanente a atividades artísticas e culturais do Município.

3.10 META E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias:

10.1 – Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva da educação inclusiva.

10.2 – Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.

10.3 – Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos que atendam as necessidades do mundo do trabalho, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância.

10.4 – Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.5 – Aderir programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

10.6 – Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características e às necessidades desses estudantes.

10.7 – Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola.

10.8 – Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

10.9 – Aderir ao Programa Nacional de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribua para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.10 – Garantir e efetivar com qualidade a expansão da oferta da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, de modo a atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e instituições socioeducativas.

10.11 – Instituir e implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

10.12 – Garantir a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas e privadas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.13 – Garantir alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da EJA integrada à educação profissional.

10.14 – Garantir que na oferta da educação profissional, o público da EJA, independente da quantidade de demanda, seja atendido em seu interesse.

10.15 – Garantir o atendimento de EJA no Ensino Fundamental – Séries Iniciais e Finais e Ensino Médio nos bairros. Firmar parcerias com as entidades da sociedade civil para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes no Município, bem como de possibilidades de estágios para a Educação de Jovens e Adultos.

3.11 META E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 60% (sessenta por cento) da expansão no segmento.

Estratégias:

11.1 – Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a articulação com a rede estadual de ensino, a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2 – Garantir a oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União.

11.3 – Reestruturar as escolas de educação profissional levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, assegurando um padrão mínimo, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos.

11.4 – Promover a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio, preservando seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando a formação de qualificações próprias da atividade profissional, a contextualização curricular e o desenvolvimento da juventude.

11.5 – Ofertar programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas.

11.6 – Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.

11.7 – Expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades.

11.8 – Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial.

11.9 – Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede pública federal e estadual para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de estudantes por professor para 20 (vinte).

11.10 – Desenvolver programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

11.11 – Adotar políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais, regionais e de gênero, no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.

11.12 – Utilizar os dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas junto a entidades empresariais de trabalhadores, por meio de estudos e pesquisas sistematizadas, para ofertar formação nas instituições especializadas em educação profissional.

11.13 – Fomentar e garantir estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município.

11.14 – Consolidar a expansão de uma educação profissional de qualidade regular que atenda as demandas produtivas e sociais locais, regionais e nacionais, em consonância com a sustentabilidade socioambiental e com a inclusão social.

11.15 – Construir uma educação profissional que atenda de modo qualificado, as demandas crescentes por formação de Recursos Humanos e difusão de conhecimentos

científicos, e dê suporte aos arranjos produtivos locais e regionais contribuindo para o desenvolvimento econômico-social.

11.16 – Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica pelas entidades privadas de formação profissional.

3.12 META E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Meta 12: Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas, privadas e comunitárias.

Estratégias:

12.1 – Otimizar, com a participação da União, do Estado e dos Municípios, a capacidade instalada da estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos das instituições públicas e privadas (comunitárias, particulares, filantrópicas e confessionais) de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso ao ensino superior, observado o disposto nos artigos 19 e 20, da LDB n. 9.394/1996.

12.2 – Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, privadas (comunitária, particulares, filantrópicas e confessionais) para 90% (noventa por cento); ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor(a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível particulares, filantrópicas e confessionais superiores.

12.3 – Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais

em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.

12.4 – Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudos para graduação e *pós-graduação*, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica.

12.5 – Adotar políticas de assistência estudantil para assegurar à população considerada economicamente carente, bolsa de estudos de graduação, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes da educação especial, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

12.6 – Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal e promover a divulgação de todas as políticas de incentivo ao acesso e permanência no ensino superior.

12.7 – Apoiar e implementar, no âmbito de sua competência, ações que visem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

12.8 – Adotar e supervisionar, com a participação da União, políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas e para pessoas, público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos.

12.9 – Assegurar, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da educação especial, nas instituições de ensino superior.

12.10 – Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município.

12.11 – Participar da consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito

nacional e internacional.

12.12 – Articular, com a União, a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita, atendendo a todas as regiões do Estado, considerando as especificidades das populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas.

12.13 – Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior e ou técnico, a que se refere a formação na área de biblioteconomia, considerando as necessidades das Unidades públicas e privadas do Município.

12.14 – Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

12.15 – Participar, com a União, da consolidação de processos seletivos nacional e estadual para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

12.16 – Estimular a criação e a implementação de mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo, na educação superior pública e comunitária.

12.17 – Considerar as informações e orientações advindas dos órgãos reguladores nacional da educação superior quanto aos procedimentos adotados na área de avaliação, regulação e supervisão, em relação aos processos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou credenciamento de instituições, no âmbito do sistema estadual de ensino.

12.18 – Dar condições de acesso a fundos de pesquisa e desenvolvimento em áreas prioritárias do Município e da Região.

3.13 META E ESTRATÉGIAS DA ELEVAÇÃO DE TITULAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Estratégias:

13.1 – Acatar, na avaliação das instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância, no âmbito do sistema estadual de ensino, as informações advindas dos órgãos/sistemas de avaliação da educação superior nacional, para os processos de autorização de cursos, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições.

13.2 – Acompanhar a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares dos cursos de licenciatura e bacharelados, nas instituições de ensino superior, em consonância com o resultado do processo avaliativo.

13.3 – Promover, de forma articulada com a União, a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

13.4 – Apoiar em articulação com a União, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13.5 – Promover, de acordo com a necessidade de cada Instituição, a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores.

13.6 – Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta

por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional.

3.14 META E ESTRATÉGIAS DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Meta 14: Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 400 (quatrocentos) mestres e 140 (cento quarenta) doutores, até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

14.1 – Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as agências de fomento à pesquisa federal e estadual.

14.2 – Colaborar, em articulação com a União, na implementação de políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egresso da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas e para pessoas, público da educação especial e outros extratos sociais historicamente excluídos.

14.3 – Adotar, em parceria com a União, políticas de assistência estudantil para assegurar aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudo de pós-graduação *stricto sensu*.

14.4 – Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

14.5 – Estabelecer parcerias com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação *stricto sensu* catarinense, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

14.6 – Garantir a publicização, transparência, autonomia e desburocratização da pesquisa científica desenvolvida com recursos públicos.

14.7 – Ofertar bolsas de estudos de pós-graduação *stricto sensu* aos professores(as) e demais profissionais da educação básica das redes públicas de ensino com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) prioritariamente.

14.8 – Oferecer, em articulação com a União, financiamento público e específico às políticas de acesso e permanência, para inclusão nos programas de pós-graduação de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas, para pessoas público da educação especial, e outros estratos sociais historicamente excluídos.

14.9 – Estimular estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão, sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, pedagogia da alternância, quilombola, indígena, povos do campo, comunidades tradicionais, para pessoas público da educação especial, e em situação de privação de liberdade.

14.10 – Estimular a articulação entre graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, educação ambiental, quilombola, indígena, dos povos do campo e comunidades tradicionais, educação em direitos humanos, relações étnico-raciais, gênero, sexualidades, violências e o enfrentamento a todas as formas de discriminação.

14.11 – Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

14.12 – Fomentar, em articulação com a União, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, paradidáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes público da educação especial, e criar programas que promovam a socialização dos resultados das pesquisas.

3.15 META E ESTRATÉGIAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política municipal de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

15.1 – Promover, em regime de cooperação entre União, o Estado e o Município, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas e privadas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.

15.2 – Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.

15.3 – Ampliar a oferta de programas de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.

15.4 – Articular com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, de forma a promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante.

15.5 – Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando o trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.

15.6 – Promover ações conjuntas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação e, em efetivo exercício nas redes públicas, em regime de colaboração entre União, Estado e Município.

15.7 – Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviço, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.

15.8 – Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.

15.9 – Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

15.10 – Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública.

15.11 – Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.

15.12 – Implantar programas de formação dos profissionais da educação, sobre gênero, identidade de gênero, sexualidades, orientação sexual, educação ambiental e educação especial, para a promoção e efetivação dos direitos sociais.

15.13 – Garantir formação continuada, específica para o uso das tecnologias e dos conteúdos multimidiáticos, para todos os envolvidos no processo educativo.

15.14 – Estabelecer programas de parcerias com instituições de ensino superior, para a oferta de cursos de formação inicial e continuada em educação integral para professores que atuam nas escolas de tempo integral.

15.15 – Buscar parcerias para o desenvolvimento de programas de pós-graduação e pesquisa em educação como centro irradiador da formação profissional em educação, para todos os níveis e modalidades de ensino.

3.16 META E ESTRATÉGIAS DA FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES

Meta 16: Formar 80% (oitenta por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação *lacto e stricto Sensu* até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e a contextualização dos sistemas de ensino.

Estratégias:

16.1 – Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação *lacto e stricto*

sensu, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas e comunitárias de educação superior, de forma articulada às políticas de formação do Município.

16.2 – Criar e consolidar programa, definido em legislação, de afastamento remunerado dos professores, para cursar pós-graduação *lacto e stricto sensu*.

16.3 – Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudo integral de pós-graduação *lacto e stricto sensu* dos professores e demais profissionais da educação básica.

16.4 – Articular entre a pós-graduação *lacto e stricto sensu*, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.

16.5 – Garantir a oferta de cursos de formação continuada e cursos de graduação e especialização na especificidade da Educação Especial e Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua para professores em exercício no município de Rio do Sul.

16.6 – Garantir a oferta de cursos de formação continuada e cursos de graduação e pós-graduação *lacto e stricto sensu* na especificidade de Educação de Jovens e Adultos.

3.17 META E ESTRATÉGIAS DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Meta 17: Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de Educação Básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a revisão do plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII do Artigo 206 da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

Estratégias:

17.1 – Criar condições para o funcionamento de comissões e fóruns permanentes de educação em todos os sistemas públicos de ensino, para subsidiar os órgãos, na atualização dos Planos de Carreira.

17.2 – Implementar, no âmbito do Estado e Município, nos planos de carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, a implantação do cumprimento da jornada de trabalho, garantindo o cumprimento da legislação nacional (LEI Nº 11.738/2008).

17.3 – Estabelecer, até o terceiro ano de vigência do plano, ação especificamente, voltada para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

17.4 – Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

17.5 – Implantar e implementar, nas redes públicas de Educação Básica, durante o estágio probatório acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, através de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

17.6 – Atualizar o plano de carreira e as diretrizes do Estatuto Estadual e do Estatuto Municipal do Magistério das redes públicas de ensino, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação.

17.7 – Garantir que os Planos de Carreira contemplem profissionais habilitados na área de atuação, que realizam serviços de coordenação pedagógica (orientação, e supervisão) e administrativos não docentes, nas escolas de educação básica.

17.8 – Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e os Município, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.

3.18 META E ESTRATÉGIAS DO PLANO DE CARREIRA DOCENTE

Meta 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a revisão dos planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégias:

18.1 – Estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

18.2 – Prever, nos planos de Carreira dos profissionais da educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu.

18.3 – Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação em cada sistema de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira.

3.19 META E ESTRATÉGIAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Meta 19: Garantir, no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste Plano, ações que promovam a gestão democrática participativa da educação básica e superior públicas, no

âmbito do Município, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar.

Estratégias:

19.1 – Implantar e implementar legislação específica que regulamenta a gestão democrática na educação básica e superior pública e privada (conveniadas, comunitárias), respeitando a legislação nacional, considerando, conjuntamente, para a eleição direta de diretores/as de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, avaliação da gestão escolar da educação, bem como, a participação da comunidade escolar.

19.2 – Assegurar que 100% (cem por cento) dos gestores possuam formação com qualificação e aperfeiçoamento em gestão ou administração escolar em quatro anos.

19.3 – Aderir e manter programas de apoio e formação aos conselheiros providenciando recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

19.4 – Consolidar o Fórum Municipal de Educação com o intuito de:

- a) Realizar e coordenar a cada quatro anos a Conferência Municipal de Educação, bem como acompanhar e avaliar o processo de implementação de suas deliberações a cada dois anos;
- b) Efetuar o acompanhamento da execução do Plano Municipal de Educação;
- c) Debater e supervisionar o financiamento da educação;
- d) Promover articulações necessárias entre o Fórum Estadual de Educação e o Fórum Municipal de Educação;
- e) Acompanhar, junto à Câmara de Vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação.

19.5 – Constituir e fortalecer em todas as redes de educação básica e superior públicas e privadas, agremiações estudantis e associações de pais e professores, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

19.6 – Garantir a implantação e implementação dos Conselhos Escolares em todas as redes de educação básica e superior públicos e privados, fomentando a integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal, regional e estadual, para fortalecer a cultura democrático-participativa.

19.7 – Garantir que o Conselho Municipal de Educação seja órgão autônomo, tenha dotação orçamentária e autonomia financeira e de gestão; seja plural (constituído de forma paritária, com ampla representação social); e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras.

19.8 – Estimular e/ou criar em todas as instituições de ensino superior a constituição e fortalecimento de diretórios acadêmicos, assegurando-lhes espaços adequados para seu bom funcionamento.

19.9 – Aprimorar os mecanismos e os instrumentos que assegurem o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando a ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às escolas.

19.10 – Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da Educação.

19.11 – Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

19.12 – Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de um ano, contado da aprovação do Plano e assegurar condições para sua implementação.

19.13 – Garantir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, programas de formação continuada para gestores das escolas públicas e privadas.

19.14 – Promover a participação representativo-democrática da comunidade escolar, na gestão educacional no âmbito pedagógico, administrativo/financeiro e gestão de pessoas, por meio de Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis.

19.15 – Promover a participação representativo-democrática da comunidade escolar, na gestão educacional no âmbito pedagógico, administrativo/financeiro e gestão de pessoas, por meio de Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis.

19.16 – Utilizar amplamente os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras em participação em âmbito municipal.

3.20 META E ESTRATÉGIAS DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Meta 20: Assegurar o direito da aplicação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do país no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias:

20.1 – Cooperar com a União no aperfeiçoamento e na ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

20.2 – Fiscalizar a destinação dos recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino e acompanhar a contribuição do Município às instituições privadas (comunitárias, conveniadas) que se beneficiam de programas municipais de incentivos financeiros e fiscais, de pesquisas e tecnologias geradas com financiamento do poder público municipal.

20.3 – Fortalecer os mecanismos e os instrumentos, prioritariamente os conselhos municipais e escolares, que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) a transparência, o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação e a formação continuada de conselheiros.

20.4 – Acompanhar a distribuição e a aplicação da parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no Inciso IV, do caput do Art. 214, da Constituição Federal.

20.5 – Contribuir com os estudos e acompanhar a definição de investimentos do custo por aluno da educação básica e superior pública (CAQi e CAQ), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

20.6 – Definir as formas de colaboração entre os sistemas de ensino, no prazo de 2 anos, de forma a estabelecer normas de cooperação entre Estado e Município em matéria educacional, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais locais.

20.7 – Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, discutida com os diversos setores e segmentos da sociedade.

20.8 – Aprimorar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em regime de colaboração e participação financeira da União para garantir o padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal, a formação e a valorização do magistério.

20.9 – Buscar junto à União a complementação de recursos financeiros para o Estado e Municípios que comprovadamente não atingirem o valor do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e, posteriormente, do Custo Aluno Qualidade (CAQ).

20.10 – Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e do Município, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

20.11 – Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma, ampliação e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino, bem como na formação e valorização do magistério.

20.12 – Assegurar a autonomia financeira das escolas mediante a fixação de cronograma de repasse de recursos, diretamente aos estabelecimentos públicos de ensino, a partir de critérios objetivos legais.

20.13 – Aprovar legislação específica que regule a aplicação do reajuste do piso nacional (Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008), em todos os níveis e nas referências da tabela salarial no mês de janeiro de cada ano.

20.14 – Acompanhar o cumprimento do § 5º do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases, que assegura o repasse automático dos recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino para o órgão responsável por este setor.

20.15 – Assegurar o cumprimento dos Arts. 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9394/96).

20.16 – Ampliar o atendimento e garantir recursos para os programas vinculados à educação, a fim de garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola.

20.17 – Promover a equidade na distribuição dos recursos financeiros entre as instituições dos Sistemas de Ensino e das escolas pertencentes a um mesmo Sistema de Ensino.

20.18 – Estabelecer sistema de gestão democrática e participativa no sistema público e privado visando à fonte de recursos e destinação para as atividades fins, promovendo a participação da comunidade.

20.19 – Criar mecanismos e instrumentos que promovam a transparência e o controle social na aplicação dos recursos públicos na educação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela. PADILHA, Paulo Roberto. **Educação cidadã, educação integral: fundamentos e práticas**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em 08 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 13 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 13 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991**. Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil. Brasília: Casa Civil, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0026.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Presidência da república. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 14, de 14 de setembro de 1999**. Diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena. Brasília: CNE/CEB, 1999a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999**. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Brasília: CNE/CEB, 1999b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/indigena/CEB0399.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2000a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 04 maio. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2000**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do

Distrito Federal e dos Municípios. Brasília: Casa Civil, 2000b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 04 maio. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2001a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 36, de 4 de dezembro de 2001**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: CNE/CEB, 2001b. Disponível em: <http://www.educacao.gov.br/index.php?option=com_content&id=13251:parecer-ceb-2001&catid=323:orgaos-vinculados>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. Brasília: CNE/CEB, 2002. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4533.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 17 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Casa Civil, 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm>. Acesso em: 14 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Casa Civil, 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 14 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005**. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília: Casa Civil, 2005c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na

Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2006a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em: 14 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília: Casa Civil, 2006b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2006**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília: Casa Civil, 2006c. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 14 abr. 2014.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Brasília: Casa Civil, 2007b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm>. Acesso em: 14 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2007c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007**. Acrescenta § 5o ao art. 32 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental. Brasília: Casa Civil, 2007d. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008a. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/documentos_apoio/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-comentada.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília: Casa Civil, 2008c. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/congresso/DLG/DLG-186-2008.htm>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Casa Civil, 2008d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília: Casa Civil, 2008e. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em: 14 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008**. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11770.htm. Acesso em: 15 mai. 2015.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009**. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etno educacionais, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Casa Civil, 2009b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília: Casa Civil, 2009c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009**. Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Brasília: Casa Civil, 2009d. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009**. Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. Brasília: Casa Civil, 2009e. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12061.htm>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Nota Técnica Nº 15: Orientações de Atendimento Educacional Especializado na rede privada**. Brasília: CGPÉE/GAB/2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**: Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor. Cad. 5. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12384:conselhos-escolares-apresentacao&catid=316:conselhos-escolares&Itemid=655. Acesso em: 30 mai. 2013.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Casa Civil, 2013d. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 22abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/PRONERA. Brasília: Casa Civil, 2010a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008**. Dispõe sobre a instituição e implementação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília: CNE/CEB, 2008f. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **PDE/SAEB: Plano de Desenvolvimento da Educação.** Brasília: MEC, SEB; INEP, 2008g. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb_matriz2.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Secretaria de Educação Especial/MEC, 2008h. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008.** Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília: CNE/CEB, 2008i. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **PROEJA: Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Documento Base.** Brasília: MEC/SETEC, 2007e.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009.** Institui o Programa Ensino Médio Inovador- ProEMI. Brasília: MEC, 2009f. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_3873975_PORTARIA_N_971_DE_9_DE_OUTUBRO_DE_2009.aspx>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE /CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: CNE/CEB, 2010b. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE /CEB nº 5, de 3 de agosto de 2010.** Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica pública. Brasília: CNE/CEB, 2010c. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14906&Itemid=866>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE /CEB nº 7, de 7 de abril de 2010.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2010d. Disponível em: < http://www.nepiec.com.br/lesgislacao/pceb007_10.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE /CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: CNE/CEB, 2010e. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2011a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 10, de 5 de outubro de 2011.** Consulta sobre a oferta de língua estrangeira nas escolas indígenas de Ensino Médio. Brasília: CNE/CEB, 2011c. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16368&Itemid=866>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 30 de outubro de 2012.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2012a. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=115871&tp=1>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa. Brasília: 2012b. Disponível em: < <http://www.fe.unicamp.br/pnaic/documentos/manual-pnaic.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2012c. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17576&Itemid=866>. Acesso em: 02 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: CNE/CEB, 2012d. Disponível em: < http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014113112619550rceb006_12-1.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2012e. Disponível em: < <http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Estudo sobre a lei do piso salarial.** Brasília: Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação. 2012f. Disponível em: file:///C:/Users/Maristeleee/Downloads/estudo_sobre_lei_piso_salarial.pdf. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Censo escolar da educação básica: 2012 – resumo técnico.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2013a.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para educação básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013b. Disponível em: file:///C:/Users/Maristeleee/Downloads/diretrizes_curriculares_nacionais_2013%20(1).pdf. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Educação brasileira:** indicadores e desafios: documentos de consulta / Organizado pelo Fórum Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, 2013c.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc.pdf. Acesso em 13abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Ministerial nº 482/2013**. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Brasília: MEC, 2013f.

_____. Presidência da República. **CONAE 2014**: Conferência Nacional de Educação. Documento - Referência. Brasília: MEC; FNE, 2014a. Disponível em: <
<http://redesocialconae.mec.gov.br/images/documentos/documento-referencia-revisado.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Brasília: Casa Civil, 2014b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2014c. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Estudo sobre a lei do piso salarial**. Brasília: MEC, CNE, CEB, [20--].

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **O planejamento educacional no Brasil**. Brasília: FNE, 2011. Disponível em: <
http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2015.

CARDOSO, Alfredo Manuel. **Compêndio histórico e geográfico de Rio do Sul**. Rio do Sul: 1991.

DAGNONI, Cátia; WARTHA, Rodrigo. **Rio do Sul em imagens**: da colonização a emancipação político-administrativa - 1892-1931. Rio do sul: News Prin, 2011.

FONTANIVE, Djanna Zita Fontanive. **Desenvolvimento na perspectiva do Bem-Viver e Educação Integral**: Desafios para e na construção de um currículo decolonizador. (Dissertação). Blumenau: FURB, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil**: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal IBGE**. Disponível em: <
<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

INEP. **Portal Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://inep.gov.br>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

KESTRING, Silvestre; KUHNEN, Volney José. **Teoria e prática da metodologia científica: exemplos na área de administração de empresas**. Blumenau: Nova Letra, 2004.

MOLL, Jaqueline. Um paradigma contemporâneo para a educação integral. In: PÁTIO REVISTA PEDAGÓGICA. **Educação integral: a relação da escola com a cultura e sociedade**. Artmed. Ano XIII, Agosto/outubro, 2009, n. 51, p. 08-63.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Portal do Observatório do PNE**. Disponível em: <<http://www.observatoriopne.org.br/>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

RIO DO SUL. **Nossa história em revista**. Fundação Cultural de Rio do Sul. Arquivo Histórico. Tomo VIII, n.2,2006. Rio do Sul: Continental, 2006 72p. il.

_____. Conselho Municipal de Educação. **Resolução 10/2000, de 02 de maio de 2000**. Estabelece Diretrizes para Elaboração do Projeto Político Pedagógico e do Regimento dos Centros de Educação Infantil e Centros Educacionais, integrantes do Sistema Municipal de Educação. Rio do Sul: CME, 2000.

_____. Conselho Municipal de Educação. **Resolução 01/2006, de 01 de agosto de 2006**. Fixa normas para o credenciamento, a autorização de funcionamento e reconhecimento, supervisão, avaliação, mudança de sede, de denominação e de mantenedor (a) da Educação Básica nas Instituições Educacionais integrantes do Sistema Municipal de Educação. Rio do Sul: CME, 2006.

_____. Conselho Municipal de Educação. **Resolução 01/2008, de 04 de março de 2008**. Fixa normas para Educação Especial do Sistema Municipal de Educação de Rio do Sul, Santa Catarina. Rio do Sul: CME, 2008.

_____. Conselho Municipal de Educação. **Resolução 03/2007, de 06 de novembro de 2007**. Estabelece Normas relativas aos pedidos de alterações curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino: CME, 2007.

_____. Conselho Municipal de Educação. **Resolução 04/2008, de de 2008**. Dispõe sobre normas, organização e funcionamento do Ciclo de Alfabetização nos anos Iniciais (1º ano ao 3º ano) do Ensino fundamental de Ensino de Rio do Sul: CME, 2008.

_____. Conselho Municipal de Educação. **Resolução 09/2000, de 04 de abril de 2000**. Fixa normas para a Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Educação do Município de Rio do Sul: CME, 2000.

_____. Câmara Municipal do Município de Rio do Sul. **LEI Nº 3467, de 25 de fevereiro de 2000**. Dispõe Sobre o Sistema Municipal de Educação De Rio Do Sul. CMRS, 2000. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/r/rio-do-sul/lei-ordinaria/2000/347/3467/lei-ordinaria-n-3467-2000-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-educacao-de-rio-do-sul?q=sistema%20municipal%20de%20educa%E7%E3o> Acesso em 04 de março de 2015.

_____. Câmara Municipal. Lei Nº 5053 de 23 de setembro de 2010. Dispõe sobre a criação do programa de transporte escolar municipal gratuito “Vai e Vem Numa Boa”, no município de Rio do Sul e dá outras providências.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Educação Infantil**. Secretaria Municipal de Educação. n.2. Rio do Sul, 2010.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Eja e Educação Especial**. Secretaria Municipal de Educação. n.4. Rio do Sul, 2010.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Ensino Fundamental**: anos iniciais/ciclos de aprendizagem. Secretaria Municipal de Educação. n.3. Rio do Sul, 2010.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Ensino Fundamental**: anos finais. Secretaria Municipal de Educação. n.4. Rio do Sul, 2010.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Programas Complementares**: Secretaria Municipal de Educação. n.6. Rio do Sul, 2010.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Lei nº 3.030, de 15 de maio de 1962**. Dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação. Florianópolis: ALESC, 1962. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:97c9amlfw6sJ:200.192.66.20/ale-sc/docs/1962/3030_1962_Lei.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 15 abr. 2014

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Lei nº 4.394, de 20 de novembro de 1969**. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina. Florianópolis: ALESC, 1969a. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:hr5r8oyTyKEJ:200.192.66.20/ale-sc/docs/1966/..%255C1969%255C4394_1969_Lei.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a>. Acesso em: 15 abr. 2014.

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Proposta Curricular**: uma contribuição para a Escola Pública do Pré- Escolar, 1º Grau, 2º Grau e Educação de Adultos. Florianópolis: IOESC, 1991a.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares Florianópolis: COGEN, 1998b.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **CONAE 2014**: documento sistematizado – etapa estadual 2013. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2013b.

APÊNDICES

Apêndice A – Plano de Ação do Fórum Municipal de Educação

PROJETO: ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL**DESENVOLVIMENTO:** Fórum Municipal de Educação

AÇÃO	FAZER	QUEM FAZ	QUEM APOIA	MATERIAIS NECESSÁRIOS	QUANTO CUSTA	ATÉ QUANDO
Realizar reunião do Fórum Municipal de Educação	Convocar o Fórum Municipal de Educação para reunião de planejamento do Plano Municipal de Educação (por e-mail e ofício) para o dia 01 de abril.	Angélica e Regina	SME	Ofício de convocação e internet	Custeio	Março
Planejar a adequação do Plano Municipal de Educação.	Definição da Equipe Técnica Formar grupos de trabalho a partir das metas do plano nacional e definir coordenador dos grupos de trabalho. Convidar os participantes das comissões para constituírem os grupos de trabalho. Definir agenda de trabalho do Fórum.	Regina, Eliane, Djanna, Josela e FME	FME	Internet, computador, sala, cadeiras, data show, telão.	Custeio	Durante o mês de abril
Realizar Audiência Pública sobre o PME	Convite à população Riossulense. Definir local, data e horário.	Equipe Técnica	FME	Data show, cadeiras, água, rádio, TV.	Custeio	14/05
Divulgar no município os encaminhamentos do Plano Municipal de Educação.	Agendar entrevista com membros do Fórum com TV e rádio. Redigir texto para jornais com fotos do Fórum e agenda de trabalho.	Maicon e Angélica	FME	Jornais, Rádio e TV	Custeio	Abril e Maio
Enviar o Plano ao jurídico da prefeitura para redigir minuta do projeto de lei.	Revisão da redação final do Plano e envio para o jurídico da prefeitura.	Equipe Técnica e Jurídico da ADM	FME	Fotocópias, envelope	Custeio	Até 26/05
Protocolar o projeto de lei na câmara de Vereadores	Protocolar o PME na Câmara de Vereadores	Regina e equipe técnica	FME	Encadernar, fotocópias, ofício.	Custeio	01/06
Reunião com a comissão de educação da câmara de	Agendar reunião com a comissão de educação da câmara para apresentar o PME	Márcia GERED	FME	Cópia do PME	Custeio	Junho

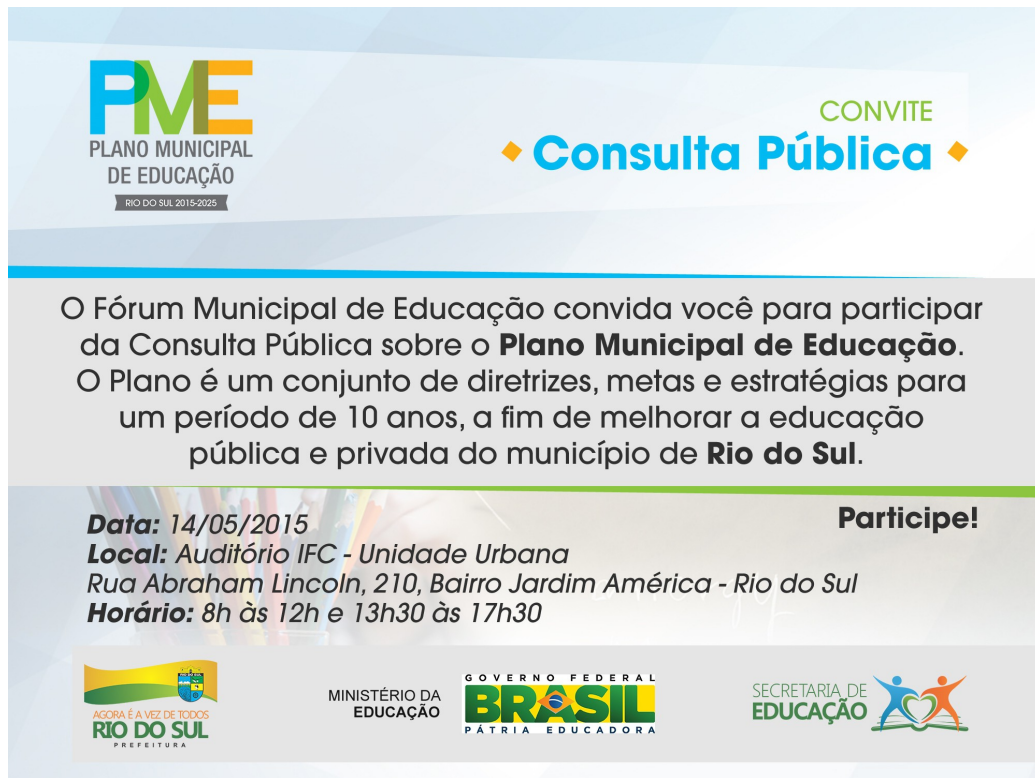
vereadores	Comparecer a reunião da comissão	FME				
Publicar o Plano Municipal de Educação e distribuir à população Riossulense.	Elaborar caderno de publicação. Definir quantidade de cadernos Fazer orçamento de material	Maicon, Equipe Técnica e Fórum	FME	Caderno ou livreto	?	Até agosto de 2015
Distribuir a publicação sobre o plano municipal de educação	Distribuição da publicação aos munícipes.	Agentes de Saúde	FME	Livro/caderno	Custeio	Novembro 2015
Monitorar e avaliar o Plano Municipal de Educação	Definir processos, mecanismos para a realização das avaliações a cada 2 anos.	FME	FME	?	?	Agosto a setembro

Apêndice B – Cronograma de reuniões das comissões

Deliberação do Fórum	Data	Horário	Local
Reunião do Fórum Municipal de Educação	01/04	14h	SME
Indicação de representantes das instituições para compor as comissões de trabalho.	08/04	Até 17h	E-mail: edu.integral@edu.riodosul.sc.gov.br
Envio de dados já coletados do diagnóstico às comissões de trabalho.	10/04	Até 17h	E-mail dos integrantes
Reunião das Comissões de Trabalho	Data	Horário	Local
Meta 1 - Ed. Infantil	13/04	13h30	SME
Meta 20 - Financiamento da Educação	14/04	8h30	SME
Metas 5 - Educação de Jovens e Adultos. 8 - Elevação da escolaridade. 9 - Alfabetização de Jovens e adultos e 10 - EJA integrado à formação profissional.	14/04	13h30	SME
Meta 4 - Educação Inclusiva	16/04	8h30	SME
Metas 12- Educação Superior. 13 - Qualidade do Ensino Superior. 14- Pós-Graduação. 15 - Formação dos Profissionais da Educação e 16 - Formação Continuada.	17/04	8h30	SME
Metas 3 - Ensino Médio e 11- Educação Profissional	17/04	13h30	SME
Meta 4 - Educação Inclusiva	22/04	8h30	SME
Metas 2 – Ensino Fundamental. 5 – Alfabetização. 6 – Educação Integral e 7 – Qualidade da Educação Básica/IDEB.	22/04	13h30	SME
Metas 17- Valorização dos Profissionais e 18 - Plano de Carreira	23/04	13h30	SME
Meta 19 - Gestão Democrática	23/04	8h30	SME
Metas 17- Valorização dos Profissionais e 18 - Plano de Carreira	23/04	13h30	SME
Metas 2 – Ensino Fundamental. 5 – Alfabetização. 6 – Educação Integral e 7	24/04	7h30 às	SME

– Qualidade da Educação Básica/IDEB.		9h30	
WEBCONFERÊNCIA: Plano Municipal de Educação	24/04	10h às 11h30	GERED
Metas 3 - Ensino Médio e 11- Educação Profissional	27/04	13h30	SME
Metas 8 - Elevação da escolaridade. 9 - Alfabetização de Jovens e adultos e 10 - EJA integrado à formação profissional.	29/04	18h	SME
Metas 12 - Educação Superior. 13 - Qualidade do Ensino Superior. 14- Pós-Graduação. 15 - Formação dos Profissionais da Educação e 16 - Formação Continuada.	30/04	13h30	SME
Meta 20 - Financiamento da Educação	30/04	8h30	SME
Envio do resultado das discussões à equipe técnica para o e-mail: edu.integral@edu.riodosul.sc.gov.br	04/05	Até 10h	SME
Reunião do Fórum Municipal de Educação para revisão final do documento.	08/05	13h30	SME
Consulta Pública sobre o Plano Municipal de Educação	14/05	8h às 17h30	SME
Protocolo de entrega na Procuradoria Jurídica do município	21/06 – Projeto de Lei, Metas e Estratégias 01/06 - Diagnóstico		SME
Protocolo de entrega na Câmara de Vereadores	01/06		SME

Apêndice C – Convite da Consulta Pública



PME
PLANO MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO
RIO DO SUL 2015-2025

CONVITE
♦ **Consulta Pública** ♦

O Fórum Municipal de Educação convida você para participar da Consulta Pública sobre o **Plano Municipal de Educação**.
O Plano é um conjunto de diretrizes, metas e estratégias para um período de 10 anos, a fim de melhorar a educação pública e privada do município de **Rio do Sul**.

Data: 14/05/2015
Local: Auditório IFC - Unidade Urbana
Rua Abraham Lincoln, 210, Bairro Jardim América - Rio do Sul
Horário: 8h às 12h e 13h30 às 17h30

Participe!

AGORA É A VEZ DE TODOS
RIO DO SUL
PREFEITURA

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO

Apêndice D – Formulário de Proposições ao PME

**FORMULÁRIO DE PROPOSTA**
SUPRESSÃO, SUBSTITUIÇÃO OU ADIÇÃO DE ESTRATÉGIAS.**1. PROPOSTA**

- () **SUPRESSÃO** (Exclusão total de estratégia) *Preencher itens 2 (2.1 e 2.1.2) e 3*
() **SUBSTITUIÇÃO** (Alteração no conteúdo/redação de estratégia) *Preencher itens 2 (2.1 e 2.1.2) e 3*
() **ADIÇÃO** (Criação de nova estratégia) *Preencher itens 2.1 e 3*

2. ESTRATÉGIA

2.1 META Nº _____

2.1.2 ESTRATÉGIA Nº _____

3. JUSTIFICATIVA

ASSINATURA: _____

ENDEREÇO E TELEFONE: _____

Data para análise e deliberação pelo Fórum Municipal de Educação: **18 de maio de 2015**, às 13h30,
na Secretaria Municipal de Educação.

LEI 5.615

LEI Nº 5.615, de 24 de junho de 2015.

**"DENOMINA 'FRANCISCO FRANKENBERGER' A
ESTAÇÃO CULTURAL DO BAIRRO BELA
ALIANÇA".**

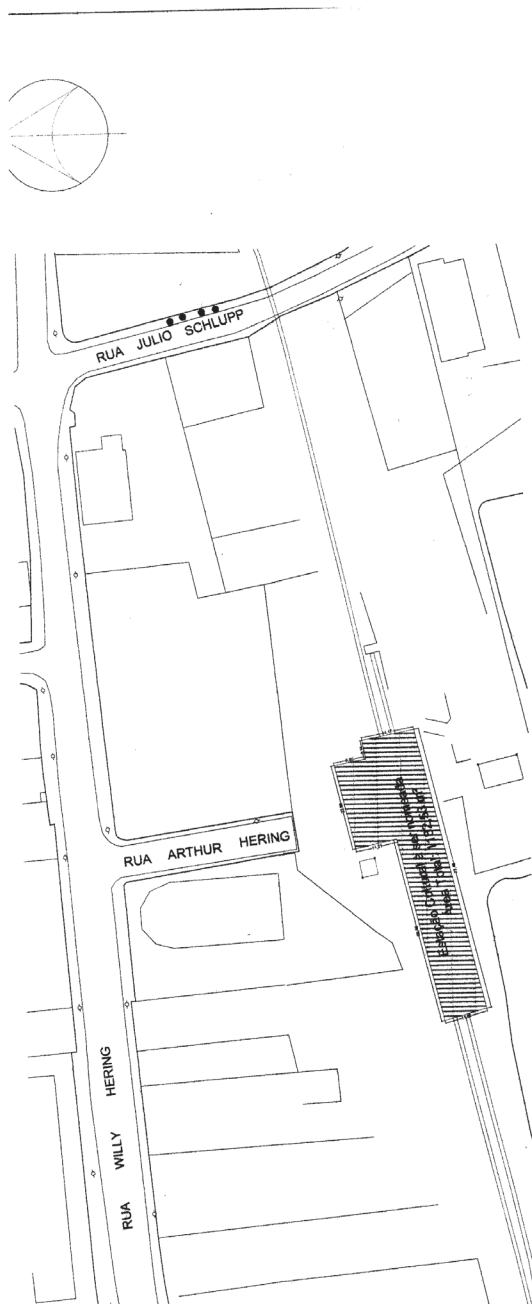
O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;


Art. 1º- Fica denominada “Francisco Frankenger” a Estação Cultural localizada no Beco Arthur Hering, nº 50, no Bairro Bela Aliança, conforme croqui, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
24 de junho de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul



	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL			
	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - DEPARTAMENTO DE URBANISMO			
	Projeto: LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO			
	Espetáculo: URBANO			
Endereço:	ESTACÃO CULTURAL FRANCISCO FRANKENBERGER	Bairro:	BELA ALIANÇA	
Responsável Técnico:	Alexandre Moraes	Escala:	1:1000	Data: ABRIL/2015
	Alexandre Moraes			

2

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.401, DE 30 DE JUNHO DE 2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.401, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Aprova a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição Estadual, alterando o inciso I do § 2º e o § 3º do art. 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para o fim de fixar percentual de recursos a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde e estabelece outras providências.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovada a apresentação à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, da Proposta de Emenda à Constituição do Estado constante do Anexo Único deste Decreto Legislativo, nos termos e para os fins do dispositivo no inciso III do art. 49 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A aprovação do presente Decreto Legislativo constitui a manifestação da Câmara Municipal de Rio do Sul pela apresentação da Proposta de Emenda à Constituição do Estado constante do Anexo Único deste Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 30 de junho de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

ANEXO ÚNICO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO**

Altera o inciso I do § 2º e o § 3º do artigo 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para o fim de definir o percentual mínimo em ações e serviços públicos de saúde.

Art. 1º O inciso I do § 2º e o § 3º do art. 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 155

.....

§ 2º

.....

I – no caso do Estado, aplicar-se-á, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos Municípios;

.....

§ 3º Lei Complementar federal estabelecerá as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas estadual e municipal.” (NR)

Art. 2º O percentual de que trata o inciso I do § 2º do art. 155 da Constituição Estadual obedecerá à seguinte regra de implementação:

I – no ano de 2016, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 12,5% (doze e meio por cento);

II – no ano de 2017, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 13% (treze por cento);

III – no ano de 2018, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 13,5% (treze e meio por cento);

VI – no ano de 2019, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 14% (quatorze por cento);

V – no ano de 2020, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 14,5% (quatorze e meio por cento); e

VI – a partir do ano de 2021, será aplicado em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 15% (quinze por cento).

Art. 3º Esta Emenda à Constituição do Estado entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 12 de maio de 2015.

JEFERSON VIEIRA
Presidente da Mesa

ZELI DA SILVA
Vice-Presidente

DIONÍSIO MAÇANEIRO
1º Secretário

MÁRIO MIGUEL
2º Secretário

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de Emenda Constitucional tem como objetivo aumentar o percentual do mínimo exigido pela Constituição Federal para aplicação dos recursos nas ações de saúde.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 198, parágrafo 3º, determinou que, por meio de Lei Complementar, seriam definidos os percentuais que a União, os Estados e os Municípios aplicariam na área da saúde, explicitando critérios de reavaliação, normas de fiscalização e controle.

Em 2000, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 29, consolidando a Sistema único de Saúde (SUS). A EC nº 29 fixou a vinculação dos recursos orçamentários que seriam destinados à saúde pelas três esferas de governo, incumbindo o Congresso Nacional de regulamentar a matéria de forma a assegurar que os recursos sejam, efetivamente, empregados no SUS.

Assim, percebe-se que, nos termos do disposto na Constituição Federal, os estados devem aplicar, no mínimo, 12% de seus recursos próprios em saúde, conforme definiu a Emenda Constitucional nº 29/2000, que alterou diversos dispositivos constitucionais, entre eles o art. 198, bem como acrescentou o art. 77 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Veja-se:

Art. 198. As ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

(...)

§ 2º A união, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados de aplicação de percentuais calculados sobre:

(...)

II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; § 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:

I – os percentuais de que trata o § 2º;

II – os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;

III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;

IV – as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União.

Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

(...)

II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;

(...)

A EC nº 29 estipulou norma transitória determinando que os Estados seriam obrigados a destinar 12% dos seus orçamentos às ações de saúde. Tal Emenda vigeu até o exercício de 2004, momento em que deveria ser promulgada a Lei Complementar regulando, em definitivo, a matéria.

Após quase uma década, foi sancionada, em 15 de janeiro de 2012, a Lei Complementar nº 141, que regulamenta o parágrafo 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde. Nesse caso, os Estados mantêm-se obrigados a investir, no mínimo, 12% de arrecadação com impostos. É o que se conclui da análise dos dispositivos constitucionais citados e da respectiva regulamentação, já que a Constituição Federal definiu um percentual mínimo, sem fazer qualquer menção a percentual máximo.

Dessa forma, pode-se afirmar que nada impede que o percentual previsto na Constituição do Estado de Santa Catarina direcionado à Saúde seja maior do que o previsto como mínimo na Constituição Federal.

No tocante ao mérito da proposição, ressalta-se que diariamente nos deparamos com notícias elencando a extrema e urgente necessidade de alocação de mais recursos para a saúde.

Em matéria no site Saúde+10 do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública percebe-se que há, com certeza, a necessidade imediata de destinar mais recursos à saúde, não sendo um problema apenas de gestão.

Diante disso, o estado de Santa Catarina, ao destinar 15% da arrecadação dos impostos nas ações e serviços da saúde, nos termos propostos, ou seja, gradativamente, em um percentual de 0,5% ao ano, estará beneficiando milhares de catarinenses que clama por uma melhor saúde pública.

Anualmente, percebe-se que, além da necessidade de melhora da gestão, o grande gargalo é mesmo fonte de financiamento, pois os recursos com que a saúde conta atualmente são insuficientes para que a população tenha uma saúde de qualidade.

Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com o IBOPE, restou demonstrado que a saúde é o principal problema do Brasil (na opinião de 58% dos entrevistados) e que mais da metade da população brasileira (51%) diz que melhorar os serviços de saúde deve ser prioridade.

Ora, é evidente que a população desaprova, o serviço público de saúde e reconhece a necessidade de se destinar mais recursos para os serviços e ações nessa área. Mas, para tanto, a população precisa que o Governo priorize a saúde.

Observa-se que tramita na câmara dos Deputados o Projeto de Lei complementar nº 321/2013, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2013, determinando que a União aplique montante igual ou superior a dez por cento de suas receitas correntes brutas em ações e serviços públicos de saúde. Isso demonstra que em âmbito federal também há a preocupação de aumentar o percentual da União.

Logo, precisamos refletir sobre o que a sociedade deseja e fazer cumprir o disposto da Constituição Federal, já que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Para tanto, necessitamos de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde, conquistas possíveis se serem realizadas com a aprovação da presente proposta.

Assim, por todo exposto esperamos a aprovação deste Projeto de Emenda Constitucional.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.402, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.402, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Homologa o Termo de Convênio nº 5 de 2015, que celebram entre si, a Fundação de Desportos e a Associação Desportiva Verde Vale.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 5 de 2015, que celebram entre si, a Fundação de Desportos e a Associação Desportiva Verde Vale, que objetiva o incentivo à prática esportiva e lazer na modalidade de Voleibol, através do suporte à execução de projetos de desenvolvimento e manutenção do desporto nos centros poliesportivos e unidades associadas, destinados a formação e treinamento de atletas de base.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 30 de junho de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**CONTRATO Nº.0452015 FMS**

CONTRATO Nº.0452015, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, DR CLINICA MEDICA LTDA VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM CONSULTA ESPECIALIZADA CIRURGIA GERAL, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2013, publicado no DOM/SC nº. 1287, de 24/07/2013, pgs. 285.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, DR CLINICA MEDICA LTDA inscrito no CNPJ sob nº 18.253.622/0001-97, neste ato representado pelo Sr Rafael Cavilha, inscrito no CPF sob nº 003.417.069-30, residente e domiciliado no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

Código	Descrição do Procedimento	Valor
0301010072	Consulta Médica em Atenção Especializada	30,00

Parágrafo Único – O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo profissional médico Rafael Cavilha inscrito no CPF sob nº 003.417.069-30 com registro no conselho CRM-SC sob o nº. 10168, e deverá ser executado nas dependências físicas da Policlínica de Referência Regional

CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro – O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo – O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro – Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde – SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único – O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I – Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II – Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III – Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV – Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo – A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único – A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.095 - BLATB – PAB FIXO – ATENÇÃO BÁSICA

Parágrafo Primeiro – O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de

26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo – nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I – O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III – As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV – O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro – Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo – A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro – O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto – Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro – O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo – Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro – Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro – O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo – Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro – Da decisão do Secretário Municipal de Saúde de em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DURAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é desde a sua assinatura até 31/12/2015, com renovação anual, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 3 (tres) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul/SC, 22 de junho de 2015.

Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde	DR Clínica Médica Ltda Rafael Cavilha
--	--

Testemunhas:

1) Adalgisa Vendrami da Silva Feijo
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF XXXXX

2) Fabíola kreusch
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF XXXXX

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 049/2015

DECRETO Nº 049, DE 29 de JUNHO de 2015.

Homologa Resolução nº 004/2015, do Conselho Municipal de Assistência Social.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 004/2015, de 29 de junho de 2015, do Conselho Municipal de Assistência Social, que dispõe sobre "Aprovar o Plano de Ação para Co-financiamento do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social, ano 2015."

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 29 de junho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 04/2015

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ANO 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Salto Veloso/SC, no uso de suas atribuições legais sobre a Ata nº 03/2015, do dia 29 de junho de 2015.

RESOLVE:

Art. (1º) Aprovar o Plano de Ação para Co-financiamento do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social, ano 2015.

Art. (2º) Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, 29 de junho de 2015.

Katiani G. M. dos Santos

Presidente do CMAS

LEI COMPLEMENTAR N. 33, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR N. 33, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 016/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições legais decorrentes de seu mandato, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Tabela II, do Grupo I, do Anexo I, que se refere a Secretaria de Educação, dos Cargos de Provimento em Comissão, da Lei Complementar n. 016/2010, passa a vigorar com o seguinte texto:

TABELA II – Grupo I Secretaria de Educação					
CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO (VRV)
CD	Diretor de Centro de Educação Infantil	01	40	CC 3	4,31
CD	Diretor de Centro de Educação Básica	01	40	CC 3	4,31

Parágrafo único. Fica excluído da tabela, o cargo diretor de ensino.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo local autorizado, por decreto, a atualizar os anexos constantes da Lei Complementar n. 016/2010 de acordo com as alterações introduzidas por esta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação do orçamento vigente.
Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 30 de junho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 34, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

LEI complementar Nº 34, DE 30 DE JUNHO De 2015.

Revoga parcialmente o artigo 164 e totalmente o artigo 178, da Lei Municipal 593/91, de 12 de dezembro de 1991 – Código Tributário Municipal.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam revogados os incisos II e III, do artigo 164, da Lei Municipal 593/91, passando a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 164 – A taxa de limpeza pública tem como fato gerador a utilização efetiva, ou a possibilidade de utilização, pelo contribuinte, de serviços municipais de limpeza das vias e logradouros públicos e particulares.

Parágrafo único – Considera-se serviço de limpeza:

I – a coleta e remoção do lixo domiciliar

Art. 2º. Fica revogado o artigo 178, da Lei Municipal 593/91.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas demais disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 30 de junho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EXTRATO PL Nº. 80/2015

PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO. CONTRATADA: PAGNUSSATTI CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA - EPP. VALOR: R\$ 860.000,00 ASSINATURA: 01/06/2015 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA PADRÃO FNDE DE QUATRO SALAS DE AULA DE ACORDO COM TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 32373 .CONTRATO Nº 80/2015.; VIGENCIA: 31/04/2016; PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015; MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO 01/2015.

PORTARIA Nº 118/2015 NOMEAÇÃO LUIZ CARLOS MARTINS DA SILVA

PORTARIA Nº 118/2015

NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeado o Senhor Luiz Carlos Martins da Silva, CPF nº 068.176.589-50 RG nº 4760647-9, aprovado no CONCURSO PÚBLICO nº 002/2015, para desempenhar a função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, carga horária de 40 horas semanais , código 1002 , do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de INFRAESTRUTURA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Junho de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº 1300/2

PORTARIA Nº 119/2015 NOMEAÇÃO SOLANGE SOARES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 119/2015

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora Solange Soares dos Santos, CPF nº 081.743.659-66 RG nº 5365271, aprovada no CONCURSO PÚBLICO nº 002/2015, para desempenhar a função de FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AMBIENTAL , carga horária de 40 horas semanais , código 1011 , do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de SAUDE.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Junho de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº 1300/2

PORTARIA Nº 120/2015 NOMEAÇÃO SOLANGE BRAGA

PORTARIA Nº 120/2015

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora Solange Braga, CPF nº 014.201.741-85 RG nº 4219800, aprovada no CONCURSO PÚBLICO nº 002/2015, para desempenhar a função de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO , carga horária de 40 horas semanais , código 0032 , do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de AGRICULTURA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Junho de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº 1300/2

PORTARIA Nº 121/2015 NOMEAÇÃO ELISEU SPISCKER

PORTARIA Nº 121/2015

NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeado o Senhor ELISEU SPISCKER, CPF nº 077.490.699-50 RG nº 5365258, aprovada no CONCURSO PÚBLICO nº 002/2015, para desempenhar a função de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, carga horária de 40 horas semanais, código 0032, do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Junho de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº 1300/2

PORTARIA Nº 122/2015 NOMEAÇÃO LUCIMARA MANTEUFEL

PORTARIA Nº 122/2015

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora LUCIMARA MANTEUFEUL, CPF nº 031.967.009-65 RG nº 4040382, aprovada no CONCURSO PÚBLICO nº 002/2015, para desempenhar a função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, carga horária de 40 horas semanais, código 1002, do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de SAÚDE.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Junho de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº 1300/2

PORTARIA Nº 123/2015 NOMEAÇÃO RAQUEL PACHECO

PORTARIA Nº 123/2015

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora RAQUEL PACHECO, CPF nº 096.503.749-57 RG nº 6463739, aprovada no CONCURSO PÚBLICO nº 002/2015, para desempenhar a função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, carga horária de 40 horas semanais, código 1002, do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Junho de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº 1300/2

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº167/2015 - DE 25 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a Anulação do Decreto Municipal nº 154/2015 de 22 de Junho de 2015 e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito o Decreto Municipal nº 154/2015 de 22 de junho de 2015, que destinava, para utilização pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, o veículo PEUGEOT 408 ALLURE BVA Placa MLZ7604, de propriedade do Município, a partir das 09:0h do dia 01 de julho de 2015 às 24:00h do dia 03 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 25 de junho de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº173/2015 - DE 26 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº173/2015 - DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a Designação de RAFAEL MALDANER para atender ao serviço de fiscalização de obras e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, RAFAEL MALDANER, ENGENHEIRO CIVIL contratado pelo Município através do Processo Licitatório nº. 34/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 26/2015, concomitantemente com suas tarefas, responder pelo acompanhamento e fiscalização de obras públicas no município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de junho de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa

Catarina,
em 26 de junho de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº168/2015 – DE 25 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº168/2015 – DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art. 5º e Inciso II do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 7.400,00 (Sete mil e quatrocentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.014 – Manut. Atividades do Ensino Fundamental

Atividade: 2.014 – Manut. Atividades do Ensino Fundamental

Da Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.58-Aplicações Diretas R\$ 4.700,00

Para Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.58-Aplicações Diretas R\$ 4.700,00

Órgão: 05.00 – SECR. MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Função: 08 – Assistência Social

Sub-Função: 243 – Atendimento à Criança e ao Adolescente

Programa: 0025 – CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Ação: 2.066 – Atendimento a Criança, Adolescente e Idoso

Atividade: 2.066 – Atendimento a Criança, Adolescente e Idoso

Da Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00-Aplicações Diretas R\$ 2.700,00

Para Natureza de Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.1.00-Aplicações Diretas R\$ 2.700,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 25 de Junho de 2015.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal
Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº169/2015 – DE 25 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº169/2015 – DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.032 – Manut. Atividades de Saúde Bucal

Atividade: 2.032 – Manut. Atividades de Saúde Bucal

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.02 -Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.02 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 25 de Junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº170/2015 – DE 26 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº170/2015 – DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do

Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde – FMS, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), conforme discriminação a seguir:

Entidade: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Órgão: 05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.031 – Manut. Atividades Estruturais de Saúde da Família

Atividade: 2.031 – Manut. Atividades Estruturais de Saúde da Família

Natureza de Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.3.64–Aplicações Diretas
..... R\$ 65.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.64 – Transferências de Recursos do SUS/Atenção Básica/Federal - NASF, disponíveis na conta bancária n. 25.807-5 junto ao Banco do Brasil S.A. Agência 1393-5.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 26 de Junho de 2015.

Tadeu Paulo Toazza

Gestor do FMS

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº171/2015 – DE 26 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº171/2015 – DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art. 5º e Inciso II do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil e quinhentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 – SECR. MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal Saúde - FMS
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 304 – Vigilância Sanitária
Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.035 – Manut. Atividades de Vigilância Sanitária
Atividade: 2.035 – Manut. Atividades de Vigilância Sanitária
Da Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.66–Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Para Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.66–Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 26 de Junho de 2015.
Tadeu Paulo Toazza
Gestor do FMS

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº172/2015 – DE 26 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº172/2015 – DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 7.131,22 (Oitenta e dois mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental
Atividade: 2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.3.46–Aplicações Diretas R\$ 7.131,22

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.46 – Transferências de Recursos do FNDE – PEJA (Classificação da fonte de recursos no TCE 0.3.37), disponíveis na conta bancária do Município N.27.537-9, junto ao Banco do Brasil S/A, agência 1.393-5.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 26 de junho de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº174/2015 – DE 29 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº174/2015 – DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal N.783/2015 de 19 de junho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 5.610,00 (cinco mil, seiscentos e dez reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 306 – Alimentação e Nutrição
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.012 – Programa Alimentação Escolar – Educação Infantil
Atividade: 2.012 – Programa Alimentação Escolar – Educação Infantil
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 979,00

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 306 – Alimentação e Nutrição
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.017 – Programa Alimentação Escolar – Ensino Fundamental
Atividade: 2.017 – Programa Alimentação Escolar – Ensino Fundamental
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.905,00

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 306 – Alimentação e Nutrição
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.069 – Programa Alimentação Escolar – Creche
Atividade: 2.069 – Programa Alimentação Escolar – Creche
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas

..... R\$ 1.726,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.013 – Manut. Atividades da Educação, Cultura e Esportes

Atividade: 2.013 – Manut. Atividades da Educação, Cultura e Esportes

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.610,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 29 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzszak Saretto

Diretora da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SANTIAGO DO SUL

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº001/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS EM PRÓTESE DENTÁRIA

VOLMIR ANTONIO SOTILE, Prefeito Municipal do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fica retificado o prazo de abertura de inscrições de que trata o presente edital, até a data de 10 de julho de 2015, junto a Unidade Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 30 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº004/2015

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº004/2015

Edital de Chamamento Público n.º 004/2015 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009, e Resolução nº 25, de 04/07/2012.

VOLMIR ANTONIO SOTILE, Prefeito Municipal do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fica retificado o prazo para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação de que trata o presente edital, até a data de 10 de julho de 2015, junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 30 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 168/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:00 horas do dia 16 de julho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de alimentos hortifrutigranjeiros para o 23º Batalhão De Polícia Militar Do Estado De Santa Catarina, conforme especificações do termo de referência em anexo.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 169/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2015

Menor preço por item.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 13 de julho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para elaboração, aplicação, correção e divulgação dos resultados para a realização de prova avaliativa com caráter eliminatório para candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar da Secretaria de Assistência Social.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 25 de junho de 2015.

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

DECRETO Nº 1000/2015

DECRETO Nº 1000, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 83.526,58 (oitenta e três mil, quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.202 – Operação e Manutenção do SAMU

3.1.90.11.00.00.00 657 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 28.526,58

3.3.90.30.00.00.00 657 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

Atividade: 2.302 – Ações Voltadas a Vigilância Epidemiológica

(79) 4.4.90.52.00.00.00 266 - Equipamento e Mat. Permanente R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Orçamentário do exercício anterior, na fonte de recursos 257 -, no valor de R\$ 33.526,58, e a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.302 – Ações Voltadas a Vigilância Epidemiológica

(78) 4.4.90.51.00.00.00 266 - Obras e Instalações R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 066/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 066/2014

DA ESPÉCIE: TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS DE Nº 066/2014 FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA LABORATÓRIO SÃO FRANCISCO DE PATOLOGIA CLÍNICA LTDA, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014, CONFORME EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2014, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

Cláusula Primeira – Fica rescindido a partir da data de 30 de junho de 2015 o Contrato de prestação de serviços de exames de Análises Clínicas de nº 066/2014 que consiste na contratação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de Análises Clínicas para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme Edital de Chamada Pública nº 01/2014, de 22 de outubro de 2014, e Inexigibilidade de

Licitação nº 74/2014 de 19 de dezembro de 2014. O mesmo ocorre devido à homologação do Edital de Chamada Pública nº 42/2015 no dia 22 de junho de 2015, sendo assim gerado novo Contrato, com início de sua vigência a partir de 01.07.2015.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma amigável, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 30 de junho de 2015.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, como Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

DANIELE TOSHICO KAMEI DROZINO, como Contratada.

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 067/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 067/2014

DA ESPÉCIE: TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS DE Nº 067/2014 FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA LABORATÓRIO SANTA CATARINA SS LTDA, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014, CONFORME EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2014, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

Cláusula Primeira – Fica rescindido a partir da data de 30 de junho de 2015 o Contrato de prestação de serviços de exames de Análises Clínicas de nº 067/2014 que consiste na contratação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de Análises Clínicas para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme Edital de Chamada Pública nº 01/2014, de 22 de outubro de 2014, e Inexigibilidade de Licitação nº 78/2014 de 19 de dezembro de 2014. O mesmo ocorre devido à homologação do Edital de Chamada Pública nº 42/2015 no dia 22 de junho de 2015, sendo assim gerando novo Contrato com início de sua vigência a partir de 01.07.2015.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma amigável, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 30 de junho de 2015.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, como Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

LEILA VAZ DE ALCANTARA, como Contratada.

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 068/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 068/2014

DA ESPÉCIE: TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS DE Nº 068/2014 FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PASTEUR LTDA, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014, CONFORME EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2014, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

Cláusula Primeira – Fica rescindido a partir da data de 30 de junho de 2015 o Contrato de prestação de serviços de exames de Análises Clínicas de nº 068/2014 que consiste na contratação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de Análises Clínicas para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme Edital de Chamada Pública nº 01/2014, de 22 de outubro de 2014, e Inexigibilidade de Licitação nº 72/2014 de 19 de dezembro de 2014. O mesmo ocorre devido à homologação do Edital de Chamada Pública nº 42/2015 no dia 22 de junho de 2015, sendo assim gerado novo Contrato, com início de sua vigência a partir de 01.07.2015.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma amigável, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos

a partir de 30 de junho de 2015.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, como Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

MAURINO JORDÃO SCHULZE, como Contratada.

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 069/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 069/2014

DA ESPÉCIE: TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS DE Nº 069/2014 FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PASTEUR – ANTONIO AUGUSTO PEREIRA, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014, CONFORME EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2014, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

Cláusula Primeira – Fica rescindido a partir da data de 30 de junho de 2015 o Contrato de prestação de serviços de exames de Análises Clínicas de nº 069/2014 que consiste na contratação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de Análises Clínicas para a Secretaria Municipal de Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme Edital de Chamada Pública nº 01/2014, de 22 de outubro de 2014, e Inexigibilidade de Licitação nº 73/2014 de 19 de dezembro de 2014. O mesmo ocorre devido à homologação do Edital de Chamada Pública nº 42/2015 no dia 22 de junho de 2015, sendo assim gerado novo Contrato, com início de sua vigência a partir de 01.07.2015.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma amigável, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 30 de junho de 2015.

São Bento do Sul, 22 de junho de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, como Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

ANTONIO AUGUSTO PEREIRA, como Contratada.

LEI Nº 3562/2015

LEI Nº 3562, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A APOIAR A REALIZAÇÃO DO 12º ENCONTRO DE VEÍCULOS ANTIGOS NO PAVILHÃO DE EVENTOS DA PROMOSUL

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de São Bento do Sul autorizado a apoiar a realização do 12º ENCONTRO DE VEÍCULOS ANTIGOS, promovido pelo CLUBE AUTOS ANTIGOS DA SERRA, inscrito no CNPJ sob o nº 17.330.733/0001-97.

Art. 2º O apoio do Município para a realização do evento consolidar-se-á através da concessão de espaço físico nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2015, do pavilhão de eventos da Fundação Promotora de Eventos de São Bento do Sul - PROMOSUL.

Art. 3º As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta da Nota de Empenho nº 3686/2015 referente locação de espaço físico do pavilhão de eventos da Fundação Promotora de Eventos de São Bento do Sul - PROMOSUL para a realização de eventos diversos durante o ano de 2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3563/2015

LEI Nº 3563, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A APOIAR A REALIZAÇÃO DE FESTA DOS MOTORISTAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de São Bento do Sul autorizado a apoiar a realização da Festa dos Motoristas, promovido pela ASSOCIAÇÃO DE MORADORES PARQUE VILA SÃO PAULO, inscrita no CNPJ sob o nº 72.407.620/0001-50.

Art. 2º O apoio do Município para a realização do evento consolidar-se-á através da concessão de espaço físico, no dia 05 de julho de 2015, do pavilhão de eventos da Fundação Promotora de Eventos de São Bento do Sul - PROMOSUL.

Art. 3º As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta da Nota de Empenho nº 3686/2015, referente locação de espaço físico do pavilhão de eventos da Fundação Promotora de Eventos de São Bento do Sul - PROMOSUL para a realização de eventos diversos durante o ano de 2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LISTAGEM PORTARIAS Nº 07/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 9413, de 26 de junho de 2015. Revoga a partir de 25 de junho de 2015, a Portaria nº 9199/15, que nomeou servidora pública municipal Andrieli Tiburski, no cargo de Psicólogo, por não comparecimento em tempo hábil.

Portaria nº 9414, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de junho de 2015. Ana Terezinha Martins, Atendente Educativo, na EBM Profª Lucia Tschoeke, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9415, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de junho de 2015. Daniele de Fatima Lima, Auxiliar de Serviços, na EBM Garibaldina Silveira Fuginaga, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9416, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de junho de 2015. Bianca Rosa, Professor Anos Finais – Artes, na EBM Profª Newton Mendes, com 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9417, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de junho de 2015. Bianca Rosa, Professor Anos Finais – Artes, na EBM Profª Adélia Lutz, com 10 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9418, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de junho de 2015. Leoni Maria Streit Vieira,

Atendente Educativo, na EBM Dalmir Pedro Cubas, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9419, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de junho de 2015. Elaine Prestes de Souza Chaves, Professor Educação Infantil no CEIM Pastor Adolf Prinz, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9420, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de junho de 2015. Tatiana Regina Bertoldi Lada, Atendente Educativo, no CEIM Trenzinho Maluco, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9421, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de junho de 2015. Patricia Ribeiro Simões Grein Ktuczewicz, Atendente Educativo, no CEIM Fada Madrinha, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9422, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 01 de junho de 2015. Aline Samara Cardoso Nieckarz, Atendente Educativo, no CEIM Nosso Mundo, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9423, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 08 de junho de 2015. Nadja dos Santos Galvão Silva, Professor Educação Infantil na EBM Emilio Engel, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9424, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 08 de junho de 2015. Cilmara Czornei Lima, Professor Anos Iniciais, na EBM Profª Adélia Lutz, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9425, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 15 de junho de 2015. Adriane Tomelin Wohl, Professor Anos Finais – Artes, na EBM Profª Lúcia Tschoeke, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9426, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 15 de junho de 2015. Solange de Paula dos Santos, Professor Anos Finais – Matemática, na EBM Baselisse Virmond, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9427, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 15 de junho de 2015. Scheila Perdun, Auxiliar de Serviços, no CEIM Tempo Mágico, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9428, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 15 de junho de 2015. Fernanda Aparecida de Bairos, Auxiliar de Serviços, no CEIM Pica Pau, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9429, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 15 de junho de 2015. Elaine da Silva Leite, Auxiliar de Serviços, na EBM Annelize Beckauser Mallon, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9430, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 24 de junho de 2015. Joseane Kieski, Professor Educação Infantil no CEIM Nosso Mundo, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9431, de 26 de junho de 2015. Concede Auxílio Doença INSS, período de 06/06/2015 a 30/06/2015. Elaine Medeiros Mallon. Chefe de Divisão Administrativa. FC.

Portaria nº 9432, de 26 de junho de 2015. Concede Auxílio Doença INSS, período de 11/04/2015 a 30/05/2015. Lourival Ferreira de Castilho, Chefe de Divisão de Praças, Parques e Cemitérios. SEMOB.

Portaria nº 9433, de 26 de junho de 2015. Concede Licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 2663/15, período de 21/04/2015 a 15/08/2015, Ione Mara Baum Becker, Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 9434, de 26 de junho de 2015. Concede Licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 3799/15, período de 28/05/2015 a 22/06/2015, Nayane Simone Azevedo Alonso, Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 9435, de 26 de junho de 2015. Concede Férias, período de 29/06/2015 a 28/07/2015, relativas a 2013/2014. Beatriz Maria Tascheck de Camargo, Técnica em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 9436, de 26 de junho de 2015. Concede Férias, período de 04/05/2015 a 02/06/2015, relativas a 2013/2014. Ivo Andreiv, Auxiliar de Desenhista. SEPLU.

Portaria nº 9437, de 26 de junho de 2015. Concede Férias, período de 18/05/2015 a 16/06/2015, relativas a 2013/2014. Vanessa Costa Santos Rosa, Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 9438, de 26 de junho de 2015. Concede Licença Maternidade, período de 08/05/2015 a 04/09/2015. Daiana Spezia de Lima, Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 9439, de 26 de junho de 2015. Prorroga Licença Maternidade, período de 05/09/2015 a 03/11/2015, conforme Processo nº 3213/15. Daiana Spezia de Lima, Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 9440, de 26 de junho de 2015. Concede Licença Maternidade, período de 28/04/2015 a 25/08/2015. Sueli Marilu Gruber Furtado, Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 9441, de 26 de junho de 2015. Prorroga Licença Maternidade, período de 26/08/2015 a 24/10/2015, conforme Processo nº 2960/15. Sueli Marilu Gruber Furtado, Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 9442, de 26 de junho de 2015. Concede Licença Maternidade, período de 20/05/2015 a 16/09/2015. Susan Santos Gorniak, Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 9443, de 26 de junho de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de março de 2015. Adriana Ribeiro, Auxiliar de Serviços, no CEIM Nosso Mundo, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9444, de 26 de junho de 2015. Retira Gratificação de Função, FG3, a partir de 01 de julho de 2015. Carla Eloise Muhlbauer, Auxiliar Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9445, de 26 de junho de 2015. Retira Gratificação de Função, FG2, a partir de 01 de julho de 2015. Deborah Cintia de Quadros, Auxiliar Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9446, de 26 de junho de 2015. Concede Gratificação de Função, FG4 – Agente de Setor de Licitação, a partir de 01 de julho de 2015. Carla Eloise Muhlbauer, Auxiliar Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9447, de 26 de junho de 2015. Concede Gratificação de Função, FG3 – Agente de Serviços de Pregões e Licitações, a partir de 01 de julho de 2015. Deborah Cintia de Quadros, Auxiliar Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9448, de 26 de junho de 2015. Concede Gratificação de Função, FG2 – Agente de Área de Comissão de Apoio, a partir de 01 de julho de 2015. Leila Mara de Oliveira Jeller, Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9449, de 26 de junho de 2015. Concede Gratificação de Função, FG2 – Agente de Área de Comissão de Apoio, a partir de 01 de julho de 2015. Daniele Celeski Wojakiewicz, Auxiliar Administrativo. SECAD.

Portaria nº 9452, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 25 de maio de 2015. Sandra da Luz, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9453, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 08 de junho de 2015. Rosa Jane Oliveira Boeno Froehner, Professor Anos Finais - Artes. SEMED.

Portaria nº 9454, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 01 de junho de 2015. Geanise Virginia Martins de Sousa, Professor Oficina de Aprendizagem e Projetos. SEMED.

Portaria nº 9455, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 01 de junho de 2015. Greici Nossol, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9456, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 01 de junho de 2015. Lucileide Aparecida Moreira, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9457, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 01 de junho de 2015. Simone Bueno de Lacerda, Auxiliar de Serviços. SEPLU.

Portaria nº 9458, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 01 de junho de 2015. Cintia Simone Fett. Médico Generalista. SEMUS.

Portaria nº 9459, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 08 de junho de 2015. Tania Regina Silvério Nascimento, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9460, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 01 de junho de 2015. Nadini da Silva Schultz, Professor Oficina de Dança. SEMED.

Portaria nº 9461, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 10 de junho de 2015. Adriana Simette Wantowski, Instrutor de Informática. SEMED.

Portaria nº 9462, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 08 de junho de 2015. Alcindo Rauen, Professor Anos Finais - Matemática. SEMED.

Portaria nº 9463, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 15 de junho de 2015. Anthony Schukosky, Professor Anos Finais – Educação Física. SEMED.

Portaria nº 9464, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 15 de junho de 2015. Simone Taschek Roberto, Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 9465, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 15 de junho de 2015. Vanessa Bonett de Andrade, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 9466, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 10 de junho de 2015. Graciele Goeten de Lima, Professor Anos Finais – Ciências. SEMED.

Portaria nº 9467, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 12 de junho de 2015. Ester Ribeiro Camargo, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9468, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 22 de junho de 2015. Isamar Rudnick Vieira, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 9469, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 22 de junho de 2015. Wanderson Werner Buttellbrun, Professor Oficina de Informática. SEMED.

Portaria nº 9470, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 22 de junho de 2015. Ervino Senn, Professor Anos Finais – Geografia. SEMED.

Portaria nº 9471, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 23 de junho de 2015. Idazina Miranda da Cruz Martins, Professor Anos Finais – Artes. SEMED.

Portaria nº 9472, de 29 de junho de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 22 de junho de 2015. Alessandra Pavlitzky de Amorin, Professor Anos Finais – Artes. SEMED.

Portaria nº 9473, de 29 de junho de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 01 de junho de 2015. Jaqueline Soraia Amorim Tabert, Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 9474, de 29 de junho de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 11 de junho de 2015. Eliane Kuchler, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9475, de 29 de junho de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 15 de junho de 2015. Nelson Alexi, Auxiliar de Operações. SEMAN.

Portaria nº 9476, de 29 de junho de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 15 de junho de 2015. Carolina dos Santos e Santos, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 9477, de 29 de junho de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 18 de junho de 2015. Leocadia Rodrigues, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 9478, de 29 de junho de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 22 de junho de 2015. Claudio de Lima Nascimento, Fiscal da Fazenda. SEFIN.

Portaria nº 9479, de 29 de junho de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 25 de junho de 2015. Cleiton José Mazur, Professor Anos Finais - Geografia. SEMED.

Portaria nº 9480, de 29 de junho de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 29 de junho de 2015, o cargo de Odontólogo, ocupado pelo servidor Alderico José Dana.

Portaria nº 9481, de 29 de junho de 2015. Revoga a partir de 27 de junho de 2015, a Portaria nº 9370/15, que nomeou servidora pública municipal Deise Cristiane Morriesen, no cargo de Auxiliar Administrativo, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 01 de julho de 2015.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 9451/2015

PORTARIA Nº 9451, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 20/1998 e art. 33, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 29 de junho de 2015, aposentadoria compulsória ao segurado ALDERICO JOSÉ DANA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, Grupo Ocupacional 07, Nível I, Classe H, matrícula nº 12660, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único - O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 3231/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29 de junho de 2015.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº 201/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 201/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 03/07/2015 a 17/07/2015, ao servidor AVELINO BARBOSA DE LIMA FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços e Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 18/06/2015 a 02/07/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/07/2015.

São Bento do Sul, 26/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 204/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 204/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 25/06/2015 a 09/07/2015, a servidora REJANE PATRICIA DRECHSLER REESE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 10/06/2015 a 24/06/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/06/2015.

São Bento do Sul, 26/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 208/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 208/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 073/2015, à servidora

LUCIANE IARGAS ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/06/2015, em virtude de Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/06/2015.

São Bento do Sul, 30/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 194/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 194/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 01/07/2015 a 15/07/2015, ao servidor RONALDO JOSE DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 16/06/2015 a 30/06/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/07/2015.

São Bento do Sul, 25/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 195/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 195/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 26/06/2015 a 12/09/2015, a servidora LUANA PEREIRA BERTOTTI RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 11/06/2015 a 25/06/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/06/2015.

São Bento do Sul, 25/06/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 196/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 196/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 26/06/2015 a 25/07/2015, a servidora MARILDA BAIL GREIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretária de Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 11/06/2015 a 25/06/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/06/2015.

São Bento do Sul, 25/06/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 197/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 197/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 27/06/2015 a 24/09/2015, concedido a servidora JOELMA TERESINHA MARTINS DILL ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 106/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/06/2015.

São Bento do Sul, 25/06/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 198/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 198/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 14/06/2015 a 14/07/2015, concedido a servidora PATRICIA BEIER PASZEUK ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 148/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei

Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/06/2015.

São Bento do Sul, 25/06/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 199/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 199/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 18/06/2015 a 02/07/2015, à servidora ANA PAULA WAGNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 03/06/2015 a 17/06/2015, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/06/2015.

São Bento do Sul, 25/06/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 200/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 200/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 30/06/2015 a 07/08/2015, a servidora MARLI LEHNERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 15/06/2015 a 29/06/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/06/2015.

São Bento do Sul, 25/06/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 202/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 202/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 04/07/2015 a 16/10/2015, ao servidor JOSÉ ERVINO ZIMMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 19/06/2015 a 03/07/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/07/2015.

São Bento do Sul, 26/06/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 203/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 203/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 03/07/2015 a 19/07/2015, a servidora JANE MARY FUCHNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 18/06/2015 a 02/07/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/07/2015.

São Bento do Sul, 26/06/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 205/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 205/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 04/07/2015 a 17/08/2015, a servidora DANIELE VILMIZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 19/06/2015 a 03/07/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/07/2015.

São Bento do Sul, 26/06/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 206/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 206/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 10/06/2015 a 09/07/2015, concedido a servidora LUCIANE DUMS MODESKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 447/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/06/2015.

São Bento do Sul, 26/06/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 207/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 207/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 03/07/2015 a 16/08/2015, a servidora CELINA CIESLINSKY CORDEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 18/06/2015 a 02/07/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/07/2015.

São Bento do Sul, 26/06/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 46/2015**

Pregão Presencial nº 46/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 46/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 13 de julho de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de equipamento servidor de rede.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(78) 4.4.90.52.00.00.00 – Setor de Saneamento Geral – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 30 de junho de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2013 DE 26 06 15 TORNA SEM EFEITO DEC 1992 DE 01 06 15 A NOMEAÇÃO DE IVANE RODRIGUES DE SOUZA NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

DECRETO Nº 2013, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 1992, de 01 de junho de 2015, o qual nomeou candidata aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº 0045, de 06 de novembro de 2012; e

- Considerando o Edital de Concurso nº. 007/2013, que homologou o resultado final do Concurso Público n. 001/2013;

- Considerando que a candidata nomeada pelo Decreto nº 1992, de 01 de junho de 2015, apresentou pedido de desistência conforme protocolo nº 1326/2015, de 24/06/2015;

- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1992, de 01 de junho de 2015, que nomeou Ivane Rodrigues de Souza para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pela razão acima exposta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2014 DE 26 06 15 TORNA SEM EFEITO E RECLASSIFICA CANDIDATA PARA O CARGO DE TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL ANA LUCIA DE LIMA BRAGANHOLI

DECRETO Nº 2014 DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 2003, de 15 de junho de 2015, o qual nomeou servidora aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº 0045, de 06 de novembro de 2012; e

- Considerando o Edital de Concurso nº. 007/2013, que homologou o resultado final do Concurso Público n. 001/2013;

- Considerando que a servidora nomeada pelo Decreto nº 2003, de 15 de junho de 2015, apresentou pedido de reclassificação conforme protocolo nº 1325/2015, de 24/06/2015;

- Considerando que caso a candidata não deseje assumir a vaga a que foi nomeada de imediato, poderá solicitar para passar para o final da lista dos aprovados, conforme o disposto no item 10.5 do Edital de Concurso Público n. 001/2013;

- Considerando que no ato da posse a candidata preenchia os

requisitos exigidos para assumir o cargo;

- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 2003, de 15 de junho de 2015, que nomeou Ana Lucia de Lima Braganholi, para exercer o cargo de Técnico em Saúde Bucal, ficando a candidata reclassificada para o final da lista dos aprovados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2015 DE 30 06 15 NOMEIA JAQUELINE LENITA BORGES ZANIN PARA O CARGO DE ASSESSOR DE SECRETARIA

DECRETO Nº 2015, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Jaqueline Lenita Borges Zanin, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, neste Município de São Domingos (SC), enquadrada no Anexo III, - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.08, Nível CC-07, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada, a partir do dia 01 de julho de 2015, ficando lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2015 DE 30 06 15 NOMEIA JAQUELINE LENITA BORGES ZANIN PARA POR 1792 DE 11 06 15 LOTA DIVERSOS SERVIDORES CARGO DE ASSESSOR DE SECRETARIA

PORTARIA Nº 1792, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre lotação de servidores públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada e pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12, e;

· Considerando a necessidade de adequação na lotação de servidores públicos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam lotados os servidores públicos municipais conforme segue:

Nome do Servidor	Cargo	Lotação
Sidiana Mara da Silva Carraro	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Sirlei Meirelles dos Santos Valendorff	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Neri Ribeiro de Souza	Vigia	Secretaria Municipal de Saúde
Elizete de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde
Laercio Castro de Oliveira	Vigia	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
Andressa Lorenzon	Consultor Técnico	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
Luiz Carlos Fagundes	Vigia	Secretaria Municipal de Saúde
Sergio Roque Zappani	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Celso Mores	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Denilson da Silva	Motorista	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Marcelo Stempczynski zarembski	Motorista	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Valdeci José Brum	Assessor de Secretaria	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Cleomar Zanco	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Paulo dos Santos	Motorista	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes
João Maria Walendorff	Motorista	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes
Jacir Marmentini	Motorista	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes
Carlos Brunetto	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Cladir Rotava	Motorista	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Valdir de Oliveira	Motorista	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
Jocimar Hilha	Agente Administrativo	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Ficam revogadas as portarias nº 1249 de 05/04/12 e nº 1376 de 21/01/13 no que diz respeito aos servidores Neri Ribeiro de Souza Laércio Castro de Oliveira, Luiz Carlos Fagundes.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1793 DE 11 06 13 REVOGA ATO OFICIAL JOSE GERALDO SCHEFFER

PORTARIA Nº1793, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a revogação de ato oficial.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município, de 28/09/90, atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12, pela Lei Complementar 0042 de 04/04/2012 atualizada,;

· Considerando o princípio da legalidade e do interesse público dos atos da administração;

RESOLVE

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 1226, de 13 de março de 2012, que dispõe sobre designação do servidor público municipal José Geraldo Scheffer, como responsável pelo controle dos serviços de transporte de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, para tratamento de saúde em centros especializados, pelo controle de abastecimento, quilometragem, limpeza e manutenção de todos os veículos da Secretaria Municipal de Saúde a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1795 DE 17 06 15 CONCEDE FÉRIAS A EMPREGADA PUBLICA MUNICIPAL DANIELI ROSA DA SILVA

PORTARIA Nº 1795, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Concede férias a empregada pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/12 atualizada;

· Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

EMPREGADA	EMPREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Danieli Rosa da Silva	Agente Comunitário de Saúde	01/03/13 a 28/02/14	15	17/06/15 a 01/07/15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretário de Administração e Fazenda

POR 1798 DE 19 06 15 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS ARTEMIO ZENATTI NELVO T CHIMELLO RAQUEL DE FATIMA AIOLFICATIA DE MARCHI PASE

PORTARIA Nº 1798, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Concede férias a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada;

· Considerando requerimentos protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDORAS	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Artemio Zenatti	Vigia	07/07/13 a 06/07/14	30	19/06/15 a 18/07/15
Nelvi Terezinha Chimello	Auxiliar de Serviços Gerais	21/03/13 a 20/03/14	05	22/06/15 a 26/06/15
Raquel de Fátima Aiolfi	Assistente Administrativo	17/01/13 a 16/01/14	30	22/06/15 a 21/07/15
Catia De Marchi Pase	Enfermeira	02/05/12 a 01/05/13	30	25/06/15 a 24/07/15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretário de Administração e Fazenda

POR 1800 DE 25 06 2015 LICENÇA MATERNIDADE ROSA SCHEFFER

PORTARIA Nº 1800, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Concede licença à empregada pública municipal gestante.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08, atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12, Lei Complementar nº 0032 de 03/09/11, Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada;

· Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à empregada pública Rosa Scheffer ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, no período compreendido entre 21 de junho de 2015 a 17 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 21 de junho de 2015.

São Domingos (SC), 25 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1801 DE 29 06 15 LICENÇA SAUDE PERCI PAIS

PORTARIA Nº 1801, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/12 atualizada;

· Considerando atestado médico apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal Perci Pais, ocupante do cargo público de Operador de Máquinas a partir desta data até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 29 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

POR 1802 DE 29 06 15 CONCEDE AFASTAMENTO LEGAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALDAIR LUIZ DA SILVEIRA

PORTARIA Nº 1802, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Concede afastamento legal ao servidor público municipal

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/12 atualizada;

· Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal;

· Considerando Art. 80 letra b, da Lei Complementar nº 0045 de 06/11/12;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias consecutivos, no período de 29/06/2015 a 03/07/15, por motivo de falecimento de seu pai, ao Servidor Publico Municipal Aldair Luiz da Silveira, ocupante do Cargo Publico de Diretor de Departamento;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

São Domingos/SC, 29 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

POR 1803 DE 30 06 15 CONCEDE FÉRIAS A EMPREGADA PUBLICA MUNICIPAL CELIA LURDES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1803, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Concede férias a empregada pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/12 atualizada;

· Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

EMPREGADA	EMPREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Célia Lurdes de Oliveira	Agente Comunitário de Saúde	02/06/13 a 01/06/14 02/06/14 a 01/06/15	15 15	01/07/15 a 15/07/15 16/07/15 a 30/07/15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretário de Administração e Fazenda

POR 1804 DE 30 06 15 AUTORIZA A CONDUZIR VEICULOS PATRICIA MERLIN

PORTARIA Nº 1804, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza servidora a conduzir veículos públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90.

* Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes Silvia Rozani de Brito Baggio;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a conduzir veículos de propriedade deste município, a servidora pública municipal Patricia Merlin, ocupante do cargo de Consultor Técnico, portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro sob o nº 04155618275.

Art. 2º A servidora ora autorizada a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 080/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 080/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE MUROS, PASSARELAS E PREVENTIVO DE INCENDIO NA E.E.B. CAETANO LUMERTZ LOCALIZADA EM VILA SANTA CATARINA.

CONTRATADO: CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA ME

VIGÊNCIA: 29/06/2015 até 31/12/2015.

VALOR: R\$ R\$ 225.900,00– Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Licitação 49/2015 – Tomada de Preços Nº 006/2015, de 09/06/2015, Processo Administrativo número 49/2015 de 09/06/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0501 – 12.361.0128.1030 – 4.4.90.51.88.00.00.0098.

São João do Sul, 29 de Junho de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

São Joaquim

PREFEITURA

HOMOLOGADOS ABRIL- MAIO

Processos Homologados Abril/Maio
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2015
PROCESSO Nº52/2015 HOMOLOGAÇÃO: 08/04/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal ""CIGA""

CONTRATADO: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIP
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.839,97 (nove mil oitocentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI da Lei de Licitações."

=====
"DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2015
PROCESSO Nº 54/2015 HOMOLOGAÇÃO: 09/04/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Contrato de prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos por órgão públicos dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) administrado pelo CIGA

CONTRATADO: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIP
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.599,97 (seis mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações."

=====
"PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015
PROCESSO Nº 22/2015 HOMOLOGAÇÃO: 10/04/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisição de veículo Automotor Tipo Furgão, Zero KM, para posterior transformação em Auto Socorro de Urgência - ASU para o Corpo de Bombeiros Militar deste Município

CONTRATADO: DVA - VEICULOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil e reais)"

=====
"PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015
PROCESSO Nº 46/2015 HOMOLOGAÇÃO: 14/04/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisicao de ferramenta e materiais para oficina, borracharia, chapeação e tornearia e EPI para serem utilizadas nas Secretarias de Obras e Agricultura.

CONTRATADO: JULIO SILVESTRI FILHO ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.367,00 (vinte mil trezentos e sessenta e sete reais)"

=====
CONTRATADO: SANDRO VILMAR PIRES-ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 26.899,45 (vinte e seis mil oitocentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos)"

=====
CONTRATADO: FOOT COMERCIAL LTDA ME - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 41.394,25 (quarenta e um mil trezentos e noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos)"

=====
"PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015
PROCESSO Nº 44/2015 HOMOLOGAÇÃO: 15/04/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisição de peças para implementos agrícolas,

destinados à Secretaria da Agricultura

CONTRATADO: JULIO SILVESTRI FILHO ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.867,30 (quatro mil oitocentos e sessenta e sete reais e trinta centavos)"

=====
"PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015
PROCESSO Nº 45/2015 HOMOLOGAÇÃO: 16/04/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisição de Gás de cozinha P-13 e P-45 para diversas Secretarias Municipais.

CONTRATADO: COMÉRCIO DE GAS LUCIANO LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 78.041,60 (setenta e oito mil e quarenta e um reais e sessenta centavos)"

=====
CONTRATADO: COMPANHIA ULTRAGÁS S.A
VALOR DA DESPESA: R\$ 45.872,40 (quarenta e cinco mil oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos)"

=====
"PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015
PROCESSO Nº 48/2015 HOMOLOGAÇÃO: 22/04/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisição de Material de Expediente para as Secretarias Municipais

CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.574,19 (quatro mil quinhentos e setenta e quatro reais e dezenove centavos)"

=====
CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LD-TA-ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.171,42 (quatro mil cento e setenta e um reais e quarenta e dois centavos)"

=====
CONTRATADO: INFOTRIZCOMERCIAL LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.869,85 (cinco mil oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)"

=====
CONTRATADO: KLEBER MACHADO E CIA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.902,60 (quatro mil novecentos e dois reais e sessenta centavos)"

=====
CONTRATADO: ATEKY INFORMATICA LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.356,15 (dois mil trezentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos)"

=====
CONTRATADO: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.553,60 (quatro mil quinhentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos)"

=====
CONTRATADO: EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.018,50 (cinco mil e dezoito reais e cinquenta centavos)"

=====
CONTRATADO: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.130,31 (cinco mil cento e trinta reais e trinta e um centavos)"

=====
"PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015
PROCESSO Nº 49/2015 HOMOLOGAÇÃO: 30/04/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação de empresa para serviços de sonorização, iluminação, gerador de energia, palco coberto e tendas para eventos.

"-----"

CONTRATADO: SILVA E SILVA ESTRUTURAS METALICAS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.584,00 (onze mil quinhentos e oitenta e quatro reais)"

"-----"

CONTRATADO: LIND GUIMAR MACHADO - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 256.094,00 (duzentos e cinquenta e seis mil e noventa e quatro reais)"

"-----"

CONTRATADO: MIX LOCACOES DE BENS MOVEIS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)"

=====

"DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2015
PROCESSO Nº 61/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/05/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Locação de espaço para comemoração dos 128 anos do Município - Centro de Eventos Paroquial

"-----"

CONTRATADO: MITRA DIOCESANA DE LAGES
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações."

=====

"INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2015
PROCESSO Nº 58/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/05/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação de Show para comemoração dos 128 anos do Município - Dudu Fileti e Banda

CONTRATADO: HARMONICA ARTE & ENTRETENIMENTO LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações."

=====

"INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2015
PROCESSO Nº 59/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/05/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação de Show da Banda Canção e Arte para comemoração dos 128 anos do Município.

CONTRATADO: Lucimar Guimarães Goulart
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações."

=====

"INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2015
PROCESSO Nº 60/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/05/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação da Banda Oliver para SHOW em comemoração ao 128 anos do Município

CONTRATADO: Tiago Souza Goulart
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações."

=====

"INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2015
PROCESSO Nº 62/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/05/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação de Show e Oficina de Dança Flamenca para comemoração dos 128 anos do Município - Daniela Martorano Vieira - Grupo de Dança ""Rastro Flamenco""

CONTRATADO: DANIELA MARTORANO VIEIRA
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações."

=====

"INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2015
PROCESSO Nº 63/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/05/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação de Apresentação de Dança para comemoração dos 128 anos do Município - Grupo Dance Comigo

CONTRATADO: TAINÁ RODRIGUES LIMA
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações."

=====

"INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2015
PROCESSO Nº 64/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/05/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação de Apresentação Artística para comemoração dos 128 anos do Município - Grupo Alma Serrana

CONTRATADO: THAIS MAZUCO ZANDONADI
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações."

=====

"INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2015
PROCESSO Nº 65/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/05/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação da dupla Caio Meira e Martinez para Show em comemoração dos 128 anos do Município.

CONTRATADO: ERTON LUIS DE OLIVEIRA
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações."

=====

"TOMADA DE PREÇO Nº 1/2015
PROCESSO Nº 43/2015 HOMOLOGAÇÃO: 08/05/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação de Empresa para construção de Muro do pátio da Prefeitura

CONTRATADO: PHOENIX CONSTRUTORA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 33.075,31 (trinta e três mil e setenta e cinco reais e trinta e um centavos)"

=====

"DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2015
PROCESSO Nº 66/2015 HOMOLOGAÇÃO: 12/05/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação da Empresa JM Equipamentos LTDA, para realizar concerto da Máquina Motoniveladora Case doada através do PAC 2 MDA com arrimo no Contrato 128/2013

CONTRATADO: JM EQUIPAMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 31.525,28 (trinta e um mil quinhentos e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII da Lei de Licitações."

=====

"CONCORRÊNCIA Nº 3/2015
PROCESSO Nº 50/2015 HOMOLOGAÇÃO: 15/05/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Outorga em regime de concessão a empresa que disponha de pátio localizado no município de São Joaquim para execução do serviço de recolhimento, guarda e depósito dos veículos automotores envolvidos em sinistros e infrações previstas nas legislações de trânsito e em ilícitos penais, bem como objetos envolvidos em ilícitos penais.

CONTRATADO: TATIANA DE SOUZA ARRUDA GOEDERT
06632590969
VALOR DA DESPESA: R\$ 254,85 (duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos)"
===== "São Joaquim, 21/05/2015
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI - Prefeito"

Processos Homologados Abril/Maio
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOAQUIM

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2015
PROCESSO Nº 81/2015 HOMOLOGAÇÃO: 08/04/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisição de três veículos zero km para uso do Fundo Municipal de Educação

CONTRATADO: GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 87.800,00 (oitenta e sete mil e oitocentos reais)"

"-----

CONTRATADO: DE MARCO LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 43.700,00 (quarenta e três mil e setecentos reais)"

"-----

"DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 97/2015
PROCESSO Nº 119/2015 HOMOLOGAÇÃO: 10/04/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação da empresa Alexandre de Oliveira para prestação de serviço de Transporte escolar

CONTRATADO: ALEXANDRE DE OLIVEIRA 01891691929
VALOR DA DESPESA: R\$ 22.651,20 (vinte e dois mil seiscentos e cinquenta e um reais e vinte centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações."

"-----

"TOMADA DE PREÇO Nº 1/2015
PROCESSO Nº 84/2015 HOMOLOGAÇÃO: 13/04/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação de empresa para Construção de Quadra Coberta da Escola Jurema Hugem Palma

CONTRATADO: METAL BRASIL CONSTRUCOES LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 239.300,29 (duzentos e trinta e nove mil e trezentos reais e vinte e nove centavos)"

"-----

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015
PROCESSO Nº 86/2015 HOMOLOGAÇÃO: 17/04/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisição de material pedagógico apostilas para educação infantil 4 e 5 anos com assessoria pedagógica para os professores e portal educacional para os 13 Centros de Educação Infantil de São Joaquim-SC, para o ano letivo de 2015.
CONTRATADO: MERLIN SISTEMA DE ENSINO LIMITADA
VALOR DA DESPESA: R\$ 75.284,00 (setenta e cinco mil duzentos e oitenta e quatro reais)"

"-----

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015
PROCESSO Nº 111/2015 HOMOLOGAÇÃO: 28/04/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação de serviço de Arbitragem para eventos esportivos do calendário 2015 da Diretoria de Esportes

CONTRATADO: LIGA ATLETICA REGIAO SERRANA
VALOR DA DESPESA: R\$ 28.487,80 (vinte e oito mil quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos)"

"-----

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015
PROCESSO Nº 117/2015 HOMOLOGAÇÃO: 29/04/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação para prestação de serviço de Transporte Escolar no interior do Município

CONTRATADO: FILIPI ANTUNES ZANETE 04396700989

VALOR DA DESPESA: R\$ 47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)"

"-----

CONTRATADO: NELIO DE OLIVEIRA 01461049946
VALOR DA DESPESA: R\$ 19.008,00 (dezenove mil e oito reais)"

"-----

"DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 100/2015
PROCESSO Nº 124/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/05/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação de empresa para decoração da Casa da Cultura, Igreja Matriz, Auditorio da E.E.B. Martinho de Haro, em comemoração aos 128 anos do Município

CONTRATADO: VERGINIA DOS SANTOS - A BOLA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.000,04 (cinco mil reais e quatro centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações."

"-----

"DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 101/2015
PROCESSO Nº 125/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/05/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação do Sr. Wilson Alves de Andrade para realização de serviço de Transporte Escolar

CONTRATADO: Wilson Alves de Andrade
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.336,00 (seis mil trezentos e trinta e seis reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações."

"DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 99/2015
PROCESSO Nº 123/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/05/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
OBJETO: Locação de brinquedos e monitoria para atividades recreativas durante a comemoração dos 128 anos do Município -SESC

CONTRATADO: SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações."

"-----

"TOMADA DE PREÇO Nº 3/2015
PROCESSO Nº 87/2015 HOMOLOGAÇÃO: 08/05/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação de Empresa para Ampliação de três salas na Escola EEBM João Paulo de Carvalho na localidade de Luizinho

CONTRATADO: CCA CONSTRUTORA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 128.227,60 (cento e vinte e oito mil duzentos e vinte e sete reais e sessenta centavos)"

"-----

"TOMADA DE PREÇO Nº 2/2015
PROCESSO Nº 85/2015 HOMOLOGAÇÃO: 08/05/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação de empresa para realizar construção de muro e alambrado na Escola básica Municipal José Saturnino de Souza e Oliveira

CONTRATADO: PHOENIX CONSTRUTORA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 63.483,81 (sessenta e três mil quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta e um centavos)"

"-----

Processos Homologados Abril/Maio
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOAQUIM

"DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2015
PROCESSO Nº 3/2015 HOMOLOGAÇÃO: 09/04/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM

OBJETO: Locação de sala para acomodar as instalações do CREAS

CONTRATADO: LUIZ GONZAGA PEREIRA

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.244,00 (oito mil duzentos e quarenta e quatro reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações."

=====

Processos Homologados Abril/Maio

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOAQUIM

"DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2015

PROCESSO Nº 3/2015 HOMOLOGAÇÃO: 09/04/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM

OBJETO: Locação de sala para acomodar as instalações do CREAS

-

CONTRATADO: LUIZ GONZAGA PEREIRA

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.244,00 (oito mil duzentos e quarenta e quatro reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações."

São Joaquim, 21/05/2015

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

PROCESSO 06/2015 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 06/2015

Pregão Presencial 04/2015

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para o CRAS e CREAS

Tipo: Menor preço por item – Registro de preço

Abertura: 15/07/2015 - 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 42.104,23

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 30 de junho de 2015

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ACÓRDÃO Nº 002/2015

ACÓRDÃO Nº 002/2015

Processo 11.688/2014 (03/06/2014)

Requerente: FREI LUCA PACIOLI CONTABILIDADE

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ISS FIXO

Conselheiro Relator: MARIO ANTONIO VIEIRA

Acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na Sessão 188ª, POR 03 VOTOS X 01, MANTER A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NEGANDO O REQUERIMENTO DE ISS FIXO.

São José, 12 de Junho de 2015.

CLOVIS RENATO SQUIO

Presidente

VALMOR DOS SANTOS JUNIOR Conselheiro	JOSÉ MATEUS HOFFMANN Conselheiro
NADIR TEREZINHA KOERICH Conselheira	MARIO ANTONIO VIEIRA Conselheiro
KARINA DA SILVA GRACIOSA Representante da Fazenda Municipal	SAMARA MARTINS MARQUES Secretária ad hoc

--	--

SC, para fins do art. 5º da Lei 8.987/95, considerando o dispositivo legal, bem como a exigência do Tribunal de Contas do Estado, para elaboração de estudo técnico da viabilidade econômico-financeira do projeto (REP – 12/00242766).

Diante deste fato, o Município foi compelido a lançar novo processo licitatório para cumprir os ditames legais e as recomendações do Tribunal de Contas do Estado, notadamente o Art. 175 da Constituição Federal, Lei nº 4934/2009 (Lei Municipal que Institui o sistema de Estacionamento Rotativo e Remunerado nas Vias e Logradouros Públicos e dá Outras Providências), Lei 8.987/95 (Lei das Concessões) e Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).

Justifica pelo presente a abertura de concorrência pública para outorga de serviço público para implantação, operação e administração do sistema de estacionamento rotativo para veículos automotores, uma vez que o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira elaborado pela empresa Via 11, estima o crescimento anual da frota é de cerca de 10.000 veículos/ano. Considerando ainda a posição geográfica do Município, localizado no coração da Grande Florianópolis, sendo passagem para Palhoça, Biguaçu, Florianópolis, dentre outros municípios, tornou-se urgente o disciplinamento dos estacionamentos em via pública, bem como os recuos usados para esta finalidade, a fim de democratizar os espaços públicos e proporcionar melhor acessibilidade, tanto para deficientes físicos, pedestres e para os veículos de carga e descarga.

São José, 29 de junho de 2015.

Adeliana Dal Pont

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2015 – PR 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2015 – PR 003/2015 – Processo 015/2015 – Fornecedor: TROFÉU PRIME INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO, INAUGURAÇÃO E HOMENAGEM, DESTINADAS A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Valor Total: R\$ 82.849,00 (oitenta e dois mil e oitocentos e quarenta e nove reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 23 de abril de 2015. Cláudia Schweitzer Pflieger / Diretora de Compras.

ATODEJUSTIFICATIVAPARA CONCESSÃO DE SERVIÇO IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES

ATO DE JUSTIFICATIVA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇO IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES – SERVAM NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC (ART. 5º DA LEI 8987/95)

O Município de São José, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Av. Acioni Souza Filho, 403 (Beira Mar de São José), centro, São José/

CONTRATO/CT: Nº 102/2015 – TP 009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 102/2015 – TP 009/2015 – Processo 163/2015 - Contratado: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO DE CONCRETO ARMADO DO CEM JOSÉ NITRO, EM SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de execução dos serviços será de 04 (quatro) semanas, contados a partir da data de assinatura da Autorização de Execução de Serviços e o prazo de vigência contratual será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de assinatura deste termo. Valor: R\$ 41.348,39 (quarenta e um mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta e nove centavos). Data da Assinatura do Contrato: 11 de junho de 2015.

EDITAL DE 1ª E 2ª PRAÇA/LEILÃO

EDITAL DE 1ª e 2ª PRAÇA/LEILÃO

O JUÍZO DE DIREITO DA VARA DOS EXECUTIVOS FISCAIS DE SÃO JOSÉ DO ESTADO DE SANTA CATARINA, NA FORMA DA LEI ETC.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que a Vara dos Executivos Fiscais de São José/SC levará à venda em arrematação pública, nas datas, local, horário e sob as condições adiante descritas, os bens penhorados nos

processos abaixo relacionados, devendo os licitantes comparecer cientes de que a venda será à vista ou a prazo de 15 (quinze) dias, mediante caução idônea (art. 690, do CPC – Lei 11.382/06).

1ª Praça/Leilão: 09/07/2015, às 14:40 horas, por preço igual ou superior a avaliação do bem.

2ª Praça/Leilão: 23/07/2015, às 14:40 horas, a quem mais der, desde que não seja preço vil.

Local da Praça/leilão: no átrio do Fórum de Justiça, situado na Rua Domingos André Zanini, 380, São José/SC.

Leiloeiro Público Oficial/Nomeado: LÚCIO UBIALLI - matrícula AARC/030

Cabe aos arrematantes ou adjudicantes o pagamento da comissão de leiloeiro, estabelecida em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação ou adjudicação.

Advertências Especiais:

1ª) Caso não sejam os devedores encontrados para a intimação pessoal, ficam devidamente intimados pela publicação do presente edital, na imprensa e afixação no local de costume;

2ª) Os credores hipotecários, usufrutuários ou senhorio direto que não foram intimados pessoalmente, ficam neste ato intimados da realização dos respectivos praças/leilões;

3ª) A verificação do estado de conservação dos bens poderá ser realizada pelo pretense arrematante, se desejado, mediante acompanhamento de Oficial de Justiça.

Processo nº 064.95.018832-2

Exequente: Município de São José.

Executado: Construtora Santa Catarina Ltda.

Bem(ns): 01) 03 (três) áreas de terra, localizadas defronte à Fábrica de Portas Borges, Barreiros, Município de São José/SC, com a área de 84.735,76m², com as seguintes medidas e confrontações: Frente, onde mede 87,60 metros, no lado ímpar de uma rua existente que parte do Loteamento Santo Estevão; Fundos, onde mede 87,60 metros, extrema com o Travessão Geral; lateral Direita, com 1.250,00 metros, extrema com Wilmar Henrique Becker; e lado Esquerdo, com 1.141,00 metros, extrema com Ari Neves, matriculado sob o nº 13.855 do C.R.I. de São José/SC. Ônus: penhorado nos autos da carta precatória nº 091/88, que tramita na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho de Florianópolis/SC, nos autos de nº 95.633-2, que tramita na 2ª Vara Federal de Florianópolis, nos autos nº 9700015440, que tramita na Vara Federal das Execuções Fiscais de Florianópolis/SC e nos autos nº 064.01.008001-9, que tramita na Vara dos Executivos Fiscais de São José/SC. Avaliado em R\$ 3.500.000,00; 02) 01 (um) terreno, situado em Serraria, perímetro urbano do distrito de Barreiros, São José/SC, com a área de 20.925,00m², com as seguintes medidas e confrontações: frente em dois lances, o primeiro com 3,00 metros, para um caminho de servidão, e o segundo lance com 17,00 metros, extrema com João Apolinário da Costa; Fundos com 20,00 metros, extrema com o Rio Agrião; lado Direito com 1.076,00 metros, extrema com Construtora Santa Catarina Ltda.; e lado esquerdo em dois lances, o primeiro com 35,00 metros, com João Apolinário da Costa, e o segundo com 1.041,00 metros com Herna Maria Pedrini de Andrade Costa e com terras da Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, matriculado sob o nº 14.435 do C.R.I. de São José/SC. Ônus: penhorado nos autos das cartas precatórias nº 132/87 e 137/88, que tramitam na 2ª Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho de Florianópolis/SC, nos autos da carta precatória nº 1.284/88, que tramita na 2ª Vara Cível de Florianópolis/SC, ação de Sustação de Protesto nº 212/94-2AC, que tramita na Unidade de Justiça Intensiva de Florianópolis/SC, penhorado nos autos nº 9800060227, que tramita na Vara Federal das Execuções Fiscais de Florianópolis/SC, nos autos nº

03794-2009-032-12-00-9, que tramita na 2ª Vara do Trabalho de São José/SC, nos autos nº 064.01.008001-9, que tramita na Vara dos Executivos Fiscais de São José/SC, nos autos nº 03773-2009-014-12-00-1, que tramita na 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC e nos autos de nº 2009.72.00.012355-7, 2009.72.00.012351-0 e 2009.72.00.007668-3, que tramitam na 9ª Vara Federal de Florianópolis/SC. Avaliado em R\$ 450.000,00. Total da avaliação R\$ 3.950.000,00 em 29/07/14, corrigido R\$ 4.205.835,00 (quatro milhões, duzentos e cinco mil e oitocentos e trinta e cinco reais) em 31/03/15.

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente edital, que será publicado na forma da lei, e afixado no lugar de costume, na sede deste juízo. Maiores informações com o Leiloeiro Oficial pelo fone/fax (48) 3437-6115 ou 3346-8609 - site: www.centraisuldeleiloes.com.br. São José, 06 de maio de 2015. Eu,, Chefe de Cartório, o conferi.

Juiz (a) de Direito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 03/2015

PAUTA DE JULGAMENTO

O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Clóvis Renato Squio, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgadosna sessão ordinária nº 190/2015, a se realizar no dia 16/07/2015, às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, os seguintes processos administrativos:

Processo Administrativo nº	21.525/2015
Recorrente	THIVES E DAUM LTADA
Procurador habilitado nos autos	ADERLEY THIVES
Relator	VALMOR DOS SANTOS JUNIOR

Processo Administrativo nº	3759/2014
Recorrente	CIBELE BESEN
Procurador habilitado nos autos	
Relator	MARIO ANTONIO VIEIRA

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderão realizar sustentação oral mediante requerimento prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail:

conselhodecontribuintes@gmail.com , através do formulário anexo.

São José, 30 de Junho de 2015.

Clóvis Renato Squio Presidente OAB/SC 21.417	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto n.º 4344/2015
--	---

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____

Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:
CPF/OAB

PORTARIA Nº 01 DE 26 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 01 de 26 de junho de 2015.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER, Secretário de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de São José, no uso de suas atribuições, Considerando a necessidade de se manter o pleno controle sobre o andamento das intimações e sanções aplicadas por esta Secretaria; Considerando a necessidade de observância do Princípio do Devido Processo Legal, do Contraditório e da Ampla Defesa; Considerando a importância da regular instrução dos procedimentos fiscalizatórios;

RESOLVE:

Art. 1º - As intimações, autos de infração, embargos e demais procedimentos oriundos do exercício do poder de polícia do qual os Fiscais de Obras desta Secretaria são dotados, no dia subsequente à lavratura, deverão ser instruídos processos administrativos específicos, conforme Manual de Fiscalização – Anexo I – parte integrante desta Portaria.

Parágrafo único: Lavrado o respectivo termo de fiscalização, o Fiscal deverá entregar uma via desse ao Coordenador de Fiscalização, que ficará encarregado de abrir o processo administrativo junto à Secretaria da Receita.

Art. 2º - Os processos serão registrados pela numeração seqüencial disponível no Centro de Atendimento ao Cidadão, órgão vinculado à Secretaria da Receita, devendo constar na capa do processo:

I - Interessado: deverá constar o nome do proprietário ou possuidor do imóvel autuado;

II - Endereço: o logradouro autuado, com a respectiva inscrição imobiliária;

III - Objeto: especificar o tipo de autuação;

Art. 3º - Todos os atos decorrentes da autuação deverão ser apensados ao processo, visando manter concentrados todos os atos administrativos relativos ao fato.

Art. 4º - As defesas, recursos e pedidos de reconsideração deverão ser protocolizados no Centro de Atendimento ao Cidadão e apensados ao processo iniciado a partir da autuação.

Art. 5º - A tramitação dos processos administrativos seguirão a legislação vigente, inclusive no que concerne ao controle de prazos e formas de notificação.

Art. 6º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

São José, 29 de junho de 2015;
Michel da Silva Schlemper
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 018/2015/SF

PORTARIA Nº 018/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 32 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.02 – SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.04.122.0105.2.455 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Projetos Especiais

34 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 1.500,00

Total desta Atividade R\$ 1.500,00

Total do Órgão R\$ 1.500,00

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.362.0103.2.037 – Funcionamento e Manutenção do Programa de Ensino Médio

313 – 3.3.90.05.00.00.0080 – Outros Benefícios Previdenciários, Recursos Próprios R\$ 1.500,00

Total desta Atividade R\$ 1.500,00

Total do Órgão R\$ 1.500,00

11.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

11.01 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

11.01.11.334.0108.2.060 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

651 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,

Recursos Próprios R\$ 9.000,00

Total desta Atividade R\$ 9.000,00

Total do Órgão R\$ 9.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 12.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA**02.02 – SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS**

02.02.04.122.0105.2.455 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Projetos Especiais

33 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal

Civil,
Recursos Próprios R\$ 1.500,00

Total desta Atividade R\$ 1.500,00

Total do Órgão R\$ 1.500,00

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

08.01.12.362.0103.2.037 – Funcionamento e Manutenção do Programa de Ensino Médio

311 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 1.500,00

Total desta Atividade R\$ 1.500,00

Total do Órgão R\$ 1.500,00

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

12.01.15.451.0106.2.056 – Funcionamento e Manutenção dos Cemitérios

Públicos Municipais

701 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal

Civil,
Recursos Próprios R\$ 9.000,00

Total desta Atividade R\$ 9.000,00

Total do Órgão R\$ 9.000,00

Total da Anulação R\$ 12.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de junho de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 02 DE 29 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 02 de 29 de junho de 2015.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER, Secretário de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de São José, no uso de suas atribuições, Considerando a necessidade garantir a correta tramitação dos processos nesta Secretaria;

Considerando o volume de processos armazenados nesta Secretaria aguardando a juntada de documentos para sanar pendências;

Considerando o tempo que alguns processos estão aguardando a resolução de problemas referentes à instrução processual;

RESOLVE:

Art. 1º - Os processos administrativos de competência desta Secretaria, que não estejam tramitando em virtude de pendências, que dependem exclusivamente dos Interessados, serão arquivados definitivamente, na forma prevista nesta Portaria.

Art. 2º - O Setor de Triagem desta Secretaria, responsável pelo controle da tramitação dos processos, realizará o levantamento de todos os processos que possuem pendências e estejam nos escaninhos por mais de 60 (sessenta) dias e procederá da seguinte forma:

I – O processo será remetido ao Setor de Fiscalização, que realizará vistoria no local e fará um relatório informando a situação encontrada, instruindo-o com imagens. Após a juntada nos autos, remeterá o processo ao Setor de Triagem.

II – Os Interessados serão intimados, por meio de correspondência com AR para o endereço informado no processo, a regularizarem as pendências ou apresentarem justificativa do motivo que os impede de realizar a citada regularização;

III – A intimação para impulsionar o processo expressará:

a) O prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para que procedam na forma do inciso II deste artigo;

b) Que em caso de inobservância do prazo estabelecido na alínea “a” deste inciso, o processo será remetido ao arquivo em caráter definitivo;

c) O número desta Portaria para fins de comprovação da base legal.

III – Após o prazo estabelecido na alínea “a” do inciso III deste artigo, o Interessado deverá iniciar novo processo administrativo, com o pagamento de todas as taxas normalmente exigidas, sem direito de retirar qualquer documento que esteja acostado no processo outrora arquivado.

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

São José, 29 de junho de 2015;

Michel da Silva Schlemper

Secretário de Serviços Públicos

TERMO ADITIVO/TA Nº 129/2014-01 – TP 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 129/2014-01 – TP 001/2014 - Processo 011/2014 – Contratado: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME. Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO E EXECUÇÃO DE MUROS E GALERIAS EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Prorrogação de Prazo: ficam prorrogados os prazos de execução e de vigência do Contrato nº 129/2014 por mais 06 (seis) meses, cuja contagem do prazo de execução ocorrerá em 11/06/2015 e o prazo de vigência em 11/10/2015. Data da assinatura: 24 de junho de 2015.

TERMO ADITIVO/TA Nº 132/2014-01 – PR 026/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 132/2014-01 – PR 026/2014 - Processo 119/2014 – Contratado: KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MONTAGEM, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO COM MONITORAMENTO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA EM ALARMES E CÂMERAS, SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO DE VOZ IP DIRETO COM A CENTRAL DE SEGURANÇA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ/SC. Do Prazo: ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato nº 132/2014 por 12 (doze) meses, com efeitos a partir 14/06/2015. Data da assinatura: 10 de junho de 2015.

TERMO ADITIVO/TA Nº 251/2014-01 – TP 025/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 251/2014-01 – TP 025/2014 - Processo 279/2014 – Contratado: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DE 03 SALAS DE AULA, SANITÁRIO INFANTIL, DESPENSA, PÁTIO COBERTO E REFEITÓRIO, DO CEI ANTÔNIO DE QUADROS, SERRARIA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Alteração Quantitativa – Supressão: o Contrato original fica suprimido em 0,82%, o que corresponde ao valor de R\$ 2.101,42 (dois mil, cento e um reais e quarenta e dois centavos). Alteração Quantitativa – Acréscimo: o Contrato nº 251/2014 sofrerá um acréscimo de 9,56%, o que importa em R\$ 24.464,62 (vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e dois centavos). Acréscimo Qualitativo: o projeto original do Contrato nº 251/2014 terá o acréscimo do item 16, conforme planilha de fls. 09/16, o que representa 8,29%, no valor de R\$ 21.204,65 (vinte e um mil, duzentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos). Valor do Contrato: Contrato original, que era de R\$ 255.830,07 (duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta reais e sete centavos), vigorará com o valor total de R\$ 299.397,92 (duzentos e noventa e nove mil, trezentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos). Data da assinatura: 17 de junho de 2015.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 70-2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 70/2015

PROCESSO Nº 70/2015 HOMOLOGAÇÃO: 30/06/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO

CEDRO. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRABALHOS ARTISTICOS/MUSICAIS, QUE GERENCIE BANDAS E GRUPOS MUSICAIS, PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL NAS FESTIVIDADES DE COMEMORAÇÃO DO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA – ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC, REALIZADO NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 4.377/2015. CONTRATADO: BANDA BALANÇO LATINO LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 34.320,00. FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações. São José do Cedro, 19/02/2015. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2015 - SRP - PR Nº 060/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/07/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 060/2015. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS A SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 01 de julho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2015 - PR Nº 061/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/07/2015, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 061/2015. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 01 de julho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.124, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 5.124, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, § 1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 967,51 (novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e um centavos) na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01.10.301.4506.1.064	49	Aplicação Direta	R\$ 967,51
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0038			

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, § 1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 46/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2015.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

GINEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item para contratação de empresa especializada em acessibilidade a (sinal de INTERNET), para as secretarias municipais de São Miguel da Boa Vista/SC, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:45 horas do dia 13/07/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 30 de junho de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.366/2015 - CONVOCA A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.366/2015

CONVOCA A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL de Assistência Social E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990,

CONSIDERANDO, Que o Conselho Municipal de Assistência Social de São Miguel do Oeste – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 6.917 de 12 de maio de 2014, Resolve:

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a se realizar no dia 03 de julho, tendo como local o IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina Santa Catarina, em São Miguel do Oeste, que desenvolverá seus trabalhos de acordo com o tema: “Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026”.

Art. 2º A VIII Conferência Municipal de Assistência Social será coordenada pelos representantes do CMAS e órgão Gestores: Marta Regina Sotilli, Priscila Fusieger, Graciele Helena Herschaft Theil, Irma Lutz Wagner, Dalianne Cassia Zinchet Camilotti e Simone Carmem Thomas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em 29 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.367/2015 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº 12/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.367/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº 12/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que o processo licitatório nº 77/2015, edital de

tomada de preços nº 12/2015, tem como objeto contratação de empresa para serviços de mão de obra, com fornecimento de materiais para pavimentação com pedras irregulares nas Ruas: Sete de Setembro. Osvaldo Aranha e Hélio Wassun, Perímetro Urbano, conforme contrato de repasse nº 803022/2014/MINISTÉRI DAS CIDADES/CAIXA, Processo nº 2623.1015692-93/2014, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

CONSIDERANDO, que todas as empresas participantes foram desclassificadas, por não apresentar a documentação exigida no Edital.

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento, quando constar ilegalidade, nulidade ou até mesmo quando constatar a desnecessidade dos serviços.

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR o Processo Licitatório Modalidade Tomada de Preços n. 77/2015 e o Edital de Tomada de Preço n. 12/2015, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 29 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.368/2015 - PRORROGA PRAZO PARA LICITAÇÃO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE MOTO-TÁXI

DECRETO Nº 8.368/2015

PRORROGA PRAZO PARA LICITAÇÃO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE MOTO-TÁXI

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso, VII, do art. 72, c/c art. 91, I, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 6.684, de 03 de outubro de 2012.

Considerando que a Comissão Especial de Licitação encarregada de elaborar e instaurar os procedimentos licitatórios, concluiu o trabalho na elaboração do Edital de Concorrência Pública para exploração do serviço e transporte individual remunerado de passageiros – Moto Táxi.

Considerando que a Comissão Especial de Licitação dos serviços de Moto Táxi, necessita de até cento e vinte dias para lançar e concluir o processo licitatório.

Considerando que os serviços públicos de Moto Táxi esta sendo prestado em nosso município, a titulo precário até a efetiva outorga de permissão.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, em até cento e vinte dias a contar da publicação do presente, o prazo para o lançamento e conclusão do processo licitatório de outorga de permissão de serviço público de moto-táxi.

Art. 2º Fica prorrogado, a titulo precário, até a efetiva outorga de permissão, permissão de serviço público de moto táxi aos seguintes microempreendedores individuais.

I - PONTO 1 – Rua XV de Novembro, 679, Centro.

- Valdecir de Oliveira
- Ércio Carlesso de Oliveira
- Celso de Oliveira
- Eleandro Cesar de Borba

- Luciano Bottega
- Fernando Pereira Dias
- Gilberto Moreira dos Santos
- Adelar Bittencourt Bueno
- Volnei Berwanger

II - PONTO 2 – Marcilio Dias, 2205, Centro.

- Nelson Rodrigues dos Santos
- Leandro Ademir Huhnfleisch
- Luis Carlos Venturim
- Ildo Fior
- Vitor Wammes
- Ivo Poletto

III - PONTO 3 – Rua Elizabeth, 167, Centro.

- Valdenor Gonçalves
- Ebersson Diames de Souza
- Odacir Kammchen

IV - PONTO 4 – Rua Marechal Rondon, 128, Bairro São Gotardo.

- Vilson Jaco Vogel
- Maicon Roberto Breier

V - PONTO 5 – Rua Oiapoque, 789.

- Osvaldo Otavio Hirt

VI - PONTO 6 – Rua Servidão Pública, 5, Bairro São Luiz.

- José de Ramos

VII - PONTO 7 – Almirante Barroso, 1328 - Centro.

- Nelson Ramos Rodrigues

VIII - PONTO 8 – Rua Waldemar Rangrab, 700, Centro.

- Juliano Andre
- Leonir Farias
- César Escher
- Filisberto Paulo Fritzen
- Sidnei Rode

IX - PONTO 9 – Rua Bartolomeu Dias, 100, Bairro São Gottardo

- Ederson Berndt

§ 1º A permissão a titulo precário terá validade até a emissão das permissões efetivadas pela licitação.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste Decreto serão consignadas

no orçamento em vigor.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
30 de junho de 2015.

João Carlos Valar
Prefeito Municipal

Pedro José De Conto
Secretário Municipal de Fazenda

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N 89/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2015

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Sr. Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais da 3º etapa de recuperação da área do antigo lixão de São Miguel do Oeste – SC, referente Autos nº 067.98.000302-2, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 23 de julho de 2015.

Abertura: às 09 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 30 de junho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº. 62/2015, DE 29 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 – Fone/Fax: (048) 32770122
CEP: 88125-000 – São Pedro de Alcântara – SC.

DECRETO Nº. 62/2015, DE 29 DE JUNHO DE 2015
NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Artigo 1º. – Este Decreto nomeia os membros do Conselho Municipal de Saúde, conforme a Lei Municipal nº 17, de 03 de março de 1997:

I – Representantes do Governo
Titular – Tatiana Cordeiro da Silva
Suplente – Simoni Moretti

II – Representantes dos Prestadores de Serviço
Titular – Fred Freitas
Suplente – Cátia Prim

III – Representantes dos Profissionais da Saúde
Titular – Joelma da Silva
Suplente – Camila Siegel Albino

Titular – Marise Paiter
Suplente – Charles da Cunha

IV – Representantes da Sociedade Civil/ Usuários da Saúde
· CPC de São Pedro de Alcântara
Titular - Eliete Hoffmann Kuhn
Suplente - Maria NoemiaPetry Laurentino
· CPC de Santa Teresa
Titular - Ambrósio Rodrigues
Suplente - Ivonete Kniss Souza
· APP de São Pedro de Alcântara/Santa Teresa
Titular - Andréa Maria da Silva
Suplente - João Batista Junckes

Titular - Eliane Vieira
Suplente - Claudinei Marcelo Meurer
· Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Titular - Adailton Hack
Suplente - Francisco Hillesheim

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Registre-se e publique-se.

Artigo 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de junho de 2015
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 220/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 220/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, pelo período de 30 (trinta) dias a contar da data de 30/06/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de junho de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 221/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 221/2015

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor PEDRO JOSÉ RICHARTZ, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor PEDRO JOSÉ RICHARTZ, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 30/06/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de junho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 222/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 222/2015

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor ELCIO LUIZ PERING, ocupante do cargo de Operador de Máquina I, lotado na Coordenadoria de Agricultura.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor ELCIO LUIZ PERING, pelo período de 10 (dez) dias, a contar da data de 23/06/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23/06/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de junho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 223/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 223/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora KARINA SCHMITT LOHN, ocupante do cargo de Professora III, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora KARINA SCHMITT LOHN, pelo período de 15 (quinze) dias a contar da data de 16/06/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16/06/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de junho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 224/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 224/2015

Exonera DAIANA PFLEGER KREMER do cargo de Professora II – Educação Infantil.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar DAIANA PFLEGER KREMER do cargo de Professora II – Educação Infantil, contrato de trabalho nº. 053/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de junho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 226/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 226/2015

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

§ ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO – ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO – LETRA G.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA Nº 225/2015

PORTARIA Nº 225/2015

Concede pensão por morte e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal e art. 34 Lei Municipal nº 015/2000,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PENSÃO POR MORTE a MAURINA LEITE SCHMITZ, portadora do documento de identidade RG nº 1/R-2.566.987 e inscrita no CPF sob o nº 767.751.949-00, na qualidade de cônjuge do servidor inativo WALDENIR ANTONIO SCHMITZ, falecido em 07 de junho de 2015.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos mensais, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) dos proventos recebidos pelo segurado instituidor na data anterior ao óbito, no valor atual de R\$ 1.779,11 (um mil setecentos e setenta e nove reais e onze centavos), de acordo o disposto no art. 2º, inciso I, da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, a ser custeada pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Pedro e Alcântara (INSPA).

Art. 3º Os proventos da pensão por morte serão reajustados na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 4º Declarar extinta a aposentadoria por tempo de contribuição concedida ao segurado falecido pela Portaria nº 286/2014.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 07 de junho de 2015 (data do falecimento do segurado).

São Pedro de Alcântara (SC), 30 de junho de 2015.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara

Aristeu Jorge Nascimento

Diretor-Executivo do INSPA

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2015-FMS

PROCESSO Nº. 52/2015-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de veículo zero quilômetros, ano modelo 2015/2016, tipo camionete, com documentação e emplacamento incluso, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 22 de julho de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 22 de julho de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 01 de julho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 57/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 57/2015-PMS

PROCESSO Nº. 123/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de instalação de cabeamento estruturado (cabeamentos horizontais e verticais), fornecendo inclusive de equipamentos que compõem os materiais passivos da rede física e infraestrutura para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 20 de julho de

2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 20 de julho de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 1º. de julho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 58/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 58/2015-PMS

PROCESSO Nº. 125/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de Óleo Diesel S10 e S500 para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 21 de julho de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 21 de julho de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 01 de julho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 13/2015 - FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 13/2015 - FAS

Dispensa de Licitação nº. 08/2015-FAS

Processo nº. 12/2015-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DAVID TIAGO CARDOSO, inscrito no CPF sob o nº. 043.078.679-47, portador da carteira de identidade nº. 3.795.904-SSP-SC, residente e domiciliado na Rua Jose Rosa, nº 509, apartamento 201, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina. CEP: 88310-640.

Objeto: Constitui o presente contrato contratação de palestrante para dia 15 de Julho de 2015, VIII Conferência Municipal de Assistência Social de Schroeder, para o período das 12h45min às 18h30min para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de palestrante para dia 15 de Julho de 2015, VIII Conferência Municipal de Assistência Social de Schroeder, para o período das 12h45min às 18h30min	01	UNIDADE	630,00	630,00
VALOR R\$ TOTAL	630,00				

Valor do contrato: R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais).

Data da Assinatura: 30/06/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 70/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 70/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 53/2015–FMS - Dispensa de Licitação nº. 27/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PORTAL PCH LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 10.543.892/0001-20, estabelecida na Rua Ida Luiza Bertha Jacob Wulf nº. 66, sala 03, Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload - Local:ESF III – Sossego, Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego, CEP 89275-000, 47 3374-1107 / 47 3374-0632 - Lat 26°23'41.01"S, Lon 49° 5'21.10"O pelo período de 3 meses. Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload - Local:ESF III – Sossego, Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego, CEP 89275-000, 47 3374-1107 / 47 3374-0632 - Lat 26°23'41.01"S, Lon 49° 5'21.10"O	03	Mês	140,00	420,00
TO-TAL R\$	420,00				

Com garantia de banda mínima deverá ser de acordo com as metas de qualidade para banda larga fixa definidas pela ANATEL. Com mínimo de 1 IP fixo.

Valor do contrato: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais)

Data da Assinatura: 30/06/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 166/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº. 166/2015

ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR N.º 096/2010, QUE REESTRUTURA O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Ficam criados os cargos de Professor B – Língua Alemã – Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Professor B – Arte – Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Professor B – Língua Portuguesa – Ensino Fundamental (anos finais), Professor B – Matemática – Ensino Fundamental (anos finais), Professor B – História – Ensino Fundamental (anos finais), Professor B – Educação Infantil, Professor B – Intérprete de Libras – Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e altera o anexo I, da Lei Complementar nº. 096/2010, que passa a vigorar com a redação que lhes dá esta lei.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Complementar nº096/2010, dos cargos do Quadro de Pessoal que Reestrutura o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Schroeder, constante no anexo I.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS CARGOS E QUANTITATIVO DE VAGAS

DESCRIÇÃO DOS CARGOS E QUANTITATIVO DE VAGAS				
CARGO	CLASSE	FUNÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	QUANTIDADE DE VAGAS
PROFESSOR	Professor A	Lecionar nas Unidades Escolares do Município, entre outras atividades pertinentes.	Certificado de conclusão do ensino médio na área do magistério	75
	Professor B	Lecionar nas Unidades Escolares do Município, entre outras atividades pertinentes	Nível universitário com licenciatura curta ou plena, com habilitação específica para a docência	85
	Professor B (Língua Alemã – Ensino Fundamental (anos iniciais e finais)	Lecionar nas Unidades Escolares do Município, entre outras atividades pertinentes	Ensino Superior Completo na área de atuação - Licenciatura Plena em Letras/Alemão.	10
	Professor B – Arte – Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais e finais)	Lecionar nas Unidades Escolares do Município, entre outras atividades pertinentes	Ensino Superior Completo na área de atuação - Licenciatura Plena em Arte.	18
	Professor B – Língua Portuguesa – Ensino Fundamental (anos finais)	Lecionar nas Unidades Escolares do Município, entre outras atividades pertinentes	Ensino Superior Completo na área de atuação - Licenciatura Plena em Letras/Português ou Português/Inglês.	05
	Professor B – Matemática – Ensino Fundamental (anos finais)	Lecionar nas Unidades Escolares do Município, entre outras atividades pertinentes	Ensino Superior Completo na área de atuação - Licenciatura Plena em Matemática.	05
	Professor B – História – Ensino Fundamental (anos finais)	Lecionar nas Unidades Escolares do Município, entre outras atividades pertinentes	Ensino Superior Completo na área de atuação - Licenciatura Plena em História.	05

	Professor B – Educação Infantil	Lecionar nas Unidades Escolares do Município, entre outras atividades pertinentes	Ensino Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil.	85
	Professor B – Intérprete de Libras – Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais e finais)	Lecionar nas Unidades Escolares do Município, entre outras atividades pertinentes	Licenciatura em Letras/Libras; Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Educação Especial + certificado do PROLIBRAS ou FENEIS para tradutor/intérprete de libras; Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Educação Especial com no mínimo 120h de curso em libras.	10
	Professor B – Educação Especial	Lecionar nas Unidades Escolares do Município, entre outras atividades pertinentes	Ensino Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Especial.	10
	Professor C	Lecionar nas Unidades Escolares do Município, entre outras atividades pertinentes	Portador de certificado de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu (Especialização) na área da educação ou na área específica em que desenvolva sua atividade docente.	130
	Professor D	Lecionar nas Unidades Escolares do Município, entre outras atividades pertinentes	Portador de certificado de conclusão de curso de pós-graduação stricto sensu (Mestrado) na área da educação ou na área específica em que desenvolva sua atividade docente.	10
	Professor E	Lecionar nas Unidades Escolares do Município, entre outras atividades pertinentes	Portador de certificado de conclusão de curso de pós-graduação stricto sensu (Doutorado) na área da educação ou na área específica em que desenvolva sua atividade docente.	10

LEI COMPLEMENTAR Nº 167/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº167/2015

ALTERA OS ANEXOS I e II DA LEI COMPLEMENTAR No 004/1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados os cargos de Arquivista, Bibliotecário, Fiscal Sanitarista-Farmacêutico, Monitor de Transporte Escolar, Técnico em Segurança do Trabalho, Motorista I e II, e altera os anexos I e II, da Lei Complementar nº. 004/1998, que passam a vigorar com a redação que lhes dá esta lei.

Parágrafo único. A criação dos cargos acima descritos, não interferem no atual enquadramento dos servidores efetivos do Município.

Art. 2º Ficam alteradas as descrições dos cargos de Assistente Social, Contador, Educador Físico, Engenheiro Agrônomo, Farmacêutico, Médico Auditor, Médico Cardiologista, Médico Clínico Geral, Médico do Trabalho, Médico Ginecologista, Médico Pediatra, Médico Plantonista, Médico Psiquiatra, Músico Regente I, Nutricionista, Psicólogo, Psicopedagogo, Terapeuta Ocupacional, Auxiliar de Administração, Auxiliar de Sala, Fiscal de Obras e Posturas, Mecânico, Técnico em Enfermagem, Técnico em Informática, Auxiliar de Serviços Gerais – I, Auxiliar de Serviços Gerais II (Agente de Manutenção), Coveiro, Motorista de Caminhão, Operador de Máquina II.

§ 1º Fica alterado o nível de básico para médio/técnico do cargo de mecânico.

§ 2º Fica alterada a nomenclatura do cargo de Médico Ginecologista para Médico Ginecologista/Obstetra.

§ 3º Fica alterada o numero de vagas de contador passando de 01(uma) para 02(duas) vagas.

Art. 3º Os Anexos I e II da Lei Complementar nº. 004/1998 passarão a vigorar com a redação na forma do anexo deste Projeto de Lei Complementar, revogando os anteriores.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na da publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 30 de Junho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças
ANEXO I

QUADRO PERMANENTE E GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO	ATIVIDADE	Nº. DE VAGAS	NÍVEL	
I	Atividades de Nível Superior			
	Analista de Informática	01	50 a 70	
	Analista de Recursos Humanos	01	50 a 70	
	Arquivista	01	50 a 70	
	Assistente Social	06	60 a 90	
	Bibliotecário	01	50 a 70	
	Contador	02	80 a 100	
	Educador Físico	01	40 a 60	
	Enfermeiro	04	50 a 70	
	Engenheiro Agrônomo	02	75 a 95	
	Engenheiro Ambiental	01	75 a 95	
	Engenheiro Civil	04	75 a 95	
	Farmacêutico	02	50 a 70	
	Fiscal Ambiental	01	40 a 60	
	Fiscal de Tributos Municipais	02	65 a 85	
	Fiscal Sanitarista I	03	50 a 70	
	Fiscal Sanitarista – Farmacêutico	01	50 a 70	
	Fonoaudiólogo	01	50 a 70	
*	Médico Auditor	01	110 a 130	
*	Médico Cardiologista	01	110 a 130	
	Médico Clínico Geral	15	106 a 126	
*	Médico do Trabalho	01	110 a 130	
*	Médico Ginecologista/Obstetra	01	110 a 130	
*	Médico Pediatra	01	110 a 130	
	Médico Plantonista	01	131 a 151	
*	Médico Psiquiatra	01	110 a 130	
	Médico Veterinário	02	75 a 95	
	Músico Regente I	01	50 a 70	
	Nutricionista	03	50 a 70	
	Odontólogo	10	106 a 126	
	Psicólogo	06	50 a 70	
	Psicopedagogo	03	50 a 70	
	Técnico em Esportes	03	50 a 70	
	Terapeuta Ocupacional	01	50 a 70	

* Gratificação de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), conforme regras a serem definidas por Decreto Municipal.

II	Atividades de Nível Médio e Técnico		
	Agente de Endemias	03	21 a 41
	Almoxarife	01	25 a 45
	Auxiliar de Administração	15	25 a 45
	Auxiliar de Biblioteca	04	25 a 45
	Auxiliar de Consultório Dentário	02	20 a 40
	Auxiliar de Contabilidade	10	25 a 45
	Auxiliar de Enfermagem	05	25 a 45
	Auxiliar de Expediente	15	21 a 41
	Auxiliar de Fiscalização	03	25 a 45
	Auxiliar de Recursos Humanos	02	25 a 45
	Auxiliar de Sala	20	21 a 41
	Auxiliar de Topógrafo	01	15 a 35
	Coordenador de Desportos	01	25 a 45
	Desenhista	01	25 a 45
	Fiscal de Obras e Posturas	03	45 a 65
	Fiscal Sanitarista II	02	25 a 45
	Fiscal de Relações de Consumo	01	25 a 45
	Instrutor de Dança	01	25 a 45
	Mecânico	02	40 a 60

	Monitor de Transporte Escolar	02	25 a 45
	Músico Regente II	01	30 a 50
	Operador de ETA/ETE	08	35 a 55
	Recepcionista	16	21 a 41
	Técnico Agrícola	01	30 a 50
	Técnico em Contabilidade	01	65 a 85
	Técnico em Enfermagem	08	30 a 50
	Técnico em Informática	02	40 a 60
	Técnico em Química	01	45 a 65
	Técnico em Segurança do Trabalho	01	40 a 60
	Telefonista	04	21 a 41
	Topógrafo	02	25 a 45
III	Atividades de Nível Básico		
	Agente de Saúde	02	21 a 41
	Auxiliar de Mecânico	02	07 a 27
	Auxiliar de Serviços Gerais – I	30	07 a 27
	Auxiliar de Serviços Gerais – II	15	07 a 27
	Carpinteiro	03	15 a 35
	Coveiro	01	24 a 44
	Cozinheiro	02	07 a 27
	Eletricista	01	15 a 35
	Encanador	04	28 a 48
	Jardineiro	02	07 a 27
	Merendeira	10	07 a 27
	Motorista	10	19 a 39
	Motorista I	03	19 a 39
	Motorista II	03	19 a 39
	Motorista de Ambulância	06	19 a 39
	Motorista de Caminhão	12	19 a 39
	Motorista de Microônibus	01	19 a 39
	Operador de Máquina I	12	24 a 44
	Operador de Máquina II	05	40 a 60
	Operador de Máquina III	03	50 a 70
	Pedreiro	05	15 a 35
	Pintor	01	15 a 35
	Servente	56	07 a 27
	Técnico em Inseminação	02	15 a 35
	Viveirista Florestal	02	07 a 27

ANEXO II

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CARGOS E COMPETÊNCIAS

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

FUNÇÃO: ANALISTA DE INFORMÁTICA
ATRIBUIÇÕES: Administrar ambientes computacionais, definindo parâmetros de utilização de sistemas, implantando e documentando rotinas e projetos e controlando os níveis de serviço de sistemas operacionais, banco de dados e redes. Fornecer suporte técnico no uso de equipamentos e programas computacionais e no desenvolvimento de ferramentas e aplicativos de apoio para usuários, orientar na criação de banco de dados de sistemas de informações geográficas, configurar e instalar recursos e sistemas computacionais, gerenciar a segurança do ambiente computacional.
REQUISITOS: Curso superior completo na área de atuação; conhecimentos e habilidades específicas na área.
FUNÇÃO: ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS
ATRIBUIÇÕES: Administrar pessoal e plano de cargos e salários, gerar lançamento para cálculos de folha de pagamento, emissão das guias e apuração dos impostos, junto a órgãos do governo. Executar e desenvolver procedimentos na área de pessoal.
REQUISITOS: Curso superior completo na área de atuação; conhecimento em informática e na área de atuação.
FUNÇÃO: ARQUIVISTA

ATRIBUIÇÕES: Exercer as atividades junto ao arquivo da municipalidade ou arquivo histórico, cuidando da melhor exposição catalográfica dos documentos arquivados e de sua conservação. Planejar, organizar e dirigir serviços de arquivo, assim como de identificação/tipologia/classificação das espécies documentais. Orientar a avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação. Compilar tecnicamente livros pastas, documentos e outros materiais. Diagnosticar o estado de conservação do acervo. Estabelecer procedimentos de segurança do acervo. Higienizar documentos/acervos. Proceder a digitalização do acervo, conforme as normas técnicas. Controlar as condições de transporte, embalagem, armazenagem e acondicionamento. Supervisionar trabalhos de restauração. Realizar pesquisa histórica e administrativa. Atender às repartições municipais quanto a documentos de exercícios anteriores e constantes do arquivo. Atender usuários. Criar mecanismos capazes de propiciar rápido e seguro atendimento ao requisitado. Realizar empréstimos de documentos e acervos e fiscalizá-los. Respeitar a legislação no que diz respeito ao acesso e sigilo aos documentos. Realizar atividades técnico-administrativas, solicitar compras de materiais e equipamentos quando necessário. Construir laudos e pareceres técnicos e administrativos. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Curso Superior em Arquivologia; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: ASSISTENTE SOCIAL

ATRIBUIÇÕES: Prestar serviços pertinentes às Políticas Públicas, na busca de garantia de direitos aos usuários, assim como: Acolhida, atendimento, escuta qualificada, acompanhamento e oferta de informações, orientações, busca ativa, encaminhamentos, plano de acompanhamento individual e/ou familiar, visitas domiciliares, mediação de grupos, desenvolvimento de atividades socioeducativas, registro de informações das ações realizadas, trabalhar em equipe interdisciplinar e multidisciplinar, efetuar atividades de planejamento, participar de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas para a definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos; Utilização de instrumentos e técnicas próprias do serviço social; Participar de Conselhos de Direitos e/ou Políticas Públicas quando solicitado; Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Curso Superior em Serviço Social; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: BIBLIOTECÁRIO

ATRIBUIÇÕES: Organizar, dirigir e executar trabalhos técnicos relativos às atividades biblioteconômicas, desenvolvendo um sistema de catalogação, classificação, referência e conservação do acervo bibliográfico para armazenar e recuperar informações de caráter geral ou específico, e colocá-las à disposição dos usuários, seja em bibliotecas ou em centros de documentação. Planejar a aquisição de material bibliográfico. Organizar fichários, catálogos e índices, utilizando fichas padrões ou processos mecanizados, para possibilitar o armazenamento, busca e recuperação da informação. Orientar o usuário, indicando-lhe as fontes de informações, para facilitar as consultas. Supervisionar os trabalhos de encadernação e restauração de livros e demais documentos, dando orientação técnica às pessoas que executam as referidas tarefas. Difundir o acervo da biblioteca. Realizar outras atividades correlatas com a função e/ou determinadas pelo supervisor imediato. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Curso Superior em Biblioteconomia; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: CONTADOR

ATRIBUIÇÕES: Controlar e acompanhar a movimentação contábil da administração direta e/ou de suas entidades, visando o cumprimento da legislação: Observando a legislação e normas relativas à contabilidade pública em nível federal, estadual e municipal, conferindo, assinando e aprovando os documentos contábeis, conforme determinado em legislação, Informando a seus superiores quanto às dificuldades e problemas encontrados, Elaborando demonstrações contábeis e a prestação de contas anual das entidades; Prestar informações, responder questionamentos relativos a assuntos pertinentes à contabilidade, subsidiar outras áreas e orientar servidores, sempre que necessário; Elaborar, publicar e emitir relatórios exigidos pela legislação pertinente, bem como responsabilizar-se pelas informações, em conjunto com o Chefe do Poder Executivo e demais Gestores da Prefeitura; Elaborar laudos de atualização monetária sempre que necessário; Participar da análise e elaboração dos processos de operações de crédito junto às instituições financeiras e a Secretaria de Tesouro Nacional; Subsidiar decisões técnicas do Município, opinando sobre a matéria técnica contábil sempre que necessário; Contribuir com o aprimoramento da gestão administrativa do Município, realizando e/ou subsidiando a realização de relatórios de auditoria destinados à Controladoria e Chefe do Poder Executivo; Zelar pelas operações da área, no que tange aos procedimentos contábeis, a fim de manter o registro e controle dos processos: Observando os parâmetros de qualidade e segurança estabelecidos, Avaliando-os e registrando os resultados obtidos, quando necessário; Lendo e interpretando normas, procedimentos e especificações e/ou orientações gerais a respeito das atividades desenvolvidas; Manter-se atualizado, acompanhando e interpretando toda a Legislação Federal, Estadual e Municipal relativa à contabilidade pública, a fim de assegurar que todos os tributos devidos sejam apurados e recolhidos na forma da Lei, incluindo o cumprimento com as obrigações acessórias, quando se tratar de operações realizadas com o Governo Municipal: Pesquisando e estudando toda a legislação fiscal tributária, contábil e de outra natureza, Consultando códigos, leis, jurisprudências, prejulgados e outros, a fim de registrar os fatos conforme a legislação aplicável; Acompanhar as atividades desenvolvidas na área, acompanhando, orientando e/ou realizando os processos realizados pelo setor: Orientando a classificação e avaliação das receitas e despesas, Planejando e/ou executando os controles auxiliares, balancetes, balanços e demonstrativos econômicos, patrimoniais e financeiros; Agilizar e garantir a qualidade do trabalho de auditoria, atendendo e acompanhando os trabalhos da auditoria externa do Tribunal de Contas do Estado ou do Tribunal de Contas da União; Subsidiar o agente público de informações, evitando possíveis sanções. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Curso Superior em Ciências Contábeis; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: EDUCADOR FÍSICO

ATRIBUIÇÕES: Desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade; incentivar a criação de espaços de inclusão social, por meio da atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais; proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/Práticas Corporais, nutrição e saúde, sob a forma de coparticipação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente; articular ações sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública; articular parcerias com outros setores da área adstrita, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais; promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população. Prestar serviços pertinentes à Política Pública, como: Acolhida, atendimento, escuta qualificada, acompanhamento e oferta de informações, orientações, busca ativa, encaminhamentos, visitas domiciliares, trabalhos em grupos, desenvolvimento de atividades socioeducativas, registro de informações das ações realizadas, trabalhar em equipe interdisciplinar e multidisciplinar, efetuar atividades de planejamento, participar de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas para a definição de fluxos instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Curso Superior em Educação Física; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: ENFERMEIRO

ATRIBUIÇÕES: Planejar, organizar, executar e avaliar os serviços e a assistência de enfermagem, empregando processos da rotina e específicos, para promover a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva, bem como tarefas relativas à observação, ao cuidado, à educação sanitária de toda clientela assistida, e tratamento prescritos, e a aplicação de medidas para prevenções e controle sistemático de doenças e infecção hospitalar.

REQUISITOS: Curso superior completo na área de atuação; registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

FUNÇÃO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

ATRIBUIÇÕES: Planejar, coordenar e executar atividades agrossilvipecuárias e do uso de recursos renováveis e ambientais. Fiscalizar essas atividades, promover a extensão rural, orientando produtores nos vários aspectos das atividades agrossilvipecuárias e elaborar documentação técnica e científica. Podem prestar assistência e consultoria técnicas. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Curso Superior em Engenharia Agrônoma; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: ENGENHEIRO AMBIENTAL

ATRIBUIÇÕES: Elaborar projetos de engenharia, gerenciar obras, prestar consultoria, assistência e assessoria, coordenar a operação e manutenção do empreendimento, elaborar pesquisas tecnológicas, contratar a execução de obras e serviços, sendo tais atividades desenvolvidas com referência à administração, gestão e ordenamento ambientais e ao monitoramento e mitigação de impactos ambientais, seus serviços afins e correlatos. Ministrar programas de ações educativas na área. Responsabilizar-se tecnicamente pelas atividades desenvolvidas, junto ao Conselho de Classe respectivo.

REQUISITOS: Formação superior em Engenharia Ambiental; registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

FUNÇÃO: ENGENHEIRO CIVIL

ATRIBUIÇÕES: Efetuar atividades de assistência técnica, supervisão, controle e fiscalização de obras e serviços de engenharia da municipalidade. Orientar procedimentos em processos de licitação, no que tange a atividade de sua área de competência, elaborar projetos, assim como executar e dirigir obras civis, próprias ou realizada por empreiteiras, relacionadas à construção, ampliação, manutenção e reparos de pontes, estradas, edificações e outras obras públicas, estudando características e especificações do projeto, preparando plantas, orçamento de custos, técnica de execução e outras obras, a fim de assegurar o cumprimento dos padrões de finalidades exigidos legalmente.

REQUISITOS: Curso superior completo na área de atuação; registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

FUNÇÃO: FARMACÊUTICO

ATRIBUIÇÕES: Gerenciar as atividades relacionadas à Assistência Farmacêutica, como: seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação, assim como no controle dos resíduos contendo substâncias medicamentosas; Promover o acesso da população aos medicamentos essenciais e orientar sobre o seu uso racional; Atuar em conformidade com as diretrizes legais que regem o SUS e portarias sanitárias; Participar da Comissão de Farmácia e Terapêutica; Atuar na promoção, proteção e assistência à saúde relacionada à Assistência Farmacêutica; Promover e participar de debates e atividades de educação em saúde (promoção/prevenção) junto a população, profissionais e entidades representativas, acerca dos temas relacionados com suas atividades; Conhecer, divulgar e orientar sobre o acesso a medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e demais programas de acesso a medicamentos; Auxiliar, quando necessário, por meio de elaboração de pareceres técnicos a judicialização do acesso aos medicamentos. Auxiliar as equipes multiprofissionais de saúde do município, fornecendo suporte técnico e sendo referência para informações técnico-científicas sobre medicamentos para a saúde local e seus profissionais; Articular ações com departamentos, secretarias e outros órgãos públicos e privados, visando à promoção à saúde; Planejar e atuar em ações de controle e prevenção a agravos, epidemias e endemias; Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exija qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Curso Superior em Farmácia; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: FISCAL AMBIENTAL

ATRIBUIÇÕES: Orientar e fiscalizar as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária, estabelecidas em âmbito federal, estadual e municipal; promover educação sanitária e ambiental, contribuindo com a conscientização da população acerca da preservação do meio ambiente e a importância da saúde.

REQUISITOS: Formação em Tecnologia em Gestão Ambiental. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias A e B.

FUNÇÃO: FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

ATRIBUIÇÕES: Fiscalizar o cumprimento da legislação tributária; constituir o crédito tributário mediante lançamento; controlar a arrecadação e promover a cobrança de tributos, aplicando penalidades; analisar e tomar decisões sobre processos administrativo-fiscais; controlar a circulação de bens, mercadorias e serviços; atender e orientar contribuintes e, ainda, planejar, coordenar e dirigir órgãos da administração tributária. Realizar atividades da área tributária, levantamento de dados, recebendo e conferindo documentos, bem como coordenar e organizar os trabalhos relacionados com arrecadação de receita.

REQUISITOS: Formação superior em Ciências Contábeis ou Bacharelado em Direito. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias A e B.

FUNÇÃO: FISCAL SANITARISTA I

ATRIBUIÇÕES: Responsável pela fiscalização das condições sanitárias dos estabelecimentos comerciais, industriais e outros que trabalham na área de Alimentação e Saúde, verificar as condições de Higiene e Saneamento das comunidades.

REQUISITOS: Curso superior na grande área das ciências da saúde, conforme definição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias A e B.

FUNÇÃO: FISCAL SANITARISTA - FARMACÊUTICO

ATRIBUIÇÕES: Responsável pela fiscalização das condições sanitárias dos estabelecimentos comerciais, industriais e outros que trabalham na área de Alimentação e Saúde, verificar as condições de Higiene e Saneamento das comunidades. Fiscalização profissional, técnica e sanitária no tocante a: a) Dispensação, fracionamento e manipulação de medicamentos magistrais, fórmulas magistrais e farmacopecias; b) manipulação e o fabrico dos medicamentos galênicos e das especialidades farmacêuticas; c) estabelecimentos industriais farmacêuticos em que se fabriquem produtos que tenham indicações e/ou ações terapêuticas, anestésicos ou auxiliares de diagnóstico, ou capazes de criar dependência física ou psíquica; d) órgãos, laboratórios, setores ou estabelecimentos farmacêuticos em que se executem controle e/ou inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e análise fiscal de produtos que tenham destinação terapêutica, anestésica ou auxiliar de diagnósticos ou capazes de determinar dependência física ou psíquica; e) órgãos, laboratórios, setores ou estabelecimentos farmacêuticos em que se pratiquem extração, purificação, controle de qualidade, inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e análise fiscal de insumos farmacêuticos de origem vegetal, animal e mineral; f) depósitos de produtos farmacêuticos de qualquer natureza; de empresas, estabelecimentos, setores, fórmulas, produtos, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica; g) a elaboração de laudos técnicos e a realização de perícias técnico-legais relacionados com atividades, produtos, fórmulas, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica. Fiscalização profissional, técnica e sanitária nos estabelecimentos que distribuem e/ou transportem medicamentos e demais produtos farmacêuticos, incluindo empresas de transportes terrestres, aéreos, ferroviários ou fluviais (embarcações, aviões, portos e aeroportos), que transportam produtos farmacêuticos, substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Nos trabalhos e documentos que subscrever, envolvendo o exercício profissional, o farmacêutico deve indicar, obrigatoriamente, a sigla do Conselho Regional de Farmácia a que pertence, seguido do número de sua inscrição no Conselho da sua jurisdição. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exija qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Curso Superior em Farmácia; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: FONOAUDIÓLOGO

ATRIBUIÇÕES: Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia. Tratar de pacientes; efetuar avaliação e diagnóstico fonoaudiológico; orientar pacientes, clientes, familiares, cuidadores e responsáveis; desenvolver programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida; exercer atividades administrativas, de ensino e pesquisa; administrar recursos humanos, materiais e financeiros.

REQUISITOS: Curso superior completo na área de fonoaudiologia; registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

FUNÇÃO: MÉDICO AUDITOR

ATRIBUIÇÕES: - Auditar os serviços de saúde sob sua responsabilidade, sendo eles, públicos ou privados, próprios, contratados ou conveniados; Observar e analisar através do acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas no SUS, de modo a verificar a conformidade dos serviços prestados com as normas vigentes e com os objetivos estabelecidos; Analisar e auditar as ações e serviços desenvolvidos por consórcio intermunicipal ao qual esteja o Município associado; Aferir a preservação dos padrões estabelecidos e proceder ao levantamento dos dados que permitam ao Serviço Municipal de Controle, Avaliação e Auditoria conhecer a qualidade, a quantidade, os custos e os gastos municipais com atenção à saúde da população; Auditar e avaliar a qualidade, a propriedade, a eficiência, a eficácia e a efetividade dos métodos, práticas, procedimentos operacionais e gerenciais dos serviços de saúde prestados à população, visando à melhoria progressiva da assistência de saúde; Elaborar protocolos e/ou fluxos de encaminhamentos a fim de regular o acesso dos usuários do SUS residentes no município às consultas e exames de especialidades; Analisar fichas clínicas, prontuários, exames e demais documentos de pacientes, para avaliar o procedimento executado, conforme normas vigentes do Sistema Único de Saúde. Poderá acessar, in loco, toda a documentação necessária, sendo-lhe vedada a retirada dos prontuários ou cópias da instituição, podendo, se necessário, examinar o paciente, desde que devidamente autorizado pelo mesmo, quando possível, ou por seu representante legal. Havendo identificação de indícios de irregularidades no atendimento do paciente, cuja comprovação necessite de análise do prontuário médico, é permitida a retirada de cópias exclusivamente para fins de instrução da auditoria; Analisar os relatórios do Sistema de Informação Ambulatorial e Hospitalar, os processos e os documentos, Plano Municipal de Saúde e os Relatórios de Municipais de Gestão; Verificar "in loco" as unidades prestadoras de serviço públicas e/ou privadas, contratadas e conveniadas do SUS, através da documentação de atendimento aos pacientes e usuários e dos controles internos; Emitir parecer conclusivo nos relatórios de gestão; Manter o sigilo profissional, devendo, sempre que necessário, comunicar a quem de direito e por escrito suas observações, conclusões e recomendações, sendo-lhe vedado realizar anotações no prontuário do paciente; Concluindo haver indícios de ilícito ético, o médico, na função de auditor, obriga-se a comunicá-los ao Conselho Regional de Medicina; Atender, sob pena de responsabilização, as requisições nos prazos preestabelecidos pelo Poder Judiciário, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União, Sistema Estadual de Auditoria e Sistema Nacional de Auditoria; Solicitar por escrito, ao médico assistente, os esclarecimentos necessários ao exercício de suas atividades. Encontrando impropriedades ou irregularidades na prestação do serviço ao paciente, deve comunicar o fato por escrito ao médico assistente, solicitando os esclarecimentos necessários para fundamentar suas recomendações. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exija qualificação específica. É vedado ao Médico Auditor do Sistema Único de Saúde: divulgar suas observações, conclusões ou recomendações, salvo por justa causa ou dever legal; transferir sua competência a outros profissionais, mesmo quando integrantes de sua equipe; ser proprietário, sócio ou acionista de unidade hospitalar privada; exercer atividade profissional na unidade por ele fiscalizada; exagerar ou omitir fatos decorrentes do exercício de suas funções; autorizar, vetar, bem como modificar, procedimentos propedêuticos e/ou terapêuticos solicitados, salvo em situação de indiscutível conveniência para o paciente, devendo, neste caso, fundamentar e comunicar por escrito o fato ao médico assistente.

REQUISITOS: Curso Superior em Medicina; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Experiência profissional em Medicina de, no mínimo, 03 (três) anos.

FUNÇÃO: MÉDICO CARDIOLOGISTA

ATRIBUIÇÕES: Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações para promoção da saúde; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exija qualificação específica.

REQUISITOS: Curso Superior em Medicina, com Especialização em Cardiologia; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão.

FUNÇÃO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

ATRIBUIÇÕES: Realizar consultas, exames clínicos, emitir diagnósticos, emitir atestado médico, prescrever tratamentos/ medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, orientando e encaminhando os pacientes às Equipes de Saúde da Família do município, de acordo com a sua área de abrangência, dando continuidade à assistência à saúde; Reavaliar todos os pacientes em observação; Deverá permanecer na unidade e garantir continuidade da atenção médica aos pacientes em observação ou em tratamento, podendo ausentar-se somente após a liberação do paciente ou chegada de outro profissional médico que assuma o caso/plantão; Será responsável e deverá atender todos os pacientes que o enfermeiro julgar necessário, independente do horário que este paciente chegue à unidade; Solicitar exames complementares e interpretá-los para o diagnóstico imediato e encaminhar ao médico da Estratégia da Saúde da Família para solicitação de exames e encaminhamentos às especialidades, considerados não urgentes; Orientar os pacientes em relação às condutas e procedimentos complementares prescritos para o mesmo; Adotar critérios rigorosos na solicitação de procedimentos complementares e classificar como Urgência e Emergência; Prestar atendimento de urgência e Emergência passíveis de tratamento em nível de Pronto Atendimento a pacientes adultos e/ou pediátricos em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos; Atender, prioritariamente, os pacientes de urgência e emergência identificados a partir da avaliação do Enfermeiro; Fazer uso, quando necessário, de todos os recursos e equipamentos disponíveis na Unidade Básica de Saúde, para ressuscitação de pacientes com parada cardiorrespiratória; Realizar pequenos procedimentos cirúrgicos ambulatoriais de urgência e emergência inerentes à profissão de médico, como suturas, retiradas de corpo estranho; Encaminhar os pacientes de risco ao serviço de maior complexidade para o atendimento e/ou internação hospitalar; Fazer contato com o hospital de referência ou com o SAMU, garantindo a continuidade da atenção à saúde do paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou a remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual; Prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias do Município ou do SAMU, quando necessário; Realizar atos médicos possíveis e necessários até a sua recepção por outro médico; Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizando registros adequados sobre os pacientes em fichas de atendimentos e prontuários assim como, outros determinados pela secretaria Municipal de Saúde; Zelar pelo patrimônio público; Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade de Urgência e Emergência, caso convocado; Desempenhar as atividades médicas em sintonia com a equipe multidisciplinar e multiprofissional, trabalhando de forma articulada com os demais membros da equipe; Aplicar protocolos Clínicos/Linhas Guia definidos pela Secretaria Municipal de Saúde; Obedecer ao Código de Ética Médica e Normas Institucionais; Responsabilizar-se em viabilizar outro profissional médico como seu substituto na impossibilidade do cumprimento num prazo inferior a 48 horas; Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica.

REQUISITOS: Curso Superior em Medicina; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão.

FUNÇÃO: MÉDICO DO TRABALHO

ATRIBUIÇÕES: Assistir ao trabalhador da Prefeitura Municipal de Schroeder, elaborar seu prontuário médico e fazer todos os encaminhamentos devidos; Fornecer atestados e pareceres para o afastamento do trabalho sempre que necessário, considerando que o repouso, o acesso a terapias ou o afastamento de determinados agentes agressivos faz parte do tratamento; Fornecer laudos, pareceres e relatórios de exame médico e dar encaminhamento, sempre que necessário, para benefício do paciente e dentro dos preceitos éticos, quanto aos dados de diagnóstico, prognóstico e tempo previsto de tratamento.

Quando requerido pelo paciente, deve o médico por à sua disposição tudo o que se refira ao seu atendimento, em especial cópia dos exames e prontuário médico. Para o estabelecimento do nexo causal entre os transtornos de saúde e as atividades do trabalhador, além do exame clínico (físico e mental) e os exames complementares, quando necessários, deve o médico considerar: I - a história clínica e ocupacional, decisiva em qualquer diagnóstico e/ou investigação de nexo causal; II - o estudo do local de trabalho; III - o estudo da organização do trabalho; IV - os dados epidemiológicos; V - a literatura atualizada; VI - a ocorrência de quadro clínico ou subclínico em trabalhador exposto a condições agressivas; VII - a identificação de riscos físicos, químicos, biológicos, mecânicos, estressantes e outros; VIII - o depoimento e a experiência dos trabalhadores; IX - os conhecimentos e as práticas de outras disciplinas e de seus profissionais sejam ou não da área da saúde.

Atuar visando essencialmente à promoção da saúde e à prevenção da doença, conhecendo, para tanto, os processos produtivos e o ambiente de trabalho da empresa; Avaliar as condições de saúde do trabalhador para determinadas funções e/ou ambientes, indicando sua alocação para trabalhos compatíveis com suas condições de saúde, orientando-o, se necessário, no processo de adaptação; Dar conhecimento aos empregadores, trabalhadores, comissões de saúde, CIPAS e representantes sindicais, através de cópias de encaminhamentos, solicitações e outros documentos, dos riscos existentes no ambiente de trabalho, bem como dos outros informes técnicos de que dispuser, desde que resguardado o sigilo profissional; Promover a emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho, ou outro documento que comprove o evento infortúnico, sempre que houver acidente ou moléstia causada pelo trabalho. Essa emissão deve ser feita até mesmo na suspeita de nexo causal da doença com o trabalho. Deve ser fornecida cópia dessa documentação ao trabalhador; Elaborar, analisar e controlar o PCMSO (Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional); Notificar, formalmente, o órgão público competente quando houver suspeita ou comprovação de transtornos da saúde atribuíveis ao trabalho, bem como recomendar ao empregador a adoção dos procedimentos cabíveis, independentemente da necessidade de afastar o empregado do trabalho; Atuar junto à empresa para eliminar ou atenuar a nocividade dos processos de produção e organização do trabalho, sempre que haja risco de agressão à saúde; Promover o acesso ao trabalho de portadores de afecções e deficiências para o trabalho, desde que este não as agrave ou ponha em risco sua vida; Opor-se a qualquer ato discriminatório impeditivo do acesso ou permanência da gestante no trabalho, preservando-a, e ao feto, de possíveis agravos ou riscos decorrentes de suas funções, tarefas e condições ambientais. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica.

REQUISITOS: Curso Superior em Medicina, com Especialização em Medicina do Trabalho; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão.

FUNÇÃO: MÉDICO GINECOLOGISTA/ OBSTRETA

ATRIBUIÇÕES: Compreende as atribuições definidas através dos atos legislativos que regulamentam a profissão; Realizar exames ginecológicos que incluem exames de mamas e exame especular, diagnosticando anomalias e infecções existentes, medicando e/ou encaminhando para novos exames; Realizar a coleta de material preventivo do câncer (coleta de citologia oncológica); Executar cauterizações de colo de útero; Realizar o planejamento familiar, através de palestras e explicações a respeito dos métodos existentes na unidade de saúde e fornecendo o material quando solicitado; Realizar investigações de esterilidade conjugal através de exames; Participar de equipe multiprofissional, elaborando ou adequando programas, normas e rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde prestadas; Realizar atendimento/exame pré-natal, inclusive as de alto-risco diagnosticando a gravidez, solicitando os exames de rotina e verificando pressão, peso, altura uterina e batimentos cardíacos fetais; Avaliar a gestante conforme preconizado pelo Ministério da Saúde; Realizar diagnóstico precoce da gestação de alto risco; Executar avaliação de vitalidade fetal através de estímulo sonoro para ver se há desenvolvimento ideal do feto; Realizar consulta pós-parto indicando método contraceptivo, se necessário; Fornecer referência hospitalar para parto, de acordo com a rede de atenção estruturada; Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exija qualificação específica.

REQUISITOS: Curso Superior em Medicina, com Especialização em Ginecologia; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão.

FUNÇÃO: MÉDICO PEDIATRA

ATRIBUIÇÕES: Prestar atendimento médico e ambulatorial para crianças e adolescentes, solicitando e interpretando exames complementares, prescrevendo e orientando tratamento, acompanhando a evolução, registrando a consulta em documentos próprios. Participar de equipe multidisciplinar na elaboração de diagnóstico de saúde na área, analisando dados de morbidade e mortalidade, verificando os serviços e a situação de saúde da comunidade infantil, para o estabelecimento de prioridades nas atividades. Coordenar as atividades médico-pediátricas, acompanhando e avaliando as ações desenvolvidas, participando do estudo de casos, estabelecendo planos de trabalho. Participar na elaboração e/ou adequação de programas, normas e rotinas visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde prestadas. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exija qualificação específica.

REQUISITOS: Curso Superior em Medicina, com Especialização em Pediatria; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão.

FUNÇÃO: MÉDICO PLANTONISTA

ATRIBUIÇÕES: - Na impossibilidade de prestar o plantão, deve-se responsabilizar em viabilizar outro profissional médico da rede municipal como seu substituto; Passar o plantão para o profissional médico do plantão seguinte, quando existente, a sua ausência antes da chegada do colega será considerada abandono de Plantão de acordo com o Código de Ética Médica; Prestar atendimento de Urgência e Emergência passíveis de tratamento em nível de Pronto Atendimento a pacientes adultos e/ou pediátricos em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos; Atender, prioritariamente, os pacientes de urgência e emergência identificados a partir da avaliação do Enfermeiro; Realizar consultas, exames clínicos, emitir diagnósticos, emitir atestado médico, prescrever tratamentos, orientando e encaminhando os pacientes às Equipes de Saúde da Família do município, de acordo com a sua área de abrangência, dando continuidade à assistência à saúde; Reavaliar todos os pacientes em observação; Solicitar exames complementares para o diagnóstico imediato e encaminhar ao médico da saúde da família para solicitações de exames e encaminhamentos às especialidades, considerados não urgentes; Orientar os pacientes com relação às condutas e procedimentos prescritos para o mesmo; Adotar critérios rigorosos na solicitação de procedimentos complementares e classificar como Emergência ou Urgência; Fazer uso, quando necessário, de todos os recursos e equipamentos disponíveis na Unidade Básica de Saúde, para ressuscitação de pacientes com parada cardiorrespiratória; Realizar os pequenos procedimentos cirúrgicos ambulatoriais de urgência e emergência inerentes à profissão de médico, como suturas e retiradas de corpo estranho; Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para atendimento e ou internação hospitalar, contatando com o hospital, com a Central de Leitos do SUS ou com SAMU, garantindo a continuidade da atenção à saúde ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual; Prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias do município ou do SAMU, quando necessário; Realizar atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico; Fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão, de assistência pré-hospitalar; Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente em observação ou em tratamento nas dependências da entidade até que outro profissional médico assuma o caso/plantão; Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizando registros adequados sobre os pacientes em fichas de atendimentos e prontuários assim como, outros determinados pela Secretaria Municipal de Saúde; Dar apoio a atendimentos de urgência nos eventos externos, de responsabilidade da Instituição; Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho; Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade de Urgência e Emergência, caso convocado; Desempenhar as atividades médicas em sintonia com a equipe multidisciplinar e multiprofissional, trabalhando de forma articulada com os demais membros da equipe; Aplicar os Protocolos Clínicos/Linhas Guia definidos pela Secretaria Municipal de Saúde; Obedecer ao Código de Ética Médica e Normas Institucionais. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exija qualificação específica.

REQUISITOS: Curso Superior em Medicina; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão.

FUNÇÃO: MÉDICO PSIQUIATRA

ATRIBUIÇÕES: Receber e examinar os pacientes de sua especialidade, para determinar o diagnóstico ou conforme necessidades; Requisitar exames complementares ou encaminhar o paciente para outra especialidade médica; Analisar e interpretar resultados de exames diversos; Prescrever medicamentos, indicando a dosagem e respectiva via de administração dos mesmos; Prestar orientações aos pacientes sobre meios e atitudes para restabelecer ou conservar a saúde; Anotar e registrar em fichas específicas, o devido registro sobre os pacientes examinados, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso; Atender determinações legais, emitindo atestados conforme a necessidade de cada caso; Participar de inquéritos sanitários, levantamentos de doenças profissionais, lesões traumáticas e estudos epidemiológicos, elaborando e/ou preenchendo formulários próprios e estudando os dados estatísticos, para estabelecer medidas destinadas a reduzir a morbidade e mortalidade decorrentes de acidentes do trabalho, doenças profissionais e doenças de natureza não-ocupacionais; Colaborar na limpeza e organização do local de trabalho; Efetuar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato. Atuar em ambulatório na área de saúde mental; Atuar em equipe multiprofissional, na elaboração de diagnóstico e atividades de prevenção e promoção da saúde; Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exija qualificação específica.

REQUISITOS: Curso Superior em Medicina, com Especialização em Psiquiatria; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão.

FUNÇÃO: MÉDICO VETERINÁRIO

ATRIBUIÇÕES: Praticar clínica médica veterinária em todas as suas especialidades; prestar assistência médica aos animais, exercer defesa sanitária animal, desenvolver e promover saúde pública, elaborar laudos, pareceres e assessorar a elaboração de legislação pertinente e manter condições técnico-sanitárias, em níveis adequados, e acompanhar as condições de alimentos e procriação dos animais.

REQUISITOS: Curso superior completo na área de atuação; registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

FUNÇÃO: MÚSICO REGENTE I

Atribuições: Reger e dirigir grupos musicais/vocais, instrumentais ou eventos musicais. Compor e arranjar obras musicais. Estudar, pesquisar e ensinar música. Trabalhar com música popular e erudita em atividades culturais e recreativas. Editorar partituras, elaborar textos e prestar consultoria na área musical. Realizar direção musical. Estudar instrumentos musicais, novos recursos tecnológicos e repertórios. Prestar consultoria musical. Elaborar textos sobre música. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exija qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Curso Superior em Música; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: NUTRICIONISTA

ATRIBUIÇÕES: Avaliar a condição de pacientes, por meio da realização de consultas, diagnósticos, checagem de exames laboratoriais e/ou outros procedimentos correlatos, contribuindo para a prevenção e/ou recuperação da saúde dos usuários. Atuar na correção de patologias através de plano alimentar e orientação individualizada, identificando o estado nutricional do paciente com base em dados obtidos através de avaliação nutricional (dados clínicos, bioquímicos, antropométricos e dietéticos). Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos), através de atendimento clínico, grupos de trabalho, dentre outros. Organizar/promover palestras/educação nutricional para alunos, pais, comunidade escolar, grupos, e comunidade em geral. Planejar, organizar, administrar e avaliar Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN's). Efetuar controle higiênico-sanitário das UAN's. Participar dos processos de recrutamento e seleção de pessoal. Capacitar a equipe que atua com a manipulação de alimentos. Elaborar cardápios nutricionalmente balanceados conforme público alvo, para escolas, centros de educação infantil e demais usuários do serviço de nutrição, a fim de oferecer refeições balanceadas. Elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio e calcular suas informações nutricionais. Fazer cumprir as determinações estabelecidas na legislação vigente sobre alimentação e nutrição escolar e infantil e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Planejar, orientar e acompanhar as atividades de seleção, aquisição, recebimento, armazenamento, higienização, produção e distribuição dos alimentos. Elaborar o plano de trabalho anual do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) municipal, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições. Elaborar manuais de boas práticas para as UAN's. Interagir com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e demais conselhos pertinentes, no exercício de suas atividades. Participar de equipes multiprofissionais e intersectoriais destinadas a planejar, implementar, coordenar, supervisionar, executar e avaliar políticas, programas, cursos, pesquisas ou eventos, direta ou indiretamente relacionadas com alimentação e nutrição. Participar com a comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico e na elaboração do planejamento curricular. Participar de projetos/layout de cozinhas e refeitórios. Auxiliar na compra de equipamentos e utensílios para as UAN's. Contribuir na elaboração e revisão de normas reguladoras próprias da área de alimentação e nutrição. Manter-se atualizado quanto aos procedimentos e práticas da sua área de atuação, participando de cursos, palestras e demais eventos relacionados à sua atuação prática. Executar outras tarefas compatíveis com a natureza do cargo e/ou determinadas pelo supervisor imediato. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exija qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Curso Superior em Nutrição; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: ODONTÓLOGO

ATRIBUIÇÕES: Atender e orientar pacientes e executar tratamento odontológico, diagnosticar e tratar afecções da boca, dentes e região maxilofacial, utilizando processos clínicos ou cirúrgicos para promover e recuperar a saúde em geral.

REQUISITOS: Curso superior completo na área de atuação; registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

FUNÇÃO: PSICÓLOGO

ATRIBUIÇÕES: Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticar a avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidar conflitos e questões e acompanhar pacientes durante o processo de tratamento ou cura; investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes, desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades de área e afins. Elaborar e participar de programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional, desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis. Prestar serviços pertinentes às Políticas Públicas, na busca de garantia de direitos aos usuários, assim como: Acolhida, atendimento, escuta qualificada, acompanhamento e oferta de informações, orientações, busca ativa, encaminhamentos, plano de acompanhamento individual e/ou familiar, visitas domiciliares, mediação de grupos, desenvolvimento de atividades socioeducativas, registro de informações das ações realizadas, trabalhar em equipe interdisciplinar e multidisciplinar, efetuar atividades de planejamento, participar de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas para a definição de fluxos instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos; Utilização de instrumentos, métodos e técnicas próprias da psicologia; Participar de Conselhos de Direitos e/ou Políticas Públicas quando solicitado. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Curso Superior em Psicologia; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: PSICOPEDAGOGO

ATRIBUIÇÕES: Intervir através da psicopedagogia, visando a solução dos problemas de aprendizagem, tendo por enfoque o indivíduo ou a instituição de ensino público ou outras instituições onde haja a sistematização do processo de aprendizagem. Utilizar métodos, técnicas e instrumentos psicopedagógicos que tenham por finalidade a pesquisa, a prevenção, a avaliação e a intervenção relacionadas com a aprendizagem. Prestar consultoria e assessoria psicopedagógicas. Prestar apoio psicopedagógico aos trabalhos realizados nos espaços institucionais. Orientar e subsidiar sistematicamente os profissionais de ensino regular (escolar da rede municipal). Realizar avaliação e atendimento aos casos encaminhados aos Centros Municipais de Educação Inclusiva – CEMEIS. Prestar atendimento às famílias de alunos quando necessário e a grupo de pais. Prestar atendimento a grupos e individualmente. Organizar palestras de esclarecimentos para pais, professores e comunidade em geral. Participar em reuniões e grupos de estudos de casos. Participar de formações. Participar da elaboração de Proposta Político-Pedagógica e Planos de Estudos. Dirigir/auxiliar em todas as atividades que envolvam o aluno durante o seu horário de trabalho. Desenvolver atividades pedagógicas e lúdicas, integrando as crianças. Participar da elaboração e cumprir o disposto no Regimento e na Proposta Político-Pedagógica e de Educação Inclusiva. Enriquecer o trabalho pedagógico especializado a ser desenvolvido junto aos alunos com dificuldades de aprendizagem. Manter os pais e professores permanentemente atualizados sobre o atendimento pedagógico especializado, objetivando esclarecer a natureza das dificuldades, bem como sugerir estratégias para a superação das áreas defasadas, efetivando a integração com a família e a escola. Visitar as escolas e instituições de interesse da municipalidade, buscando acompanhar o desenvolvimento dos indivíduos de forma integral. Realizar diagnóstico institucional (triagem) para averiguar possíveis problemas pedagógicos que possam estar prejudicando o processo de ensino/aprendizagem. Realizar diagnóstico e intervenção psicopedagógica clínica, utilizando métodos, instrumentos e técnicas próprias da psicopedagogia. Realizar estudos de casos juntamente com profissionais de áreas afins. Realizar encaminhamentos necessários para sanar as dificuldades acentuadas de aprendizagem. Realizar atendimento psicopedagógico clínico no Centro de Atendimento e/ou Sala de Atendimento Educacional Especializado, de forma individual ou em grupo. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Curso Superior em Pedagogia, com Especialização em Psicopedagogia; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ESPORTES

ATRIBUIÇÕES: Desenvolver, com crianças, jovens e adultos, atividades físicas, ensinar técnicas desportivas, realizar treinamentos especializados com atletas de diferentes esportes, instruir os princípios e regras inerentes a cada um deles, avaliar e supervisionar o preparo físico dos atletas, acompanhar as práticas desportivas, elaborar informes técnicos e científicos na área de atividades físicas e do desporto.

REQUISITOS: Curso superior completo na área de atuação; registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

FUNÇÃO: TERAPEUTA OCUPACIONAL

ATRIBUIÇÕES: Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos e procedimentos específicos de terapia ocupacional e ortoptia. Habilitar pacientes e clientes; realizar diagnósticos específicos; analisar condições dos pacientes e clientes. Orientar pacientes, clientes, familiares, cuidadores e responsáveis; avaliar baixa visão; ministrar testes e tratamentos ortópticos no paciente. Desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida; exercer atividades técnico-científicas; administrar recursos humanos, materiais e financeiros e executar atividades administrativas. Prestar serviços pertinentes à Política de Assistência Social, como: Acolhida, atendimento, escuta qualificada, acompanhamento e oferta de informações, orientações, busca ativa, encaminhamentos, visitas domiciliares, trabalhos em grupos, desenvolvimento de atividades socioeducativas, registro de informações das ações realizadas, trabalhar em equipe interdisciplinar e multidisciplinar, efetuar atividades de planejamento, participar de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas para a definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos; Avaliar o ambiente físico-funcional, sugerindo adaptações e/ou adequações quando necessárias, melhorando a acessibilidade e a rotina da vida dos usuários; Utilização de instrumentos e protocolos de avaliação próprias da terapia ocupacional; Participar de Conselhos de Direitos e/ou Políticas Públicas quando solicitado; Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Curso Superior em Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

GRUPO II – ATIVIDADES DE NÍVEL TÉCNICO E MÉDIO – ANTM

FUNÇÃO: AGENTE DE ENDEMIAS

ATRIBUIÇÕES: Realizar pesquisa larvária em imóveis e a campo; realizar levantamento de índice de descobrimento de focos no município; Utilizar-se de armadilhas e demais equipamentos para captura de insetos e vetores potenciais; realizar a eliminação de criadouros por meio de controle mecânico e químico; realizar tratamento focal e perifocal como medida complementar ao controle mecânico e químico; Orientar a população com relação à atividade desenvolvida; Manter atualizado os cadastros pertinentes à atividade; Encaminhar aos serviços de saúde os casos suspeitos de qualquer endemia, principalmente de dengue e leishmaniose.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias A e B.

FUNÇÃO: ALMOXARIFE

ATRIBUIÇÕES: Recepcionar, conferir e armazenar produtos e materiais em almoxarifado e depósitos. Fazer os lançamentos da movimentação de entradas e saídas e controle dos estoques. Distribuir materiais a serem utilizados. Organizar o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo; conhecimento de informática.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

ATRIBUIÇÕES: Executar serviços qualificados na área administrativa, desenvolvendo uma ou mais etapas de procedimentos administrativos, atender o público, fornecendo e recebendo informações, preparação de relatórios e planilhas, auxiliar na execução de serviços comuns de escritório, desenvolver procedimentos administrativos, envolvendo registros, preenchimento de guias e formulários, conferência, lançamentos, cálculos e levantamentos simples, bem como auxiliar em demais serviços correlatos nas diversas áreas da municipalidade. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Ensino Médio; Conhecimentos em Informática; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE BIBLIOTECA

ATRIBUIÇÕES: Atuar no tratamento, recuperação e disseminação da informação e executar atividades especializadas e administrativas relacionadas à rotina de documentação ou informação, quer no atendimento ao usuário de biblioteca. Organizar e preservar o acervo bibliográfico.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo; conhecimento de informática.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

ATRIBUIÇÕES: Executar as ações de assistência integral em saúde bucal, assistir em seu território de abrangência as pessoas em todas as fases e especificidades, realizar procedimentos de rotina, prevenção, educação em saúde e urgência inerentes a sua profissão. Auxiliar o profissional Odontólogo nas rotinas de Gabinete.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo; Curso específico para atuação na função e registro no órgão fiscalizador.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE CONTABILIDADE

ATRIBUIÇÕES: Organizar documentos e efetuar classificação contábil, gerar lançamentos contábeis, conciliar contas, executar serviços qualificados, desenvolvendo procedimentos na área de contabilidade.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo; conhecimento de informática.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

ATRIBUIÇÕES: Executar as ações de assistência integral, aliando a atenção clínica de saúde coletiva, assistir em seu território de abrangência as pessoas em todas as fases e especificidades da vida, realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências, auxiliar em pequenas cirurgias ambulatoriais, atender as necessidades dos enfermos, bem como realizar outras tarefas pertinentes a sua função conforme registro no COREN.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo; Curso específico para atuação na função e registro no órgão fiscalizador.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE EXPEDIENTE

ATRIBUIÇÕES: Auxiliar na execução de serviços comuns de escritório, desenvolver procedimentos administrativos, envolvendo registro, preenchimento de guias e formulários, conferência, lançamentos, cálculos e levantamentos simples, bem como auxiliar em demais serviços correlatos nas diversas áreas da municipalidade, com orientação superior.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo; conhecimento de informática.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO

ATRIBUIÇÕES: Auxiliar na realização de atividade da área financeira, no levantamento de dados, recebimento e conferência de dados, e demais trabalhos relacionados à arrecadação de receita.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo; conhecimento de informática.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

ATRIBUIÇÕES: Auxiliar nos serviços e atividades do Setor de Recursos Humanos. Executar e desenvolver procedimentos na área de pessoal e realizar o arquivo de documentos.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo; conhecimento de informática.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA

ATRIBUIÇÕES: Auxiliar a Instituição no atendimento das crianças em suas necessidades de higiene, alimentação, lazer e saúde, desenvolvendo brincadeiras educativas, estimulando seu aprimoramento psicomotor e sua formação integral. Recepcionar as crianças e pais/familiares de forma respeitosa e cordial. Auxiliar as crianças na sua adaptação e integração na instituição. Acompanhar as crianças ao banheiro, ensinando-as o uso correto deste. Realizar a troca de fraldas com os cuidados de higiene indicados. Auxiliar no desenvolvimento dos hábitos de higiene. Realizar as trocas de roupas e dar banho sempre que necessário e cuidar do aspecto pessoal da criança. Alimentar, acompanhar e auxiliar na alimentação das crianças. Estimular as crianças em todos os aspectos de seu desenvolvimento. Preparar e acompanhar o momento do descanso das crianças de forma agradável e afetuosa. Participar e interagir nas brincadeiras com as crianças. Prestar assistência às crianças nas brincadeiras livres e/ou no parque. Promover a inclusão de todas as crianças respeitando suas particularidades e características. Organizar e zelar pelos pertences das crianças. Observar criteriosamente a entrega da criança, podendo ser realizada apenas para pessoas autorizadas formalmente pela família ou responsáveis. Responsabilizar-se na ausência do profissional titular no atendimento e cuidado com as crianças. Participar cooperativamente da construção do Projeto Pedagógico, reuniões, encontros e demais eventos promovidos pela instituição ou Secretaria de Educação. Auxiliar na organização e funcionamento da instituição. Colaborar com todas as atividades desenvolvidas pelos profissionais relativas às crianças. Executar outras tarefas compatíveis com a natureza do cargo e/ou determinadas pelo supervisor imediato. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Ensino Médio, com habilitação em Magistério; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE TOPÓGRAFO

ATRIBUIÇÕES: Auxilia o Topógrafo nas suas atividades de rotina.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo; conhecimento de informática.e Carteira Nacional de Habilitação nas categorias A e B.

FUNÇÃO: COORDENADOR DE DESPORTOS

ATRIBUIÇÕES: Executar e organizar as atividades pertinentes ao esporte.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo.

FUNÇÃO: DESENHISTA

ATRIBUIÇÕES: Elaborar desenhos de arquitetura e engenharia civil, utilizando softwares específicos para desenho técnico, assim podem executar plantas, desenhos e detalhamentos de instalações, coletar e processar dados e planejar o trabalho para a elaboração do projeto como, interpretar projetos existentes, calcular e definir custos do desenho, analisar croqui e aplicar normas técnicas ligadas à construção civil, podendo atualizar o desenho de acordo com a legislação.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo; Curso específico para atuação em softwares desenvolvidos sobre plataforma CAD (Computer Aided Design – Desenho Assistido por Computador). 06 (seis) meses de experiência na área.

FUNÇÃO: FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

ATRIBUIÇÕES: Exercer atividades relacionadas com a fiscalização de obras públicas e particulares, no que concerne ao cumprimento dos projetos e especificações, bem como o cumprimento das normas e posturas municipais; lançamento de autos de infração e registros de irregularidades encontradas para efeito de providências administrativas legais. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Ensino Médio, com Formação Técnica em Edificações ou em Construção Civil; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: FISCAL DE RELAÇÕES DE CONSUMO

ATRIBUIÇÕES: Orientar e fiscalizar as relações de consumo para prevenção de danos oriundos da má aplicação da legislação consumerista. Executar tarefas de fiscalização para o cumprimento do Código de Defesa do Consumidor e outras legislações federais, estaduais e municipais relativas à matéria. Elaborar planos de ação, pareceres, recursos e outros esclarecimentos quando solicitado pelos superiores ou consumidores. Promover educação em direitos do consumidor, contribuindo com a conscientização da população acerca de tais direitos.

REQUISITOS: Ensino Médio completo e conhecimentos em informática. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias A e B.

FUNÇÃO: FISCAL SANITARISTA II

ATRIBUIÇÕES: Auxiliar na fiscalização das condições sanitárias dos estabelecimentos comerciais, industriais e outros que trabalham na área de Alimentação e Saúde, verificar as condições de Higiene e Saneamento das comunidades.

REQUISITOS: Ensino Médio completo e conhecimentos em informática. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias A e B.

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE DANÇA

Atribuições: Conceber e concretizar projeto cênico em dança, realizar montagens de obras coreográficas; executam apresentações públicas de dança e, para tanto, preparar o corpo, pesquisar movimentos, gestos, dança, e ensaiar coreografias.

REQUISITOS: Ensino médio completo; conhecimentos, experiência e domínio na dança folclórica alemã e demais danças.

FUNÇÃO: MECÂNICO

ATRIBUIÇÕES: Planejar e organizar o local de trabalho para execução de atividades mecânicas, bem como executar a manutenção preventiva e corretiva de peças e equipamentos da municipalidade, montar, proceder à manutenção e reparar equipamentos mecânicos e veículos. Interpretar catálogo de peças, descrever peças para aquisição. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Ensino Médio, com Formação Técnica em Mecânica Automotiva; Conhecimentos em Mecânica a Diesel; Experiência profissional em Mecânica de Veículos Leves de, no mínimo, 01 (um) ano; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

ATRIBUIÇÕES: Estar atento, recepcionar e acomodar os alunos no momento do embarque e desembarque, auxiliando sempre que necessário, evitando riscos de quedas dos mesmos. Acompanhar os alunos quando transportados desde a partida até a chegada, zelando pela sua guarda e integridade. Verificar sempre se os alunos estão usando corretamente o cinto de segurança e auxiliar no afivelamento do mesmo. Evitar que os alunos comam e bebam durante o trajeto. Não permitir discussões entre os alunos e intervir sempre que necessário. Encaminhar os casos de indisciplina que requerem maior atenção à Secretaria de Educação. Não ser agressivo ou aumentar o tom de voz com os alunos. Auxiliar o motorista quando solicitado. Auxiliar na conservação e limpeza interna do ônibus escolar. Zelar e prezar pela conservação do patrimônio do município. Ao final de cada rota, fazer vistoria a fim de verificar objetos esquecidos. Não permitir o transporte de alunos ou quaisquer outras pessoas que não estejam autorizadas. Executar outras tarefas compatíveis com a natureza do cargo e/ou determinadas pelo supervisor imediato. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Ensino Médio; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: MÚSICO REGENTE II

Atribuições: Compor e arranjar obras musicais, reger e dirigir grupos vocais, instrumentais ou eventos musicais. Estudar, pesquisar e ensinar música. Editorar partituras, elaborar textos e prestar consultoria na área musical.

REQUISITOS: Ensino médio completo; conhecimentos, experiência e domínio na arte da música.

FUNÇÃO: OPERADOR DE ETA/ETE

Atribuições: Operar e manter funcionamento estações de tratamento de água e esgoto, bem como tornar potável água para abastecimento público, sendo operar equipamentos e dosadores de ETA's/ETE's, efetuar análises físico-químicas em água e esgoto, efetuar ensaio de coagulação para efetuar a melhor dosagem de coagulante, constatar anormalidades de funcionamento de equipamentos, executar serviços de conservação e manutenção de ETA's, controlar estoques, bem como conferir quantidade e qualidade de produtos químicos entregues pelo fornecedor as ETA's, e dirigir veículos para se locomover até o local das execução de trabalhos.

REQUISITOS: Ensino Médio completo; conhecimentos e habilidades na área de atuação. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias A e B

FUNÇÃO: RECEPCIONISTA

ATRIBUIÇÕES: Recepcionar e atender o público em geral, procurando identifica-los averiguando suas pretensões para prestar-lhes informações e /ou encaminha-los as pessoas ou setores procurados.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo; conhecimento de informática.

FUNÇÃO: TÉCNICO AGRÍCOLA

ATRIBUIÇÕES: Desenvolver atividades de assistência técnica junto aos agricultores, dentro da área de sua competência.

REQUISITOS: Formação técnica profissionalizante de nível médio como Técnico Agrícola ou equivalente. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias A e B.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

ATRIBUIÇÕES: Executar os serviços de contabilidade em geral, organizar os documentos e métodos de escrituração nos sistemas mecanizados, para fazer cumprir as exigências legais e administrativas.

REQUISITOS: Curso superior completo ou ensino médio na área de atuação; registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

ATRIBUIÇÕES: Realizar curativos, verificar sinais vitais e avaliação antropométrica; Administrar medicamentos conforme prescrição médica, observando horários e posologia; Realizar exame de eletrocardiograma conforme orientação médica ou do enfermeiro (a); Auxiliar o médico e o enfermeiro (a) no atendimento de urgência e emergência; Realizar o acolhimento dos pacientes e direcioná-los dentro da unidade conforme sua necessidade; Auxiliar em procedimentos médicos ou de enfermagem; Auxiliar nas campanhas de vacinas conforme orientação do enfermeiro (a) ou vacinadores; Deverá auxiliar na sala de vacinas na presença do vacinador ou do enfermeiro (a) responsável pela unidade; Quando for capacitado para vacinar o mesmo deverá assumir a sala de vacinas conforme a necessidade da unidade; Substituir colegas de trabalho conforme necessário, mesmo sendo em outra unidade de saúde; Preparar pacientes para consultas médicas e exames; Participar das reuniões e treinamentos necessários para desenvolvimento técnico-científico da Unidade; Acompanhar o paciente em transferência de ambulância conforme orientação do enfermeiro (a) ou médico; Esterilizar material, instrumental, ambientes e equipamentos; Zelar e manter a ordem, limpeza e cuidado com os materiais da instituição, bem como o estoque necessário para o bom funcionamento deste e dos procedimentos de enfermagem; Realizar solicitação de materiais e equipamentos à Secretaria de Saúde, através do(a) Enfermeiro(a); Obedecer ao Código de Ética de Enfermagem e Normas Institucionais; Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Ensino Médio, com Formação Técnica em Enfermagem; Registro no respectivo conselho/órgão fiscalizador da profissão; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA

ATRIBUIÇÕES: Realizar configurações de sistemas e instalar equipamentos de informática, rede e telefonia. Fornecer suporte técnico no uso de equipamentos e programas computacionais e no desenvolvimento de ferramentas e aplicativos de apoio para usuários, orientar na criação de banco de dados de sistemas de informações geográficas, configurar e instalar recursos e sistemas computacionais, gerenciar a segurança do ambiente computacional. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Ensino Médio, com Formação Técnica em Montagem e Manutenção de Equipamentos de Informática, com carga horária superior a 300 horas/aula; Carteira Nacional de Habilitação categoria B ou superior.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM QUÍMICA

ATRIBUIÇÕES: Executar ensaios físico-químicos, participar do desenvolvimento de produtos e processos, da definição ou reestruturação das instalações industriais; supervisionar operação de processos químicos e operações unitárias de laboratório e de produção, operar máquinas e/ou equipamentos e instalações produtivas, em conformidade com normas de qualidade, de boas práticas de manufatura, de biossegurança e controle do meio-ambiente. Interpretar manuais, elaborar documentação técnica rotineira e de registros legais. Ministrar programas de ações educativas e prestar assistência técnica. Responsabilizar-se tecnicamente pelas atividades desenvolvidas, junto ao Conselho de Classe respectivo.

REQUISITOS: Formação técnica profissionalizante de nível médio como Técnico em Química, com núcleo formativo em química e registro profissional no conselho competente.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

ATRIBUIÇÕES: Desempenhar suas funções conforme Portaria do Ministério do Trabalho nº 3.275 de 21 de setembro de 1989 e suas alterações. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Ensino Médio, com Formação Técnica em Segurança do Trabalho; Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: TELEFONISTA

ATRIBUIÇÕES: Executar serviços de atendimento telefônico e efetuar ligações.

REQUISITOS: Ensino Médio Completo; conhecimento de informática.

FUNÇÃO: TOPÓGRAFO

ATRIBUIÇÕES: Exercer tarefas de topografia, procedendo ao levantamento, anotação e cálculo de dados da área a ser demarcada, bem como efetuar o desenho da área.

REQUISITOS: Formação técnica profissionalizante de nível médio em Agrimensura ou equivalente. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias A e B.

GRUPO III – ATIVIDADES DE NÍVEL BÁSICO - ANB

FUNÇÃO: AGENTE DE SAÚDE

ATRIBUIÇÕES: Executar trabalhos de esclarecimentos junto à comunidade, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida da população local, na área de Saúde, desenvolver controle de pragas e vetores.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Completo. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias A e B.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE MECÂNICO

ATRIBUIÇÕES: Auxiliar nos trabalhos do mecânico.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto tendo, no mínimo, até o 4º ano concluído. Conhecimentos e habilidades na área de atuação.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – I

ATRIBUIÇÕES: Executar tarefas em diversas dependências da municipalidade, realizando limpeza, higienização e conservação de áreas públicas em geral, em ambientes externos e internos, bem como em bens móveis e imóveis, comunicando ao superior imediato quanto às manutenções necessárias. Atender imediatamente solicitação de seu superior e/ou outros profissionais; Utilizar materiais de limpeza de forma apropriada, otimizando-os. Realizar a conferência, controle de material de consumo e alimentos, e realizar pedidos conforme a necessidade. Executar serviços de copa/cozinha, desde o processo de recebimento até a distribuição de alimentos nos diversos setores da municipalidade. Participar de reuniões/eventos quando solicitado. Executar outras tarefas compatíveis com a natureza do cargo e/ou determinadas. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exija qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto, com no mínimo 5º ano concluído (antiga 4ª série);

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – II (AGENTE DE MANUTENÇÃO)

ATRIBUIÇÕES: Executar tarefas em diversas dependências da municipalidade, serviços de manutenção e conservação de áreas públicas em geral, em ambientes externos e internos, em bens móveis e imóveis, nas áreas hidráulicas, elétrica, alvenaria, marcenaria, pintura e serviços urbanos, comunicando ao superior imediato quanto às manutenções que se fizerem necessárias. Atender prontamente a solicitação do superior imediato e/ou outros profissionais quando se fizer necessário; Utilizar materiais, ferramentas e equipamentos de forma apropriada, otimizando-os. Realizar a conferência, controle do material, ferramentas e equipamentos e realizar pedidos conforme a necessidade. Participar de reuniões/eventos quando solicitado. Executar outras tarefas compatíveis com a natureza do cargo e/ou determinadas. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exija qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto, com no mínimo 5º ano concluído (antiga 4ª série); Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: CARPINTEIRO

ATRIBUIÇÕES: Efetuar trabalhos de carpintaria, cortando, armando, instalando e reparando peças de madeira, utilizando ferramentas manuais e mecânicas.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto tendo, no mínimo, até o 4º ano concluído. Conhecimentos e habilidades na área de atuação.

FUNÇÃO: COVEIRO

ATRIBUIÇÕES: Realizar serviços funerários, construir (muros, gavetas e calçadas), montar carneiras (caixas pré-moldadas de concreto), transferir ossadas para outros túmulos, preparar, limpar, abrir e fechar sepulturas. Realizar sepultamentos, auxiliar nas exumações de cadáveres, transladar corpos e desposos. Conservar cemitério, máquinas e ferramentas de trabalho. Zelar pela segurança do cemitério. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exija qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto, com no mínimo 5º ano concluído (antiga 4ª série); Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior.

FUNÇÃO: COZINHEIRO

ATRIBUIÇÕES: Organizar e supervisionar serviços de cozinha e outros locais de refeições, planejar cardápios e elaborando o pré-preparo, o preparo e a finalização de alimentos, observando métodos de padrões de qualidade dos alimentos.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto tendo, no mínimo, até o 4º ano concluído. Conhecimentos e habilidades na área de atuação.

FUNÇÃO: ELETRICISTA

ATRIBUIÇÕES: Executar serviços de manutenção e instalação eletroeletrônica e realizar manutenções preventivas, preditiva e corretiva, e realizar medições e testes nas dependências da municipalidade.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto tendo, no mínimo, até o 4º ano concluído. Conhecimentos e habilidades na área de atuação.

FUNÇÃO: ENCANADOR

Atribuições: Instalar e consertar redes de distribuição, adutores, conexões, equipamentos hidráulicos, ligações domiciliares de água/esgoto. Válvulas e registro. Fazer instalação de água, registros, hidrantes, ventosas, válvula e conexões em geral, executar a abertura e fechamentos e valas, com a remoção de pavimento, reaterro e apiloamento de vala, executar conserto de válvulas, torneiras e providenciar a substituição de tubos, fazer a coleta de amostras de água para exame de laboratório, dirigir veículos para se locomover até o local da execução dos trabalhos.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Completo. Conhecimentos e habilidades na área de atuação. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias A e B.

FUNÇÃO: JARDINEIRO

ATRIBUIÇÕES: Conservação de parques e jardins e outros serviços de jardinagem.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto tendo, no mínimo, até o 4º ano concluso. Conhecimentos e habilidades na área de atuação.

FUNÇÃO: MERENDEIRA

ATRIBUIÇÕES: Auxiliar nas diversas tarefas relacionadas com atividades de Cozinha e distribuição de merenda escolar, tais como: preparação de alimentos, limpeza e conservação das dependências do local e dos equipamentos existentes.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto tendo, no mínimo, até o 4º ano concluso. Conhecimentos e habilidades na área de atuação.

FUNÇÃO: MOTORISTA

ATRIBUIÇÕES: Dirigir e conservar automóveis e camionetas, utilizados no transporte de passageiros, realizar inspeção e reparos em automóveis, vistoriar se os passageiros estão adequados, além de verificar documentação do automóvel, observando as regras de trânsito, operando os equipamentos acoplados ao veículo.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Completo. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias D ou E. 06 (seis) meses de experiência na função.

FUNÇÃO: MOTORISTA I

ATRIBUIÇÕES: Dirigir todos os veículos correspondentes à categoria requisitada, atendendo as necessidades da municipalidade. Transportar pessoas, cargas/materiais e documentos, promover carga e descarga, assim como protocolar documentos quando necessário. Limpar, abastecer e conservar os veículos e comunicar ao superior imediato quanto às manutenções que se fizerem necessárias. Efetuar os registros de saídas e chegadas do veículo, mantendo o controle através de relatório padronizado. Portar e conferir os documentos do veículo. Recolher o veículo após a jornada de trabalho. Executar outras tarefas compatíveis com a natureza do cargo e/ou determinadas pelo superior. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Ensino Fundamental; Experiência profissional na área de atuação de, no mínimo, 06 (seis) meses; Carteira Nacional de Habilitação na categoria D ou superior; Curso de Direção de Coletivos e Transporte Escolar.

FUNÇÃO: MOTORISTA II

ATRIBUIÇÕES: Dirigir todos os veículos correspondentes à categoria requisitada, atendendo as necessidades da municipalidade. Transportar pessoas, cargas/materiais e documentos, promover carga e descarga, assim como protocolar documentos quando necessário. Limpar, abastecer e conservar os veículos e comunicar ao superior imediato quanto às manutenções que se fizerem necessárias. Efetuar os registros de saídas e chegadas do veículo, mantendo o controle através de relatório padronizado. Portar e conferir os documentos do veículo. Recolher o veículo após a jornada de trabalho. Executar outras tarefas compatíveis com a natureza do cargo e/ou determinadas pelo superior. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Ensino Fundamental; Experiência profissional na área de atuação de, no mínimo, 06 (seis) meses; Carteira Nacional de Habilitação na categoria D ou superior; Curso de Emergência.

FUNÇÃO: MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

ATRIBUIÇÕES: Dirigir e conservar automóveis e camionetas, utilizados no transporte de passageiros e doentes da área da saúde, realizar inspeção e reparos em automóveis, vistoriar os passageiros se estão adequados no automóvel, além de verificar documentação do automóvel, observando as regras de trânsito, operando os equipamentos acoplados ao veículo.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Completo. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias D ou E. 06 (seis) meses de experiência na função.

FUNÇÃO: MOTORISTA DE CAMINHÃO

ATRIBUIÇÕES: Dirigir, transportar, coletar, entregar cargas em geral e conservar os caminhões, utilizados no transporte, vistoriar cargas, além de verificar documentação do caminhão e de suas cargas, observando as regras de trânsito, operando os equipamentos acoplados ao veículo. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exigida qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Ensino Fundamental; Experiência profissional na área de atuação de, no mínimo, 06 (seis) meses; Carteira Nacional de Habilitação na categoria C ou superior.

FUNÇÃO: MOTORISTA DE MICROÔNIBUS

ATRIBUIÇÕES: Dirigir e conservar micro ônibus, utilizados no transporte de passageiros, de acordo com itinerário e instruções específicas, observando as regras de trânsito, operando os equipamentos acoplados ao veículo.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Completo. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias D ou E. 06 (seis) meses de experiência na função.

FUNÇÃO: OPERADOR DE MÁQUINA – I

ATRIBUIÇÕES: Operar equipamentos e maquinários da municipalidade, na abertura, conservação e limpeza de vias públicas, compactação de vias públicas, de solo e abertura de valas, bem como serviços pertinentes à área agropecuária, especialmente com a utilização de tratores de pneu.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto tendo, no mínimo, até o 4º ano concluído. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias C, D ou E.

FUNÇÃO: OPERADOR DE MÁQUINA – II

ATRIBUIÇÕES: Operar escavadeira hidráulica e demais máquinas da municipalidade, na abertura, conservação e limpeza de vias públicas, compactação de vias públicas, de solo e abertura de valas, retirada de seixo e macadame, desobstrução de cursos d'água, e outras atividades pertinentes à função. Desempenhar quaisquer outras atividades constitucionais e legais a cargo da municipalidade, desde que não exija qualificação específica. Dirigir veículo da municipalidade quando necessário ou solicitado.

REQUISITOS: Ensino Fundamental; Experiência profissional na área de atuação de, no mínimo, 06 (seis) meses; Carteira Nacional de Habilitação na categoria C ou superior.

FUNÇÃO: OPERADOR DE MÁQUINA – III

ATRIBUIÇÕES: Operar escavadeira hidráulica e demais máquinas da municipalidade, na abertura, conservação e limpeza de vias públicas, compactação de vias públicas, de solo e abertura de valas, retirada de seixo e macadame, desobstrução de cursos d'água, e outras atividades pertinentes à função.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto tendo, no mínimo, até o 4º ano concluído. Carteira Nacional de Habilitação nas categorias C, D ou E. 06 (seis) meses de experiência na função. Conhecimentos e habilidades na área de atuação.

FUNÇÃO: PEDREIRO

ATRIBUIÇÕES: Organizar e preparar o local de trabalho na obra, executar trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais, guiando-se por projetos arquitetônicos estabelecidos.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto tendo, no mínimo, até o 4º ano concluído, conhecimentos e habilidades na área de atuação.

FUNÇÃO: PINTOR

ATRIBUIÇÕES: Pintar as superfícies externas e internas de edifícios e outras obras civis, analisar e preparar as superfícies a serem pintadas e calcular quantidade de materiais para pintura. Identificar, preparar e aplicar tintas em superfícies, entre outras atividades.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto tendo, no mínimo, até o 4º ano concluído, conhecimentos e habilidades na área de atuação.

FUNÇÃO: SERVENTE

ATRIBUIÇÕES: Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações dos prédios da municipalidade, e serviços de copa, cozinha, preparo e distribuição de merenda escolar e serviços gerais.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto tendo, no mínimo, até o 4º ano concluído, conhecimentos e habilidades na área de atuação.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM INSEMINAÇÃO

ATRIBUIÇÕES: Manejar e monitorar a saúde e o comportamento de animais, executar trabalhos próprios de inseminação artificial e auxiliar nos trabalhos do médico veterinário.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto tendo, no mínimo, até o 4º ano concluído, conhecimentos e habilidades na área de atuação.

FUNÇÃO: VIVEIRISTA FLORESTAL

ATRIBUIÇÕES: Manejar recursos naturais, produzir mudas, realizar manutenção de plantas, efetuar preparo de mudas e sementes através da construção de viveiros e canteiros, realizar tratamentos culturais, executar atividades no viveiro florestal.

REQUISITOS: Ensino Fundamental Incompleto tendo, no mínimo, até o 4º ano concluído, conhecimentos e habilidades na área de atuação.

LEI Nº 2.110/2015

LEI Nº2.110/2015

ALTERA A SEÇÃO II, DO COMÉRCIO AMBULANTE DA LEI Nº1.440/2004 - CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Seção II do Capítulo I do Título IV da Lei Municipal nº. 1.440/2004, de 30 de novembro de 2004, que regulamenta o Comércio Ambulante e Eventual passa a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO II**DO COMÉRCIO AMBULANTE E EVENTUAL**

Art. 175. Para efeitos desta Lei considera-se:

I - Comércio Ambulante - as atividades comerciais ou de prestação de serviços itinerantes, ao consumidor final, realizadas em logradouros públicos, ou em locais pré-determinados pelo órgão competente da Administração Municipal.

II - Comércio Ambulante de Lanche Rápido - as atividades comerciais de preparação de alimentos para consumo imediato pelo consumidor final, podendo ser realizadas em estruturas fixas ou móveis, em logradouros públicos, ou em locais pré-determinados pelo órgão competente da Administração Municipal.

III - Comércio Eventual - as atividades destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, em espaço único ou dividido em stands individuais, com a participação de um ou mais interessados, cujo funcionamento será em caráter eventual, em período previamente determinado.

Art. 176. O exercício de quaisquer das atividades previstas nesta Seção dependerá sempre de prévia licença do Município, mediante requerimento do interessado e pagamento da Taxa de Licença, instruído com os documentos previstos no Decreto que regulamenta esta Lei.

Art. 177. Após apresentação, análise e aprovação das informações e dos documentos apresentados, o Órgão Municipal competente emitirá a licença de funcionamento.

Art. 178. Aos licenciados na forma desta Seção, é vedada a comercialização de:

I - bebidas alcoólicas;

II - armas, munições, fogos de artifícios ou similares;

III - medicamentos ou quaisquer outros produtos farmacêuticos;

IV - produtos de qualquer natureza, que sejam falsificados, pirateados, contrabandeados ou fruto de descaminho.

Art. 179. Sem prejuízo de outras obrigações específicas da atividade, os licenciados são obrigados a:

I - comercializar, exclusivamente as mercadorias constantes da licença;

II - exercer a atividade exclusivamente nos horários, locais e

espaços demarcados e indicados na licença;

III - comercializar mercadorias somente em perfeitas condições de uso ou consumo, que atendam a legislação em vigor;

IV - cumprir e fazer cumprir todas as normas legais incidentes sobre a atividade desenvolvida, sobretudo aquelas de natureza trabalhista, tributária e de defesa dos direitos do consumidor.

Subseção I**Do Comércio Ambulante**

Art. 179-A. Para obtenção da licença de Comércio Ambulante o interessado formalizará requerimento à Administração Municipal, acompanhado dos documentos previstos em Decreto.

Art. 179-B. A licença será expedida para um prazo máximo de 12 (doze) meses contínuos.

Parágrafo único. Antes de expirado o prazo previsto no caput, o interessado deverá protocolar pedido de renovação da licença, instruído dos mesmos documentos do pedido inicial.

Art.179-C. Sem prejuízo de outras obrigações, os licenciados obrigam-se a:

I - manter-se em rigoroso asseio pessoal, das instalações e do espaço ocupado;

II - portar-se com respeito com o público, com os colegas e evitar a perturbação da ordem e tranquilidade pública;

III - transportar seus bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito, sendo proibido usar os passeios para o transporte de volumes que atrapalhem a circulação de pedestres.

Parágrafo único. Poderá ainda ser exigido dos licenciados, em casos específicos e a critério da autoridade competente, cestos para lixo, mesa(s) e/ou equipamentos padronizados.

Art. 179-D. O abandono ou não comparecimento, sem justa causa, do licenciado ao local que lhe foi atribuído na licença, por prazo superior a 30 (trinta) dias, bem como a ocupação de espaços que não o expressamente determinado, implicará na cassação da licença.

Art. 179-E. É vedado transferir, locar ou sublocar, total ou parcialmente, a autorização para exploração do comércio ambulante.

Art. 179-F Constatada eventual irregularidade, a licença poderá ser cassada a qualquer tempo por se tratar de licença de caráter precário, não havendo aquisição de direito por parte do licenciado além daqueles previstos nesta Lei.

Subseção II**Do Comércio Ambulante de Lanches Rápidos**

Art. 179-G. A licença ao comerciante de lanches rápidos será concedida a quem cumprir os critérios desta lei, sendo pessoal e intransferível, limitada a 2 (dois) membros por núcleo familiar.

§ 1º Além do licenciado, só poderá prestar serviço no estabelecimento de lanches rápidos, pessoas de seu núcleo familiar e maiores de 18 (dezoito) anos de idade.

§ 2º Em caso de falecimento ou doença devidamente comprovada que impeça o titular de exercer a atividade será expedida licença especial ao dependente integrante da família, maior de 18

(dezoito) anos de idade pelo período restante da licença.

Art.179-H. O interessado deverá dispor dos serviços de água e energia elétrica, de forma direta ou através de solicitação às concessionárias dos respectivos serviços e o estabelecimento deverá respeitar o recuo mínimo de 1 (um metro) do alinhamento predial.

Art.179-I. O período máximo em que o estabelecimento poderá ficar aberto ao público sem disponibilizar banheiros àqueles que exercem a atividade de comércio de lanches rápidos será de 4 (quatro) horas.

Art. 179-J. Após o horário previsto para o funcionamento do estabelecimento de comércio de lanches rápidos, o carrinho de lanche, trailer ou veículo onde o mesmo estiver montado deverá ser retirado do local e levado para outro apropriado, de responsabilidade do licenciado.

Art. 179-K. Para obter a licença especial, deverá o interessado realizar a consulta prévia junto a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e após a liberação dos órgãos competentes, requerê-la perante a Diretoria de Tributação.

§ 1º Para o comércio de lanches rápidos é obrigatório o cumprimento da legislação pertinente ao Código Sanitário Municipal de Schroeder - Lei nº1.763/2009.

§ 2º A Vigilância Sanitária definirá o tipo de lanche rápido que poderá ser comercializado, considerando o espaço físico e equipamentos existentes no estabelecimento.

Art.179-LKesidencia xerc . Ao licenciado será permitido o uso dos equipamentos indispensáveis à prática de sua atividade desde que embutidos no veículo transportador e devidamente vistoriados e certificados pela Corporação de Bombeiros.

Art.179-M. Ficam isentos do recolhimento da Taxa de Licença para o exercício do comércio ambulante, as pessoas com deficiência (PcD), que exerçam atividade meramente de subsistência, devidamente comprovado através de laudo da Secretaria de Saúde e Assistência Social;

Subseção III

Do Comércio Eventual

Art.179-N. As feiras e eventos realizados no Município de Schroeder deverão ter como organizador pessoa jurídica promotora de eventos, independentemente da quantidade de feirantes/expositores que participarão do comércio eventual.

Parágrafo único. A promotora do evento é solidariamente responsável pelos bens e serviços colocados à venda pelos feirantes/expositores, respondendo inclusive pela garantia dos produtos, na forma do Código de Defesa do Consumidor.

Art. 179-O. As feiras e eventos realizados no Município de Schroeder deverão ser realizadas mediante licenciamento e em estrita observância à legislação, especialmente no que tange à tributária, trabalhista e consumerista.

Art. 179-P. Os vendedores ambulantes de lanches rápidos que participarem dos eventos previstos no art. 179-N, estarão submetidos às normas previstas na subseção II desta Lei.

Art. 179-Q. O Município poderá dispensar tratamento diferenciado, visando dar estímulo às atividades locais e de interesse da Administração Municipal, às:

I - feiras anexas ou realizadas em função de eventos estimulados,

promovidos ou apoiados pelo Município, desde que os produtos, bens e serviços oferecidos na feira se relacionem diretamente com o ramo de atividade do evento;

II - feiras de artesanato, devidamente autorizadas pelo Município;

III - feiras de produtos hortifrutigranjeiros, realizadas ou incentivadas pelo Poder Público Municipal, conforme regulamentação específica;

IV - feiras e exposições que não efetuem vendas a varejo.

Parágrafo único. A realização de feiras previstas no caput não exime seus organizadores, feirantes e expositores das obrigações decorrentes das legislações tributárias, consumeristas, de segurança e de vigilância sanitária pertinentes.

Subseção IV

Das Penalidades

Art.179-R. As infrações a quaisquer dos dispositivos desta Seção sujeitará o infrator as penalidades previstas no §4º do art. 86 do Código Tributário Municipal.

Art. 2º Esta Lei será regulamentada por Decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias, disciplinando os locais aptos a receber feiras e eventos e o processo administrativo para expedição das licenças, especialmente o horário de funcionamento e os prazos de apresentação dos documentos necessários.

Art. 3º Revoga-se a Lei Municipal nº. 1.962/2013, de 1º de outubro de 2013.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 18/2015-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 9/2015 - DLProcesso Administrativo:
Processo de Licitação: 18/2015
Data do Processo: 17/03/2015

Objeto: Aquisição de ácido utilizado em procedimentos ginecológicos, usados no tratamento da infecção por HPV, realizados na Unidade Central de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 3 / 2015

Motivo: Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta.

Schroeder, 30 de Junho de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ATA PREGÃO PRESENCIAL 18/2015-FMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2015 Data do Processo: 28/05/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 37/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para abertura da licitação conforme marcado anteriormente pela segunda vez. E para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo pela segunda vez, no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/ SC. Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 30 de Junho de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- - Equipe de Apoio

DISPENSA 27/2015-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 27/2015 - DLCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 53/2015
Data: 30/06/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: PORTAL PCH LTDA
Endereço: Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF, 66
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 10.543.892/0001-20

Código: 12810

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload - Local:ESF III – Sossego, Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego, CEP 89275-000, 47 3374-1107 / 47 3374-0632 - Lat 26°23'41.01"S, Lon 49° 5'21.10"O pelo período de 3 meses. Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512Kbps de Upload - Local:ESF III – Sossego, Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego, CEP 89275-000, 47 3374-1107 / 47 3374-0632 - Lat 26°23'41.01"S, Lon 49° 5'21.10"O	MÊS	140,00	420,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

"A empresa contratada através do processo de licitação 220/2013-PMS para oferta de internet banda larga, apresentou desinteresse na renovação contratual para 2015 do item 15 (ESF3) devido ao serviço prestado ser realizado por empresa terceirizada e possuir dificuldades técnicas para oferecer um serviço de boa qualidade. Como todo o atendimento aos pacientes é realizado através de sistema on-line, a prestação do serviço de internet é indispensável.

"

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 30 de Junho de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 27/2015 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 53/2015
Data: 30/06/2015

Folha: 2/2

24/06/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 24 de Junho de 2015

Valor da Despesa: 420,00 (quatrocentos e vinte reais)**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA Nº 08/2015-FAS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 8/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 12/2015
Data: 30/06/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: **DAVID TIAGO CARDOSO**
Endereço: RUA JOSE ROSA, Nº 509, 509, AP 201
Cidade: Itajaí - SC
CPF: 043.078.679-47

Código: 13127

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de palestrante para dia 15 de Julho de 2015, VIII Conferência Municipal de Assistência Social de Schroeder, para o período das 12h45min às 18h30min para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de palestrante para dia 15 de Julho de 2015, VIII Conferência Municipal de Assistência Social de Schroeder, para o período das 12h45min às 18h30min	UN	630,00	630,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Se faz necessário palestrante para o evento para abordar o tema principal: "Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2016". O palestrante fará a palestra e orientará o andamento das oficinas do dia. Tendo como dimensões:
DIMENSÃO 1 – Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo;
DIMENSÃO 2 - Participação social como fundamento do pacto federativo no SUAS;
DIMENSÃO 3– Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo;
DIMENSÃO 4 – Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto federativo;
DIMENSÃO 5–Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo.
A equipe técnica da Assistência Social juntamente com a comissão organizadora ficará responsável por todo o processo de organização da Conferência no restante que se faz necessário.

Schroeder, 30 de Junho de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 8/2015 - DL**

Processo Nr.: 12/2015
Data: 30/06/2015

Folha: 2/2

25/6/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 25 de Junho de 2015

Valor da Despesa: 630,00 (seiscentos e trinta reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 029/2015- CREDENCIAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 029/2015 - CREDENCIAMENTO

OBJETO: Objetiva credenciar e classificar Empresas Construtoras Especializadas em Obras e Serviços de Engenharia interessadas em apresentar, quando convocadas, proposta para a produção de "EMPREENHIMENTO HABITACIONAL VERTICAL/HORIZONTAL", em terrenos urbanos do Município de SERRA ALTA/SC, localizado em área de habitação de interesse social, a ser contratado através de financiamento com recursos do programa "Minha Casa, Minha Vida", em parceria com a Caixa Econômica Federal.

Entrega do Envelope: 08:30 horas do dia 17 de Agosto de 2015.

Abertura do Envelope: 09:00 horas do dia 17 de Agosto de 2015.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 01 de julho de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

Siderópolis

PREFEITURA

LEI Nº 2.149/2015

LEI Nº 2.149, DE 17 DE JUNHO DE 2015

ALTERA ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº1.985/2011

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - No Anexo Único da Lei Municipal nº1.985, de 20 de Dezembro de 2011 o cargo de Médico Plantonista passa a constar com o Salário de R\$ 80,00 (oitenta reais) por hora trabalhada.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao mês de maio de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei 2.047 de 03 de julho de 2013.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 17 de junho de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 17 de junho de 2015.

LEI Nº 2.150/2015

LEI Nº 2.150, DE 24 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A FIXAR NOVOS VALORES DAS DIÁRIAS PARA PREFEITO, VICE E/OU SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Os agentes políticos, Prefeitos e Vice-Prefeito Municipal, e/ou servidores públicos do Município que se deslocarem temporariamente da respectiva sede, a serviço da municipalidade, conceder-se-á o transporte e o pagamento antecipado de diárias ou em forma de atendimento, a título de indenização das despesas de alimentação, estadia e deslocamento, observando o disposto nesta Lei.

Art. 2º - A autorização de viagem e o pagamento das diárias ficam condicionadas à formalização de proposta, através de roteiro de viagem, preenchido de forma clara e objetiva, de modo a possibilitar que a autoridade competente conheça a natureza e a finalidade da missão.

Art. 3º - As diárias e/ou adiantamentos destinam-se à indenização das despesas extraordinárias com alimentação e estadia, sendo concedidas por dias de afastamento da sede do Município, quando se ausentarem por um período mínimo de 6 (seis) horas.

§ 1º - As diárias serão calculadas por período de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da partida do servidor ou do agente político.

§ 2º - A fração de período será contada como meia diária quando inferior a 12 (doze) horas e superior a 6 (seis) horas.

Art. 4º - Os gastos provenientes de adiantamento de despesas deverá ser comprovado através de prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da concessão.

Art. 5º - As diárias estimadas para o deslocamento de servidores e/ou agentes políticos serão pagas com um mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do dia da viagem, devendo este apresentar relatório por escrito, comprobatório do deslocamento, até o máximo de 3(três) dias do seu retorno.

Art. 6º - Quando, por qualquer circunstancia não for realizado a viagem do afastamento, o servidor municipal e/ou agente político, restituirá as diárias em sua totalidade e no mesmo prazo estabelecido no artigo anterior, a contar da data em que deveria ter viajado.

Art. 7º - Para efeito desta Lei, excluem-se do benefício da Diária, quando o Prefeito, Vice e/ou Servidores, estiverem a serviços do Município na Micro Região da AMREC ou em Município limítrofes a Siderópolis.

Art. 8º - Compete ao Secretário de Administração e/ou de finanças, solucionar as dúvidas decorrentes da aplicação desta Lei.

Art. 9º - O Município pagará aos seus servidores e/ou agentes políticos, os seguintes valores a título de diárias e atendimentos:

Grupos	Cidades dentro do Estado	Secretários/Assessor Jurídico/Assessores Especiais	R\$ 300,00
Prefeito/Vice-Prefeito	R\$ 400,00	Cidades fora do Estado	R\$ 300,00
		Brasília	R\$ 800,00
		Demais Servidores	R\$ 200,00

Parágrafo Único - As diárias para o exterior terão seus valores dobrados com relação aos valores das diárias de Brasília.

Art. 10 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar anualmente a tabela de acordo com os índices oficiais.

Art. 11. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 1.324 de 20 de fevereiro de 2001.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 24 de junho de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 24 de junho de 2015.

LEI Nº 2.151/2015

LEI Nº 2.151, DE 24 DE JUNHO DE 2015

"DENOMINA RODOVIA NOSSA SENHORA DO CARMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de RODOVIA NOSSA SENHORA DO CARMO a Rodovia SID 154, localizada na Comunidade do Rio Kuntz.

Art. 2º A Rodovia agora denominada RODOVIA NOSSA SENHORA DO CARMO tem seu início na Rodovia SC 447 e seu término em frente à Igreja nossa Sra. do Carmo.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 24 de junho de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 24 de junho de 2015.

LEI Nº 2.152/2015

LEI Nº 2.152, DE 24 DE JUNHO DE 2015

ALTERA OS INCISOS I E II DOS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 1º, REVOGA O ART 2º DA LEI 1671 DE 28 DE MARÇO DE 2007

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Altera os incisos I e II dos parágrafos 2º e 3º do Art. 1º, revoga o Art. 2º da Lei 1671 de 28 de março de 2007, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º(...)

§ 1º (....)

§ 2º O valor de cada diária para os Vereadores serão os seguintes:

I - Estado de Santa Catarina - R\$ 400,00 (quatrocentos reais);

II - capital Federal e de outros Estados - R\$ 800,00 (oitocentos reais).

III – (...)

§ 3º O valor de cada diária para os servidores do legislativo serão os seguintes:

I - Estado de Santa Catarina - R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

II - capital Federal e de outros Estados - R\$ 600,00 (seiscentos reais).

III – (...).”

“Art. 2º - Revogado”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Antônio Feltrin”
Em, 24 de junho de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal “Antônio Feltrin”, em 24 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 179/2015

PORTARIA Nº 179, DE 27 DE MAIO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO À SERVIDORA KARINA DAMIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Curso de Aperfeiçoamento à servidora KARINA DAMIN, brasileira, CPF nº 028.941.199-84, Professora MAG/LP, do Quadro Permanente do Município, de B4 para C4.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de maio de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Maio de 2015.

PORTARIA Nº 186/2015

PORTARIA Nº 186, DE 28 DE MAIO DE 2015

Cessa os efeitos da portaria nº 156/2015

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº156/2015, considerando o retorno ao trabalho da servidora EVA ALVINA VIOLA DE BONA PORTON, CPF/MF nº 047.644.519-13, Auxiliar de Serviços Gerais, a contar de 22/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 28 de maio de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de maio de 2015.

PORTARIA Nº 192/2015

PORTARIA Nº 192, DE 28 DE MAIO DE 2015

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA RENATA PEREIRA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento à servidora RENATA PEREIRA DA SILVA, CPF/MF nº 041.720.099-48, ocupante do cargo de Assistente Social, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 02 (dois) anos a partir de 01/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 28 de maio de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de maio de 2015.

PORTARIA Nº 201/2015

PORTARIA Nº 201, DE 10 DE JUNHO DE 2015

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA ANGÉLICA VIVIANE DE SOUZA SAVARIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato da funcionária ANGÉLICA VIVIANE DE SOUZA SAVARIS, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 868.704.919-68, Professor MAG-LP, na Secretaria de Educação, a contar de 08/06/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 10 de junho de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 202/2015

PORTARIA Nº 202, DE 10 DE JUNHO DE 2015

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO PEDRO ANTÔNIO DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato do funcionário PEDRO ANTÔNIO DE SOUZA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 579.828.569-34, Operador de Retroescavadeira, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 01/06/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 10 de junho de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 203/2015

PORTARIA Nº 203, DE 10 DE JUNHO DE 2015

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA FABIANA BITTENCOURT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária FABIANA BITTENCOURT, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 854.919.779-34, Professor MAG-LP, na Secretaria de Educação, a contar de 01/06/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 10 de junho de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 204/2015

PORTARIA Nº 204 DE 16 DE JUNHO DE 2015

ALTERA A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA MARIÂNGELA DE MATTIA CARDOSO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011; RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da funcionária MARIÂNGELA DE MATTIA CARDOSO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 026.877.739-05, para 20 horas semanais, na Secretaria de Assistência Social, a contar de 01/06/2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 16 de junho de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 205/2015

PORTARIA Nº 205 DE 23 DE JUNHO DE 2015

Cessa os efeitos da portaria nº154/2015

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº154/2015, considerando o retorno ao trabalho da servidora MARINÊS CIPRIANO MARTINS, CPF/MF nº 021.818.999-08, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 01/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 23 de junho de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 206/2015

PORTARIA Nº 206, DE 23 DE JUNHO DE 2015

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO ROGÉRIO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato do funcionário ROGÉRIO DA SILVA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 038.995.679-19, Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 12/06/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 23 de junho de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 207/2015

PORTARIA Nº 207, DE 23 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA DANIELA DE OLIVEIRA SEBASTIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a funcionária DANIELA DE OLIVEIRA SEBASTIÃO, CPF/MF nº 026.310.309-90, Professora de Educação Infantil, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 06/06/2015.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 23 de junho de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 208/2015

PORTARIA Nº 208, DE 24 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA VANESSA PAES PAZETTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a funcionária VANESSA PAES PAZETTO, CPF/MF nº 045.6818.809-39, Chefe de Departamento - C2, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 01/07/2015.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 24 de junho de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 209/2015

PORTARIA Nº 209, DE 24 DE JUNHO DE 2015

CONTRATA ROBINSON CARLOS FERNANDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ROBINSON CARLOS FERNANDES, brasileiro, CPF/MF sob nº 025.154.759-06, para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 09/06/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 24 de junho de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 210/2015

PORTARIA Nº 210, DE 24 DE JUNHO DE 2015

CONTRATA NELI TEREZINHA CESCONETTO CARMINATI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente NELI TEREZINHA CESCONETTO CARMINATI, brasileira, CPF/MF sob nº 833.382.769-15, para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Saúde, a contar de 08/06/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 24 de junho de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 211/2015

PORTARIA Nº 211 DE 26 DE JUNHO DE 2015

Cessa os efeitos da portaria nº274/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº274/2013, considerando o retorno ao trabalho do servidor CLAUDIOMIR JOSÉ VIEIRA, Guarda Municipal, CPF Nº 037.977.649-95, a contar de 12/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 26 de junho de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de junho de 2015.

PORTARIA Nº 212/2015

PORTARIA Nº 212, DE 26 DE JUNHO DE 2015

Concede Renovação de Licença sem vencimentos POR MOTIVOS PARTICULARES À servidorA VANESSA ANDRÉA TONELLI COSTA e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 § 3º da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Renovar a licença, por motivos particulares à servidora VANESSA ANDRÉA TONELLI COSTA, CPF/MF 887.798.749-91, Dentista, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 17/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 26 de Junho de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de Junho de 2015.

PORTARIA Nº 213/2015

PORTARIA Nº 213, DE 26 DE JUNHO DE 2015

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA ZANEIDE GABRIEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária ZANEIDE GABRIEL, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 935.744.529-34, Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Saúde, a partir de 29/06/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 26 de junho de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de junho de 2015.

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 109/2015

DECRETO Nº 109, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.022 - Serviços de Combate a Epidemiologia

3.3.90.00.00.00.00.0036 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 36 (recursos da epidemiologia).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 25 junho de 2015.

Valmir Daminelli

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 110/2015

DECRETO Nº 110, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 138.666,67 (cento e trinta e oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos), na seguinte dotação do orçamento vigente:

04.04 - DIRETORIA DE ESTRADAS E RODAGENS

2.046 - Manutenção da Rede Viária Municipal

4.4.90.00.00.00.00.00619 - Aplicações Diretas R\$ 138.666,67

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 0619 (Recuperação de Estradas).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 25 junho de 2015.

Valmir Daminelli

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº. 039/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº. 039, DE 30 DE JUNHO DE 2015.

Consolida a legislação que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais do Município de Sombrio e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei Complementar:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Fica atribuído e consolidado à presente Lei Complementar o Plano de Carreira dos Servidores da Prefeitura Municipal de Sombrio, integrado por cargos permanentes, classificados na forma desta lei complementar, que passa a disciplinar os dispositivos pertinentes.

Parágrafo único: Os Profissionais em Educação serão regidos por Plano de Carreira próprio, excetuando-se desta Lei Complementar.

Art. 2º. O Regime Jurídico aplicado aos Servidores regidos por esta Lei Complementar é o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sombrio.

CAPÍTULO II**DOS CONCEITOS**

Art. 3º. Para efeito da aplicação desta lei complementar, considera-se:

I – PLANO DE CARREIRA – Conjunto de diretrizes e normas que estabeleçam a estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e desenvolvimento dos profissionais.

II – CARREIRA – É o agrupamento de cargos integrantes do plano de carreira e remuneração, observadas a natureza e complexidade das atribuições e habilitação profissional.

III – CARGO – Conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao profissional, previstas no plano de carreira e remuneração, de acordo com a área de atuação e formação profissional.

IV – CATEGORIA FUNCIONAL – Conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional.

V – VENCIMENTO – Retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

VI – REMUNERAÇÃO – Vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecido em lei.

VII – GRUPO OCUPACIONAL – Conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade.

VIII – PROGRESSÃO FUNCIONAL – Ascensão de remuneração, por avaliação de desempenho.

IX – QUADRO DE PESSOAL – Conjunto de cargos de provimento efetivo e comissionado.

CAPÍTULO III**DO QUADRO DE PESSOAL****Seção I****Dos Cargos Permanentes**

Art. 4º. O Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Sombrio, compõe-se de Cargos Permanentes e Comissionados, constantes dos anexos I e II, integrantes da presente lei complementar, distribuídos nos seguintes Grupos Ocupacionais:

I - Grupo I – Atividades de Nível Superior – ANS;

II - Grupo II – Atividades de Nível Médio – ATM;

III - Grupo III – Transportes, Obras e Serviços Gerais – TSG

IV - Grupo IV – Cargos de Provimento em Comissão. DAS

Art. 5º. Cada Grupo Ocupacional, abrangendo várias atividades, compreende:

I – Atividades de Nível Superior – ANS: Os cargos a que sejam inerentes as atividades compreendidas nas áreas de Ciências e Tecnologia e de Ciências Humanas e Sociais, indispensáveis ao pleno funcionamento dos órgãos que integram a Estrutura Organizacional da Prefeitura;

II – Atividades Nível Médio – ATM: Cargos da Administração Geral – para cujo desempenho é exigido diploma de Nível Médio;

III – Transportes, Obras e Serviços Gerais – TSG: Os cargos inerentes às atividades operacionais, conservação de instalações, estradas e

bens, manutenção e transportes.

IV – Cargos Comissionados – de livre nomeação e exoneração.

Seção II

Dos Cargos Comissionados

Art. 6o. Ficam criados os Cargos de Provisão em Comissão, de livre nomeação e exoneração, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal, de acordo com os anexos IV e V, partes integrantes desta lei complementar.

§ 1º. Será concedido “Adicional de Interinidade”, ao ocupante de Cargo Comissionado designado para o exercício de atividade complementar ou exercício interino concomitante com outro cargo em comissão, correspondente a 15% (quinze por cento) da remuneração do cargo que originalmente ocupa, enquanto perdurar a interinidade.

§ 2º. As atribuições dos Cargos em Comissão de que trata a presente lei complementar estão relacionadas nos Anexos IV, V, VI.

Art. 7o. Ao servidor efetivo, quando nomeado para cargo de provimento em comissão, será permitida a opção pela maior remuneração.

CAPÍTULO IV

DO INGRESSO E DA LOTAÇÃO

Art. 8º. A investidura em Cargo Público, far-se-á mediante aprovação em Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos.

Parágrafo único: A habilitação exigida para ingresso de cada cargo está descrita no Anexo II, parte integrante desta lei complementar.

Art. 9º. Os servidores terão lotação na Administração Central, e exercício nos locais para onde for designado pela chefia imediata, observado o interesse público.

CAPÍTULO V

DA REMUNERAÇÃO, DAS GRATIFICAÇÕES E DO TETO

Art. 10. Nenhum servidor, ativo ou inativo, poderá perceber, mensalmente, remuneração superior a do Prefeito Municipal.

Art. 11. A revisão geral da remuneração dos servidores públicos será feita anualmente no mês de maio, qualquer que seja o quadro a que pertençam.

Art. 12. O vencimento é irredutível.

Art. 13. As Funções Gratificadas serão concedidas por ato do Chefe do Poder Executivo, a servidores do quadro permanente e/ou a servidores cedidos ou colocados à disposição por outros órgãos públicos, regidos pelo critério de confiança, a que sejam inerentes as atividades de execução e controle, de acordo com o anexo VI, parte integrante desta lei complementar.

Art. 14. O servidor perderá:

I – A remuneração dos dias que faltar ao serviço, salvo justificativa aceita pela chefia imediata, até o limite de uma falta por mês.

II – A parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a dez minutos, salvo justificativa aceita pela chefia imediata.

III – A remuneração do cargo efetivo se nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de opção e o de acumulação permitida.

Art. 15. Salvo por imposição legal ou ordem judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, exceto os descontos legais.

Parágrafo único: Mediante autorização do servidor poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição dos custos, quando significativamente onerosos.

Art. 16. O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.

Art. 17. Incorpora-se ao patrimônio do servidor, passando a integrar a sua remuneração, a expressão monetária da Progressão Funcional, até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do vencimento inicial do Cargo.

§ 1º. Nenhuma outra gratificação será incorporada ao vencimento do servidor.

§ 2º. Os servidores que já tiverem atingido o limite do teto da progressão funcional nos termos do caput deste artigo, serão considerados em final de carreira, sem direito a progressão funcional, assegurado o direito à percepção do triênio, nos termos do estatuto.

CAPÍTULO VI

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 18. A Progressão Funcional ocorrerá a cada 03 (três) anos e consiste na incorporação ao vencimento da expressão monetária a que tiver direito, nos termos do parágrafo segundo do artigo 21 desta lei complementar.

Art. 19. A Progressão Funcional dar-se-á pelo critério de Avaliação de Desempenho.

§ 1º. Os servidores já em exercício terão direito a progressão por Avaliação de Desempenho considerados os dispositivos da legislação aplicada até a presente data, sem interrupção da contagem de tempo para este efeito.

§ 2º. - Os servidores que ingressarem a partir da vigência da presente lei complementar terão direito a Progressão por Avaliação de Desempenho na forma do artigo 18.

§ 3º. Não se procedendo a avaliação de desempenho, o servidor terá direito a maior Progressão possível.

Art. 20. A avaliação deve medir o desempenho do servidor no cumprimento das suas atribuições, levando em consideração os seguintes critérios comportamentais, estratégicos e operacionais:

I - Qualidade do trabalho;

II - Produtividade no trabalho;

III- Iniciativa no trabalho;

IV - Presteza;

V - Aproveitamento em programas de capacitação;

VI - Administração do tempo;

VII - Uso Adequado dos equipamentos, materiais, documentos e organização (planejamento);

VIII - Relacionamento (comunicação);

IX - Ética Profissional (conduta);

X - Prestação de serviços e/ou atendimento aos munícipes.

§ 1º. Os critérios de que trata este artigo poderão ser adaptados e/ou modificados em função da natureza do cargo do servidor.

§ 2º. Não logrando êxito na avaliação, o servidor perderá a promoção a que teria direito.

Art. 21. A avaliação de desempenho será cumulativa e realizada anualmente, através de preenchimento de formulário específico, levando-se em consideração os critérios estabelecidos no artigo anterior.

§ 1º. A avaliação de desempenho será feita por Comissão constituída para esta finalidade, formada por 07 (sete) servidores efetivos, sendo 01 (um) de cada Secretaria, eleitos pelos Servidores do respectivo órgão, com a participação do Diretor dos Recursos Humanos e do Secretário da Administração, que poderão contar com a assessoria dos chefes imediatos dos servidores a serem avaliados.

§ 2º. A Progressão Funcional será concedida com base no resultado da Avaliação de Desempenho alcançada pelo servidor, na média do período aquisitivo, com os seguintes conceitos e percentual, sobre o seu vencimento:

ÓTIMO: servidor que obtiver no mínimo 5 (cinco) notas "A" e nenhuma nota "C" ou "D", terá Progressão Funcional de 3,0 % (três) por cento;

BOM: servidor que obtiver no máximo 3 (três) notas "C" e nenhuma nota "D" terá Progressão Funcional de 2,0% (dois) por cento;

REGULAR: servidor que obtiver no máximo 4 (quatro) notas "C" ou 1 (uma) nota "D", terá Progressão Funcional de 1% (um) por cento, sobre o vencimento;

PÉSSIMO: servidor que obtiver 5 (cinco) ou mais notas "C" ou 2 (duas) ou mais notas "D", Sem Progressão Funcional.

§ 3º. A avaliação de desempenho do servidor será feita com ciência do mesmo, assegurado o princípio da ampla defesa

Art. 22. Não terá direito a progressão funcional o servidor que, durante o período aquisitivo, sofrer uma das seguintes penalidades:

I – Somar duas penalidades de advertência por escrito;

II – Sofrer pena de suspensão disciplinar;

III – Completar três faltas injustificadas ao serviço;

IV – Somar cinco chegadas atrasadas ou saídas antecipadas, sem autorização da chefia imediata.

Art. 23. A progressão por desempenho será regulamentada pelo chefe do poder executivo.

CAPÍTULO VII

Seção I

Da Jornada De Trabalho

Art. 24. O servidor incluído no Plano de Carreira de que trata esta lei complementar, fica sujeito ao máximo de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

§ 1º. O Servidor poderá ser admitido para ter jornada semanal de trabalho de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) horas ou correspondente às atividades desenvolvidas, de acordo com a necessidade do serviço público, percebendo vencimentos proporcionais às horas trabalhadas.

§ 2º. O Edital convocatório para preenchimento de cargos explicitará a carga horária do Cargo posto em Concurso Público ou Processo Seletivo, para Admissão em Caráter Temporário.

§ 3º. O expediente da Prefeitura Municipal de Sombrio poderá ser reduzido a menos número de horas de trabalho semanal, por decreto do Chefe do Poder Executivo, sem redução salarial.

§ 4º. A pedido e a critério do Chefe do Poder Executivo, poderá ser concedida redução da carga horária do servidor, com redução proporcional dos vencimentos.

Art. 25. O adicional pela prestação de serviço extraordinário será pago por hora de trabalho que exceda o período normal de expediente, acrescido de 50% (cinquenta por cento) da hora normal de trabalho.

§ 1º. O valor da hora normal de trabalho será determinado com base na remuneração do servidor.

§ 2º. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporais.

§ 3º. Fica estabelecido que os servidores poderão ter jornada de trabalho especial mediante prorrogação e/ou compensação de horas de trabalho.

§ 4º. As horas trabalhadas em regime de compensação não serão consideradas como extraordinárias.

Seção II

Do Horário De Trabalho

Art. 26. O registro de frequência é diário, mecânico, magnético ou equivalente ou, nos casos indicados em regulamento, por outra forma que vier a ser adotado.

§ 1º. Todos os servidores devem observar rigorosamente o seu trabalho previamente estabelecido.

§ 2º. Havendo cartão ponto ou equivalente, este deve ser marcado pelo próprio servidor.

§ 3º. Nenhum servidor pode deixar seu local de trabalho durante o expediente, sem autorização.

§ 4º. Quando houver necessidade de trabalho fora do horário normal de funcionamento do órgão, deve ser providenciada a autorização específica.

CAPÍTULO VIII

DA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Art. 27. Fica autorizada a contratação de servidores em caráter temporário, atendendo vencimentos e quadro de vagas desta lei complementar, nos seguintes casos:

I - Execução de serviço por profissional especializado que não exija a criação de cargo;

II - Situação de Calamidade Pública e combate a surtos epidêmicos que exijam suplementação da mão-de-obra, inclusive em convênio com outros órgãos de governo; e

III – Outros casos autorizados por Lei.

§ 1º. O prazo de contratação não será superior:

I - A seis meses, nos casos do inciso I; e

II – Enquanto perdurar o convênio ou a calamidade, no caso dos incisos II e III.

§ 2º. O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado.

§ 3º. Nas contratações por prazo determinado, serão observados os níveis iniciais de vencimentos constantes da escala do anexo VII parte integrante desta lei complementar, inclusive para atividades assemelhadas.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 28. Aos servidores não integrantes do quadro de cargos de provimento efetivo, admitidos em caráter temporário e Cargos Comissionados, são assegurados todos os direitos dos servidores efetivos, exceto:

I - Efetividade;
II - Estabilidade;
III - Progressão Funcional;
IV - Licença para atividade política ou desempenho classista; e
V - Triênio.

Art. 29. Os valores constantes da Tabela de Vencimentos Anexos V, VI, e VII serão modificados na mesma proporção e na mesma data, sempre que forem reajustados, os vencimentos dos servidores, incluídos os tetos.

Art. 30. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar Concursos Públicos para o preenchimento dos cargos vagos constantes dos anexos desta lei complementar.

Art. 31. O Chefe do Poder Executivo expedirá atos administrativos complementares necessários à plena execução desta lei, inclusive atribuições dos cargos e/ou funções.

Art. 32. Ficam extintos, quando vagarem, os cargos de Atendente de Enfermagem, Técnico em Cerâmica, Coveiro, Viveirista Florestal, Administrador e Vigia, de acordo com o anexo VIII, parte integrante desta lei complementar.

Art. 33. Os servidores ocupantes do Cargo de Auxiliar de Serviço Educacional ficam enquadrados no Cargo de Servente/Merendeira.

Art. 34. Aplicam-se aos inativos e pensionistas os benefícios desta lei complementar.

Art. 35. São Partes integrantes desta lei complementar os Anexos de I à VIII.

Art. 37. As despesas decorrentes desta lei complementar correrão a conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 38. Ficam convalidados os atos praticados até a presente data com base na Lei Municipal n.º 1.415, de 20 maio de 2003 e alterações posteriores.

Art. 39. Revogadas as disposições em contrário, esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 30 de junho de 2015.

Valmir Daminelli

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

ANEXO I

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Administrador
Agente de Controle Interno
Advogado – 20 horas
Arquiteto
Bibliotecário
Assistente Social
Bioquímico - 20 horas
Contador
Controlador Interno
Enfermeiro
Engenheiro Agrimensor
Engenheiro Agrônomo
Engenheiro Civil
Engenheiro Sanitarista
Farmacêutico
Fisioterapeuta – 20 horas
Fonoaudiólogo
Médico – 20 horas
Médico Veterinário
Nutricionista
Odontólogo - 20 horas
Psicólogo

GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO - ATM

Agente Administrativo
Agente Comunitário de Saúde
Almoxarife
Atendente de Enfermagem
Auxiliar Administrativo I
Auxiliar Administrativo II
Auxiliar Administrativo III
Auxiliar de Biblioteca
Auxiliar de Enfermagem
Auxiliar de Radiologia
Desenhista
Fiscal de Obras e Posturas
Fiscal de Tributos
Office-Boy
Operador de Computador
Recepcionista
Técnico Agrícola
Técnico em Agrimensura
Técnico em Agropecuária
Técnico em Cerâmica
Técnico em Contabilidade
Técnico em Enfermagem
Técnico em Informática
Telefonista
Tesoureiro
Vigilante Sanitário

GRUPO III– TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS AUXILIARES – TSA.

Auxiliar de Serviços Gerais
Borracheiro
Carpinteiro
Coveiro
Eletricista
Mecânico
Motorista
Operador de Equipamentos
Pedreiro
Servente/Merendeira
Vigia
Viveirista

ANEXO II

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Categorias Funcionais	Habilitação Profissional
Administrador	Portador de Certificado de Conclusão de Curso superior e registro profissional
Advogado – 20 horas	Nível Superior na área de Ciências Jurídicas ou equivalente, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Assistente Social	Nível superior na Área de atuação e registro profissional
Agente de Controle Interno	Nível Superior, independentemente da área.
Bioquímico - 20 horas	Nível superior na Área de atuação e registro profissional
Contador	Nível superior na Área de atuação e registro profissional
Controlador Interno	Nível Superior em Ciências Contábeis, Administração, Direito, Economia ou curso correlato.
Enfermeiro	Nível superior na Área de atuação e registro profissional

Engenheiro Agrimensor	Nível superior na Área de atuação e registro profissional
Engenheiro Agrônomo	Nível superior na Área de atuação e registro profissional
Engenheiro Civil	Nível superior na Área de atuação e registro profissional
Engenheiro Sanitarista	Nível superior na Área de atuação e registro profissional
Farmacêutico	Portador de Certificado de conclusão de curso superior na área, com registro respectivo órgão.
Fisioterapeuta - 20 horas	Nível superior na Área de atuação e registro profissional
Fonoaudiólogo	Nível superior na Área de atuação e registro profissional
Médico – 20 horas	Nível superior na Área de atuação e registro profissional
Médico Veterinário	Nível Superior na área de Medicina Veterinária, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Nutricionista	Nível superior na Área de atuação e registro profissional
Odontólogo - 20 horas	Nível superior na Área de atuação e registro profissional
Psicólogo	Nível superior na Área de atuação e registro profissional
Controlador Interno	Nível Superior em Ciências Contábeis, Administração, Direito, Economia ou curso Correlato.

GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO - ATM

Categorias Funcionais	Habilitação Profissional
Agente Administrativo	Ensino Médio e experiência na área de atuação.
Agente Comunitário de Saúde	
Almoxarife	
Atendente de Enfermagem	
Auxiliar Administrativo I	
Auxiliar Administrativo II	
Auxiliar Administrativo III	
Auxiliar de Biblioteca	
Auxiliar de Radiologia	
Fiscal de Obras e Posturas	
Fiscal de Tributos	
Office-Boy	
Operador de Computador	
Recepcionista	
Telefonista	
Tesoureiro	
Vigilante Sanitário	Portador de Certificado de Conclusão de Ensino Médio Técnico, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão, se houver, e Experiência comprovada na área de atuação.
Auxiliar de Enfermagem	
Desenhista	
Técnico Agrícola	
Técnico em Agrimensura	
Técnico em Agropecuária	
Técnico em Cerâmica	
Técnico em Contabilidade	
Técnico em Enfermagem	
Técnico em Informática	

GRUPO III – TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS AUXILIARES – TSA.

Categorias Funcionais	Habilitação Profissional
Auxiliar de Serviços Gerais	Portador de Certificado de Conclusão da 4º
Borracheiro	Série do Ensino Fundamental e/ou
Carpinteiro	Experiência na área de atuação.
Coveiro	
Eletricista	
Mecânico	

Pedreiro	
Servente/Merendeira	
Vigia	
Viveirista	
Motorista	Portador de Certificado de Conclusão da 4º
Operador de Equipamentos	Série do Ensino Fundamental e/ou Experiência na área de atuação e carteira de habilitação
	conforme dispuser o Edital do Concurso

	ANEXO III ATIVIDADES ESPECÍFICAS GRUPO I – ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR – ANS
Nome do cargo	Atividades Específicas
Administrador	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planeja, organiza e supervisiona os serviços técnicos-administrativos, a utilização dos recursos humanos, materiais e relações públicas, estabelecendo princípios, normas e funções, para assegurar correta aplicação, produtividade e eficiência dos referidos serviços. Promover medidas administrativas voltadas a gestão da administração pública e controle interno, além de outras atividades correlatas.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Analisa as características da empresa os recursos disponíveis e a rotina dos serviços, colhendo informações em documento, junto ao pessoal ou por outro meio, para avaliar, estabelecer ou alterar práticas administrativas; Estuda e propõe métodos e rotinas de simplificação e racionalização dos serviços e respectivos planos de aplicação, utilizando organogramas, fluxogramas e outros recursos, para operacionalizar e agilizar os referidos serviços; Analisa os resultados de implantação de novos métodos, efetuando comparações entre as metas programadas e os resultados atingidos, para corrigir distorções, avaliar desempenhos e replanejar o serviço administrativo; Determina a metodologia a ser utilizada nos serviços ligados à análise, classificação e avaliação de cargos, redigindo as instruções necessárias, para implantar e/ou aperfeiçoar o sistema de classificação de cargos; Prepara estudos pertinentes e recrutamento, seleção, treinamento, promoção e demais aspectos da administração de pessoal, utilizando seus conhecimentos técnicos e compilando dados, para definir metodologia, formulários e instruções a serem utilizados; Acompanha o desenvolvimento da estrutura administrativa da organização, verificando o funcionamento de suas unidades segundo regimentos e regulamentos vigentes, para propor e efetivar sugestões; Executa outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Arquiteto	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Elabora, executa e dirige atividades referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos, monumentos, arquitetura paisagística e de interiores, planejamento físico, local, urbano, regional e outras atividades correlatas.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Consulta o solicitante do órgão municipal requerente, trocando impressões acerca do tipo, dimensões, estilo da edificação, bem como, qual o material a ser escolhido, duração e outros detalhes do empreendimento, para determinar as características essenciais à elaboração do projeto; Planeja as plantas e especificações do projeto, aplicando princípios arquitetônicos, funcionais e estéticos, para integrar elementos estruturais, estéticos e funcionais dentro de um espaço físico; Elabora o projeto final, segundo sua imaginação e capacidade inventiva e obedecendo a normas, regulamentos de construção vigentes e estilos arquitetônicos do lugar, para orientar os trabalhos de construção ou reforma de obras públicas, conjuntos urbanos, edificações e outras obras públicas; Prepara previsões detalhadas das necessidades da construção, determinando e calculando materiais, mão-de-obra, tempo de duração e outros elementos para estabelecer os recursos indispensáveis à realização do projeto; Consulta engenheiros, orçamentistas e outros especialistas, discutindo o arranjo geral das estruturas e a distribuição dos diversos equipamentos, com vistas ao equilíbrio técnico funcional, do conjunto, para determinar a viabilidade técnica financeira do projeto; Prepara projetos arquitetônicos, determinando características gerais, pormenores, aspectos técnicos e estéticos e escalas convenientes, para orientar a execução dos trabalhos e mostrar a aparência da obra uma vez terminada; Presta assistência técnica as obras em construção, mantendo contatos contínuos com projetistas, empreiteiros, seus responsáveis técnicos, fornecedores e demais responsáveis pelo andamento das mesmas, para assegurar a coordenação de todos os aspectos do projeto e a observância as normas e especificações contratuais; Planeja, orienta e fiscaliza os trabalhos de reforma e reparos de edifícios e outras obras arquitetônicas; Efetua vistorias, emite laudos e pareceres técnicos; Deve especializar-se em determinados projetos, como hospitais, escolas, igrejas, monumentos e outras obras públicas; Emite pareceres técnicos dos projetos que solicitam regulamentação junto a Prefeitura Municipal; Pode elaborar estudos de programação visual de trabalhos de arte final; Executa outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>

Assistente Social	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planeja e executa atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas, e outras atividades correlatas.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Aconselha e orienta indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas e aplicando a técnica necessária, para possibilitar o desenvolvimento de suas capacidades e melhor convívio em sociedade; Promove a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades e promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso coletivo e individual, tanto a nível de execução como de assessoramento; Desenvolve a consciência social do indivíduo, aplicando a técnica do serviço social de grupo aliada à participação em atividades comunitárias, para atender as aspirações pessoais desse indivíduo e inter-relacioná-lo ao grupo; Programa a ação básica de uma comunidade nos campos social, médico e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade em estudo, para possibilitar a orientação adequada da clientela e o desenvolvimento da comunidade; Colabora no tratamento de doenças orgânicas e psicossomáticas atuando na remoção dos fatores psicossociais e econômicos que interferem no tratamento, para facilitar a recuperação da saúde; Organiza e executa programas de serviços social em empresas e órgãos de classe, realizando atividades de caráter educativo, recreativo, assistência à saúde e outras, para facilitar a integração dos trabalhadores aos diversos tipos de ocupações contribuir para melhorar as relações humanas na empresa; Assiste as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-se e fornecendo-lhes suporte material, educacional, médico e de outra natureza, para melhorar sua situação e possibilitar uma melhor convivência entre os membros; Da assistência ao menor carente ou infrator, atendendo as suas necessidades primordiais, para assegurar-lhe o desenvolvimento sadio da personalidade e integração na vida comunitária; Identifica os problemas e fatores que perturbam ou impedem a utilização da potencialidade dos educandos, analisando as causas dessas perturbações, para permitir a eliminação dos mesmos com vistas a um maior rendimento escolar; Assiste a apenados, programando e desenvolvendo atividades de caráter educativo e recreativo nos estabelecimentos penais e atendendo as suas necessidades básicas, para evitar a reincidência do ato anti-social e permitir sua reintegração na sociedade; Articula-se com profissionais especializados em outras áreas relacionadas a problemas humanos, intercambiando informações, a fim de obter subsídios para elaboração de diretrizes, atos normativos e programas de ação social referentes a campos diversos de atuação, como orientação e reabilitação profissional, desemprego, amparo a inválidos, acidentados e outros; Executa outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Bioquímico	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Realiza pesquisas sobre a composição, funções e processos químicos dos organismos vivos, desenvolvendo experiências, testes e análises, e estudando a ação química de alimentos, medicamentos e outras substâncias sobre tecidos e funções vitais, para incrementar os conhecimentos científicos e determinar suas aplicações na indústria, medicina e outros campos;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Estuda a ação química de alimentos, medicamentos, soros, hormônios e outras substâncias sobre tecidos e funções vitais, analisando os aspectos químicos da formação de anticorpos no sangue e outros fenômenos bioquímicos, para verificar os efeitos produzidos no organismo e determinar a adequação relativa de cada elemento; Realiza experiências e estudos de bioquímica, aperfeiçoando ou criando novos processos de conservação de alimentos e bebidas, produção de soros, vacinas, hormônios; Pode fazer análise de água bacteriológica.</p> <p>Informar sempre aos pacientes seus direitos e deveres com relação a sua saúde e ao seu próximo;</p> <p>Procurar sempre aumentar os conhecimentos do paciente sobre como atuar para manter sua saúde e da sua comunidade, informar-lhe sobre saúde com todos os seus componentes, e não apenas como ausência de doenças, seus canais para reivindicar suas necessidades, ajuda-lo a organizar-se para atuar junto a gerência dos Postos de Atendimento, visando diminuir para si próprio e sua comunidade as ameaças a saúde;</p> <p>Participar de cursos, seminários, palestras, no seu aprimoramento para trabalhar de forma ativa na mudança do modelo assistência, realizando o proposto pela ultima campanha nacional de saúde;</p> <p>Dar cursos, seminários, palestras sobre saúde individual e coletiva, preventiva e curativa, onde for necessário, para criar mudanças de hábitos e modos de vida nocivos a saúde;</p> <p>Exercer sua atividade profissional no local que atue visando o máximo de resolutividade, evitando assim custos desnecessários para o serviço público e para o usuário, bem como retardo na solução no seu problema e descrédito no profissional e na instituição que o abriga;</p> <p>Auxiliar as outras Secretarias da Prefeitura Municipal, Fundações e Autarquias, e qualquer entidade que solicite informações necessárias à promoção da saúde;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>

Advogado	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Sob coordenação da Procuradoria, controlar a tramitação de processos, executar trabalhos de assessoramento jurídico interno e representação quando pertinente ao Município em que o mesmo for parte.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA:</p> <p>Prestar assessoramento jurídico ao Município, representando-o sempre que para tal lhe for outorgado mandato expresso pelo Prefeito;</p> <p>Pesquisar, redigir e minutar termos de compromisso e responsabilidade, contratos de concessão, locação e comodato, convênios, projetos de lei, decretos e portarias de interesse do Município;</p> <p>Orientar juridicamente a realização de processos administrativos; emitir pareceres quando solicitados, devidamente fundamentados em doutrinas, leis e jurisprudência; examinar previamente contratos e convênios;</p> <p>Operacionalizar a cobrança da dívida ativa, multas e créditos do Município;</p> <p>Ingressar em juízo defendendo o interesse, quando determinado pelo Procurador ou pelo Prefeito;</p> <p>Assessorar os serviços Procuradoria Jurídica;</p> <p>Controlar processos e execuções; observar prazos; elaborar e manter banco de dados da área de sua competência;</p> <p>Executar outras atividades correlatas, disposições funcionais pertinentes estabelecidas no edital de concurso público e/ou que lhe forem atribuídas.</p> <p>CONDIÇÕES DE TRABALHO:</p> <p>- Geral: Carga horária semanal de 20 horas, sujeito a designação para atendimento em outros órgãos da Administração Municipal, viagens e execução de tarefas em expediente externo custeado pelo Município;</p>
Agente de Controle Interno	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executa atividades operacionais do sistema de controle interno sob coordenação do Controlador Interno, na execução de ações, planos, programas e rotinas nas áreas de atuação do controle. Domina os conhecimentos básicos de informática.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Propõe metas, planos de ação e executa o controle geral da execução orçamentário-financeira da administração direta e indireta do Município; executa e acompanha os serviços de auditoria em processos licitatórios e contratos administrativos; controla a emissão de notas de empenho e sua liquidação examinando todas as mutações financeiras da municipalidade. Executa atividades operacionais para atendimento da relação Município-Tribunal de Contas do Estado e com outros organismos aos quais o Município deva informações, dentro dos prazos exigidos. Outras tarefas inerentes à função</p>
Bibliotecário	<p>DESCRIÇÃO DETALHADA:</p> <p>Executar os serviços de registro, catalogação e classificação de livros, folhetos, periódicos, outros materiais especiais (mapas, filmes, etc), utilizando sistemas específicos para armazenamento e recuperação de informações, colocando-as à disposição dos usuários;</p> <p>Executar serviços de indexação de jornais com matérias de interesse da Administração Municipal;</p> <p>Organizar fichários, catálogos e índices, utilizando ficha padrão para possibilitar busca e recuperação de informação;</p> <p>Efetuar plano estatístico do movimento da biblioteca;</p> <p>Atender e manter atualizado o controle de pedidos e empréstimos de livros;</p> <p>Supervisionar os trabalhos de encadernação, restauração de livros e demais documentos, prestando orientação técnica para assegurar a conservação do material bibliográfico;</p> <p>Contactar com escolas, postos de saúde e demais setores da municipalidade, visando assegurar o encaminhamento das atividades de rotina, com subsídios bibliográficos ou documentais;</p> <p>Coordenar a realização de cursos para dinamizadores e professores, visando o uso adequado do acervo;</p> <p>Manter intercâmbio de informações com pessoas e órgãos relacionados a área;</p> <p>Auxiliar na promoção de concursos literários na área de educação e contribuir com as demais atividades educativas na área de saúde, meio ambiente, trânsito, ética, cidadania e outros temas transversais, nos termos dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, editados pelo Ministério da Educação, através de documentação pertinente;</p> <p>Elaborar projetos para a criação, ampliação ou organização de bibliotecas nos diversos órgãos municipais;</p> <p>Implementar métodos de disseminação da informação, visando o estímulo ao hábito da leitura e ao uso da comunicação técnico-científica;</p> <p>Coordenar a distribuição do acervo bibliográfico, mobiliário e material de consumo para bibliotecas dinamizadas;</p> <p>Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;</p> <p>Executar outras atividades correlatas.</p>

Contador	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atividade de execução qualificada, abrangendo serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balanços, registros e demonstrações contábeis, e outras atividades correlatas.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Planeja o sistema de registros e operações, atendendo as necessidades administrativas e as exigências legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário; Supervisiona os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando seu processamento, para assegurar a observância do plano de contas adotado; Inspetora regularmente a escrituração dos livros comerciais e fiscais, verificando se os registros efetuados correspondem aos documentos que lhes deram origem, para fazer cumprir as exigências legais e administrativas; Controla e participa dos trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo os saldos apresentados, localizando e emendando os possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis; Procede ou orienta a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos de bens e serviços; Organiza e assina balancetes, balanços e demonstrativos de contas aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira da Prefeitura Municipal; Elabora relatórios sobre a situação patrimonial, econômica e financeira da Prefeitura, apresentando dados estatísticos e pareceres técnicos, para fornecer os elementos contábeis necessários ao relatório da diretoria; Assessoria a direção em problemas financeiros, contábeis, administrativos e orçamentários, dando pareceres à luz da ciência e das práticas contábeis, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação nos referidos setores; Realiza trabalhos de auditoria contábil; Realiza perícias e verificações judiciais ou extrajudiciais; Executa outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Controlador Interno	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Supervisiona a execução das atividades pertinentes ao sistema de controle interno. Tem livre acesso ao processo legislativo, gestão de pessoal, contabilidade e demais órgão do Município passíveis de controle. Domina os conhecimentos básicos de informática.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA:</p> <p>Apoiado pelas Unidades Operacionais, mantém estudos para permanente atualização e adequação das normas de Controle Interno e da Agenda de Obrigações do Município constantes da legislação vigente, mediante proposição ao Chefe do Poder Executivo. Emite laudos e pareceres atinentes aos serviços de controle interno. Programa e organiza auditorias nas Unidades Operacionais (Art. 61, II da LC Estadual 202/2000). Programa e organiza auditorias nas entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos. (Art. 61 da LC 202/2000). Manifesta-se, expressamente, sobre as contas anuais do Prefeito, com atestado do Chefe do Poder Executivo Municipal que tomou conhecimento das conclusões nela contida. (Art. 63 da LC 202/2000 e Resoluções do Tribunal de Contas do Estado. Encaminha ao Tribunal de Contas Relatório de Auditoria e manifestação sobre as contas anuais do Prefeito, com indicação das providências adotadas e a adotar para corrigir eventuais ilegalidades ou irregularidades, ressarcir danos causados ao erário, ou evitar a ocorrência de novas falhas semelhantes. (Arts. 74 da CF e 61 da LC 202/2000). Sugere aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo a instauração de Tomada de Contas Especial nos casos de identificação de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte em danos ao erário. (Art. 61 da LC 202/2000). Sugere aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, que solicite ao Tribunal de Contas a realização de auditorias especiais. (Art. 31 da CF). Dá conhecimento ao Tribunal de Contas sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas em Tomada de Contas Especial realizada, com indicação das providências adotadas ou a adotar para ressarcimento de eventuais danos causados ao erário e para corrigir e evitar novas falhas. (Arts. 74 da CF e 62 da LC 202/2000). Programa e sugere aos chefes dos Poderes a participação dos servidores em cursos de capacitação voltados para a melhoria do controle interno. Assina o Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54 e 55 da LC nº 101/2000. (Art. 54, § único da LRF). Manifesta-se sobre as contas anuais do Prefeito, destacando, entre outros, os seguintes aspectos: (Art. 84 da Res. TC 06/2001): a) Resultado das auditorias realizadas com indicação das providências adotadas e a adotar para corrigir eventuais falhas, ilegalidades, irregularidades ou ressarcimento de dano causado ao erário; b) Atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades e avaliação da execução de cada um dos programas constantes do orçamento, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e realizadas em cada ação; c) Resultado da execução orçamentária das unidades gestoras; d) Balanços e demonstrações da posição financeira e patrimonial das diversas Unidades Gestoras; e) Evolução do estoque da Dívida Ativa e medidas adotadas para sua cobrança; f) Abertura de créditos adicionais suplementares, especiais ou extraordinários; g) Gastos mínimos em ações e serviços públicos de saúde e ensino; h) Limite de endividamento e gastos com pessoal.</p> <p>Propõe, elabora e executa, em conjunto com demais órgãos de controle, ações preventivas e corretivas que atendam as atribuições do sistema de controle interno e demais atividades correlatas.</p>

Enfermeiro	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planeja, organiza, supervisiona e executa serviços de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos, para possibilitar a proteção e a recuperação da saúde individual ou coletiva.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Identifica as necessidades de enfermagem, realizando entrevistas, participando de reuniões e através de observação sistematizada, para preservar e recuperar a saúde;</p> <p>Elabora plano de enfermagem, baseando-se nas necessidades identificadas, para determinar a assistência a ser prestada pela equipe de enfermagem, como administração de sangue e plasma, controle de pressão venosa, monitorização e aplicação de respiradores artificiais, prestação de cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal, aplicação de diálise peritoneal, gasoterapia, cateterismo, instilações, lavagens de estômago, vesicais e outros tratamentos, valendo-se dos seus conhecimentos técnicos para proporcionar o maior grau possível de bem-estar físico, mental e social aos pacientes;</p> <p>Faz curativos, imobilizações especiais e ministra medicamentos e tratamentos em situações de emergência, empregando técnicas usuais ou específicas, para atenuar as conseqüências dessas situações;</p> <p>Procede à elaboração, execução ou supervisão e avaliação de planos de assistência a pacientes geriátricos, observando-os sistematicamente, realizando entrevistas e prestando cuidados diretos aos mesmos, para auxiliá-los nos processos de adaptação e reabilitação;</p> <p>Faz estudos e previsão de pessoal e materiais necessários às atividades, elaborando escalas de serviço e atribuições diárias e especificando e controlando equipamentos, materiais permanentes e de consumo, para assegurar o desempenho adequado dos trabalhos de enfermagem;</p> <p>Coordena e supervisiona o pessoal da equipe de enfermagem, observando-o, entrevistando-o e realizando reuniões de orientação e avaliação, para manter os padrões desejáveis de assistência aos pacientes;</p> <p>Avalia a assistência de enfermagem, analisando e interpretando dados estatísticos e registrando as atividades, para estudar o melhor aproveitamento de pessoal;</p> <p>Planeja, organiza e administra serviços em unidades de enfermagem ou em instituições de saúde, desenvolvendo atividades técnico-administrativas na elaboração de normas, instruções, roteiros e rotinas específicas, para padronizar procedimentos e racionalizar os trabalhos, no sentido de servirem de apoio às atividades afins;</p> <p>Executa trabalhos específicos em cooperação com outros profissionais, ou assessora em assuntos de enfermagem, emitindo pareceres, para realizar levantamentos, identificar problemas, estudar soluções, elaborar programas e projetos e desenvolver pesquisa;</p> <p>Implanta normas e medidas de proteção, orientando e controlando suas aplicações, para evitar acidentes;</p> <p>Registra as observações, tratamentos executados e ocorrências verificadas em relação ao paciente, anotando-as em fichas de ambulatório, relatório de enfermagem da unidade ou relatório geral, para documentar a evolução da doença, possibilitar o controle da saúde, a orientação terapêutica e a pessoa;</p> <p>Planeja e desenvolve o treinamento sistemático em serviço, para o pessoal da equipe de enfermagem, avaliando as necessidades e os níveis de assistência prestada, para aperfeiçoar o trabalho do pessoal recém admitido, aprimorar ou introduzir novas técnicas de enfermagem e melhorar os padrões de assistência;</p> <p>Informar sempre aos pacientes seus direitos e deveres com relação à sua saúde e ao seu próximo;</p> <p>Procurar sempre aumentar os conhecimentos do paciente sobre como atuar para manter sua saúde e da sua comunidade, informar-lhe sobre saúde com todos os seus componentes, e não apenas como ausência de doença, seus canais para reivindicar suas necessidades, ajudá-lo a organizar-se para atuar junto à gerência dos Postos de Atendimento, visando diminuir para si próprio e sua comunidade as ameaças à saúde;</p> <p>Participar de cursos, seminários, palestras, no seu aprimoramento para trabalhar de forma ativa na mudança do modelo assistência, realizando o proposto pela última campanha nacional de saúde;</p> <p>Dar cursos, seminários, palestras sobre saúde individual e coletiva, preventiva e curativa, onde for necessário, para criar mudanças de hábitos e modos de vida nocivos à saúde;</p> <p>Exercer sua atividade profissional no local que atue visando o máximo de resolutividade, evitando assim custos desnecessários para o serviço público e para o usuário, bem como retardo na solução do seu problema e descrédito no profissional e na instituição que o abriga;</p> <p>Auxiliar as outras Secretarias da Prefeitura Municipal, Fundações e Autarquias, e qualquer entidade que solicite informações necessárias à promoção da saúde.</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Engenheiro Agrimensor	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atividade referente à execução de levantamentos topográficos, cálculos, nivelamentos e contra-nivelamento, locação de projetos urbanos e rurais e de obras públicas em geral, elaboração de plantas, croqui, mapas, execução de demarcação de áreas e outras atividades correlatas.</p>

Engenheiro Agrônomo	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Corresponde a execução das ações relacionadas à prevenção, erradicação e combate às doenças bem como acompanhamento técnico na área agrícola, e outras atividades correlatas.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Elabora métodos e técnicas de cultivo de acordo com tipos de solo e clima, efetuando estudos, experiências e analisando os resultados obtidos, para melhorar a germinação de sementes, o crescimento de plantas, a adaptabilidade dos cultivos, o rendimento das colheitas e outras características dos cultivos agrícolas; Estuda os efeitos da rotatividade, drenagem, irrigação, adubação, e condições climáticas sobre culturas agrícolas, realizando experiências e analisando seus resultados nas fases da semeadura, cultivo e colheita, para determinar as técnicas de tratamento de solo e a exploração agrícola mais adequada a cada tipo de solo e clima; Testa e avalia novos métodos de combate as ervas daninhas, enfermidades da lavoura e pragas de insetos, e/ou aprimorar os já existentes, baseando-se em experiências e pesquisas, para preservar a vida das plantas e assegurar o maior rendimento do cultivo; Orienta agricultores e outros trabalhadores agrícolas sobre sistemas e técnicas de exploração agrícola, fornecendo indicações, épocas e sistemas de plantio, custo dos cultivos, variedades a empregar e outros dados pertinentes, para aumentar a produção e conseguir variedades novas ou melhoradas, de maior rendimento, qualidade e valor nutritivo; Pode especializar-se em determinado aspecto das culturas agrícolas como na multiplicação de variedades de plantas, no combate a pragas ou em cultivos específicos; Presta orientação técnica na área de mecanização agrícola para agricultores e operadores de máquina (treinamento constante); Elabora, planeja e coordena projetos de reflorestamento, bem como a produção de mudas; Articula-se com a direção da empresa, administradores e capatazes, efetuando contatos pessoais ou por outros meios, para assegurar a correta execução dos programas de produção traçados; Executa outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Engenheiro Civil	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Elabora, executa e dirige projetos de engenharia civil relativos a rodovias, esgoto pluvial e cloacal, sistema pluvial de esgoto e demais obras públicas, estudando características e preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo das obras mencionadas e assegurar os padrões técnicos exigidos:</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: :Procede a uma avaliação geral das condições requeridas para a obra, estudando o projeto e examinando as características do terreno disponível, para determinar o local mais apropriado para a construção; Elabora o projeto da construção de pavimentação e saneamento, preparando plantas e especificações da obra, indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e efetuando um orçamento dos custos, a fim de serem apreciados.</p> <p>Prepara o programa de trabalho, elaborando plantas, croquis, cronogramas e outros subsídios, que se fizerem necessários, para possibilitar a orientação e fiscalização do desenvolvimento das obras;</p> <p>Dirige a execução de projetos, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam as obras, para padrões de qualidade e segurança recomendados;</p> <p>Coordena as funções topográficas, desenhos de cadastro, levantamentos planialtimétricos e de urbanização;</p> <p>Assessorar o público quanto a desmembramentos, loteamentos, abertura de ruas e regularização da situação existente com base nas leis vigentes;</p> <p>Elabora um cadastro de todas as ruas do município para manter atualizado suas condições e mapas;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Engenheiro Sanitarista	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planejar, executar e avaliar programas de saúde pública, atuando técnica e administrativamente nos serviços de vigilância sanitária, para proteger e recuperar a saúde pública.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Coletar e analisar dados sócio-sanitários da comunidade a ser atendida, através de inquéritos, entrevistas e outras técnicas apropriadas;</p> <p>Estabelecer juntamente com a equipe de saúde, programas a serem implantados;</p> <p>Planejar, organizar serviços de vigilância sanitária, assistência à indivíduos, famílias e outros grupos da comunidade;</p> <p>Realizar programas educativos, ministrando cursos e palestras;</p> <p>Propor soluções para problemas sócio-sanitários para os órgãos ou equipes competentes;</p> <p>Desenvolver atividades definidas na Lei da Vigilância Sanitária e outras atividades correlatas.</p>
Fisioterapeuta -	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento da comunidade a fim de executar métodos e técnicas fisioterapêuticas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações de incapacidade física, parcial ou total;</p> <p>Articular com outras Secretarias Municipais e outros órgãos do Município a implantação de projetos na área de Fisioterapia, em especial com crianças e idosos;</p> <p>Participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo nas unidades escolares aspectos preventivos ligados a assuntos de Fisioterapia, inclusive da APAE, caso haja convênio firmado pela municipalidade com esta entidade;</p> <p>Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade;</p> <p>Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças, tais como a osteoporose;</p> <p>Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia;</p> <p>Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;</p> <p>Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;</p> <p>Executar outras atividades correlatas.</p>

Fonoaudiólogo	<p>Descrição detalhada:</p> <p>I - Atender consultas de fonoaudióloga em ambulatorios, hospitais, unidades sanitárias e efetuar exames médicos em escolares e pré-escolares.</p> <p>II - Examinar servidores públicos municipais para fins de controle do ingresso, licença e aposentadoria. Preencher e assinar laudos de exames e verificação; Fazer diagnósticos em diversas patologias fonoaudiológicas (dislalia, dislexia, disortográfica, disfonia, problemas psicomotores, atraso de linguagem, disartria e afasia) e recomendar a terapêutica indicada para cada caso; Prescrever exames laboratoriais. Atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando-os, em casos especiais, a setores especializados. Atender emergências e prestar socorros; Elaborar relatórios;</p> <p>III - Elaborar e emitir laudos médicos; Anotar em ficha apropriada os resultados obtidos;</p> <p>IV - Ministrar cursos de primeiros socorros; Supervisionar em atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação; Preparar relatórios das atividades relativas ao emprego; Executar outras tarefas compatíveis com as previstas no cargo, particularidades do Município ou designações superiores.</p>
Médico	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Efetua exames médicos, emite diagnósticos, prescreve medicamento e realiza outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e/ou curativa, para produzir a saúde e bem-estar do paciente;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Examina o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Requisita exames complementares ou encaminha a especialistas; - Analisa e interpreta resultados de Raio-X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais para confirmar ou informar diagnósticos; - Prescreve medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração; - Mantém registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; - Pode emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender as determinações legais; - Pode atender as urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; - Atendimento básico e/ou especializado para os locais onde for designado no município; - Informar sempre aos pacientes seus direitos e deveres com relação a sua saúde e ao seu próximo; - Procurar sempre aumentar os conhecimentos do paciente sobre como atuar para manter sua saúde e da sua comunidade, informar-lhe sobre saúde com todos os seus componentes, e não apenas como ausência de doença, seus canais para reivindicar suas necessidades, bem como ajuda-lo a organizar-se para atuar junto a gerência dos Postos de Atendimento, visando diminuir para si próprio e sua comunidade as ameaças à saúde; - Organizar e participar de cursos, seminários, palestras, no seu aprimoramento para trabalhar de forma ativa na mudança do modelo assistencial vigente, realizando o proposto pela ultima conferencia nacional de saúde; - Dar cursos, seminários, palestras sobre saúde individual e coletiva, preventiva e curativa, onde for necessário, para criar mudanças de hábitos e de modos de vida nocivos a saúde; - Exercer sua atividade profissional visando o máximo de resolutividade, evitando assim custos desnecessários para o serviço público e para o usuário, bem como retardo na solução do seu problema e conseqüente descrédito no profissional e na instituição que o abriga; - Auxiliar as outras Secretarias da Prefeitura Municipal, Fundações e Autarquias, e a qualquer entidade que solicite informações necessárias à promoção da saúde; - Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata;
Nutricionista	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executa a elaboração de cardápios normais e especiais, inclusive dietas, aplicando os princípios da nutrição para indivíduos ou grupos, adequando o valor nutritivo dos alimentos às necessidades dos mesmos.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Elabora alimentação, balanceando o grau de calorias, vitaminas e outras propriedades; Controla o consumo de gêneros alimentícios utilizados nas instituições de ensino e elabora relatórios; Supervisiona e avalia os serviços de alimentação e nutrição; É responsável pelo planejamento e coordenação de estudos dietéticos; Faz auditoria, consultoria e assessoria em nutrição e dietética; Dá assistência e educação nutricional a coletividade ou indivíduos, sadios ou enfermos, em instituições públicas e privadas e em consultório de nutrição e dietética; Realiza assistência dietoterápica hospitalar, ambulatorial e em nível de consultórios de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos; Elabora informe técnico-científico; Desenvolve projetos de produtos alimentares; Controla a qualidade de produtos alimentares; Solicita exames laboratoriais necessários ao acompanhamento dietoterápico; Participa de inspeções sanitárias relativas a alimento.</p>

Médico Veterinário	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Desenvolve atividades definidas na legislação da medicina veterinária e outras atividades correlatas.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Presta assistência na área de medicina veterinária no âmbito municipal, visando preservar ou recuperar a saúde dos animais, controle de zoonoses emite diagnósticos, prescrever medicamentos de uso veterinário e realiza outras formas de tratamento para os diversos tipos de doenças próprias de animais das mais diversas espécies; realiza e/ou supervisiona exames, empregando técnicas especiais ou orientando a sua execução; realiza palestras educativas e orientações pertinentes; coordena as atividades inerentes a sanidade animal e de alimentos de origem animal; procede o acompanhamento e orienta a implantação de projetos e programas especiais de sanidade animal; prescreve a aplicação de medicamentos de uso veterinário; executa outras atividades correlatas, entre elas a emissão de laudos técnicos e outros previstos nos regulamentos e limites da profissão.</p>
Odontólogo	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atividade de natureza especializada, envolvendo atividades odontológicas educativas, preventivas e curativas, além de outras atividades correlatas.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Examina os dentes e a atividade bucal, utilizando aparelhos ou via direta, para verificar a presença de cáries e outras afecções; Identifica as afecções quanto à extensão e profundidade, valendo-se de instrumentos especiais, alguns exames laboratoriais e/ou radiológicos, para estabelecer o plano de tratamento; Aplica anestesia troncular, gengival ou tópica, utilizando medicamentos anestésicos, para dar conforto ao paciente e facilitar o tratamento; Extrai raízes e dentes, utilizando fórceps, alavancas e outros instrumentos especiais, para prevenir infecções mais graves; Restaura cáries dentárias, empregando instrumentos, aparelhos e substâncias especiais, como amalgama, cimento, resinas, ionômero de vidro e outras, para evitar o agravamento do processo e restabelecer a forma e a função do dente; Faz limpeza profilática dos dentes e gengivas, removendo tártaro, para eliminar a instalação de focos de infecção; Faz perícia adonto-administrativa, examinando a cavidade bucal e os dentes, a fim de fornecer atestados para admissão de empregados a serviços, concessão de licenças, abono de faltas e outros; Pode fazer perícia odontológica, examinando a cavidade bucal e os dentes para fornecer laudos, responder a quesitos e dar outras informações; Registra os dados coletados, lançando-os em fichas individuais, para acompanhar a evolução do tratamento; Aconselha aos pacientes os cuidados de higiene, entrevistando-os, para orientá-los na proteção dos dentes e gengivas; Prescreve ou administra medicamentos, determinando via oral ou parental, para prevenir hemorragia pós-cirúrgica ou avulsão, ou tratar de infecções de boca e dentes; Diagnostica a má oclusão dos dentes, examinando-os por ocasião da consulta ou tratamento, para encaminhar o caso ao especialista em ortodontia; Pode fazer radiografias dentárias simples e oclusais, para estabelecer diagnóstico dos dentes, maxilares e ossos da face; Orientação preventiva e pedagógica para todas as crianças da rede municipal; Tratamento curativo preventivo das mesmas; Informar sempre aos pacientes seus direitos e deveres com relação a sua saúde e ao seu próximo; Procurar sempre aumentar os conhecimentos do paciente sobre como atuar para manter sua saúde e da sua comunidade, informar-lhe sobre com todos os seus componentes e não apenas como ausência de doença, seus canais para reivindicar suas necessidades, bem como ajudá-lo a organizar-se para atuar junto a gerência dos Postos de Atendimento, visando si próprio e sua comunidade as ameaças à saúde; Participar de cursos, seminários, palestras, no seu aprimoramento para trabalhar de forma ativa na mudança do modelo assistência; Dar cursos, seminários, palestras sobre saúde individual e coletiva, preventiva e curativa, onde for necessário para criar mudanças de hábitos e modos de vida nocivos a saúde; Exercer sua atividade profissional no local que atue visando o máximo de resolutividade, evitando assim custos desnecessários para o serviço público e para o usuário, bem como retardo na solução do seu problema e descredito no profissional e na instituição que o abriga; Auxiliar as outras Secretarias da Prefeitura Municipal, Fundações e Autarquias, qualquer entidade que solicite informações necessárias à promoção da saúde; Executa outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>

Psicólogo	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Procede ao estudo e à análise dos processos intra e interpessoais e nos mecanismos do comportamento humano, elaborando e ampliando técnicas psicológicas, como teste para determinação de características efetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras, técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento no campo profissional, no diagnóstico, na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Procede à formulação de hipóteses e à sua comprovação experimental, observando a realidade e efetivando experiências de laboratórios e de outra natureza, para obter elementos relevantes ao estudo dos processos de desenvolvimento, inteligência, aprendizagem, personalidade e outros aspectos do comportamento humano e animal;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisa a influência dos fatores hereditários, ambientais e psicossociais e de outras espécies que atuam sobre o indivíduo, entrevistando o paciente, consultando a sua ficha de atendimento, aplicando testes, elaborando psicodiagnóstico e outros métodos de verificação para orientar-se no diagnóstico e tratamento psicológico de certos distúrbios comportamentais e de personalidades; - Promove a saúde na prevenção, no tratamento e reabilitação de distúrbios psíquicos, estudando características individuais e aplicando técnicas adequadas, para restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano; - Elabora e aplica técnicas de exame psicológico, utilizando seu conhecimento e prática metodológica específicos, para determinar os traços e as condições de desenvolvimento da personalidade, dos processos intrapsíquicos e interpessoais, nível de inteligência, habilidades, aptidões, e possíveis desajustamentos ao social ou de trabalho ou outros problemas de ordem psíquica e recomendar a terapia adequada; - Participa na elaboração de análises ocupacionais, observando as condições de trabalho e as funções e tarefas típicas de cada ocupação, para identificar as aptidões, conhecimento de traços de personalidade compatíveis com as exigências da ocupação e estabelecer um processo de seleção e orientação no campo profissional; - Efetua o recrutamento, seleção, treinamento, acompanhamento e avaliação de desempenho de pessoal e a orientação profissional, promovendo entrevistas, elaborando e aplicando testes, provas e outras verificações, a fim de fornecer dados a serem utilizados nos serviços de emprego, administração de pessoal e orientação individual; - Atua no campo educacional, estudando a importância da motivação do ensino, novos métodos de ensino e treinamento, a fim de contribuir para o estabelecimento de currículos escolares e técnicas de ensino adequados e determinação de características especiais necessárias ao professor, reúne informações a respeito do paciente, transcrevendo os dados psicopatológicos obtidos em testes e exames, para elaborar subsídios indispensáveis ao diagnóstico e tratamento das respectivas enfermidades; - Diagnostica a existência de possíveis problemas na área de distúrbios psíquicos, aplicando e interpretando provas e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento ou a forma de resolver as dificuldades momentâneas; - Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.
-----------	--

Nome do cargo	Atividades Específicas
Farmacêutico	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Realizar tarefas específicas de desenvolvimento, produção, dispensação, controle, armazenamento, distribuição e transporte de produtos da área farmacêutica.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Preparar, armazenar, e dispensar medicamentos de acordo com as prescrições médicas, objetivando recuperar e melhorar o estado de saúde dos pacientes. Adquirir e controlar o estoque de medicação clínica, entorpecentes e produtos equiparados. Analisar produtos farmacêuticos acabados ou seus insumos; verificando a qualidade, o teor, a pureza e a quantidade de cada elemento. Administrar estoque de medicamentos. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática. Analisar produtos farmacêuticos utilizando métodos químicos adequados. Supervisionar e controlar estoque, distribuição e consumo de drogas e medicamentos, de acordo com a legislação vigente. Cadastrar informações sobre medicamentos e vacinas, colocando as mesmas à disposição do corpo clínico. Auxiliar na elaboração de projetos didático-científicos na área de farmácia. Elaborar laudos técnicos e realizar perícias técnico-legais relacionadas a atividades que envolvam alimentos e medicamentos. Executar ou promover, conforme o caso, atividades de manutenção preventiva e corretiva, necessárias à conservação de equipamentos, instrumentos e outros materiais da área de atuação. Zelar pela guarda conservação, controle e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais peculiares ao trabalho, bem como dos locais. Executar outras tarefas correlatas conforme a necessidade. Participar, conforme política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade. Participar de Programa de treinamento quando convocado.</p>

GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO – ATM

Nome do Cargo	Atividades Específicas
---------------	------------------------

Agente Administrativo	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar os serviços gerais de escritório, tais, como separação e classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, prestação de informações, participação na organização de arquivos e fichários e datilografia de cartas e outros textos, seguindo as normas estabelecidas, para atender as necessidades administrativas;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Coleta dados diversos, consultando documentos, arquivos e fichários, efetuando os cálculos e correções necessárias para registrar em mapas afim de permitir controles e análise dos dados coletados; Efetua lançamento em livros fiscais, registrando os comprovantes para permitir o controle da documentação e consulta da fiscalização;</p> <p>Datilografa textos diversos, transcrevendo de originais, manuscritos ou impressos e preenchendo formulários e fichas para atender as rotinas administrativas;</p> <p>Verifica os comprovantes e outros documentos relativos a operações de pagamento das entradas no caixa e de outras transações, efetuando cálculos necessários para se assegurar da exatidão;</p> <p>Verifica faltas de material de escritório, e outros;</p> <p>Controla o registro ponto dos funcionários da secretaria;</p> <p>Controla e encaminha as solicitações de férias e licenças de funcionários das secretarias;</p> <p>Atende a chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados e dados de rotinas;</p> <p>Pode controlar as condições de máquinas, instalações e dependências, observando seu estado de conservação e uso, para se necessário sugerir a manutenção ou limpeza;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Almoxarife	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Organiza e/ou executa os trabalhos de almoxarifado, como recebimento, estocagem, distribuição, registro e inventário de matérias-primas e mercadorias compradas ou fabricadas, observando normas e instruções ou dando orientações a respeito do desenvolvimento desses trabalhos, para manter o estoque em condições de atender as solicitações.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Verifica a reposição do estoque, examinando periodicamente o volume de mercadorias e calculando as necessidades futuras, para preparar pedidos de reposição;</p> <p>Controla o recebimento do material comprado ou produzido, confrontando as notas de pedidos e as especificações com o material entregue, para assegurar sua perfeita correspondência aos dados anotados;</p> <p>Organiza o armazenamento de material e produtos, identificando-os e determinando sua acomodação de forma adequada, para garantir uma estocagem racional e ordenada;</p> <p>Zela pela conservação do material estocado, providenciando as condições necessárias, para evitar deterioramento e perda;</p> <p>Efetua o registro dos materiais em guarda no depósito e das atividades realizadas, lançando os dados em livros, fichas e mapas apropriados, para facilitar consultas e a elaboração dos inventários;</p> <p>Faz o arrolamento dos materiais estocados ou em movimento, verificando periodicamente os registros e outros dados pertinentes para obter informações exatas sobre a situação real do almoxarifado;</p> <p>Distribuir os materiais necessários solicitados pelos ambulatórios médico-odontológico e enfermagem;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata</p>
Atendente de Enfermagem	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Orienta os serviços de profilaxia e policiamento sanitário na área sob a jurisdição, coordenando ou executando os trabalhos de inspeção aos trabalhos ligados à industrialização e comercialização de produtos alimentícios, a imóveis recém construídos ou reformados e a estabelecimento de ensino para proteger a saúde da coletividade.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Coordena ou executa a inspeção de fábricas de laticínios, massas, conservas e de outros tipos de produtos alimentícios como armazém, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos similares, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, limpeza do equipamento, refrigeração, suprimento de água, instalações sanitárias e condições de asseio e saúde dos que manipulam alimentos, para assegurar as condições necessárias à produção e distribuição de alimentos sadios e de boa Qualidade;</p> <p>Procede a inspeção de imóveis novos ou reformados, antes de serem habitados, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, a existência de dispositivos para escoamento das águas pluviais e o estado de conservação de paredes, telhados, portas e janelas, para opinar na concessão do habite-se;</p> <p>Inspeciona estabelecimentos de ensino, verificando suas instalações e os comestíveis fornecidos aos alunos, para assegurar as medidas profiláticas necessárias;</p> <p>Faz comunicações, intimações e interdições decorrentes de seu trabalho;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>

Auxiliar Administrativo I, II e III	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar os serviços gerais de escritório, tais, como separação e classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, prestação de informações, participação na organização de arquivos e fichários e datilografia de cartas e outros textos, seguindo as normas estabelecidas, para atender as necessidades administrativas;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Coleta dados diversos, consultando documentos, arquivos e fichários, efetuando os cálculos e correções necessárias para registrar em mapas afim de permitir controles e análise dos dados coletados;</p> <p>Efetua lançamento em livros fiscais, registrando os comprovantes para permitir o controle da documentação e consulta da fiscalização;</p> <p>Datilografa textos diversos, transcrevendo de originais, manuscritos ou impressos e preenchendo formulários e fichas para atender as rotinas administrativas;</p> <p>Verifica os comprovantes e outros documentos relativos a operações de pagamento das entradas no caixa e de outras transações, efetuando cálculos necessários para se assegurar da exatidão;</p> <p>Verifica falta de material de escritório, e outros;</p> <p>Controla o registro ponto dos funcionários da secretaria;</p> <p>Controla e encaminha as solicitações de férias e licenças de funcionários das secretarias;</p> <p>Atende a chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados e dados de rotinas;</p> <p>Pode controlar as condições de máquinas, instalações e dependências, observando seu estado de conservação e uso, para se necessário sugerir a manutenção ou limpeza;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Auxiliar de Biblioteca	<p>DESCRIÇÃO DETALHADA:</p> <p>realizar atividades de assessoramento a diretoria de cultura e direção a unidade escolar;</p> <p>receber e fazer registro, cadastrar livros, folhetos, revistas, periódicos e outros;</p> <p>controlar o fichário de requisição bibliográfica;</p> <p>preparar e prestar informações a respeito do acervo bibliográfico a ser colocado a disposição dos usuários;</p> <p>atender aos usuários da biblioteca informando-os sobre o uso do acervo bibliográfico e disposição aos mesmos nas estantes;</p> <p>estipular o prazo do empréstimo dos livros e outras publicações, através do controle em fichário próprio;</p> <p>receber, ordenar e controlar correspondências;</p> <p>manter em dia e em ordem os arquivos da biblioteca;</p> <p>fazer relatório dos dados referentes a biblioteca;</p> <p>executar outras atividades compatíveis com o cargo.</p>
Auxiliar de Enfermagem	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atende as necessidades dos enfermos portadores de doenças de pouca gravidade, atuando sob supervisão do enfermeiro, em geral, para auxiliar no bom atendimento aos pacientes:</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Controla sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação e utilizando aparelho de ausculta e pressão, para registrar anomalias;</p> <p>Ministra medicamentos e tratamentos aos pacientes internados, observando horários, psicologia e outros dados, para atender a prescrições medicas;</p> <p>Faz curativos simples, utilizando suas noções de primeiros socorros ou observando prescrições, para proporcionar alívio ao paciente e facilitar a cicatrização de ferimentos, suturas e escoriações;</p> <p>Auxilia nos cuidados postmortem, fazendo tamponamentos e preparando o corpo, para evitar secreções e melhorar a aparência do morto;</p> <p>Atende crianças e pacientes que dependem de ajuda, auxiliando na alimentação e higiene dos mesmos, para proporcionar-lhes conforto e recuperação mais rápida;</p> <p>Prepara os pacientes para consulta e exames, vestindo-os adequadamente e colocando-os na posição indicada, para facilitar a realização das operações mencionadas;</p> <p>Prepara e esteriliza material e instrumental, ambientes e equipamentos, obedecendo prescrições, para permitir a realização de exames, tratamentos, intervenções cirúrgicas e atendimento obstétrico;</p> <p>Efetua a coleta de material para exames de laboratório e a instrumentação em intervenções cirúrgicas, atuando sob a supervisão do enfermeiro, em caráter de apoio, para facilitar o desenvolvimento das tarefas de cada membro da equipe de saúde;</p> <p>Registra as tarefas executadas, as observações feitas e as reações ou alterações importantes, anotando-as no prontuário do paciente, para informar à equipe de saúde e possibilitar a tomada de providências imediatas;</p> <p>Atendentes de Enfermagem autorizados a exercerem a função de Auxiliar de Enfermagem, de acordo com a decisão do CORENS/C 76/91;</p> <p>Informar sempre aos pacientes seus direitos e deveres com relação a sua saúde e ao seu próximo;</p> <p>Procurar sempre aumentar os conhecimentos do paciente sobre como atuar para manter sua saúde e da sua comunidade, informar-lhe sobre saúde com todos os seus componentes, e não apenas como ausência de doença, seus canais para reivindicar suas necessidades, ajuda-lo a organizar-se para atuar junto a gerência dos Postos de Atendimento, visando diminuir para si próprio e sua comunidade as ameaças à saúde;</p> <p>Participar de cursos, seminários, palestras, no seu aprimoramento para trabalhar de forma ativa na mudança do modelo assistência, realizando o proposto pela ultima campanha nacional de saúde;</p> <p>Dar cursos, seminários, palestras sobre saúde individual e coletiva, preventiva e curativa, onde for necessário, para criar mudanças de hábitos e modos de vida nocivos a saúde;</p> <p>Exercer sua atividade profissional no local que atue visando a máximo de resolutividade, evitando assim custos desnecessários para o serviço público e para o usuário, bem como retardo na solução do seu problema e descredito no profissional e na instituição que o abriga;</p> <p>Auxiliar as outras Secretarias de Prefeitura Municipal, Fundações e Autarquias, e qualquer entidade que solicite informações necessárias à promoção da saúde;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>

Desenhista	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executa desenhos para projetos de engenharia e topográficos, construção e elaboração, mapas, gráficos e outros trabalhos técnicos, interpretando esboços e especificações e utilizando instrumentos apropriados, para elaborar a representação gráfica do projeto.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Estuda as características do projeto, examinando, esboços, especificações e normas técnicas, para assimilar todos os dados necessários à confecção do desenho;</p> <p>Efetua os cálculos necessários à ampliação do projeto original, empregando a técnica necessária para determinar dimensões, superfícies, volumes e outras características do projeto;</p> <p>Estabelece relação entre as diferentes partes do produto ou obra, dimensionando os elementos parciais em escalas adequadas, para assegurar a forma ou estrutura do conjunto, de acordo com o original;</p> <p>Elabora esboços, obedecendo as normas técnicas e utilizando instrumentos e materiais de desenho, para fazer estudo prévio do desenho definitivo;</p> <p>Submete o esboço elaborado à apreciação do autor do projeto, consultando-o sobre possíveis correções ou alterações para efetuar os ajustes necessários;</p> <p>Elabora o desenho definitivo, aplicando seus conhecimentos sobre materiais, processos e técnicas de fabricação e construção, para fornecer todos os subsídios gráficos necessários à execução do projeto;</p> <p>Levantamento em campo para coleta de dados necessários ao desenvolvimento de trabalhos em escritórios;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Fiscal de Obras e Posturas	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Orientar e fiscalizar os projetos e execução de edificações no município, segundo as normas do Código de Edificações e Posturas.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Assegurar o padrão mínimo de segurança, higiene, salubridade, e conforto das edificações de interesse da comunidade;</p> <p>Prestar assessoria nas consultas prévias de viabilidade do antiprojeto, do projeto definitivo e do alvará de construção;</p> <p>Fiscalizar a existência e construção do projeto hidro-sanitário, elétrico estrutural, prevenção o contra incêndio;</p> <p>Liberação do Habite-se;</p> <p>Vistoriar as diversas obras observando as normas do Código de Edificações;</p> <p>Vistoriar se ha profissionais habilitados projetando as obras;</p> <p>Libera licença de demolição;</p> <p>Fiscaliza as construções e edificações particulares e para comércios;</p> <p>Examina o preparo de terrenos (escavação, sustentação de terra);</p> <p>Fiscaliza os locais de carga e descarga;</p> <p>Fiscaliza as instalações hidráulico-sanitárias de águas pluviais e deposito de lixo;</p> <p>No caso do não cumprimento do Código de Edificações poderá aplicar as penalidades previstas no Código de Edificações;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Fiscal de Tributos	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Vistoria, fiscaliza, orienta, notifica, autua, coordena trabalhos da fiscalização interna e externa.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Supervisiona equipes de trabalho em órgãos de fiscalização de tributos, orientando-as sobre critérios de fiscalização, tributação e praticas correspondentes, para cooperar no aperfeiçoamento e racionalização de normas e medidas fiscalizadoras;</p> <p>Elabora planos de fiscalização, consultando documentos específicos e guiando-se pela legislação fiscal, para racionalizar os trabalhos nos órgãos sob sua responsabilidade;</p> <p>Procede ao controle e avaliação, acompanhando sua execução e analisando os resultados obtidos, para julgar o grau de validade do trabalho;</p> <p>Executa as tarefas de fiscalização de tributos da fazenda pública, inspecionando estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e demais entidades, examinando rótulos, faturas, selos de controle, notas fiscais e outros documentos, para defender os interesses da fazenda pública e da economia popular;</p> <p>Fiscaliza sorteios, concursos, consórcios, a fim de controlar o pagamento do imposto devido;</p> <p>Autua contribuintes em infração, instaurando processo administrativo-fiscal e providenciando as respectivas notificações, para assegurar o cumprimento das normas legais;</p> <p>Mantém-se informado a respeito da política de fiscalização, acompanhando as divulgações feitas em publicações oficiais e especializadas, para difundir a legislação e proporcionar instituições atualizadas;</p> <p>Fiscaliza as obras civis;</p> <p>Fiscaliza o IPTU, ISS e a TLF;</p> <p>Fiscaliza o comercio dos ambulantes e os horários especiais;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata;</p>

Monitor Educacional	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA : Atende criança de 0 à 5 anos, serve a criança nas necessidades diárias, cuidando de sua higiene, orientando-a nas distrações, auxiliando-a nas refeições, para garantir o bem-estar e o desenvolvimento sadio da mesma.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Recebem crianças, cuida da higiene bucal da criança, banhando-a, vestindo-a e orientando seus hábitos de limpeza pessoal, para assegurar-lhe asseio e boa apresentação;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Auxilia a criança nas refeições, servindo-a ou dando-lhe de comer, para alimentá-la; - Ministra medicamentos à criança, preparando as doses indicadas e controlando os horários de acordo com a orientação médica, para fazê-la seguir o tratamento prescrito; - Orienta a criança em suas distrações, levando-a a passear, lendo ou contando-lhe histórias e organizando jogos e brincadeiras, para assegurar-lhe um entretenimento sadio; - Controla o repouso da criança, preparando-lhe a cama, ajudando-a na troca da roupa e/ou fraldas e observando horários, para zelar pela saúde e bem-estar da mesma; - Auxiliar o professor no planejamento mensal, participando de reuniões pedagógicas quando solicitadas; - Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.
Operador de Computador	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Recebe textos, planilhas e documentos a serem digitados, processados, gravados, e posteriormente impressos, desde que, autorizados pelo superior imediato.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Verifica o conteúdo e finalidade dos documentos recebidos, baseando-se no sistema a ser empregado, para estabelecer a ordem das informações a serem gravadas;</p> <p>Organiza os documentos, agrupando-os em lotes e numerando-os, quando necessário, para possibilitar maior segurança na execução do trabalho;</p> <p>Arquiva os documentos, classificando-os de acordo com as normas preestabelecidas, para possibilitar o controle de serviço e consultas posteriores;</p> <p>Prepara a impressora, para a impressão de relatórios de conferência dos textos, planilhas ou documentos digitados;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Recepcionista	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA : Recepciona o público, procurando identifica-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, marcar entrevistas, receber recados ou encaminha-los as pessoas ou setores procurados;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Atende ao público, indagando suas pretensões para informá-lo conforme seus pedidos;</p> <p>Atende chamadas telefônicas, manipulando telefones internos ou externos, para prestar informações ou recados;</p> <p>Registra as visitas, anotando dados pessoais e comerciais do visitante, para possibilitar o controle dos atendimentos diários;</p> <p>Pode executar outras tarefas de escritório de caráter limitado, a critério do superior imediato;</p> <p>Recepciona as pessoas para audiência pública;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata</p>
Secretário de Escola	<p>DESCRIÇÃO DETALHADA:</p> <p>coordenar e executar as tarefas decorrentes dos encargos da Secretaria</p> <p>organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da:</p> <p>identidade e regularidade da vida escolar do aluno;</p> <p>autenticidade dos documentos escolares;</p> <p>organizar e manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviço, circulares, resoluções e demais documentos;</p> <p>redigir a correspondência que lhe for confiada;</p> <p>rever todo o expediente a ser submetido a despacho do Diretor;</p> <p>elaborar relatórios e processos a serem encaminhados a autoridades superiores;</p> <p>apresentar ao Diretor, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;</p> <p>coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferências, adaptação e conclusão de curso;</p> <p>zelar pelo uso adequado e conservação dos bens materiais distribuídos à secretaria;</p> <p>comunicar à Direção toda irregularidade que venha a ocorrer na secretaria;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>

Técnico Agrícola	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executa tarefas de caráter técnico relativas à programação, assistência técnica e controle dos trabalhos agrícolas, orientando os agricultores nas tarefas de preparação dos solos destinados ao plantio, colheita e pastagem e beneficiamento de espécies vegetais, combate a parasitas e outras pragas, para auxiliar os especialistas de formação superior no desenvolvimento da produção agrícolas;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Organiza o trabalho em propriedades agrícolas, promovendo aplicação de técnicas novas ou aperfeiçoadas de tratamento e cultivo de terras, para alcançar um rendimento máximo a um custo mínimo; Repassa orientações aos agricultores e fazendeiros na execução racional do plantio, adulação, cultura, colheita e beneficiamento das espécies vegetais, elaborados pelo Engenheiro Agrônomo;</p> <p>Executa, quando necessário, esboços e desenhos técnicos de sua especialidade, seguindo especificações técnicas e outras indicações, para representar graficamente operações e técnicas de trabalho;</p> <p>Faz a coleta e encaminha a amostra de terra, a fim de realizar testes de laboratório e outros, para determinar a composição da mesma e selecionar o fertilizante mais adequado;</p> <p>Prepara ou orienta a preparação de pastagens ou forragens utilizando técnicas agrícolas, para assegurar, tanto em quantidade como em qualidade, o alimento dos animais. Repassa instruções de caráter técnico a agrícola.</p> <p>Registra resultados e outras ocorrências, elaborando relatórios, para submeter a exame e decisão superior;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Técnico em Agrimensura	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Efetua levantamentos da superfície e subsolo da terra, de sua topografia natural e das obras existentes, determinando o perfil, a localização, as dimensões exatas e a configuração de terrenos, campos e estradas, para fornecer os dados básicos necessários aos trabalhos de construção, exploração e elaboração de mapas;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Analisa, mapas, plantas, títulos de propriedades, registros e especificações, estudando-os e calculando as medições a serem efetuadas, para preparar esquemas de levantamentos topográficos, planimétricos e altimétricos; Efetua o reconhecimento básico da área programada, pontos de partida, vias de melhor acesso e selecionar materiais e instrumentos;</p> <p>Realiza levantamentos da área demarcada, posicionando e manejando teodolitos, níveis, trenas, bússolas, telêmetros e outros aparelhos de medição, para determinar altitudes, distâncias, ângulos, coordenadas, referências de nível e outras características da superfície terrestre, de áreas subterrâneas e de edifícios;</p> <p>Registra nas cadernetas topográficas os dados obtidos, anotando os valores lidos e os cálculos numéricos efetuados, para analisa-los posteriormente;</p> <p>Avalia as diferenças entre pontos, altitudes e distancias, aplicando formulas, consultando tabelas e efetuando cálculos baseados nos elementos coligidos, para complementar as informações registradas e verificar a precisão das mesmas;</p> <p>Elabora esboços, plantas e relatórios técnicos sobre os traçados a serem feitos, indicando pontos e convenções, para desenvolver-los sob a forma de mapas, cartas e projetos;</p> <p>Supervisiona os trabalhos topográficos, determinando o balizamento, a colocação de estacas e indicando referências de nível, marcos de locação e demais elementos, para orientar seus auxiliares na execução dos trabalhos;</p> <p>Desenha plantas detalhadas através das áreas levantadas;</p> <p>Pode coordenar os trabalhos de uma equipe de topógrafos e auxiliares, especificando as tarefas a serem realizadas, determinando modo de execução, grau de precisão dos levantamentos e escalas de apresentação das plantas;</p> <p>Executa as seguintes atividades: alinhamento para construção de muros, alinhamento de recuo da construção civil, alinhamento para implantação de postes, locação e nivelamento para implantação de tubos, serviços de acompanhamento e fiscalização de canchas para calçamentos;</p> <p>Efetua o levantamento cadastral das ruas (testadas);</p> <p>Locação, nivelamento e seções transversais de ruas;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Técnico em Agropecuária	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executa tarefas de caráter técnico relativas à programação, assistência técnica e controle dos trabalhos agropecuários, orientando os agricultores e pecuaristas nas tarefas de preparação dos solos destinados ao plantio, colheita e pastagem e beneficiamento de espécies vegetais, combate a parasitas e outras pragas, e na criação de gado, para auxiliar os especialistas de formação superior no desenvolvimento da produção agropecuária;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Organiza o trabalho em propriedades agrícolas, promovendo aplicação de técnicas novas ou aperfeiçoadas de tratamento e cultivo de terras, para alcançar um rendimento máximo a um custo mínimo;</p> <p>Repassa orientações aos agricultores e fazendeiros na execução racional do plantio, adulação, cultura, colheita e beneficiamento das espécies vegetais, elaborados pelo Engenheiro Agrônomo;</p> <p>Executa, quando necessário, esboços e desenhos técnicos de sua especialidade, seguindo especificações técnicas e outras indicações, para representar graficamente operações e técnicas de trabalho;</p> <p>Faz a coleta e encaminha a amostra de terra, a fim de realizar testes de laboratório e outros, para determinar a composição da mesma e selecionar o fertilizante mais adequado;</p> <p>Prepara ou orienta a preparação de pastagens ou forragens utilizando técnicas agrícolas, para assegurar, tanto em quantidade como em qualidade, o alimento dos animais. Repassa instruções de caráter técnico a pecuaristas, orientando as tarefas de criação e reprodução do gado, para obter espécies de maior peso, fertilidade e resistência as enfermidades;</p> <p>Registra resultados e outras ocorrências, elaborando relatórios, para submeter a exame e decisão superior;</p> <p>Executa os trabalhos de inseminação artificial;</p> <p>Auxilia o Médico Veterinário nas tarefas de clínica e cirurgia;</p> <p>Auxilia no desenvolvimento dos trabalhos de piscicultura;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Técnico em Cerâmica	Extinto quando vagar

Técnico em Contabilidade	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atividade de execução qualificada, abrangendo serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balanços, registros e demonstrações contábeis, e outras atividades correlatas.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Planeja o sistema de registros e operações, atendendo as necessidades administrativas e as exigências legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário; Supervisiona os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando seu processamento, para assegurar a observância do plano de contas adotado; Inspecciona regularmente a escrituração dos livros comerciais e fiscais, verificando se os registros efetuados correspondem aos documentos que lhes deram origem, para fazer cumprir as exigências legais e administrativas; Controla e participa dos trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo os saldos apresentados, localizando e emendando os possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis; Procede ou orienta a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos de bens e serviços; Organiza e assina balancetes, balanços e demonstrativos de contas aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira da Prefeitura Municipal; Elabora relatórios sobre a situação patrimonial, econômica e financeira da Prefeitura, apresentando dados estatísticos e pareceres técnicos, para fornecer os elementos contábeis necessários ao relatório da diretoria; Assessoria a direção em problemas financeiros, contábeis, administrativos e orçamentários, dando pareceres à luz da ciência e das práticas contábeis, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação nos referidos setores; Realiza trabalhos de auditoria contábil; Realiza perícias e verificações judiciais ou extrajudiciais; Executa outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Técnico em Enfermagem	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, excetuadas aquelas privativas do ocupante do cargo de Enfermeiro; Concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Promover a divulgação do Programa de Proteção à Saúde da Mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda, orientações quanto ao planejamento familiar; Administrar medicamentos mediante prescrição médica; Participar de vacinações e suas programações; Fazer coleta de material para exames, quando indicado; Fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; Desenvolver atividades de pré e pós-consulta médica; Participar de atividades de saúde a nível comunitário; Fazer a previsão e vistoriar o equipamento de assistência de enfermagem; Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; Colaborar quando indicado no Programa Saúde na Família –PSF; Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar outras atividades correlatas</p>
Técnico em Informática	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Estudar as características e planos da Administração Municipal em conjunto com o corpo diretivo, para verificar as possibilidades e conveniências do processamento eletrônico de dados e da criação de sistemas e aplicativos específicos ao órgão ou unidade;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Identificar a estrutura organizacional dos diversos órgãos ou unidades, efetuando contatos com os servidores que neles trabalham, para obter idéia do volume de dados e levantar o fluxograma dos sistemas atuais; Desenvolver estudos sobre a viabilidade e custo da utilização de sistemas e aplicativos existentes no mercado ou de seu desenvolvimento, levantando os recursos disponíveis e necessários. para ser submetido a uma decisão; Coordenar os processos de aquisição, atualização e treinamento em sistemas e aplicativos; Examinar os dados de entrada disponíveis, estudando as modificações necessárias e sua normatização, para determinar os planos e seqüências de elaboração de programas, bem como estabelecer os métodos e os procedimentos possíveis, para obter dados que se prestem ao tratamento em computador; Preparar diagramas de fluxo e outras instruções referentes ao sistema ou aplicativos, elaborando-os segundo linguagem apropriada, para orientar os programadores e outros servidores envolvidos na operação do computador; Verificar o desempenho de sistema ou aplicativo proposto, realizando experiências práticas, para assegurar-se de sua eficiência e introduzir as modificações oportunas; Coordenar as atividades de profissionais que realizam as diferentes fases da análise do programa, as definições e o detalhamento das soluções, a codificação do problema, teste e eliminação de erros, para assegurar exatidão e rapidez dos diversos sistemas; Orientar sobre o tipo de sistema e equipamento mais adequado, dirigir e coordenar a instalação de sistemas de tratamento automático da informação, supervisionando e planejando a passagem do sistema antigo para o novo; Implantar e administrar a operação de bancos de dados distribuídos, redes locais de computadores e acessos a redes remotas via internet; Supervisionar e coordenar todas as unidades de processamento de dados dos órgãos Municipais; Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; Executar outras atividades correlatas.</p>

Telefonista	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Maneja uma mesa telefônica, movimentando chaves ou outros dispositivos, para estabelecer comunicações internas, locais ou interurbanas;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Vigia permanentemente o painel, observando os sinais emitidos, para atender as chamadas telefônicas;</p> <p>Opera a mesa telefônica, utilizando-se de interruptores e outros dispositivos, para estabelecer comunicação interna, externa ou interurbanas entre solicitante e o destinatário;</p> <p>Zela pelo equipamento, comunicando defeitos e solicitando seu conserto e manutenção;</p> <p>Registra as ligações urbanas e interurbanas de cada setor para controle mensal do setor administrativo, para permitir a cobrança das ligações particulares e controle das mesmas;</p> <p>Pode atender a pedidos de informações telefônicas anotando recados e registrar chamados;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Tesoureiro	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atividades e receber e pagar, executar controle de caixa diário, controlar contas bancárias, auxiliar o serviços de contabilidade, e outras atividades correlatas</p>
Vigilante Sanitário	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Orienta os serviços de profilaxia e policiamento sanitário na área sob a jurisdição, coordenando ou executando os trabalhos de inspeção aos trabalhos ligados à industrialização e comercialização de produtos alimentícios, a imóveis recém-construídos ou reformados e a estabelecimento de ensino, para proteger a saúde da coletividade.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Coordena ou executa a inspeção de fabricas de laticínios, massas, conservas e de outros tipos de produtos alimentícios como armazém, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos similares, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, limpeza do equipamento, refrigeração, suprimento de água, instalações sanitárias e condições de asseio e saúde dos que manipulam alimentos, para assegurar as condições necessárias à produção e distribuição de alimentos sadios e de boa qualidade;</p> <p>Procede a inspeção de imóveis novos ou reformados, antes de serem habitados, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, a existência de dispositivos para escoamento das águas pluviais e o estado de conservação de paredes, telhados, portas e janelas, para opinar na concessão do habite-se;</p> <p>Inspeciona estabelecimentos de ensino, verificando suas instalações e os comestíveis fornecidos aos alunos, para assegurar as medidas profiláticas necessárias;</p> <p>Faz comunicações, intimações e interdições decorrentes de seu trabalho;</p> <p>Executa outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata;</p>

GRUPO III – ATIVIDADES AUXILIARES DE NÍVEL MÉDIO - AAM

Nome do Cargo	Atividades Específicas
Agente Comunitário de Saúde	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atividades auxiliares na área da saúde – abrangendo o Programa de Saúde da Família – PSF</p>
Auxiliar de Serviços Gerais	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar tarefas ou serviços manuais de caráter simples que exigem, principalmente, esforço físico e pouca ou nenhuma experiência previa. Executa trabalhos rotineiros de limpeza em geral, em edifícios, escritórios, escolas, outros locais, para manter as condições de higiene e conserva-los.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Escavar ou fechar valas e fossas, utilizando ferramentas manuais;</p> <p>Retirar, limpar, transportar, espalhar materiais, empregando, se necessário, carrinho de mão, pás, e outras ferramentas;</p> <p>Desempenhar vários serviços de auxílio ao carpinteiro, marceneiro, pedreiro, eletricista, topógrafo, motorista ou operador de equipamentos e outros profissionais que necessitem;</p> <p>Efetuar a limpeza e desobstrução de valas, utilizando ferramentas manuais;</p> <p>Remove o pó dos moveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os com vasculhadores, flanelas ou vassouras apropriadas, para conservar-lhes a boa aparência;</p> <p>Limpa escadas, pisos, passadeiras e tapetes, varrendo-os lavando-os ou encerando-os e passando aspirador de pó, para retirar poeira e detritos;</p> <p>Limpa utensílios, como cinzeiros e objetos de adorno, para manter a boa aparência dos locais;</p> <p>Arruma banheiros e toaletes, para conserva-los em condições de uso;</p> <p>Coleta o lixo dos depósitos, recolhendo-os em latões, para deposita-lo na lixeira ou no incinerador;</p> <p>Pode ajudar na remoção ou arrumação de móveis ou utensílios;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Borracheiro	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atividade de execução específica de natureza operacional, abrangendo trabalhos de borracharia em geral, e outras atividades correlatas.</p>

Carpinteiro	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Efetua trabalhos gerais de carpintaria, cortando, armando, instalando e reparando peças de madeira, utilizando ferramentas manuais e mecânicas, para confeccionar conjunto ou peças de edificações e obras similares ou efetuar a manutenção das mesmas;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Examina as características do trabalho, interpretando plantas, esboço, modelo ou especificações, para estabelecer a sequência das operações a serem executadas;</p> <p>Seleciona a madeira e demais elementos necessários escolhendo o material mais adequado, para assegurar a qualidade do trabalho;</p> <p>Efetua a traçagem da madeira, assinalando os contornos da peça segundo o desenho ou modelo, para possibilitar o corte;</p> <p>Confecciona as partes da peça, serrando, aplainando, alisando, furando e executando outras operações, com ferramentas manuais ou mecânicas, como plaina, serrote, formão, goiva, furadeira e outras, para obter os componentes necessários a montagem da obra;</p> <p>Monta as partes, encaixando-as fixando-as com cola, parafusos ou pregos, para formar o conjunto projetado;</p> <p>Instala esquadrias e outras peças de madeira, como janelas, portas, escadas, fornos, armários, caixas, divisões e outros, encaixando-as e fixando-as nos locais apropriados e previamente preparados, para possibilitar a ventilação e iluminação naturais das edificações;</p> <p>Repara elementos de madeira, substituindo, total ou parcialmente, peças desgastadas ou deterioradas ou fixando partes soltas, para recompor sua estrutura;</p> <p>Afia as ferramentas de corte, utilizando rebolo, lima, assentador ou pedra de afiar, para manter o gume;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Coveiro	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Prepara sepulturas, abrindo e fechando covas, para permitir o sepultamento de cadáveres.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Prepara a sepultura, escavando a terra e escorando as paredes da abertura, ou retirando a lapide e limpando o interior das covas já existentes, para o sepultamento;</p> <p>Auxilia na colocação do caixão, manipulando as cordas de sustentação, para facilitar o posicionamento do mesmo na sepultura;</p> <p>Fecha a sepultura, recobrimo-a de terra e cal ou fixando-lhe uma laje, para assegurar a inviolabilidade do túmulo;</p> <p>Pode efetuar a limpeza e conservação de jazigos;</p> <p>Pode auxiliar a transportar caixões e a exumar cadáveres;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Eletricista	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Monta e repara instalações de baixa e alta tensão, em edifícios ou outros locais guiando-se por esquemas e outras especificações, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais, aparelhos de medição elétrica e eletrônica, material isolante e equipamento de soldar, para possibilitar o funcionamento das mesmas;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Estuda o trabalho a ser realizado, consultando plantas, esquemas, especificações e outras informações, para estabelecer o roteiro das tarefas;</p> <p>Coloca e fixa os quadros de distribuição, caixas de fusíveis, tomadas e interruptores, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais e materiais e elementos de fixação, para estruturar a parte geral da instalação elétrica;</p> <p>Executa o corte, dobradura e instalação de condutos isolantes e enfição ou instala diretamente os cabos elétricos utilizando equipamentos de cortar e dobrar tubos, puxadores de aço, grampos e dispositivos de fixação, para dar prosseguimento a montagem;</p> <p>Liga os fios à fonte fornecedora de energia, utilizando alicates, chaves, conectores e material isolante, para completar a tarefa de instalação;</p> <p>Testa a instalação, fazendo-a funcionar em situações reais repetidas vezes, para comprovar a exatidão do trabalho executado;</p> <p>Testa os circuitos da instalação, utilizando aparelhos de comparação e verificação elétricas e eletrônicas, para detectar partes ou peças defeituosas;</p> <p>Substitui ou repara fios ou unidades danificadas, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais, materiais isolantes e soldas, para devolver à instalação elétrica condições normais de funcionamento;</p> <p>Trocar lâmpadas em semáforos;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>

Mecânico	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executa a manutenção de motocicletas e veículos leves, caminhões, ônibus e outros, desmontando, reparando, substituindo, ajustando e lubrificando o motor e peças anexas, órgãos de transmissão, freios, direção, suspensão e equipamento auxiliar, para assegurar-lhes condições de funcionamento regular;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Examina o veículo, inspecionando-o diretamente ou por meio de aparelhos ou banco de prova, para determinar os defeitos e anormalidades de funcionamento da viatura;</p> <p>Estuda o trabalho de recuperação a ser realizado, valendo-se de desenhos, esboços e especificações técnicas ou outras instruções, para planejar o roteiro de trabalho;</p> <p>Faz o desmonte e limpeza do motor, órgãos de transmissão, diferencial e outras partes que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando chaves comuns e especiais, jatos de água e ar e substâncias detergentes, para eliminar impurezas e preparar as peças para inspeção e reparação;</p> <p>Procede à substituição, ajuste ou retificação de peças do motor, como anéis de embolo, bomba de óleo, válvula, cabeçote, mancais, arvores de transmissão, diferencial e outras, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle e outros equipamentos, para assegurar-lhes as características funcionais;</p> <p>Executa a substituição, recuperação ou regulagem total ou parcial do sistema de freio (cilindros, tubulação, sapatas e outras peças), sistema de ignição (distribuidor e componentes, fiação e velas), sistema de alimentação de combustível (bomba, tubulações, carburador), sistemas de lubrificação e de arrefecimento, sistema de transmissão, sistema de direção e sistema de suspensão, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o veículo e assegurar seu funcionamento regular;</p> <p>Afina o motor, regulando a ignição, a carburação e o mecanismo das válvulas, utilizando ferramentas e instrumentos especiais, para obter o máximo de rendimento e regularidade funcionais;</p> <p>Monta o motor e demais componentes do veículo, guiando-se pelos desenhos ou especificações pertinentes, para possibilitar a utilização do mesmo;</p> <p>Testa o veículo uma vez montado, dirigindo-o na oficina, para comprovar o resultado da tarefa realizada;</p> <p>Providencia o recondicionamento do equipamento elétrico do veículo, o alinhamento da direção e regulagem dos faróis, enviando, conforme o caso, as partes danificadas a oficinas especializadas, para completar a manutenção do veículo;</p> <p>Pode recondicionar peças, utilizando tornos, limadoras, máquinas de furar, aparelhos de sondagem a oxigênio e elétrica e ferramentas de usinagem manual em bancada;</p> <p>Pode executar tarefas simples nas instalações elétricas e no quadro do veículo;</p> <p>Pode especializar-se na recuperação e manutenção de um tipo determinado de motor ou em uma parte do veículo, como suspensão, direção ou freio, e ser designado de acordo com a especialização;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata;</p>
Motorista	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Dirige veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e carga, manipulando os comandos de marcha e direção e conduzindo o veículo no trajeto indicado, segundo as regras de trânsito, para transportar cargas;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Vistoria o caminhão, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, a água e óleo do cárter, e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento;</p> <p>Examina as ordens de serviço, verificando a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga, para dar cumprimento à programação estabelecida;</p> <p>Dirige o caminhão, manipulando os comandos e observando o fluxo de trânsito e a sinalização, para conduzi-lo aos locais de carga e descarga;</p> <p>Zela pela documentação da carga e do veículo, verificando sua legibilidade e correspondência aos volumes, para apresentá-la às autoridades competentes, quando solicitada, nos postos de fiscalização;</p> <p>Controla a carga e descarga do material transportável, comparando-o aos documentos de recebimento ou de entrega e orientando sua arrumação no veículo, para evitar acidentes e atender corretamente à freguesia;</p> <p>Zela pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos, para assegurar seu perfeito estado;</p> <p>Recolhe o caminhão após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem, para possibilitar a manutenção e abastecimento do mesmo;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Operador de Equipamentos	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Opera uma máquina motorizada e provida de um ou mais rolos compressores ou cilindros, acionando-a e manipulando os comandos de marcha e direção, para compactar solos com pedras, cascalhos, terra, concreto, asfalto e outros materiais na construção de rodovias, ruas, pistas de aeroportos e outras obras.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Abastece a máquina, enchendo os depósitos de água, para permitir o umedecimento do rolo compressor;</p> <p>Conduz a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para fazer avançar e retroceder o rolo compressor ou cilindro até que a superfície fique suficientemente compactada e lisa;</p> <p>Efetua a manutenção da máquina, lubrificando-a e executando pequenos reparos, para mantê-las em boas condições de funcionamento;</p> <p>Pode conduzir um tipo especial de compactadora como a que leva escarificador para picar ou romper as superfícies;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>

Pedreiro	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executa trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações e utilizando processos e instrumentos pertinentes ao ofício, para construir, reformar ou reparar prédios e obras similares;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Verifica as características da obra, examinando a planta e especificações, para orientar-se na escolha do material apropriado e na melhor forma de execução do trabalho;</p> <p>Mistura cimento, areia e água, dosando as quantidades de forma adequada, para obter a argamassa a ser empregada no assentamento de alvenaria, tijolos, ladrilhos e materiais afins;</p> <p>Constrói alicerces, empregando pedras ou cimento, para formar a base de paredes, muros e construções similares;</p> <p>Assenta tijolos, ladrilhos ou pedras, superpondo-os em fileiras horizontais ou seguindo os desenhos e formas indicadas e unindo-os com argamassa, para levantar paredes, vergas, pilares, degraus de escada e outras partes da construção;</p> <p>Reboca as estruturas construídas, empregando argamassa de cal ou cimento e areia e atentando para o prumo e nivelamento das mesmas, para torna-las aptas a outros tipos de revestimento;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Procede à aplicação de camadas de cimento ou ao assentamento de ladrilhos ou material similar, utilizando processos apropriados, para revestir pisos e paredes; - Aplica uma ou varias camadas de gesso sobre as partes interiores e tetos de edificação, utilizando pá, colher de pedreiro ou outro instrumento apropriado, para dar a essas partes acabamento mais esmerado; - Constrói bases de concreto ou de outro material, baseando-se nas especificações, para possibilitar a instalação de máquinas, postes de rede elétrica e para outros fins; - Realiza trabalhos de manutenção corretiva de prédios, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, trocando telhas, aparelhos sanitários, manilhas e outras peças e chumbando bases danificadas, para reconstruir essas estruturas; - Pode armar e desmontar andaimes de madeira ou metálicos para execução da obra desejada; - Responsabiliza-se pela qualidade das obras que executa, observando as normas da boa técnica e usando corretamente suas ferramentas; - Executa trabalhos de construção e reformas em bueiros, pontilhões, pontes, muros, abrigos, bocas de lobo, banheiro, edificações de madeira e em alvenaria; - Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.
Servente/ Merendeira	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA : Faz limpeza em geral. Prepara refeições, temperando os alimentos, refogando-os, assando-os, cozendo-os, fritando-os ou tratando-os de outro modo, para atender as exigências de cardápios e pedidos dos fregueses;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Separa o material a ser utilizado na confecção, da refeição, escolhendo panelas, temperos, molhos, e outros ingredientes, para facilitar sua manipulação;</p> <p>Prepara os alimentos, cortando-os, amassando-os ou triturando-os e temperando-os para garantir a forma e o sabor adequados a cada prato ou para seguir uma receita;</p> <p>Coloca os alimentos em panelas, formas, frigideiras ou outros recipientes, untando-os com óleo, banha, azeite ou manteiga e valendo-se de processos adequados a cada prato, para possibilitar a coação;</p> <p>Leva os alimentos ao fogo, regulando a temperatura e chama do forno ou fogão, para refoga-los, assa-los, coze-los ou frita-los;</p> <p>Retira os alimentos do forno ou fogão, verificando previamente se esta no ponto desejado, para coloca-los em travessas e servi-los;</p> <p>Determina a limpeza dos utensílios, solicitando a lavagem dos mesmos, para assegurar sua posterior utilização;</p> <p>Prepara molhos, misturando ingredientes e armazenando-os em recipientes bem vedados, para possibilitar o rápido preparo das refeições;</p> <p>Observa rigorosamente os preceitos de limpeza e higiene previstos;</p> <p>Controla o estoque de ingredientes, verificando o seu nível e o estado dos que são sujeitos a deterioração, para providenciar as reposições necessárias;</p> <p>Supervisiona as tarefas executadas pelos demais trabalhadores da cozinha, treinando-os e orientando-os no preparo dos alimentos, para manter o padrão de qualidade e higiene do serviço;</p> <p>Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.</p>
Vigia	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exerce a vigilância das instalações da Prefeitura, percorrendo os sistematicamente e inspecionando suas dependências, para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades;</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: Executa a ronda diurna e noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente, examinando as instalações hidráulicas e elétricas e constatando irregularidades, para possibilitar a tomada de providências necessárias no sentido de evitar roubos e prevenir incêndios e outros danos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Controla a movimentação de pessoas, veículos e materiais, vistoriando veículos, anotando o numero dos mesmos, examinando os volumes transportados, e fazendo os registros pertinentes, para evitar desvio de materiais e outras faltas; - Redige memorando destinado a pessoa ou órgão competente, informando-o das ocorrências do seu setor, para permitir a tomada de providencias adequadas a cada caso; - Registra sua passagem pelos postos de controle, acionando o relógio especial de ponto, para comprovar a regularidade de sua ronda; - Manter limpo e em bom estado de funcionamento todos os equipamentos que utilizam, providenciando consertos quando necessário; - Controlar o cartão ponto dos funcionários; - Controlar a entrada e saída de todos os veículos e máquinas rodoviárias; - Substitui os vigias em caso de ausência destes; - Pode atender aos visitantes, identificando-os e encaminhando-os aos setores procurados; - Executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata.

Viveirista	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos no viveiro de mudas, limpeza e outras atividades correlatas.
------------	---

ANEXO IV

NOMINATA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

GRUPO: DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR

CÓDIGO: DAS

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL			
GABINETE DO PRE- FEITO					
01	Chefe de Gabinete	DAS – 03			
02	Assessor Especial	DAS – 01			
01	Procurador	DAS – 02			
01	Assessor Jurídico	DAS – 01			
01	Assessor de Comunicação Social	DAS - 01			
01	Coordenador do Sistema de Controle Interno	DAS – 01			
01	Coordenador da Defesa Civil	DAÍ – 02			
01	Coordenador do PROCON	DAÍ - 02			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					
01	Secretário de Administração e Planejamento	DAS – 02			
01	Supervisor de Adm. e Planejamento	DAS – 04			
01	Gerente de Administração	DAS - 03			
01	Diretor de Recursos Humanos	DAI - 02			
01	Diretor de Serviços Administrativos	DAÍ – 02			
01	Chefe de Secretaria Geral	DAÍ - 01			
01	Chefe de Controle e Patrimônio	DAÍ – 01			
01	Gerente de Planejamento	DAS - 03			
01	Diretor de Planejamento	DAÍ - 02			
01	Diretor de Compras	DAÍ - 02			
01	Chefe de Licitações e Contratos	DAÍ - 01			
SECRETARIA DE FINANÇAS					
01	Secretário de Finanças	DAS – 02			
01	Diretor de Contabilidade	DAÍ – 02			
01	Supervisor de Finanças	DAS – 04			
01	Gerente de Finanças	DAS - 03			
01	Diretor de Arrecadação e Tributação	DAÍ – 02			
01	Diretor de Fiscalização	DAÍ – 02			
01	Chefe de Cadastro	DAÍ - 01			
01	Diretor de Finanças	DAÍ - 02			
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					
01	Secretário de Obras e Serviços Urbanos	DAS – 02			
01	Supervisor de Obras e Serv. Urbanos	DAS - 04			
01	Gerente de Obras	DAS - 03			
01	Diretor Executivo	DAI – 03			
01	Diretor de Obras	DAI – 02			
01	Diretor de Serviços Urbanos	DAI – 02			
01	Diretor de Estradas e Rodagens	DAÍ – 02			
01	Chefe do Setor de Serviços Gerais	DAÍ – 01			
01	Chefe do Setor de Manutenção Veículos	DAÍ - 01			
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					

01	Secretário de Educação	DAS – 02			
01	Supervisor de Educação	DAS – 04			
01	Gerente de Educação	DAS - 03			
01	Diretor Executivo	DAI – 03			
01	Chefe de Assessoramento de Informática	DAÍ – 01			
01	Chefe de Administração de Educação Infantil	DAÍ – 01			
01	Chefe de Administração do Ensino Fundamental	DAI – 01			
01	Diretor de Orientação Pedagógica	DAI – 02			
01	Chefe de Assessoramento Pedagógico	DAÍ – 01			
01	Diretor de Assessoria Técnica Administrativa	DAÍ – 01			
01	Diretor de Transporte Escolar	DAÍ – 02			
01	Diretor da Merenda Escolar	DAÍ – 02			
01	Diretor Administrativo de Educação Infantil	DAÍ – 02			
01	Chefe de Transporte Escolar	DAÍ – 01			

SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E MEIO AMBIENTE

01	Secretário de Esporte, Cultura e Meio Ambiente	DAS – 02			
01	Supervisor de Esporte	DAS - 04			
01	Gerente de Esporte	DAS - 03			
01	Diretor de Esporte	DAÍ – 02			
01	Gerente de Cultura	DAS - 03			
01	Diretor de Cultura	DAÍ – 02			
01	Diretor de Meio Ambiente	DAÍ – 02			

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

01	Secretário do Desenvolvimento Social e Ação Comunitária	DAS –02			
01	Supervisor de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária	DAS - 04			
01	Gerente Desenv. Social e Ação Comunitária	DAS - 03			
01	Diretor da Criança e do Adolescente	DAI – 02			
01	Chefe Administrativo da Criança e do Adolescente	DAI – 01			
01	Diretor de Grupos Sociais e Ação Comunitária	DAÍ – 02			
01	Diretor de Assessoria Técnica	DAÍ – 02			
01	Coordenador do CEAC	DAÍ – 02			
01	Coordenador do Cadastro Único	DAÍ – 01			

SECRETARIA DE SAÚDE

01	Secretário Municipal de Saúde	DAS –02			
01	Supervisor de Saúde	DAS - 04			
01	Gerente de Saúde	DAS - 03			
01	Diretor Administrativo	DAÍ – 02			
01	Diretor de Vigilância Sanitária	DAÍ – 02			
01	Chefe de Inspeção Sanitária	DAI – 01			
01	Diretor de Prevenção, Erradicação de Doenças Infecto-Contagiosas	DAÍ – 02			
01	Diretor Materno Infantil	DAI – 02			
01	Chefe de Serviços Administrativos	DAÍ – 01			
01	Chefe de Atendimento e Protocolo	DAÍ – 01			

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

01	Secretário de Agricultura, Pesca	DAS – 02			
01	Gerente de Agric. Pesca	DAS - 03			
01	Diretor de Agricultura e Pesca	DAÍ – 02			
01	Diretor de Extensão Rural	DAÍ – 02			

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

01	Secretário do Desenvolvimento Econômico	DAS – 02			
01	Supervisor do Desenvolvimento Econômico	DAS - 04			
01	Gerente do Des. Econômico	DAS – 03			
01	Diretor de Indústria e Comércio	DAI – 02			

01	Diretor de Turismo	DAI – 02			
----	--------------------	----------	--	--	--

ANEXO V

TABELA DE SUBSÍDIOS/VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REMUNERAÇÃO
09	Secretário	DAS – 2	Lei de Iniciativa da Câmara
08	Supervisor	DAS - 4	4.766,32
01	Chefe de Gabinete	DAS -4	4.766,32
11	Gerente	DAS 3	3.813,06
01	Procurador Jurídico	DAS – 2	6.325,32
04	Assessores	DAS – 1	3.574,74
02	Diretor Executivo	DAI – 3	2.941,50
30	Diretor	DAÍ - 2	2.439,90
15	Chefe	DAI – 1	1.588,78
01	Coordenador do Sistema de Controle Interno	DAS – 1	3.574,74
01	Coordenador da Defesa Civil	DAÍ – 2	2.439,90
01	Coordenador do Cadastro Único	DAÍ – 1	1.588,78
01	Coordenador do CEAC	DAÍ – 2	2941,50
01	Coordenador do PROCON	DAÍ - 02	2.349,90

ANEXO VI

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS

Valores atualizados até junho de 2015

QTDE	ESPECIFICAÇÃO	NIVEL	VALOR R\$	ATRIBUIÇÕES
08	Supervisor	DAS – 04	4.766,32	Supervisionamento de procedimentos administrativos atinentes a área de atuação, inclusive responsabilidade técnica, quando exigida; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados no departamento, se for o caso; Execução de atribuições designadas pelo Secretário Municipal da pasta e prestar-lhe contas; Requisição de suprimento de materiais e serviços para o departamento; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado à secretaria correspondente.
01	Chefe de Gabinete	DAS – 04	4.766,32	Coordenação de procedimentos administrativos atinentes ao Gabinete do Prefeito e suas assessorias; Operacionalizar a captura e remessa de informações gerenciais solicitadas pelo Chefe do Poder Executivo; Informar os órgãos da Administração Municipal acerca de decisões administrativas, agendamentos e atos de ordem institucional; Gerir os processos de agendamento das atividades do Gabinete do Prefeito e cumprir com as atribuições previstas em leis e regulamentos atinentes ao setor; Registrar requerimentos e solicitações de pessoas físicas e jurídicas, de interesse social e institucional; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado ao Gabinete do Prefeito.
11	Gerente	DAS – 03	3.813,06	Coordenação gerencial de procedimentos administrativos e operacionais da área de atuação; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados na secretaria pertinente; Execução de atribuições designadas pelo secretário da pasta e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado à sua área de atuação.

01	Procurador Jurídico	DAS – 02	6.325,32	Representação do município judicial e extrajudicial, na forma da legislação pertinente; Assessoramento Jurídico dos órgãos municipais, dos assuntos do Gabinete do Prefeito e dos Secretários Municipais sobre assuntos de interesse público; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados na Procuradoria; Controle de processos judiciais e execuções de qualquer natureza de interesse do Município
04	Assessor	DAS – 01	3.574,74	Assessoramento em atividades específicas das áreas de Comunicação Social, Assessoria Jurídica e Assessoria Especial dos assuntos do Gabinete do Prefeito; Programação e execução de serviços e atividades de interesse público em conjunto com os órgãos de governo; Coordenação funcional de procedimentos operacionais atinentes a sua área de assessoramento;
02	Diretor Executivo	DAÍ – 03	2.941,50	Execução das atividades administrativas e operacionais designadas pela chefia superior; Coordenação e execução de atividades operacionais, além da atribuição funcional do cargo ou atribuição interina de atividade administrativa/operacional. Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados na sua área de atuação.
30	Diretor	DAÍ – 02	2.439,90	Coordenação funcional de procedimentos administrativos e operacionais do departamento de sua atuação; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados no departamento; Execução de atribuições designadas pelo superior hierárquico e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado ao departamento.
15	Chefe	DAÍ – 01	1.588,78	Coordenação funcional de procedimentos administrativos e operacionais da Seção; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados na seção; Execução de atribuições designadas pela Chefia de Departamento ou superior hierárquico e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado à seção.
01	Coordenador do Sistema de Controle Interno	DAS – 01	3.574,74	Coordenação e supervisionamento do sistema de controle geral da execução orçamentário-financeira da administração direta e indireta do Município; Acompanhamento com serviços de auditoria em todos os processos licitatórios e contratos administrativos; Controla a emissão de notas de empenho e sua liquidação examinando todas as mutações financeiras da municipalidade. Responsabiliza-se para relação Município-Tribunal de Contas do Estado e com outros organismos aos quais o Município deva informações, dentro dos prazos exigidos; Outras tarefas inerentes à função e ao atendimento do sistema de informações.
01	Coordenador do Cadastro Único	DAÍ – 01	1.588,78	Coordenação funcional de procedimentos administrativos e operacionais dos cadastros do sistema de proteção social do município; Execução de atribuições designadas pela Chefia de Departamento ou da diretoria correspondente e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado aos serviços de sua atribuição.

01	Coordenados do CEAC	DAÍ – 03	2.941,50	Coordenação funcional de procedimentos administrativos e operacionais dos serviços de atendimento à criança; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados no CEAC; Execução de atribuições designadas pelo superior hierárquico e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado aos serviços do CEAC.
01	Coordenador da Defesa Civil	DAÍ - 02	2.439,90	Coordenação funcional das ações da Defesa Civil no atendimento e na prevenção de desastres, situações de emergência e de calamidades. Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores e voluntários a serviço da Defesa Civil. Coordenação da elaboração de relatórios, registros e demais procedimentos pertinentes. Prestar informações e encaminhar procedimentos estabelecidos pela defesa Civil do Estado. Zelar pelo patrimônio público disponibilizado aos serviços da Defesa Civil.
01	Coordenador do PROCON	DAÍ - 02	2.439,90	Coordena as atividades dos serviços de proteção ao consumidor, na forma da legislação pertinente. Coordena a elaboração e execução de campanhas de interesse social e de cidadania. Prestar informações e encaminhar procedimentos estabelecidos pelos órgãos públicos de defesa do consumidor. Zelar pelo patrimônio público disponibilizado aos serviços do PROCON.

ANEXO VII

GRUPOS OCUPACIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, FUNÇÕES E NÍVEL DE VENCIMENTO

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Quantidade	Cargo	Código	Vencimentos
01	Administrador	1.1.01	2.978,88
01	Arquiteto	1.1.02	2.978,88
01	Agente de Controle Interno	1.1.18	3.574,74
01	Advogado	1.1.20	1.292,16
01	Bibliotecário	1.1.03	2.978,88
05	Assistente Social	1.1.04	2.457,73
03	Bioquímico - 20 horas	1.1.05	1.727,00
02	Contador	1.1.06	2.978,88
01	Controlador Interno	1.1.07	6.325,32
08	Enfermeiro	1.1.08	2.978,88
01	Engenheiro Agrimensor	1.1.09	2.978,88
01	Engenheiro Agrônomo	1.1.10	4.082,57
01	Engenheiro Civil	1.1.11	2.978,88
01	Engenheiro Sanitarista	1.1.12	2.978,88
03	Fisioterapeuta - 20 horas	1.1.13	2.422,43
20	Médico – 20 horas	1.1.14	6.644,48
01	Médico Veterinário	1.1.19	2.978,88
02	Fonoaudiólogo	1.1.17	2.457,73
03	Nutricionista	1.1.15	2.457,73
06	Odontólogo - 20 horas	1.1.16	2.422,42
07	Psicólogo	1.1.16	2.457,73
03	Farmacêutico		2.978,88

GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO – ATM ATUALIZAR VENCIMENTOS

Quantidade	Cargo	Código	Vencimentos
48	Auxiliar Administrativo	2.2.01	1.071,45
01	Almoxarife	2.2.03	1.242,35
02	Atendente de Enfermagem	2.2.04	1.147,98

06	Auxiliar de Biblioteca	2.2.08	1.071,45
18	Auxiliar de Enfermagem	2.2.09	947,44
02	Desenhista	2.2.10	1.147,98
04	Fiscal de Obras e Posturas	2.2.11	1.147,98
05	Fiscal de Tributos	2.2.12	1.147,98
04	Operador de Computador	2.2.14	1.071,45
01	Recepcionista	2.2.15	821,51
04	Técnico Agrícola	2.2.17	1.147,98
01	Técnico em Agrimensura	2.2.18	1.147,98
01	Técnico em Agropecuária	2.2.19	1.147,98
02	Técnico em Contabilidade	2.2.21	1.147,98
16	Técnico em Enfermagem	2.2.22	1.147,98
04	Técnico em Informática	2.2.23	1.147,98
05	Telefonista	2.2.24	1.071,45
01	Tesoureiro	2.2.25	1.147,98
04	Vigilante Sanitário	2.2.26	1.147,98

GRUPO III- TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS AUXILIARES – TSA.

Quantidade	Cargo	Código	Vencimentos
65	Auxiliar de Serviços Gerais	3.3.02	821,51
02	Borracheiro	3.3.03	821,51
03	Carpinteiro	3.3.04	821,51
01	Coveiro	3.3.05	821,51
01	Eletricista	3.3.06	821,51
45	Agente Comunitário de Saúde	3.3.07	1.091,88
03	Mecânico	2.2.08	1.115,23
29	Motorista	3.3.09	1.115,23
20	Operador de Equipamentos	3.3.10	1.239,80
02	Pedreiro	3.3.12	821,51
55	Servente/Merendeira	3.3.13	821,51
10	Vigia	3.3.15	821,51
01	Viveirista	3.3.16	821,51

ANEXO VIII

CARGOS EXTINTOS QUANDO VAGAREM

Administrador
Atendente de Enfermagem
Auxiliar de Serviços Educacionais
Coveiro
Técnico em Cerâmica
Viveirista Florestal
Vigia

Sul Brasil

PREFEITURA

CONCURSO 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

O Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, Sr. Eder Ivan Marmitt, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO que se encontra aberto Concurso Público, destinado ao provimento de vaga do Poder Público Municipal, descrita abaixo, o qual reger-se-á pelas instruções do Edital n.º.002/2015, disciplinado pelo art. 37, inciso II da Constituição Federal, Lei Complementar Municipal N.º 640/2007 e 1.038/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei 384/2001; Leis Complementares Municipais 385/2001 e demais Legislações Pertinentes. Do cargo: Psicólogo(a) - 01 vaga - 20 horas. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 01 de Julho a 31 de Julho de 2015, exclusivamente via internet, através do endereço eletrônico (www.construirconcursos.com.br). Das provas: As provas serão aplicadas no dia 23 de Agosto de 2015, das 08h00min às 11h00min, no Núcleo Escolar Paulo Freire, na cidade de Sul Brasil/SC. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Sul Brasil (SC), no site www.sulbrasil.sc.gov.br bem como no site da empresa contratada www.construirconcursos.com.br.

Sul Brasil (SC), 30 de junho de 2015.

Eder Ivan Marmitt.

Prefeito Municipal.

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 130/2015

PORTARIA Nº. 130/2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO PARA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. VIVIANE CAON E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença-Prêmio para a Servidora Pública Municipal Sra. VIVIANE CAON, efetiva, Psicóloga, com matrícula nº. 392/01, referente ao período de Abril de 2010/2015, por 60 (sessenta) dias, a partir de 01 de Julho de 2015, conforme Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Tigrinhos, alterado pela Lei Municipal nº 779/2014, que assim dispõe:

Art. 126. Após cada 05 (cinco) anos de exercício público prestado exclusivamente como servidor efetivo municipal, conceder-se-á licença a título de prêmio com remuneração, pelo período de 60 (sessenta) dias, devendo ser gozada na sua totalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE JUNHO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em trinta de junho de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 112/2015

DECRETO Nº 112, de 23 de Junho de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 551,60 (quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos):

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.0080(10) – Aplicações diretas R\$ 551,60

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.1.90.00.00.00.00.0080(8) – Aplicações diretas R\$ 551,60

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 23 de junho de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 113/2015

DECRETO Nº. 113, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

INSERE DESPESA, FONTE DE RECURSO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam inseridas na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificada, a despesa e a fonte de recursos que passam a integrar o Orçamento do Município de Timbé do Sul com a seguinte estrutura orçamentária:

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes

2.040 – Convênio Fiscalização Trânsito e Segurança

175 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0487

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento por conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na conta corrente 5.684-7; Banco do Brasil, Agência 5.300-7, no valor de R\$ 2.924,00 (dois mil e novecentos e vinte e quatro reais), na dotação abaixo:

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes

2.040 – Convênio Fiscalização Trânsito e Segurança

175 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0487 – Aplicações Diretas R\$ 2.924,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 29 de junho de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 32/2015

PORTARIA Nº. 32, DE 29 DE JUNHO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores abaixo identificados, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 01/07/2015 à 30/07/2015.

Nome	Matrícula	Cargo	Período Aquisitivo
CLÉSIO DOS SANTOS	366	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS II	15/07/2011 a 14/07/2012
EDEVALDO BUZANELLO	847	OPERADOR DE EQUIPAMENTO I	01/03/2011 a 29/02/2012
AROLD DAL PONT	600	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS II	09/02/2011 a 08/02/2012
ELAINE DA ROCHA L. VELHO	999	AUX. ADMINISTRATIVO	01/07/2013 a 30/06/2014
ELAINE FERRO STECANELLA	2706	ENFERMEIRO	09/04/2013 a 08/04/2014
FRANCISCO VISSENTINI	306	ODONTÓLOGO	15/07/2011 a 14/07/2012
GEOVANA PIZZOLO	2941	CHEFE DO SERVIÇO DE AÇÕES SOCIAIS, CAD. E PROJ. HAB.	17/04/2014 a 16/04/2015
GIORGIA DANIEL	2824	ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	20/03/2014 a 19/03/2015
GISLAEL FLORIANO	2406	SECRETARIO DE PLAN., IND., COMÉRCIO E TURISMO	01/02/2014 a 31/01/2015
JANETE TOROSS	1137	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTARIO	22/02/2014 a 21/02/2015
JANIO NIVALDO MACEDO	2393	VIGIA	07/01/2014 a 06/01/2015
MARCOS TRAMONTIN	2525	SECRETARIO DE JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	02/06/2012 a 01/06/2013
MARIA DO CARMO PATEL	621	AUX.DE ENFERMAGEM	09/03/2011 a 08/03/2012
MARIA ZENIR B. FERNANDES	360	AUX. DE ENFERMAGEM	01/02/2012 a 31/01/2013
MARLI CREPALDI ALESSIO	2701	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS I	02/04/2014 a 01/04/2015
ROSALVA PASINI	2346	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS II	03/12/2013 a 02/12/2014
SILIANE PELIZZARI	2416	DIRETOR DO DEP.DE RECEITAS	05/02/2014 a 04/02/2015
SUELI SOARES	2365	AUX.DE ENFERMAGEM	22/02/2014 a 21/02/2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 29 de Junho de 2015.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 33/2015

PORTARIA Nº. 33, DE 30 DE JUNHO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores abaixo identificados, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 01/07/2015 à 30/07/2015.

Nome	Matrícula	Cargo	Período Aquisitivo
ANATONI AUGUSTO P.ZILLI	2758	CONTROLADOR INTERNO	02/01/2014 a 01/01/2015
VANIO DA SILVA	2354	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS II	22/02/2013 a 21/02/2014
VOLNEI MESQUITA	2367	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS II	22/02/2012 a 21/02/2013
ADEMILSON LUIZ	2334	MOTORISTA	22/02/2014 a 21/02/2015
JANE CATARINA MACHADO	2439	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS I	08/03/2013 a 07/03/2014
JUCEVANIA NETTO	397	SECRETARIO DE SAUDE	15/07/2010 a 14/07/2011

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 30 de Junho de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO CMDCA 03/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TIMBÉ DO SUL/ SC

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

Prorroga Prazo Para Inscrições: Art. 4º.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art.: 1º – Prorrogar o prazo para as inscrições aos cargos de conselheiros tutelares do Município de Timbé do Sul até 30/08/2015.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Timbé do Sul, 30 de Junho de 2015.

Presidente CMDCA

Ana Leila Simon

Timbó

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES CREDENCIAMENTO N.º 01 2015 FASS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTA DO CREDENCIAMENTO Nº. 01/2015 - FASS

Às nove horas, do trigésimo dia, do mês de junho de dois mil e quinze, no auditório da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015) e, representando a empresa UNIÃO SAÚDE LTDA. o Sr. Diego Schuck Richinsque, para abertura dos envelopes de Habilitação e Proposta do Credenciamento nº 01/2015 – FASS.

Entregou tempestivamente os envelopes de Habilitação e Proposta a seguinte empresa: UNIÃO SAÚDE LTDA.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura do envelope Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos nele contidos.

Na sequência, passou-se a abertura do envelope de Proposta, colocando-se à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos nele contidos.

Em seguida a Presidente suspendeu a sessão para análise dos documentos e, encaminhamento dos mesmos ao Fundo de Assistência à Saúde do Servidor de Timbó – FASS, tendo em vista a necessidade de análise e parecer desses documentos.

Após a suspensão da sessão o representante da empresa UNIÃO SAÚDE LTDA. solicitou a comissão permissão para se retirar da reunião antes da finalização da ata, a qual foi autorizada pela Sra. Presidente. Em função da ausência deste, a ata segue assinada apenas pelos membros da Comissão de Licitação.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

PRISCILA MACEDO
Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 19 2015 FCT - RESTAURANTE OFICIAL 25ª FESTA DO IMIGRANTE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 19/2015 - FCT

OBJETO: contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de alimentação durante a 25ª Festa do Imigrante, no período de 09 a 12 de outubro de 2015 - Restaurante Oficial, de acordo com as condições previstas nos anexos do edital (Repetição Total Pregão Presencial n.º 12/2015 FCT). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 16 de julho de 2015. ABERTURA: dia 16 de julho de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 30/06/2015

Jorge R. Ferreira
Presidente FCT

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 20 2015 FCT - RESTAURANTE DE SERVIÇO 25ª FESTA DO IMIGRANTE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 20/2015 - FCT

OBJETO: contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de alimentação durante a 25ª Festa do Imigrante, no período de 09 a 12 de outubro de 2015 - Restaurante de Serviço, de acordo com as condições previstas nos anexos do edital (Repetição Pregão Presencial n.º 13/2015 FCT sem alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 16 de julho de 2015. ABERTURA: dia 16 de julho de 2015 as 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 30/06/2015

Jorge R. Ferreira
Presidente FCT

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02 2015 FUMDEC - ELEVADOR

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 02/2015 – FUMDEC

OBJETO: aquisição de elevador de passageiros (capacidade de 06 passageiros ou 450kg), incluindo o fornecimento e a instalação, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas no edital em atendimento às necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 15 de julho de 2015. ABERTURA: dia 15 de julho de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no

site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBÓ (SC), 30/06/2015
WIEGOLD STARKE
Coordenador da Defesa Civil

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 06 2015 SAMAE - MATERIAIS HIDRÁULICOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 - SAMAE

OBJETO: registro de preço para aquisição de materiais hidráulicos para reposição de estoque do almoxarifado em atendimento às necessidades do setor de manutenção do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 03 de agosto de 2015. ABERTURA: dia 03 de agosto de 2015 as 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 30/06/2015
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

AVISO RETIFICAÇÃO LEILÃO N.º 08 2015 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE LEILÃO Nº 08/2015 - SAMAE
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto leva ao conhecimento dos interessados que no Edital de Leilão acima citado, objetivando o Leilão de materiais recicláveis, presentes e futuros, procedentes do processo de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares por um período de 06 (seis) meses, classificados conforme Decreto n.º 3834 de 21 de maio de 2015, fica alterada a comissão constante do subitem 6.1 para 5% (cinco) por cento.

Em atenção às alterações no edital, prorroga-se para dia 24/07/2015 as 10h00min a entrega dos documentos e abertura. Ficam mantidas as demais exigências.

Timbó/SC, 30 de junho de 2015
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 54 2015 PMT - AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preço para aquisição de combustível (óleo diesel s10) destinado ao abastecimento da frota municipal (utilitários, máquinas e caminhões) no período de junho a dezembro do exercício 2015,
EMPRESA FORNECEDORA: Posto Fratelli Ltda.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 194.717,15 (cento e noventa e quatro mil

setecentos e dezessete reais e quinze centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 30/06/2016

Timbó, 01/07/2015
MÁRIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO 2015.94 TIMBOPREV

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/94.

CONTRATANTE: TIMBOPREV - Instituto De Previdência Dos Servidores Públicos Municipais De Timbó. CONTRATADO: SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA. OBJETO: execução, pela CONTRATADA, de serviços de assessoria em mercado financeiro ao TIMBOPREV, em especial o fornecimento de informações claras e precisas que possibilitem a seleção de ativos para compor a carteira de investimentos, acompanhamento diário do comportamento da carteira, avaliação do risco dos ativos e assessoramento nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações em conformidade com as normas e princípios da Resolução nº 3922/2010 e suas respectivas alterações. A prestação de serviços será a título gratuito. Data da assinatura: 22/06/15. PRAZO: 22/06/15 até 22/09/15.

OSMAIR DE CASTILHO
Presidente

EXTRATO DE DISPENSA Nº 67 2015 PMT

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 67/2015

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
CONTRATADO: Ladehoff Comércio e Serviços de Terraplanagem Ltda.

OBJETO: fornecimento de macadame carregado em veículos dos setores solicitantes, para atender as necessidades da administração direta e indireta.

VALOR TOTAL: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias.

TIMBO (SC), 30/06/2015
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2014.138 FUMTRAN

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/138

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito

CONTRATADO: Focalle Engenharia Viária Ltda.

OBJETO: Supressão de R\$ 94.452,75 (noventa e quatro mil,

quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos) do valor global estimado constante na Cláusula Terceira do Contrato, correspondente a supressão de 06 equipamentos.

DATA DA ASSINATURA: 17/06/2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO N.º 28 2014 SAMAE - PROJESAN

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 28/2014 SAMAE

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

CONTRATADO: Projesan Saneamento Ambiental Ltda.

OBJETO: Acréscimo proporcional ao aumento ocorrido no valor do item 01 (Sulfato de alumínio líquido isento de ferro 50%), que fica passando a ser de R\$ 0,49 (quarenta e nove centavos) DATA DA ASSINATURA: 10/06/2015.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

EXTRATO QUINTOTERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2014.070 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/070

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Soberana Serviços e Construções Ltda.

OBJETO: Supressão de R\$ 655,42 (seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos) ao valor da cláusula segunda do contrato.

OBRA: Execução (compreendendo material e mão-de-obra) das obras de reurbanização da área central, compreendendo o seguinte projeto: Área 1 - Avenida Getúlio Vargas (com área de 2.684,67m²) - decorrente do Contrato de repasse n.º CT 770985/2012 - APF 038800 4-36 que entre si celebram a União Federal, por intermédio do programa MCidades, representada pela Caixa Econômica Federal, e o município de Timbó/SC

DATA DA ASSINATURA: 22/06/2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO RESCISÃO CONTRATO Nº 2015.003 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2015/003

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.

CONTRATADA: JEAN FIAMONCINI ME.

OBJETO: rescisão do contrato que tem por finalidade a disponibilização, pela CONTRATADA a FUNDAÇÃO, de todos os serviços para hospedagem dos seguintes domínios: culturatimbo.com.br, festadoimigrante.com.br e lindolfbell.com.br. Data da Rescisão: 01/06/15.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Três Barras

PREFEITURA

CONTRATO Nº 031/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2015

Vigência: 10/06/2015 até 31/12/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC

Contratado: SOFTPC – SOFTWARE PARA PROCESSOS CORPORATIVOS.

CNPJ nº. 11.021.596/0001-22.

Objeto: Prestação de Serviços a concessão de uma licença de uso de programa de computador, intitulado SGP - Sistema de Gestão de Processos Informativos (ou simplesmente "Sistema"), para a Secretaria de Administração dessa prefeitura, que será implantado para acesso da contratante de forma onerosa e pelo prazo previsto neste instrumento. O sistema é de propriedade da contratada que detém todos os direitos para todos os efeitos legais, segundo disposto na Lei 9609/98 (Lei do Software) e, da Lei 9610/98 (Lei da Propriedade Intelectual), e que, por este ato, disponibiliza à contratante, pelo prazo que perdurar o presente contrato, uma chave de acesso ao sistema.

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 30 junho de 2015.

CONTRATO Nº 032/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2015

Vigência: 29/06/2015 até 24/07/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC

Contratado: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA.

CNPJ nº. 05.279.711/0001-60.

Objeto: A Contratação de serviços de mão de obra para retirada de um parque infantil, situado nas proximidades da Escola Básica Municipal Guita Federmann para relocação do mesmo no Centro Poliesportivo João Paulo II na rua Boleslau Polanski, Bairro João Paulo II, no Município de Três Barras – SC, com acréscimo de colocação de areia (a ser fornecida pela Contratante) e placa de advertência de utilização dos equipamentos, conforme Memorial Descritivo, Croqui, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro.

Valor: R\$ 7.550,00 (sete mil e quinhentos e cinquenta reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 30 junho de 2015.

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA 51/2015

PORTARIA Nº 051/15 DE 01 DE JULHO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o Sr. JOSÉ CARLOS TOPOROSKI, CPF nº 309.900.929-68, residente e domiciliado neste município, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde, conforme Portaria de nomeação nº 112/14 de 20 de outubro de 2014.

Artigo 2º - RETORNAR o Sr. JOSÉ CARLOS TOPOROSKI, CPF nº 309.900.929-68, residente e domiciliado neste município ao cargo em que foi concursado (efetivado) de Técnico Municipal em Nível Superior - Psicólogo.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 30 DE JUNHO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 52/2015

PORTARIA Nº 052/15 DE 01 DE JULHO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Sr. ALCIR DE ROS, CPF nº 868.741.109-00, residente e domiciliado no município de Treze Tílias, para ocupar o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 30 DE JUNHO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 53/2015

PORTARIA Nº 053/15 DE 01 DE JULHO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. MARLI DIRLEI BRANDALISE BAVARESCO, CPF nº 950.865.369-87, residente e domiciliada no município de Treze Tílias, para ocupar o cargo comissionado de COORDENADORA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 30 DE JUNHO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 54/2015

PORTARIA Nº 054/15 DE 01 DE JULHO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR a Sr. Ane Margarida Soerger Zaro – CPF nº 048.111.929-90 e Karina Boesing Kucera – CPF nº 040.409.259-47, para exercer a função de AGENTE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 30 DE JUNHO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 55/2015

PORTARIA Nº 055/15 DE 01 DE JULHO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Elisangela Brambila Comachio	01/10/2014 a 30/09/2015	01/07/2015 a 30/07/2015	30
José Carlos Toporoski	21/06/2013 a 20/06/2014	01/07/2015 a 30/07/2015	30
Ana Maria de Souza	16/01/2014 a 15/01/2015	01/07/2015 a 15/07/2015	15
Oraci Rodrigues	01/07/2014 a 30/06/2015	01/07/2015 a 30/07/2015	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 30 DE JUNHO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 20/2015 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 PMTC

O Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu Prefeito Sr. Silvio Venturi torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital de Pregão Presencial PMTC nº 20/2015, comunicando às pessoas interessadas a seguinte mudança no Edital:

1) Fica alterado o TERMO DE REFERÊNCIA – Quadro de quantidades estimativas e valores máximos

2) Fica alterado a data/horário de abertura e recebimento das propostas.

Onde se lê: A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até às 09:00horas, do dia 01/07/2015

Leia-se: A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até às 09:00horas, do dia 13/07/2015.

Permanecem inalteradas as demais disposições.

Trombudo Central, 30 de junho de 2015.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA 3902/2015

PORTARIA Nº. 3.902/2015

Em 30 de Junho de 2015

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e legislação vigente, especialmente a Lei Municipal nº 1.072/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, os novos conselheiros, representando o poder público, no Conselho Municipal de Assistência Social.

GOVERNAMENTAIS

A - Da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Titular: Bruno José Heberle Suplente: Vanderlei Stoffel

B - Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Titular: Carlise Groth Suplente: Naissa C. Schaurich

C - Da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda

Titular: Elisabeth I. H. Scherer Suplente: Jackson Scherer

D - Da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Pedro Baumgratz Suplente: Patrícia Meotti

D – Do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS

Titular: Cleonice Deisi Yess Suplente: Elza Queli Valduga

NÃO GOVERNAMENTAIS

E - Da Associação Hospitalar de Tunápolis

Titular: Dirce Schneider Suplente: Neide W. Freiburger

F – Dos Usuários ou Organização dos Usuários da Assistência Social

Titular: Canísio G. Schroeder Suplente: Sabrina T. Sehn

Titular: Evaldo H. Petry Suplente: Crescência Petry

G - Das Pastorais ou Movimentos Populares

Titular: Neli Immig Wilbert Suplente: Madalena Kautzmann

H – Das Entidades Sócio Assistenciais

Titular: Elisa Teresinha Petry Suplente: Neli Célia Petry

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº. 3.588/14, de 30 de Abril de 2.014, concluindo o prazo de validade do Conselho em 30 de Abril de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 30 de Junho de 2.015

ENOI SCHERER

ELISABETH I. H. SCHERER

Prefeito Municipal

Secr. Mun. Adm. Plan. Finanças

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 24/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 24/2015

Edital de Pregão Presencial nº 22/2015

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para

o conhecimento dos interessados, que na forma

da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por GLOBAL que tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada Para Elaboração do Plano De Saúde, Plano Anual Saúde, Relatório de Gestão-Rag-Sargus, Relatório Quadrimestral e Prestação de Serviço de Consultoria, conforme descritos e especificados no anexo I-Termo de Referência. Entrega dos envelopes até às 15h do dia 14/07/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 178/2015 E 179/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 178/2015

Processo de Licitação: 39/2015/PMU

Data de Assinatura: 29/06/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: PRÓ-DIESEL COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 78.863.263/0001-11

Objeto: fornecimento parcelado de peças novas e manutenção mecânica de veículos da frota municipal.

Valor Global: R\$ 23.651,67

Extrato do Contrato: 179/2015

Processo de Licitação: 39/2015/PMU

Data de Assinatura: 29/06/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: PAZETTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ: 04.963.556/0001-34

Objeto: fornecimento parcelado de peças novas e manutenção mecânica de veículos da frota municipal.

Valor Global: R\$ 32.181,75

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 36/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 13 de julho de 2015 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para contratação de empresa para locação de brinquedos infláveis com oficinas de recreação para as festividades em comemoração ao Dia da Criança e Festividades Natalinas realizadas pelo CRAS/PAIF do município de Vargeão-SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 36/2015. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 30 de junho de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

Extratos de EDITAIS

Edital de Pregão Presencial nº 37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 13 de julho de 2015 às 10 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar para a rede municipal de ensino de Vargeão, SC, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 37/2015. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 30 de junho de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 38/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 14 de julho de 2015 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e ao SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso, a Criança e ao Adolescente do Município de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 38/2015. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 30 de junho de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 2014 TR 2804

Extrato de Termo Aditivo ao Convênio nº 2014 TR 2804
CONCEDENTE: Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional
CNPJ: 05.644.622/0001-38
CONVENIADO: Município de Videira
CNPJ: 83.039.842/0001-84
OBJETO: Aditivo ao Convênio nº 2014 TR 2804, que tem por objetivo a prorrogação de vigência do respectivo convênio firmado entre o Município de Videira e o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional.
PREVISÃO LEGAL: Lei Municipal 2.377/10.
VIGÊNCIA: O presente Convênio ora aditado fica prorrogado até 01/07/2016.

Videira, 22 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal SECRETÁRIO REGIONAL

DECRETO Nº 12.098/15

DECRETO Nº 12.098/15, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Enfermeiro - ESF

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SANDRA URBANO DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 005/2012, homologado em 02 de julho de 2013, para exercer o emprego público de Enfermeiro - ESF, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.121/15

DECRETO Nº 12.121/15, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOSÉ STRAPAZZON, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.125/15

DECRETO Nº 12.125/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Agente Operacional de Vigilância

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VANTUIR MACHADO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.126/15

DECRETO Nº 12.126/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Agente Operacional de Vigilância

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, TIAGO GOMES DE GOIS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.127/15

DECRETO Nº 12.127/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Técnico de Informática

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, PABLO WILLIAN STRAPAZZON, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Informática, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.128/15

DECRETO Nº 12.128/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Exonera, a pedido, Empregada Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 10986/2015,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, NATHALIÊ GALVAN, do emprego público de Médica – Estratégia Saúde da Família, nomeada pelo Decreto nº 11.275/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de junho de 2015.

Videira, 26 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.129/15

DECRETO Nº 12.129/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.892/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 10991/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.892/15, que nomeou ZANETE ALVES DE SOUZA SILVA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.130/15

DECRETO Nº 12.130/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.879/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 10989/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.879/15, que nomeou JANETE MARIA CHAVES, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.131/15

DECRETO Nº 12.131/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.893/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 10990/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.893/15, que nomeou SCHEILA RODRIGUES DA SILVA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.132/15

DECRETO Nº 12.132/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.873/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 10995/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.893/15, que nomeou ALESSANDRA SILVANA DIAS, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.133/15

DECRETO Nº 12.133/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.865/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 10994/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.865/15, que nomeou ELIANE DE SOUZA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.134/15

DECRETO Nº 12.134/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.918/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 10993/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.918/15, que nomeou LUANA CARVALHO DOS ANJOS, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.135/15

DECRETO Nº 12.135/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.855/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 10992/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.855/15, que nomeou SOELI APARECIDA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.136/15

DECRETO Nº 12.136/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.837/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 10996/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.837/15, que nomeou SO-LANGE TELLES RODRIGUES, para exercer o cargo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.137/15

DECRETO Nº 12.137/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SAMARA LORENA SANTANA DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.138/15

DECRETO Nº 12.138/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SAMANTA DE SOUZA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.139/15

DECRETO Nº 12.139/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, IRACEMA MOREIRA PARANNA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.140/15

DECRETO Nº 12.140/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FRANCIELI FERNANDA DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.141/15

DECRETO Nº 12.141/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARTA REGINA PIROLI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.142/15

DECRETO Nº 12.142/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANGELA DIAS DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.143/15

DECRETO Nº 12.143/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOSIANE FATIMA ZANOL, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.144/15

DECRETO Nº 12.144/15, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CAROLINA GONÇALVES TESTOLIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.145/15

DECRETO Nº 12.145/15, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

01 – Departamento de Turismo e Cultura

2.059 – Manutenção do CEVI

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0395 Aplicações Diretas 78.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 78.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração

aos 29 dias do mês de junho de 2015.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 23/2015

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 023/2015

O Secretário de Finanças, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao previsto na Lei Orgânica, artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85), artigo 87, §2º, e considerando ainda o que consta nos Autos de Infrações e seus anexos, os quais se encontram à disposição dos contribuintes na Secretaria de Finanças no Departamento de Tributação/Fiscalização Tributária,

DECLARA,

Notificado o contribuinte abaixo relacionado, por se tratar de uma empresa baixada referente ao lançamento de multa por descumprimento de obrigações acessórias:

Contribuinte: TRANSPORTES LTB LTDA - ME

Endereço: Rua Armando Schuller nº 91, Bairro Santa Gema, Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 186867 CNPJ: 04.551.574/0001-09 - Processo Administrativo 8637/2015.

Auto de Infração nº 70/2015 Data de Emissão: 09/06/2015 Valor: R\$ 137,44

Descrição: Não comunicação de baixa e/ou alteração Inscrição Municipal no prazo regulamentar previsto. Pedido de baixa foi comunicado fora do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias.

Fundamentação Legal: Regulamento do Imposto Sobre Serviços, art. 16, inciso I; artigo 18; Lei 69/1985 de 05/12/1985, artigo 52, Inciso II, alínea "a", itens 1 e 2; Lei 69/1985 de 05/12/1985 (CTM), Art. 100, Inciso I; Decreto 4691/1996; Decreto 7352/2001.

O lançamento acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85 (Código Tributário Municipal). Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo ao contribuinte notificado.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 30 de junho de 2015.

Alexandre Ganasini

Secretário de Finanças

GABARITO DA PROVA ESCRITA DE CONSELHEIRO TUTELAR

GABARITO DA PROVA ESCRITA DE CONSELHEIRO TUTELAR

	A	B	C	D
1				X
2		X		
3		X		
4	X			
5				X
6				X
7				X
8	X			
9		X		
10			X	
11				X
12		X		
13	X			
14		X		
15			X	
16			X	
17		X		
18			X	
19	X			
20	X			
21		X		
22	X			
23		X		
24				X
25	X			
26			X	
27		X		
28			X	
29	X			
30				X

PORTARIA Nº 0467/15

PORTARIA nº 0467/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Finanças,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de julho de 2015 a 12 de julho de 2015 e 27 de julho de 2015 a 30 de julho de 2015, o gozo de férias da servidora CLEMIR BERTOTTO ERDMANN, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 21 de junho de 2013 até 20 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0468/15

PORTARIA nº 0468/15

Concede Adicional de Pós-Graduação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 118/11, de 21 de dezembro de 2011, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10149/2015,

RESOLVE

Conceder Adicional de Pós-Graduação Lato Sensu, à servidora GRACEMARY MEDEIROS, ocupante do cargo de Analista de Nível Superior, a partir 12 de junho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 12 de junho de 2015.

Videira, 29 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0469/15

PORTARIA nº 0469/15

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 11028/2015;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, por Magavel Magarinos Veículos LTDA, no dia 11 de julho de 2015, das 10h00min às 17h00min, a fim de fazer uma exposição dos veículos da marca FORD.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- f. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- g. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens

utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 94/2015 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA PARA ATENDER OS EVENTOS CULTURAIS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ENVOLVENDO TODA A COMUNIDADE ESCOLAR E SOCIEDADE VIDEIRENSE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 15/07/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 30 de Junho 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TP Nº 11/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2015 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REFORMA E AMPLIAÇÃO NO CEMEI - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL O FERROVIÁRIO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM MEMORIAL E PROJETOS, restando vencedora a empresa Mendes e Suckow Engenharia e Construções Ltda - EPP por apresentar o menor preço de R\$ 202.623,31 (duzentos e dois mil, seiscentos e vinte e três reais e trinta e um centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 30 de Junho de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

RESULTADO PRELIMINAR –PROVA ESCRITA - EDITAL 002/2015

RESULTADO PRELIMINAR –PROVA ESCRITA - EDITAL 002/2015 – ELEIÇÃO UNIFICADAS CONSELHO TUTELAR – VIDEIRA/SC – EM ORDEM ALFABÉTICA

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
29º	ALEX ANTONIO PADILHA
31º	CELSO ALESSANDRO COITO
36º	DILMA RODRIGUES BUENO
28º	GISELE GARCIA DA SILVA
9º	IVENIR MUNZLINGER SECCO
16º	JANAINA SOLIGO SE SOUZA
27º	JULIANA CEZARIO GOMES DE MATTOS
8º	JULIANA ROSTIROLA
18º	JULIANA WEBER
10º	LAIRTON JOSE BOLICO JOAQUIM
34º	LUIZ CARLOS SPANHOLI
15º	MARILENE VANZ DOS SANTOS
17º	MIRIANE BATISTA
41º	NEUSADIR APARECIDA FERREIRA DO NASCIMENTO
25º	ROSILAINE CRISTINA PINTO
38º	SCHEILA RODRIGUES DA SILVA
14º	SILVANA TOCCOLINI
11º	TATIANA DA LUZ SAMISTRARO
20º	VALDECIR CAGNIN
40º	ZELI DO PRADO

Videira, 29 de junho de 2015

Alvair Lirio Barzotto

CMDCA

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 030/2015

DECRETO N.º 030/2015.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais, considerando que a Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde, segundo disposições da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 6ª Conferência Municipal de Saúde, a realizar-se no dia 14 de julho de 2015, das 08:00 às 12:00 horas, no auditório municipal, localizado no Centro da Cidade, anexo a Prefeitura Municipal.

Art. 2º. A Conferência Municipal de Saúde terá como tema central: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro"

Art. 3º. A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde – Sr. Valmir V. Deretti e pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde – Sr. Joel Rodrigo Teixeira.

Art. 4º. As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Editais da Secretaria Municipal de Saúde e fundamentada em Regimento Interno próprio.

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 029/2015.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 30 de junho de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 147/2015

PORTARIANº 147/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: IRIA WILHELM

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, a requerimento, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratada pela Portaria nº 083/2015, de 04 de maio de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 30 de junho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 148/2015

PORTARIANº 148/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 011/2015, de 10/06/2015, do CMDCA de Vitor Meireles, resolve:

NOMEAR:

Os membros abaixo relacionados como mesários nas eleições unificadas para conselheiro tutelar na data de 04 de outubro de 2015, para atuarem nas instâncias já estabelecidas pelo TRE:

Escola de Educação Básica Victor Meirelles

MESA 01 – Presidente de Mesa: EDENIR BRANGER FRANÇA; Mesários: ROBERTA SCHMITT, ELVIRA KAMMER e JANETE SCHMIDT MAFRA.

MESA 02 – Presidente de Mesa: DÁRIO MONTAGNA; Mesários: SALÉSIO BOING, SANDRO LUNELLI, CLEITON JÚNIOR MACHADO e LUIZ CARLOS BACKES.

Escola Municipal Salto Dollmann

MESA 01 – Presidente de Mesa: LEONICE MORGENROTH; Mesários: ISOLINA PETERSEN, VERA LÚCIA LUTKE e DENILSON MENEGHELLI.

Escola de Educação Básica Dom Pedro I

MESA 01 – Presidente de Mesa: ROSELI RENGEL SALVADOR; Mesários: JOÃO VENDRAMI, MÁRCIA SCHRAMM NARDI, MARLY TEZINHA MONTIBELLER e ONADIR NARDI.

Escola Municipal Serra da Abelha

MESA 01 – Presidente de Mesa: JULIETE MACHADO JEREMIAS; Mesários: IARA APARECIDA LEITE DAUER, ZENITA IGNACZUK e DÉRCIO MARTARELLO.

Unidade Básica de Saúde Alto Ribeirão Fachinal

MESA 01 – Presidente de Mesa: JÉSSICA SPLITTER; Mesários: TEZINHA CESCION, TAINARA RUCHINSKI e ELISETTE MAY MELO.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 108/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE JUNHO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xanxerê

PREFEITURA

2 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0044/2013

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0044/2013

Locatário: Município de Xanxerê

Locadora: Eliz Regina Cadore

Objeto: Locação de duas salas comerciais destinadas a Biblioteca Pública Municipal.

Fica prorrogado prazo para mais 12 (doze) meses contados a partir de 04/06/2015 vigorando até 03/06/2016.

O valor da presente locação passa a ser R\$ 3.480,00 mensais conforme índice IGPM.

Xanxerê-SC, 03 de junho de 2015 Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal.

6 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0063/2012

Extrato 6º Aditivo ao Contrato nº 0063/2012

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: ECGT Construções Ltda.

Objeto: Reforma de 21 unidades habitacionais para reurbanização da Chácara 264, Bairro Belo Vista Xanxerê-SC

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato acima, contado a partir de 05 de julho de 2015 vigorando até 30 de junho de 2016.

Xanxerê-SC, 30 de junho de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

8 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0083/2012

Extrato 8º Aditivo ao Contrato nº 0083/2012

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: ECGT Construções Ltda.

Objeto: Execução da Revitalização da Praça e do Centro Comunitário objetivando a reurbanização da Chácara 264, Bairro Bela Vista no Município de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato acima, contado a partir de 05/07/2015 vigorando até 30/06/2016.

Xanxerê-SC, 30 de junho de 2015. Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal

8 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0084/2012

Extrato 8º Aditivo ao Contrato nº 0084/2012

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: ECGT Construções Ltda.

Objeto: Execução da Pavimentação com Calçamento, Drenagem e Sinalização da Chácara 264, Bairro Bela Vista no Município de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato acima, contados a partir de 01 de julho de 2015 vigorando até 30 de junho de 2016.

Xanxerê-SC, 30 de junho de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 126/2015

DECRETO Nº AJG 126/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.713/2014 de 08.12.2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de até R\$ 53.098,09 (Cinquenta e três mil e noventa e oito reais e nove centavos) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.1201.08.244.0801.2026 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

12.1201.08.244.0801.2026.33900000.0335 – Aplicações Diretas R\$ 53.098,09

Art. 2º - A suplementação de que trata o artigo anterior, tem sua origem no superávit financeiro do exercício anterior na fonte "35".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê, SC, 30 de junho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

PP 24/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar, novos, para utilização em máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina e seus Fundos, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 13/07/2015.

Abertura: dia 13/07/2015, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 01 de julho de 2015.

MAURO JUNES POLETTO,
Prefeito Municipal.

PP 25/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de veículos e máquinas da frota do Município, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 15:00 horas do dia 13/07/2015.

Abertura: dia 14/07/2015, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 01 de julho de 2015.

MAURO JUNES POLETTO,
Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO 032/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: RP0032/2015-A	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM	
Contratada...: FRANCIELI HAIDUK RIGO - ME	
Valor : 6.200,00 (seis mil e duzentos reais)	
Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 30/06/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2015	
Recursos : Dotação: 2.043.4.4.90.00.00.00.00 (49) Saldo: 32.000,00	
Objeto : A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço visando aquisição de material/equipamento permanente para ESF Frei Bruno, através da Secretaria Municipal de Saúde. A prestação dos serviços será requisitada conforme necessidade da Secretaria.	
Xaxim, 30 de Junho de 2015	

ATA DE REGISTRO 032/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: RP0032/2015-B	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM	
Contratada...: SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI-ME	
Valor : 14.050,00 (quatorze mil cinqüenta reais)	
Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 30/06/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2015	
Recursos : Dotação: 2.043.4.4.90.00.00.00.00 (49) Saldo: 32.000,00	
Objeto : A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço visando aquisição de material/equipamento permanente para ESF Frei Bruno, através da Secretaria Municipal de Saúde. A prestação dos serviços será requisitada conforme necessidade da Secretaria.	
Xaxim, 30 de Junho de 2015	

ATA DE REGISTRO 032/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: RP0032/2015-C	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM	
Contratada...: MB CATARINENSE LTDA - ME	
Valor : 9.760,00 (nove mil setecentos e sessenta reais)	
Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 30/06/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2015	
Recursos : Dotação: 2.043.4.4.90.00.00.00.00 (49) Saldo: 32.000,00	
Objeto : A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço visando aquisição de material/equipamento permanente para ESF Frei Bruno, através da Secretaria Municipal de Saúde. A prestação dos serviços será requisitada conforme necessidade da Secretaria.	
Xaxim, 30 de Junho de 2015	

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO 058/2015

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 113/2015 – PREGÃO PRESENCIAL N. 058/2015 - SRP

OBJETO: Registro de preço para aquisição de tubos de concreto para manutenção dos serviços de Infraestrutura.

A Pregoeira do Município de Xaxim torna público para conhecimento dos interessados, que o certame acima referenciado deflagrou-se DESERTO, considerando a inexistência de licitantes na sessão.

Xaxim (SC), 30 de junho de 2015.
Marinilse de Freitas Fin
Pregoeira

AVISO DE PREGÃO 066/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE XAXIM – SC
PROCESSO LICITATÓRIO N. 127/2015
PREGÃO N. 066/2015 – REGISTRO DE PREÇO

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando o registro de preços de quilometragem para serviços de transporte rodoviário com veículo tipo ônibus, Micro-ônibus e veículo utilitário para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social, para transporte de idosos, mulheres/mães cursistas do programa Semeando o futuro. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 14 de julho de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 30 de junho de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito

CONTRATO 0141/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: CT0141/2015		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM		
Contratada.: FABIANI WOUTERS		
Valor : 117.000,00 (cento e dezessete mil e reais)		
Vigência : Início: 24/06/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015		
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 785.430,92		
Objeto : Contratação de profissional através de credenciamento, para prestar serviço/atendimento em seu consultório no procedimento de fisioterapia convencional.		
Xaxim, 30 de Junho de 2015		

CONTRATO 0142/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: CT0142/2015		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM		
Contratada.: MARINA BETANIA PEGORARO - ME		
Valor : 61.950,00 (sessenta e um mil novecentos e cinquenta reais)		
Vigência : Início: 24/06/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 11/2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contratação de prestadores de serviços para a realização de fisioterapia convencional e Drenagem Linfática em mulheres mastectomizadas.		
Xaxim, 30 de Junho de 2015		

CONTRATO 0143/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: CT0143/2015		
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM		
Contratada.: ACADEMIA DE GINASTICA CIA DO MOVIMENTO LTDA - ME		
Valor : 20.454,00 (vinte mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais)		
Vigência : Início: 25/06/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2015		
Recursos : Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00 (1) Saldo: 271.661,25		
Objeto : Constitui objeto do presente instrumento contratual, a contratação de empresa para prestação de serviços em treinamentos de equilíbrio funcional, musculação e alongamento muscular, com espaço físico e equipamentos disponíveis para realização de atividades direcionadas aos atendimentos dos usuários dos programas da Secretaria de Assistência Social.		
Xaxim, 30 de Junho de 2015		

CONTRATO 0144/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: CT0144/2015		
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE XAXIM		
Contratada.: ACADEMIA DE GINASTICA SYSTEM LTDA-ME		
Valor : 10.500,00 (dez mil quinhentos reais)		
Vigência : Início: 25/06/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2015		
Recursos : Dotação: 2.037.3.3.90.00.00.00.00 (1) Saldo: 271.661,25		
Objeto : Constitui objeto do presente instrumento contratual, a contratação de empresa para prestação de serviços em treinamentos de equilíbrio funcional, musculação e alongamento muscular, com espaço físico e equipamentos disponíveis para realização de atividades direcionadas aos atendimentos dos usuários dos programas da Secretaria de Assistência Social.		
Xaxim, 30 de Junho de 2015		

CONTRATO 0145/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
MUNICIPIO DE XAXIM		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: CT0145/2015 Contratante...: MUNICIPIO DE XAXIM Contratada....: VANDERLEI JOSE MICHAILOFF 01785292900 Valor : 6.620,50 (seis mil seiscentos e vinte reais e cinquenta centavos) Vigência : Início: 30/06/2015 Término: 09/07/2015 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 32/2015 Recursos : Dotação: 2.039.3.3.90.00.00.00.00 (16), 2.035.3.3.90.00.00.00.00 (24) Objeto : Constitui objeto do presente instrumento contratual a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra para reforma do CEIM Vigília Roboli, conforme relatório da engenharia.		
Xaxim, 30 de Junho de 2015		

Decreto 224

DECRETO Nº. 224/2015.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2013, de 08 de agosto de 2013, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, VANESSA APARECIDA ZANCO PEDROSO, CPF: 075.245.749-75, para exercer o cargo de ENFERMEIRA, código 035, categoria ATC, nível 044, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 552, de 06 de novembro de 2013, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 01 de julho de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim-SC, percebendo a remuneração constante do quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de junho de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Associações

AMAUC

ATA DA REUNIÃO - APROVAÇÃO CONTRATO CONSÓRCIO 21/05

ATA nº 01.2015 – APROVAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO DE CONSÓRCIO

Às nove horas do dia vinte e hum do mês de maio do ano de dois mil e quinze, tendo como local a sala de reuniões da AMAUC – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense, situada à rua Marechal Deodoro, 772 – 12º andar, edifício Mirage Office, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos dos Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal do Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade – Abrigo Institucional, com a participação das demais pessoas que assinaram a lista de presença anexa, para a realização da reunião para leitura, apreciação e assinatura do Contrato de Consórcio, nos termos do art. 6º do Decreto nº 6017, de 17 de janeiro de 2007, que regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. A reunião foi presidida pela Prefeita Laci Grigolo, do Município de Seara. Inicialmente a Presidente agradeceu a presença de todos e de imediato convidou a senhora Simara Poganski – Secretária Municipal de Ação Social de Seara para secretariar a reunião. Ato contínuo passou a palavra ao senhor Roberto Kurtz Pereira – Secretário Executivo e Assessor Jurídico da AMAUC, para esclarecer quais os procedimentos que doravante devem ser adotados para a efetivação do Consórcio. Por sua vez, o Assessor Jurídico esclareceu que as tarefas mais importantes foram realizadas, constando da elaboração do Protocolo de Intenções e da aprovação legislativa em cada município. Explicou que se não houver nada a retirar ou acrescentar daquilo que consta no Protocolo de Intenções, o Contrato de Consórcio deverá ser elaborado nos mesmos termos, assinados por todos e publicado em órgão oficial. Apresentou o Contrato de Consórcio e após breve debate os prefeitos decidiram manter o conteúdo proposto e assinaram o referido instrumento. Elegeram como órgão oficial para publicação dos atos do Abrigo Institucional, o Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina. Continuando, o Assessor Jurídico informou que o Contrato será publicado conforme determina a legislação, e que logo após a publicação os Prefeitos devem se reunir novamente para apreciação do Estatuto Social e eleição da primeira diretoria do Abrigo Institucional. Aproveitou a oportunidade para entregar a cada um a minuta do Estatuto Social, para que possa ser analisada com tranquilidade. Em seguida os prefeitos decidiram: 1) que o Abrigo Institucional terá a sede administrativa junto à Prefeitura do Município de Seara, na Avenida Anita Garibaldi nº 371; 2) que o contrato de rateio deverá ser assinado tão logo o Estatuto Social esteja aprovado; 3) o repasse dos recursos a partir do mês de julho; 4) a contratação do coordenador no mês de julho; 5) a elaboração do processo seletivo nos meses de julho e agosto; 6) contratação do pessoal no mês de setembro; 7) para elaboração da contabilidade e RH será contratada a AMAUC. Também ficou decidida a composição da Diretoria Provisória, que terá incumbência de coordenar os trabalhos até a eleição da primeira diretoria, após aprovação do Estatuto Social. A Diretoria Provisória ficou assim constituída: Presidente: Laci Grigolo – Prefeita de Seara; Vice-Presidente: Janete Paravizi Bianchin – Prefeita de Arvoredo. Secretário: José Dalbosco – Prefeito em exercício de Xavantina. Ficou a cargo da presidente a convocação da assembleia geral para apreciação do Estatuto Social do Abrigo Institucional. Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu _____, Simara Poganski, secretária ad hoc, lavrei a presente ata que vai assinada por quem de direito.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal de Seara

José Dalbosco
Prefeito em Exercício do Município de Xavantina

Janete Paravizi Bianchin
Prefeita Municipal de Arvoredo

Roberto Kurtz Pereira
OAB/SC 22.519

ATA DA REUNIÃO - APROVAÇÃO ESTATUTO SOCIAL 09/06

ATA nº 02.2015 – APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

Às nove horas do dia dezenove do mês de junho do ano de dois mil e quinze, tendo como local a sala de reuniões da AMAUC – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense, situada à rua Marechal Deodoro, 772 – 12º andar, edifício Mirage Offices, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos dos Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal do Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade – Abrigo Institucional, com a participação das demais pessoas que assinaram a lista de presença anexa, para a realização da reunião para apreciação do Estatuto Social, conforme deciso na assembleia geral realizada no dia vinte e um de maio do corrente ano. A reunião foi presidida pela senhora Laci Grigolo - Prefeita do Município de Seara. Inicialmente a Presidente agradeceu a presença de todos e de imediato convidou a senhora Simara Poganski – Secretária Municipal de Ação Social de Seara para secretariar a reunião. Ato contínuo passou a palavra ao senhor Roberto Kurtz Pereira – Secretário Executivo e Assessor Jurídico da AMAUC, para apresentar a minuta do Estatuto Social. Por sua vez, o Assessor Jurídico esclareceu que o Estatuto Social foi elaborado com base nas disposições previstas no Protocolo de Intenções aprovado pelas Câmaras de Vereadores e no Contrato de Consórcio, sendo apenas detalhadas as atribuições da diretoria e da assembleia geral. Em seguida procedeu a leitura da minuta do Estatuto Social. Após a leitura e esclarecimentos a presidente colocou em apreciação o Estatuto Social, que foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo a Presidente suspendeu a reunião por dez minutos para elaboração e apresentação da chapa para a composição da primeira diretoria. Reaberto os trabalhos foi registrada apenas uma chapa que passou a denominar-se de chapa única, com a seguinte composição: Presidente: Laci Grigolo – Prefeita de Seara, brasileira,

casada, professora, identidade nº 1870.996 SSP/SC, CPF nº 982.428.739-68, residente e domiciliada à rua Albino Sordi nº 69, - centro – CEP 89.770.000 - Seara-SC; Vice-Presidente: Janete Paravizi Bianchin – Prefeita de Arvoredo, brasileira, casada, assistente social, identidade nº 2.694.279-8 SSP/SC, CPF nº 798.515.849-91, residente e domiciliada à Avenida do Comércio nº 311, centro, 89.778.000 – Arvoredo – SC; Secretário: Mauro Junes Poletto – Prefeito de Xavantina, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, identidade nº 2.697.343-0 SSP/SC, CPF nº 827.815.679-49, residente e domiciliado na Linha das Palmeiras, interior, 89.780.000 - Xavantina. O mandato da Diretoria será a partir da presente data até 31 de dezembro de 2015, nos termos do art. 17 do Estatuto Social. Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu _____, Simara Poganski, secretária ad hoc, lavrei a presente ata que vai assinada por quem de direito.

Laci Grigolo
Presidente

Roberto Kurtz Pereira
OAB/SC 22.519

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº01 - APROVAÇÃO DO ESTATUTO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01

LACI GRÍGOLO, Prefeita do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, na condição de Presidente da Diretoria Provisória do Consórcio Intermunicipal do Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade – Modalidade Abrigo Institucional, com a denominação fantasia de ABRIGO INSTITUCIONAL, em conformidade com a decisão tomada na Assembléia realizada no dia 21 de maio de 2015, CONVOCA os Prefeitos, Prefeitas e Vice-Prefeitos dos Municípios integrantes do Consórcio, para a Assembleia Geral que será realizada às nove horas do dia 19 de junho de 2015, tendo como local a sede da AMAUC, sito à rua Marechal Deodoro, 772, 12º andar, Edifício Mirage Offices, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, com os seguintes objetivos:

- 1 – Apreciação e aprovação do Estatuto Social do ABRIGO INSTITUCIONAL;
- 2 – Eleição da primeira diretoria – Gestão 2015;
- 3 – Assuntos Gerais.

Seara SC, 2 de junho de 2015.
LACI GRÍGOLO
Presidente – Diretoria Provisória

Cientes:

NOME	CARGO/MUNICÍPIO	ASSINATURA
Laci Grigolo	Prefeita de Seara	
Janete Paravizi Bianchin	Prefeita de Arvoredo	
José Dalbosco	Vice-Prefeito de Xavantina	
Simara Poganski	Secretária - Seara	
Roberto Kurtz Pereira	Assessor Jurídico - AMAUC	
Mauro Junes Poletto	Prefeito de Xavantina	

AMESC

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014.

Contratante: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE - AMESC

Contratada: AMBIATIVA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA ME

Objeto: dilação do prazo de vigência

Vigência: de 30 de junho de 2015 até 31 de dezembro de 2015

Data de Assinatura: 30/06/2015.

Signatários: Antonio João de Faveri (Presidente AMESC) - pela contratante e Alan Schneider Gelain (sócio administrador) - pela contratada.

Consórcios

ARIS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 173/ 2014 - TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 113/2014 - DECISÃO Nº 046/2015 - TAIÓ

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 173/2014

TERMO DE NOTIFICAÇÃO N. 113/2014

INTERESSADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN – MUNICÍPIO DE TAIÓ

OBJETO: NÃO-CONFORMIDADES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

DECISÃO Nº 046/2015

I - Relatório:

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS emitiu Termo de Notificação nº 113/2014 em face da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, tendo em vista o Relatório de Fiscalização e Cronograma de Adequação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Taió – RF – SAA - 003, com as seguintes não-conformidades:

N.	NÃO CONFORMIDADE	PRAZO PARA ADEQUAÇÃO
I	QUANTO À ESTAÇÃO DE RECALQUE DE ÁGUA BRUTA (ERAB)	
09	Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação da ERAB.	22/11/2014
II	QUANTO À ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA)	
10	Foi constatada a existência de materiais do SAA no pátio da ETA, expostos às intempéries climáticas.	22/11/2014
III	QUANTO ÀS ESTAÇÕES DE RECALQUE DE ÁGUA TRATADA (ERAT)	
12	Foi constatada a inexistência de pintura de proteção das tubulações da ERAT 04.	22/02/2015
13	Foi constatado que a pintura do interior da ERAT 04 está em condições inadequadas de conservação.	22/02/2015
IV	QUANTO AOS RESERVATÓRIOS	
14	Foi constatada a inexistência de guarda corpo na cobertura do Reservatório R03.	22/02/2015
15	Foi constatado que os Reservatórios R01, R02, R03, R04, R05 e R06 não apresentam dispositivo de identificação.	22/11/2014
16	Foi constatada a inexistência de dispositivo medidor do nível de água do Reservatório R06.	22/02/2015
17	Foi constatado que o acesso ao Reservatório R06 coloca em risco de acidentes a circulação de pessoas e/ ou a movimentação de materiais.	22/02/2015
V	QUANTO AOS PRESSURIZADORES DE REDE	
18	Foi constatada a inexistência de conjunto motobomba reserva instalado nos Booster's 01, 02, 03, 04 e 05.	22/02/2015
19	Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação nos Booster's 01, 02, 03, 04 e 05.	22/11/2014
VI	QUANTO AOS CONTROLES E PROCEDIMENTOS	
22	Foi constatada a inexistência de plano de limpeza e descarga periódica de rede do SAA.	22/12/2014
24	Foi constatada a inexistência de plano de limpeza de reservatórios.	22/12/2014

*A numeração dos itens segue a mesma numeração dos Relatórios de Fiscalização.

Devidamente notificada, a CASAN permaneceu silente.

As medidas corretivas tendentes a solucionar as não conformidades não foram realizadas pela Concessionária Estadual.

Assim, as não conformidades de nº 09, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22 e 24, elencadas no Termo de Notificação nº 113/2014 não ensejaram respostas por parte da CASAN, nos moldes do artigo 9º da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011, conforme comprova o RF – SAA – 003, de junho de 2015.

Vieram os autos para análise da Direção Geral da ARIS, com despacho da Diretoria de Regulação (fls. 87) favorável a instauração de processo administrativo punitivo.

II – Mérito

A questão cinge-se pela comprovação ou não da CASAN sobre as inconformidades encontradas no SAA do Município de Matos Costa, bem como pelo desatendimento das determinações e não regularização das não-conformidades, nos prazos estabelecidos pela ARIS. A Notificação exarada pela ARIS tem como fundamento a adequação prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não-conformidades elencadas, no prazo legal.

A CASAN não apresentou resposta de modo a afastar a incidência imediata das normas trazidas pela Lei federal n. 11.445/2007, em especial o artigo 43 e pela Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011, conforme já exaustivamente analisado nos autos do Procedimento Administrativo nº 173/2014.

Tem-se, de maneira inconteste, conduta negativa da CASAN em solucionar as não-conformidades identificadas nos itens 09, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22 e 24.

As penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas na Lei Municipal nº 3.508/2011, que autorizou o ingresso do Município de Taió e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal. Do artigo 98 do Protocolo de Intenções da ARIS retira-se:

Art. 98. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela ARIS, poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão de obra ou atividade;

IV - intervenção administrativa;

V - caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução do Conselho de Regulação.

A ARIS disciplinou as penalidades aplicáveis aos prestadores de serviços, consoante disposto na Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011:

Art. 4º - As infrações às disposições desta Resolução, bem como às normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis sujeitarão o infrator, conforme a sua natureza, às penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III – embargo de obra ou serviço;

IV – intervenção administrativa; e

V – declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

§ 1º – Na aplicação de qualquer penalidade, será estabelecido pela ARIS prazo para que o prestador de serviços proceda à adequação do serviço prestado ou da obra executada aos parâmetros definidos em lei, norma de regulação da ARIS ou contrato de programa ou concessão.

§ 2º – Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não conformidades quer pela reincidência, será aplicada multa cujos valores serão determinados mediante utilização de percentual sobre o valor do faturamento, correspondente às

receitas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário relativas à exploração dos serviços outorgados durante o ano anterior à lavratura do Auto de Infração, limitada ao valor percentual máximo definido no contrato de programa ou concessão;

§ 3º – Na hipótese de inobservância da penalidade de advertência em que fique caracterizada grave ou reiterada inexecução total ou parcial do contrato de programa ou concessão, ou na hipótese de inobservância da penalidade de multa, será aplicada a penalidade de declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual. Pelo texto normativo, percebe-se que as penalidades aplicáveis à espécie são: advertência, multa, embargo de obra ou serviço, intervenção administrativa e declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Do texto normativo constante do § 2º do artigo 4º da Resolução/ARIS n. 003/2011, percebe-se que a penalidade de multa somente pode ser aplicada após a incidência da pena de advertência. Neste mesmo sentido parece caminhar o artigo 17 da mesma Resolução/ARIS, que assim dispõe:

Art. 17 - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não-conformidades, quer pela reincidência, será aplicada multa correspondente à classificação da infração.

Parágrafo único - Considera-se reincidência a prática de infração tipificada no mesmo dispositivo regulamentar em que haja sido apenada anteriormente, no prazo de dois anos.

No caso concreto, a CASAN infringiu os artigos 11, XI, XII; 12, XIV, XIX, todos da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011. Desta forma, em que pese à gravidade das condutas, é caso de aplicação das penalidades de ADVERTÊNCIA, com fundamento nos artigos 4º, I, c/c art. 16, da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011.

Outrossim, em observância ao disposto no § 1º, do artigo 4º da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011, concede-se o prazo, improrrogável, de 30 dias, para que a CASAN proceda à adequação do serviço as normas de regulação, cumprindo, integralmente, com as determinações previstas nos itens 09, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22 e 24, do TN nº 113/2014.

III – Decisão

Diante do exposto, julga-se pela instauração do Processo Administrativo Punitivo, com fulcro no artigo 11, Parágrafo Único, incisos I e II, da Resolução nº 002/2011, com a lavratura de Auto de Infração em face da CASAN, com a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

Publique-se e autue-se nos autos do Procedimento Administrativo nº 173/2014.

Florianópolis, 26 de junho de 2015.

Adir Faccio

Diretor-Geral da ARIS

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 25/2015 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 25/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 08/2015

OBJETO: Revisão programada de 30.000 (trinta mil) quilômetros, balanceamento, geometria e higienização do veículo de propriedade da ARIS, Fiat Palio WK Adventure, Placas: MLS-6243.

CONTRATADO: PRIMA VEÍCULOS LTDA.

CNPJ nº 05.930.088/0001-64.

VALOR: R\$ 2.251,92 (dois mil, duzentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 c/c art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 1º de junho de 2015.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

CIMCATARINA

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0009_2015 - TELEFÔNICA

TERMO ADITIVO N.º 0009/2015/CIMCATARINA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSÓRCIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
FORNECEDOR:	TELEFÔNICA BRASIL S/A
CONTRATO:	CONTRATO 0012/2014, TA0022/2014, TA005/2015.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP)
VALIDADE:	17.10.2014 a 16.10.2016
DATA:	17.10.2014
LICITAÇÃO:	PAL nº 0027/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0006A
REGISTRO DE PREÇOS:	0023/2014

Art. 1º - Fica alterado o valor dos itens presente na cláusula primeira do contrato em epígrafe, conforme relacionado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	SERVIÇO	VALOR CONTRATA-DO-R\$	VALOR ALTERA-DO-R\$
51	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL – FIXO	VC1-1	0,10	0,05
52	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL-MÓVEL PARA OUTRAS OPERADORAS	VC1-2	0,10	0,09

53	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL-MÓVEL PARA A OPERADORA CONTRATADA	VC1-3	0,10	0,09
55	SERVIÇO DE CAIXA-POSTAL	CAIXA POSTAL	0,10	0,09
56	LIGAÇÃO DE LONGA DISTÂNCIA INTRARREGIONAL MÓVEL-FIXO	VC2-1	0,40	0,30
60	LIGAÇÃO DE LONGA DISTÂNCIA INTER-REGIONAL MÓVEL-FIXO	VC3-1	0,40	0,30
68	SERVIÇO DE MENSAGENS MULTIMÍDIA	MMS	0,15	0,50
71	ASSINATURA MENSAL INTRAGRUPO -REGIONAL	ASSINATURA	3,00	2,00

Art. 2º - Fica alterado na cláusula terceira o valor mensal para R\$ 20.096,05 (Vinte mil, noventa e seis reais e cinco centavos) e o valor total dos 24 (vinte e quatro) meses, para R\$486.387,47 (quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e sete reais e quarenta e sete centavos).

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 24 de junho de 2015.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA	TELEFÔNICA BRASIL S/A Cleber Pinheiro de Lima
Elói Rönna	Contratado
Diretor Executivo	
CONTRATANTE	

TELEFÔNICA BRASIL S/A
José Oscar Azevedo Júnior
Contratado

Testemunhas:

1ª -
2ª -

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0010_2015 - TELEFÔNICA

TERMO ADITIVO N.º 0010/2015/CIMCATARINA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSÓRCIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
FORNECEDOR:	TELEFÔNICA BRASIL S/A
CONTRATO:	CONTRATO 0013/2014 e TA001/2015
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP)
VALIDADE:	04.12.2014 a 03.12.2016
DATA:	04.12.2014
LICITAÇÃO:	PAL nº 0027/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0006A
REGISTRO DE PREÇOS:	0023/2014

Art. 1º - Fica alterado o valor dos itens presente na cláusula primeira do contrato em epígrafe, conforme relacionado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	SERVIÇO	VALOR CONTRATADO-R\$	VALOR ALTERADO-R\$
51	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL – FIXO	VC1-1	0,10	0,05
52	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL-MÓVEL PARA OUTRAS OPERADORAS	VC1-2	0,10	0,09
53	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL-MÓVEL PARA A OPERADORA CONTRATADA	VC1-3	0,10	0,09
55	SERVIÇO DE CAIXA-POSTAL	CAIXA POSTAL	0,10	0,09
56	LIGAÇÃO DE LONGA DISTÂNCIA INTRARREGIONAL MÓVEL-FIXO	VC2-1	0,40	0,30
60	LIGAÇÃO DE LONGA DISTÂNCIA INTER-REGIONAL MÓVEL-FIXO	VC3-1	0,40	0,30
68	SERVIÇO DE MENSAGENS MULTIMÍDIA	MMS	0,15	0,50

71	ASSINATURA MENSAL INTRAGRUPO -REGIONAL	ASSINATURA	3,00	2,00
----	--	------------	------	------

Art. 2º - Fica alterado na clausula terceira o valor mensal para R\$ 10.128,76 (Dez mil, cento e vinte e oito reais e setenta e seis centavos) e o valor total dos 24 (vinte e quatro) meses, para R\$ 248.252,76 (duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos).

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 24 de junho de 2015.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA	TELEFÔNICA BRASIL S/A Cleber Pinheiro de Lima
Elói Rönna	Contratado
Diretor Executivo	
CONTRATANTE	

TELEFÔNICA BRASIL S/A José Oscar Azevedo Júnior
Contratado

Testemunhas:

1ª -
2ª -

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0011_2015 - TELEFÔNICA

TERMO ADITIVO N.º 0011/2015/CIMCATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSÓRCIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
FORNECEDOR:	TELEFÔNICA BRASIL S/A
CONTRATO:	CONTRATO 0001/2015
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP)
VALIDADE:	07.01.2015 a 06.01.2017
DATA:	07.01.2015
LICITAÇÃO:	PAL nº 0027/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0006A
REGISTRO DE PREÇOS:	0023/2014

Art. 1º - Fica alterado o valor dos itens presente na clausula primeira do contrato em epígrafe, conforme relacionado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	SERVIÇO	VALOR CONTRATADO-R\$	VALOR ALTERADO-R\$
51	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL – FIXO	VC1-1	0,10	0,05
52	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL-MÓVEL PARA OUTRAS OPERADORAS	VC1-2	0,10	0,09
53	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL-MÓVEL PARA A OPERADORA CONTRATADA	VC1-3	0,10	0,09
55	SERVIÇO DE CAIXA-POSTAL	CAIXA POSTAL	0,10	0,09
56	LIGAÇÃO DE LONGA DISTÂNCIA INTRARREGIONAL MÓVEL-FIXO	VC2-1	0,40	0,30
60	LIGAÇÃO DE LONGA DISTÂNCIA INTER-REGIONAL MÓVEL-FIXO	VC3-1	0,40	0,30
68	SERVIÇO DE MENSAGENS MULTIMÍDIA	MMS	0,15	0,50
71	ASSINATURA MENSAL INTRAGRUPO -REGIONAL	ASSINATURA	3,00	2,00

Art. 2º - Fica alterado na clausula terceira o valor mensal para R\$ 1.780,84 (Um mil setecentos e oitenta reais e oitenta e quatro centavos) e o valor total dos 24 (vinte e quatro) meses, para R\$ 43.420,85 (quarenta e três mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta e cinco centavos).

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 24 de junho de 2015.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA	TELEFÔNICA BRASIL S/A Cleber Pinheiro de Lima
Elói Rönna	Contratado
Diretor Executivo	
CONTRATANTE	
TELEFÔNICA BRASIL S/A José Oscar Azevedo Júnior	
Contratado	

Testemunhas:

1ª -
2ª -

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0012_2015 - TELEFÔNICA

TERMO ADITIVO N.º 0012/2015/CIMCATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSÓRCIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
FORNECEDOR:	TELEFÔNICA BRASIL S/A
CONTRATO:	CONTRATO 0002/2015
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP)
VALIDADE:	07.01.2015 a 06.01.2017
DATA:	07.01.2015
LICITAÇÃO:	PAL nº 0033/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0007/2014
REGISTRO DE PREÇOS:	0029/2014

Art. 1º - Fica alterado o valor dos itens presente na cláusula primeira do contrato em epígrafe, conforme relacionado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	SERVIÇO	VALOR CONTRATADO-R\$	VALOR ALTERADO-R\$
01	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL – FIXO	VC1-1	0,10	0,05
02	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL-MÓVEL PARA OUTRAS OPERADORAS	VC1-2	0,10	0,09
03	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL-MÓVEL PARA A OPERADORA CONTRATADA	VC1-3	0,10	0,09
05	SERVIÇO DE CAIXA-POSTAL	CAIXA POSTAL	0,10	0,09
06	LIGAÇÃO DE LONGA DISTÂNCIA INTRARREGIONAL MÓVEL-FIXO	VC2-1	0,40	0,30
10	LIGAÇÃO DE LONGA DISTÂNCIA INTER-REGIONAL MÓVEL-FIXO	VC3-1	0,40	0,30
18	SERVIÇO DE MENSAGENS MULTIMÍDIA	MMS	0,15	0,50
21	ASSINATURA MENSAL INTRAGRUPO -REGIONAL	ASSINATURA	3,00	2,00

Art. 2º - Fica alterado na cláusula terceira o valor mensal para R\$ 723,48 (Setecentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos) e o valor total dos 24 (vinte e quatro) meses, para R\$ 17.798,53 (Dezessete mil setecentos e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos)

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 24 de junho de 2015.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA	TELEFÔNICA BRASIL S/A Cleber Pinheiro de Lima
Elói Rönna	Contratado
Diretor Executivo	
CONTRATANTE	
TELEFÔNICA BRASIL S/A José Oscar Azevedo Júnior	
Contratado	

Testemunhas:

1ª -
2ª -

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0013_2015 - TELEFÔNICA

TERMO ADITIVO N.º 0013/2015/CIMCATARINA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSÓRCIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
FORNECEDOR:	TELEFÔNICA BRASIL S/A
CONTRATO:	CONTRATO 0005/2015 E TA006/2015
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP)
VALIDADE:	20.01.2015 a 19.01.2017
DATA:	20.01.2015
LICITAÇÃO:	PAL nº 0033/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0007/2014
REGISTRO DE PREÇOS:	0029/2014

Art. 1º - Fica alterado o valor dos itens presente na cláusula primeira do contrato em epígrafe, conforme relacionado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	SERVIÇO	VALOR CONTRATA-DO-R\$	VALOR ALTERA-DO-R\$
01	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL – FIXO	VC1-1	0,10	0,05
02	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL-MÓVEL PARA OUTRAS OPERADORAS	VC1-2	0,10	0,09
03	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL-MÓVEL PARA A OPERADORA CONTRATADA	VC1-3	0,10	0,09
05	SERVIÇO DE CAIXA-POSTAL	CAIXA POSTAL	0,10	0,09
06	LIGAÇÃO DE LONGA DISTÂNCIA INTRARREGIONAL MÓVEL-FIXO	VC2-1	0,40	0,30
10	LIGAÇÃO DE LONGA DISTÂNCIA INTER-REGIONAL MÓVEL-FIXO	VC3-1	0,40	0,30
18	SERVIÇO DE MENSAGENS MULTIMÍDIA	MMS	0,15	0,50
21	ASSINATURA MENSAL INTRAGRUPO -REGIONAL	ASSINATURA	3,00	2,00

Art. 2º - Fica alterado na cláusula terceira o valor mensal para R\$ 1.278,60 (Um mil duzentos e setenta e oito reais e sessenta centavos) e o valor total dos 24 (vinte e quatro) meses, para R\$ 31.416,13 (Trinta e um mil quatrocentos e dezesseis reais e treze centavos)

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 24 de junho de 2015.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA	TELEFÔNICA BRASIL S/A
Elói Rönna	Cleber Pinheiro de Lima
Diretor Executivo	Contratado
CONTRATANTE	

TELEFÔNICA BRASIL S/A
José Oscar Azevedo Júnior
Contratado

Testemunhas:

1ª -
2ª -

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0014_2015 - TELEFÔNICA

TERMO ADITIVO N.º 0014/2015/CIMCATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSÓRCIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
FORNECEDOR:	TELEFÔNICA BRASIL S/A
CONTRATO:	CONTRATO 0007/2015
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP)
VALIDADE:	24.02.2015 a 23.02.2017
DATA:	24.02.2015
LICITAÇÃO:	PAL nº 0033/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0007/2014
REGISTRO DE PREÇOS:	0029/2014

Art. 1º - Fica alterado o valor dos itens presente na cláusula primeira do contrato em epígrafe, conforme relacionado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	SERVIÇO	VALOR CONTRATA- DO-R\$	VALOR ALTERA- DO-R\$
01	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL – FIXO	VC1-1	0,10	0,05
02	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL-MÓVEL PARA OUTRAS OPERADO- RAS	VC1-2	0,10	0,09
03	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL-MÓVEL PARA A OPERADORA CONTRATADA	VC1-3	0,10	0,09
05	SERVIÇO DE CAIXA-POSTAL	CAIXA POSTAL	0,10	0,09
06	LIGAÇÃO DE LONGA DISTÂNCIA INTRARREGIONAL MÓ- VEL-FIXO	VC2-1	0,40	0,30
10	LIGAÇÃO DE LONGA DISTÂNCIA INTER-REGIONAL MÓ- VEL-FIXO	VC3-1	0,40	0,30
18	SERVIÇO DE MENSAGENS MULTIMÍDIA	MMS	0,15	0,50
21	ASSINATURA MENSAL INTRAGRUPO -REGIONAL	ASSINATURA	3,00	2,00

Art. 2º - Fica alterado na cláusula terceira o valor mensal para R\$ 481,76 (Quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos) e o valor total dos 24 (vinte e quatro) meses, para R\$ 11.759,97 (Onze mil, setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e sete centavos).

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 24 de junho de 2015.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA	TELEFÔNICA BRASIL S/A
Elói Rönnau	Cleber Pinheiro de Lima
Diretor Executivo	Contratado
CONTRATANTE	

TELEFÔNICA BRASIL S/A
José Oscar Azevedo Júnior
Contratado

Testemunhas:

1ª -
2ª -

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0015_2015 - TELEFÔNICA

TERMO ADITIVO N.º 0015/2015/CIMCATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSÓRCIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
FORNECEDOR:	TELEFÔNICA BRASIL S/A
CONTRATO:	CONTRATO 0008/2015
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP)
VALIDADE:	24.02.2015 a 23.02.2017
DATA:	24.02.2015
LICITAÇÃO:	PAL nº 0033/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0007/2014.
REGISTRO DE PREÇOS:	0029/2014

Art. 1º - Fica alterado o valor dos itens presente na clausula primeira do contrato em epígrafe, conforme relacionado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	SERVIÇO	VALOR CONTRATA- DO-R\$	VALOR ALTERA- DO-R\$
01	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL – FIXO	VC1-1	0,10	0,05
02	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL-MÓVEL PARA OUTRAS OPERADO- RAS	VC1-2	0,10	0,09
03	LIGAÇÃO LOCAL MÓVEL-MÓVEL PARA A OPERADORA CONTRATADA	VC1-3	0,10	0,09
05	SERVIÇO DE CAIXA-POSTAL	CAIXA POSTAL	0,10	0,09
06	LIGAÇÃO DE LONGA DISTÂNCIA INTRARREGIONAL MÓ- VEL-FIXO	VC2-1	0,40	0,30
10	LIGAÇÃO DE LONGA DISTÂNCIA INTER-REGIONAL MÓ- VEL-FIXO	VC3-1	0,40	0,30
18	SERVIÇO DE MENSAGENS MULTIMÍDIA	MMS	0,15	0,50
21	ASSINATURA MENSAL INTRAGRUPO -REGIONAL	ASSINATURA	3,00	2,00

Art. 2º - Fica alterado na clausula terceira o valor mensal para R\$ 336,72 (Trezentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos) e o valor total dos 24 (vinte e quatro) meses, para R\$ 8.194,27 (Oito mil, cento e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos).

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 24 de junho de 2015.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA	TELEFÔNICA BRASIL S/A
Elói Rönnau	Cleber Pinheiro de Lima
Diretor Executivo	Contratado
CONTRATANTE	

TELEFÔNICA BRASIL S/A
José Oscar Azevedo Júnior
Contratado

Testemunhas:

1ª -
2ª -

CIS NORDESTE**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2015**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2015

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 025/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/NORDESTE

Contratada: FERNANDO FLORENCIO (22.428.666/0001-88)

Objeto: Instalação de Pontos de Rede, Internet e Telefone em uma das salas do CISNORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 557,86 (quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e seis centavos).

Data: 01 de junho de 2015.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISNORDESTE/SC

CONTRATANTE

EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO Nº 022/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2015

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 27/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/NORDESTE

Contratada: HOTEL POMPEU (CNPJ 33.481.292/0001-80).

Objeto: Reserva de Hotel para hospedagem da Diretora Executiva e da Assessora Jurídica do CISNORDESTE/SC, participarem do VII Seminário Terceiro Setor e Parcerias na Área da Saúde que será realizado nos dias 25/06/2015 e 26/06/2015 no Rio de Janeiro/RJ.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 477,00 (quatrocentos e setenta e sete reais)

Data: 16 de junho de 2015.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISNORDESTE/SC

CONTRATANTE

EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO Nº 021/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

EXTRATO D E DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2015

Processo Administrativo nº 26/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

Contratada: RG VIAGENS E TURISMO EIRELE. ME (CNPJ 04.457.252/0001-03).

Objeto: Compra de passagens aéreas para a Diretora Executiva e Assessora Jurídica do CISNORDESTE/SC, participarem do VII Seminário Terceiro Setor e Parcerias na Área da Saúde que será realizado nos dias 25/06/2015 e 26/06/2015 no Rio de Janeiro/RJ, incluído o transfer de retorno de Curitiba para Joinville.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23 § 8º da Lei nº 8.666/93.

Valor: Passagens aéreas no valor de R\$955,50 (novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos) e transporte de Curitiba para Joinville no valor de R\$210,00 (duzentos e dez reais).

Data do Contrato: 02 de junho de 2015.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISNORDESTE/SC

CONTRATANTE

CPIMMOC**CONVOCAÇÃO 02/2015 REUNIÃO PREFEITOS**

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO
MEIO OESTE CONTESTADO - CPIMMOC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2015

O Sr. Vitor João Faccin, Prefeito do município de Ouro e Presidente da CPIMMOC – Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, no uso de suas atribuições conferidas pelo Capítulo VII, inciso 1º do Estatuto da entidade.

CONVOCA:

Os(as) Senhores(as) Prefeitos(as) dos municípios consorciados à CPIMMOC para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se conforme segue:

DATA: 09 de julho de 2015

HORA: 8:30 horas

LOCAL: Auditório da AMMOC

Rua Roberto Trompowski, 68 – Centro – Joaçaba - SC

ORDEM DO DIA

- Assunto relacionado a licitação de Energia Elétrica;
- Assunto relacionado a licitação de Peças
- Solicitação Delegado Regional de Polícia Licitação única de um pátio regional para os veículos apreendidos.
- Assuntos da AMMOC.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente do CPIMMOC